Aconteceu Especial 15

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL / 1984

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/84

Aconteceu Especial 15

PUBLICAÇÕES DA SÉRIE POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

18 VOLUMES, POR ÁREA

ACONTECEU ESPECIAL: ATUALIZAÇÃO PERMANENTE

Plano da Obra: Povos Indígenas no Brasil é uma obra composta de 18 volumes que sistematiza os resultados de uma ampla *pesquisa-movimento*, envolvendo antropólogos, missionários, indigenistas, índios, fotógrafos, lingüistas, jornalistas, médicos e outros, sobre os povos indígenas que existem hoje no Brasil. Cada um desses volumes contém texto, fotos, iconografias, mapas, documentos, depoimentos e fontes sobre os povos indígenas existentes em cada Área.

Além dos livros, que vão saindo aos poucos, anualmente se publica um número do ACONTECEU ESPECIAL, com informações sobre os povos indígenas de todo o país. Desde o nº 14 (1983), o ACONTECEU está organizado internamente segundo as mesmas "Áreas" da série de livros, funcionando assim como uma espécie de "livro do ano", um espaço para atualizações permanentes.

1. Noroeste da Amazônia
2.I. Roraima — lavrado
2.II. Roraima-mata
3. Amapá/Norte do Pará
4. Solimões
5. Javari
6. Juruá/Jutaí
7. Tapajós/Madeira
8. Sudeste do Pará
9. Maranhão
10. Nordeste
11. Acre
12. Rondônia
13. Oeste do MT
14. Parque Indígena do Xingú
15. Goiás / Leste do MT
16. Leste
17. Mato Grosso do Sul
18. Sul

Todas essas publicações podem ser conseguidas no CEDI

Av. Higienópolis, 983
01238 São Paulo, SP
Brasil
tel.: (011) 66.7273

Rua Cosme Velho, 98 — fundos
22241 Rio de Janeiro, RJ
Brasil
tel.: (021) 205.5197

Aconteceu

foto Beth Cruz/AGIL

Raoni, chefe Mentuktire (Txukarramãe) ao Ministro Andreazza: "Aceito ser seu amigo, mas você tem que ouvir o índio" (Brasília, maio/84).

CEDI
Centro Ecumênico de Documentação e Informação
R. Cosme Velho, 98 fundos Cosme Velho
22241 Rio de Janeiro RJ Brasil
tel. (021) 205.5197
Av. Higienópolis, 983
01238 São Paulo SP Brasil
tel. (011) 66.7273

Conselho editorial
Aloizio Mercadante Oliva, Jether Pereira Ramalho,
José Oscar Beozzo, Rubem Alves e Zwinglio Mota Dias.

Equipe de edição deste Aconteceu
Carlos Alberto Ricardo
Dominique Gallois
Fany P. Ricardo
Vincent Carelli

Editor de texto
Carlos A. Ricardo

Editor de foto
Vincent Carelli

Pesquisa e edição de notícias
Fany Ricardo

Montagem dos quadros
Fany P. Ricardo

Projeto gráfico
Delfim Fujiwara

Revisão
Dominique Gallois
Fany P. Ricardo
Regina Müller

Mapas
Mauricio Piza

Arte final
Marco Antonio Teixeira de Godoy

Foto da capa:
Beth Cruz/AGIL

Composição
Forma Composições Gráficas Ltda.
R. Caramuru, 1196
São Paulo, SP

Fotolito
Fototraço Ltda.

Impressão
GRÁFICA E EDITORA FCA
Av. Humberto de Alencar Castelo Branco, 3972
São Bernardo do Campo, SP, Brasil

Colaboraram:
Agência F4, Agil Fotojornalismo, Ângela Cristina Fernandes,
CIMI Norte I, CIMI AC, CIMI RO, Edna Maria Souza, Kátia Aguiar,
Loretta Emiri, Maria do Rosário Carvalho, Marco Antonio Lazarin,
Marta Azevedo, Robin Wright, Sérgio Alli, Sonali Bertuol,
Terri Vale de Aquino, Virgilio Lorencetti.

Sagarana Editora Ltda.
Caixa Postal 58071
01397 São Paulo SP
Brasil

Aconteceu Especial 15

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/84

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Fontes

A Crítica (Manaus, AM)
A Notícia (Manaus, AM)
A Tribuna (Santos, SP)
Cidade de Santos (SP)
Correio Braziliense
Correio do Estado (Campo Grande, MS)
Diário do Acre
Diário do Comércio (MG)
Diário do Comércio e Indústria (SP)
Diário do Congresso Nacional (BSB)
Diário de Cuiabá (MT)
Diário do Grande ABC (SP)
Diário da Manhã (Goiânia, GO)
Diário de Minas
Diário Oficial da União (BSB)
Diário de Pernambuco
Diário do Povo (Campinas, SP)
Diário Popular (SP)
Estado de Minas
Folha do Acre
Folha de Boa Vista (RR)
Folha de São Paulo (FSP)
Fôlha da Tarde (SP)
Gazeta de Alagoas
Gazeta Mercantil (SP)
Gazeta de Notícias (RJ)
Jornal da Bahia
Jornal do Brasil (JB)
Jornal de Brasília
Jornal do Comércio (Manaus, AM)
Jornal do Commércio (Recife, PE)
Jornal de Minas
Jornal de Sata Catarina
Jornal da Tarde (SP)
Notícias Populares (SP)
O Acre
O Dia (RJ)
O Estado (Florianópolis, SC)
O Estado do Paraná
O Estado de São Paulo (ESP)
O Estadão (RO)
O Fluminense
O Globo (RJ)
O Guaporé (RO)
O Liberal (Belém, PA)
O Popular (Goiânia, GO)
O Povo (Fortaleza, CE)
O Rio Branco (AC)
O Roraima
Popular da Tarde (SP)
Porantim (BSB)
Revista Brasil Mineral (SP)
Revista Minérios Extração e Processamento (SP)
Tribuna da Imprensa (RJ)
Tribuna do Ribeira (SP)
Última Hora (BSB)
Zero Hora (RS)

Índice

Juruá/Jutaí/Purus 135

Tapajós-Madeira 143

Sudeste do Pará 151

Maranhão 169

Nordeste 175

APRESENTAÇÃO

Essa publicação apresenta um resumo do que ocorreu nas áreas indígenas do país, no âmbito da política indígena, a nível local, regional e nacional e da política indigenista oficial, durante o ano de 1984.

Esse quadro foi montado pela equipe de edição de POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/CEDI, com base no acompanhamento das notícias veiculadas por 54 jornais diários de todo o país, um jornal mensal e duas revistas, além da colaboração de dezenas de pessoas (missionários, antropólogos, indigenistas, fotógrafos, jornalistas, índios, etc.), que conhecem de perto a situação e compõem uma rede alternativa (à visão oficial) de informações.

Pretende ser um subsídio, com informações fidedignas, atualizadas e abrangentes, para todos aqueles que estão empenhados no apoio às lutas dos povos indígenas por direitos permanentes, no Brasil.

Na versão integral (parte geral + 19 capítulos por Área), conforme aparece no "Índice", a publicação contém 23 comentários assinados, a maior parte escrita especialmente para este número, 21 mapas, 26 quadros e 90 fotos.

A partir deste ano, as notícias deixaram de ser, em vários capítulos, apenas aquilo que "Aconteceu na imprensa" e se passou a incorporar informações de primeira mão, assinadas pelos seus remetentes.

Em seu conjunto, as notícias aparecem classificadas cronologicamente em 125 títulos (povos ou temas), ocupando 332 páginas. Há informações sobre 165 povos, além do registro de 23 evidências de grupos considerados "arredios".

O primeiro bloco de comentários e notícias, impresso em papel de cor amarela, inclui matérias de interesse geral para o público a que se destina a publicação.

A crise crônica da FUNAI, política e administrativa, tornou-se aguda em 84, com a troca de três presidente e o acúmulo de demandas indígenas não atendidas. No início de 1985, um grupo de lideranças indígenas coordenadas pela UNI, se reuniu em Brasília e expressou essa insatisfação quando apresentou um documento (publicado a seguir, com uma introdução de Ailton Krenak) de análise e reivindicações, entre elas pela criação de um novo órgão indigenista.

O emperramento político e administrativo no processo de demarcação das terras indígenas, já visível em 83, aprofundou-se, como demonstra

a análise feita pelos antropólogos João Pacheco de Oliveira Fº e Alfredo Wagner B. de Almeida.

Mas a questão certamente mais debatida publicamente em 84, foi a da entrada (e em que condições) de empresas de mineração em área indígena. As posições e retóricas dos vários setores que se pronunciaram a respeito, aparecem extensamente mapeadas, num capítulo especial, além das inúmeras informações contidas nos capítulos por Área.

Os interesses indígenas e a Constituinte, no horizonte de 1986, sobretudo a possibilidade de uma participação direta de índios na Assembléia e as razões do interesse de empresários e instituições financeiras internacionais na demarcação de terras indígenas, completam os assuntos tratados através de comentários assinados, nas páginas amarelas.

Seguem-se 19 capítulos por Área, numa divisão geográfica que permitisse agrupar as informações sobre todos os povos indígenas e, ao mesmo tempo, viabilizasse tecnicamente a montagem de versões parciais (separatas) da publicação. Especialmente dedicadas aos "leitores locais" (índios e pessoas ligadas às agências de contato direto), as separatas incluem parte das "páginas amarelas", isto é, as notícias e comentários gerais sobre o movimento indígena e a FUNAI, e o caderno referente a uma (ou duas) das áreas, com a intenção de facilitar a consulta e estimular a leitura.

Nessa edição não se repetiu, nos quadros de dados básicos por povo e por Área, a coluna de informações sobre a situação jurídica das terras indígenas. Pretende-se fazer uma versão atualizada e mais completa dessas informações na edição do próximo ano.

S. Paulo, junho de 1985

A UNI E O MOVIMENTO INDÍGENA

Ailton Krenak

coordenador de publicações, UNI-SUL, SP.

Foram em número de cinco os eventos com participação do movimento indígena organizado na UNI — União das Nações Indígenas — no período de maio/84 a maio de 1895. Este ano político, que teve início no II.º Encontro Nacional de Lideranças Indígenas, em maio/84, passando pelo "I.º Congresso Indígena Mineiro" (julho/84) e pela "I.ª Assembléia Indígena do Acre e Sul do Amazonas, que reuniu representantes de 22 áreas desta região, em trabalhos que duraram mais de 10 dias, neste período pela instalação de uma Regional da UNI em Rio Branco.

Em setembro, tivemos a participação de uma delegação da UNI no IV.º Congresso Mundial dos Povos Indígenas — Panamá, onde, pela primeira vez, o Movimento Indígena do Brasil pôde ter uma representação formal junto ao Conselho Mundial dos Povos Indígenas — CMPI. Em 85 houve a Assembléia Geral dos Tuxáuas, realizada em Surumú — Território de Roraima, marcando uma nova relação das comunidades Makuxi, Wapixana e Yanomami com os povos que já vinham integrando o Movimento Indígena (vejam no capítulo "Roraima I").

Sem falar na importante reunião Guarani realizada em março último, na área de Ocoí, com representantes de comunidades de vários estados. Deste período de intensa articulação indígena, nas regiões mais diversas do país, de uma comunicação permanente com os vários grupos que acorreram, seja a Brasília ou qualquer outro centro de decisão política, permitiram a Coordenação do Movimento Indígena definir um programa de reestruturação da política indigenista do estado. Este programa passa obrigatoriamente por uma intervenção na FUNAI, na sua ocupação e controle por parte dos que têm realmente interesse na sua transformação.

O texto que segue foi resultado de reunião de 2 dias, realizada em Brasília, dias 5 e 6 de maio, por representantes da UNI além da presença de todos os Coordenadores Regionais. Este texto é um basta na situação de abuso e corrupção a que chegou a política indigenista oficial, e sobretudo a exigência de mudanças urgentes!

No momento atual em que se discute a indicação de um novo presidente da Funai, o movimento indígena aqui representado pelas lideranças dos povos Tukano, Apurinã, Kaxinauá, Tuxá, Kiriri, Pataxó, Bororo, Cayabi, Apiacá, Nambiquara, Xavante e Kaingang, reunidos em assembléia com todos os representantes e coordenadores da União das Nações Indígenas (UNI) fazemos as seguintes denúncias e reivindicações:

Mudanças profundas e um novo órgão

1 — Exigimos uma mudança profunda na Funai, que até agora não tem resolvido os nossos problemas mais prementes. As sucessivas administrações da Funai desde a sua criação têm privilegiado apenas os seus funcionários em detrimento das demarcações de nossas terras e de programas de saúde e educação em nossas comunidades indígenas. A maior parte dos recursos da Funai é para pagar os seus 3.200 funcionários e agora mesmo estão gastando milhões de cruzeiros para realizar concursos e treinamentos de 200 novos empregados brancos para serem os intermediadores de nossas nações indígenas.

A Funai não cumpriu o seu papel de tutor, não demarcou as nossas terras, segundo as leis vigentes neste país, e ainda permitiu que companhias mineradoras, garimpeiros, fazendeiros, seringalistas e grandes projetos de barragens e estradas invadissem as nossas terras ou áreas indígenas. A grande maioria de seus funcionários atuais não tem sensibilidade e capacidade para tratar de nossos problemas. Estão mais preocupados com seus altos salários e mordomias.

A Funai está desmoralizada, enfraquecida, sem dinheiro e pouca democracia. Seus funcionários estão atualmente mais preocupados em disputas pelo poder dentro do órgão indigenista oficial do que com as nossas verdadeiras reivindicações. Eles dividem e querem mandar em nossas áreas indígenas como se elas fossem verdadeiras capitanias hereditárias. Alguns se agridem fisicamente na sede de Brasília e os delegados-regionais e chefes de postos disputam o poder entre si e não se entendem e não respeitam as nossas lideranças indígenas. O atual presidente interino da Funai está confundindo a cabeça com dinheiro público e quer a consciência de muitos de nossos irmãos índios, manipulando vergonhosamente e dividindo o movimento indígena para permanecer no poder, assinando portarias que permitem garimpeiros e companhias mineradoras invadirem e saquearem as riquezas existentes dentro de nossas áreas indígenas.

A nova República para os índios deve ser uma nova Funai, administrada por pessoas competentes e responsáveis, e com a participação crescente de nossas lideranças e representantes indígenas. Por isso, reivindicamos que o Governo brasileiro faça uma intervenção na Funai para avaliar os gastos, o desmando e a falta de uma política indigenista voltada para a resolução de nossos problemas fundamentais. Queremos que as novas autoridades deste país abra um inquérito dentro da Funai para que nos explique os gastos do órgão que foram gastos pelo órgão oficial. Queremos que os funcionários corruptos sejam demitidos imediatamente da Funai.

A maioria de nossas nações indígenas não foram beneficiadas com os recursos financeiros que foram administrados pelas sucessivas presidência da Funai, inclusive a atual. Tais recursos foram mal distribuídos e desviados pela Funai, não sobrando nem migalhas para as nossas comunidades indígenas da Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e do Sul do país. Não houve apoio efetivo da Funai, outras só receberam esmolas e assim mesmo porque alguns de nossos representantes e lideranças vieram de longe para pressionar em sua sede em Brasília. As delegacias regionais da Funai não têm autonomia e competência para resolver os problemas de nossas comunidades, ocasionando uma grande concentração de índios na sede de Brasília com gastos enormes e desnecessários. O atual presidente da Funai não tem competência para solucionar os nossos problemas e o órgão se desgasta politicamente, mais parece um órgão da Máfia devido à corrupção e à mordomia de seus dirigentes e funcionários nestes últimos anos dos governos militares.

Além de mudanças profundas, reivindicamos a criação de um novo órgão indigenista em lugar dessa Funai para resolver as nossas dificuldades, ou uma secretaria ou um Ministério do Índio ligado diretamente à Presidência da República e que haja uma participação crescente de nossos representantes e lideranças em todo que diz respeito aos nossos próprios destinos. E para dirigi-lo sejam escolhidas pessoas competentes, comprometidas com as nossas lutas e reivindicações e que sejam indicadas pelo consenso de nosso movimento indígena. Queremos que esse novo órgão indigenista seja sério, representativo e democrático."

Direitos específicos

2 — "Apesar de todo genocídio e etnocídio praticado contra nossos povos indígenas neste país, de vivermos atualmente sem as nossas terras demarcadas, sem programas de saúde e de educação bilíngüe decente e de projetos econômicos que beneficiem as nossas comunidades, sem assistência por parte do governo brasileiro para as nossas 180 nações indígenas, de assistirmos os crimes e assassinatos cometidos contra as lideranças de nosso movimento indígena, de vermos as nossas áreas serem saqueadas por mineradores, fazendeiros, seringalistas e construções de estradas e hidroelétricas em nossas áreas, apesar de tudo isso estamos ainda vivos e querendo viver com mais dignidade humana. O preço que já pagamos não pode mais ser cobrado por um Estado que seja verdadeiramente democrático e que defenda a instalação de uma nova República neste país. O governo deve assumir de vez essa responsabilidade, assegurando o direito de nossos diferentes povos resguardar as nossas identidades de nação indígenas, para não sermos tratados como estrangeiros dentro do nosso país. Somos povos distintos, cidadões brasileiros e com direitos específicos.

Lembramos aqui os últimos crimes e assassinatos cometidos impunemente contra as lideranças de nosso movimento indígena como: Ângelo Kretan, Alcides Maxacali, Ângelo Pancararé, Marçal de Souza Guarani e José Carvalho Kiriri, que perderam as suas vidas porque lutavam pelos direitos e reivindicações."

Revogação do 88.118/83

3 — "Exigimos as demarcações de nossas terras e que elas não sejam invadidas, porque isto é de fundamental importância para a vida de nossos povos indígenas. A Funai tem gastos muitos recursos com as delimitações de nossas terras, baseadas em estudos de eleições de áreas indígenas quase sempre desonestos e incompetentes, porque não partem das legítimas aspirações de nossas nações indígenas. Apesar de tudo isso pouco ou quase nada tem sido feito no sentido de demarcá-las efetivamente. Exigimos as demarcações imediatas de nossas áreas indígenas e que elas não sejam intruzadas por nenhum tipo de invasores.

Queremos a revogação do decreto 88.118/83, que veio complicar ainda mais a regularização fundiária de nossas terras indígenas e a anulação do decreto 88.985/83, que provocou uma corrida desenfreada de garimpeiros e companhias mineradoras para dentro de nossas áreas, saqueando as riquezas minerais existentes em muitas de nossas terras. Reivindicamos que todas as riquezas existentes no solo e sub-solo de nossas terras sejam de posse efetiva de nossas nações indígenas.

Enfim, reivindicamos que a Nova República e um Estado que se diga democrático não protele mais as demarcações de nossas áreas indígenas. E que nossos representantes e lideranças possam participar com direito a voz e a voto nas de nossas terras sejam de posse efetiva de nossas nações indígenas.

Ao lado das demarcações imediatas de nossas áreas reivindicamos ainda projetos econômicos discutidos previamente e administrado diretamente pelas nossas comunidades para que possam ocupá-las produtivamente por conta própria e segundo os nossos costumes e tradições. Sofremos atualmente muita exploração econômica em nossas terras. É preciso que o Governo brasileiro ajude com recursos as nossas nações indígenas para que essa exploração econômica que sofremos não seja tão prejudicial às nossas vidas. Precisamos deles para que possamos organizar por conta própria as nossas áreas indígenas, sem a intermediação dos funcionários da Funai.

Queremos participar das decisões sobre as nossas terras diretamente com o novo Ministério da Reforma Agrária. Exigimos que as mineradoras, os fazendeiros, as hidroelétricas e estradas fiquem fora de nossas terras. Queremos fazer uma paz duradoura e permanente com os brasileiros sem terras, que não tendo mais para onde correr começam a invadir as nossas áreas indígenas. Para isso é preciso haver uma verdadeira reforma agrária que beneficie efetivamente milhões de brasileiros Sem Terras, mas que isso não seja feito em detrimento de nossas áreas indígenas.

As precárias condições de saúde são alarmantes em nossas áreas indígenas. Todos os anos epidemias de sarampo, coqueluche, malária, tuberculose e outras tantas têm ceifado muitas vidas humanas em nossas comunidades, principalmente na Amazônia aonde estão concentradas as maiorias de nossas nações indígenas. Exigimos médicos e enfermeiras competentes que organize vacinas preventivas em nossas áreas e que se preparem os próprios índios para sermos os agentes de saúde de nossas comunidades porque temos mais compromisso com elas do que os funcionários da Funai, que raramente conseguem se adaptar nas nossas áreas.

Queremos também que programas de educação sejam realizados pelos próprios índios e com materiais didáticos que falem sobre as nossas próprias realidades, não esquecendo de ser uma educação bilíngüe e que dê maior autonomia para as nossas populações indígenas. Reivindicamos que o Governo brasileiro nos dê condições para freqüentarmos as universidades independentes das normas exigidas pelo vestibular."

Reconhecimento oficial da UNI

4 — "Reivindicamos ainda que o Governo brasileiro reconheça oficialmente a UNI como autêntica representante dos nossos povos indígenas. Somente a UNI será capaz de representar democraticamente a vontade política de nossas diversas nações indígenas. Somente pelo fortalecimento da UNI seremos capazes de absorver democraticamente as nossas divergências, buscando um consenso dentro de nosso movimento indígena. Queremos negociar diretamente com o Governo brasileiro, sem os nossos antigos intermediários da Funai. Nós, representantes e lideranças das 180 nações indígenas hoje existentes no país, queremos ficar independentes e libertos desses intermediários e interlocutores que atualmente desempenham tais papéis dentro da Funai.

A UNI representada pelos seus diferentes coordenadores regionais e pelas lideranças e representantes de nosso movimento indígena exigimos que sejam expulsas de nossas áreas o Instituto Lingüístico de Verão, as missões Novas Tribos e outras entidades religiosas que não querem se comprometer com as nossas reivindicações e problemas. Estas missões estão mais interessadas em realizar uma expropriação espiritual de nossos povos do que nos ajudar concretamente nessa caminhada pela nossa libertação."

Participação indígena na Constituinte

5 — "Finalmente para terminarmos este nosso documento, conclamamos ao país para que o nosso movimento indígena possa participar dos grandes debates e simpósios públicos sobre a constituinte, porque nós também queremos mudar as leis relativas aos nossos povos indígenas. Pelas atuais leis vigentes somos considerados relativamente incapazes e tutelados pela Funai que tem história vergonhosa. Durante este período de Constituinte exigimos que nossos representantes indígenas participem diretamente nas formulações de leis que nos dizem respeito. Queremos que nas novas leis não haja mais lugar para os falsos intermediadores que hoje usam a Funai apenas para defender os seus próprios interesses, em vez de defender os nossos direitos. A Funai, que surgiu durante estes anos de ditadura militar, que herdou todos os defeitos e desmandos do antigo SPI, está com os seus dias contados a partir da Nova Constituição.

Solicitamos o apoio concreto do Governo Federal, do Senado e Congresso Nacional, especialmente a Comissão do Índio, para executar reestruturação total da FUNAI, e que o novo responsável por esse órgão indigenista não pague pelos abusos de corrupção e de incompetência dos administradores da Velha República.

Na certeza de sermos compreendidos no Senado e no Congresso Nacional, a UNI exige para os representantes do povo brasileiro, independente de partidos, analisem a nossa questão com delicadeza e carinho para edificação da NOVA REPÚBLICA."

Brasília, 06 de maio de 1985.

Assinam: Paulo Nonda Xavante
Domingos Veríssimo Marcos Terena
Gabriel Gentil Tukano (UNI-AM)
Paulo Meriecureu Bororo (UNI-Centro-Oeste)
Antonio da Veiga Kaxinawa
Samado dos Santos Pataxó
Osaias Sales Kaxinawá
Biraci Brasil Yanawá
Lázaro Kiriri
Francisco dos Santos Tuxá
Modesto Pereira Terena
José Augusto Xucurú-Kariri

Aconteceu

IIº ENCONTRO DOS POVOS INDÍGENAS

Pedida a demissão de Otávio

Pintados de vermelho, cocar na cabeça e borduna nas mãos, num traje exclusivo para os dias de festas, os representantes das tribos pataxós, xerentes e bakairis, que sentaram na primeira fila da sala de comissões da Câmara dos Deputados, conseguiram transmitir sem palavras o significado maior do II Encontro Nacional dos Povos Indígenas: paz para negociar as reivindicações, mas união para fazê-las valer.

Esse foi o clima predominante nas abertura do II Encontro dos Povos Indígenas, do qual participaram cerca de 300 índios representando 170 povos e 250 mil pessoas. Eles vieram trazendo várias reivindicações. Mas o ponto central de suas discussões se refere à mudança do presidente da Funai. "Assim como o povo brasileiro quer eleger o presidente da República, os povos indígenas querem escolher o presidente da Funai", explicou o deputado Mário Juruna, que durante a sua exposição foi muito aplaudido.

Ontem de manhã, os índios decidiram realizar uma eleição simulada para levantar nomes capazes de assumir a presidência da Funai. Esses nomes, prof. Dalmo Dallari, Carlos Moreira Neto (antropólogo) e Pedro Paulo Fatorelli (ex-superintendente da Funai) serão apresentados ao presidente Figueiredo em audiência a ser marcada, mas caso ela não seja concedida, o documento será entregue por outras vias. (**Diário Popular, 03/04/84**).

Polícia para proteger a FUNAI

As cenas lembravam um campus universitário na década de 60, em dia de assembléia estudantil: tropas de choque, policiais armados de cassetete e revólveres, agentes federais circulando com walkie-talkies, cães pastores prontos para avançar. Foi assim que os funcionários da Funai encontraram o prédio onde funciona o órgão tutor dos índios, no Setor de Indústria, às oito e meia da manhã de ontem.

Do outro lado da cidade, na Esplanada dos Ministérios, as mesmas cenas. O bloco do ministério do Interior, ao lado da Catedral, estava cercado pelos policiais. Tanto o ministro Mário Andreazza, como o presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima, temendo uma invasão dos 450 líderes indígenas que estão reunidos em Brasília, solicitaram à Secretaria de Segurança Pública precauções contra os índios.

Enquanto isso, os líderes indígenas, reunidos na sala da Comissão de relações da Câmara dos Deputados, concluíam o documento que foi encaminhado ao procurador-geral da República, Inocêncio Mártires Coelho.Em ordem, sem qualquer intenção de invadir a Funai ou o Ministério do Interior, eles escolhiam a comissão de representantes que levaria o documento.

Só às dez da manhã o xavante Mário Juruna (PDT-RJ), que coordena o encontro das lideranças, soube que a Funai estava cercada. Indignado com a "Falta de respeito", o deputado dirigiu-se ao Setor de Indústria em companhia de oito xavantes, entre eles o cacique Aniceto Tsudzaveré e do deputado Nadir Rossetti (PDR-RJ). Juruna foi solicitar a retirada da polícia.

O presidente da Funai não recebeu Juruna. Mandou dizer que estava em reunião. O deputado conversou apenas com um dos diretores do órgão, Carlos Grossi, que lhe disse não ter competência para retirar os policiais.

Há mais de uma semana o presidente da Funai vinha se prevenindo contra a invasão do prédio. Determinou a instalação de interfones em todo o prédio, mandou colocar mais uma porta para proteger seu gabinete e na última sexta-feira, visitou uma a uma todas as salas do órgão, dizendo aos funcionários que não haveria risco, pois as medidas de defesa estavam sendo implantadas. (**Cidade de Santos, 04/04/84**).

Incidente no Congresso

O II Encontro de Líderes Indígenas terminou, ontem, em Brasília com um incidente entre os índios e o deputado malufista Diogo Nomura (PDS-SP), que no início dos debates, à tarde, exigiu a paralisação da reunião que estava sendo realizada na Comissão de Relações Exteriores da Câmara. O deputado, que é presidente da Comissão, disse que a reunião ficaria suspensa até a chegada do deputado Mário Juruna, afirmando que o índio Marcos Terena, que falava no momento, estava incitando os índios contra os brancos. Logo após o incidente, Juruna chegou ao local e, depois de determinar o reinício dos debates, afirmou que não podia admitir que um deputado japonês expulsasse os índios

foto Paula Simas/AGIL

No II.º Encontro Nacional dos Povos Indígenas no Brasil, os índios armaram um acampamento nas proximidades do Congresso Nacional, em Brasília.

foto Josemar Gonçalves/UH-BSB

Durante os dias do Encontro, o prédio da FUNAI foi "protegido" pela tropa de choque da PM.

foto Paula Simas/AGIL

No final, uma delegação foi à PGR reivindicar a revogação do dec. 88.118/83.

da comissão. O deputado Amaury Muller (PMDB-SP) pediu desculpas aos índios. "Vocês índios — afirmou — são mais civilizados do que a gente".
"Aqui não é casa de japonês, de americano ou de alemão" — disse Juruna. "Aqui é casa de brasileiro. Os índios estão aqui a convite da Comissão do Índio e quem manda hoje aqui é Juruna, representante de todas as nações indígenas". Ainda indignado com a atitude de Nomura, Juruna perguntou aos presentes: "Vocês sabem quem é o presidente do Incra?" Ele mesmo respondeu: "É um japonês". E prosseguindo: "Vocês sabem quem é o presidente da Petrobrás? Também é japonês". Concluindo, Juruna afirmou: "Depois das eleições diretas muita gente vai cair".
No final do encontro os índios divulgaram um documento de repúdio à exposição de motivos 055, de agosto de 83, assinada pelos ministros da Justiça, Abi-Ackel e de assuntos fundiários, Danilo Venturini, que entre outras coisas estabelece que, em casos de perturbações da ordem, ou necessidade de assegurar o exercício dos poderes constituídos, as Forças Armadas poderão intervir nas áreas indígenas. Os índios criticam particularmente a exposição quando ela estabelece que a intervenção nas áreas indígenas por forças policiais ou militares poderá ser desencadeada a pedido da Funai ou por particulares interessados **(Diário do Grande ABC, 05/04/84).**

Dallari assumiria FUNAI "desatrelada"

O jurista Dalmo Dallari, integrante da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, afirmou ontem que teria o máximo prazer em assumir a presidência da Funai, "desde que o órgão estivesse desatrelado do ministério do Interior, conseqüentemente da política econômica do governo, e pudesse desenvolver uma verdadeira política indigenista, inexistente no País". **(FSP, 5/4/84).**

Negada inconstitucionalidade

O Procurador-Geral da República, Inocêncio Mártires Coelho, indeferiu o pedido de argüição de inconstitucionalidade do Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983, e da Portaria do MINTER e do MEAF, nº 002, de 17 de março do mesmo ano, que dispõem sobre o processo administrativo de demarcação de terras indígenas — determinando que seja feito por um grupo de trabalho interministerial e não mais apenas pela Funai como prevê o Estatuto do Índio. Inocêncio entendeu que esses atos normativos não contrariam a Constituição Federal, nem extravasam os limites fixados na Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio).
Em abril passado, quando do II Encontro dos Povos Indígenas Brasileiros, 400 líderes assinaram um documento solicitando a argüição de constitucionalidade daqueles documentos governamentais, e o entregaram ao Procurador-Geral da República, porque estavam certos de que o objetivo do decreto e da portaria é o de esvaziar a autoridade do órgão tutelar, o que prejudica seus direitos. **(Jornal de Brasília, 12/06/84).**

SIMPÓSIO "ÍNDIOS E ESTADO"

"Nova política indigenista"

Mudança total nas relações entre o Estado e os índios, abrindo canais para que as comunidades participem das decisões, e criação de um novo órgão tutor, que seja "órgão de representação" dos índios junto ao poder executivo. Estas são as diretrizes-mestras de uma nova política indigenista brasileira, que está sendo elaborada por entidades de apoio ao índio de todo o País, no simpósio "Índios e Estado", promovido pela Fundação Pedroso Horta, do PMDB, a pedido do candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves.
O simpósio com encerramento previsto para hoje, conta, também, com a participação de lideranças indígenas e do deputado Mário Juruna. O antropólogo Olímpio Serra, que presidiu ontem os trabalhos, disse que o "mote principal de uma nova política indigenista deve ser a mudança de postura do Estado, que até hoje tem seguido uma tradição colonialista, considerando os índios sob uma perspectiva de "futuros não-índios".
O presidente do PMDB, deputado Ulisses Guimarães, encerrará o seminário hoje, à noite, recebendo os subsídios para a elaboração da política indigenista de Tancredo Neves. Entre os participantes — representantes de todas as entidades de apoio ao índio do País —, duas posições já são consenso: a reestruturação total da Funai, com sua retirada do âmbito do Ministério do Interior (alguns sugerem sua vinculação direta à Previdência da República) e o fim do atual sistema de deliberação para demarcação de áreas indígenas, com a volta desta prerrogativa à Funai. **(Correio Braziliense, 27/11/84).**

Entregue documento a Tancredo

A reformulação de toda a política indígena no país, com base em contatos permanentes com as diversas comunidades indígenas, foi a promessa feita, ontem pelo candidato Tancredo Neves, ao receber em seu escritório eleitoral 15 índios, de várias nações. Os índios entregaram ao ex-governador mineiro documento contendo as conclusões de seminário realizado nos dias 26 e 27, na Câmara dos Deputados, promovido pela Fundação Pedroso Horta, do Distrito federal.
O candidato da Aliança Democrática defendeu a manutenção das populações indígenas no seu território de origem e comprometeu-se em realizar, no seu governo, a demarcação das terras indígenas. A promessa de Tancredo foi feita a 15 representantes da comunidade indígena, antropólogos e membros de entidades pró-índio.
Em nome das tribos indígenas, Janocula, do Parque do Xingu, fez a entrega do documento e pediu a Tancredo uma mudança na política indigenista no país.
O candidato das Oposições foi ainda saudado pelo presidente das Uniões Indígena, Ailton Krenak, e pelo Pataxó, Nailton Muniz. **(Jornal de Brasília, 29/11/84).**

CMPI

IV Assembléia Geral

Os milhares e milhares de metros quadrados de carpetes com desenho exclusivo, no suntuoso Centro de Convenções Atlapa, na capital do Panamá, foram diligentemente pisados, durante a última semana de setembro, por mais de 200 lideranças indígenas, procedentes de 23 países, que ali se encontravam para a IV Assembléia Geral do CMPI — Conselho Mundial de Povos Indígenas. O tema central — autodeterminação — foi discutido com entusiasmo pelos representantes das cinco regiões (de três continentes) que compõem o CMPI: Região do Pacífico (Austrália, Nova Zelân-

fotos Paula Simas/AGIL

PALAVRAS DE TANCREDO NEVES:

"O grande problema indígena no Brasil é a demarcação. E a demarcação, que é realmente muito pequena, em face da extensão dos territórios ocupados pelos índios e dos territórios a que eles têm direito, tem de ser realmente incentivada."

(JT, 12.02.85, trecho de uma resposta dada durante entrevista coletiva à imprensa nacional e internacional, no Congresso, em Brasília, no dia 11).

Delegação indígena entrega ao candidato Tancredo Neves o documento final do seminário "Índios e Estado" (Brasília, 28.11.84).

dia e várias ilhas sob dominação colonial); Conselho Nórdico Sâmi (Noruega, Finlândia e Suécia); Região da América do Norte (Canadá e Estados Unidos); Corpi — Coordenadoria Regional de Povos Índios (América Central e México); e Cisa — Conselho Índio da América do Sul (o qual inclui, entre seus organismos-base, a UNI — União das Nações Indígenas, que enviou para a Assembléia três representantes: Ailton Lacerda, Krenak, de São Paulo; José Apolônio dos Santos, Xokó, de Sergipe; e Biraci Brasil, Yawanawá, do Acre. (**Porantim, nov. 84**).

COMISSÃO DO ÍNDIO

Parecer da Comissão é contra

Por 12 votos a nove, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara decidiu ontem que o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) não será reconduzido à Presidência da Comissão do Índio, cargo para o qual foi eleito em setembro de 1983 e no qual permaneceu menos de três meses.

O entendimento dominante — dos Deputados do PDS — foi o de que deveria ser observado dispositivo do Regimento Interno, segundo o qual, no início de cada sessão legislativa, deve ser realizada eleição para a renovação dos mandatos dos dirigentes.

A questão havia sido levada à Comissão de Constituição e Justiça pelo próprio Juruna. (**O Globo, 12/04/84**).

Juruna continua

Graças ao presidente da Câmara, Flávio Marcílio, o deputado-cacique Mário Juruna vai poder continuar a exercer o seu mandato de presidente da Comissão do Índio, pelo menos até que o plenário delibere sobre a decisão da Comissão de Justiça. (**JB, 16/04/84**).

O ex-presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, afirmou, ontem, na Comissão do Índio da Câmara, que dos 296 pedidos de ingressos em áreas indígenas feitos por mineradoras, 97 pertencem a empresas estrangeiras. Ele reafirmou para os deputados que a sua demissão da Funai foi causada pela não assinatura da portaria que iria regulamentar o decreto 88.985, de 1983, que permite a exploração de minérios nas áreas da Funai por empresas particulares.
Jurandy foi criticado por dois parlamentares: O deputado Mário Juruna, que foi atacado por Jurandy, quando afirmou no mês passado que os Pataxós da Bahia não eram índios e, por isso, deveriam ser assistidos pelo Incra e não pela Funai, e deputado João Batista Fagundes, do PDS de Roraima, defensor da portaria condenada pelo ex-presidente da Funai. Jurandy apresentou, ao final, o que chamou de resultados dos seus três meses de administração: o levantamento de 37 áreas indígenas para efeito de demarcação. (**Jornal de Brasília, 20/03/84**).

Pela extinção

O deputado Mozarildo Cavalcanti (PDS-RR), membro da Comissão do Índio, deu entrada na Câmara dos Deputados a um Projeto de Resolução (nº 214, de 1984), propondo a extinção da Comissão do Índio e a criação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos. Na justificativa do projeto, o Deputado alega que é um privilégio o índio ter uma Comissão específica em relação a outras minorias como os negros e as mulheres, que deverão estar contemplados na nova Comissão proposta (**setembro de 1984**).

FUNAI

Convênio interministerial

O Ministro do Interior, Mário Andreazza, assinou ontem convênios com o Ministro da Agricultura, Amaury Stabile, e com a Ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, estabelecendo uma ação conjunta entre os três Ministérios para o atendimento das comunidades indígenas do Brasil nos campos da agricultura e da educação. A solenidade foi assistida por cerca de 20 índios — dos grupos Bororó, Bakairi, Terena, Txucarramãe, Xerente e Carajá — que reivindicaram maior participação das comunidades indígenas nas decisões que lhes digam respeito. O Deputado Mário Juruna criticou a assinatura dos convênios, que, segundo afirmou, "não passam de mais um artifício do Ministro Andreazza para a campanha sucessória". (**O Globo, 01/02/84**).

Verba para demarcações

O FINSOCIAL destinará um bilhão e quinhentos milhões para a FUNAI; que serão aplicados na identificação, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas localizadas em 16 estados e nos territórios do Amapá e Roraima, beneficiando mais de onze mil índios. Os recursos serão liberados sob a forma não reembolsável, pelo BNDES, órgão vinculado à SEPLAN e responsável pela administração do FINSOCIAL. (**Diário Popular, 13/03/84**).

FUNAI define política de atração

A Funai divulgou portaria definindo, pela primeira vez desde sua criação, uma política para atração de índios arredios. Segundo a orientação, as frentes de atração para contato com índios isolados — hoje cerca de 15 mil — só serão constituídas no exclusivo interesse das comunidades indígenas, quando estiver comprovado algum perigo que coloque em risco a integridade do grupo. A Funai tem hoje seis frentes de atração para contato com os grupos isolados na Amazônia legal. As frentes de atração serão chefiadas somente por sertanistas e sua transformação em posto indígena será sempre precedida de parecer do chefe da frente. (**O Globo, 22/3/84**).

Tropa de choque contra presença de líderes indígenas

As cenas lembravam um campus universitário da década de 60, em dia de assembléia estudantil: tropas de choque, policiais armados de cassetete e revólveres, agentes federais, cães pastores prontos para avançar. Foi assim que os funcionários da Funai encontraram o prédio onde funciona o órgão tutor dos índios, na manhã de ontem. Do outro lado da cidade, as mesmas cenas: o Ministério do Interior estava cercado pelos policiais. Tanto o ministro Andreazza como o presidente da Funai, temendo uma invasão dos 450 líderes indígenas que estão reunidos em Brasília, solicitaram à Secretaria de Segurança Pública precauções contra os índios. Enquanto isso, os líderes indígenas, reunidos na sala da Comissão de Relações da Câmara dos Deputados, concluíam a documento que foi encaminhado ao procurador-geral da República. Em ordem, sem qualquer intenção de invadir a Funai ou o Ministério do Interior, eles escolhiam a comissão de representantes que levaria o documento. O cacique Aniceto, chefe da reserva Xavante de São Marcos, em Mato Grosso, manifestou sua tristeza. "É assim que nos recebem. Nós nunca recebemos chefe da Funai com guerreiros armados. Isso está acabando. Funai está acabando. Não é mais tutor, agora vem agredir com desrespeito. Nós não somos inimigos. Queremos apenas segurança para nossas terras". (**FSP, 4/4/84**).

Andreazza demite presidente da FUNAI

O Ministro do Interior, Andreazza, demitiu ontem o Presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, em troca da libertação dos funcionários da Fundação, reféns do Txukahamãe, rebelados no Xingu. As negociações entre o Governo e os índios prosseguirão hoje, quando será debatida a questão da faixa de 40 quilômetros reivindicada pelos Txukahamãe. (**O Globo, 1/5/84**).

Fonseca assume a FUNAI e nomeia índios

O novo presidente da Funai, Jurandy Marcos Fonseca, advogado, 44 anos, foi nomeado ontem e já escolheu dois índios para cargos de chefia: Marcos Terena, chefe de gabinete, e Megaron, diretor do Parque Indígena do Xingu. Esta é a primeira vez que os índios assumem postos importantes dentro do órgão tutor e Fonseca justificou sua escolha dizendo: "Hoje a realidade é outra e por entender essa nova realidade, convidei índios para minha administração. Eu teria o maior orgulho da minha vida se no final da minha gestão passasse o cargo de presidente para um índio. Não posso prometer nada, mas quem sabe..."
Jurandy Marcos Fonseca não é leigo na questão indígena. Foi chefe de gabinete de dois ex-presidentes (generais Bandeira de Melo e Ismarth Araújo de Oliveira). Nasceu na aldeia indígena de Taunay, município de Aquidauana (MS), onde vivem os Terena. Seu pai participou da comissão Rondon e trabalhou no

extinto SPI. Seu nome recebeu incondicional apoio do deputado Mário Juruna e ontem mesmo os dois se reuniram para discutir os problemas mais urgentes da Funai: demarcação e falta de recursos. (FSP, 9/5/84).

Substituições

Na Funai, em Brasília, informou-se que o novo Superintendente Executivo do órgão será o funcionário da Sudeco Eraldo Pereira dos Santos, que substituirá Lamartine Ribeiro de Oliveira, um dos reféns dos txucarramãe. A Diretoria de Assistência aos Índios, antes ocupada por Carlos Grossi (outro dos reféns) ficará com Gerson da Silva Alves, ex-Diretor do órgão e ex-Delegado em Mato Grosso. (**O Globo, 15/05/84**).

Posse no Amazonas

O presidente da Funai, Jurandir Matos Fonseca participou ontem, em Manaus, da posse do novo delegado da Funai, Aldo Gomes da Costa, ex-secretário de Educação, substituto de Kazuto Kawamoto, que durante mais de oito anos presidiu a delegacia do órgão no Amazonas. Jurandir Fonseca disse que a "Amazônia receberá uma prioridade especial, porque existem áreas calmas hoje, mas que podem gerar tensões. Por isso, vamos dar prioridade à demarcação da Amazônia". (**Folha da Tarde, 23/05/84**).

Novo delegado do NE

O presidente da FUNAI, esteve na posse de Leonardo Reis como novo delegado do NE, em Recife, substituindo a Dinarte Nobre de Madeiro. (**Correio do Estado, 28/05/84**).

FUNAI com índios só, é pouco

O presidente do CIMI e bispo do Xingu, dom Erwin Krautler, afirmou ontem, em Goiânia, não acreditar que somente a presença de índios na direção da Funai possa provocar mudanças na política indigenista oficial. Considerou o fato como uma perspectiva animadora pois foi uma vitória dos povos indígenas, mas ressaltou a existência de uma diferença fundamental entre a política indigenista defendida pelo CIMI e a colocada em prática pelo Governo em atenção aos grupos empresariais nacionais e multinacionais. Segundo ele, enquanto o CIMI entende os povos indígenas com todos direitos de ocupar suas terras, viver com seus padrões culturais, enfim luta pela preservação da identidade do índio, a Funai e a política desenvolvimentista do Governo se voltam contra os povos indígenas, isso porque faz uma política de assimilação e integração gradativa, que virá transformar o índio num brasileiro comum, ou seja, o desrespeito total de sua identidade. (**O Popular, 02/06/84**).

Mais verbas do FINSOCIAL

O Finsocial liberou ontem Cr$ 2,09 bilhões para financiar o Programa de Desenvolvimento e Assistência às Comunidades Indígenas, que inclui 140 projetos de sustentação alimentar, geração de excedentes comercializáveis e melhor ocupação das terras. As comunidades indígenas de 14 Estados deverão usar o dinheiro para o plantio de amendoim, algodão, arroz, batata, feijão, milho e soja.
Os índios pataxós e quiriris, da Bahia, foram ainda beneficiados com um convênio que a Funai firmou ontem com a Cobal, no valor de Cr$ 39 milhões; eles vão receber gêneros alimentícios sem intermediação e ainda terão o direito de escolher o tipo de alimento desejado. Antes de serem entregues, os alimentos vão receber laudo técnico da Secretaria da Saúde, atestando sua qualidade. Os supermercados da Cobal em Alagoinha e Ilhéus estão encarregados da distribuição. (**ESP, 07/06/84**)

Apoena: abertura na FUNAI é "blefe"

Diante dos últimos acontecimentos em Bauru, o sertanista e delegado da Funai em Porto Velho, Apoena Meirelles, fez ontem duras críticas ao órgão, acusando de ser um "grande blefe" a sua "propalada" abertura. Para Apoena, a fundação visa, na verdade, a "iludir as verdadeiras lideranças indígenas e a opinião pública com objetivos político-demagógicos". O sertanista ainda acusou o deputado Mário Juruna de estar apoiando a atual administração da Funai, porque seus "interesses pessoais foram atendidos". Segundo Apoena, Juruna conseguiu emprego para parentes seus na fundação.
"Tudo não passa de um grande engodo", declarou, acrescentando que os líderes indígenas e ex-contestadores da Funai "acalmaram-se nas mordomias do poder em Brasília". E eles só voltarão a criticar a fundação quando "voltar a política de se atender qualquer índio". "Essa é a verdadeira história da abertura da Funai", afirmou, "uma farsa da qual me recuso a participar". O sertanista denunciou que "estão corrompendo o índio com poder e cargos" e isso, em sua opinião, vai resultar na anulação de verdadeiros líderes indígenas, que poderiam estar nas aldeias cuidando de suas comunidades.
Segundo Apoena Meirelles, o deputado Mário Juruna — "que sempre se mostrou um crítico permanente da Funai" — está apoiando a atual administração porque sua mulher foi contratada como secretária da fundação, em Brasília, e tem um filho e mais quatro sobrinhos exercendo funções na delegacia de Barra do Garça. Para esconder "desmandos" como estes — "feitos para atender e silenciar seus ex-críticos" —, os boletins da Funai hoje são restritos aos diretores, quando desde o início sempre circularam entre todos os funcionários, denunciou ainda o sertanista.
"Lamento profundamente, sem mágoas, mas com imensa tristeza, que a oportunidade dada a esses críticos da Funai tenha sido aproveitada de forma tão desonesta, uma verdadeira traição à causa do índio". Para Apoena, em função desta situação, não existe uma liderança indígena a nível nacional: "Todos representam grupos e facções e convivem com contradições internas tribais muito grandes". O episódio em Bauru, segundo ele, deixou isso bem claro. "O futuro próximo mostrará o quanto esta irresponsabilidade na condução da política indigenista será de difícil solução".
Referindo-se à declaração do presidente da Funai, Jurandy Fonseca, de que o movimento em Bauru é "subversivo", Apoena afirmou que quem está "subvertendo a ordem" é ele, "de uma forma irresponsável, vendendo uma falsa imagem da Funai e conseguindo a adesão e o silêncio dos índios e ex-funcionários, que anteriormente criticavam o órgão, colocando-os em funções gratificadas e em Brasília". E mandou um recado direto a Jurandy Fonseca: "Ele não deveria esquecer que muitos de seus atuais assessores, como Cláudio Romero, foram acusados de ter criado o episódio do Xingu" (quando os índios mantiveram funcionários da fundação como reféns). "Eles não foram punidos, mas promovidos", disse Apoena, acrescentando:

"Jamais pensei que pessoas que se diziam defensoras dos interesses indígenas pudessem ceder tão facilmente às delícias do poder". (**ESP, 14/07/84**).

Marcos Terena reage

A participação do índio na Fundação Nacional do Índio (Funai) não é desordenada, mas com responsabilidade, disse ontem ao **Estado**, em **Brasília**, o chefe de gabinete do órgão, Marcos Terena, após ler as declarações do chefe da delegacia de Porto Velho, Apoena Meireles. "É entristecedora essa história de que o índio está sendo corrompido com cargos e salários. Isso não passou na cabeça do índio".

Terena manifestou grande admiração pelo chefe da delegacia de Porto Velho. "Além de ser um grande piloto, um companheiro de profissão, Apoena Meireles, como o presidente da Funai, nasceu em comunidade indígena." Lembrou, no entanto, que setores conservadores começaram a se sentir afetados a partir do novo movimento dentro da Funai, de participação do índio. "Infelizmente, estes setores sempre olharam para o índio como objeto de preservação de empregos e interesses pessoais. Sempre avaliaram o índio como incapaz de exercer qualquer atividade."

Apesar de muitos funcionários do órgão terem-se afastado — toda a antiga diretoria, por exemplo —, o chefe de gabinete da Funai acredita que muitos ainda não conseguiram assimilar a nova política e "continuam tentando sorrateiramente fechar a possibilidade de participação do índio dentro da Funai". Mas ele garante que não haverá um retrocesso. "Estamos vivendo uma nova página da história do indigenismo brasileiro. O governo, quando resolveu mudar sua atitude para com a questão indígena, não cedeu. Muito pelo contrário: reconheceu o direito do índio e sua capacidade de participação nas negociações que envolvem seus interesses legítimos", justificou. (**ESP, 15/07/84**).

"Caso Bauru revela conflito de gerações indigenistas"

"A crise na delegacia da Funai em Bauru, que ainda não está encerrada, é um conflito entre duas gerações de sertanistas. De um lado, a geração Villas-Boas, esses valorosos homens que criaram o Parque Indígena do Xingu, imprimindo sua marca no indigenismo brasileiro, e todos com idade mínima de 60 anos. Do outro, Porfírio Carvalho, Odenir Pinto de Oliveira, mais jovens, com idade média de 30 anos, a geração que conheceu a agressiva redução dos territórios indígenas e se preocupa com a conscientização política dos caciques.

A primeira geração, integrada pelos mais velhos, sente saudades do "índio bom", do índio que ainda não havia descoberto seus direitos, não conhecia as leis e que, principalmente, ainda não aprendera a manejar a língua do invasor branco. A nova geração — menos célebre porque se embrenhar nas matas perdeu o sabor da aventura a partir das estradas — está diante de uma realidade inegável: os índios são tão bons ou maus quanto os brancos, ou seja, são pessoas e, por isso, com necessidades não apenas de comer, mas também de participar de sua própria história.

Em meio a tudo isso, o problema da autodeterminação. Os mais velhos não conseguem assimilar a idéia de que as nações indígenas brasileiras estão em plena caminhada que fatalmente desembocará na autodeterminação. Essa palavra não consta do dicionário dos sertanistas mais velhos. E por não aceitar a tomada de consciência dos líderes e menos ainda sua participação na política indigenista, eles não admitem a existência de um xavante na Câmara dos Deputados, um terena na chefia de gabinete da Funai e um caiapó dirigindo um território indígena. Essas funções, na mentalidade antiga, são próprias do branco, ocidental, superior. Não perceberam a mudança dos tempos e tentam recuperar a imagem que eles mesmos fabricaram dos índios: pintados, dançando, obedecendo os gritos do "pai branco". A imagem do "paraíso".

Irreversível

Mas a politização dos índios é irreversível, como irreversível também o fato de que, aos poucos, cabe a eles o controle do órgão governamental destinado a protegê-los. O atual presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, não é a "salvação da pátria", mas percebeu que não poderia dirigir sem o apoio dos líderes e teve a coragem de assumir os novos tempos, chamando os índios para administrar o órgão.

A reação não tardou. Álvaro Villas-Boas fez seu protesto, acusou índios, antropólogos e todos aqueles que vivem a nova época. Apenas traduziu a mentalidade de sua geração, criando um problema difícil para embaraçar o novo presidente, que pretende introduzir algumas mudanças inadmissíveis para os mais velhos.

Além dessa briga do novo contra o velho, a crise de Bauru revela ainda um fato triste: é fácil arregimentar índios. Depois de tantos anos, séculos de sofrimento e espoliação, eles se apegam ao primeiro que lhes proporciona uma forma, qualquer forma de protesto, mesmo que esse protesto seja para defender um representante.

Riscos

O movimento continua. Bauru não é um caso encerrado e pode se transformar em uma luta de índios contra índios. Da mesma forma que meia dúzia de funcionários reuniram um numeroso grupo de caingangues e guaranis, outros índios, temendo o retorno, poderão reunir um número igual ou superior aos rebeldes de Bauru.

Os índios do Xingu, entre eles o cacique Raoni, que há muito tempo deixaram de ser "índios bons", chegam hoje a Brasília. Eles não querem perder os direitos mínimos que adquiriram na guerra, entre eles, o direito de terem como administrador do parque um índio, Megaron. Outros grupos também pretendem vir à capital para defender não o presidente da Funai, Jurandy Fonseca, mas a manutenção de um novo tempo no qual eles têm esperança de que suas vidas melhorem.

Os rebeldes também querem vir a Brasília e o chefe de gabinete da Funai, o índio Marcos Terena, vai precisar de toda sua habilidade para evitar o maior risco dessa crise: enfrentamento de índio." (**artigo de Memélia Moreira, repórter da sucursal de Brasília, FSP, 15/07/84**).

Juruna e indigenistas contam tudo a Ackel

Acompanhado dos indigenistas Porfírio Carvalho e Odenir Pinto de Oliveira (assessores do presidente da FUNAI) e de Marcos Terena (chefe de gabinete), o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) foi recebido em audiência pelo Ministro da Justiça, Ibraim Abi-Ackel e advertiu ontem para o perigo de novas crises entre os índios e a FUNAI, como a desencadeada pelo sertanista Álvaro Villas Boas em Bauru.

Segundo Juruna, muitos funcionários da Funai "estão botando minhoca na cabeça" de lideranças indígenas, visando desestabilizar o atual presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, que está interessado em impor uma "política indigenista séria ao órgão".

Juruna pediu ao ministro a mesma colaboração do ano passado, quando Ackel solicitou providências junto à antiga direção da Funai, após denúncia, da de-

putado, "de maus tratos praticados contra os índios por funcionários do órgão tutor em São Paulo.

Segundo Juruna, o incidente ocorrido em Bauru não será o único, pois as mudanças na política da Funai "ainda encontram sérias resistências por parte daqueles que não aceitam que os índios sejam ouvidos ou que participem da administração do órgão".

Juruna citou outro indigenista da Funai, Apoena Meirelles, que já demonstrou, segundo o deputado, sua discordância da ação do atual presidente, Jurandy Marcos da Fonseca e que, a exemplo de Álvaro Villas Boas, "habita revistas e jornais, pousando como herói da selva, que consegue amansar índios bravios e perigosos".

O deputado explicou a situação ao ministro através de uma carta e anexou a cópia de um telegrama, enviado por Apoena Meirelles na época do movimento dos índios do Xingú, onde ele demonstra "claramente sua posição anti-índio e reacionária". Nesse telegrama — contou Juruna — o indigenista aconselhava o então presidente da Funai a não ceder às pressões dos índios com relação a mudança da presidência e nem condicionar a política indigenista à vontade dos índios. (**FSP, 19/07/84**).

"Demissão, eu não peço"

"Se o problema é demissão, então, que ele cumpra o seu dever, fazendo-o agora. Não retiro nada do que eu disse, mantenho minha posição." As declarações foram feitas pelo sertanista Apoena Meireles, delegado da FUNAI em Rondônia, a propósito da entrevista dada pelo presidente do órgão, em Cuiabá, quando anunciou que iria demiti-lo. (**Jornal de Brasília, 21/07/84**).

"Fim do caciquismo"

A crise de Bauru, gerada pela demissão do sertanista Álvaro Villas Boas e a extinção da delegacia da Funai naquela cidade, em meados deste mês, marcou sobretudo o princípio do fim do caciquismo no indigenismo brasileiro. Quem pensa assim é nada mais nada menos do que um dos últimos auxiliares diretos do marechal Rondon, o sertanista José Maria da Gama Malcher, hoje com 78 anos e aposentado. Ele manifestou essa posição a um seu amigo íntimo, que mora em Brasília, e foi mais além ao considerar absolutamente "correta" a forma como o presidente da Funai, Jurandy Fonseca, encerrou a crise. (**Jornal de Brasília, 28/07/84**).

"Sem recursos"

Segundo declarou o chefe de gabinete da FUNAI, Marcos Terena, durante sua estada em Campo Grande, na semana passada, a Fundação está com suas atividades reduzidas em 50% por falta de recursos. Caso o Ministério do Planejamento não libere os Cr$ 4 bilhões prometidos para o final do primeiro semestre, o órgão poderá ser desativado ou permitir o surgimento de uma nova crise entre os índios e a direção da FUNAI. (**Correio do Estado, 04/09/84**).

Marabuto admite a mineração

O novo presidente da Funai garantiu ontem que a assinatura da Portaria nº 88.984/83 não lhe foi colocada pelo ministro do Interior, como condição para a sua nomeação para o cargo, mas defendeu que as riquezas minerais das áreas indígenas podem ser exploradas, desde que haja uma legislação que realmente proteja essas comunidades, o que não acontecia com a portaria preterida pelo ex-presidente do órgão, Jurandy Fonseca. "A portaria era muito genérica, atingindo indiscriminadamente as comunidades indígenas. Na minha opinião, o trabalho das mineradoras poderia ser permitido apenas nas áreas onde vivem tribos mais aculturadas", disse Marabuto. (**FSP, 19/9/84**).

"Fui derrubado porque não assinei"

O quinto presidente da Funai no governo Figueiredo, Jurandy Marcos da Fonseca, foi demitido ontem e substituído pelo chefe da assessoria de segurança e informação da Fundação, Nelson Marabuto, ex-superintendente da Polícia Federal em São Paulo. Revelando que o deputado e ex-cacique Mário Juruna participou da indicação de Marabuto, o ministro Andreazza afirmou que Fonseca foi demitido por ter tratado "inadequadamente um problema de natureza administrativa". Jurandy Fonseca deu a seguinte explicação: "Fui demitido porque não assinei a portaria que regulamenta o Decreto nº 88.985 (referente à mineração em áreas indígenas). Contudo, continuo mantendo a minha posição, e acho que, no momento em que as empresas mineradoras particulares entrarem nas áreas indígenas, os índios morrerão e o governo brasileiro será responsável por esta mortandade". O ministro disse desconhecer que o ex-superintendente do DPF em São Paulo ganhou repercussão nacional ao prender, em 1981, o argentino Adolfo Perez Esquível, Prêmio Nobel da Paz. Andreazza assegurou que será mantida a participação de lideranças indígenas em cargos importantes da Funai — iniciativa de Jurandy adotada há cinco meses. (**ESP, 20/9/84**).

Jurandy denuncia mineradoras

Dos 296 pedidos de autorização para pesquisa mineral e lavra em território indígena, 97 foram apresentados por empresas de capital multinacional. A denúncia foi feita ontem pelo ex-presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, na Comissão do Índio da Câmara dos Deputados. Desses pedidos, 33 são de capital não identificado, 136 de empresas estatais e o restante de mineradores de capital nacional. Fonseca foi explicar à Comissão do Índio as razões de seu afastamento da Funai e denunciou a empresa Paranapanema por ter criado uma subsidiária, a Acaraí, para minerar na terra dos Waimiri-Atroari, em Roraima. Disse que "a Paranapanema criou mais uma subisidiária para explorar minérios dentro da área indígena. Elas funcionam ilegalmente e até alteram os mapas para se instalarem. A presença dessas empresas acarretará o extermínio dos índios", informou Fonseca. (**FSP, 28/9/84**).

Marabuto demite 11 funcionários

O presidente da Funai afastou ontem 11 funcionários que ocupavam cargos de confiança na fundação. Na lista inicial constavam os nomes dos sertanistas Orlando e Cláudio Villas-Boas, assessores da presidência. O afastamento dos dois irmãos foi proposto pela auditoria do Ministério do Interior, mas Marabuto, "em homenagem ao passado dos dois", decidiu convocá-los a discutir sua situação funcional. Cláudio e Orlando estão aposentados da Funai desde 1976. Embora a notícia tenha causado impacto entre os funcionários, Marabuto mantém nos cargos de confiança os sertanistas e antropólogos da chamada "linha de frente". Permanecem também nos cargos de direção os índios convidados pelo ex-presidente, entre eles, Marcos

Terena, chefe de gabinete, Megaron, no Parque do Xingu e Coxini, no Araguaia. A medida, até agora, não provocou protestos de antropólogos ou entidades de defesa dos índios, porque Marabuto está tentando limpar a imagem da Funai, sempre acusada de "cabide de empregos". (**FSP, 3/10/84**).

Andreazza ordena readmissão de Villas Boas

Um telegrama do ministro do Interior, Mário Andreazza, ao presidente da Funai, Nelson Marabuto, às 19h20 de terça-feira, tornou sem efeito a demissão dos sertanistas Cláudio e Orlando Villas Boas. O ministro, segundo afirmaram assessores do presidente da Funai, mostrou-se preocupado com a repercussão da demissão anunciada no começo da tarde e pediu que os dois permanecessem no cargo de assessor 3 da presidência, ganhando Cr$ 2.460.000. (**Diário do Grande ABC, 04/10/84**).

"Grupão" não se reúne

O processo de homologação de áreas indígenas já demarcadas, para registro obrigatório no SPU, está sendo retardado pelo grupo de trabalho responsável, em Brasília, pela aprovação das demarcações de reservas indígenas. Conhecido como "grupão", ele é integrado pelo Conselho de Segurança Nacional, através do Ministério de Assuntos Fundiário, Incra, Ministério do Interior e Funai. Mesmo reservas como a de Pimentel Barbosa e Parabubure, dos Xavantes, criadas por decreto do presidente Figueiredo, em dezembro de 1979, ainda não foram homologadas.

O "grupão" foi instalado em fevereiro do ano passado, a partir do decreto presidencial, mas seu poder é retroativo e, nesse caso, as áreas demarcadas antes da existência do grupo sofrem uma nova análise para confirmação ou redefinição dos limites. Os mais prejudicados com essa medida são os índios cujas terras são disputadas por grandes grupos econômicos, principalmente os Kaiapó do Pará.

Há três semanas o "grupão" não se reúne. Normalmente, as reuniões deveriam ocorrer toda quarta-feira. Mas a simples viagem de qualquer um de seus integrantes adia os estudos de aprovação das áreas. Na pauta do grupo encontra-se, agora, a proposta de criação do Parque Ianomami, mas a reunião de amanhã foi transferida. (**Folha da Tarde, 09/10/84**).

Liberados os 4 bi

A Seplan liberou verba de Cr$ 4 bilhões para a Funai, com recursos do Finsocial. A grana é para saldar uma dívida de Cr$ 2 bi, com a compra de gasolina de avião e medicamentos. Parte dos recursos será empregada na demarcação de áreas indígenas. (**Notícias Populares, 10/10/84**).

Afastada coordenadora dos Projetos Especiais

A presidência da Funai decidiu afastar a economista Anadyr Alverca, responsável pela Coordenação dos Projetos Especiais, que envolvem as áreas do Polonoroeste e Carajás. A medida foi tomada depois de reunião entre representantes da Funai, Polonoroeste e Banco Mundial, que financia a implantação de melhorias nas áreas dos índios afetados pelo Polonoroeste. O afastamento da funcionária deve-se à apresentação de um relatório ao órgão tutor dos índios, segundo o qual houve má distribuição de recursos liberados pelo Banco Mundial. (**FSP, 12/10/84**).

A FUNAI e a PF

"Todo mundo agora é Polícia Federal dentro da FUNAI", reagiu Álvaro Tukano ao saber da indicação do agente da PF, Luis Flávio Costa, para chefiar a delegacia do órgão em Manaus.

Álvaro esteve em Brasília, reunido com o presidente da FUNAI, Nelson Marabuto para tratar da questão da 1ª DR, há mais de um mês sem responsável e também para pedir o afastamento do ex-agente da PF, Kazuto Kavamoto, da assessoria da presidência — e que durante 8 anos esteve à frente da Delegacia em Manaus.

"Exigimos — salientou Álvaro — a saída imediata deste assessor, que tem um vasto currículo conhecido entre todos os índios. Ele permitiu o ingresso da empresa mineradora Paranapanema nas terras dos Waimiri-Atroari. Permitiu, igualmente, a entrada da empresa petrolífera francesa, Elf-Aquitaine, no território Satere-Maue. Em sua administração, a Delegacia sempre foi desassistida, embora seja a que tenha a maior população indígena do País.

Com uma população de 39.771 índios, a Delegacia conta apenas com 211 servidores". Por outro lado, a 2ª Delegacia, sediada em Belém, tem 304 funcionários para atender 7.491 índios.

O CIMI também manifestou apreensão "pela lenta tomada da FUNAI pela Polícia Federal", citando os mesmos exemplos do presidente da UNI, acrescentou ainda que também a Divisão de Educação está sendo chefiada por um ex-agente policial. "O espaço que deveria ser ocupado — salienta — por antropólogos e indigenistas competentes que integram os quadros da FUNAI, está sendo invadido por agentes federais". (**Diário de Pernambuco, 03.11.84**).

Marabuto acusa Jurandy de "ladrão"

"Não pretendo ser mais um presidente da Funai mentiroso e ladrão." A acusação foi feita ontem, em Belém, pelo atual presidente do órgão, o delegado da Polícia Federal Nelson Marabuto, numa nova investida contra o seu antecessor, Jurandy Fonseca. Segundo Marabuto, ele foi afastado porque "não tinha idoneidade moral nem honestidade para defender o índio". Marabuto afirmou que não existe portaria alguma regulamentando as atividades minerais em área indígena, "e isso foi um engodo do ex-presidente da Funai: enquanto dizia que não assinava tal portaria, o que estava fazendo era lesar o patrimônio indígena". (**ESP, 29/11/84**).

Os números do DPI

Segundo relatório oficial, a Diretoria do Patrimônio Indígena da FUNAI realizou, em 1984, a identificação de 65 áreas indígenas, abrangendo uma superfície de 12.233.690 ha. Enviou ao GT-Interministerial MINTER/MEAF, para decisão final, 48 áreas, das quais 9 foram aprovadas.

Foram demarcadas 19 áreas, num total aproximado de 2.145.003 ha. Deu-se andamento aos processos de regularização fundiária, visando o registro imobiliário, de 17 áreas.

Foram expedidas 105 certidões negativas e, além destas, sete foram indeferidas definitivamente e dezesseis, temporariamente.

64 pedidos de concessão de Alvarás de Pesquisa Mineral foram indeferidos (todos incidentes em áreas indígenas localizadas no Amapá, Maranhão e Pará) e nove foram deferidos (8 no AP e um no PA). Estas informações foram retiradas do relatório intitulado **Visão Geral dos Trabalhos Realizados, DPI/FUNAI/BSB, 1984**.

JURUNA

Omissão da FUNAI no PIX

Na nota que divulgou ontem, o deputado Mário Juruna acusa a Funai de omissão na crise do Xingu, afirmando que, quando os índios apreenderam a balsa, o diretor do Parque, através de radiogramas, tentou alertar o presidente, no sentido de que sua simples presença poderia evitar o desencadeamento de conflitos maiores. Mário Juruna chama atenção, ainda, para a necessidade de uma solução para o caso, lembrando que também está em risco a integridade física dos reféns. (**ESP, 01/04/84**).

PL proíbe arrendamentos

De agora em diante, qualquer funcionário da FUNAI que permitir o arrendamento das terras habitadas por indígenas poderá ser demitido sumariamente do serviço público, além de punido com a pena de três anos de prisão. As mesmas punições se aplicam aos que permitirem a exploração de riquezas minerais por pessoas ou empresas nas terras habitadas por índios.
Essas normas proibitivas, entre outras, constam do projeto de lei aprovado ontem pela Comissão do Índio, por unanimidade, de autoria do deputado Mário Juruna, presidente da comissão. O mesmo projeto exige ainda que sejam punidos todos aqueles servidores que não tomarem providências até 30 dias após o conhecimento da invasão das terras habitadas pelos índios.
Essas providências determinadas pelo projeto vão desde a expulsão dos invasores, ou declaração de nulidade de extinção dos efeitos de atos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas conforme pede a Constituição.
O projeto, que agora será apreciado pelas Comissões de Constituição e Justiça e do Interior, procura, segundo Juruna, responsabilizar a Funai que comprovadamente não cumpre as obrigações fixadas por lei, segundo a Constituição. (**Correio Braziliense, 15/06/84**).

Acusações a Alvaro Villas-Boas

Pendurado no falso mito Villas-Boas, você conseguiu enganar por muito tempo a opinião pública, entretanto, os índios Guaranis de São Paulo são os principais testemunhos de que você é um péssimo administrador, inimigo dos índios, mau caráter e incompetente — este é um dos trechos da carta enviada, ontem, pelo deputado Mário Juruna ao ex-delegado da Funai em São Paulo, Álvaro Villas-Boas, demitido anteontem pelo presidente da Fundação.
Juruna refere-se às declarações de Villas-Boas, publicadas em jornais paulistas e que atingem sua pessoa e vida particular. Por isso revida, assinalando na carta: "Sr. Álvaro, chegou o seu fim. Acabou a era dos falsos indigenistas e gigolôs de índios". (**Última Hora, 07/07/84**).

Os "agentes desestabilizadores"

O Deputado Mário Juruna, temeroso de que novos movimentos contestatórios à Funai acabem desestabilizando a atual administração, resolveu cortar "o mal pela raiz": ontem ele entregou ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, um relatório, no qual aponta o sertanista Apoena Meirelles como um provável "agente desestabilizador" da administração de Jurandy Marcos da Fonseca à frente da Funai, podendo repetir o mesmo que fez Álvaro Villas-Boas na Delegacia de Bauru. (**O Fluminense, 19/07/84**).

Na ONU

Queixando-se de tudo e de todo mundo, o Deputado Mário Juruna discursou ontem pela primeira vez num foro ligado às Nações Unidas, ao participar da reunião de um grupo de trabalho sobre populações indígenas da Subcomissão de Minorias do Comitê dos Direitos Humanos. O texto de sete páginas sobre as atrocidades atribuídas às empresas multinacionais em terras das tribos Satare-Maioe, Munduruku, Waimiri-Atroari e Yanomami foi distribuído aos participantes da reunião sem que Juruna o lesse no plenário. Em vez de ler o discurso, o Deputado denunciou longamente a inércia do Governo brasileiro em procurar solução para o problema do índio no País e os métodos usados pela Funai, "inadequados e contrários aos interesses das populações indígenas".

— Exemplifiquei estes casos para que os companheiros tenham noção da situação dos índios no Brasil. Embora sabendo que cada nação indígena enfrenta problemas particularizados, há, entretanto, um inimigo comum, o avanço acelerado da sociedade brasileira rumo aos territórios dos índios — disse Juruna. (**O Globo, 01/08/84**).

Demissão da esposa

O presidente da Funai demitiu ontem a secretária nível três Doralice de Carvalho Silveira, mulher do deputado Mário Juruna, que havia sido contratada no mês passado para o cargo. O afastamento de Doralice foi pedido pelo próprio deputado, que enviou carta ao presidente da Funai afirmando que com o gesto procurava "resguardar o bom nome da atual administração do órgão e de sua independência como líder indígena". A atitude de Juruna foi tomada depois que alguns jornais publicaram a notícia da contratação de Doralice a pedido do parlamentar, informando que seu salário seria de Cr$ 1.300.000,00. A Funai, ontem, esclareceu que como secretária nível três ela estava recebendo Cr$ 680.000,00. (**ESP, 2/8/84**).

Juruna defende fazendeiros e é expulso

O deputado xavante Mário Juruna (PDT-RJ), ex-cacique da aldeia de Nomukura (MT), defendeu ontem a reivindicação dos cacaueiros que disputam terras com os índios pataxós hã-hã-hães em Pau Brasil, sul da Bahia. Ao desembarcar em Brasília, procedente do município baiano, num jatinho alugado pelos fazendeiros, Juruna declarou: "Não quero saber daqueles lá da Bahia. Não são índios, são caboclos. Nélson (Saracura, cacique pataxó) só quer confusão". No hangar de uma empresa de táxi aéreo, Juruna era esperado por Jenner Pereira Rocha, ex-proprietário da fazenda São Lucas, onde vivem hoje os pataxós.
Juruna seguiu na tarde de anteontem para Pau Brasil na companhia de três deputados federais da Bahia, levando uma proposta dos fazendeiros para os índios: transferência da tribo para a reserva florestal de Una, onde vivem os mico-leão. A alternativa para os índios,

também proposta dos fazendeiros, era indenização individual para que os pataxós pudessem comprar terra onde quisessem. Até o final da tarde de ontem os fazendeiros já haviam mobilizado 3 bilhões de cruzeiros para indenizar os índios.

Antes da chegada do deputado xavante à área pataxó, o gado de Jenner Pereira Rocha invadiu a terra ocupada pelos índios, mas não houve reação. Os pataxós se limitaram a prender apenas um boi. E ontem de manhã, acompanhado pelos fazendeiros e parlamentares, Juruna foi apresentar a proposta aos pataxós que há três anos insistem em permanecer na área da fazenda São Lucas, parte da reserva indígena Caramuru-Paraguassu, demarcada para os índios em 1937 e arrendada para os cacaueiros a partir da década de 40.

Na manhã de ontem, quando a comitiva de Juruna chegou à fazenda, os pataxós exigiram uma conversa com o cacique xavante separado de seus acompanhantes. No curral da fazenda, Juruna apresentou a proposta que foi recusada pelos índios. Além disso, os pataxós apreenderam os carros que transportavam os deputados e fazendeiros.

Os parlamentares retornaram ontem a Brasília. Enquanto o deputado Jorge Viana informava que o ex-prefeito de Pau Brasil, Durval Santana, fora agredido a pedrada pelos índios, o deputado França Teixeira informava que as pedradas atingiram dois fazendeiros. Indagados sobre a presença de cacaueiros na área, disseram que não viram que os fazendeiros "estavam nos acompanhando com seus carros, chovia muito". (**artigo de Memélia Moreira, FSP, 31/08/84**).

"Brancos inescrupulosos", segundo M. Terena

"E lamentável que brancos inescrupulosos estejam envolvendo o deputado Mário Juruna num jogo de interesses visando a tirar os índios Pataxó da Bahia de suas terras, na Fazenda São Lucas. Juruna foi uma pessoa fundamental nos últimos anos na luta dos índios e, inclusive, quase perdeu o seu mandato na Câmara dos Deputados, quando no ano passado chamou os ministros do Governo Figueiredo de "ladrões", ao fazer um discurso denunciando o problema dos Pataxó."A afirmação foi feita pelo chefe de gabinete da Funai, o índio Marcos Terena, que também acusou a comissão de deputados que esteve na área indígena de ter agido de forma irresponsável. (**Útima Hora, 03/09/84**).

Atitude estranha

Representantes de 14 comunidades indígenas ligadas à União das Nações Indígenas divulgaram nota ontem acusando o deputado Mário Juruna de ter adotado atitude "estranha" no episódio dos índios pataxós ha-ha-hae da Bahia. "Sentimos a dor em nossas peles — afirmam — e perguntamos ao deputado quanto foi que custou para ele declarar que não existe mais índios no posto indígena Caramuru e em todo o Nordeste". (**ESP, 04/09/84**).

Explicações

O deputado Mário Juruna negou ontem, em entrevista coletiva, as acusações de haver cedido às ofertas de fazendeiros e seus representantes para deixar de defender os interesses dos índios em troca de presentes, favores e dinheiro. Confirmou, contudo, haver recebido três mil dólares do "comandante Carvalho", piloto e amigo do presidente da Funai, para participar da reunião da ONU, na Suíça, sobre direitos das minorias. "Falei com Carvalho para quebrar o galho; e eu não tinha dinheiro, mas não é dinheiro de fazendeiro", afirmou, em tom indignado, acusando a imprensa de fazer

O deputado Juruna, em tempo, "desmalufou": depositou 30 milhões na conta de Calim Eid.

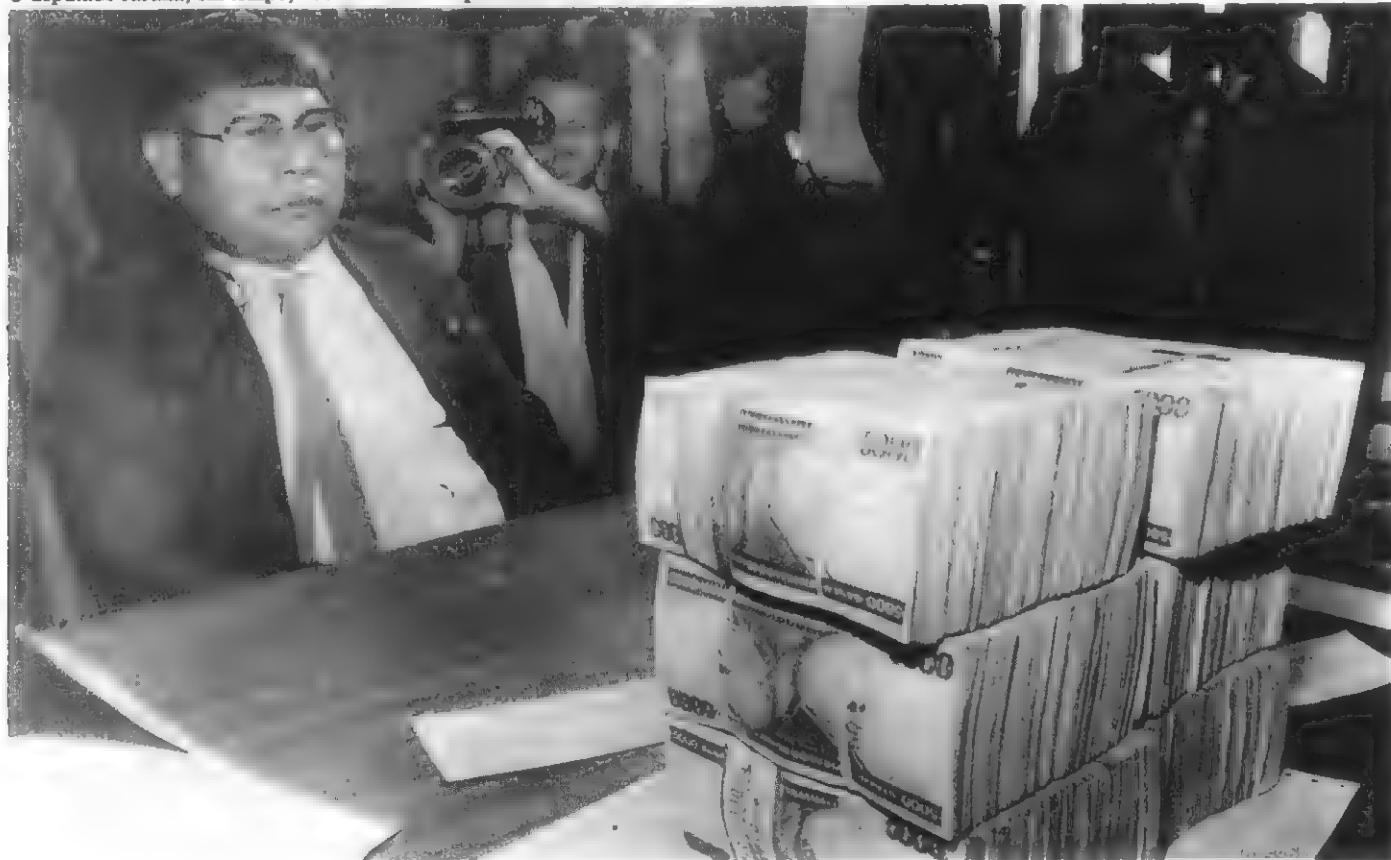



foto Tadashi Nakagomi

intrigas e de dizer mentiras. Juruna disse ter visitado a área dos índios Pataxó, na condição de parlamentar, "acompanhado de dois deputados, e não de fazendeiros". "Eu não sabia que o pessoal vinha atrás; só vi quando chegamos à reserva", assinalou, negando que sua viagem a Pau Brasil resultasse de alguma articulação com os proprietários de fazendas na área em disputa e de que houvesse sido pago. Mesmo assim, reconheceu ter realizado a viagem à Bahia em avião fretado pelo sindicato patronal de Pau Brasil. Também reafirmou ser a reserva Caramuru-Paraguassu ocupada por uma maioria de caboclos e apenas meia dúzia de índios, e admitiu ter defendido os Pataxó (enfrentando inclusive o risco de cassação do mandato) sem conhecê-los, só percebendo agora que os índios puros são poucos. (**FSP, 04/09/84**).

Tentativa em vão

Os principais líderes indígenas do País estiveram ontem em Brasília para tentar afastar o Deputado Mário Juruna de suas recentes posições contra os índios Pataxó, que lutam com fazendeiros pela garantia de posse de suas reservas. Após uma reunião de duas horas, na sede da Funai, os caciques Raoni (Txucahamãe) e Cipriano (Xavante) e o chefe do Parque do Xingu, Megaron, não conseguiram persuadir Juruna a mudar de opinião, mas saíram menos desconfiados. Megaron desmentiu que exista um conflito com o Deputado. E disse: "Nós vamos continuar apoiando Juruna quando ele estiver falando coisas certas". (**O Globo, 7/9/84**).

Brizola defende

O governador Brizola disse ontem que o deputado federal Mário Juruna foi vítima de um envolvimento, com o propósito de desacreditá-lo, no episódio com os índios Pataxós da fazenda São Lucas, na localidade de Pau Brasil, na Bahia. Ao desembarcar no Aeroporto Internacional do Rio procedente de Brasília, o governador afirmou que a questão foi o tema predominante da reunião da bancada do PDT, em Brasília, anteontem à noite. (**Diário Popular, 12/09/84**).

Saracura quer encontro

O cacique Nélson Saracura, da tribo Pataxó, reconheceu ontem que houve um mal-entendido entre ele e o deputado Mário Juruna, durante a visita que uma comissão de parlamentares da Câmara Federal fez, recentemente, à reserva indígena da Fazenda São Lucas. Saracura pediu um novo encontro com Juruna para que tudo fique esclarecido, "porque índio não deve jamais ficar contra índio". (**Notícias Populares, 12/09/84**).

Sem tutelas, com muita grana

O deputado-cacique Mário Juruna quer ver os índios brasileiros ricos, prósperos, donos das riquezas minerais extraídas das suas terras, inclusive recebendo os dólares das empresas estrangeiras. Em entrevista exclusiva ao **JBr**, o parlamentar xavante disse que "seu sonho" é ver os índios "independentes da tutela do Estado e do paternalismo dos Cimis". Ele acha que a portaria da Funai regulamentando a exploração mineral em território indígena deve ser discutida com os chefes tribais, para que toda a riqueza dessas terras fique para as comunidades e apenas 10% vá para a Funai. "Sou muito mais socialista do que os picaretas que falam em nome dos índios", disse. (**Correio Braziliense, 21/09/84**).

Doralice readmitida

A esposa do Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), Doralice Silveira, que foi admitida e exonerada do cargo de funcionária da Funai durante a administração de Jurandy Fonseca, foi novamente contratada pelo órgão na quarta-feira, através da Portaria 771, assinada pelo novo Presidente, Nelson Marabuto. Doralice, que durante o mês em que foi funcionária da Funai, em junho, não compareceu ao trabalho, voltará para o mesmo cargo: secretária, com salário superior a Cr$ 900 mil, de acordo com informações do órgão. (**O Globo, 29/9/84**).

Jurandy denunciado

O deputado Mário Juruna transmitiu, ontem, ao ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, a denúncia dos índios Kadiweu conta o ex-presidente da Funai, Jurandy Fonseca, que teria prorrogado contratos de arrendamentos a fazendeiros para utilização de terras indígenas. Ele também denunciou Jurandy Fonseca de ter permitido a exploração de madeira em área de reserva indígena no Pará.

A pedido do ministro, Juruna prometeu apresentar um relatório, que também será entregue ao ministro do Interior, Mário Andreazza, com a descrição de outros fatos. (**Última Hora, 05/10/84**).

O dinheiro de volta

O deputado Mário Juruna devolveu ao Careca (apelido que escolheu para Calim Eid, "preposto de Paulo Maluf") os Cr$ 30 milhões "indecentes" que havia recebido como primeira parte do pagamento para votar no candidato do PDS — ou deixar de votar no colégio eleitoral. O dinheiro foi depositado na agência do Banco do Brasil da Câmara, em Brasília. E continuaram ontem as denúncias de tentativas de suborno por parte do candidato do PDS. (**ESP, 27/10/84**).

ITAMARAÍ NHAMBIQUARA

A morte do cacique ambulante

Atacado a golpes de faca e espeto de ferro, na noite de 15 de julho na rua XV de Novembro, no centro de São Paulo, Itamaraí Nhambiquara morreu na tarde do dia 21 de julho no Hospital Municipal do Vergueiro.

O assassinato foi esclarecido algumas semanas depois, com a prisão do pistoleiro Manoel Gomes de Sá, o Bigode, que recebeu 2 milhões de cruzeiros para executar o serviço a mando de José Araújo Irmão, vulgo **Mãozinha**, chefe da máfia dos vendedores ambulantes no centro de São Paulo. Manoel disse à polícia que Itamaraí foi morto porque era o único que enfrentava Mãozinha e não se deixava "enquadrar". Três esposas, 21 filhos, seis netos, Itamaraí tinha 59 anos e sua história era incomum.

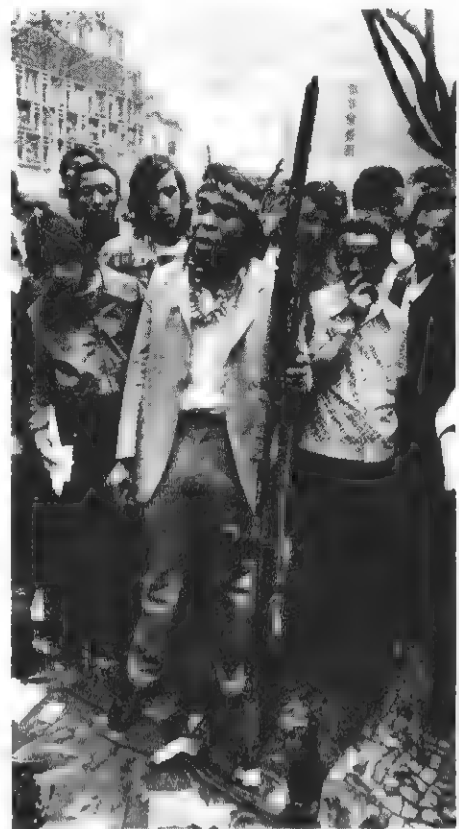
Nasceu em Taruacamã (AM) e quando menino, acompanhava os índios mais velhos nos ataques aos homens que construíam a estrada de ferro Madeira-Mamoré. Roubavam tudo que podiam, desde madeira usada para calçar os trilhos até os dormentes, que jogavam no rio.

Foi capturado num destes ataques, levado para Sangradouro e entregue aos padres salesianos, em Mato Grosso. Tinha oito anos e ficou na missão até os 18 anos, trabalhando na lavoura. Seguiu para o Exército sendo encaminhado ao Marechal Rondon, no 2º Batalhão da Fronteira, em São Luís de Cáceres, em Mato Grosso. Foi mandado depois para o forte Príncipe, na margem do rio Madeira, e aprendeu a ser telegrafista. Em 1943 sua mãe casou-se com um cacique da tribo tupi-guarani, deixou o Amazonas e foi morar na reserva de Caçapava, no Vale do Paraíba. E ele, autorizado pelo Marechal Rondon, acompanhou a mãe e se engajou no Batalhão do Exército da cidade, onde aprendeu a guiar caminhões.

Nhambiquara tornou-se amigo de muitos oficiais e quase foi para a Itália, levado pelo general Gentil Falcão. Era pracinha da FEB, mas se envolveu com outros soldados, numa bebedeira, tombou um caminhão e por isso foi condenado a dois meses de detenção, desligado do Batalhão e mandado para a reserva indígena onde estava a mãe.

Depois de trabalhar na lavoura, Itamaraí Nhambiquara decidiu vender ervas que curam dores de estômago, mal-estar e dores de cabeça, e também vendia peças de artesanato: arcos, flechas e colares. Já estava na reserva de Peruíbe e, depois de andar com um grupo índio pelos bairros da Capital e cidades do Interior do Estado, decidiu morar na reserva de Parelheiros, próximo a Santo Amaro. De seu primeiro casamento com a índia Dahari, teve apenas um filho, hoje com 32 anos, motorista de ônibus em Brasília. A segunda mulher de Itamaraí foi uma loura, filha de italianos e com ela teve 12 filhos. Sua terceira mulher, Usla, teve dez filhos, e ultimamente vinha morando com Urzala de Castro, de 24 anos.

As discussões de Itamaraí ficaram famosas como a que teve com policiais militares num hotel perto da antiga estação rodoviária. Estava embriagado e se envolvera em uma briga. Os policiais atiraram bombas de gás para que saísse do quarto e ele se vingou atirando nos policiais uma cobra **Salamandra de Vareda**, idêntica à jibóia, sem veneno, que comprara no Butantã. Os PMs mataram a cobra com duas rajadas de metralhadora. Em setembro de 1979 pretendia autorização para vender arcos e flechas e como não conseguia invadiu o Senado para falar com o então líder do governo Jarbas Passarinho. Teve que brigar com os seguranças e saiu com a promessa de que seria atendido. Denunciou também a morte do filho que teve desidratação, em maio de 1980, entrando com a criança doente no Ministério do Interior. (**ESP, 02/09/84**).

foto Fernando Abrunhosa/Abril Press

Itamaraí, na Praça da Sé (SP).

MINERAÇÃO EM ÁREAS INDÍGENAS

A entrada de empresas de mineração em áreas indígenas, sobretudo as empresas estatais federais, mas também as empresas nacionais em "casos excepcionais" e reservando-se aos índios a atividade de garimpagem, está autorizada desde a promulgação do decreto nº 88.985 de novembro de 1983 (acompanhado pela E.M. Interministerial MINTER/MME nº 88, de 21.10.83).

Na ocasião, organizações civis de apoio aos índios protestaram veementemente contra a medida, mas o assunto saiu momentaneamente de pauta, uma vez que o decreto exigia uma regulamentação que viabilizasse, na prática, a entrada das empresas.

Em agosto de 84, o então presidente da FUNAI Jurandy da Fonseca convocou índios e organizações de apoio para discutirem uma minuta de portaria para regulamentar o 88.985. Apesar das reuniões em Brasília, na sede da FUNAI, índios e organizações de apoio mantiveram suas posições pela inconstitucionalidade do 88.985 e não se dispuseram a entrar no mérito da portaria.

Desde então, a questão não saiu mais de pauta, até as repercussões de um novo decreto, assinado pelo presidente Figueiredo no início de 1985 e suspenso um dia depois.

Mas, de fato, o que está ocorrendo com a exploração de riquezas minerais em áreas indígenas? Que setores estariam interessados na regulamentação dessa atividade, a curto ou médio prazos? Como desvendar a lógica desse jogo de interesses e pressões?

A equipe de ACONTECEU/CEDI montou em extenso quadro das posições dos diferentes setores envolvidos na disputa, que merece leitura e reflexão atentas. De fato, garimpeiros, articulados ou não com redes locais de pequenos e médios empresários, têm invadido e explorado minerais em várias áreas indígenas, ganhando no chão, aquilo que as grandes empresas tentam ganhar primeiramente no papel: a legalização das áreas de pesquisa e lavra como uma condição para grandes investimentos de capital.

Entre as empresas, as estaduais e as privadas parecem as interessadas a mais curto prazo. As estatais federais procuram, no momento, se antecipar nas requisições.

A FUNAI tem indeferido, ao longo dos últimos anos, a maior parte dos processos enviados pelo DNPM, mas também aceitou alguns convênios bi-laterais com empresas estatais, com conhecidos efeitos danosos às populações indígenas afetadas (como, por exemplo, o convênio 018/82 com a PETROBRÁS).

Aconteceu

Decreto nº 88.985, novembro de 1983

Regulamenta os artigos 44 e 45 da Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973, e dá outras providências.
O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto pelos artigos 44 e 45, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,
Decreta:
Art. 1º. A exploração de riquezas minerais, em terras indígenas, observará as normas estatuídas pela Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, a legislação sobre atividades minerárias e as disposições deste Decreto.
Parágrafo único. Entende-se por terras indígenas, para os efeitos deste Decreto, as áreas descritas pelo artigo 17 e seguintes da Lei número 6.001, de 19 de dezembro de 1973.
Art. 2º. As riquezas e as utilidades existentes no solo das terras indígenas somente serão exploradas pelos silvícolas, cabendo-lhes, com exclusividade, o exercício das atividades de garimpagem, faiscação e cata.
Art. 3º. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) adotará as providências necessárias para garantir aos indígenas o exercício das atividades referidas pelo artigo anterior, cabendo-lhe orientar a comercialização do resultado da exploração.
Art. 4º. As autorizações de pesquisa e de concessões de lavra em terras indígenas, ou presumivelmente habitadas por silvícolas, serão outorgadas a empresas estatais integrantes da administração federal e somente serão concedidas quando se tratar de minerais estratégicos necessários à segurança e ao desenvolvimento nacional.
§ 1º. Em casos excepcionais, considerado, cada caso, pela Fundação Nacional do Índio e pelo Departamento Nacional de Produção Mineral — DNPM, poderão ser concedidas autorizações de pesquisa e concessões de lavra a empresas privadas nacionais, habilitadas a funcionar como empresas de mineração.
§ 2º. As empresas com autorizações de pesquisa ou concessionárias de lavra, na forma do parágrafo anterior, deverão ter seus setores de produção e comercialização dirigidos por brasileiros, tendo em vista o disposto no artigo 45, § 2º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, combinado com o artigo 1º, item VII, da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967.
Art. 5º. A exploração das riquezas do subsolo das áreas de que trata este Decreto, somente será efetivada mediante lavra mecanizada e atendidas as exigências que a Fundação Nacional do Índio — FUNAI estabelecer na salvaguarda dos interesses do patrimônio indígena e do bem-estar dos silvícolas.
Art. 6º. A FUNAI representará os interesses da União, na forma do § 1º do artigo 45, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, fazendo reverter, em benefício dos índios e comunidades indígenas, os resultados econômicos decorrentes da exploração minerária, indenizações e rendas devidas pela ocupação do solo.
Art. 7º. É assegurado à FUNAI, o direito de exigir a adoção, por parte das empresas beneficiárias da autorização à pesquisa e lavra, de medidas acauteladoras, objetivando a preservação da cultura, costumes e tradições indígenas.
§ 1º. À FUNAI, como órgão tutelar é reservado o direito de, na forma do Estatuto do Índio, suspender os trabalhos de pesquisa e lavra, quando verificados prejuízos à cultura, costumes e tradições indígenas.
§ 2º. A empresa autorizada à pesquisa e lavra, em área indígena, assinará termo de compromisso explicitando que não terá direito a indenização contra a União, o órgão de assistência ao índio ou aos silvícolas, quando determinada a suspensão dos trabalhos, pela FUNAI, na defesa dos direitos e interesses dos seus tutelados, nos termos da Lei nº 6.001, de 1973.
Art. 8º. Sempre que possível e com a necessária autorização da FUNAI, as empresas beneficiárias de autorização de pesquisa ou concessão de lavra, em área indígena, utilizarão a mão-de-obra indígena, levando em conta a capacidade de trabalho e o grau de aculturação do silvícola.

FUNAI

Jurandy consulta entidades

O presidente da FUNAI, Jurandy Marcos da Fonseca, convidou para uma reunião hoje, em seu gabinete, representantes de entidades de apoio à luta indígena, quando apresentará a minuta de portaria regulamentando o decreto presidencial que permite a exploração de minérios por empresas particulares nas áreas indígenas.
O presidente disse que essa reunião faz parte do seu projeto de participação e abertura da FUNAI e que espera receber das entidades propostas para melhor resguardar os interesses das comunidades indígenas. (**Diário Popular, 27/08/84**).

A minuta de Portaria

A minuta de Portaria da FUNAI, que fixa normas relativas à mineração em áreas indígenas, regulamentando o decreto 88.985, foi distribuída pelo presidente Jurandy Fonseca à imprensa e às entidades de apoio ao índio.
O documento (com 25 artigos) prevê a concessão de autorizações de pesquisa e lavra de "minérios considerados estratégicos, necessários à segurança e ao desenvolvimento nacional" (definidos em Portaria do Diretor-Geral do DNPM) preferencialmente às "empresas estatais integrantes da administração federal, e, somente em casos excepcionais, a critério da FUNAI, poderão ser conferidas a empresas privadas nacionais."
As atividades mineradoras a serem implantadas em áreas indígenas deverão ser precedidas de um contrato assinado entre a empresa e a FUNAI, de acordo com uma série de obrigações, tais como a utilização exclusiva de lavra mecanizada, o pagamento de renda e indenização por destruição de benfeitorias. Fica vedada a concessão de qualquer autorização nas áreas de índios em processo de atração ou recém-contatados. Em compensação, "sempre que possível e com a necessária autorização da FUNAI, as empresas de mineração poderão utilizar mão-de-obra indígena...".

A garimpagem, faiscação e cata só poderão ser exercidas pelos "silvícolas". No caso da requisição de autorização por "empresas privadas de mineração nacional", as interessadas deverão atender a requisitos, tais como: terem diretores brasileiros nos setores de produção e comercialização, 51% de capital sob controle nacional, 2/3 de trabalhadores brasileiros e outros.
Os pagamentos das rendas, por parte das empresas, deverão ser efetuados na conta da Renda do Patrimônio Indígena/FUNAI, Agência do Banco do Brasil.

Entidades criticam, Jurandy defende

As entidades de apoio ao índio presentes à reunião com o presidente da FUNAI, em Brasília, manifestaram-se contrárias à regulamentação da presença de empresas privadas de mineração nas áreas indígenas e levantaram a inconstitucionalidade do decreto 88.895.
O presidente Jurandy Fonseca é favorável à regulamentação e afirmou que na realidade "as áreas indígenas estão sendo exploradas clandestinamente e com esta portaria a FUNAI passaria a fiscalizar a entrada de estranhos, aprovando apenas aqueles projetos de exploração de minérios que não fossem nocivos aos índios".
E acrescentou: "eu poderia assinar a portaria sem consultar as entidades de apoio ao índio ou líderes indígenas. Mas quando assumi a presidência da FUNAI, prometi sempre discutir as questões mais sérias com os interessados. O ideal seria que a própria FUNAI pudesse explorar as riquezas minerais que existem nas terras indígenas, cujo lucro poderia ser revertido em benefício das comunidades. No entanto, estudos desenvolvidos pela minha assessoria indicaram que ainda não temos **know-how** para este trabalho". (**ESP, 28/08/84**).

Marabuto apóia mineração em área indígena

"Não sou contra a exploração em si, mas contra o aspecto generalizado da regulamentação, que iguala índios que jamais tiveram contato com os brancos e índios aculturados. Isso poderia ser corrigido com a elaboração de um outro documento normativo, que assegurasse a elevação do nível de vida das comunidades aculturadas, propiciando mais trabalho e riqueza para os índios. Parte do lucro obtido com a exploração mineral poderia ser revertida para outras comunidades, sob o controle da Funai", afirmou Marabuto.
No entanto, o novo Presidente da Funai garantiu ontem que ao ser escolhido para o cargo não recebeu qualquer orientação do Ministro do Interior, Mário Andreazza, no sentido de regulamentar o decreto presidencial que permite a exploração mineral nas reservas indígenas. (**O Globo, 21/09/84**).

As alegações de Jurandy na Câmara

Dos 296 pedidos de autorização para pesquisa mineral e lavra em territórios indígenas, 97 foram apresentados por empresas de capital multinacional. A denúncia foi feita ontem pelo ex-presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, na Comissão do Índio da Câmara dos Deputados. Desses pedidos, 33 são de capital não identificado, 136 de empresas estatais e o restante de mineradores de capital nacional.
Fonseca foi explicar à Comissão do Índio as razões de seu afastamento da Funai e denunciou a empresa Paranapanema por ter criado uma subsidiária, a Acaraí, para minerar na terra dos waimiri-atroari, em Roraima. Disse que "a Paranapanema criou mais uma subsidiária para explorar minérios dentro da área indígena. Elas funcionam ilegalmente e até alteram os mapas para se instalarem. A presença dessas empresas acarretará o extermínio dos índios", informou Fonseca.
Após ter reafirmado que sua exoneração ocorreu porque se recusou a assinar a portaria regulamentando as mineradoras particulares em áreas indígenas, Jurandy Fonseca foi criticado pelo deputado João Baptista Fagundes (PDS-RR, malufista), favorável à exploração de minérios nas áreas indígenas por parte de empresas. (**FSP, 28/09/84**).

FUNAI protesta

O presidente da FUNAI, Nelson Marabuto e seus assessores, divulgaram nota de repúdio ao decreto presidencial autorizando a exploração de minérios em áreas indígenas. Depois de assinalar que o decreto burla a Constituição Federal, o Estatuto do Índio e a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos e de apontar as conseqüências nefastas da ação das mineradoras para os índios, a nota conclui: "no momento em que a sociedade brasileira se volta para assumir a gerência de seu próprio destino, os índios e indigenistas são alijados do processo de redemocratização do País, por um instrumento, que até mesmo extingue a eficácia de objetivos fundamentais da existência do órgão tutelar que sequer foi consultado". (**ESP, 10/01/85**).

"Proibida a entrada"

O presidente da FUNAI, Nelson Marabuto, enviou um radiograma a todas as delegacias regionais do órgão, na manhã de ontem, proibindo o ingresso de companhias de mineração e garimpeiros em áreas indígenas, o que, segundo ele, fatalmente colocaria "em risco seus bens e a integridade física, pela inevitável e natural reação dos índios em defesa do seu patrimônio e de suas vidas". (**JT, 11/01/85**).

Indigenistas vão manter mobilização indígena

Os assessores do presidente da FUNAI, Nelson Marabuto, decidiram que não irão desmobilizar os índios que se concentraram em Brasília, através das delegacias regionais do órgão, para protestar contra o decreto autorizando a mineração nas áreas indígenas.
Os indigenistas pretendem manter os índios a par de tudo, "de prontidão para agirem rapidamente". Tal medida é necessária, porque, segundo a avaliação feita pelos auxiliares mais diretos do presidente da FUNAI, o governo recuou apenas taticamente, diante da mobilização dos índios, antropólogos, sertanistas e entidades de defesa da causa indígena contra o documento. Além do mais há um enorme contingente de jornalistas de todo o país e do exterior em Brasília, para cobrir a reunião do Colégio Eleitoral no dia 15 de janeiro, sensível à questão indígena. (**Jornal de Brasília, 11/01/85**).

ENTIDADES DE APOIO

"Minérios, índios e (in)dependência"

A existência de riquezas minerais em terras indígenas é, neste momento, a razão de uma série de ameaças que, se forem concretizadas, significarão a degradação e a morte de mais da metade dos índios brasileiros.

As ameaças partem do governo brasileiro, que precisa de dólares para entregar aos felizes banqueiros internacionais, especialmente estadunidenses, que hoje governam de fato o Brasil. Vão-se os minérios, mudam-se em dólares, os cofres dos bancos ficam mais recheados e o Brasil fica dono de um buraco. E amanhã a história dirá que num grande país da América Latina houve tempo em que existiam riquezas minerais e índios.
Existem outros estrangeiros interessados naquelas riquezas. São empresas de mineração que, há vários anos, favorecidas pelo complexo militar-tecnocrático que decide em lugar do povo brasileiro, vêm obtendo todas as informações e todas as facilidades para conhecer o subsolo brasileiro e tirar dele o que lhes interessar.
No ano de 1977 foi publicado nos Estados Unidos um livro muito importante para os brasileiros, de autoria do antropólogo Shelton Davis, da Universidade de Cambridge. Nesse livro, que já tem edição brasileira com o título **As vítimas do milagre**, o autor demonstra que um dos aspectos subterrâneos da grande farsa que foi o "milagre brasileiro" era a entrega de riquezas minerais às empress sas multinacionais. Nesse livro Shelton Davis enumera noventa projetos de mineração em terras indígenas, beneficiando empresas multinacionais, especialmente a U.S. Steel Corporation, a Alcan Aluminum Company e a Bethlehem Steel Corporation.
Os interesses estrangeiros não param aí, pois graças à generosidade dos militares e tecnocratas as portas estão abertas, escancaradas, para quem quiser vir ao Brasil abastecer-se em condições muito vantajosas. A Petrobrás, especialmente através do setor de contratos de risco, passa tranqüilamente por cima da Constituição, usurpa atribuições que são exclusivas do presidente da República e autoriza empresas estrangeiras a penetrarem em terras indígenas. Uma das conseqüências é o desmatamento de áreas consideráveis, com a derrubada de grande número de árvores de madeira de lei, que nunca poderão ser repostas. Outra conseqüência é a matança direta ou indireta dos índios brasileiros.
Mas a invasão estrangeira não termina aí. O jornal "New York Times" publicou, em 1975, uma denúncia gravíssima, que nunca foi desmentida pelo governo brasileiro. Segundo aquele jornal, que implicitamente revelou a existência de uma disputa entre poderosos grupos estrangeiros, pelas riquezas brasileiras, o Brasil celebrou um acordo secreto com a República Federal Alemã, envolvendo reservas de urânio, necessário para a produção de energia atômica. Por esse acordo o Brasil receberá oito usinas nucleares, a começar pela de Angra dos Reis, já em construção. Em troca a Alemanha receberá urânio, que se encontra em Roraima, na Serra do Surucucu, área notoriamente ocupada pelos índios da tribo yanomami. A abertura da estrada Manaus-Boa Bista, que passa por essa região e não tem objetivo definido, bem como a obstinada recusa do governo brasileiro em criar o Parque Indígena Yanomami, levam à conclusão de que o "New York Times" não andava longe da verdade.
Ma os minérios existentes em áreas indígenas já despertaram também a cobiça de alguns brasileiros, que conseguiram aliados no Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia, e no próprio Congresso Nacional. Ignorando totalmente a Constuição e, pior do que isso, desprezando o fato de que os índios são seres humanos com direito à vida, um verdadeiro "comando antiíndio" entrou em ação nos últimos anos.
Na última campanha eleitoral foram amplamente distribuídos em Roraima, no Amazonas, no Acre e em outros lugares onde há índios e minérios, panfletos de propaganda eleitoral através dos quais alguns candidatos, do PDS e do PMDB, prometiam aos eleitores que trabalhariam pela abertura dos garimpos e pela entrada de empresas mineradoras em áreas indígenas. Os próprios governadores dos Estados e territórios em que isso ocorreu apoiaram essa criminosa abertura, ocultando ao povo que o lugar de onde se tira o minério não fica com a riqueza nem com alguma parte substancial dela, mas apenas com os buracos, como aconteceu em Minas Gerais.
O "comando antiíndio" vem atacando no Congresso Nacional, onde o deputado Mozarildo Cavalcanti já se revelou o mais obstinado protetor das mineradoras, apresentando inúmeros projetos de lei, evidentemente inconstitucionais, visando a legalizar a invasão de áreas indígenas. Um dos argumentos apresentados pelos deputados, especialmente Mozarildo Cavalcanti (PDS de Roraima), é o que chamam "aspecto fático", que é a existência de muitos garimpos clandestinos, sem que a Funai, que é a protetora oficial dos índios, tenha meios para impedi-los. E o próprio representante da Polícia Federal na Funai repete esse argumento, como se fosse coisa natural, esquecendo que sua obrigação é pedir mais recursos e não colaborar com a ilegalidade.
A par disso tudo, através de uma enxurrada de projetos de lei, decretos e portarias, vem-se tentanto criar uma legalidade especial, à margem da Constituição, para estimular e proteger a corrida aos minérios. Na verdade, essa operação mata-índio é inconstitucional, pois o artigo 198 da Constituição assegura aos indígenas a posse permanente das terras que ocupam e o usufruto exclusivo de todas as riquezas nelas existentes. E o Estatuto do Índio, que é lei federal, em seu artigo 18 reafirma o dispositivo constitucional e proíbe qualquer negócio ou atividade "que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas". E no parágrafo 1º desse mesmo artigo veda a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática de atividade extrativa.
As empresas de mineração que pretendam extrair riquezas em áreas indígenas. deverão, antes, atentar para a garantia constitucional da posse indígena, para não sofrerem grandes prejuízos. Ainda recentemente a empresa estatal francesa de petróleo Elf Aquitaine foi obrigada a pagar uma indenização de trezentos milhões de cruzeiros aos índios sateré-maué e mundurucu, por haver penetrado em suas terras com autorização, sem valor legal, da Petrobrás, para efetuar prospecções.
É necessário que a consciência brasileira reaja a essas investidas, que levarão à morte e à degradação física e moral muitos índios, além de trazer prejuízos e não benefícios ao povo brasileiro. Os minérios irão embora, os bolsos de um pequeno grupo de ambiciosos ou aventureiros ficarão mais cheios e o Brasil ficará mais pobre em riqueza mineral e em prestígio perante a história. (**artigo de Dalmo de Abreu Dallari, FSP, 14.09.84**).

Parecer das entidades de apoio

Reiteradamente as empresas mineradoras e as empresas econômicas ligadas à mineração têm tentado explorar as riquezas do subsolo dos territórios indígenas e reiteradamente os povos indígenas e as sociedade nacional tem respondido a tempo.

Uma vez mais se dá essa tentativa. O Exmo. Sr, Presidente da República assinou o Decreto nº 88.985 de 10 de novembro de 1983 que abre essa possibilidade, mas que necessita de uma portaria regulamentadora. Quase um ano depois, a discussão é colocada em pauta, 170 empresas já pediram oficialmente autorização para entrar em áreas indígenas. A assinatura da Portaria resultou em uma crise administrativa na Fundação Nacional do Índio; seu Presidente, Jurandy Marcos da Fonseca, acabou sendo exonerado por ter entendido que sua assinatura significaria anuência com o genocídio.

No jogo de pressões que alcançou relevância pública no Editorial "A Verdadeira Segurança Nacional" do jornal O Globo, assinado pessoalmente pelo Sr. Roberto Marinho, os argumentos utilizados não são novos: O Brasil necessita extrair e exportar minérios para salvar sua economia e não pode ficar a mercê de um pequeno contingente indígena que exige a conservação ecologicamente harmônica do seu território para sua sobrevivência.

Por outro lado, menos divulgados mas verdadeiros e antigos são os argumentos dos Povos Indígenas e sua luta por sobreviver. Se agrega a isso, agora, o fato de que, além de verdadeira, justa e urgente, a preservação das áreas indígenas é exigência legal.

Os argumentos são verdadeiros porque os fatos têm demonstrado que o impacto da extração mineral sobre os territórios índios, afeta a integridade e o equilíbrio das relações estabelecidas pelas sociedades indígenas com o meio ambiente, causando danos irreversíveis.

O contato direto e indireto das populações índias com a população branca acarretará necessariamente surtos epidêmicos dificilmente controláveis, contra as quais, é sabido, os índios não têm resistência imunológica, razão pela qual povos inteiros foram levados à extinção.

Os efeitos ambientais da lavra, sobretudo a mecânica, desencadeiam processos variados de disrupção ecológica; rios poluídos, a cobertura vegetal afetada, assim como, os hábitos alimentares, a reprodução e a distribuição da fauna. As alterações no nível demográfico se refletirão sobre o nível social. A organização de cada sociedade terá de se ajustar a mudanças profundas causadas pela introdução de novas técnicas, pela monetarização da economia, pela transformação de cada indivíduo em trabalhador assalariado.

Ao entrar no regime industrial de trabalho, como propõe o Decreto, os índios além do abandono das suas atividades de subsistência tradicionais, serão levados a abandonar as práticas sociais e cerimoniais indispensáveis à reprodução do seu modo de ser e de pensar. Diante disso a preocupação do Decreto com os prejuízos à **Cultura Indígena** é mera retórica.

É no mínimo suspeita a pressa com que, às vésperas da sucessão presidencial, tais medidas pretendam ser tomadas. Argumenta-se que é premente a exploração mineral em área indígena para pagar a dívida externa. Ao contrário, manter intactas reservas minerais é o mais racional. O esgotamento de tais reservas como resposta à pressão para o pagamento de juros aos credores internacionais não lesa apenas os povos indígenas, mas empobrece a Nação brasileira como um todo.

A regulamentação desse lamentável Decreto é não só anti-índio, como também contrária aos interesses populares. Sem consultar a Nação Brasileira, os representantes legisladores, ainda que de legitimidade contestável, encaminharam o Decreto e a Portaria.

A Constituição Brasileira em seu artigo 198 diz taxativa e peremptoriamente que é dos índios o usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras indígenas, não podendo, portanto, lei, decreto ou portaria dispor em contrário. A alegação de que o subsolo se diferencia da terra não encontra, tampouco, respaldo na Constituição, já que o fundamento desse argumento é o artigo 168 que se refere ao solo e não à terra. Para os índios a Constituição usou **Terra**, que quer dizer solo e subsolo.

Diante dessa ameaça cumpre a sociedade civil assumir como sua a luta dos Povos Indígenas. **(Súmula do parecer Jurídico, antropológico e político)**

Rio de Janeiro, 24/set/1984.

União das Nações Indígenas
Associação Brasileira de Antropologia
Associação Nacional de Apoio ao Índio do Rio Grande do Sul
Associação Nacional de Apoio ao Índio da Bahia
Conselho Indigenista Missionário
Comissão Pela Criação do Parque Yanomami

Uma resposta ao sr. Roberto Marinho

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1984.
Prezado Senhor,

Os argumentos apresentados pelo recém exonerado Presidente da FUNAI, ao se negar a assinar a Portaria que regulamenta a exploração de minérios em terras indígenas, são mais complexos que os supostos pelo Sr. Roberto Marinho no seu Editorial "A Verdadeira Segurança Nacional", publicado no Jornal O Globo, 13/9/84. O perigo de moléstias oriundas dos brancos é apenas uma entre as muitas razões apresentadas no Parecer Jurídico, Antropológico e Político elaborado pelas lideranças indígenas e as Entidades de apoio ao índio, e dirigido à FUNAI. A inconstitucionalidade do Decreto 88.985, que abre as áreas indígenas à exploração de minérios, é evidente.

Previsível e fatal é o impacto das atividades de lavra, sobretudo a mecânica, sobre o equilíbrio ecológico e as organizações sócio-econômicas indígenas.

O Sr. Roberto Marinho faz-se porta-voz dos interesses das mineradoras, comparando falaciosamente o processo de desenvolvimento do Brasil com os Estados Unidos e Japão. Não há equivalência. É sabido que a economia norte-americana, predatória em outros Países, é mais cuidadosa em casa: prefere comprar barato de seus "aliados" a esgotar os seus próprios recursos. O Brasil é fonte perene de matéria-prima a preços irrisórios e, com isso, alimenta não o bem-estar de sua população mas a riqueza norte-americana. Por fim, o Editorial sugere que se importe o modelo norte-americano de genocídio para encher os cofres nacionais com covas cheias de índios. É isso que nós queremos?

O Sr. Roberto Marinho afirma que se pretende frear o progresso do Brasil por "critérios ideológicos e antropológicos". Não é insanidade muito maior conceber um sistema econômico todo voltado para bens de mercado ignorando o bem-estar da população, da qual fazem parte os índios, poucos graças a séculos de depredação e condenados agora por viver em cima de substâncias inorgânicas cobiçadas pelos interesses multinacionais?

Será que o Sr. Roberto Marinho não está utilizando critérios ideológicos inconfundíveis defendendo o modelo norte-americano e propondo que se pague os juros da dívida externa com as riquezas naturais indígenas transformadas de patrimônio inalienável em mercadoria?

O que queremos enfatizar é que o mais importante é garantir às populações indígenas os direitos mínimos de sobrevivência. Já repetimos **ad nauseam** que a Constituição Federal garante esses direitos: aos índios é assegurado "o usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras indígenas".
Gratos pela atenção que o Seu Jornal nos dedica, aproveitamos a ocasião para apresentar os votos da mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente
Dra. Alcida Rita Ramos
Comissão de Assuntos Indígenas
Associação Brasileira de Antropologia

ESTATAIS

CVRD nega interesse imediato

Nem a CVRD, nem as suas subsidiárias têm qualquer interesse em que seja assinada a portaria regulamentar do decreto que permite a mineração em áreas indígenas, segundo declarações do sr. Breno Augusto dos Santos, chefe da Província Mineral Norte da DOCEGEO, em Belém. Ainda segundo o sr. Santos, a empresa mantém inalterada a sua filosofia de que as reservas indígenas devem ser excluídas de todas as pesquisas e projetos de mineração, pelo menos até que se criem condições para uma aproximação não traumatizante entre brancos e índios.
Como exemplo prático dessa filosofia, o representante da CVRD lembrou o encaminhamento dado pela empresa sob controle estatal, após concluir as pesquisas que constataram a riquíssima jazida de cassiterita dentro do território Yanomami, em Roraima (ver, a respeito, a justificativa do projeto de lei apresentado pelo deputado Márcio Santilli, adiante). Ele admitiu, todavia, que, se no futuro, houver condições de trabalho em áreas indígenas, estabelecendo-se um consenso entre a FUNAI e os próprios antropólogos, de que esse trabalho não será danoso às populações indígenas, então a empresa poderá repensar a postura que adota hoje.
Breno confirmou que a DOCEGEO, como subsidiária da CVRD, tem efetivamente vários pedidos de pesquisa, muitos deles envolvendo áreas de ocupação indígena. "Mas mesmo nessas áreas não trabalharemos desde que haja a menor possibilidade de prejudicar o índio. E de certa forma estaremos preservando essas áreas de outros concorrentes que possam não ter os mesmos cuidados e os mesmos escrúpulos que nós temos", finalizou. (**O Liberal, 23/09/84**).

FUNAI como empresa de mineração

Um termo de convênio que a Fundação Nacional do Índio (Funai) pretende celebrar com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), visando à pesquisa e exploração de minérios em terras indígenas, foi denunciado ontem, pelo presidente da Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage), Gerôncio Rocha. Ele o considera "nocivo aos interesses das comunidades indígenas e do setor mineral". Cópia do documento foi apresentada à Agência Folhas durante o 33º Congresso de Geologia, que se realiza no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
A minuta do convênio Funai/CPRM (ainda não assinada), com seis páginas e treze cláusulas baseadas no decreto 88.985, de 10 de novembro do ano passado, propõe que a Funai se torne uma empresa de mineração associada à CPRM e coloca a pesquisa dos bens minerais em áreas indígenas "como uma espécie de monopólio destes organismos", segundo o presidente da Conage. (**Folha da Tarde, 31/10/84**).

CPRM desmente

Procurado por este jornal, o general Salvador Mandim, presidente da CPRM, negou que a empresa já se tenha associado à Funai.
Mandim explicou que, há tempos, a empresa estatal foi procurada por representantes da Funai para examinar o Decreto nº 88.985/83, que estimula a mineração na área indígena, mas disse que a proposta, até agora, não foi aprovada por nenhum dos lados. O presidente da CPRM ressaltou que "a CPRM sempre saberá respeitar a comunidade indígena e assegurar respeito às leis de proteção a estas áreas". (**Gazeta Mercantil, 01/11/84**).

GEÓLOGOS

Nota da CONAGE e SBG

A Coordenação Nacional dos Geólogos e a Sociedade Brasileira de Geologia, divulgaram nota conjunta sobre a mineração em áreas indígenas, um dos temas debatidos durante o XXIII Congresso Brasileiro de Geologia, realizado entre 28/10 e 04/11, no Rio de Janeiro e que reuniu mais de 3 mil técnicos e empresários do setor mineral.

Segundo as entidades a regulamentação da exploração de riquezas minerais em terras indígenas, através do Decreto nº 88.985, de 10.11.83, "tem trazido preocupações à opinião pública ante a possibilidade de extinção das últimas comunidades indígenas existentes no Brasil, mormente na Amazônia, região que possui grande potencial de riquezas minerais e sofre no momento presente o assédio constante por parte dos grupos econômicos atuantes no setor mineral.
Considerando não ser essencial, para o conhecimento do potencial de riquezas minerais do País, o desenvolvimento de trabalhos técnicos nos domínios das comunidades indígenas e que as riquezas minerais existentes nessas áreas não constituem reservas consideráveis ou indispensáveis à atividade mineral do País, e só o imediatismo da política de exploração de ouro e cassiterita explica o afã com que esse Decreto coloca as áreas indígenas à disposição das empresas de mineração.
Considerando que os trabalhos de pesquisa e lavra, em territórios indígenas, constituem fator de desagregação interna na estrutura destas comunidades, com conseqüente risco de extinção das mesmas, processo já bastante conhecido através de nossa história, exacerbado, hoje, pela desenfreada e perniciosa atividade de garimpagem nestas áreas, inclusive com beneplácito de órgãos que deveriam coibi-la, conforme legislação vigente;
Considerando que, em se tratando de "minerais estratégicos necessários à segurança e ao desenvolvimento nacional", como previsto pelo Decreto e "outorgadas a empresas estatais integrantes da administração federal", as autorizações de pesquisa e as concessões de lavra em terras indígenas, ou "presumivelmente habitadas por silvícolas" representam um atentado à sobrevivência das comunidades tribais brasileiras, tendo em vista o choque resultante do contato entre dois sistemas sócio-econômicos diferentes, fato já observado no dia-a-dia vivido em várias regiões;
Considerando que o bem mineral localizado nestas áreas deve ser avaliado em consonância com os interesses das comunidades indígenas, respeitando-se sua opinião quanto à oportunidade e às condições de mineração em seus territórios específicos;
Julga-se que não se deve admitir que esta atividade de mineração coloque em risco o bem-estar destas populações e a garantia das condições essenciais de sua sobrevivência; ao contrário, é necessário que a atividade esteja em sintonia com o processo efetivo de auto-determinação destes povos.

O Decreto 88.985/83, além de não considerar estes pontos, permite que surjam proposições de empresas que ferem frontalmente as normas legais do setor mineral, conforme atestamos no termo de convênio proposto pela CPRM à FUNAI. Tal documento propõe que a FUNAI se torne uma Empresa de Mineração associada à CPRM, que a pesquisa de bens minerais em áreas indígenas seja monopólio destes organismos e que os direitos minerais sobre estas áreas sejam negociados com outras empresas de mineração, abrindo totalmente as áreas indígenas à exploração.
A CONAGE e a SBG, através deste documento, vêm denunciar à opinião pública este termo de convênio proposto pela CPRM à FUNAI, cuja efetivação é viabilizada pelo Decreto 88.985/83, demonstrando sua total inadequação frente aos interesses das comunidades indígenas.
Pela demarcação das Terras Indígenas.
Pela transformação das Terras Indígenas em Reservas Nacionais.
Pela aprovação do Projeto Lei nº 4.558/84, de Márcio Santilli, o qual transforma em Reserva Nacional de Minerais as terras Yanomamis.
Pela revogação do Decreto 88.985/83 que abre as terras indígenas às empresas de mineração."

Não há mais garimpo como antigamente

Para o geólogo Elmer Prata Salomão, o garimpo que atualmente existe na região de fronteira da Amazônia está completamente descaracterizado, não mantendo mais qualquer semelhança com o garimpo tradicional, onde o trabalho de extração era essencialmente manual.
Hoje, segundo Helmer, a mecanização atingiu todas as frentes garimpeiras e está em completo desacordo com aquilo que prevê o Código de Mineração. Aliás, para ele o Código está desatualizado ou pelo menos inadequado a esse novo tipo de garimpo e sugere que se introduza uma nova figura, a da Lavra de Risco. Embora considere o garimpo socialmente importante, já que é absorvedor de mão-de-obra tangida pelo desemprego, o geólogo defende que a atividade precisa ser contida, em função do quadro social de desigualdade que gera e dos conflitos que acarreta. Mas não vê, a curto prazo, uma solução viável para o problema. (**Brasil Mineral, nº 12, nov. 84, SP, pg. 30**).

Processos de pesquisa mineral/DNPM INDEFERIDOS/FUNAI, por área indígena e tipos de empresa. Período: 13/01 a 15/10/1982

Área indígena	*empresa estatal*	*emp. privada nacional*	*emp. privada internacional*	*não ident.*	*total*
PI Aripuanã (RO/MT)	—	—	32	4	36
AI Roosevelt (RO/MT)	—	—	1	1	2
AI 7 Setembro (RO/MT)	—	—	4	1	5
Karitiana (RO)	—	—	2	—	2
Yanomami (RR/AM)	—	5	3	—	8
Waimiri-Atroari (RR/AM)	4	1	—	—	5
AI Tenharim (AM)	—	—	—	1	1
Cateté (PA)	3	2	—	—	5
RI Kayapó (PA)	—	—	—	2	2
Bau-Mekranotire (PA)	—	—	13	—	13
AI Turiaçu (MA)	—	—	—	6	6
Áreas não identificadas (*)	3	19	40	15	77
TOTAL	10	27	95	30	162

Fonte: "Relação de Processos indeferidos referentes a Pesquisa Mineral — Exercício de 1982", *DGPI/FUNAI/DF; 15/10/82.*

Nota: (*) *processos indeferidos com base no item 3 da Portaria Interministerial 006/81.*

Levantamento parcial de processos de pesquisa mineral/DNPM INDEFERIDOS e EM TRAMITAÇÃO/FUNAI, por área indígena e tipo de empresa, 1984.

Área indígena	*empresa estatal (*)*		*emp. privada nacional*		*emp. privada internacional*		*não ident.*		*total*	
	indef.	*em tr.*	*indef.*	*em tr.*	*indef.*	*em tr.*	*indef.*	*em tr.*	*indef.*	*em tr.*
Alto R. Guamá (PA)	1	2	—	—	—	—	—	—	1	2
Cateté (PA)	9	28	—	—	—	—	—	—	9	28
Turiaçu (MA)	—	4	—	—	—	—	—	—	—	4
RI Kaiapó (PA)	—	20	—	3	—	—	—	1	—	24
Waiãpi (AP)	46	1	4	6	—	—	1	—	51	7
Sararé (MT)	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Yanomami (RR/AM)	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Jacamin (RR)	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Zorós (MT)	—	—	-	—	2	—	—	—	2	—
Igarapé Lourdes e Alto Urupá (RO)	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Parakanã (PA)	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Koatinemo/Paquiçamba/ Bacajá (PA)	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Subtotal	61	55	4	9	2	—	2	1	69	65
TOTAL	116		13		2		3		134	

Fonte: *Processos DNPM.*

(*) *A quase totalidade dos processos de pesquisa mineral estatais são da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), sobretudo de suas subsidiárias.*

NO CONGRESSO

Indianidade e mineração

Em artigo assinado pelo deputado João Batista Fagundes (PDS-RR), publicado na seção "Ponto de Vista" da Revista **Veja** (03.10.84) com o título "Somos todos caboclos", pode-se ler sete longos parágrafos de preconceitos contra os povos indígenas, a pretexto de esclarecer quem, afinal, é índio de verdade.
Mas o essencial mesmo está no final: "A questão ganha especial relevo no presente momento, quando interesses diversos pretendem impedir que se abra o Território de Roraima à mineração, utilizando a 'proteção do índio' como pretexto. Em Roraima, há índios que falam inglês e pagam táxi em dólar quando vêm a Boa Vista. Ao mesmo tempo, uma comissão pretende criar o Parque Yanomami, como primeiro passo para a criação de uma nação dentro da nação brasileira. Essa medida, totalmente atentatória à integridade e à integração nacional, merece veemente repulsa dos verdadeiros patriotas".

Haroldo Lima propõe reservas minerais

O deputado federal Haroldo Lima (PMDB-BA), apresentou no dia 11.09.84, na Câmara, projeto de lei nº 4285/84 dispondo sobre as reservas minerais em áreas indígenas. Pelo decreto, as riquezas do subsolo das terras indígenas "constituem reservas minerais pelo prazo de 20 anos, sem que atividade extrativa nelas seja realizada". Idem para as atividades de aproveitamento hidráulico. O projeto prevê ainda o cancelamento das pesquisas e lavras ainda não iniciadas. O projeto recebeu parecer do relator da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Jorge Arbage (**publicado no DCN, dia 06/12/84**), foi aprovado pela CCJ, com emenda e, no início de março de 85 estava na Comissão de Minas e Energia, devendo seguir posteriormente para a Comissão do Índio.

"Entre Custer e Rondon"

É o título do artigo do senador Severo Gomes (PMDB-SP) criticando a regulamentação do decreto que autoriza empresas a minerar em reservas indígenas, conforme alguns trechos reproduzidos a seguir:

"A política de exploração de minérios não pode ser determinada somente pelo interesse imediatista das empresas de exploração que hoje querem saquear as terras que a República assegurou aos indígenas. Nem pode ser definida pelos interesses predatórios dos credores internacionais, que não se importam com a dilapidação de nossos recursos naturais, contanto que seus saldos se refaçam.
A localização das reservas minerais em terras indígenas é uma bendita proteção de bens que pertencem à nacionalidade. O sacrifício dessas comunidades clama por uma reflexão sobre o que as gerações presentes devem ao legado material do passado."
(...)
"Todas as Constituições brasileiras entenderam, como afirmou Pontes de Miranda, que a República assegurou às comunidades indígenas o usufruto pleno do solo, estendido aos minerais, vegetais e animais. A exploração por terceiros dos minérios contidos nas terras indígenas irá implicar, como já se demonstrou, restrição incontornável ao pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena, representando flagrante inconstitucionalidade.
Se juridicamente o decreto e a portaria são uma afronta à consciência constitucional brasileira em sua tradição de proteção das comunidades indígenas, culturalmente é vergonhoso que, nas vésperas do terceiro Milênio, não tenhamos mais condições de fazer respeitar o legado de Rondon. Enquanto no final do século 19 e início do século 20 o exército norte-americano trucidava os índios, o exército argentino fazia a campanha do deserto, dizimando suas comunidades indígenas, no Brasil o marechal-candidato Rondon defendia o direito dos índios à sobrevivência. Onde está a dignidade republicana que não se levanta para pôr cobro a essa ameaça que enxovalha a obra e o legado do grande militar?
Apelamos ao presidente da República para que não perpetre essa agressão ao interesse nacional e à cultura indígena." **(FSP, 04/10/84)**.

PL de Santilli propõe reserva mineral

Projeto de Lei, nº 4.558, de 1984, do deputado federal Márcio Santilli (PMDB-SP):
Cria reserva nacional de ouro, cassiterita e associados, em área do Estado do Amazonas e no Território Federal de Roraima.
(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Minas e Energia e de Finanças.)
O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Constitui reserva nacional de ouro, cassiterita e associados, à área indígena Yanomami, situada no Estado do Amazonas e no Território Federal de Roraima.
§ 1º Os limites da reserva ficam estabelecidos, ao norte, pela linha divisória entre o Brasil e a Venezuela, até o meridiano de 66° 20'00 W, ao sul, pelo traçado da Rodovia BR-210 e, a leste pelo meridiano de 62° 00'00 W.
§ 2º A reserva constituída neste artigo não suspende o direito exclusivo de garimpagem, fasicação e cata, previsto no art. 44 da Lei nº 6.001/73.
Art. 2º A área constituída como reserva nacional, segundo esta lei, permanecerá interditada até o término da sua demarcação e o cumprimento de todas as providências previstas na Portaria GM nº 025/82, do Ministério do Interior, ficando proibidas as atividades de pesquisa mineral, lavra, licenciamento, garimpagem, faiscação e cata, por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.
Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Os índios Yanomami constituem o maior grupo ainda, em parte, isolado do contato com a sociedade dita civilizada. Dessa forma, torna-se necessário criar condições para que o contato com a população branca seja conduzido dentro de certos princípios e regras, de forma que se complete sem traumas culturais ou contágios que comprometam a saúde e a sobrevivência das comunidades indígenas.
Esse tipo de problema, aliás, além de ser uma constante em todo e qualquer processo de aculturação, já deixou suas marcas no povo Yanomami. Face à existência comprovada de minérios nessa região, têm sido freqüentes as invasões de garimpeiros que deixam atrás de si a violência, a prostituição, os vícios, as epidemias e as mortes. Além disso, é evidente, a espoliação das riquezas legalmente atribuídas com exclusividade às populações índias.
Não é sem razão, pois, que entidades internacionais, ligadas ao indigenismo e aos direitos humanos vêem com muita preocupação a sobrevivência dos Yanomami. Afinal, segundo os últimos cálculos, são aproximadamente 20.000 criaturas, distribuídas em mais de trezentas

aldeias, que correm todos os riscos sem que, de fato, as autoridades competentes tomem quaisquer providências.
Do lado brasileiro, além do descaso com o qual a questão sempre foi enfrentada, ocorre, atualmente, uma grande investida em busca da liberação da área para o garimpo. Estão aí, com certeza, pelo menos 4.000 índios que, como tem ocorrido em outros lugares, ficarão expostos a todos os malefícios já citados e, o que é pior, transformados em agentes da destruição de todo o seu próprio povo.
Assim, para aquelas consciências lúcidas, que ainda se preocupam com a preservação dos valores humanísticos e culturais dos povos indígenas, surge a necessidade de fazer alguma coisa no sentido de se resguardar o direito imemorial desse povo ao território que habita, segundo a tradição oral e os relatos dos exploradores e de membros de expedições científicas, desde a Comissão de Limites Portugueses, em 1787.
Foi nesse sentido, aliás, que a Companhia Vale do Rio Doce, em fevereiro de 1980, enviou um documento ao Departamento Nacional de Produção Mineral onde afirma:
"Realmente, se não bastasse a integridade física, cultural e social da Tribo Yanomami que constitui interesse a ser resguardado e, por si só, supera qualquer exploração industrial, as circunstâncias para a comercialização da cassiterita daquela região esvaziam os resultados econômicos por dois fatores preponderantes:
a) o país possui outras áreas produtoras e em desenvolvimento ao Sul da Amazônia e na Região Centro-Oeste, com capacidade de atendimento, suficiente a longo prazo, das necessidades internas de cassiterita, inclusive grandes excedentes exportáveis;
b) as condições de acesso àquela região, possível apenas por via aérea encarecerão demais os custos de pesquisa, extração e comercialização do minério, colocando a produção em desvantagem de concorrências com a produção das outras partes em atividade ou em vias de ativação.
Considerando os fatos apontados, o Conselho de Administração da CVRD acolheu a proposta da Diretoria da empresa, no sentido de que fosse apresentado ao Departamento Nacional de Produção Mineral a sugestão de que esse departamento promovesse estudos com o objetivo de transformar os depósitos de cassiterita do Território de Roraima em Reserva Nacional, conforme previsto no art. 54 do Código de Mineração."
Infelizmente, o DNPM não aceitou, naquele instante, a valiosa sugestão da CVRD. Hoje, porém, continuam presentes as mesmas razões e, além do mais, cumpre afirmar que o processo de Roraima não pode ser pensado desvinculadamente do progresso da sua gente. E, no caso, por tratar-se da única unidade federal habitada majoritariamente por índios e seus descendentes, este princípio adquire foros de prioridade quanto à questão indígena. Não pode, portanto, haver um preço lógico a se pagar pelo desenvolvimento de Roraima, que implique no esfacelamento da nação Yanomami.
A constituição da Reserva Nacional prevista neste projeto de lei, portanto, vem de encontro às concretas e inadiáveis necessidades de assegurar à comunidade nacional a sobrevivência da população Yanomami e da sua incalculável cultura, riqueza, sem dúvida, bem mais valiosa do que a eventualmente obtida com a mineração. É uma medida ditada pela emergência e de natureza temporária, que, em nada, prejudicará o desenvolvimento do nosso País. (**Brasília, 18 de outubro de 1984. — Márcio Santilli**).

CIMI/CNBB

CIMI considera crime

D. Erwin Krautler, bispo da Prelazia do Xingú e presidente do CIMI, considera "um crime a presença de mineradoras em áreas indígenas" e apontou "o capital internacional como principal elemento intensificador do crime". Tais declarações foram feitas no encerramento do "Seminário sobre os Grandes Projetos na Amazônia", promovido pelo CIMI, em Manaus.
Como exemplo, Egídio Schwade, da equipe indigenista da Prelazia de Itacoatiara, apresentou o caso do extermínio dos Waimiri-Atroari, que eram 3 mil em 1968 e hoje não passam de 500. Eles "assistem passivamente a atuação da empresa Paranapanema" em seu território, onde ela mantém inclusive policiamento próprio.
Segundo Schwade, o Governo passou por cima das leis de proteção aos índios, aplicando à terra dos Waimiri Atroari uma "interdição temporária" (reduzindo e retroagindo na proteção legal da reserva) e permitindo, assim, que a Paranapanema explorasse livremente as riquezas "fora" da reserva. (**A Notícia, 17/09/84**).

CNBB pede revogação

Em artigo intitulado "Em defesa dos Povos Indígenas", o secretário-geral da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, faz uma extensa consideração a respeito da questão da exploração mineral em reservas indígenas e termina por apelar ao Presidente da República para que revogue o decreto assinado no dia 9 passado. (**FSP, 12/01/85**).

MME/DNPM

Garimpos × Empresas

O Diretor de Fomento à Produção Mineral do DNPM, Manoel da Redenção, disse que o garimpo é hoje o principal responsável pela produção de ouro no País, e que a política do governo tem sido a de incentivar e controlar essa produção. Em 1983, por exemplo, das 47,5 toneladas de ouro produzidas no Brasil, apenas 6 vieram de minas mecanizadas, sendo o restante oriundo dos garimpos. Para este ano, a previsão do DNPM é de que os garimpos produzam 50 toneladas, contra 10 toneladas obtidas pelas empresas. Outro dado importante mencionado pelo técnico, é que 90% da produção dos garimpos não sofre qualquer tipo de tributação e que, para compra de ouro naqueles locais, a Caixa Econômica Federal, além de postos de compra próprios, mantém 340 firmas autorizadas a atuarem na comercialização do ouro.
Quanto ao problema das invasões de áreas de empresas pelos garimpeiros, Redenção afirmou que a atuação do DNPM inicialmente ia no sentido de dar apoio aos empresários, solicitando a intervenção da Polícia Federal. Posteriormente, o órgão passou a realizar trabalhos com seu geólogos nas frentes de garimpo e, atualmente, apenas recomenda que as empresas cujas áreas foram invadidas recorram ao Judiciário procurando, elas mesmas, criar meios para defenderem seu patrimônio. Para isso, a recomendação do órgão é a de criar segurança particular nas empresas, o que já vem sendo feito por várias delas.
O diretor do DNPM também defendeu a política de criação de reservas garimpeiras, concentrando os garimpeiros em certas áreas e dando prioridade para as empresas em outras. (**Brasil Mineral, nº 12, nov. 84, pp. 30-31**).

Os cálculos do sr. Belfort

"As reservas indígenas e florestais atualmente se comportam como territórios negados ao Brasil e aos brasileiros. Tratam-se de nichos de vazios demográficos mantidos sob o regime de independência vigiada, onde é proibida a entrada de brasileiros, sob a alegação, no caso das reservas indígenas, de que estaríamos influindo na cultura e nos costumes dos índios que habitam ou perambulam em extensas áreas do Território Nacional. Com o Decreto 88.985 de 10.11.83 ficou estabelecido de que seriam fornecidos títulos mineiros às empresas de capital nacional, desde que, ouvida a Funai. Na prática, deverá haver ainda a regulamentação da Lei pela Funai, de forma que as minerações possam satisfazer exigências quanto ao relacionamento com os índios, inclusive garantindo um rendimento a título de indenização pela ocupação do solo e de **royalties**. As reservas indígenas, só na Amazônia Ocidental, ocupam mais de 40 milhões de hectares, sendo que algumas delas, como a dos Ianomamis, detêm 50% do Território de Roraima e se estende por grande área do norte do Amazonas, abrangendo inclusive o Pico da Neblina. A reserva Waimiri-Atroaris, com uma população de 500 índios, ocupa 1.850.000 hectares, perfazendo a densidade 0,000027 habitante/ha.
As minerações quando são de grande porte ocupam, na Amazônia, com infra-estrutura, frentes de lavra, etc., área não superior a 10.000 hectares. No Pitinga, essa área não atingiu ainda 2.000 hectares e detém uma população residente de 2.300 pessoas. Assim, é possível visualizar que as minerações são pontuais e dificilmente poderão causar impacto danoso à ecologia e à cultura dos índios. Este é um assunto que necessita ser melhor pensado e solucionado, tendo em mente que a nação precisa reduzir sua vulnerabilidade mineral, garantir a segurança nacional e criar riquezas para todos os brasileiros."
Esta é a opinião do sr. José Belfort dos Santos Bastos, expressa no artigo "O sucesso atual é fruto do mapeamento básico", publicado na **Minérios, Extração & Processamento (dezembro de 1984, SP, pp. 24-26).**

Na época em que o artigo foi publicado o autor era diretor do 8º Distrito do DNPM em Manaus e manteve acirrada polêmica com o CIMI sobre os efeitos das mineradoras em áreas indígenas da Amazônia, veiculada pelo jornal **A Crítica**, na segunda quinzena de setembro. Atualmente, é o diretor-geral do DNPM, em Brasília.

DECRETO SUSPENSO

Decreto-lei autoriza a pesquisa e a lavra

O Presidente Figueiredo assinou ontem, em seu leito na Casa de Saúde São José, decreto-lei autorizando a pesquisa e lavra de minérios nas reservas indígenas. O texto do decreto foi apresentado ao Presidente pelo Ministro das Minas e Energia, Cesar Cals.
Segundo Cals, a nova legislação, a ser regulamentada pelo Gabinete Civil, dá exclusividade aos índios para o garimpo, ou seja, para cata artesanal de minérios, reservando a mineração industrial às empresas estatais ou empresas privadas de capital nacional que tenham na direção de produção e comercialização apenas brasileiros.
Segundo o Ministro o decreto prevê que os resultados das indenizações e pagamentos de **royalties** serão empregados nas próprias terras indígenas. (**O Globo, 10/01/85**).
O decreto-lei passa a vigir a partir da data da publicação e apenas depois é apreciado pelo Congresso Nacional. O Legislativo apenas tem o poder de aprová-lo ou rejeitá-lo, num prazo de 60 dias a partir do seu recebimento. Se não houver deliberação dentro do prazo, será considerado automaticamente aprovado.
Segundo o Ministro Cals, o decreto prevê a mediação da FUNAI nos casos em que não houver acordo entre índios e empresas de mineração. O Ministro justificou o documento afirmando que "existe uma enorme quantidade de terras indígenas com minerais estratégicos ou relevantes ao desenvolvimento nacional e a legislação da FUNAI impedia que eles fossem retirados". (**FSP, 10/01/85**).
O texto do decreto foi proposto pelos ministros do Interior e das Minas e Energia. (**ESP, 10/01/85**).

Figueiredo susta a publicação

O decreto que permite a pesquisa e lavra de minerais em terras indígenas, assinado no dia 9, teve sua publicação no Diário Oficial da União adiada, pelo próprio presidente Figueiredo, que recomendou à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional e ao Gabinete Civil da Presidência da República. A informação foi prestada pelo Ministro Leitão de Abreu. (**O Liberal, 11/01/85**).

Decreto na contra-mão

O Porta-voz da Presidência da República, Carlos Átila, confirmou ontem que o Presidente João Figueiredo assinou o Decreto-Lei que autoriza a pesquisa e a lavra mineral nas reservas indígenas, mas condicionando a publicação do texto legal (para que este entre em vigor), a uma análise posterior da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional e do Gabinete Civil.
Com a confirmação, Átila mostrou que a elaboração, pelos Ministérios das Minas e Energia e do Interior, do Decreto-Lei (e sua imediata assinatura pelo Presidente da República), obedeceu a uma seqüência inversa à de praxe. Neste caso, as áreas interessadas do Poder Executivo analisam o problema, preparam uma minuta e submetem o assunto, já estudado, à apreciação do Presidente.
O Ministro do Interior, Mário Andreazza — que veio tratar do problema da sustação da publicação do Decreto-Lei com o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, e com o Secretário do Conselho de Segurança Nacional, Ministro Danilo Venturini — não soube explicar por que o Decreto-Lei tramitou na contramão e foi sancionado antes de ter sido analisado por aquelas duas áreas do Poder Executivo. (**O Globo, 12/01/85**).

Tancredo recebe índios

O candidato da Aliança Democrática à presidência da República, Tancredo Neves, prometeu, ontem, que em seu governo terá o cuidado de respeitar os direitos adquiridos e a integridade física das comunidades indígenas e que estudará seriamente a revogação do decreto assinado pelo presidente Figueiredo. Tancredo Neves fez essa promessa ao receber no início da noite de ontem, em seu escritório, extra-agenda, 25 representantes de várias tribos indígenas (Kaiapó, Xerente, Xavante, Karajá, Terena, Kariri, Tuxa e outros), cujo porta-voz foi Marcos Terena, chefe de gabinete da FUNAI. (**Jornal do Commercio, 10/01/85**).

EMPRESAS ESTADUAIS

ABREMIN quer regulamentação

"Regulamentar a exploração das riquezas minerais em terras indígenas, compatibilizando o desenvolvimento econômico com o propósito de integrar as co-

munidades indígenas, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional". Esta é uma das seis recomendações que constam do documento divulgado pela Associação Brasileira de Entidades de Mineração, como contribuição à elaboração de uma nova política mineral no país. (**Brasil Mineral, nº 13, dez. 84, p. 24**).

Atualmente existem 21 empresas associadas à ABREMIN, formando o Sistema Estadual de Mineração: CRM (RS), CODISC (SC), MINEROPAR (PR), PROMINÉRIOS (SP), CODESUL (MS), DRM (RJ), METAMIG (MG), CBPM (BA), METAGO (GO), CODISE (SE), EDRN (AL), MINÉRIOS (PE), CDRM (PB), CDM (RN), CEMINAS (CE), CONDEPI (PI), COPENAT (MA), COMIPA (PA), METAMAT (MT), CMR (RO) e CODESAIMA (RR).

É importante lembrar que a criação das primeiras entidades estaduais de mineração, deu-se no início da década de sessenta, no bojo de uma luta nacionalista que se vivia àquela época. Entretanto, foi a partir da década seguinte e em decorrência da promulgação do Decreto-Lei nº 1.038, de 21.10.69, estabelecendo normas relativas ao Imposto Único sobre Minerais (IUM), que os Estados, tendo assegurado o recebimento de 70% da arrecadação daquele tributo, criaram seus órgãos de fomento à mineração, objetivando o ordenamento da política mineral e institucionalizando o apoio à mineração como ação política de Governo.

Mestrinho apóia o decreto

O governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, disse ontem, no Rio, que a iniciativa (referindo-se ao decreto assinado por Figueiredo) "foi uma atitude correta... pois irá beneficiar, principalmente, as próprias tribos indígenas". (**ESP, 10/01/85**).

EMPRESAS PRIVADAS

"A verdadeira Segurança Nacional"

"Os argumentos apresentados pela direção da FUNAI e referendados pelo Ministro Mário Andreazza, ao recusar o pedido de demissão do Diretor desse órgão, para coibir a exploração de riquezas minerais nas áreas indígenas alegando o perigo da contaminação de doenças oriundas do branco civilizado, fazem o País retornar às primeiras manifestações 'nacionalistas', contrárias à extração das reservas de ferro de Nova Lima e do Vale do Rio Doce." (...)

"Com isso está se pretendendo novamente impedir o progresso, restabelecer o clima que imobilizou o Brasil durante séculos, deixando adormecidas no ventre da terra as riquezas que poderão salvar o País das tremendas dificuldades que nos assoberbam. A mineração e a agricultura constituem segmentos da atividade econômica capazes de responder de modo mais imediato aos investimentos de capital e tecnologia na expansão da renda nacional." (...)

"Antes de enfrentar a incompreensão da burocracia do Fundo Monetário Internacional impõe-se lutar contra a insanidade da burocracia de setores administrativos nacionais que pretendem resolver questões econômicas com critérios ideológicos ou antropológicos.

O Brasil e os Estados Unidos têm praticamente a mesma idade como nação independente. Todavia, enquanto os pioneiros americanos conquistaram, sucessivamente, as diversas fronteiras do seu território levando a tecnologia mais avançada de cada época, nós nos contentamos em louvar e cantar as riquezas do nosso solo. Com isso, a América do Norte chegou ao final do século XX como o maior credor do mundo. E o Brasil como o maior devedor.

A circunstância de que os bens econômicos de que dispomos, largados ao abandono no Interior do País, representam um valor talvez superior ao meio circulante mundial constitui um escândalo que surpreende a qualquer observador desapaixonado.

Somos mais de cem milhões de pessoas sofrendo os mais graves problemas econômicos caminhando sobre riquezas que constituem um dos maiores patrimônios nacionais do nosso tempo. O Japão que dispõe de uma população quase do tamanho da nossa, podendo utilizar apenas quinze por centro do seu território — que não se iguala a qualquer um dos maiores Estados do Brasil — conseguiu através do trabalho e do uso intensivo da tecnologia transformar-se no maior rival econômico dos Estados Unidos.

O Brasil pretende, nesta altura da história, atribuir as suas dificuldades à malícia dos banqueiros internacionais, e à cobiça das multinacionais, propondo, como medida de salvação, barreiras ao programa da tecnologia e deixar os recursos naturais como reserva para as futuras gerações no sentido de assegurar o seu lema de "país do futuro"...

Tudo isso poderia servir de subsídio para um programa humorístico de televisão ou para uma comédia teatral se não estivesse em jogo o destino do País numa das mais dramáticas encruzilhadas da nossa história."

Os excertos reproduzidos acima foram retirados do editorial assinado pelo sr. Roberto Marinho, presidente das Empresas Globo de Jornalismo. (**publicado na capa de O Globo, 13/09/84**).

"A demagogia contra a mineração"

Com o título acima, o jornal **O Estado de S. Paulo** dedicou um dos seus editoriais do dia 7 de outubro para criticar duramente os setores da sociedade contrários à regulamentação da extração mineral em áreas indígenas, como aparece no trecho reproduzido a seguir:

"Há zelosos padres estrangeiros, antropólogos escravos de ideologias totalitárias e líderes do grupo quanto pior, melhor, vivamente empenhados em impedir a exploração mineral em áreas ocupadas por índios que vestem calças jeans, ouvem rádio de pilha e se encontram em marcha batida para integrar-se plenamente na civilização. O assunto está na ordem do dia neste país de fábula. onde o cidadão que trabalha e paga impostos se dispõe a tirar do subsolo recursos naturais que cumpre transformar em riqueza para redimir o Brasil dos males gravíssimos que o acometem, mas se vê a braços com dificuldades que seriam cômicas, se não fosse de causar tristeza e desânimo. Uma portaria que regulamentaria o Decreto nº 88.985, permitindo o ingresso de empresas de mineração em áreas em que os índios mencionados estão sentados em cima de trilhões de cruzeiros (sem nada fazer para aproveitá-los em benefício dos 125 milhões de brasileiros), ensejou a demissão do diretor da Funai. Patrioticamente, ele decidiu que deixaria o cargo que ocupava, mas não se acumpliciaria com a execução da portaria em questão — com o que acatava a posição defendida por indigenistas e líderes dos índios." (**ESP, 07/10/84**).

O IBRAM e o "clima para o investimento"

O Instituto Brasileiro de Mineração, entidade privada, sem fins lucrativos, que congrega e representa as empresas de mineração do País, oferece aos candidatos à Presidência da República, através do presente documento, um programa mineral mínimo para o governo que se irá instalar a partir de 15 de março de 1985.

No entendimento do IBRAM, os cinco pontos enfocados:

- restauração do clima para investimentos no setor;
- incentivos às empresas de mineração;
- ativação do Conselho Superior de Minas;
- mapeamento básico/recursos financeiros para o DNPM;
- prospecção mineral/sustentação do sistema estadual de mineração;

constituem a moldura de suporte para que a indústria de mineração receba impulso compatível com as necessidades do Brasil neste final de século, em que a retomada da atividade econômica virá certamente determinar um crescimento correspondente na demanda de produtos minerais indispensáveis ao nosso desenvolvimento industrial.

Quanto ao chamado "clima para o investimento", o documento do IBRAM lembra que em abril de 1980, a Revista **World Mining Equipment** divulgou o resultado da pesquisa feita, a nível mundial, a respeito do assunto. "A tabela publicada, com notas variando de zero a dez, mostra o Brasil com grau 5, situado no 'ranking' geral abaixo da República dos Camarões, do Chile, de El Salvador, da Etiópia, da Bolívia, da Tanzânia, do Paquistão, da Síria, da Mauritânia, e de muitos outros países que imaginávamos menos atrativos. Como, de 1980 para cá, a 'atmosfera mineral' brasileira veio a se tornar consideravelmente mais carregada, uma atualização daqueles dados nos deixaria agora, com certeza, em posição bem pior.

Com efeito, nos últimos anos, assistimos no Brasil ao progressivo esvaziamento das garantias jurídicas necessárias à atividade empresarial no campo da mineração, resultante, em grande parte, do que poderíamos chamar de "síndrome de Serra Pelada".

Segundo declaração do próprio Ministro César Cals, na Comissão de Minas e Energia da Câmara, havia em 1983 cerca de 300 mil garimpeiros em atividade no País. Alguns dos seus assessores estimam que este número deva crescer para 1 milhão de pessoas até 1985, a persistir o quadro atual de desemprego generalizado nas grandes cidades brasileiras.

E o que tem sido feito, a nível governamental, para a regulamentação deste tipo de trabalho que envolve hoje enormes contingentes humanos, responsáveis por grande parte da produção brasileira de ouro? Em termos práticos, nada. Enquanto se sucedem, principalmente na região amazônica, grandes conflitos entre garimpeiros e empresas de mineração, a Comissão do Ministério das Minas e Energia encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do Código de Mineração não se reúne desde outubro de 1982, há precisamente dois anos.

Diante deste quadro, instala-se rapidamente a "lei da selva". Áreas objeto de direitos minerários são invadidas com freqüência cada vez maior, e por trás do biombo de um pretenso romantismo da garimpagem, pratica-se uma verdadeira depredação das resevas minerais do País.

A figura do "dono" ou "patrão" de garimpo se consolida como a do titular de empresas de mineração operando fora da lei, que só não chamamos de clandestinas porque esta palavra se aplica ao que é feito às ocultas, quando a atividade em questão é desenvolvida às escâncaras e seus personagens são conhecidos de todos.

No outro extremo do espectro estão os operários do garimpo, verdadeiros bóias-frias da mineração marginal, com direito a uma diária ao nível da estrita sobrevivência e a todas as malárias e demais doenças endêmicas da região onde atuam. Estes homens, que constituem a quase totalidade da chamada população garimpeira do País, vêm de se transformar, por falta de alternativa de trabalho regular de onde possam obter o seu sustento, na grande massa de manobra dos interesses em jogo na manutenção de situações tipo Serra Pelada.

Nos últimos tempos, a invasão de áreas legalmente concedidas a empresas de mineração por mineradores fora da lei travestidos de garimpeiros — de modo geral equipados com moto-bombas, tratores, dragas, moinhos, compressores, explosivos, etc. — deixou de constituir um episódio amazônico, passando a ocorrer, também com freqüência em Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e, mais recentemente, no Rio Grande do Sul.

O produto final resultante destes acontecimentos é a deterioração progressiva do "clima de investimentos" mencionado, daí advindo não só dificuldades crescentes para o aporte de novos capitais privados ao setor, como também a intranqüilidade hoje largamente disseminada entre os empresários tradicionais da mineração brasileira.

Uma tarefa que se impõe, portanto, como absolutamente prioritária no campo mineral para o governo que irá se instalar em 1985, é o restabelecimento imediato da segurança jurídica quanto aos direitos adquiridos, sem o que não poderá haver desenvolvimento ordenado da mineração no País. A garantia de manutenção das regras do jogo é essencial a qualquer atividade que envolva planejamento, e particularmente crítica para o caso da indústria mineral, dadas as suas carcterísticas de maturação dos investimentos a longo prazo." (trechos extraídos da versão integral do documento "Programa mínimo para o setor mineral", publicado na Revista **Brasil Mineral, nº 13, dez. 84, pp. 19-23**).

IBRAM condena suspensão de decreto

A decisão do Presidente Figueiredo de sustar o Decreto-lei que permitia a pesquisa mineral em reservas indígenas foi duramente criticada ontem pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, Sérgio Jaques de Moraes. Segundo ele, "uma atitude como essa intranqüiliza os empresários, pois a área mineral, em que os investimentos são de retorno a longo prazo, exige segurança jurídica com projeções para o futuro".

O presidente do Ibram se referiu, ainda, como exemplos de indecisões do Governo no cumprimento da política mineral, à liberação do garimpo de Serra Pelada após a rebelião dos garimpeiros liderados pelo Deputado Sebastião Curió (PDS-PA) e às recentes invasões de áreas de pesquisa de cassiterita no Estado de Rondônia.

Sérgio Jaques de Moraes afirmou que a proibição da pesquisa mineral nas reservas indígenas representa enorme prejuízo para a atividade, pois justamente nessas reservas há indicações de grandes depósitos minerais, que precisam ser pesquisados e explorados. (**O Globo, 12/01/85**).

Lacombe quer regulamentação por decreto

As empresas de mineração ainda esperam que o Presidente Figueiredo regulamente, por decreto, a pesquisa, prospecção e lavra de minérios nas reservas indígenas, afirmou o empresário Octávio Lacombe, presidente do Conselho da Paranapanema Mineração e também presidente da Associação Brasileira dos Mineradores de Ouro (ABRAMO). Ele acredita que o presidente Figueiredo sustou a publicação do decreto a respeito, para que se realizem novos estudos. Confirmou que sua empresa tem interesse em "algumas áreas, além de já estar trabalhando nas regiões do Pitinga e do Xingú, onde contribui com a assistência das populações indígenas locais. Ele fez uma distinção entre as áreas ocupadas por índios arredios (nas quais é contra a entrada das empresas) e aquelas habitadas por índios aculturados ou em processo de aculturação.

A seu ver, as áreas nas quais o governo deverá regulamentar a mineração são aquelas onde existe a expectativa em relação a vários tipos de minérios, localizadas nos limites das estruturas geológicas já pesquisadas. (**O Estado, SC, 15/01/85**).

PECUARISTAS

Criadores × Mineradoras

Esta é a íntegra do telegrama enviado ao presidente João Figueiredo, pelo sr. José Mário Junqueira de Azevedo, presidente da Associação de Criadores de Nelore do Brasil:

"O recente pedido de demissão do presidente da Funai que se recusou a concordar com o decreto sobre a criação de parques indígenas em regiões não habitadas por índios com o único objetivo de favorecer as mineradoras multinacionais é a prova cabal dessas manobras. As terras indígenas já criadas, com 13 km por índio, já são suficientes para a comunidade indígena e devem ser preservadas, mas criar novas reservas indígenas em regiões com grande produção agropastoril, onde não existem índios, mas são levados por missões religiosas para fixá-los, não passa de interesses das mineradoras multinacionais, camufladas de defensoras de princípios cristãos. Apelamos a V. Exa. para que rejeite o projeto concedendo o subsolo das terras indígenas para as mineradoras". (**Tribuna da Imprensa, 14/9/84**).

AS POPULAÇÕES INDÍGENAS E A CONSTITUINTE

Em discussão a representação indígena em caráter especial e outras propostas

Bruna Franchetto
e
Claudia Menezes (*)

Em dezembro de 1983, o antropólogo João Pacheco de Oliveira, comemorando o primeiro decenário da promulgação do Estatuto do Índio, apresentou um balanço crítico desse diploma legal em artigo publicado pelo JB (18/12/83): Até então, segundo observou Pacheco de Oliveira, indigenistas e antropólogos tinham apontado "como politicamente inoportuna discutir sobre o Estatuto do Índio, ponderando que qualquer modificação seria em detrimento dos interesses indígenas. De algum modo, alimentou-se a crença de que a salvação dos índios dependia de uma ação paternalista do Estado...". Considerando o momento nacional e as sucessivas regulamentações da lei por parte de decretos presidenciais que caracterizaram o ano de 1983, concluía o autor "A hora é de não atrelar as estratégias de ação e as ideologias étnico-políticas dos índios as soluções do passado, procurando, ao contrário, aprofundar a busca de uma nova consciência da problemática indígena. A defesa dos direitos dos índios não terá muita eficácia se for conduzida em uma perspectiva isolacionista ou como um apelo à consciência da nação. Passa, sim por impor uma crítica as bases coloniais e autoritárias do Estado brasileiro, supondo alianças com outros grupos sociais, dentro de um projeto mais amplo de Nação, no qual o indígena: seja respeitado como índio e não visto como 'em evolução' para o não-índio".

O mesmo problema se coloca agora, às vésperas da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Devemos manter os direitos garantidos pela Constituição, encarados como o melhor dentro de uma determinada conjuntura de relações coloniais? Ou precisamos iniciar uma avaliação séria da legislação vigente frente a uma nova vontade política?

O que existe

A concessão indigenista do discurso jurídico brasileiro revela um continuísmo exacerbado. Restringimo-nos tão somente às Constituições deste século.

Os textos constitucionais de 1934 (art. 129), de 1937 (art. 154), de 1946 (art. 216), de 1967 (art. 186) e de 1969 (art. 198) fundamentalmente se repetem. Com exceção da Constituição de 1967, que não cogitou da inalienabilidade, todos os demais textos estabelecem três normas fundamentais que definem a relação jurídica do Estado e das populações indígenas com as terras que estas ocupam, sendo evidentemente foco de atenção a questão do tipo de propriedade a ser definida: (1) O Estado detém a propriedade propriamente dita, conservando-se as terras indígenas como bens da União, bens públicos com um caráter especial; (2) aos índios é reconhecido o direito inalienável à posse, embora seu tratamento seja de posseiros especiais; (3) aos índios é reservado o direito ao usufruto das "riquezas naturais".

Esses dispositivos não fazem outra coisa senão consagrar o indigenato, *figura jurídica herdada da época colonial. A configuração do indigenato está consubstanciada ideologicamente na teoria da tutela, concebida como versão da antiga custódia. As populações indígenas não são encaradas como Povos soberanos ou — se preferirmos o termo — Nações soberanas e, como tal, sujeitos de direitos plenos, mas sim como povos conquistados e submetidos ao regime colonial, tutelados orfanologicamente. O conceito de tutela tem sido modernizado até os dias de hoje, mas subsiste como um legado colonial. Assim, se as terras indígenas não podem ser consideradas* terra nullius *à luz do discurso jurídico hodierno e se os povos indígenas não são liberados da tutela, a alternativa desse discurso foi atribuir o direito de propriedade ao Estado, criando complementarmente uma figura de* posse especial. *Esse quadro permanece inalterado, mesmo quando, modernamente, a tutela passa a ser concebida de maneira um pouco distinta, em termos da lei ordinária e não da Constituição.*

A este propósito, veja-se a justificativa do projeto de Lei 6001/73, elaborado pelo Ministro Themistocles Cavalcanti, em que a tutela foi objeto de particular atenção. A idéia era dar um sentido adequado à verdadeira natureza da suposta incapacidade de que decorre a tutela, sendo que tanto os indivíduos índios com os índios em geral são caracterizados pelo Código Civil, desde 1916, como relativamente incapazes, equiparados no exercício de seus direitos aos menores

(*) *antropólogas, fazem parte do GT/Populações Indígenas do Depto. de Pesquisa e Documentação da OAB-RJ.*

entre 16 e 21 anos. Themistocles Cavalcanti, inspirado no direito americano, visto como paradigma da modernidade jurídica, insinua ter aperfeiçoado o conceito privatista de custódia — concebido o tutor como educador e administrador de bens — adicionando-lhe o sentido de assistência e proteção. É o Estado que deve garantir a sobrevivência dos índios e seus direitos políticos. Um Estado napoleônico, soberano, abstrato.

Considerando esse contexto ideológico e histórico, podemos dizer que, se a Carta Magna de 1934 foi o primeiro texto constitucional a reconhecer esses direitos, a de 1969, uma vez incorporada a Emenda n.º 1 que modificou a redação anterior de 1967, parece apresentar avanços quanto à questão das terras, conservando os mesmos pressupostos. A aprovação da Emenda n.º 1 se deu em situação bastante dramática, segundo o testemunho do indigenista Nilo Vellozo, porquanto o texto de 1967 tinha simplesmente eliminado a garantia à inalienabilidade e a sustentação da Emenda só foi possível graças a uma vigília de alguns poucos interessados, passando desapercebida aos grupos de interesses anti-indígenas representados no parlamento. Tudo isso ocorreu num clima autoritário que informou à elaboração, os estudos e, enfim, a redação e discussões constitucionais.

Por que o artigo 198 da Constituição vigente é considerado um "avanço", por ser "mais abrangente e preciso"? Em primeiro lugar, houve o deslocamento da qualificação de "permanente" do termo "localização" para o termo "posse", configurando, assim, uma proteção à posse das terras mais ampla do que teria no direito privado qualquer possuidor segundo o sistema jurídico brasileiro. Em segundo lugar, definiu a exclusividade do usufruto. Em terceiro lugar, acrescentou dois parágrafos que estabelecem a nulidade e extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse e a ocupação de terras habitadas pelos índios (§ 1) e tal nulidade e extinção não dão aos eventuais ocupantes direitos a qualquer indenização ou ação contra a União e a FUNAI (§ 2).

Num artigo publicado pelo Boletim Jurídico da Comissão Pró-Índio de São Paulo (ano I, n.º 3, abril de 1984), o Prof. José Affonso da Silva demonstra cabalmente o caráter de auto-aplicabilidade do art. 198, estabelecendo uma interpretação do texto legal que nos parece a mais favorável aos interesses indígenas. Resumamos sua argumentação quanto aos três direitos fundamentais à terra:

1) Cabe aos índios a posse permanente, *entendida não como figura do direito civil comparável ao direito de ocupação — direito adquirido — mas como direito congênito, primário e legítimo por si, não precisando de título ou outro registro de legitimação. As terras indígenas não são devolutas. Posse, além disso, se refere ao território permanentemente ocupado pelos índios, no sentido de* habitat *necessário a sua vida econômica, social e cultural, respeitados os moldes de sua reprodução tradicional. É posse imediata de usufrutuário. (Por sua vez o advogado Carlos F. Marés — "A Cidadania e os Índios", em* O Índio e a Cidadania, *Brasiliense, São Paulo, 1983 — já tinha afirmado que a posse indígena é altamente qualificada: "Ela pode mais do que a propriedade, é mais do que a propriedade". Este instituto, contudo, tem sido pouco entendido pelos responsáveis pela política indigenista brasileira, acarretando prejuízos incomensuráveis aos territórios indígenas".)*

2) Quanto à inalienabilidade, trata-se de norma de sentido proibitivo, de eficácia plena e de aplicabilidade imediata. O texto de 1967 é mais preciso do que os anteriores, pois vincula tanto os índios como a União. Diante disso todas as disposições que prevêm deslocamento de grupos indígenas de seus territórios são inconstitucionais, incluindo o art. 12 da Convenção 107 de Genebra, ratificada pelo Decreto Lei n.º 58.824 de 14/7/66, e o art. n.º 20 da Lei 6001/73 (Estatuto do Índio).

3) O usufruto das riquezas naturais — vegetais, animais e minerais — é exclusivo, "com exclusão até mesmo do titular da propriedade que é a União" e é intransferível, como o próprio Pontes de Miranda salientou em seu Comentário à Constituição de 1967, T. VI. — Podemos acrescentar que, por extensão, são também inconstitucionais as disposições que pretendem regulamentar a exploração de minérios em áreas indígenas.

A interpretação que corresponde ao espírito da lei constitucional, no que concerne aos direitos fundamentais das populações indígenas, explicitada em Pontes de Miranda, não tem contudo informado a jurisprudência, inclusive a firmada pelo Supremo Tribunal Federal. Ações e decisões específicas têm levado a perdas territoriais em função de decisões que desconsideram a correta informação histórica sobre a localização e permanência de grupos tribais, freqüentemente por falta de definições e terminologia técnico-antropológicas adequadas, tais como habitat, *áreas de perambulação, exploração de recursos, marcos simbólicos, etc.*

Lembremos, também, que por outra via, a do Poder Executivo, a edição de decretos-leis propiciou a implementação de medidas lesivas aos interesses e direitos indígenas. Embora contrários ao preceito constitucional de inalienabilidade das terras tais decretos se valeram das possibilidades deixadas em aberto pela Lei 6001/73. Sem dúvida, cabe à nova ordem jurídica revogá-los.

Propostas para um novo texto constitucional

Caso a alternativa seja a de manter o tipo de relação até agora existente entre Estado e povos indígenas, numa perspectiva que confirma a tutela como assistência e proteção e admite uma concepção de Estado soberano e homogêneo, é evidente que a atual constelação de direitos à terra deve ser mantida por ser "a melhor".

Se, ao inverso, essa relação e visão histórica se tornam objeto de reexame crítico, reformuladas num novo texto constitucional, os conceitos de posse e de tutela, bem como de incapacidade relativa e de cidadania, necessitarão ser revistos. A idéia é criar novos institutos legais que garantam definitivamente as terras indígenas e, ao mesmo tempo, respondam às reivindicações de autonomia e auto-determinação expressas pelos movimentos indígenas. Os últimos anos têm revelado o avanço da mobilização dos Povos índios em defesa de seus direitos mínimos e testemunharam a crescente e positiva intromissão de suas lideranças nos affairs d'État. *Essa experiência inédita com relação ao silêncio anterior, precisa encontrar ressonância no debate constitucional.*

Reflexão nesse sentido pode ser inferida de propostas jurídicas apresentadas por diferentes categorias — índios, advogados, antropólogos, missionários. Entre outros pontos, as propostas salientam consensualmente o reconhecimento do Estado brasileiro como pluri-étnico e politicamente heterogêneo.

Lembremos, a esse propósito, o que o advogado Carlos F. Marés observou por ocasião da mesa-redonda organizada em 1982 pela Associação Brasileira de Antropologia sobre o tema "Os Índios e a Cidadania".

O texto constitucional vigente não trata da cidadania dos índios e a cidadania ou seja a ligação política e jurídica das pessoas dos indígenas com o Estado, no que tange a um elenco de direitos e deveres que obrigam indivíduos e Estado. Os índios, pelo simples fato de terem nascido no Brasil são brasileiros perante a lei. Há, no entanto, um conflito de nacionalidades, não admitido juridicamente, uma vez que o Estado e a lei brasileira e a comunidade internacional não reconhecem as populações indígenas como Nações, em virtude da sobreposição territorial e do fato de não apresentarem sua organização política sob a forma de Estado. Assim na lei ordinária o índio é considerado cidadão brasileiro como os demais nacionais, o que leva ao não reconhecimento da autodeterminação das Nações Indígenas e dos seus territórios; esta condição os tornaria, entretanto, capazes de atribuirem cidadania a seus próprios nacionais.

O acatamento desse novo pressuposto implica na discussão de várias outras categorias que estruturam o texto legal. Segundo Marés deveria ser estudada uma "norma que ao mesmo tempo proteja o território indígena de possível rapina internacional e garanta aos índios a sua autonomia total, o que significa a validade da lei e querer dos índios, transformando a tutela em instituição de proteção cultural e a posse em propriedade coletiva indisponível, intransferível e imprescritível. Uma nova Constituição deverá igualmente dispor que o povo brasileiro e suas leis respeitem as concepções e modus vivendi *indígenas dentro dos seus territórios.*

Há, ainda que se efetuar, a revisão da terminologia atualmente utilizada no discurso jurídico, ou seja índio, silvícola, integração, graus de integração, assimilação *etc. em virtude do comprometimento ideológico de tais figuras.*

A participação dos índios

Foi eleito como ponto programático da chamada Nova República a participação ampla de todos os segmentos sociais. Para que haja coerência nessa proposta e que se passe da retórica à realidade histórica, deverão ser adotados meios que assegurem a representatividade indígena no debate constitucional, o que significará fato inédito no processo político brasileiro.

A Assembléia Constituinte de 1933 foi marcada pela representação classista, através das associações profissionais e sindicais de patrões e empregados. A idéia de representação classista visava reduzir o peso da máquina política da oligarquia, entretanto a influência de setores populares e da classe operária foi praticamente nula. Os povos indígenas foram, como era de se esperar, decididamente excluídos.

No que toca à Constituinte de 1946, sua composição política oferecia um traço distinto das anteriores, conseqüência da estruturação partidária e da formação de uma opinião pública nacional. Não há dúvida, porém, sobre o predomínio das forças oligárquico-burguesas representadas nos partidos conservadores. O ímpeto liberal foi contido por disposições restritivas: a tutela sobre a organização sindical, a negação do voto ao analfabeto e aos praças e a propriedade da terra intocada. Uma vez mais a participação indígena não foi sequer cogitada.

A Constituição de 1967, formulada no curso de militarização do País, consagrou o conservadorismo, modernizado pela ideologia desenvolvimentista e instituiu formas que reduziram ao mínimo a participação popular.

Espera-se que a Constituição resultante da Assembléia de 1986 reflita, diferentemente das anteriores, uma ruptura com o pacto das elites. Em decorrência, diferentes estratégias podem e devem ser acionadas concomitantemente pelos índios para assegurarem sua participação na reforma constitucional:

1) Na hipótese de a discussão do problema restringir-se a articulação partidária, cabe um trabalho de informação e de pressão sobre os parlamentares dos diferentes partidos para que a questão indígena passe de ítem das plataformas políticas a programas de ação. Nesse trabalho, o envolvimento do Dep. Mário Juruna é fundamental e a participação das entidades de apoio ainda útil e eficaz. No que concerne à Constituinte, o que se deveria reivindicar é uma participação indígena paritária e efetiva na Assembléia, com um número adequado de componentes. Cabe lembrar que um dos desdobramentos possíveis do movimento indígena, em suas diversas formas de expressão e de organização, é a postulação de índios para novos cargos eletivos. Se se chegar a uma Assembléia livremente eleita, sem dúvida outro trabalho necessita ser feito de modo a garantir a expressão e participação das diferentes correntes que existem no movimento indígena.

2) Há também propostas que prevêem candidaturas indígenas desvinculadas de compromissos partidários. O próprio Ministro da Justiça colocou em pauta os chamados "candidatos avulsos", hipótese criticada por alguns setores, posto que permite um acesso direito de lobbies *econômicos.*

Deve-se convir que a possibilidade e probabilidade de eleição de deputados indígenas para uma Assembléia Nacional Constituinte em 86 são por demais reduzidas. O "eleitorado" indígena está fora da máquina eleitoral. Isso não quer dizer que cada povo indígena não tenha meios e mecanismos para escolher e indicar seus representantes a partir de cada região ou território. A discussão e prática com relação a esse processo político têm acontecido em inúmeras ocasiões nos últimos anos (reuniões, assembléias, etc.).

O que se propõe é que se admita uma representação em caráter especial no sentido de:

1) Calcular um número adequado de representantes, considerando a população indígena em termos numéricos e de correlação com a sua composição pluri-étnica.

2) Esses representantes seriam eleitos, aí sim por sufrágio direto, pelos próprios índios, segundo seus próprios processos políticos.

Parece-nos que esta seria a melhor maneira de garantir a presença indígena na Assembléia, a partir do princípio, reiteradamente afirmado pelo próprio Governo, de que cada segmento social mencionado no texto constitucional possa ser representado de fato na elaboração de uma nova Carta. Como primeira iniciativa, poderia haver indicações de representante(s) indígena(s) na Comissão Constituinte a ser implementada até 15 de maio e incumbida de elaborar um anteprojeto de Constituição, sugerimos seja criado um grupo de trabalho integrado por representantes indígenas e especialistas familiarizados com a realidade indígena e em contato com entidades e indigenistas, cujo papel seria de assessoramento da comissão governamental.

Até 86 a população indígena, com certeza, não estará integrada de modo a tornar-se um eleitorado standard, *e nem desejamos que tal integração aconteça. Se seu contingente é numericamente pouco significativo, seu peso político e sua importância social são indiscutíveis.*

Os direitos à cidadania, à terra, aos recursos de exploração das riquezas existentes nos territórios indígenas, e outros mais, que serão abordados inevitavelmente no debate constitucional, só serão discutidos e definidos democraticamente se garantirmos à voz indígena um lugar ao lado de todos os outros segmentos sociais.

Há que se superar o alijamento que tem marcado historicamente as relações entre o Estado e os Povos Indígenas, aos quais tem sido vedado, mais do que a qualquer outro segmento marginalizado, o acesso a canais jurídicos e parlamentares.

A formulação de um novo diploma constitucional é um entre tantos problemas nacionais que intervêm no destino dos índios brasileiros e atingem o "to be or not to be" da FUNAI, passando pelos ajustes financeiros internacionais que influenciam o futuro dos Programas de Desenvolvimento. Vive-se um momento catalizador no jogo de forças sociais de um governo que se inicia e que se diz democrático e pluralista.

No entanto, as conquistas não virão facilmente. Para que a questão indígena venha a ser matéria divulgada fora do âmbito de discussão das classes dominantes, orientadas pelos seus imperativos econômicos é preciso que as forças que atuam conjuntamente ao movimento indígena estejam unificadas e alertas, sob pena de amargarem um processo de retrocesso jurídico-institucional.

Aconteceu na imprensa

CONSTITUINTE

Participação direta, direitos permanentes

"Nossa preocupação com a Constituinte é fazer com que os direitos transitórios sejam transformados em direitos permanentes", afirmou Ailton Krenak, coordenador de publicações da UNI, regional Sul.
Krenak lembra que, ao invés de prever seus direitos na Constituição, preferiu-se criar o Serviço de Proteção ao Índio, em 1911, numa forma de manter o caráter provisório desses direitos. O coordenador de Publicação da União das Nações Indígenas qualifica o SPI (cujo sucedâneo é a atual Funai) de "muleta", observando que "enquanto Rondon viveu, existiu o SPI. Quando ele morreu, o SPI acabou". Se tais direitos estivessem na Constituição, eles não seriam sujeitos a essa transitoriedade, segundo observa o índio, acrescentando: "Porque a Constituição, a lei maior da Nação, estaria garantindo o direito desses povos, garantindo suas áreas como territórios. É o que eu chamaria de relativa autonomia desses territórios, onde os índios podiam se organizar e se relacionar com a sociedade nacional, a partir de suas necessidades e expectativas e, não, para ser usado, invadido, metralhado, loteado pelo Incra".
Diz Ailton Krenak: "Basicamente, as pessoas perguntam — por que esses índios falam tanto em terra? Só falam em terra, terra, terra... Mas eles só falam em terra, porque a única condição dos povos indígenas continuarem existindo, não só fisicamente, mas também culturalmente, é garantindo seus territórios.
Ailton Krenak insiste na questão da terra, explicando que "se entendemos que esses territórios são indígenas, ali dentro tem que se desenvolver uma economia e uma forma de organização que atendam os interesses das comunidades indígenas e, não, aos interesses econômicos dos grupos que estão em torno dessas áreas".

foto Wilson Avelar

Ailton Krenak.

A inclusão dos direitos indígenas na Constituição, na sua interpretação, eliminaria a discussão da relativa incapacidade do índio no Código Civil: "A partir do momento que temos oportunidade de participar dessa Constituinte, temos também a oportunidade de alterar essa condição. Se os povos indígenas têm direitos permanentes em relação à sociedade brasileira, acho que essa relativa incapacidade deixa de ter sentido. Quando você admite que o outro é diferente, você não pode avaliar se o outro é capaz ou incapaz. Ele apenas é diferente. Se você tem uma cultura diferente da minha, como posso dizer que você é "incapaz" de entender a minha? Você é apenas diferente. Na verdade, seria o fim do império da estupidez".
Krenak explica que os índios não pretendem formar territórios independentes: "Não seriam territórios independentes, não seriam territórios autônomos. Seria buscar uma forma de colocar na Constituinte, na Constituição, a garantia desses territórios às comunidades indígenas, o seu direito permanente de uso, de se organizarem social e economicamente e, a partir daí, estabelecerem as suas formas de relação com a sociedade envolvente".

Representatividade

Não apenas antigamente, mas, até hoje, a maioria dos índios nunca ouviu falar em Funai, Estatuto do Índio, Constituição, como afirma Ailton Krenak. Como, então, representar os 180 povos indígenas na Constituinte? Ele sabe que isso é impossível, mas explica o seguinte: "O que podemos fazer agora é que as populações indígenas, que já têm compreensão do que é a sociedade brasileira, o que significam as leis, vão, de alguma forma, poder influenciar na criação das leis, em favor dos grupos que não acompanharão esse processo. Historicamente, eles só vão entrar em contacto com essa realidade daqui a cinco ou dez anos. Mas não podemos esperar que as 180 populações indígenas do País saibam plenamente o significado das leis para poder influenciar, porque corremos o risco de, daqui a pouco, esses povos não existirem mais. Essas leis são, na verdade, uma garantia da continuidade da sobrevivência desses povos e de que possam participar, no futuro, de um aperfeiçoamento maior desse processo de representação".

Os índios contam, hoje, com o apoio dos membros da Comissão do Índio da Câmara dos Deputados e destacam a figura de Domingos Leonelli (PMDB-BA), Márcio Santilli (PMDB-SP), Aldo Arantes (PMDB-GO), Haroldo Lima (PMDB-BA) e de Eduardo Suplicy (PT-SP). Além desses, é claro, contam também com o deputado xavante Mário Juruna que "pode, de alguma forma, viabilizar a introdução de nossas reivindicações na Constituinte". Na avaliação de Krenak, o deputado Mário Juruna, em sua experiência no Congresso Nacional, "tem feito o que as condições políticas e o que a realidade do País têm permitido, onde a prática política é submetida a uma série de pressões, de conveniências de perseguições. Espero que eu esteja entrando num outro tempo (fazendo alusão à Nova República), onde a pessoa que assuma um compromisso público com seus eleitores, possa realmente cumpri-lo".
O coordenador de Publicações da União das Nações Indígenas vai tentar garantir a participação do índio na Constituinte de 86 sem qualquer vinculação parlamentar. Isto é, Krenak defende o direito de qualquer grupo social, incluindo-se o indígena, fazer-se representar na Constituinte e defender seus interesses. O índio usa uma referência história para justificar sua proposta: "Há 150 anos atrás, um sujeito chamado José Bonifácio propôs que povos diferenciados culturalmente tivessem formas diferenciadas de se representarem dentro das leis de uma Nação. Continuo defendendo a mesma tese. Na prática, funciona assim: cada grupo que desejar participar indica seus representantes para as discussões, sem a necessidade de concorrer às eleições de 86".
Ao ser indagado se essa proposta seria o ponto-chave da articulação indígena em relação à Constituinte, ele respondeu: "Não só seria o ponto-chave da nossa proposta, mas do próprio País. Seria finalmente a Nação admitindo aquilo que José Bonifácio queria, pois somos uma Nação pluralista. Ela acolhe, dentro de si, 180 nações menores, que são as nações indígenas, que têm línguas diferentes, religiões diferentes e formas de analisar diferentes".

Candidaturas

O índio Krenak disse que seus irmãos já têm vários candidatos às próximas eleições, entre eles Marcos Terena, hoje trabalhando com o ministro José Aparecido, da Cultura. Mas ele acha necessário que as candidaturas sejam submetidas às comunidades indígenas, por elas discutidas, para não se transformarem em iniciativas individuais, sem compromissos com seus principais interesses: "Nossa preocupação, agora, é ver como essas candidaturas não sejam iniciativas pessoais. A candidatura do Mário (Juruna), por exemplo, foi uma candidatura pessoal. Ele não submeteu essa candidatura à discussão e a um compromisso anterior com os vários parentes das comunidades indígenas. Queremos fazer uma discussão séria, para ver a que nível essas candidaturas estão comprometidas com os interesses e os destinos de nossas populações. Se for uma perspectiva individual, então ele milita, se candidata, vence ou perde. Se for uma candidatura submetida às populações indígenas, aí ela vai ter toda a população indígena articulada apoiando. Se for uma candidatura individual, não discutimos. É uma opção dele, seja índio, seja branco". (**extraído da reportagem "Os índios e a Constituinte", de Edson Baú, Última Hora, Brasília, 29/04/85**).

Sugestão para a Constituinte

"A mineração em reservas indígenas também deve ser considerada na nova Constituição. O aproveitamento dos recursos minerais existentes em áreas indígenas deve ser decidido pelos próprios índios, assinando contratos com as próprias empresas de mineração que teriam que ser referendados pelo Congresso Nacional. As nações indígenas não devem ficar sob a tutela do Poder Executivo, mas, tão somente, do Poder Legislativo, naqueles casos de relevante importância para as tribos." Esta é uma das sugestões apresentadas pelo geólogo Wanderlino Teixeira de Carvalho (ex-diretor da Metais de Goiás S.A. e atual mestrando em Administração e Política de Recursos Minerais da UNICAMP), no artigo intitulado "O setor mineral quer debater as mudanças na Constituição". (**FSP, 17/02/85**).

CNBB escolhe comissão

A 23ª Assembléia da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) aprovou ontem de manhã, em Itaici, município de Indaiatuba (SP), os nomes de quatro bispos para integrarem a comissão de acompanhamento da nova Constituição brasileira. Foram eleitos os bispos de Bauru (SP), dom Cândido Padin, 70; de Duque de Caxias (RJ), dom Mauro Morelli, 50; de Rubiataba (GO), dom José Carlos de Oliveira, 54; e de Afogados da Ingazeira (PE), dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho, 61. Na próxima semana, os 270 bispos reunidos em Itaici deverão aprovar a estratégia de atuação da igreja diante da Constituinte.

Na entrevista coletiva de ontem de manhã, os bispos de Nova Hamburgo (RS), dom Aloísio Sinésio Bohn, 51, Tocantinópolis (GO), dom Aloísio Hilário do Pinho, 51, e de Vitória da Conquista (BA), dom Celso Pinto, 52, adiantaram alguns elementos desta discussão preliminar na assembléia. Segundo dom Celso, a igreja defenderá uma ampla participação na Constituinte, publicará cartilhas populares sobre o tema, sugerirá que a nova carta inclua tópicos sobre a autonomia dos três poderes, a reforma agrária e os direitos ao trabalho, moradia e educação, entre outros. "O fundamental é que não tenhamos uma Constituição saída dos gabinetes, mas expressiva da vontade popular, incluindo não só os princípios da democracia liberal, mas também da democracia social, como a hipoteca que pesa sobre a propriedade privada e a primazia do trabalho sobre o capital", afirmou o bispo. **(FSP, 14/04/85).**

Apontamentos para o debate pré-Constituinte

Atualmente, o índio é tutelado por ter ainda um conhecimento razoável da língua portuguesa, dos usos e costumes da sociedade nacional e por não exercer uma atividade útil, nesta sociedade (art. 9, da Lei 6.001). A filosofia integracionista o coloca numa linha de montagem, onde ele percorre as etapas de "isolado", em vias de integração", até ser "integrado" (art. 4, da Lei 6.001). A tutela não é a proteção da alteridade étnica, mas a assistência ao desconhecimento e não-produtividade do índio que se pressupõem passageiros.

Ocorre que o projeto de vida das comunidades indígenas — em termos gerais — não caminha para esta integração prevista nos dispositivos legais. Em conseqüência disso, geram-se inúmeros conflitos que provêm, em parte, do não-cumprimento da Lei (demarcação das terras), em parte, do não-reconhecimento de que o Brasil é um País pluriétnico, composto por micronações indígenas, com sistemas de organização sócio-político e econômica e com cosmovisões próprias.

Neste momento pré-Constituinte, antes de se entrar em discussões exaustivas sobre reformas e vinculação de uma nova agência indigenista estatal, convém rever as figuras jurídicas da integração e da tutela como tais. Se reformamos o órgão tutor antes de remover o "entulho autoritário" da legislação indigenista e antes de discutir os parâmetros de convivência da sociedade nacional para com os povos indígenas, colocamos o carro na frente dos bois. Questões como a garantia do território indígena e do seu subsolo, a participação dos índios nas questões que lhes dizem respeito, a preservação da sua identidade étnica, a liberdade de organização — todas essas questões devem ser objeto de ampla discussão. Não temos a ilusão de que uma Constituinte possa esgotar todas as questões levantadas. Mas, ela pode abrir o caminho para o seu equacionamento.

Haveria ainda que levantar a questão da representação, numa Assembléia Nacional Constituinte, dos índios e de outros setores marginalizados. Os representantes indígenas devem ter acesso a essa Assembléia, sem vinculação partidária. Não convém simplesmente transformar o Congresso Nacional, onde, historicamente, se encontram as elites políticas e os interesses antiíndios, em Assembléia Nacional Constituinte. Se os defensores da causa indígena conseguem substituir a filosofia (e depois a prática) integracionista pelo reconhecimento da plurinacionalidade do País, não só os índios, mas todos os setores populares podem comemorar uma vitória. Hoje já não basta mais cumprir a Constituição mutilada. É preciso mudá-la. **(excerto do artigo do Pe. Paulo Suess, "Alteridade × Integração", publicado no jornal PORANTIM, do CIMI, abril de 1985).**

DEMARCAÇÕES: UMA AVALIAÇÃO DO GT-INTERMINISTERIAL

Nos últimos dois anos, o chamado "Grupão" emperrou as demarcações das áreas indígenas. Mas o novo quadro institucional abre outras perspectivas

João Pacheco de Oliveira Fº
e
Alfredo Wagner Berno de Almeida (*)

O decreto 88.118, de 23.02.1983, instituiu uma sistemática nova para a demarcação das áreas indígenas, substituindo dispositivo anterior, o decreto 76.999, de 08.01.1976. Este situava tal processo inteiramente no âmbito das atividades da FUNAI, sendo ao final submetido à homologação do Presidente da República.

A intenção explícita e formal dessa mudança, já manifestada na Exposição de Motivos Interministerial n.º 003, de 07.02.1983, era promover um ajustamento e compatibilização entre as diretrizes Gerais da Política Agrária, consubstanciadas então pelos decretos n.ºs 87.457/82 e 87.700/82 (que criaram, respectivamente, o Programa Nacional de Política Fundiária, e as atribuições de Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários), e a atuação da FUNAI. Isto com o intuito de reguardar os direitos dos índios à posse e usufruto permanente das terras que ocupam ou que lhes são atribuídas (em conformidade com a Constituição Federal, art. 198 e a Lei n.º 6.001).

Completou-se recentemente dois anos de vigência e funcionamento do GT-Interministerial, o chamado "Grupão", criado por esse Decreto, tornando bastante oportuna e possível uma análise da eficácia dos procedimentos aí estabelecidos. Impõe-se como uma necessidade urgente localizar onde se situam os pontos de inércia e estrangulamento desse processo, tendo em vista a perspectiva de instituir uma outra sistemática, ajustada ao novo arcabouço político-legal. Tal necessidade se acentua com a redefinição, ora em curso, das diretivas, atribuições e modos de ação dos órgãos fundiários (criação de Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, em substituição a estrutura anterior do MEAF; a definição institucional do INCRA no conjunto de órgãos fundiários; a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária, prevendo ampla discussão social).

Inoperância

Durante esse período foram encaminhados pela FUNAI ao GT-Interministerial 50 processos. Objetivaram a criação de áreas indígenas mediante a delimitação por decreto presidencial, e 15 destinavam-se a homologar, igualmente por ato do Presidente da República, demarcações já realizadas.

Dos processos de delimitação com tramitação regular apenas 14 foram efetivamente concluídos, a resolução de 3 outros sendo imposta por outros canais e decorrente de seu cárater emergencial (a crise do Xingu, com a interdição da BR-080, e o aprisionamento de um avião, em maio de 84; o confronto iminente entre índios Apinayé e moradores de Tocantinópolis, com o início da demarcação pelos próprios índios e a interrupção do tráfego na rodovia Transamazônica. Quanto aos processos de homologação da demarcação, apenas um caso, relativo a uma área indígena muito reduzida (736 ha) e bastante conflituada, foi de fato concluído.

O quadro abaixo destaca algumas variáveis, permitindo uma apreciação sintética dos resultados da atuação do GT-Interministerial. Face as finalidades com que foi constituído, de aprimorar as normas para demarcação das terras indígenas, o "Grupão" apresentou resultados assustadoramente baixos. As 12 áreas onde a delimitação foi concluída seguindo os procedimentos regulares totalizam uma extensão de 1,2 milhões de ha, correspondendo a tão somente 8% da extensão total das áreas encaminhadas pela FUNAI ao GT-Interministerial. Em termos de homologação da demarcação, a única área concluída corresponde a 0,032% da extensão total do conjunto de áreas já demarcadas encaminhadas para homologação pela FUNAI.
Tais cifras deixam meridianamente clara a inoperância da sistemática instituída pelo Decreto 88.118/83, indicando a necessidade de sua revogação. Para a elaboração de novas normas para demarcação das terras indígenas é, no entanto, imprescindível diagnosticar com precisão os pontos críticos de estrangulamento existente na sistemática anterior, bem como estimar a eficácia do processo demarcatório face as necessidades sociais existentes, de assegurar os direitos indígenas à terra onde habitam ou exploram com fins de subsistência e sobrevivência étnica.

(*) *antropólogos, participaram do "Grupo de Terras Indígenas" (INCRA) que elaborou subsídios para o Plano Nacional de Reforma Agrária (MIRAD).*

Intensificação de conflitos

Ao avaliar a atuação do GT-Interministerial nesses dois últimos anos sobressai com nitidez uma estagnação progressiva do ritmo das delimitações e homologações. Em uma comparação inicial, a extensão total das áreas delimitadas por Decreto em 1983 atinge a cifra de 655.556 ha, enquanto no ano seguinte fica em torno de 598.663 ha. ocorre porém, que uma parte dessas delimitações corresponde a processos cuja entrada no GT se deu no ano anterior, estando portanto apenas concluindo sua trajetória institucional. Apenas 5 das 28 áreas remetidas ao GT para delimitação no ano de 84 receberam decretos presidenciais, somando 367.850 ha. Excluindo crises de grande porte que atrairam a atenção da opinião pública e das autoridades, tendo uma solução negociada em particular, ficam apenas três pequenas áreas totalizando tão somente 42.850 ha para atestar da continuidade da sistemática do Decreto 88.118/83 nesse último ano. Ainda que isso aponte que não houve uma completa paralização das delimitações, fica claro que a tramitação regular conseguiu delimitar uma proporção praticamente desprezível (0,31%) da extensão total das propostas encaminhadas pela FUNAI ao GT.

Nesse contexto, a ausência de respostas institucionais, funcionou como um fator definitivo de insatisfação e um verdadeiro gerador de crises. Em tais casos eram aplicadas soluções casuísticas, mas que do ponto de vista dos interessados revelavam-se como melhores do que a sistemática estabelecida. As duas áreas obtidas no correr da crise institucional do Xingu (abril/maio de 84) somam juntas 325.000 ha, o que corresponde a mais de 7,5 vezes a extensão das áreas delimitadas segundo a rotina introduzida pelo Decreto 88.118. É importante ter presente que a falta de respostas institucionais é um estímulo ao agravamento das relações interétnicas nas regiões onde existem casos pendentes e um incentivo a adoção de formas mais radicais de luta por parte dos índios. É como se todos os canais de atendimento as suas demandas quanto a terra estivessem praticamente fechados, só podendo haver resposta com a intensificação do conflito.

Comparada não somente com as propostas encaminhadas pela FUNAI, mais com as necessidades reais dos grupos indígenas, quanto à regulamentação de sua posse, a insolvência da sistemática instituída pelo Decreto 88.118/83, torna-se ainda mais manifesta. Segundo indicações da FUNAI, as áreas indígenas identificadas no Brasil montam a 67,3 milhões de ha, a parte que já foi demarcada montando a 12,6 milhões. Os 51,9 milhões de ha, distribuídos em 159 áreas indígenas, representam com mais fidedignidade as demandas reais existentes (muito embora caiba ressalvar que existem áreas indígenas ainda não identificadas pela FUNAI, cuja mensuração não é possível por enquanto). confrontado com isso, a extensão total das áreas delimitadas pelo GT do Decreto 88.118/83, em dois anos de atividade, é irrelevante, chegando a aproximadamente 2,4% da extensão total das terras identificadas pela FUNAI (isso incluindo até aqueles casos resolvidos através de crises). Tais cifras mostram a dramaticidade da situação dos grupos indígenas, imprensados em seus territórios pelas frentes de expansão, sem dispor de alternativas legais efetivas para a defesa das terras que habitam ou utilizam.

Pareceres conclusivos bloqueados

Esquematicamente, é essa a dinâmica do processo de demarcação segundo o decreto 88.118/83. A FUNAI procede ao reconhecimento da área, com levantamentos chamados antropológicos e fundiários (para esse último, requisitando a colaboração de funcionários locais do INCRA). Uma vez identificada, a área é remetida pela FUNAI ao GT-Interministerial para delimitação. Inicialmente o caso é estudado em separado pelos representantes do MINTER e do MEAF. Quando esses consideram concluída sua análise, tendo formado opiniões sobre a matéria, notificam à FUNAI para que essa marque uma reunião para discussão daquele caso.

Ao chegar a um acordo sobre os limites da área (algumas vezes isso exigindo retificações da proposta original, inclusive com novos levantamentos de campo), os componentes do GT firmam um parecer-conclusivo. Em seguida a proposta de delimitação é levada à aprovação dos Ministérios. Por fim é remetida à Presidência da República, juntamente com uma Exposição de Motivos Conjunta MINTER/MEAF e uma minuta de decreto, o qual uma vez assinado e publicado no D.O.U., encerra o processo de delimitação. após haver sido concluída a demarcação física daquela área de acordo com os limites fixados no decreto presidencial, o caso retorna à consideração do GT, devendo seguir a tramitação anterior, com a emissão de parecer conclusivo, com a aprovação dos Ministros e por último o decreto presidencial de homologação da demarcação.

Ao decompor com intuitos analíticos uma tal sistemática de demarcação em suas fases constitutivas, (vide quadro abaixo), o observador pode perceber que a grande maioria das áreas encaminhadas ao GT-Interministerial não se encontram paralisadas em um ponto inicial de tramitação, com o caso ainda em consideração pelos membros do GT. Das 50 áreas encaminhadas para delimitação, apenas 22 ficam nessa situação, não sendo esse o caso de qualquer um dos processos para homologação da demarcação. Na leitura desses dados é preciso ter presente que a inclusão, com 9.149.108 ha, da área indígena Yanomami nessa fase, a inflaciona fortemente. As demais 21 áreas em estado inicial de delimitação totalizam somente 4.361.380 ha.
O ponto de inércia desse processo reside, indiscutivelmente, no que sucede a fase intermediária. Em 11 casos (em um total de 50) os processos de delimitação receberam um parecer-conclusivo de GT, esbarrando em obstáculos posteriores para completar o seu percurso institucional. Assim o GT posicionou-se favoravelmente quanto a áreas que totalizam 3.492.207 ha, a que correspondem a mais de 3 vezes a extensão total das áreas que receberam decreto presidencial.

Esses dados revelam como são improcedentes as críticas ao GT que atribuem sua ineficácia a diversidade de órgãos e interesses que reúne, preconizando que a solução recomendada seria fazer cumprir todo (ou quase todo) o processo dentro de única instituição. A idéia de que o controle de todo o processo, recaindo sobre um mesmo órgão significaria uma simplificação, corresponde de fato a um raciocínio falacioso. O ponto de estrangulamento é, inicialmente, na aprovação individual dos Ministros (e em especial o do MEAF) e, mais adiante, na própria assinatura do decreto. Resultava isso claramente de um veto de natureza política, derivado de orientação e prioridades estabelecidas pelo C.S.N. e em grande parte compartilhadas pela Presidência da

República. A rigor o embargo não procedia da MEAF na sua condição de organismo fundiário, mas da sua natureza singular naquela conjuntura institucional, onde o Ministro era o Secretário-Geral e a estrutura (inexistente) do Ministério tendia a identificar-se com a do C. S. N.

A inobservância do dado de atualização levou os grupos indígenas a reivindicarem a ampliações de áreas cuja delimitação foi homologada. Um exemplo seria o dos Kaxinawa do Rio Jordão.

Entraves na FUNAI

Acrescente-se a estes pontos de estrangulamento aqueles que podem ser detectados internamente ao âmbito de atuação da FUNAI. O fluxo de documentos interno à burocracia do órgão apresenta inúmeros entraves que refletem uma descontinuidade de ação que pode conduzir a novos conflitos. Nos casos das áreas indígenas Raimundão e Boqueirão localizadas no território de Roraima, tem-se que os pareceres do DPI ao Presidente da FUNAI datam respectivamente de 10 de junho de 1983 a 17 de novembro de 1983, enquanto que as propostas ao GT-88.118/83 datam ambas de 12 de junho de 1984.

Nota-se também que há em que a data do levantamento fundiário dista por demais daquela da elaboração da proposta. No caso da Área Indígena Truaru esta separação data de dois anos.

Em decorrência, verifica-se casos de propostas aprovadas que acabam resultando em homologação de delimitações baseadas em dados gerais e levantamentos fundiários inteiramente defasados. Registra-se que as informações que constam do memorando remetido pela FUNAI, concernentes ao tópico intitulado "situação atual" (tal como previsto no artigo do decreto 88.118) datam de três ou mais anos anteriores, não contemplando portanto, com a exatidão necessária, certas informações relativas aos seguintes aspectos:

- *deslocamentos geográficos do grupo indígena em questão;*
- *aumento significativo de casos de invasões, notadamente em áreas de frente de expansão;*
- *alterações relevantes na densidade demográfica da área indígena a partir da incorporação de famílias de índios que anteriormente se achavam dispersas.*

Recomendações

O novo quadro institucional, dando uma estrutura inteiramente diversa aos órgãos do sistema fundiário, com a criação do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), coloca novas perspectivas para a demarcação das terras indígenas.

Um ponto em que o MIRAD pode contribuir positivamente a questão indígena e auxiliar no controle das invasões realizadas sobre territórios indígenas, promovendo um levantamento:

a) das glebas pertencentes a projetos fundiários da INCRA que incidem em áreas indígenas;

b) dos imóveis rurais que, para o pagamento do Imposto Territorial Rural, se auto-declaram como situados dentro das terras indígenas. Outras modalidades de defesa das áreas indígenas podem ser estudadas inclusive com a redefinição do sistema de cadastramento e com a adoção de outros critérios para o seu preenchimento. É urgente promover um inventário completo de todos esses casos, tendo em vista o cancelamento dessas glebas e dos registros em cadastro, nesse último caso sendo estudada a possibilidade de acionamento de instrumentos penalizadores.

Um último e importante ponto é a revogação do Decreto 88.118/83, com a elaboração de uma minuta de decreto onde seja delineada uma nova sistemática para a demarcação das terras indígenas. A revisão das normas para delimitação e demarcação das áreas indígenas é algo que implica em definições político-institucionais maiores, bem como no reestudo das articulações INCRA/MIRAD e FUNAI/MINTER e em uma nova reestruturação interna do próprio INCRA/MIRAD para atender às atribuições constantes em tal proposta.

PROCESSOS PARA DELIMITAÇÃO, REMETIDOS AO GT-DEC. 88.118 NO ANO DE 1983

NOME DA ÁREA INDÍGENA	UF	SUPERFÍCIE (HA)	PARECER	DECRETO
POTIGUARA	PB	20.820	002/83	89.256/83
RIO GREGÓRIO	AC	92.000	003/83	89.257/83
RANCHO JACARÉ	MS	736	001/83	89.258/83
UTIARITI	MT	412.304	005/83	89.259/83
TIRECATINGA	MT	130.575	004/83	89.260/83
FUNIL	GO	10.620	-	-
BOM JESUS	RR	1.313	004/84	89.594/84
SERRA DA MOÇA	RR	12.500	005/84	89.593/84
TUBARÃO/LATUNDÊ	RO	118.000	-	-
ESTIVADINHO	MT	1.970	-	-
FIGUEIRAS	MT	10.000	-	-
FORMOSO	MT	12.000	-	-
KAXINAWÁ DO RIO JORDÃO	AC	92.000	030/84	90.645/84
KAXINAWÁ RIO HUMAITÁ	AC	125.000	031/84	90.644/84

PROCESSOS PARA DELIMITAÇÃO, REMETIDOS AO GT-DEC. 88.118 NO ANO DE 1984

NOME DA ÁREA INDÍGENA	UF	SUPERFÍCIE (HA)	PARECER	DECRETO
KATUKINA - KAXINAWÁ DO FEIJÓ	AM/AC	17.750	002/84	89.488/84
PAQUIÇAMBA	PA	6.000	001/84	89.489/84
RIO DAS COBRAS	PR	19.100	008/84	90.744/84
CAPOTO	MT	186.000	006/84	89.643/84
APINAJÉ	GO	143.000	-	90.960/85
KOATINEMO	PA	288.600	-	-
BOQUEIRÃO	RR	13.950	018/84	-
ANTA	RR	2.550	017/84	-
RAIMUNDÃO	RR	4.300	020/84	-
TRUARU	RR	6.640	016/84	-
TABA-LASCADA	RR	7.000	019/84	-
BOCA DO ACRE	AC	26.167	025/84	-
COATA-LARANJAL	AM	805.000	024/84	-
NHAMUNDÁ-MAPUERA	AM/PA	1.022.400	021/84	-
RIO BIÁ	AM	1.180.200	022/84	-
JACAMIN	RR	107.000	023/84	-
JARINA/TXUCARRAMÃE Faixa de 15 km/MD. Xingú	MT	139.000	005-A/84	89.618/84
APURINÃ	AM	8.650	-	-
PARAKANÃ	PA	317.000	035/85	91.028/85
STº ANTONIO (TIKUNA)	AM	1.450	-	-
PIUM	RR	3.810	-	-
YANOMAMI	AM/RR	9.149.108	-	-
SÃO DOMINGOS	MT	5.474	-	-
KULINA DO RIO EIRO	AM	356.000	-	-
POYANAWÃ	AC	19.987	-	-
CAMPINAS/KATUKINA	AC	28.862	-	-
TOLDO CHIMBANGUE	SC	1.817	-	-
WAI-WAI	RR	330.000	-	-

PROCESSOS PARA DELIMITAÇÃO, REMETIDOS AO GT-DEC. 88.118 NO ANO DE 1985

NOME DA ÁREA INDÍGENA	UF	SUPERFÍCIE (HA)	PARECER	DECRETO
ZORÓ	MT	431.700	-	-
URU-EU-WAU-WAU	RO	1.888.000	-	-
WAIÃPI	AP	543.000	-	-
NUKINI	AL	30.900	-	-
KAXARARI	AL	127.540	-	-

PROCESSOS PARA HOMOLOGAÇÃO DE DEMARCAÇÃO - GT. DEC. 88.118

NOME DA ÁREA INDÍGENA	UF	SUPERFÍCIE (HA)	PARECER	DECRETO
RANCHO JACARÉ	MS	736	-	89.422
ERIKPATSA	MT	79.943	10/84	-
ROOSEVELT	(MT/RO)	233.055	9/84	-
PIMENTEL BARBOSA	MT	320.900	12/84	-
PIRAJUÍ	MS	2.121	26/84	-
SARARE	MT	67.149	28/84	-
ARARIBOIA	MA	413.587	27/84	-
PACAAS NOVA	RO	279.906	29/84	-
KARITIANA	RO	89.682	38/84	-
TIRECATINGA	MT	130.575	32/84	-
UTIARITI	MT	412.304	33/84	
VALE DO GUAPORÉ	MT	242.593	34/84	-

PROCESSOS ENCAMINHADOS AO GT-DEC. 88.118

PROCESSOS	ANO	Nº	EXTENSÃO	EM CONSIDERAÇÃO			C/PARECER CONCLUSIVOS			C/DECRETO		
				Nº	EXTENSÃO	%	Nº	EXTENSÃO	%	Nº	EXTENSÃO	%
DELIMITAÇÃO	1983	14	1.[illegible]39.838	5	152.590	14,6%	-	-	-	9	887.248	85,4%
	1984	28	14.200.815	12	10.336.758	72,7%	11	3.492.207	24,5%	5	371.850	12,3%
	1985	5	3.021.140	5	3.021.140	100%	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	50	18.261.893	22	13.510.488	79,3%	11	3.492.207	24,5%	14	1.259.098	6,8%
HOMOLOGAÇÃO/DEMARCAÇÃO	-	12	2.272.551	-	-	-	11	2.271.815	99%	1	736	0,03%

AS ÁREAS INDÍGENAS E O MERCADO DE TERRAS

Por que empresário e organizações financeira internacionais estão defendendo a imediata demarcação das áreas indígenas?

Alfredo Wagner Berno de Almeida (*)

Entidades de representação, que congregam grandes empresários rurais, e organizações financeiras internacionais estão se perfilando de forma ostensiva face a cada evento que, atualmente, se insurge no problema maior dos conflitos relativos às terras indígenas. Embora os materiais disponíveis à análise sejam precários e insuficientes, compostos em geral de extratos de documentos veiculados pela imprensa periódica, não permitindo generalizações mais amplas, pode-se adiantar que, a cada novo acontecimento, tais organizações têm se manifestado e, não raro, se constituído em aliados inesperados *das entidades de apoio ao movimento indígena.*

A demarcação como uma etapa para a regularização dos imóveis

Numa orientação preliminar para o entendimento e a apreensão dos fundamentos desta recente postura dos empresários, pode-se destacar que a manifestação será tanto mais contundente, quanto mais sejam retardados ou prorrogados, junto aos órgãos públicos competentes, os processos de titulação dos extensos domínios que pretendem. O quadro de indefinição do reconhecimento das posses não tem agradado aos responsáveis pelos projetos agropecuários e de exploração mineral e madeireira nem às empresas colonizadoras que operam na região amazônica. No Norte de Mato Grosso, no Sul do Pará, no Acre e no Maranhão os conflitos de terra e as ações de contestação mantêm extensas áreas sub-judice. *Isto impede, de acordo com os dispositivos legais, que sejam objeto de transações comerciais e de captação de recursos no sistema financeiro. Mediante esta imposição jurídica as terras neste contexto, não se realizariam enquanto mercadoria, no seu sentido pleno não podendo ser objeto de atos de compra e venda registrados em cartório, nem servir de hipoteca ou de penhora para empréstimos bancários.*

Do ponto de vista de empresários, que possuem nestas áreas além de benfeitorias elementares, grandes rebanhos, lavouras comerciais e unidades de beneficiamento e transformação (serrarias, usinas de álcool, garimpos semi-mecanizados) torna-se fundamental obter a titulação definitiva e não apenas destas extensões ocupadas, mas também, e sobretudo, daquelas áreas de pretensão. *Sublinhe-se que, não obstante os sucessivos conflitos, os dados sobre a elevação do preço das terras na Amazônia assinalam uma curva ascendente (1), que não passa despercebida aos cálculos de "avaliação de patrimônio" das empresas cujos projetos estão sendo implantados.*

A titulação liberaria, pois, recursos básicos juridicamente imobilizados e cuja valorização crescente apresenta-se como uma constante. Ela pressupõe, entretanto, a inexistência de conflitos e a absoluta redução dos litígios sobre limites. Neste ponto é que, da ótica empresarial, o problema da titulação pode ser aproximado daquele da demarcação das áreas indígenas. Em primeiro lugar porque também elas encontram-se imobilizadas, já que são considerados nulos de pleno direito e sem qualquer eficácia os atos, fatos e negócios jurídicos *que envolvem posse ou ocupação de terras classificadas como de "posse imemorial dos silvícolas". Uma possível anulação e a certeza do cancelamento de semelhantes operações mercantis condicionam o chamado risco empresarial desaconselhando uma aplicação de recursos, que não possui nenhuma* garantia jurídica. *Em segundo lugar porque a definição legal dos limites destas áreas indígenas constitui um passo decisivo para a regularização fundiária dos imóveis confinantes, quer dizer, de parcela significativa daqueles domínios pretendidos por inúmeros empresários rurais que integram entidades como: a Associação dos Criadores de Nelore, a Sociedade Nacional de Agricultura, a Associação dos Empresários da Amazônia e o Conselho Nacional de Pecuária de Corte.*

Segundo esta concepção empresarial as terras indígenas seriam classificadas como parte do conjunto de áreas consideradas de preservação permanente. *J. C. de Souza Meirelles, Presidente do Conselho Nacional de Pecuária de Corte, acredita que, definindo-se legalmente, o estoque de terras a serem utilizadas estaria automaticamente disposto a uma rápida titulação. Ele assevera o seguinte:*

(*) *antropólogo, faz pesquisas sobre estrutura fundiária, sobretudo na Amazônia e é autor de vários trabalhos publicados sobre o assunto.*

"... o que urge fazer é a definição das áreas ecologicamente viáveis para *o uso social e econômico*, resultantes da prévia identificação e a exclusão das áreas de preservação permanente.
(...) Dispomos de informações e tecnologia que permitem definir *as áreas de preservação permanente: reservas indígenas, ecológicas, biológicas e parques nacionais*, especialmente na Amazônia..." (Meirelles; 1984) (2).

As áreas indígenas (as quais, de acordo com dados divulgados pela FUNAI correspondem aproximadamente a 7,8% do território nacional) são classificadas no mundo natural não sendo reconhecidas como integrando o processo produtivo. A definição legal seria iniciada, portanto, pelas áreas que não teriam ingresso no mercado nacional de terras. Uma vez demarcadas legalmente, torna-se imediato o reconhecimento da legitimidade da ocupação dos confrontantes. Começar pelo que não é *apresenta-se como uma solução ideal para os empresários definirem domínios cujas extensões não se acham rigorosamente delimitadas e nem juridicamente reconhecidas.*

Nos meandros desta lógica, de maneira concomitante, se lograria o fim dos conflitos com os grupos indígenas e daquelas situações nomeadas de "tensão social":

"Os *conflitos* que resultam na falta desse planejamentol essencial quer os de natureza social, como as *invasões de áreas indígenas*, quer os de natureza ecológica, como a ocupação de áreas inadequadas ao uso agropecuário *não mais se justificam.*" (Meirelles; ibid.)

Embora nada se tenha mencionado com respeito aos movimentos camponeses, suas regras peculiares de cultivo e seu peso relativo nos conflitos de terra, a versão empresarial insiste em representar como idealmente superados os impasses à definição legal e exata de seus domínios. Sendo bastante escassas as razões de tal omissão esta versão pode, com toda certeza, ser considerada como parcial e não-compreensiva.

II

"Esta semana a questão empresários × índios começou a ser discutida em Brasília entre a FUNAI e a Associação dos Empresáriọ da Amazônia. A iniciativa partiu do Presidente da A.E.A., Jeremias Lunardelli Neto que também tem terras no Sul do Pará. Ele afirma que *os empresários estão cansados do papel de vilões que desempenham sempre que eclodem conflitos em áreas indígenas.*
Dos entendimentos entre a FUNAI e a A.E.A., sairá um documento, que está sendo elaborado pelos empresários. Ele vai sugerir uma maior colaboração dos empresários em troca da participação da A.E.A. no chamado "GRUPÃO", grupo de trabalho criado pelo Decreto 88.118/83, integrado por representantes do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, Ministério do Interior, FUNAI e INCRA, além de órgãos estaduais. Este GT tirou da FUNAI a autonomia de deliberar sobre a criação de áreas indígenas. *Em contrapartida, a A.E.A. vai sugerir a criação de fundos especiais para arrecadar dinheiro destinado à demarcação de áreas indígenas. Em função da crônica falta de recursos vivida pela FUNAI, os empresários das áreas onde serão demarcadas áreas indígenas passariam a colaborar com parte da verba necessária.* (3)

Propondo concorrer com recursos materiais para a demarcação das áreas indígenas os empresários evidenciam mais uma vez que a indefinição da propriedade não se coaduna com seus interesses mais imediatos quais sejam: habilitar as terras às transações comerciais considerados legítimas. Manifestam seu desacordo com a chamada "morosidade" da FUNAI e do INCRA e defendem uma posição que aparentemente *não é distinta daquela das entidades de apoio ao movimento indígena: agilizar as demarcações.*

A regularização fundiária torna-se vital para empresários rurais que desejam dispor suas extensões, de forma plena, no mercado nacional de terras. Admitem inclusive de maneira explícita que "ocupam indevidamente terras de índios ou próximas às reservas" (*ibid.*) *atribuindo isto a órgãos federais que forneceram certidões negativas atestando a inexistência de índios nas áreas pretendidas. Procuram se distinguir do Estado e suas ramificações e reivindicam uma participação direta nas instâncias decisórias de demarcação.*

Ainda que sabedores de que o fato de uma intervenção governamental teria que forçosamente efetuar desapropriações de parte de seus domínios pretendidos os empresários advogam tal demarcação. Acreditam que as possíveis perdas de algumas extensões que pretendem, face à declaração oficial de "posse permanente dos grupos indígenas", poderão ser minimizadas pelo ingresso formal das demais partes no mercado. Semelhante crença seria tanto mais verdadeira para as empresas de colonização particular, que passariam a operar com domínios juridicamente configurados beneficiando-se de um impacto positivo sobre seu valor de mercado.

Intentam, pois, uma operação conclusiva que do ponto de vista jurídico-formal transforma as terras da região em mercadoria, no seu significado mais completo. Com isto abrem, inclusive, novas perspectivas para uma concentração de terras através de atos, devidamente registrados, de compra e venda. Afinal, a grilagem, enquanto operação fraudulenta nos cartórios não interessa mais a empresários que já se beneficiaram direta ou indiretamente de apossamentos ilegítimos e das muitas concessões (terras, estradas, incentivos fiscais) que o Estado lhes poderia propiciar.

Do prisma empresarial os quesitos elementares à organização e estrutura do mercado de terras na Amazônia estariam, deste modo, começando a ser preenchidos banindo as transações paralelas e marginais, os litígios e demais conflitos que concorrem para desacreditá-lo (4).

III

Mostra-se consoante com esta perspectiva o alinhamento daquelas entidades empresariais nas manifestações de crítica, recusa e protesto contra o decreto que autoriza a exploração mineral em área indígena. O Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, *Otávio Melo Alvarenga, recém-empossado Presidente do Comitê Permanente do Qüinqüênio de Conservação da Natureza* (PRONATURA) *considerou-o um "decreto nocivo" e previu "uma corrida de empresas mineradoras e de garimpeiros às terras indígenas"* (5) *ameaçando-as.*

Em carta enviada ao Presidente da República a Associação dos Criadores de Nelore *solicitou que ele rejeitasse o decreto concedendo o subsolo de terras indígenas para empresas mineradoras (6), assinalando que as multinacionais cobiçam ardilosamente tais terras:*

> "O Presidente da entidade, José Mário Junqueira de Azevedo, diz na carta, que o recente pedido de demissão do Presidente da FUNAI, que se recusou a concordar com o *decreto autorizando as mineradoras multinacionais a explorarem o subsolo das terras indígenas, é a prova cabal dessas manobras.*" (ibid.)

As entidades empresariais, num nacionalismo de retórica, participaram das pressões que levaram o Presidente da República a sustar o andamento do decreto que autoriza a exploração mineral em áreas indígenas. O Presidente ordenou que o assunto fosse reestudado pela Secretaria do Conselho de Segurança Nacional e pelo Gabinete Civil da Presidência da República (7). Neste contexto colidiram os interesses mais imediatos daquelas entidades com o das empresas mineradoras e suas respectivas associações. Enquanto para as primeiras interessa definir prioritariamente a titulação dos domínios para as outras interessa resolver também, simultaneamente, a questão do subsolo das terras indígenas e sua exploração. Assim, a Associação Brasileira dos Mineradores de Ouro (*ABRAMO*) (8), cujo Presidente Octavio Lacombe *dirige também o Conselho da Paranapanema Mineração, e o* Instituto Brasileiro de Mineração (*IBRAM*) *se posicionaram favoráveis ao decreto. Sérgio Jacques de Moraes, Presidente do IBRAM,*

> "afirmou que a proibição da pesquisa mineral em reservas indígenas representa enormes prejuízos para a atividade, pois justamente nessas reservas há indicações de grandes depósitos minerais, que precisam ser pesquisados e explorados". (Moraes; 1984) (9).

Segundo ele a decisão de sustar o decreto "intranqüiliza os empresários, pois, a área mineral, em que os investimentos são de retorno a longo prazo, exige *segurança jurídica* com projeções para o futuro." (Moraes; ibid.).

A despeito de pretenderem de maneira unânime a formalização jurídica de seus pretensos domínios as empresas mineradoras e as agropecuárias mostram divergências, quanto à posição tática face aos territórios indígenas.

IV

As empresas agropecuárias e aquelas de colonização particular parecem avaliar com maior precaução os efeitos das mobilizações do movimento indígena, contrárias ao decreto de autorização de exploração mineral em seus territórios, entendendo que este fato mantém um clima permanente de *conflito e tensão social. Isto contraria seus objetivos mais imediatos de pôr fim a eles e lograr tão logo a titulação definitiva.*

Nesta tomada de posição parecem levar em conta que a mobilização dos diferentes grupos indígenas se renova com maior intensidade a cada vez que esta pretensão governamental de permitir a exploração mineral vem à baila. Tal mobilização, quase permanente, num quadro em que os movimentos de reapropriação de terras indígenas *têm logrado certo êxito, com toda certeza agrava os impasses que os empresários visam contornar. Mencione-se os conflitos de maio de 1984, ao norte do Parque do Xingu, de julho dos Krenaque (Resplendor, MG) e ainda os dos Pataxó (BA) e Apinayé (GO).*

Tais mobilizações indígenas, ainda que defensivas no contexto dos conflitos de terras, têm conseguido reverter os confinantes que as transações paralelas ao mercado formal de terras e a grilagem cartorial ilegitimamente estabeleceram. Inclua-se aí as próprias concessões governamentais que tem sido representadas hoje pelos empresários como "a origem da usurpação das terras indígenas" (10), isto é, casos em que os empresários chegaram a receber certidões negativas da FUNAI atestando "inexistência de índios" em áreas que de fato *constituem-se em territórios indígenas. O significado disto é que as atuais delimitações e pretensões podem ser redefinidas levando, por vezes, os empresários à condição legal de "invasores" e "intrusos", ou seja, uma posição incômoda e que agrava o chamado sentimento de* insegurança da propriedade. *Daí a iniciativa dos empresários e a persistência na imediata definição legal dos domínios de posse permanente dos grupos indígenas precavendo-se de possíveis atos de reapropriações.*

> "As terras indígenas — diz a carta da Associação dos Criadores de Nelore — já criada com 13 quilômetros quadrados por índio, já não são suficientes para a comunidade indígena e devem ser preservadas. Mas *criar novas reservas indígenas* em regiões com grande produção agropastoril, onde não existem índios, mas são levados por missões religiosas para fixá-los, não passam de interesses de *mineradores multinacionais, camuflados de defensores do princípios cristãos.*" (*estado de Minas*, ibid.).

Ao se perfilarem contra as pretensões das mineradoras e pela imediata demarcação das terras indígenas, inclusive, reconhecendo, de maneira surpreendente, que tais extensões podem até ser insuficientes, os empresários estão se antecipando ao que imaginam como um possível golpe de sucessivas ações de reapropriação e ocupação de territórios indígenas de posse imemorial. A imediata demarcação além de possibilitar o pronto reconhecimento formal dos imóveis confinantes, *os defenderia também destas possíveis ampliações de áreas indígenas, tal como agora delimitadas, e evitaria o que representam como uma tendência ao agravamento dos litígios e conflitos com o conseqüente retardamento dos processos de titulação.*

As organizações financeiras internacionais e os sistemas de direito consuetudinário

As organizações financeiras internacionais, que arcam com parte dos recursos disponíveis aos projetos de desenvolvimento rural integrado (PDRI) do Polonordeste, do Polonoroeste e do Projeto Ferro Carajás, tem exigido do governo brasileiro, como integrante a sua contrapartida, a demarcação das áreas indígenas. Tanto para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) quanto para o Banco Mundial a demarcação coloca-se, atualmente, den-

tre as medidas necessárias à "regularização fundiária" que preconizam para o país. Desde 1960, o primeiro, e 1975, o segundo, atuam nas áreas rurais dos chamados "países em desenvolvimento" facilitando a incorporação de novas extensões a um "mercado formal de terras", através da supressão dos mercados ditos paralelos e informais, que não estariam, de acordo com estes organismos internacionais, com seus recursos adequadamente integrados ao que designam de "processo produtivo". O BID vem financiando projetos de titulação diversos, assim como alguns de irrigação e drenagem, que se encontram localizados, dentre outros, nos seguintes países e regiões: Norte do Peru (Desenvolvimento Regional de Jaen San Ignacio-Bagua), Caribe (criação de registro de terras e de cadastros gráficos), Nicarágua (regularização fundiária com aproveitamento de fazendas estatais), Chile (regularização fundiária no período democrata-cristão de Frei), El Salvador, (Programa "Terra para o Lavrador") e Equador)Desapropriação dos Huasipungos) (11).

A partir de 1975 com as sucessivas inversões e o auxílio técnico do Banco Mundial, que redefiniu sua política em relação à terra (12), tal ação foi intensificada abrangendo uma série de projetos cadastrais (Tunísia, Camarões...), de projetos de desenvolvimento rural (Marrocos...), de programas de titulação (Tailândia, Colômbia) e de projetos de colonização (Filipinas). O citado organismo passou a dispor de um elenco de quadros especializados, muitos deles tomados à experiência colonial inglesa, e a ter um importante know-how *acumulado na Ásia, África e na América Latina principalmente no trato com sistemas de direito consuetudinário de diferentes grupos étnicos.*

O objetivo geral desta ação é dirigido contra os fatores considerados imobilizantes, que não autorizam conferir à terra um sentido pleno de bem passível de mercantilização. Situam-se dentre estes fatores as determinações jurídicas — como no caso das terras mantidas sub-judice *— as infrações das disposições legais, como a grilagem cartorial e as operações clandestinas de transferência, e o desconhecimento do código jurídico da sociedade nacional por grupos étnicos que acatam um sistema de direito consuetudinário, em que são outras as regras de ocupação, de sucessão e outros os significados das próprias categorias terra e mercado. São considerados em seu conjunto como não permitindo uma ampla comercialização de terras e impedindo que imensos domínios sejam transacionados nos mercados imobiliários capitalistas. Seriam, pois, segundo o ponto de vista daqueles organismos internacionais,* elementos de imobilização *que precisariam ser desativados para que os referidos mercados e suas agências respectivas pudessem absorver livremente novas extensões, com valores monetários fixados. Representados como formas ideológicas de imobilização que favorecem a família, a comunidade ou a uma etnia determinada em detrimento de sua significação mercantil, tais sistemas de direito consuetudinário passam a ter ameaçada sua existência.*

As iniciativas de "regularização fundiária" visam destruir tais formas convertendo as terras à possibilidade permanente de comércio, resgatando-as ao mercado pela desmobilização daqueles fatores que são vistos como subvertendo o caráter legal que pretendem imprimir.

A ação dos organismos financeiros internacionais reforçaria, deste modo, a perspectiva daquele segmento de empresários, anteriormente mencionado, que procura exercer sua dominação através de uma formalização jurídica da propriedade. Representam como natural *o código e os aparatos legais da sociedade nacional e consideram uma burla o que possa vir a transgredir suas disposições. Exaltam o contrato de compra e venda como a justiça de um mundo afinal ordenado e regular. Esta representação distingue-se, pois, daquela de uma vertente autoritária (13) que viola seguidamente as regras de mercado, caracterizando sua ação por apossamentos ilegítimos e grilagens, além de propugnar, à revelia dos dispositivos legais, uma submissão dos camponeses e dos grupos indígenas pelo aparato repressivo. Semelhante concepção marcou etapas iniciais do desdobramento das frentes de expansão e caracterizou, por outro lado, a ação colonial, notadamente, em contextos das chamadas guerras coloniais e de libertação (14).*

A expansão capitalista, nesta etapa, inibe os métodos de violência que foram a essência da política colonial e da ocupação das fronteiras agrícolas, e procura implementar regras de mercado, que legitimem a reprodução dos processos de concentração da terra e a centralização do capital, facilitando ao máximo, em termos operacionais, as transações imobiliárias. A titulação é vista como exaltando a segurança da propriedade *e permitindo maior incentivo para os investimentos. O resultado destas inversões mais elevadas tanto poderá ser maior produção por área, quanto aumentar as transações de valores mais expressivos. Daí porque aquelas organizações bancárias mobilizarem vultosos recursos para organizar um mercado de terras, inclusive demarcando áreas indígenas, sem qualquer perspectiva de retorno imediato. O capitalismo financeiro (capital bancário e capital industrial simultaneamente) que a atualiza, supõe certo nível de forças produtivas e, sobretudo, requer* formas organizadas de vida econômica. *Elas podem ser traduzidas, num plano de realidades empiricamente observáveis, como os elementos tidos como organizadores de um mercado de terras — pelas entidades financeiras internacionais, pelo segmento de empresários aludido e pelas agências governamentais — quais sejam: cadastramento, titulação, administração fundiária e o controle da transferência dos direitos sobre a terra. Em seu conjunto objetivam homogeneizar o sistema de transmissão, pelo registro do imóvel e pelo controle de sua transferência, montando mecanismos "eficientes" de registro e cadastramento. Isto acarreta um aumento da base tributária e, portanto, interessa de perto ao Estado; e dá apoio ao processo de transferência estimulando os mercados imobiliários, o que interessa sobremaneira às organizações financeiras e aos empresários.*

Tais transações imobiliárias e o respectivo registro legal destas ocorrências pela escrituração constituem mecanismos fundamentais ao desenvolvimento capitalista em detrimento das práticas de mercado de sistemas econômicos subordinados. Os mercados informais, que abarcam as transações de terras entre camponeses, que não são escrituradas e apóiam-se em contratos verbais, como as licenças de capoeira *ou as transações que envolvem as denominadas "posses itinerantes"; que compreendem regras de sucessão e transferência que não conhecem formal de partilha e inventários; caracterizam, antes de uma relação mercantil, uma situação de reciprocidade positiva entre grupos familiares de pequenos produtores diretos. Isto tanto em frentes de expansão, quanto em regiões de colonização antiga. Nestas últimas seriam exemplos mais flagrantes as denominadas* terras de preto,

terras de santo, terras de igreja *e demais situações que podem ser cobertas pelo significado genérico de* terra comum. *Segundo se observa, esta noção vigente comporta uma articulação entre domínios de usufruto comunal (poços, caminhos, reservas de mata, cocais, campos naturais, babaçuais, áreas de caça, pesca e coleta) e domínios permanentemente privados (casas, giraus, roças) ou apenas temporariamente privados (local onde se erguem as roças). Da articulação entre eles é que se tem o equilíbrio econômico que sustém unidades familiares camponesas e de inúmeros grupos étnicos.*

A intervenção governamental: assentamentos sem demarcação

Quanto à viabilidade técnica desta proposição de entidades financeiras internacionais e empresários observe-se que, no decurso do Simpósio Internacional de Experiência Fundiária, realizado na Bahia, entre 20 e 24 de agosto de 1984, sob o patrocínio do MEAF, do INCRA, do BIRD e do BID; ficou evidente que há um descompasso na utilização dos instrumentos de ação fundiária ao alcance dos devidos órgãos. A modernização de seus componentes (controle aerofotogramétrico, desenhos assistidos por computadores, processos de ortofoto) permite fornecer limites precisos, de maneira rápida, em qualquer litígio. Entretanto, não têm sido utilizados em áreas de conflito ou mesmo para a demarcação de territórios indígenas. Com aqueles recursos tecnológicos a definição dos limites das áreas indígenas torna-se perfeitamente factível a curtíssimo prazo, sem maiores problemas operacionais relativos às medições e demais trabalhos de agrimensura. A modernização aludida parece, no entanto, estar sendo acionada tão só para efeitos de registro e aperfeiçoamento da máquina arrecadadora ou seja de recolhimento do imposto territorial rural.

A tentação de remeter a "modelos africanos e asiáticos", que estão sendo igualmente objeto destes instrumentos de ação fundiária, está plenamente justificada na ideologia dos órgãos oficiais e dos organismos financeiros. No que tange ao controle da venda agrária, com técnicas aperfeiçoadas na Europa Ocidental e que também foram desenvolvidas pelos colonizadores ingleses na Índia e no Paquistão — que possuem cadastros dos mais "completos do mundo" (Lawrance; 1984) — a inspiração parece explícita.

Já os recursos de aerofotogrametria foram apresentados pelos professores da Univ. of New South Wales, Austrália, com abundantes referências sobre as experiências no Quênia, na Indonésia e nas Filipinas relativas à fotogrametria adequada para o mapeamento cadastral (15).

Quanto aos sistemas de direito consuetudinário também denominados de "formas tradicionais de ocupação", tanto indígenas, quanto camponesas e que se fundam em regras de usufruto comunal e não necessariamente na privatização do meio de produção básico, observou-se pelo menos duas posições. Quadros especializados daqueles organismos internacionais enfatizaram tanto o reconhecimento destas formas em determinadas conjunturas, quanto à sua possível supressão.

Jeremy Lawrance, consultor do Banco Mundial para Assuntos Fundiários, apresentou no referido Simpósio uma comunicação asseverando que, desde os anos 1950-60, tem havido notável interesse pela modernização dos registros de terra. Destaque-se que o consultor é inglês e beneficiário de toda a situação histórica de dominação colonial, que perdurou, no caso africano, até fins dos anos 1950-60.

Lawrance sublinha uma "reconciliação":

> "O surgimento de técnicas bem-sucedidas para reconciliar os *aspectos tradicionais da posse da terra*, especialmente na África, com um sistema de registro de terra, por exemplo, *terras de famílias na Nigéria, as pastagens comunais de clãs do Quenia.*" (Lawrance; 1984) (*16*).

Nada mais adianta, todavia, sobre o resultado destas experiências e sobre o que considera ser uma "reconciliação". Ao contrário, David Stanfield, do Land Tenure Center e da Univ. of Wisconsin, foi mais explícito acerca dos resultados obtidos pela intervenção fundiária na América Latina. Após propor um esquema para o entendimento da diversidade dos projetos afirma:

> "O terceiro tipo de programa de titulação é o resultante de levantamentos cadastrais e registro das terras. (...) Esses programas normalmente *extinguem direitos tradicionais sobre a terra*, caso *daqueles oriundos da propriedade comunal ou intrafamiliar que são formas de posse que ocorrem em grande número no Caribe e nos Andes.*" (Stanfield; 1984) (*17*)

Observa-se que tais programas resultam necessariamente em titulação da propriedade individual. Individualiza-se os direitos desorganizando as unidades sustentadas em relações interfamiliares e no próprio grupo étnico.

A demarcação de áreas indígenas, no caso brasileiro, enquanto proposta das agências financeiras internacionais expressa, entretanto, uma especificidade, dado o acirramento dos conflitos de terra e indica, pelo menos no que tange aos grupos indígenas, uma via de "reconciliação" (Lawrance; 1984). Esta significa o reconhecimento formal dos direitos de posse imemorial dos indígenas. Ainda que o mesmo não possa ser afirmado com respeito aos camponeses pode-se dizer que, no momento atual, a proposta é manter as áreas indígenas precisamente configuradas e apregoar que as "formas tradicionais de ocupação" se coadunam com a modernização em curso. As demais experiências aventadas no Simpósio funcionam como elemento contrastante e deixam indagações sobre os possíveis desdobramentos da "regularização fundiária" que está sendo implementada, já que os órgãos que atuam junto aos grupos indígenas não possuem uma unidade de ação (18).

Nutrindo o MEAF e, por conseguinte, o INCRA, o GETAT e o GEBAM com recursos materiais e técnicas refinadas e com os resultados de experiências africanas, asiáticas e latino-americanas com grupos étnicos e camponeses, o Banco Mundial está favorecendo a formação de quadros com vistas à estruturação do mercado de terras, emoldurada numa conjuntura de repetidos conflitos.

II

Com a demarcação das áreas indígenas e com o ingresso dos imóveis rurais confinantes no mercado nacional de terras nada desdiz que as terras indígenas não continuem a ser alvo de pressões inassimiláveis. Há uma regularidade histórica assinalando que, a despeito das determinações jurídicas, as áreas indígenas vêm sendo gradativamente reduzidas. A omissão deliberada, nos argumentos empresariais, de conflitos que envolvem a expansão camponesa conduz este exercício a uma reflexão sobre medidas que podem levar àquela confirmação. Destaca-se as iniciativas de assentamento de colonos adotadas pelos projetos de colonização oficial. Os órgãos governamentais encarregados da regularização fundiária (INCRA, GETAT) parecem propiciar uma expansão camponesa para os territórios indígenas. Isto de maneira indireta e segundo os procedimentos seguintes:

a) assentar colonos em áreas limítrofes às reservas indígenas através de atos sumários de arrecadação (19);

b) e não coibir as chamadas "limpezas de área" que os grandes empresários têm perpetrado ao expulsarem dos imensos domínios que pretendem para seus projetos centenas de milhares de pequenos produtores agrícolas, usualmente denominados posseiros.

Estas famílias camponesas expulsas findam por se deslocar para outras áreas nas quais se incluem os territórios indígenas. Ergue-se assim uma espécie de cerca viva, que além de conter os grupos indígenas em limites determinados, pode resultar em estímulo à invasão de seus territórios. Estes são freqüentemente considerados de um lado como possível área de expansão *camponesa e, de outro, como* área de pretensão *de grandes empresários.*

Por intermédio deste tipo de intervenção a ação colonizadora oficial poderia ser aproximada daquela dos empresários, cujos imóveis localizam-se nos confrontantes de áreas indígenas. Ambas as situações representam formas acabadas de uma estratégia de intrusamento.

É mais factível para a frente camponesa e os colonos assentados penetrarem em terras indígenas, transformando-as em suas áreas de expansão *do que permanecerem ou penetrarem em terras pretendidas pelas agropecuárias, mineradoras, madeireiras e empresas de colonização particular. Estas mantêm uma vigilância constante e milícias privadas, contratadas especialmente para assegurar a inviolabilidade dos domínios que pretendem.*

Tanto os empresários, quanto os camponeses sabem também que a manutenção dos picadões divisores e dos marcos das reservas indígenas é precária e que é quase impossível à FUNAI conservá-los. São sabedores igualmente que não há um controle rigoroso das invasões dos ocupantes não-índios em terras indígenas. Aliás, o único levantamento realizado (20) é bastante incompleto e pouco criterioso não autorizando aproximações estatísticas ou se avançar no valor sociológico das listagens elaboradas. Tudo isto faz com que as terras indígenas sejam percebidas, a despeito da definição legal, como aquelas mais factíveis de serem invadidas e ocupadas ilegitimamente.

Percebendo, em certa medida, a fragilidade da garantia da manutenção de seus territórios certos grupos indígenas tem se mobilizado encetando movimentos de reapropriação *de partes essenciais de seus domínios que têm sido ilegitimamente ocupados. Reivindicam a ampliação de áreas já delimitadas e começam a executar uma* autodemarcação *(Potyguara, Kaxinauá, Kulina, Apinayé...). Esta decisão ocorre, entretanto, meio a imensas dificuldades, numa correlação de forças que lhes é inteiramente desfavorável permitindo êxitos relativos. Com esta mobilização de caráter autodefensivo o chamado "clima de conflito e tensão social" se agrava, assim como aqueles impasses, que segundo a concepção empresarial deveriam ser removidos imediatamente para propiciar a definição legal dos domínios que pretendem. O acirramento fica condicionado a decisões que emanem do campo político.*

As práticas que desdizem formulações

Estas observações são bastante parciais, porquanto trabalhadas segundo fragmentos de formulações de um segmento específico de empresários e de alguns documentos de organizações financeiras internacionais, e procuram chamar a atenção para o fato de que nem sempre os apossamentos ilegítimos e os atos ilegais é que orientam as ações dos grupos empresariais interessados na concentração da terra. Delineia-se esboços de um capítulo da expansão vertical do capitalismo financeiro no campo pela incorporação de novas extensões a um mercado de terras formalizado e pela supressão das situações de mercado ditas paralelas, informais e de "minorias étnicas" que não estariam integradas adequadamente aos mercados imobiliários. A partir desta reflexão o artigo insinua-se como uma crítica a um tipo usual de reformismo teórico *que tanto constata, quanto favorece pela aplicação direta, todos os elementos de adaptação requeridos por tal expansão. O endosso acrítico da atuação das agências financiadoras transnacionais e daquele segmento de empresários, sem sequer voltar-se para discernir as contradições internas e as subjacentes supressões de "formas tradicionais de ocupação", com a destruição de princípios essenciais acatados por diferentes etnias encontra-se eivado de funcionalidade, porquanto coextensivo à atuação daqueles.*

Sublinhe-se, por outro lado, que a pressão destes organismos transnacionais em composição com entidades empresariais pode tornar-se bem-sucedida numa conjuntura de transição político-institucional, dado que são políticos os obstáculos atualmente erigidos à consecução dos processos de demarcação. Todavia, frise-se também, que tal posição não pode ser generalizada para todos os grandes empresários, cujos imóveis são confinantes ou invadem áreas indígenas. Certamente aqueles das regiões de colonização antiga, como os do município de Pau-Brasil, Bahia, pensam numa outra solução para os Pataxó; assim como aqueles de Tocantinópolis, Goiás, perpetram uma ação de força contra os Apinayé. A composição social das forças que propugnam soluções emanadas de uma vertente autoritária parece não ser sempre a mesma, devendo ser investigada a cada situação particular de conflito que dispõe de maneira distinta as organizações financeiras internacionais, empresas mineradoras e agropecuaristas versus os denominados "fazendeiros tradicionais", os chamados "posseiros" e os "colonos". A imposição de uma representação unívoca da terra provoca inúmeros impasses correlatos que afetam a linearidade dos alinhamentos.

Percebe-se, no esforço deste discernimento, que estão sendo lançadas as bases para uma provável redefinição da política oficial relativa às terras indígenas na qual as normas de intervenção são repensadas face ao desenvolvimento das regras de mercado. *Visando sua consecução agências financiadoras internacionais e o segmento empresarial citado parecem estar concorrendo com recursos técnicos e materiais para viabilizar as medidas governamentais necessárias.*

Mesmo com a ressalva de que elas não são consensuais e revelam visões divergentes, entre diferentes segmentos de empresários, cabe enfatizar que, quando se recorre à observação direta, acompanhando de perto o desenrolar dos conflitos, diluem-se certas distinções. Os diferentes segmentos apresentariam práticas similares, *que dificilmente podem ser separáveis ou distinguíveis. Somente em situações limites, como talvez no caso Apinayé, os alinhamentos apresentam-se menos obscuros. Não deixam, entretanto, entrever elementos que assegurem que serão mantidos os resultados das demarcações propostas evidenciando que, a despeito das prováveis alterações na política oficial, a questão dos conflitos em áreas indígenas permanece desenganadamente agravada.*

(1) *A elevação dos preços de terras nas regiões de fronteira está associada, segundo empresários, ao incremento da pecuária de corte, com as cotações do boi de engorda se elevando acima de 400% no ano; ao plantio de arroz e soja em áreas antes consideradas próprias tão só para a pastagem; ao reaproveitamento dos cerrados; à intensificação da exploração mineral, em particular, no Sudeste do Pará e à "infra-estrutura" que foi sendo montada com rodovias, ferrovias, portos, etc. Para maiores esclarecimentos relativos a esta formulação, consulte-se: Carvalho, Luiz — "maior procura para colonização, diz Meirelles", in* Correio Agropecuário, *12 a 25 de março de 1984, pg. 11, seção Mercados e Estatísticas; e Carvalho, Murilo — "Valorização causa euforia em Goiás", in* Folha de S. Paulo, *SP, 13/08/1984.*

(2) *Cf. J. C. de Souza Meirelles — "Ecologia e Desenvolvimento".* Folha de S. Paulo, *São Paulo, 1º de outubro de 1984.*

(3) *Cf. Eliane Lucena — "A origem da usurpação das terras indígenas".* José. *Brasília, DF, Ano IX, nº 420, agosto de 1984.*

(4) *Para um maior aprofundamento leia-se: Almeida, Alfredo Wagner B. de — "Estrutura fundiária e expansão camponesa" — Um estudo sobre a ação fundiária do GETAT e o desenvolvimento espontâneo do campesinato na região amazônica sob a influência do Projeto Grande Carájás. Setembro, 1984.*

(5) *Cf. "Figueiredo reexamina mineração em reservas".* Jornal do Brasil. *Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1985, p. 9.*

(6) *"Criador de Nelore acusa multinacional de enganar índios".* Estado de Minas. *Belo Horizonte, 14 de setembro de 1984.*

(7) *Cf. "Figueiredo suspende ato que libera área indígena."* O Estado de S. Paulo. *São Paulo, 11 de janeiro de 1985, p. 10.*

(8) *Cf. Sobre a posição da ABRAMO vide: "Andreazza afirma que nada há definido sobre os índios."* Jornal do Brasil. *Rio de Janeiro, 12/01/85, p. 9.*

(9) *Cf. "IBRAM condena suspensão de decreto sobre lavra nas reservas indígenas".* O Globo. *Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1985, p. 17.*

(10) *Cf.* José. *Brasília, DF, Ano IX, nº 420, agosto de 1984.*

(11) *A partir de 1983 o BID concedeu 376 financiamentos para o setor de Agricultura e Pesca com um montante de US$ 5.548 milhões. Os projetos beneficiados têm um custo total de US$ 13.820 milhões considerando-se as contribuições de outras entidades cofinanciadoras e recursos dos próprios países-membros. Previram a incorporação de 1,1 milhões de ha. ao que chamam de "processo produtivo" e melhorias em 14,7 milhões de ha. cf.* Informe Anual, *1983. Banco Interamericano de Desarrolo. Washington, Febrero, 1984. Apud Villamizar, Fernando — "Financiamento Interamericano dos Programas de Titulação de Terras Rurais". Salvador, Simpósio Internacional de Experiência Fundiária, agosto de 1984.*

(12) *Vide Falloux, François — "Financiamento Internacional para Programas de Titulação de Terras Rurais". Salvador, Simpósio Internacional de Experiência Fundiária, agosto de 1984. Não se conseguiu obter dados quantitativos relativos à ação do BIRD na área rural no último ano.*

(13) *Cf. Barrington Moore Jr. —* As origens sociais da ditadura e da democracia *— senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa, Ed. Cosmos, 1975, pp 499-520.*

(14) *A propósito consulte-se* Bourdieu, P. e Sayad, A. *— Le Déracinement* — La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie. *Paris, Minuit, 1964.*

(15) *Cf. Angus-Leppan, P. V. e Lynn Holstein — "Aerofotogrametria na demarcação e medição de terras rurais e o uso do processamento de dados na titulação". Salvador, Simp. Inter. de Exp. Fundiária, 22 de agosto, 1984.*

(16) *Cf. Lawrance, Jeremy — "Cadastramento de Terras". Salvador, Simp. Intern. de Exp. Fund., agosto de 1984.*

(17) *Cf. Stanfield, David — "Programa de titulação de terras rurais na América Latina", Salvador, Simp. Intern. de Exp. Fund., agosto de 1984.*

(18) *Para um aprofundamento leia-se: João Pacheco de Oliveira Filho — Terras Indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem sociológica.* Boletim do Museu Nacional, *nº 44, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1983.*

(19) *Vide as seguintes portarias do GETAT:*
- *arrecadação da Gleba Araguaxim, que limita com o Parque Indígena Kayapó. Port. nº 04 de 10.06.1980, DOU, Seção I, Brasília, 15.07.80, p. 14171.*
- *arrecadação da Gleba Mãe Maria, que limita com a AI Gavião. Port. nº 119, de 26.01.1981. DOU, Seção I, Brasília, 10.07.81, p. 12921.*
- *arrecadação da Gleba Seringa A, que limita com a Reserva Indígena Cateté. Port. nº 55, de 15.04.1982. DOU, Seção I, Brasília, 10.05.1982, p. 8284.*

(20) *Trata-se das listagens resultado do* Convênio nº 069/79 *que entre si fizeram a FUNAI e a Fundação Projeto Rondon, visando a realização de levantamento sócio-econômico junto às populações civilizadas, residentes em áreas indígenas. O convênio foi firmado em 16.07.1979 e o levantamento realizado no decurso de 1981.*

Aconteceu na imprensa

OS EMPRESÁRIOS E AS DEMARCAÇÕES

AEA quer dar recursos para demarcação

A criação de um fundo financeiro patrocinado por empresários, cujas terras fazem limites com áreas reconhecidamente indígenas, para a definição das reservas, foi a proposta levada ontem ao dirigente da FUNAI, Jurandy Marcos da Fonseca, pelo presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, Jeremias Lunardelli. Conforme o empresário, a classe tem interesse na definição das áreas indígenas para que sejam evitados os conflitos.

Em sua proposta, Lunardelli sugeriu ainda ao presidente da Funai que, na região da Amazônia, a demarcação das reservas indígenas obedeça os acidentes geográficos naturais. Com isso, ficam visualmente determinados o início e término da área, dispensando grandes despesas que envolvam, normalmente, os trabalhos demarcatórios.

O empresário salientou que existem muitos territórios indígenas para serem definidos. Esta definição deve ocorrer antes da chegada do branco, do empresário, para evitar que o Governo venha a vender terras em áreas indígenas. Desta forma seriam evitados também problemas semelhantes ao que ocorreu no Parque Indígena do Xingu, onde toda a área foi negociada, no final da década de 50, pelo governo do Estado. Hoje, em conseqüência da vitória dos Txucarramãe, o Governo Federal terá de dispender uma soma elevada de recursos para indenizar os empresários ali estabelecidos.

A proposta do empresário, apresentada às administrações anteriores da Funai, foi muito bem recebida pelo atual presidente: "Se ela realmente beneficiar as comunidades indígenas é muito boa", disse Jurandy Fonseca, que pretende iniciar um trabalho de pesquisa junto aos indigenistas para saber como as comunidades indígenas reagirão diante desta proposta. (**Correio Braziliense, 07/06/84**).

Empresários propõem fundo

O Presidente da AEA, Jeremias Lunardelli, disse ontem, após um encontro com o Presidente da FUNAI, Jurandy Marcos da Fonseca, que está negociando com a Funai a criação de um fundo de contribuição de empresários para demarcação das terras indígenas, desde que possam participar do grupo interministerial que determina as demarcações. Lunardelli e Jurandy estão estudando propostas para conciliar os interesses dos índios e dos empresários e evitar conflito pela posse da terra. As normas que forem aprovadas serão consolidadas em um documento que será divulgado em dez a 15 dias, segundo o empresário.

No caso das áreas indígenas tituladas, Lunardelli propõe uma permuta o Governo daria ao empresário terras em outra região em troca da devolução aos índios da área titulada. Os empresários sugerem também que o limite das reservas indígenas sejam marcados por acidentes geográficas, para facilitar a identificação.

Para Lunardelli, a Funai está "disposta ao diálogo", porque, embora este ponto ainda não esteja acertado, já vem convidando empresários para as reuniões do grupo interministerial que examinam casos de terras tituladas. (**O Globo, 07/08/84**).

CONVÊNIO Nº 28/83, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO — FUNAI E O SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS — INSTITUTO LINGUÍSTICO DE VERÃO, NA FORMA ABAIXO:

Aos 21 dias do mês de Dezembro de 1983, a FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO — FUNAI, instituída de conformidade com a Lei nº 5.373, de 05 de dezembro de 1967, com sede e foro em Brasília-DF, nesse ato representada pelo seu Presidente, Dr. OCTAVIO FERREIRA LIMA e o SUMMER INSTITUTE OF LINGUÍSTICS (Instituto Lingüístico de Verão) SIL (ILV), Sociedade civil de caráter assistencial e filantrópico, com Estatutos próprios registrados no Cartório de 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Pessoa Jurídica, sob o nº 672 Livro A/4 em 26.02.70, com sede e foro em Brasília-DF, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, STEVEN NEIL SHELDON, doravante denominados simplesmente, FUNAI e SIL (ILV), respectivamente, celebram o presente convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto

O presente convênio tem por objetivo, autorizar ao "SIL" a manter atividades assistenciais de lingüística; educação, saúde e desenvolvimento comunitário junto aos grupos indígenas abaixo discriminados sob a jurisdição das Delegacias Regionais da FUNAI, nas suas respectivas áreas:

1ª DELEGACIA REGIONAL:
— Grupo Makú-Nadeb, do Rio Uneiuxi
— Grupo Sateré, do Rio Andirá

2ª DELEGACIA REGIONAL
— Grupo Apalaí, do P.I. Tumucumaque
— Grupo Arara — Frente de Atração Arara
— Grupo Karipúna, do Rio Curipi
— Grupo Kayabí, do Rio Teles Pires
— Grupo Kayapó, dos PIs Menkranontire, Baú e Kuben Kran Keen
— Grupo Oiampí, do Rio Amapari
— Grupo Palikur, do P.I. Palikúr
— Grupo Yanomami — Parque Yanomami

4ª DELEGACIA REGIONAL
— Grupo Guaraní, do P.I. Rio das Cobras
— Grupo Xokléng, do P.I. Ibirama

5ª DELEGACIA REGIONAL
— Grupo Bakairi, do P.I. Bakairi
— Grupo Kayabí, do P.I. Tatuí
— Grupo Nambikúara, da Reserva (área indígena) Nambikúara
— Grupo Parecis, da Reserva (área indígena) Parecis
— Grupo Rikbaktsa, do Rio Juruena

6ª DELEGACIA REGIONAL
— Grupo Canela, do P.I. Canela
— Grupo Guajajára, do P.I. Angico Torto
— Grupo Urubu, do P.I. Canindé

7ª DELEGADA REGIONAL
— Grupo Xavante, do P.I. Marechal Rondon

8ª DELEGACIA REGIONAL
— Grupo Apurinã, do Rio Purus
— Grupo Jamamadí, do Igarapé Curiá
— Grupo Karitiana, do P.I. Karitiana
— Grupo Múra-Pirahã, do Rio Maici
— Grupo Paumarí, do Lago Marranã, Rio Purus
— Grupo Suruí, do P.I. Sete de Setembro
— Grupo Tenharim, na Estrada Transamazônica (AM-21), perto do Rio dos Marmelos

9ª DELEGACIA REGIONAL
— Grupo Kadiwéu, do P.I. Bodoquena
— Grupo Kaiwá, do P.I. Dourados
— Grupo Terena, do P.I. Cachoeirinha e Taunay

11ª DELEGACIA REGIONAL
— Grupo Maxacali, do P.I. Maxacali e Pradinho

POLÊMICA: O CONVÊNIO SIL/FUNAI

Parecer da UNICAMP

O Conselho do Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas apreciou, na sua reunião de 27 de setembro de 1984, o convênio FUNAI/SIL de 21.12.83 (dado ao conhecimento dos membros do Departamento somente naquela ocasião) e divulgaram um parecer, contendo 4 pontos:
1º) ao se apresentar, no convênio em questão, como uma sociedade civil de caráter assistencial e filantrópico, "para manter atividades de lingüística, educação, saúde e desenvolvimento comunitário", o SIL estaria eludindo suas finalidades evangelizadoras, além de garantir uma área de atuação praticamente ilimitada;
2º) A mesma "indefinição" dos termos de outros artigos do convênio, faculta ao SIL um acesso quase ilimitado a todos os grupos indígenas em território brasileiro, além daqueles discriminados nominalmente na "Cláusula primeira";
3º) Ao facultar ao SIL uma série "outras atividades" de colaboração com a FUNAI (como aparecem discriminadas na "Cláusula terceira"), o convênio "desloca para o âmbito de uma instituição estrangeira, de caráter 'assistencial e filantrópico', atividades cuja realização estão caracteristicamente no domínio dos nossos quadros acadêmicos"; e
4º) ao conferir ao SIL poder de arbitrar sobre o ingresso de determinadas pessoas nas áreas indígenas (conforme o item I da "Cláusula terceira"), estariam abertos os caminhos para o SIL "interferir na metodologia e natureza do trabalho científico de outros pesquisadores..., assim como a desenvolver confrontos de ordens religiosas". Como a FUNAI não dispõe de quadros técnicos para julgar projetos, o SIL poderia ter controle sobre a aprovação dos projetos que envolvam questões indígenas.
A análise resumida acima, levou o Conselho do Depto. de Lingüística às seguintes decisões: 1. Manifestar estranheza diante deste acordo tanto pelo seu conteúdo, quanto pelo fato de ter sido

PARQUE INDÍGENA DO ARAGUAIA — POARA
— Grupo Karajá, da Ilha do Bananal

Parágrafo Primeiro — Para fins de confronto do trabalho técnico de lingüística realizado junto aos índios das aldeias citadas, os lingüistas que realizam os estudos poderão visitar outras aldeias da mesma área indígena.

Parágrafo Segundo — Os grupos indígenas não mencionados neste artigo e aonde o SIL já realizou trabalhos lingüísticos, poderão ser assistidos em conformidade com este Convênio através de termo aditivo a ser celebrado na ocasião oportuna.

Estes Grupos são os seguintes:

1ª DELEGACIA REGIONAL
— Grupo Atroarí, do P.I. Abonarí
— Grupo Hixkaryná, do P.I. Cassaná
— Grupo Makú-Hupda, da Serra dos Porcos
— Grupo Makú-Yahup, do Rio Tiquié
— Grupo Mundurukú, do Rio Tapajós

2ª DELEGACIA REGIONAL
— Grupo Asuriní, do P.I. Trocará

3ª DELEGACIA REGIONAL
— Grupo Fulniô, do P.I. Águas Belas

4ª DELEGACIA REGIONAL
— Grupo Kaingáng, do P.I. Rio das Cobras

5ª DELEGACIA REGIONAL
— Grupo Borôro, do P.I. Gomes Carneiro
— Grupo Mamaindê, da Área Indígena Nambikuára

6ª DELEGACIA REGIONAL
— Grupo Cinta Larga, do P.I. Roosevelt
— Grupo Dení, da Cabeceira do Rio Tapauá

13ª DELEGACIA REGIONAL
— Grupo Kaingang, do P.I. Guarita

PARQUE NACIONAL DO XINGÚ
— Grupo Kamayurá
— Grupo Kuikúro
— Grupo Txukarramãe
— Grupo Waurá
— Grupo Kayabí

AJUDÂNCIA DE ARAGUAÍNA

— Grupo Apinayé, do P.I. Apinayé
— Grupo Krahô, do P.I. Kraholândia

Parágrafo Terceiro — À FUNAI ficará reservada a escolha seletiva de grupos não nominados na presente cláusula, desde que haja condições técnicas e viabilidade operacional para o estudo do(s) grupos(s) escolhido(s).

CLÁUSULA SEGUNDA — Do Prazo

O presente Convênio terá prazo de duração fixado em 02 (dois) anos, a contar da data de sua assinatura ou publicação em Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado conforme interesse das partes convenientes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Do Compromisso da Entidade

Compromete-se o SIL, por força deste instrumento a:

a) — Prestar aos índios dos grupos mencionados, assistência lingüística e educacional, de saúde e comunitária;
  a.1. — apresentar previamente à FUNAI os planos de trabalho específico, a serem desenvolvidos em cada aldeia.

b) — Colaborar com a FUNAI nos estudos e pesquisas de outras línguas ou dialetos indígenas falados no território nacional, quando solicitado, e de acordo com a disponibilidade de seus técnicos.

c) — Assessorar suas equipes no que se refere a estudos e andamento de projetos de alfabetização bilíngüe, mediante visitas periódicas de consultores e realização de seminários específicos.

d) — Colaborar com a FUNAI, de acordo com a disponibilidade de seus técnicos, nas diversas programações que envolvam:
  1) — palestras sobre assuntos lingüísticos;
  2) — cursos de indigenismo, e/ou de capacitação lingüística promovidos pela FUNAI, com a participação de professores solicitados com seis meses de antecedência.

celebrado sem que entidades pesquisadoras brasileiras que trabalham na área indígena tenham sequer sido consultados ou informados. A este propósito seria bom lembrar que quando, há poucos anos atrás, houve rompimento da FUNAI com o SIL também a questão não foi adequada e publicamente discutida, o que permitiu que agora se tenham criado situações tão pouco convenientes para o desenvolvimento da pesquisa sobre os índios e para a solução dos problemas envolvidos na causa indígena. Lembre-se, aqui, que outros países como México e Equador vêm rompendo seus convênios com este grupo de missionários. 2. Solicitar das entidades que trabalham na área das questões indígenas posicionarem-se diante desse convênio, depois de uma discussão clara e pública sobre o mesmo e sobre a ação do SIL no Brasil. Seria inclusive o caso de solicitar que o SIL, que faz este ano 28 anos de ação no Brasil, preste contas de modo público de suas atividades aqui. ass.: Prof. Dr. Eduardo R. J. Guimarães, Chefe Adjunto do Departamento de Lingüística. (Parecer sobre o Convê**nio FUNAI/SIL, Campinas, 27/09/84**).

Carta da UFBA pede pronunciamento da ABRALIN

Uma vez informados dos termos do convênio FUNAI/SIL de 21.12.83, professores do Instituto de Letras da UFBA elaboraram um parecer que recebeu a adesão de 33 colegas e foi encaminhado ao professor Ataliba Teixeira de Castilho, presidente da Associação Brasileira de Lingüística, solicitando um posicionamento da entidade.

Em síntese, o documento critica os termos do convênio por: 1) delegar o dever de tutela, que é atribuição legal do Estado Brasileiro, a uma instituição esgeira; 2) permitir que uma instituição confessional assuma o direcionamento da educação indígena, o que implica uma interferência nos padrões culturais dos diversos grupos indígenas; 3) conceder ao SIL poderes policialescos que propiciem o arbítrio indiscriminado e a proibição da presença em campo de pesquisadores que, ao seu critério, possam ser taxados de "provocadores de animosidade no seio indígena, prejudicial à ação da FUNAI" (cf. Cláusula Terceira, item I); 4) conceder virtual monopólio da pesquisa lingüística a instituição estrangeira sobre cerca de 50% dos grupos indígenas remanescentes (sic) no Brasil; 5) dar prioridade a estrangeiros na assessoria da FUNAI para a programação

e) — Colaborar com a FUNAI em desenvolver juntos, estudos no campo para a alfabetização dos grupos indígenas, sempre sob a iniciativa e com a participação dos próprios grupos, compreendendo tais estudos:
1) — preparar cartilhas;
2) — estimular os grupos a prepararem, eles próprios, livros de leitura, tais como lendas, mitos e histórias sobre a vivência indígena, nos idiomas específicos acompanhados da respectiva tradução em português, para serem utilizados como textos de leitura;
3) — traduzir, para a língua dos grupos, material sobre assuntos considerados de interesse dos mesmos, como por exemplo, trechos da história do Brasil.

f) — Respeitar a cultura e costumes do índio, evitando a implementação de quaisquer práticas que possam confundir ou desestruturar ou, ainda, despertar conflitos na Comunidade Indígena.

g) — Evitar qualquer interferência nos assuntos estritamente comunitários e religiosos da vida indígena.

h) — Prestigiar a ação da FUNAI, junto aos índios, através das autoridades que lhe cumprem as determinações.

i) — *Não permitir o ingresso ou permanência de pessoas, mesmo que membros de entidades religiosas, que pela exteriorização de suas atitudes possam vir trazer situações que provoquem animosidade no meio indígena e prejudiquem a ação da FUNAI.*

j) — Remeter, semestralmente, relatórios das atividades e experiências vivenciadas, devendo constar de tais relatórios toda a atividade desenvolvida na área, bem como, as realizações e beneficiamentos mantidos.

CLÁUSULA QUARTA — Do Compromisso da FUNAI

Compromete-se a FUNAI, por força deste instrumento,
a) — Prestigiar a ação do SIL, no cumprimento de suas obrigações decorrentes da vigência deste documento;
b) — Auxiliar o SIL no deslocamento de seus técnicos, quando a serviço da missão conjunta FUNAI/SIL;
c) — Promover todos os atos e procedimentos que se façam necessários ao cumprimento do presente Convênio;
d) — Autorizar os integrantes relacionados pelo SIL a entrar em áreas indígenas, tendo em vista a continuidade de atividades lingüísticas interrompidas;
e) — Autorizar o deslocamento de índios oportunamente indicados aos centros do SIL, por períodos curtos, para poderem participar de Seminários, tratando de um ou outro aspecto dos estudos em realização, sem ônus para a FUNAI e sob a plena responsabilidade do SIL;
f) — Reunir sistematicamente com o SIL com o objetivo de discutir e buscar soluções para problemas porventura existentes decorrentes dos estudos e pesquisas realizadas ou em realização;
g) — Custear despesas decorrentes de tarefas específicas realizadas por aquela entidade por solicitação do órgão tutor;
h) — Fornecer o SIL as informações que solicitar, desde que não envolvam assuntos considerados sigilosos pelo órgão tutor;
i) — Supervisionar o SIL, tomando conhecimento de suas dificuldades, êxitos ou de qualquer infração ou inadimplemento ao presente Convênio;
j) Levar o índio a entender o SIL como instituição amiga e que tem por objetivo ajudá-lo enquanto tal condição for evidente; e finalmente
k) — Cobrar os relatórios semestrais, quando não houver recebido em tempo, a partir do vigésimo dia do semestre subseqüente, e avaliar por escrito os relatórios mandados.

CLÁUSULA QUINTA — Da Modificação ou Rescisão

O presente Convênio poderá ser alterado a qualquer tempo, de comum acordo com as partes convenentes, com vistas à melhoria do cumprimento de seu objeto ou mesmo rescindido, mediante aviso prévio de qualquer das partes, por inadimplência de qualquer de suas cláusulas, ou ainda, por interesse comum dos convenentes poderá, inclusive, ser alterado por Termo Aditivo ao presente.

CLÁUSULA SEXTA — Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília-DF, com renúncia de qualquer outro, para dirimir toda e qualquer questão oriunda da execução deste convênio ou dúvida suscitada que não seja passível de solução entre as partes convenentes.

E, por estarem assim ajustados, firmam o presente Convênio em 06 (seis) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinada.

Brasília-DF, 21 de dezembro de 1983

assinam: OCTAVIO FERREIRA LIMA
— Presidente da FUNAI —

STEVEN NEIL SHELDON
Diretor Presidente SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS

TESTEMUNHAS:

da chamada Educação Indígena; e 6) permitir que estrangeiros com precário domínio do português preparem cartilhas e traduções de textos necessários ao processo de literatização das populações indígenas brasileiras. **(Salvador, 28/09/84)**.

O Corpo Deliberativo do Departamento de Antropologia do Museu Nacional (RJ), examinou o Convênio FUNAI/SIL, em reunião de 17 de setembro de 1984. Na carta enviada dia 18 ao presidente da Funai, assinada por Geralda Seyferth, os antropólogos apontam as sérias implicações negativas dos termos do convênio, tanto para o desenvolvimento de pesquisas e projetos por membros de instituições nacionais quanto para o correto atendimento às populações indígenas.
Além de apontar o virtual monopólio por parte dos missionários-lingüistas do SIL em 53 áreas indígenas e outros privilégios, os pesquisadores do Museu Nacional consideram inaceitável a atribuição dada ao SIL, pelo Convênio, de prestar assistência lingüística, educacional, de saúde e comunitária aos índios, classificada como um "subestabelecimento dos deveres de tutela" pela FUNAI.

FUNAI estuda desativação do convênio

A Funai poderá desativar o convênio que vem mantendo desde dezembro do ano passado com os missionários norte-americanos do Summer Institute of Linguistics, seguindo orientação de antropólogos e indigenistas do órgão que consideram a presença dos lingüistas protestantes nas áreas indígenas uma ameaça aos padrões culturais e religiosos dos grupos tribais. A informação foi dada pelo presidente da Funai, Nelson Marabuto que está analisando os pareceres dos antropólogos sobre o Summer, que está atuando em 18 áreas na Amazônia Legal. A polêmica em torno da presença do Summer é antiga, não só no Brasil mas também em outros países, como o México, onde a entidade não mais atua por determinação do governo. O próprio presidente do Instituto Interamericano de Indigenismo, Oscar Orze Quintallina que esta semana participou, em Brasília, do encontro da OEA encara com restrições o trabalho do Summer, afirmando que os missionários, embora desenvolvam um trabalho de lingüística importante, têm como objetivo final catequizar os índios, traduzindo a Bíblia para as diversas línguas indígenas.

A Funai, até 1977, manteve um convênio com o Summer, que dispõe, inclusive, de uma ampla infra-estrutura montada em Brasília. Esta cooperação foi suspensa pelo então presidente da Funai, general Ismarth de Araújo de Oliveira. O Summer, no entanto, continuou fazendo gestões junto ao órgão e conseguiu reativar a colaboração, em dezembro de 1983, durante a administração de Otávio Ferreira Lima. O atual presidente da Funai, Nelson Marabuto, criticou os termos do convênio, afirmando que ele dá amplos poderes ao Summer, transferindo, para a entidade, inclusive, o poder de polícia da Funai nas áreas indígenas.
"O ideal — afirmou Marabuto — é que a Funai assuma o trabalho de educação e assistência nas áreas indígenas, e para tanto precisamos reforçar o nosso departamento de educação. Aos poucos a Funai quer substituir, o trabalho não só do Summer, mas de outras missões religiosas de vários credos que atuam junto aos índios." Mas em alguns casos, Marabuto reconhece que o órgão não tem condições ainda de substituir o trabalho das missões, como é o caso dos índios Xavante de São Marcos e Sangradouro e os Bororó, de Merure, no Mato Grosso, que, segundo ele, estão melhor assistidos pelas missões do que pela Funai. (**O Liberal, 18/11/84**).

SIL contesta Marabuto

O vice-presidente do Summer Institute of Linguistics, James Wilson, esclareceu ontem que a entidade não foi expulsa em 1977 do país, como disse o presidente da Fundanção Nacional do Índio, Nélson Marabuto Domingues, ao anunciar a sua intenção de denunciar o convênio firmado com a entidade no ano passado: "Por falta de um convênio, nossos técnicos não podiam mais residir nas áreas indígenas", explicou.
A decisão do então ministro do Interior, Rangel Reis, segundo James Wilson, foi severamente criticada por antropólogos. Isto porque o ministro pretendia emancipar os povos indígenas de forma muito rápida. "Ele não concordava com o nosso trabalho, com o nosso interesse pela língua e pela cultura indígena. Os que querem a integração ou a emancipação rapidamente não podem concordar com o nosso trabalho, que é muito lento. Primeiro alfabetizamos o índio na sua língua e depois lhe ensinamos o português, como uma segunda língua", ponderou o vice-presidente do Summer.
Ele disse que o trabalho das missões é um esforço positivo na preservação da cultura indígena. Dentre vários objetivos, as missões buscam dinamizar o uso da língua pela própria tribo. "Para nós, que somos lingüistas — salientou James Wilson —, a língua é a alma de um povo. Quando o índio é impedido de falar sua língua, ele começa a perder a sua identidade. Por isso, achamos importante a preservação da identidade tribal, com o índio lendo e escrevendo na sua língua e registrando seu pensamento".
A intenção do presidente da Funai, na sua opinião, reflete as pressões feitas por antropólogos que sempre criticam a presença de qualquer missão entre os grupos tribais. "O problema não vem do relacionamento entre os índios e as missões", acrescentou.
Quanto à elaboração de cartilhas, contendo trechos da Bíblia como forma de evangelização dos povos indígenas, contestada por Nélson Marabuto, James Wilson disse que o material didático é sempre revisado pelo órgão tutor. "Da nossa instituição — garantiu — nunca sai material didático com ideologias expressas. O material de leitura é elaborado a partir das lendas e mitos contados pelos povos, e tem como finalidade incentivar a leitura".
Por outro lado, ele disse que o Instituto tem uma clara motivação cristã, e que se reflete no desejo de traduzir trechos da Bíblia para a língua do grupo tribal. Assim, ele ressalva que "a Bíblia realmente não é um livro da nossa cultura, nem dos povos indígenas, mas do meio Oriente, que pertence a todos os povos. O nosso objetivo é deixar essas traduções no meio dos índios, para que tenham mais uma opção quanto ao desejo de entenderem a cultura envolvente".
James Wilson assegurou, contudo, que o trabalho do Summer não é eclesiástico. "Não organizamos igrejas e os nossos técnicos não fazem pregações. Este fator nos separa das outras missões, como as católicas, que convidam os índios a participar dos seus eventos. Além disso, não se pode obrigar o índio a fazer nada". Segundo ele, o SIL tem um trabalho puramente técnico, que não visa a implantação de qualquer igreja ou seita, o que lhe permite atuar ao lado de qualquer missão. Ele queixou que desde sua posse Nélson Marabuto não recebeu os representantes do SIL, embora haja um pedido de audiência, com vistas a conhecer mais de perto as atividades desenvolvidas. (**Correio Braziliense, 22/11/84**).

foto Marcos Santilli/Abril Press

Tukano

NOROESTE AMAZÔNICO

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL / CEDI
COLOMBIA
VENEZUELA
GARIMPO SÃO JOAQUIM
MISSÃO ICANA MNTB
GARIMPO TUNUI
MISSÃO TUNUI MNTB
RIO IÇANA
R. XIÉ
UAPUI SDB
CUCUI
MISSÃO IÇANA SDB
IAUARETÊ
GARIMPO SERRA DOS PORCOS
MISSÃO PARI CACHOEIRA SDB
RIO TIQUIÉ
MISSÃO TARACUA SDB
RIO CUBATÉ
RIO UAPÉS
RIO NEGRO
S. GABRIEL DA CACHOEIRA
RIO CURICURIARI
RIO MARIÉ
RIO TURI
GARIMPO SERRA DO TRAIRÃ
1
2
3
4
5
6
7
TERRITÓRIO FEDERAL INDIGENA ALTO RIO NEGRO (Proposta de representações das comunidades da região- Taracua,) jan. 1985
I – NOROESTE AMAZÔNICO

QUADRO GERAL DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS DA ÁREA NOROESTE AMAZÔNICO

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
TARIANOS, TUKANOS (1), PIRATAPUIAS, KUBEOS, WANANOS, DESANOS, TUYUKAS, HUP'DE (MAKÚS), ARAPAÇO, CARAPANÃ	1	AI Yauaretê AI Taracuá	Yauaretê Yauaretê	172	* 3.915	Missão Salesiana: 83
TUKANOS, DESANOS, TUYUKAS, HUP'DE (MAKÚS), BARASANAS, BARAS, KARAPANAS, MIRITI-TAPUIAS	2	AI Pari Cachoeira	Yauaretê		2.596	Sucam: 82
BANIWAS, KURIPAKOS, WANANOS, KUBEOS	3	AI Içana/ Aiari	S.Gabriel da Cachoeira	122	4.737	Sucam: 82
BANIWAS, WAREQUENAS	4	AI Içana/Xié	idem			
BANIWAS, DESANOS, TUKANOS	5	AI Cubate	idem		200	FUNAI: 84
KAÑA-MAKU	6	dispersos	idem		56	Athias: 85
BARÉ	7	dispersos	idem		50	Athias: 85

(1) Os nomes Tukanos, Baniwas, Kuripakos e Makus são nomes da língua geral Nheengatu. Se referem a numerosos subgrupos que, na realidade, são conhecidos pelos seus próprios nomes.

(*) Estima-se que a população atual da região é de 10 a 15 mil índios, dos quais uns 1.000 moram na área urbana (São Gabriel e Manaus) e em povoados ao longo do Rio Negro, fora da área indígena.

FEBRE DO OURO NO ALTO RIO NEGRO

Garimpeiros invadem a região, também cobiçada por empresas de mineração. Os índios estão garimpando e pretendem "fechar" a área, em benefício próprio.

Gabriel dos Santos Gentil
e
Álvaro Fernandes Sampaio (*)

Não é a primeira vez que as nações indígenas vêm sendo roubadas, pois nesses dias, com a crise econômica e política que o ESTADO passa, os mesmos crimes são bem premeditados. E, graças ao trabalho desenvolvido por nós, da União das Nações Indígenas — UNI e pelas entidades de apoio à nossa luta, e pelo trabalho de organizações internacionais, estamos vendo que muitos líderes indígenas estão aceitando o desafio para sobreviverem como NAÇÕES.

Esse desafio é quando as nossas lideranças promovem grandes reuniões nas comunidades. No caso do Amazonas — os líderes da UNI tomaram posições opostas diante das intenções do Governador Gilberto Mestrinho que é totalmente a favor das invasões de empresas mineradoras em áreas indígenas.

Nos dias 04 e 05 de fevereiro do corrente ano, os governadores de toda Amazônia e mais os parlamentares formalizaram o documento para o futuro presidente — Dr. Tancredo Neves. Esse documento foi chamado A Carta da Amazônia, o que no fundo nos significa uma falsidade dos governadores, porque eles não estão a par de nossa realidade triste quando chegam em nossas áreas os milhares de garimpeiros. Assim, a dita carta não traz nenhuma esperança de Paz para as nações Indígenas e, isso já é conhecido por nós no Alto Rio Negro:
1) No começo de outubro do ano passado os índios do rio Içana prenderam duas balsas do governador Gilberto Mestrinho, ambas bem carregadas de instrumentos de garimpo. Todos os garimpeiros foram barrados e, obviamente assim começou a nossa briga com os brancos depois de um século que ficamos calados. Hoje, pelo jeito que o Gilberto Mestrinho é sustentado pelas empresas estatais e multinacionais conseguiu levar muito dinheiro para recuperar suas balsas. Também os índios do rio Uaupés ou Caiari prenderam uma balsa do mesmo indivíduo no mesmo período e pelo mesmo motivo. Enfim, todas as três balsas se encontram na cidade de São Gabriel da Cachoeira, porque eles pensam que o Tancredo lhes favorecerá a entrada novamente, o que para nós é pelo contrário — eles não entrarão.

2) Em novembro do ano passado os garimpeiros invadiram o rio Uaupés e descobriram ouro e evidentemente incentivaram os índios a seguirem o mesmo caminho, o que por outro desequilibrou a estrutura política de nosso costume. Um dos grandes problemas que as nossas nações sofreram foi por falta de preparo para receber esse tipo de civilização, porque como já foi dito ali é uma área exclusivamente indígena. O que mais nos tem dado preocupações é uma grande invasão de brancos garimpeiros nos últimos dias e o fluxo tende aumentar para violência, ou seja, estamos muito próximos de uma luta armada para defender a nossa terra.

3) Nos dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 do corrente ano as lideranças do rio Uaupés fizeram uma reunião extraordinária para analisar sobre todos esses fatos. Convocaram também com os responsáveis da FUNAI e da Polícia Federal para outra reunião para expulsar um pouco de 200 garimpeiros. 16 deles foram presos e outros foram se retirando gradativamente e ocorrendo o mesmo no rio Içana. No momento, em meio a tanta vigilância dos índios, ainda existem na área aproximadamente uns 100 garimpeiros que vivem escondidos.

4) Depois de algumas reuniões, sendo a última que foi realizada nos dias 02 e 03 de fevereiro do corrente ano, na missão de Taracuá — no rio Uaupés onde é o centro de nosso território indígena. Alí estiveram presentes os representantes de Pari Cachoeira, Iauareté e Içana e juntos assim decidiram: defender a integridade territorial indígena que é Alto Rio Negro; acabar a divisão entre as paróquias dos missionários salesianos que sempre nos causaram prejuízos na defesa de nossas terras e, enfim, explorar as riquezas tão cobiçadas pelos brancos.

5) Depois de 100 anos ou mais de contato com o mundo dos brancos, isto é, sem contar outros 50 anos de conflitos nas épocas de expansões espanholas e portuguesas em nossas terras, foi preciso reiniciar novas negociações de estilos tradicionais. Nos últimos dias, segundo as necessidades de dinheiro, os parentes que estavam longe de suas famílias —

(*) *Gabriel é vice-presidente da Associação da União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié (AUCIRT) e Álvaro faz parte da coordenação Regional Sul da UNI. Ambos são Tukano.*

Baniwa, garimpando no Rio Içana.

fotos Célio Horst

de Bogotá e Manaus — começaram regressar para seus seios familiares. Eles voltaram com princípios de defender e explorar a terra. Os garimpos existentes na área são: Tunui, São Joaquim, Serra dos Porcos e a Serra de Traira.

6) No momento o maior garimpo está na Serra do Traira, no rio Uaupés onde estão 2000 homens e, calcula-se dentro de poucos meses teremos uns seis mil homens. Essa situação é muito triste, porque as nossas famílias ficam cada vez mais dependentes dos brancos. Nas aldeias ficam somente as mulheres e crianças. Garimpo a vida é dura, não tem comida e longe de qualquer segurança. A necessidade de ganhar dinheiro é uma coisa tão difícil de ser controlada, porque, na verdade como já dissemos não existe lucro. Hoje entra no rio Uaupés a corrida muito grande de barcos dos brancos, por exemplo, três ou quatro, entre 20 voadeiras com motores de popa, e sem contar com as canoas dos índios que se destinam para Serra de Traira. Fica meio difícil a gente dizer como andam as coisas no rio Içana, porque a região é tão grande e difícil de ser controlada.

7) Os índios do rio Uaupés, não sabendo como se defender diante de tanta agressão capitalista resolveram abrir crédito no Banco do Brasil, porém existe uma diferença muito grande se comparando com os grandes comerciantes. A cota de 34 milhões de cruzeiros não cabe a tantas famílias. Os índios não dispõem de força suficiente para combater os invasores, por isso, tiveram que recrutar nova turma de militares índios para guarnecer a entrada dos brancos. Os nove guardas não têm mínima segurança diante dos garimpeiros que portam armas em grandes quantidades por serem muitos. Os índios, na verdade, estão de guerra e se encontram no povoado que chama Itapenima. Por sua vez os barcos dos brancos levam as bebidas alcoólicas, bolacha, redes, e todos os gêneros de primeira necessidade para uma família. O pior não é isso, é que esses barcos levam os garimpeiros brancos que não tem mínimo de educação e são atrevidos e se demonstram muita selvageria quando se discutem com os índios. Por isso, a vida de guardas é muito arriscada. Por outro lado, existem outros querendo ser militares, isto é, os índios para defender a nossa terra. Também, para quem é dirigente indígena se torna cada vez a gente se arriscar perder a vida. Não há dúvida de que a guarnição pode aumentar mais, porque é o que exige o movimento naquela região.

8) Quem engorda com a produção dos índios são os brancos, porque têm as facilidades de negociar junto ao governo estadual que os incentiva criar tensões nas comunidades indígenas. É bom a gente frizar que, o governador Gilberto Mestrinho quando vê tanta riqueza nas terras indígenas até se auto-denomina como "filho de índio" Parintintin. Por isso, esse governador não quer aceitar a nossa proposta, porque ele quer tomar as Serras de Traira e Tunui, e sem contar com outras áreas, como por exemplo, nas terras dos Yanomami onde nos dias de carnaval um dos comandantes da Polícia Militar desse governador e juntamente com outros, todos para-militares, invadiram e cortaram os meios de comunicação no posto da FUNAI.

DEMARCAÇÃO URGENTE

Enquanto a região contínua sendo invadida por garimpeiros, a demarcação pretendida pelos índios só recebe promessas da FUNAI

Renato Athias (*)

São Gabriel da Cachoeira está prestes a viver o clima de euforia e confusão dos anos 74/75, quando a população da então pacata cidade do Alto Rio Negro triplicou num piscar de olhos.

Desta vez não se trata da construção de uma estrada, mas de ouro. São milhares, talvez um pouco menos ou mais, não se sabe ao certo, os garimpeiros que estão chegando em busca da Serra do Traira (nas cabeceiras do Rio Curicuriari) e do Panãpanã (no Alto Içana), locais que estão dentro de áreas indígenas. Eles vêm de outras partes do país, mas também moradores de S. Gabriel estão partindo atrás de riqueza. Até mesmo os trabalhadores do BEC (Batalhão de Engenharia e Construção), encarregados da construção da estrada que liga S. Gabriel a Cucuí, estão abandonando seus postos e partindo para os garimpos.

Essa corrida, deixa de lado um outro debate político: a mudança de prefeito. São Gabriel, como outros tantos municípios brasileiros, deixou de ser "área de segurança nacional". O poder local está em disputa eleitoral e, enquanto muitos vão garimpar ouro, alguns ficaram garimpando o poder. Mas nenhuma das facções em disputa deixará de lado os benefícios do ouro que os garimpeiros do Traíra poderão trazer ao município.

A descoberta de ouro no Traíra remonta ao ano de 1983, pelos índios Tukano. O grito foi dado. A notícia se espalhou. O garimpo do Traíra, diferentemente do de Panãpanã (Rio Içana), tem muitas vias de acesso. A Serra do Traíra, tem mais de 70 km² de extensão e, ao seu redor, existem nascentes de vários rios e igarapés, os quais, em determinadas épocas do ano, são completamente navegáveis, facilitando a entrada de embarcações, mesmo sem o consentimento dos Tukano e Makú, ou mesmo da inoperante Ajudância do Rio Negro/FUNAI. Refiro-me aos igarapés Castanho, Samaúma e Ira (afluentes do Rio Tiquie); e aos rios Curicuriari, Marié (afluentes do Negro) e o Traíra (afluente do Japurá).

É praticamente impossível saber exatamente quantas pessoas se encontravam no garimpo da Serra do Traíra, ao longo de 1984. Em S. Gabriel, fala-se em milhares, incluindo os próprios Tukano que estão se dedicando à garimpagem.

No garimpo do Panãpanã, segundo fontes de São Gabriel, há menos ouro do que no Traíra. Os garimpeiros vêm de outras partes do país e já se encontra, na boca do Rio Içana, uma grande balsa (Canutama) da Mineradora Gold Amazon, de propriedade do governo do Estado do Amazonas (Gilberto Mestrinho, PMDB), aguardando autorização para entrar em operação, mobilizando a mão-de-obra barata dos Baniwa e outros grupos indígenas da região. Será o mais novo "patrão", no velho esquema de exploração extrativa implantado no Rio Negro, há pelo menos dois séculos.

A demarcação em primeiro plano

Os povos indígenas da bacia do Uaupés também vivem seus momentos de crise e divisão interna. A FUNAI, como outras instituições que atuam na área, sabem se aproveitar desta divisão em detrimento dos próprios índios, como pode ser demonstrado pelas sucessivas protelações da demarcação das terras. Delimitadas desde 1979, a demarcação das áreas indígenas da região têm sido cobradas da FUNAI sobretudo pelos Tukano de Pari-Cachoeira.

Já os povos indígenas da área de Yauareté estiveram mais mobilizados em 84 pela implantação de um novo município, desligado de S. Gabriel, acreditando que isso traria novos empregos e ajuda econômica da União.

(*) *antropólogo, está elaborando tese de doutoramento sobre os Maku e é bolsista do CNPq.*

Mas uma decisão do STF (novembro/84) anulou a criação de 27 novos municípios do estado do Amazonas e os índios habitantes de Yauareté passaram a buscar no ouro da Serra do Traíra uma fonte de recursos.

A grande discussão no final de 84, entre os vários povos indígenas da região, era para saber a quem pertencia o garimpo.

Pela regra vigente localmente há muito tempo, é considerado "dono da terra" o grupo que ali chegou primeiro. No caso da Serra do Traíra, desde a migração Tukano/Desana do Rio Papuri ao Tiquié ela "pertencia" aos Tukano de Taracuá.

Ainda segundo regras tradicionais, as terras vão sendo divididas pelos pioneiros com os grupos que ali vão chegando. Isso está sendo feito agora na Serra do Traíra, entre os Tukano da bacia do Uaupés.

Mas em relação aos "brancos", como fazer? Tanto as lideranças indígenas de Pari-Cachoeira, como as de Taracuá, comunicaram à ajudância da FUNAI em S. Gabriel da invasão de não-índios na região do garimpo. Mas o chefe da ajudância alegou nada poder fazer sem a ajuda da PF. Enquanto isso, passaram-se meses e a Serra do Traíra sendo invadida por um fluxo de garimpeiros não índios incontrolável pelos índios. Numa tentativa de solucionar o problema, as lideranças indígenas das três áreas da bacia do Uaupés se reuniram em Taracuá, nos dias 1 e 2 de janeiro de 85.

A luta pela demarcação das terras, de acordo com um mapa elaborado na ocasião (ver o mapa no início desta separata), foi colocada em primeiro plano. Representantes deste encontro foram a Brasília falar com o presidente da FUNAI.

Quanto ao garimpo, os próprios índios passaram a incrementar sua presença diretamente nas atividades de produção e outras formas de controle para barrar a crescente entrada dos não-índios (ver na seção de notícias, adiante).

Mas o ouro e outros minerais que existem na região são cobiçados também por uma série de empresas de mineração, que se mobilizam nos corredores das repartições em Brasília para garantir o acesso legalizado das atividades de pesquisa e lavra (ver relação dessas empresas na seção de notícias, adiante).

Colonização

O governo estadual tem outro plano que afetará o território dos povos indígenas do Noroeste Amazônico: trata-se da colonização que se pretende fazer ao longo da estrada S. Gabriel-Cucuí.

Diante de tantas pressões que dificultam o controle do território pelos próprios povos indígenas, uma centelha de esperança desponta nas reuniões locais que os índios estão realizando para equacionar uma estratégia de enfrentamento.

Aconteceu

ESCOLA

Censo Escolar (1984)

Segundo relatório da Diocese de São Gabriel da Cachoeira, as escolas salesianas registraram, em 1984:

501 alunos internos
120 cursaram o 2º Grau (Magistério)
1.125 de 5ª a 8ª série do 1º Grau
1.571 de 1ª a 4ª série do 1º Grau
3.002 de 1ª a 4ª série nas Escolas Distritais
183 alunos cursaram o Curso de Integração
366 o de Alfabetização
399 o Pré-Escolar
113 o Projeto Casulo
6.879 total

Estão funcionando 128 Escolas Distritais, 288 salas estão ocupadas e 330 professores lecionando.

Para pagar os ordenados dos professores dos Centros de Barcelos, Santa Isabel, São Gabriel, Taracuá, Pari-Cachoeira e Marauiá, existe um Convênio com o Governo Estadual. Os pagamentos são regulares e as carteiras de trabalho assinadas.

Nas Escolas Distritais, cujos professores são quase todos do mesmo grupo lingüístico da tribo, o pagamento, que não chega ao salário mínimo, custa a sair e as carteiras de trabalho não são assinadas.

Ainda segundo o relatório da Diocese, as Escolas Distritais foram abertas para diminuir o número de alunos internos, o que não pode ser feito totalmente porque nelas, os índios só podem cursar até a 4ª série. "Os melhores alunos, terminada a 4ª série, poderão continuar seus estudos no internato ou externatos em seis centros." **(Cf. Relatório da Diocese de S. Gabriel da Cachoeira, 14/08/84).**

No dia 24 de dezembro de 1984, o povo do Rio Tiquié se reuniu no salão da Comunidade, em Pari Cachoeira e sob a coordenação de Luis Gomes Lana, elegeu a nova diretoria da Associação da União da Comunidade Indígena do Rio Tiquié: Afonso Machado, presidente; Gabriel dos Santos Gentil, vice-presidente; Conrado Brandão Serra, secretário e Henrique Vaz, tesoureiro.

TERRITÓRIO FEDERAL INDÍGENA

Pari-Cachoeira, 12 de dezembro de 1984

Da: Comunidade de Pari-Cachoeira (Local Pari-Cachoeira)
Ao: Centro Ecumênico de Documentação e Informação.

Estamos enviando aos Senhores Agentes da Editora ACONTECEU algumas mensagens a serem publicadas.

Desde o ano de 1970 pelejamos enviar documentos à FUNAI e o MI Ministério do Interior mas fomos negados.

Sobre isso temos algum ponto a citar veja a seguir:

"Quanto a nossa negada e renegada questão de demarcação de terras que anda a menos que os passos de lesma da indecisão das autoridades responsáveis; Ministério do Interior, Fundação Nacional do Índio, órgãos diretamente ligados ao assunto.

Por isso voltamos a insistir com veemência e vexame. Pois já decorreu tempo demais após o nosso pedido e a apresentação da demarcação.

Pois com a descoberta de ouro da Serra do Traira a qual faz parte da nossa terra conforme consta no nosso mapa! Esta região está ameaçada de invasores brancos e proliferação de gente de todas as espécies, sem escrúpulos e sem sentimentos de coração, gente cheia de ganância e de cobiça, pelos quais são dispostos a qualquer barbaridade. Por isso solicitamos que os senhores faça força e insista perante o Ministério do Interior, porque precisamos dessa demarcação de nossa terra o que significa a nossa garantia e nossa preservação. Queremos ser livres de qualquer empecilho externo. Por que é que outras reservas foram demarcadas e nossa ainda não? Somos povos que quer garantia e liberdade para o nosso desenvolvimento intelectual, social e comercial, acompanhado de nossa estrutura e tempo."

Pedimos e solicitamos aos Senhores que publique esta mensagem e divulge na vossa edição "ACONTECEU".

Não havendo mais a tratar, aproveitamos o ensejo a dar os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente:

Henrique Castro
Capitão da Vila de Pari-Cachoeira.

Taracuá, 02 de janeiro de 1985.

Das: Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro.

Aos: Exmo. Sr. Presidente da República
Ilmo. Sr. Ministro do Interior.
Ilmo. Sr. Presidente da FUNAI.

Exmos. Srs.:

No dia 1º de Janeiro de 1985, no Distrito de Taracuá — Alto Rio Negro reuniram-se as várias nações indígenas que se seguem: Tucanos, Deçanos, Piratapuias, Banyuas, Macus, Arapaços, Miriti-Tapuias, Tarlanos, Baraçanos, Wananas, Cubéus, Tuiucas, Carapanãs e Juritis, para discutirem assuntos referentes aos interesses das Comunidades daquela região.

Como resultado desta reunião, dentre outros assuntos, decidimos englobar as áreas das Nações acima citadas em uma só, formando assim um único Território Indígena que seria composto pelas seguintes áreas atuais: Iauareté, Pari-Cachoeira, Taracuá Uaupés, Içana Aiari, Içana-Chié, Rio Cubate, no intuito de unidos encontrarmos mais facilmente soluções para nossos problemas. Portanto, vimos através deste, solicitar à V. Excia., a criação do Território Federal Indígena do Alto Rio Negro — Amazonas, conforme nossa explanação acima e Planta em anexo, baseados nos Artigos 26— Parágrafo Único e Artigo 30 da Lei 6.001 de 19 de Abril de 1973, visto que, somos mais de 15.816 (Quinze Mil Oitocentos e Dezesseis) habitantes indígenas formando mais de 99% da população daquela localidade e ali habitando há mais de 6.000 anos.

Para tal criação citaremos algumas sugestões:

Artigo 65 do Decreto do Presidente Garrastazu Médici em 1973. Em vez de criar os Territórios Indígenas, permitiram criar um novo Município em IAUARETÊ, para onde poderão colocar os seus protegidos para ganhar dinheiro na nova Prefeitura. Além disso o Governo ao criar o novo Município nas Terras Indígenas, nem indenizou e nem vai indenizar os antigos moradores e donos de terra, os indígenas. Isso é um novo tipo de invasão para tomar a nossa terra, organizada pelo Governo do Estado do Amazonas através do ITERAM (Instituto de Terras do Amazonas) instituído pelo Decreto Lei Nº 1335, aos 13 de Julho de 1979. Sentimos, o governo não tem dinheiro? O governo é quem manda roubar e invadir nossas terras. Se criar o novo Município Iauareté, o Prefeito vai fazer loteamento da terra, vai exigir os impostos caros e se os indígenas não pagarem, corta-os e perdem a terra. Se indígenas invadirem sem permissão do branco, o indígena vai ser preso, com isso, os indígenas não poderão ir caçar no mato e nem pescar no seu rio com tranqüilidade. Aí os indígenas perdem de verdade a sua autonomia e quem vai ser dono é o Prefeito e os brancos ricos. Mas vai tornar-se piada: Nós os indígenas os donos da terra, irmos comprando a terra da Prefeitura! Isto é injustiça diante dos direitos humanos.

Outra reivindicação a ser feita é que nos concedam eleição direta para os cargos representativos da FUNAI ou seja desde Presidentes até Delegados e que sejam lideranças indígenas preferencialmente, e também que seja a FUNAI, alienada do Ministério do Interior e ligada diretamente à Presidência da República.

Esperamos que V. Excias. acatem nossas idéias, dêem oportunidade de mostrar o que somos capazes de fazer, reconhecendo as necessidades básicas dos nossos povos, para que venham a colher aqui em nossas terras, os frutos do trabalho de um povo que nunca teve uma voz ao encontro dos nossos interesses.

1 — Fundar a Capital do Território Indígena do Alto Rio Negro.

2 — Criar no Território Indígena uma Superintendência da Receita Federal, uma Agência do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, estimulando empréstimos e venda direta do produtor ao consumidor sem intermediários.

3 — Criar fiscalização do Conselho Nacional de Marinha Mercante através de indígenas trabalhadores.

4 — O Governo Federal, junto com a Petrobrás, autorizar a compra de petróleo na fronteira, localidade Cucuí à Venezuela.

5 — Abrir os garimpos no Território Indígena somente para os indígenas.

6 — Instalar energia elétrica ou hidroelétrica.

7 — Maior proteção ao acervo cultural indígena.

8 — Autorizar o ensino bilíngüe ou seja o ensino através da Língua Indígena, além da Língua Nacional.

9 — Criar mais escolas de 1º e 2º Grau com ensino profissionalizante e assistência direta aos alunos de remédios, material escolar, fardamento e merenda escolar sendo entregue diretamente ao índio.

10 — Criar uma Universidade Federal no Território.

11 — Funcionamento de uma representação da COBAL para abastecer as áreas.

12 — O Governo, antes de abrir estradas como a BR-210, Perimetral Norte, deve consultar os indígenas ou dirigentes do Território Federal.

Somos a população indígena que forma a fronteira do Brasil com a Colômbia, e já faz muito tempo que estamos esperando a demarcação das nossas terras que teria que ser realizada pelo Ministério do Interior, ao qual pertence a FUNAI, conforme

Sem mais para o momento, apresentamos-lhes protestos de alta estima e consideração.

Cordialmente.

(assinam vários representantes indígenas da região de Taracuá, Pari-Cachoeira e Iauarete.)

MINERAÇÃO

Garimpeiros serão retirados

O delegado regional da Funai, Kazuto Kawamoto, estará seguindo hoje em companhia de agentes da PF, para o alto rio Negro. A missão é retirar os invasores das áreas indígenas, ou mais precisamente, os garimpeiros, que retornaram. Kazuto explicou que recebeu novas denúncias de que os garimpeiros voltaram a invadir o rio Içana, no rio Negro, área pertencente aos indígenas. Desde que foi anunciada a descoberta de ouro, no rio Negro, são constantes as invasões das áreas dos índios residentes na região. (**Notícias Populares, 14/04/84**).

Uma das maiores reservas de nióbio

Foi descoberta uma nova reserva de minério de nióbio na Amazônia, ampliando as reservas brasileiras de 4,576 bilhões de toneladas (equivalentes a 95,4% das reservas mundiais) para 7,473 bilhões de t de minério bruto. Essa nova reserva, situada no município de São Gabriel da Cachoeira, foi avaliada em 2,897 bilhões de toneladas, com um teor médio de 2,81% de pirocloro. O projeto, denominado Uapes, aguarda novos investimentos da CPRM, tendo recebido no ano passado recursos da ordem de Cr$ 146,9 milhões para a continuidade da pesquisa — 7,1% do orçamento anual da empresa, avaliado em Cr$ 2,071 bilhões. (**Rev. Minérios-Extração e Processamento, junho 84**).

Empresas de mineração interessadas no Rio Negro

Segundo relação fornecida pelo DNPM, as seguintes empresas de mineração têm interesses em andamento na região do Rio Negro:

CRPM, com onze alvarás e um requerimento de pesquisa, na Serra do Padre, Serra do Aracá e no Alto Rio Iá;

Edgar Rohnelt Mineração Ltda., com treze requerimentos e um alvará de pesquisa, para a Serra Tunuí e Rio Içana;

Ernesto Medeiros de Moraes, três alvarás de pesquisa e um requerimento, todos na bacia do Rio Cauaburi;

Francisco Plinio Valério Tomaz, com cinco requerimentos de pesquisa para a Serra do Curicuriari;

Guido Magalhães Arantes, cinco requerimentos de pesquisa para o Rio Içana; Mineração Itacua Ltda., com 22 autorizações de pesquisa para as Cabeceiras do Rio Demini e Serra do Curicuriari; e N. J. Scalabrin Firma Individual, com 20 requerimentos de pesquisa para o Rio Içana, Serra do Caparro e Serra do Tunuí.
As áreas pretendidas por esse conjunto de empresas somam 673.889 ha.

IPADU

Operação contra o epadu

O Confen está estudando a realização de mais uma gigantesca investida, nos moldes da Operação Pantanal, para erradicar da região fronteiriça da Amazônia com a Colômbia as plantações do epadu — utilizando no processamento da pasta base da cocaína.
O Secretário da Justiça e Presidente do Confen, Artur Castilho Neto, explicou que a Operação Epadu, que provavelmente começará em março próximo será o ponto principal dos trabalhos que o Brasil exibirá no Plenário da VIII Reunião do Comitê de Entorpecentes da ONU, de 6 a 10 de fevereiro, em Viena, Áustria.
Nesta semana, o Presidente do Confen pretende encaminhar ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, uma exposição de motivos demonstrando a necessidade de erradicação da vasta plantação de epadu, na região amazônica. Segundo ele, se isso não acontecer, em breve o Brasil poderá ostentar o infeliz título de o maior produtor de cocaína do mundo. (**O Globo, 15/01/84**).

Mais plantações de coca destruídas

Nos últimos vinte dias, a operação Frederico (composta por agentes da PF) destruiu 82 grandes plantações de coca na região amazônica, perfazendo um total de 6 milhões 171 mil 807 pés dessa planta, da qual se extrai a cocaína. A informação foi prestada ontem pela Divisão de Repressão a Entorpecentes do Dep. da PF.
A operação, que começou no último dia 20 de setembro e que se estende até dezembro próximo, foi desempenhada, até agora com recursos da ordem de Cr$ 300 milhões provenientes do fundo contra entorpecentes do governo norte-americano. O secretário do Ministério da Justiça, Arthur Pereira de Castilho, está tentando obter mais recursos da União para esta finalidade e caso o governo brasileiro não reparasse a verba em curto espaço de tempo, a operação será interrompida.
Nesta primeira fase da operação Frederico, a PF indiciou cerca de 3 mil e 500 donos de plantações de coca ou epadu, na sua grande maioria, caboclos. Muitas tribos indígenas, entre as quais, Tucano e Macu, que antes colhiam a planta nativa no meio da mata para os seus rituais religiosos, estão cultivando em grande escala para vender aos traficantes e donos de laboratório de processamento de cocaína.
Como os índios não podem ser indiciados, a operação Frederico leva em todas as suas buscas, dois funcionários da Funai para conversarem com os líderes das aldeias. O quilo da folha do epadu ou (eritroxylum coca nova granatense) é vendida pelo caboclo ou índio ao traficante, por Cr$ 500, segundo informação da divisão de entorpecentes.
O diretor da divisão, que coordena a operação, Hugo Povoa, informou que durante as buscas e destruição das plantações, foram descobertos quatro campos de pouso clandestinos e houve confronto da polícia com plantadores, embora sem mortes ou ferimentos graves. Ele disse, porém, que os agentes estão contando com a colaboração de vários moradores das localidades dessas plantações e de tribos indígenas que hoje cultivam a coca em grande escala.
Muitas informações são obtidas pelos moradores e até plantadores que não fazem idéia dos malefícios e implicações do cultivo da coca e por tribos indígenas que hoje plantam por que são obrigados e até escravizados pelos traficantes. De acordo com informações da divisão de entorpecentes, muitos índios se queixam dos maltratos dos traficantes.
A equipe da operação também conta com médicos e enfermeiros. Eles consultam, levam remédios e a população agradecida, muitas vezes aponta pessoas envolvidas. Como alguns tribos e pequenas comunidades vivem hoje na região amazônica da plantação de epadu e mandioca, a Funai está preparando um projeto para incentivar outras culturas que substituiriam a de coca.
(**O Liberal, 11/10/84**).

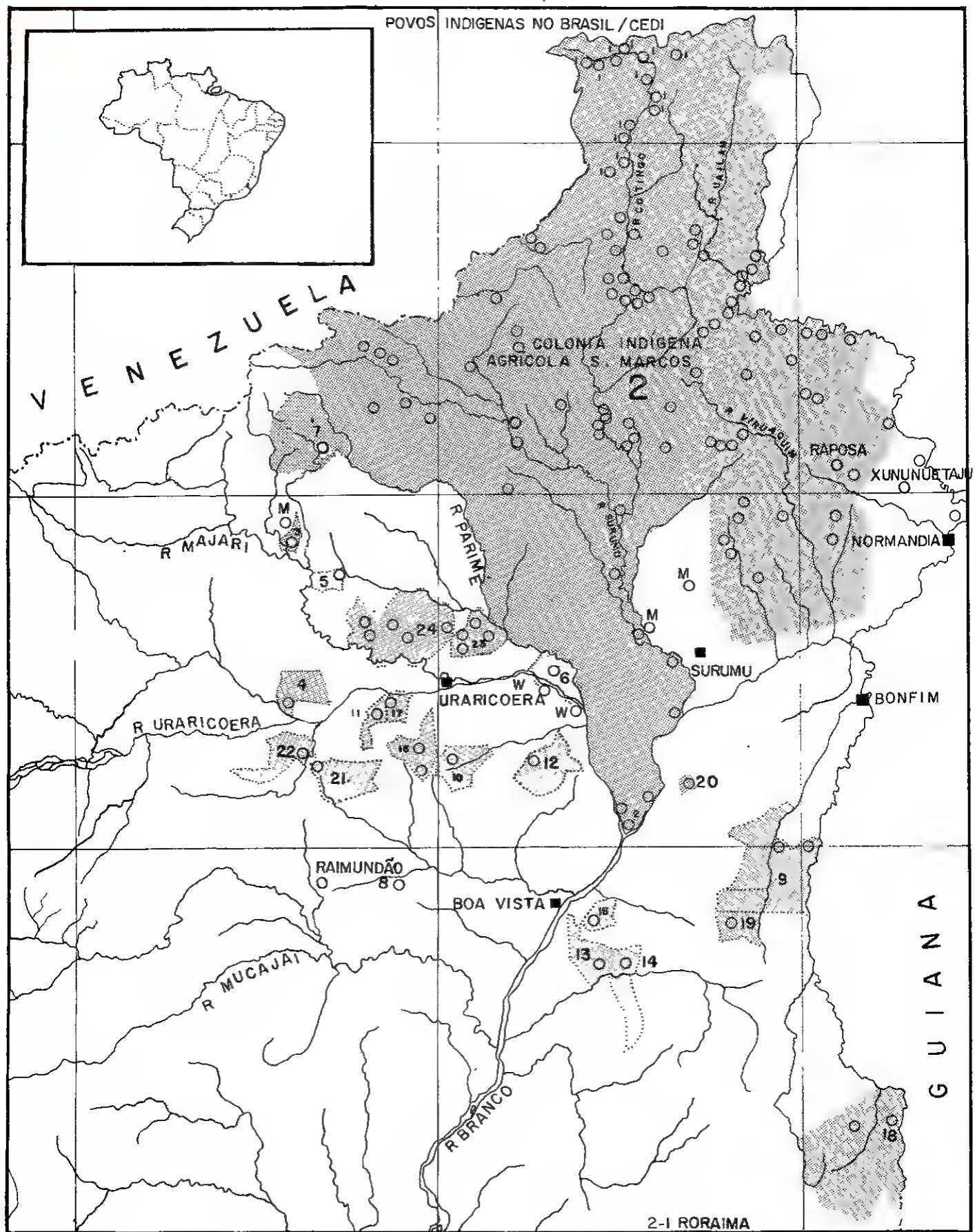
Guerra biológica contra o epadu

O Brasil será o primeiro país do mundo a fazer uma guerra biológica contra as plantações de ipadu (coca) e maconha, segundo informou o presidente do Confen, Arthur Pereira de Castilho, que iniciou ontem com a Embrapa os primeiros acertos para a construção de um centro onde especialistas em engenharia genética desenvolverão fungos e bactérias destruidores de folhas de coca e **cannabis-sativa** (maconha).
A iniciativa, de acordo com o Confen, justifica-se: o Brasil detém hoje uma área plantada de ipadu capaz de superar a produção da Bolívia e Peru juntos. O trabalho de erradicação, entretanto, é lento e caro; os agentes federais são obrigados a se embrenhar em plena selva, contraindo, muitas vezes, malária e outras doenças contagiosas da região. Toda a operação, que inclui a queimada de ipadu de até sete metros de altura, demora dias, permitindo o deslocamento dos traficantes em aeroportos clandestinos no meio da mata.
A guerra biológica consistiria na criação, em laboratório, de fungo, vírus e bactérias que ao longo do tempo dizimariam todas as espécies de coca e maconha sem, no entanto, atingir outras plantas nativas e a agricultura. Um método, conforme Castilho, "eficaz e não poluente", ao contrário de outros países — como México e Colômbia — que pulverizam plantações com o herbicida "paraquat", cujos efeitos são malignos para o homem e acabam prejudicando plantações de alimentos. (**ESP, 20/12/84**).

foto Eliane Motta

Taurepang

RORAIMA I

POVOS INDIGENAS NO BRASIL / CEDI
VENEZUELA
COLONIA INDIGENA AGRICOLA S. MARCOS
2
R. COTINGO
R. UAILAN
R. VIRUAQUIM
RAPOSA
XUNUNUETAJU
NORMANDIA
R. SURUMU
SURUMU
R PARIME
R MAJARI
URARICOERA
R URARICOERA
BONFIM
RAIMUNDÃO
BOA VISTA
R MUCAJAI
R BRANCO
GUIANA
2-I RORAIMA

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA RORAIMA (I)

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
INGARIKÓ	1	sem providência		13	459	*
TAUREPANG (1)	2	Colônia Agrícola Indígena São Marcos	Boa Vista	2 isolados em aldeias mistas	110 30 80	
MAKUXI (2)	3	AI Ananas	Boa Vista		90	
	4	AI Aningal	Alto Alegre		115	
	5	AI Cajueiro	Boa Vista		108	
	6	AI Ouro	Boa Vista		65	
	7	AI Sta. Inês	Boa Vista		100	
	8	AI Sucuba	Boa Vista		130	
	22	AI Mangueira	Alto Alegre		433	
	24	AI Araçá/Amajari	Boa Vista		222	
	23	AI Ponta da Serra	Boa Vista		165	
		81 **			9.636	
		em aldeias mistas			1.433	
		cidades e fazendas			2.000 14.497(T)	
MAKUXI/WAPIXANA	9	AI Manoá-Pium	Bonfim		230	
	21	AI Boqueirão	Alto Alegre		413	
	25	AI Bom Jesus	Bonfim		31	
		3			789	
WAPIXANA	10	AI Truaru	Boa Vista		122	
	11	AI Anta	Boa Vista		102	
	12	AI Serra da Moça	Boa Vista		380	
	13	AI Taba Lascada	Bonfim		170	
	14	AI Malacacheta	Bonfim		280	
	15	AI Canauanim	Bonfim		230	
	16	AI Barata/Livramento	Boa Vista		367	
	17	AI Pium/Uraricoera	Boa Vista		158	
	18	AI Jacamin	Bonfim		205	
	19	AI Moscou (Recanto da Saudade)	Bonfim		130	
	20	AI Jaboti	Bonfim		76	
		8 (3)			865	
		em aldeias mistas			695	
		cidades e fazendas			700 4.480 (T)	
MAKUXI/WAPIXANA/TAUREPANG (aldeia mista)		1			155	

(*) levantamento realizado em 1983 por Amodio (coordenador), Pira, Miranda, Winters, Cardoso, Secchi, Dal Ben, membros da Equipe de Pastoral Indigenista da Diocese de Roraima.
(**) Dessas 81 áreas, foram identificadas em 82: AI Raimundão, no Município de Alto Alegre; em 84: AI Raposa, Município Normandia; AI Surumu, Município Boa Vista e AI Xununuetamu, Município Normandia.
(1) 8.000 na Venezuela (Vilda: 78) e 100 na Guiana (Butt: 65)
(2) 6.000 na Guiana (Pe. Connors: 82)
(3) algumas dessas aldeias estão localizadas nos municípios de Bonfim e Alto Alegre. Todas as demais aldeias do quadro estão localizadas no Município de Boa Vista.

ASSEMBLÉIA DE TUXÁUAS DO LAVRADO

Mais de cem lideranças Makuxi, Wapixana, Taurepang e outras se reunem para avaliar suas lutas e encaminham reivindicações

Alcida Rita Ramos e
Marco Antonio Lazarin (*)

Há dez anos vêm sendo realizadas reuniões anuais de lideranças indígenas na região do lavrado em Roraima. Elas têm lugar na Missão de Surumu mantida pela Ordem da Consolata sob a égide da Diocese de Roraima. Segundo o bispo da Diocese, D. Aldo Moggiani, desde 1977 o caráter desses encontros têm mudado, passando de simples reuniões grupais promovidas pela Igreja, a eventos de cunho cada vez mais político e reivindicatório. Também a última, realizada de 7 a 9 de janeiro de 1985, destacou-se por uma postura e linguagem próprias do movimento indígena atual, ainda que abordando problemas específicos à região do lavrado e, secundariamente, à situação dos Yanomami da floresta. Enquanto anteriormente famílias inteiras compareciam à reunião, por insistência dos religiosos, mulheres e crianças ficam agora excluídas do encontro.

Participaram da reunião cerca de 150 pessoas, principalmente representantes de seis nações: Macuxi, Wapixana, Taurepang, Yanomami, Mundurucu e Apurinã, além dos representantes da UNI, Ailton Krenak e Álvaro Tukano. Dentre os observadores não índios estiveram presentes, além do bispo de Roraima, vários padres e seminaristas da Consolata, representantes da FUNAI, do CIMI/Porantim de Brasília, do CIMI Norte I, do GTME (Grupo de Trabalho Missionário Evangélico), da CCPY, da ABA e da IWGIA (International Work Group for Indigenous Affairs), da Dinamarca, nas pessoas de Tereza Aparício e René Fuerst, convidados especiais da UNI.

Os recursos para a sua realização, traduzidos em alimentação e transporte, foram supridos pela missão: um caminhão da Consolata transportou a maioria dos participantes vindos de Boa Vista e ao longo da estrada para Surumu, e as refeições foram preparadas por freiras e alunos indígenas de ambos os sexos, destacados de suas férias do internato para essa tarefa. Algumas lideranças indígenas também contribuíram com pequena parte da alimentação.

A dinâmica da reunião

Os trabalhos foram iniciados no dia 7 de manhã, tendo como membros da mesa Clovis Wápixana, Jaci Macuxi e o catequista Anísio, também Macuxi. Começaram com uma oração e leitura da Bíblia, seguidas de um discurso em Macuxi, depois em Wapixana; a seguir houve a apresentação dos presentes por região e afiliação grupal, na seguinte ordem: região da Serra, com cerca de 50 tuxáuas e secretários; região do Taiano, com sete, de Normandia com seis, de Surumu com aproximadamente 25; do Amajari com seis; Yanomami (três), Mundurucu (dois), Apurinã (um), Krenak (um), Tukano (um) e todos os representantes de entidades não índias. Foram formados sete grupos de trabalho: Surumu, Taiano, região da Serra, Raposa, Amajari, Serra da Lua, e um grupo de observadores formado por índios não pertencentes à região do lavrado.

Todos os grupos de trabalho seguiram a pauta previamente preparada, constando dos seguintes itens:

Dia 7 — Apresentação — por Regiões
— Em seguida grupos para discutir sobre as conclusões da última reunião; 8 Pontos;
1.º — Os conselhos devem visitar e orientar todas as comunidades, favorecendo o trabalho juntos e resolvendo unidos todos os problemas que aparecerem, inclusive indo na FUNAI quando é necessário.
2.º — Proibir a entrada de bebida alcoólica e nunca tomar para ser o primeiro a dar o exemplo.
3.º — Lutar para que saia a demarcação das terras, insistindo junto às autoridades: não abrir mão disso.
— Explicar para que todos saibam os limites certos das terras indígenas.
— Ocupar as terras com retiros, roças, plantações e não deixar construir novas casas, cercas ou currais.
— Aceitar só as terras que nós pedimos e não aquelas que as autoridades querem demarcar.

(*) *Alcida Ramos é antropóloga e professora na UNB. Marco Lazarin também é antropólogo, fazendo doutoramento na UNB. Ambos estiveram presentes à Assembléia de tuxáuas, em Surumu e escreveram este texto por solicitação da equipe de edição de* Aconteceu.

Terêncio Makuxi,
na Assembléia de Surumú.

foto Cláudia Andujar

4.º — Cuidar dos projetos de gado para que aumente o rebanho.
— Aumentar o número dos projetos de gado.
— Organizar roças comunitárias e individuais.
— Os tuxáuas da Serra não aceitam roças mecanizadas.
— Roças mecanizadas devem ser cuidadas só depois de ter roças particulares e depende da comunidade se está em condições de aceitar o projeto.
5.º — Participar todos os domingos ao culto e apoiar os catequistas.
6.º — O professor da maloca deve ser índio e possivelmente da mesma maloca. Ele deve ensinar a língua e a cultura indígena.
— O Tuxáua controla o andamento da escola.
7.º — Planejar os trabalhos nos garimpos; enviar quatro pessoas de cada comunidade. Com este produto comprar gado e fazendas de propriedade das comunidades e coordenadas pelos Conselhos.
8.º — A política foi boa ou ruim — uniu ou atrapalhou a comunidade?
Dia 8 — Continuação do dia anterior.
Dia 9 — INTERNATO SURUMU, Casa de hospedagem em Boa Vista, Centro de formação de Líderes. Exposição pelo Pe. Sérgio S. Weber.

A luta pela demarcação e outras dificuldades

Os resultados de cada grupo foram apresentados em plenária na tarde do segundo dia. Destacam-se aí os seguintes pontos:

1) A preocupação com a demarcação das terras, numa região onde é endêmica a invasão de fazendeiros. Os tuxáuas presentes concordaram em que as demarcações devem ser feitas em áreas contínuas, sem deixar corredores abertos à penetração de fazendeiros. As regiões mais problemáticas no momento são as de Normandia e do Taiano. A primeira, compreendendo várias malocas, no meio das quais está a fazenda melhor organizada do Território de Roraima, é objeto de proposta para demarcação de área contínua de dois milhões de hectares, incluindo a região de Raposa. A maioria dos Macuxi que aí vivem é favorável a essa proposta. Entretanto, o grupo liderado pelo tuxaua Odilon não aderiu a ela, defendendo, ao invés, a demarcação de sua área específica. A proposta de área contínua foi encaminhada à 10.ª DR, em Boa Vista, porém, dado o impasse entre os índios, o processo não foi adiante. Esta informação vem da representante da FUNAI, Maria Guiomar de Melo. Segundo depoimentos de índios, de padres e da representante da FUNAI, Odilon teria tido a promessa do ex-governador Otomar..., de demarcar as terras de Raposa, se for novamente governador, ou por nomeação, ou por eleições diretas, caso Roraima seja transformado em estado. Nas eleições municipais de 16 de dezembro, Odilon foi eleito vereador pelo PDS.

Na área do Taiano foi demarcada em dezembro a área da Serra da Moça e em breve o será também a de Boqueirão. São pequenas e descontínuas. Por outro lado, a maloca do Barata continua sofrendo atos de agressão praticados pelo fazendeiro Epitácio Andrade Lucena, desde 1981. Em junho de 1983, este fazendeiro mandou dois homens à maloca do Barata para intimidar os índios (só havia mulheres em casa na ocasião) a desocupar duas casas, pois Epitácio voltaria para derrubá-las. Os índios, cientes da notícia, colocaram pedras na estrada como sinal ao fazendeiro para não avançar. Uma semana depois, dois agentes da polícia civil e nove soldados da PM, de posse de uma ordem do juiz prenderam o tuxáua Alcides Teixeira, seu pai e um tio, depois de aquele haver dado conhecimento dos fatos à FUNAI. Ficaram detidos onze dias, até que um advogado da FUNAI chegou de Brasília para soltá-los. Este relato é do próprio Alcides. Segundo um funcionário da 10.ª DR, o juiz justificou a ordem de prisão, alegando que, preso, estaria melhor protegido do fazendeiro e seus capangas!

foto Railda Herrero/Porantim

foto Egon Heck

Tuxáua Jaci (à esquerda), também participante da Assembléia, organiza o garimpo indígena em Maturuca.

Um dos grupos de trabalho, durante a Assembléia de Surumú.

Em novembro, com uns poucos homens presentes na maloca, um agente da justiça e seis PM voltaram para queimar as duas casas, desabrigando onze pessoas. Essas casas estavam na rota de expansão de Epitácio, que pretende alargar sua fazenda em direção leste. Já ocupa dez mil hectares da área indígena, segundo Alcides. Para isso, ele e os PM voltaram no dia seguinte à queima das casas para instalar uma cerca. A ação conjunta dos índios, maciçamente presentes, exigindo ver uma ordem do juiz que permitisse a instalação da cerca, conseguiu sustar o fazendeiro.

A FUNAI entrou com processo judiciário contra o fazendeiro em Brasília (nem Alcides nem os funcionários da 10ª DR souberam dizer em que instância se encontra o processo) e indenizou os índios em dois milhões de cruzeiros. Como medida de segurança, recomendou-lhes depositar o dinheiro em caderneta de poupança, já que não poderia garantir proteção aos índios contra novos atos de violência do fazendeiro, caso as barracas fossem reconstruídas. Por sua vez, Epitácio, cujo filho é promotor em Roraima, entrou com outra ação para proibir a demarcação da área.

Além de Epitácio, existem na área dez posseiros, beneficiados com lotes do INCRA, os quais, no entanto, concordaram em assinar um termo de compromisso aceitando indenização, quando a área indígena for demarcada. A maloca do Barata foi delimitada em 1981-82.

Enquanto isso, na região do Amajari, cujas terras estão demarcadas, as invasões de fazendeiros continuam, proibindo os índios de pescar, fazer roças ou construir malocas.

2) O desenrolar da reunião dos tuxauas demonstrou claramente a necessidade de as comunidades se articularem em busca da autonomia econômica. Exemplo maior foi apresentado pelos Macuxi da Serra que têm procurado resolver os problemas das suas malocas através de 17 conselhos comunitários. O marcante em sua recente trajetória tem sido, sem dúvida, o trabalho garimpeiro. Se, para muitos grupos indígenas, ocorrências minerais são uma ameaça real de perda de território, epidemias e outros males — o caso dos Yanomami do Apiaú hoje é dos mais gritantes —, o mesmo não se dá com os Macuxi da Serra. Até 1977 os Macuxi daquela região submetiam-se ao controle de quatro intermediários que sobre-exploravam seu trabalho em garimpos localizados no próprio território Macuxi. Essa situação inverteu-se quando os conselhos comunitários Macuxi, em especial o da maloca de Maturuca, criaram cantinas para fornecimento de mercadorias e comercialização do ouro e diamante. Simultaneamente, impediram a entrada de garimpeiros brancos e a venda de cachaça em algumas cantinas. As cantinas, que funcionam nos moldes de uma cooperativa, têm sido, sob a liderança dos tuxauas, as principais responsáveis pelo sucesso da exploração de garimpos do alto Maú, do alto Cotingo e do alto Kinu, três regiões das serras próximas à fronteira com a Venezuela. Para os regionais os missionários da Consolata (em especial o Pe. Jorge Dal Ben, trabalhando com os Macuxi desde 1969) seriam os "culpados" pelos bons resultados das cantinas e dos garimpos dos Macuxi da Serra. Todavia, é ao crescente senso comunitário que se deve debitar tal sucesso. Nos garimpos usam bateias, caixas de lavagem de minério e até mesmo um escafandro para a busca de diamantes. Quando há necessidade de os homens se ausentarem por algum tempo de suas malocas, os que permanecem se responsabilizam por suas famílias. O saldo do minério garimpado, após a comercialização direta com comerciantes de confiança em Boa Vista, é revertido para os interesses da comunidade. Em oito meses de trabalho em 1984, os Macuxi compraram 40 reses, e hoje o trabalho com gado intercala-se com as atividades de roça. Quanto a estas, os Macuxi mantêm a posição generalizada entre os índios de que roças mecanizadas só criam problemas, seja pela desestruturação na divisão de trabalho comunitário, seja pelo endividamento que a mecanização fatalmente acarreta.

foto Cláudia Andujar

3) A atuação dos conselhos de comunidades deixou a desejar em praticamente todas as seis regiões, com exceção da Serra. A principal razão apontada para isso foi a falta de apoio dos tuxauas, cujo papel de articuladores não foi desempenhado satisfatoriamente.

4) Foi dada muita ênfase ao problema do alcoolismo. Todas as regiões insistiram na necessidade de se banir o uso de bebidas alcoólicas nas comunidades. Os discursos mais inflamados giraram em torno desse tema. Porém, uma observação mais detida da questão indica: a) que a atitude ostensivamente antibebida alcoólica harmoniza-se muito bem com o contexto eclesiástico em que têm lugar as reuniões anuais, e b) que o álcool é uma espécie de bode expiatório conveniente para os fracassos que as comunidades experimentam em seus projetos econômicos, tais como a manutenção de cantinas.

5) Os representantes das seis regiões foram unânimes em afirmar a insuficiência do sistema educacional a que estão sujeitos. Reclamam que a maioria dos professores não fala a língua indígena, nem tem interesse em manter a cultura tradicional, mesmo sendo eles próprios Macuxi ou Wapixana. Os tuxauas declararam não querer professores brancos, e vários afirmaram que os professores devem ser filhos das comunidades onde lecionam.

Foi levantado o problema da evasão de jovens que, educados até o fim do 2º grau, preferem ir para a cidade, abandonando seus parentes. Foi fortemente questionada a validade de uma educação mais prolongada que, muitas vezes, resulta na perda de membros para as comunidades. Segundo a representante (aliás, uma índia Xerente) de Amajari, o sistema de internato da Missão de Surumu, que educa jovens até a 8ª série, "não tem trazido benefícios; ao contrário, sempre perdemos um filho". Os índios presentes na reunião declararam-se favoráveis a um sistema de capacitação de adultos, com treinamento em marcenaria, enfermagem, catecismo, veterinária, etc., vendo nesse treinamento uma maneira de operacionalizar o conhecimento adquirido em escolas, em benefício direto e imediato das comunidades. Para tanto, pretendem induzir o bispo de Roraima a transformar a Missão de Surumu em "centro de formação de líderes indígenas". Esta concepção de liderança parece, pois, estar ligada à noção de especialização e/ou profissionalização, talvez revelando uma tendência à elitização no processo político interno das comunidades.

6) Quanto à participação dos índios na política regional, vários representantes declararam-se contrários a ela, por não entenderem, nem quererem entender de política partidária. Outros afirmaram que a campanha política para as eleições municipais de dezembro causou transtornos às comunidades, provocando divisões, bebedeiras e desunião.

Mesmo assim, houve sete candidatos indígenas a vereador (pelo PMDB, PDS e PTB), dos quais dois foram eleitos: o Macuxi Odilon (PDS) da maloca de Raposa, e o Wapixana Alcides (PTB) da maloca do Barata.

Não faltaram manobras políticas envolvendo líderes indígenas. Na maloca do Barata, o governo confiscou o caminhão da comunidade em represália à candidatura de Alcides pelo PTB. Para recuperar o caminhão o segundo tuxáua candidatou-se pelo PDS. Perdeu, mas foi convidado a administrar a Colônia do Taiano, núcleo composto também de regionais não índios. Alegando compromissos com a própria comunidade, recusou.

Por sua vez, o Macuxi Odilon teve sua campanha apoiada pelo ex-governador Otomar..., que, como já vimos, prometeu-lhe demarcar as terras da Raposa.

O envolvimento de índios na política eleitoral do Território é visto com desconfiança por parte dos próprios índios e com franco desagrado pela maioria dos padres da Consolata. Estes, gradativamente perdendo terreno na gestão dos destinos

dos índios, têm, por outro lado, sofrido o crescente antagonismo dos fazendeiros. Suas relações com o Estado (Secretaria de Saúde, de Educação, FUNAI) vêm esfriando na medida em que recebem desses órgãos cada vez menos recursos para manter suas escolas e hospitais. Manifestação concreta disso tem sido o fechamento de vários prédios, como o hospital N. S. de Fátima em Boa Vista, o próprio prédio-sede da Prelazia, atualmente alugado à Secretaria de Educação e o iminente fechamento dos hospitais de Taiano e Surumu.

Sobre estes dois hospitais, houve longo debate na reunião de tuxauas. Jaci, o tuxaua Macuxi de Maturuca, chegou a sugerir que as próprias comunidades indígenas fornecessem os fundos necessários para manter os dois hospitais em funcionamento. Contra essa proposta, outros tuxauas como Alcides e Clovis, ambos Wapixana, argumentaram que não cabia aos índios financiar a cura de doenças causadas pelos brancos. Foi proposta de Alcides, corroborada enfaticamente por Ailton Krenak, que os tuxauas se organizassem e, em grupo, fossem pressionar o governo do Território e a FUNAI para liberar as verbas devidas e necessárias à manutenção dos hospitais.

Na última seção planetária, por volta das 22 horas do dia 9, foi aprovada e coletivamente assinada uma carta ao Presidente Tancredo Neves contendo as principais reivindicações dos povos indígenas do lavrado representados nessa reunião em Surumu.

CARTA DOS TUXÁUAS AO PRESIDENTE

Surumu, 9 de janeiro de 1985

Exmo. Sr.
Tancredo Neves
Presidente da República

Senhor Presidente,

Nós Tuxáuas e lideranças das comunidades indígenas do Território Federal de Roraima, reunidos em nossa Assembléia Geral e Anual, debatemos juntos os assuntos que passamos a seu conhecimento.

Questão da Terra:

1. Representamos aproximadamente aproximadamente 40% da população deste Território e queremos que isso seja levado em consideração por seu governo, quando for definido algum projeto para este Território.
2. Temos contra nós a ação contínua dos parlamentares Mozarildo Cavalcanti e João Batista Fagundes que vêm insistindo na entrada de mineradoras em nossas áreas.
3. Exigimos a demarcação das nossas áreas indígenas deste Território com a retirada dos invasores como condição indispensável para a sobrevivência de nosso povo.
4. Exigimos a criação e demarcação de uma área contínua que atenda às condições de sobrevivência das comunidades Macuxi que habitam a região entre os rios Surumu, Tacutu e Maú, com limites ao norte na fronteira com a Venezuela.
5. Exigimos a criação do Parque Yanomami com a retirada dos garimpeiros que lá se encontram.

Questão de Saúde:

O abandono a que fomos lançados tem nos custado a vida de centenas de membros de nossas comunidades, sendo que agora temos a ameaça de fechamento dos hospitais da Missão Consolata que até esta época nos têm assistido.

Questão de Educação:

A garantia de escolas e formação a que temos direito e sabemos ser obrigação da Fundação Nacional do Índio, FUNAI, e da Secretaria da Educação, não nos é dada.
Necessitamos de atendimento e de recursos para que nossos filhos tenham garantido este direito.
São os seguintes os povos indígenas que habitam o Território de Roraima:

Waiwai
Yanomami
Wapixana
Macuxi
Taurepang
Maiongong
Ingaricó
Ixcariana
Katuena
Mauyayana
Karatayana

Esperando contar com toda a sua atenção, subscrevemo-nos,
Muito respeitosamente,

Assinam os tuxáuas: Arnaldo Silva de Souza, Hilário Lima, Rafael Candido da Silva, Dermano Silva dos Santos, Antonio Farias, Evaristo das Chagas Barbosa, Cristóvão da Silva, Braz Gomes Pereira, Manoel Guilherme de Souza, Inocencio Laureano, Narciso Boaventura, João Batista de Oliveira, Manoel Paulo Lopes, Manuel Silva dos Santos, José Lima de Aguiar, Bento Adelino Peres, Salomão Batista Marques, Altair Dias Ferreira, Agrícola Pacheco, Gregório Hernandes, Silvério Isidoro Messias, Aderaldo Demétrio da Costa, Bento Laredo da Silva, Joaquim da Silva, Carlos Antonio Sevino, Liberalino dos Santos Ribeiro, Terêncio Luis Silva, Melquíades Peres Neto, Alcides Constantino, Constâncio Constantino, Floriano da Silva, Bento Alfredo da Silva, João de Souza, Luiz Romualdo da Silva, Antonio Trajano, Pedro Alcides Pereira, Albertino Ramos, Juscelino Joaquim Marques, Bento Padrinho, Orlando Pereira, João Batista, Afonso José Anfriso, Jonsso Clementino, Raimundo Alves, Armando José de Souza, Domingo Batista, Clovis Ambrosio, Geraldo Delfonso Silva, Eurico Inácio, Luis Henrique, Damaceno Augustinho, Luciano Batista, Célio Joaquim Marques, Anselmo A. Silva, Ansélio A. Silva, Damasceno Alves, Lucas Rodrigues, Aquilino Rodrigues Mesquita, Anísio Militão, Alcides Teixeira, Davi Xirianá Yanomami, Julio José de Souza, Cícero Benício Lino Souza, Neusa Urbieta S. Sakamãe, Lino da Silva, Hilário Lima, Jorge Afonso de Souza, Valdemar Militão Fidelis e Gabriel Joaquim Guariba.

Aconteceu na imprensa

GERAIS

Padre ameaçado de morte

O secretário do CIMI e a CNBB Regional Norte I estão denunciando políticos, fazendeiros e garimpeiros do Território de Roraima de ameaçarem de morte o padre Lírio Girardi, da Paróquia de Normandia. A informação chegou aos veículos de comunicações locais através de "nota de solidariedade" distribuídas pelo CIMI e CNBB protestando contra a atitude dos agressores e pedindo providências das autoridades de segurança do país.
A nota afirma que o padre Lírio Girardi vem sofrendo as mais duras perseguições nos últimos dias, a mando de fazendeiros, garimpeiros e políticos regionalistas, "que buscam por todos os meios obstaculizar a ação da Igreja junto às nações indígenas daquele Território. "É o caso do deputado João Batista Fagundes, do PDS, que vem articulando uma campanha difamatória contra os padres e o bispo daquela Diocese em benefício de grupos mineradores", afirma a nota.
Em resposta às agressões, segundo a nota, a Igreja de Roraima reunida em Assembléia Geral aprovou uma Nota de Protesto, esclarecendo a opinião pública sobre os acontecimentos; também foi celebrada uma missa presidida por D. Aldo Mongeano, com a participação de centenas de pessoas. (**Comércio, 27/07/84**).

Pecuaristas acusam a FUNAI

Um grupo de pecuaristas da região do Cotingo deslocou-se para Boa Vista, na última quinta-feira, para denunciar a invasão de suas propriedades por parte da FUNAI e do INCRA à Cooperativa Mista dos Pecuaristas de Boa Vista, com a finalidade de solicitar providências urgentes junto às autoridades locais.
Liderados pelo pecuarista Jair Alves dos Reis, um dos maiores criadores de gado da região do Cotingo, onde possui diversas fazendas, os pecuaristas se mostravam revoltados com a atitude da FUNAI e do INCRA, informaram que esta semana uma equipe composta por funcionários da FUNAI e do INCRA esteve na região fazendo "um levantamento completo das propriedades, sem o consentimento dos proprietários", deixando revoltados os criadores e causando um clima tenso em toda a região. Disseram eles que não foram consultados e que não sabiam dos objetivos do levantamento. Além disso, informaram que esses órgãos, que deveriam primar pela obediência às leis, respeitando a propriedade alheia, fazem exatamente o contrário, estando, por isso, enquadrados no crime de "turbação de posse". Os fazendeiros denunciaram, ainda, as ameaças feitas pelos funcionários da FUNAI, de que os proprietários poderiam ter suas terras confiscadas e distribuídas aos indígenas que vivem nas malocas das redondezas.
Segundo o delegado regional da FUNAI Ubiratã Tupinambá da Costa, através de uma Portaria da Presidência da FUNAI, a 10ª DR deverá realizar um completo e minucioso levantamento antropológico e fundiário de todas as propriedades existentes na região compreendida entre a Maloca da Raposa e a Serra do Sol, no Município de Normandia e parte do Município de Boa Vista, contando com o apoio do INCRA, na parte fundiária.
Sobre a denúncia de invasão das propriedades dos fazendeiros pela equipe da FUNAI, o titular da 10ª DR afirmou que "o que acontece é que a equipe chega nas fazendas e não encontra o proprietário, então estabelece o contato com o vaqueiro, que não impede a entrada, e inicia o trabalho". Disse, ainda que esse serviço de levantamento antropológico, por parte da FUNAI, e fundiário, pelo INCRA, deverá ser feito em toda a região, pois somente assim se poderá dar subsídios ao Departamento do Patrimônio Indígena da FUNAI, no estudo da área a ser demarcada, porém, a decisão final caberá ao MEAF. (**O Roraima, 04/08/84**).

Tuxauas denunciam invasão

Reunidos na maloca Perdiz, os Tuxauas, conselheiros das comunidades indígenas do território federal de Roraima, redigiram documentos denunciando invasão de suas terras e reservas por fazendeiros. Revelam ainda que os fazendeiros estão utilizando a polícia para prender os indígenas, ao mesmo tempo em que ameaçam exterminar um rebanho bovino que foi doado pela diocese daquele território.
As constantes invasões estão sendo concretizadas porque as reservas indígenas do território ainda não foram demarcadas. Isso não leva somente à penetração de fazendeiros, mas, também, de empresas de mineração, como é o caso de Codesaima, CRPM e garimpeiros, que em troca do minério que retiram do solo deixam doenças e bebidas alcoólicas "com o único objetivo de matar os índios" diz mais o documento. (**Notícias Populares, 09/10/84**).

Nota dos Tuxauas

Na maloca do Perdiz, de 1º a 4 de outubro, 25 tuxauas e mais 13 membros do "Conselho Regional Indígena" da região das Serras, além de outros líderes, se reuniram para debater as principais dificuldades. Ao final do encontro, levantaram os seguintes problemas graves, em uma nota.
"1º — A nossa área indígena ainda não foi demarcada. Através de não serem demarcadas vêm os invasores. Os fazendeiros não deixam fazer suas roças, não deixam fazer seus retiros, queimando seus barracos que estão fazendo para os retiros, prendendo os tuxáuas, tentando comprar malocas, levando a polícia para as malocas ou querendo expulsar o gado que foi recebido do projeto da Diocese que o índio recebeu. Através desse projeto os fazendeiros estão ameaçando os padres, como aconteceu com o Pe. Lírio e o Pe. Jorge.

Um dia que os fazendeiros chegar a expular o nosso gado recebido do projeto da Diocese, nós vamos fazer o mesmo serviço com o gado deles.
2º — Assunto: invasão dos garimpeiros como firmas Codesaima, CPRM, e outros maquinários acabando a nossa mineração, através de nossas áreas não está demarcada, cada vez mais entrando muitos garimpeiros, trazendo muita bebida alcoólica só para destruir a comunidade. O preço da compra de mineração é muito explorado.
Então nós muito preocupados em estas coisas nocivas para as nossas comunidades, esperando uma ajuda das autoridades como: governadores, deputados, mas pelo contrário, os deputados de Roraima vem fazendo projeto de lei como: lei nº 4.147 de 1984, feito pelo deputado Mozarildo Cavalcanti, na Câmara dos Deputados.
Com isso, nós índios de Roraima, ficamos muito sentido e por isso nós não aceitamos esse projeto de lei.
Para isso não temos uma lei nº 6.001/12/73, o Estatuto do Índio, para não inventar mais outra lei, a nossa lei tem que ser respeitada em todo Brasil". (**Porantim, Dezembro/84**).

Ordem do Juiz derrubar as casas

Colocar abaixo as casas dos índios Macuxi, na Aldeia da Barata, região de Taiano — Roraima — foi a ordem dada pelo Juiz de Direito, Antônio Anunciação Ferreira Neto, ao acatar o pedido de manutenção de posse impetrado em 1981 pelo posseiro Epitácio Andrade Lucena e outros contra os silvícolas. Esta é a primeira vez na história do indigenismo brasileiro que uma autoridade desse nível não protege os direitos consagrados dos índios, informou fonte da FUNAI.
Antônio Anunciação rejeitou o recurso do advogado da FUNAI, que alegou ter tomado conhecimento da decisão somente no dia 25 de outubro, embora a sentença tenha sido publicada no Diário Oficial local dia 22 daquele mês. O defensor do órgão tutelar solicitou que o cumprimento da sentença fosse adiado até a próxima segunda-feira para que o caso fosse acompanhado pelo Procurador-Geral da FUNAI, Irineu de Oliveira, o que foi negado.
Na fase de instrução processual o juiz já havia tomado essa decisão. Como os índios se negaram eles próprios a derrubarem suas casas, ontem ele mandou um destacamento da PM acompanhado de um Oficial de Justiça para executarem a sentença. A PF, apesar de solicitada, negou-se a participar do ato. (**Jornal de Brasília, 10/11/84**).

foto Cláudia Andujar

Yanomami

RORAIMA II

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA RORAIMA II

POVO	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
WAIWAI (1)	AI Waiwai	Boa Vista	1	172	Meva: 83
WAIMIRI-ATROARI	TI Waimiri/ Atroari	Novo Airão, Itapiranga, Pres. Figueiredo, Moura (AM), Caracarai (RR)	7	400	FUNAI: 84
YANOMANI (2)	Parque Indígena Yanomami	S.Gabriel da Cachoeira, Santa Izabel do Rio Negro, Barcelos (AM), Caracaraí, Boa Vista, Alto Alegre e Mucajaí (RR)	150	± 9.000 *	CCPY: 84
YEKUANA (MAION-GONG)	dentro da área do PI Yanomami		3	125	CCPY: 84

(*) Este total aproximado inclui os Yanomami arredios (aproximadamente 2.000) e só foi possível pela compilação de recenseamentos feitos por várias entidades (MEVA, MNTB, Missão Salesiana, Diocese de RR e CCPY) entre 1981 e 1984.
(1) 80 na Guiana (MEVA:83); ver também na Área Amapá/Norte do Pará.
(2) 8.500, aproximadamente, na Venezuela (CCPY:84).

GARIMPEIROS E MINERADORAS DISPUTAM SURUCUCUS

Recrudesce a violência na disputa pelo acesso ao território Yanomami. E o Parque?

Cláudia Andujar (*)

Pela primeira vez, os Yanomami no Brasil levantam a voz e reivindicam seus direitos à criação do Parque Yanomami em área contínua e solicitam a expulsão dos garimpeiros. Numa carta dirigida ao Deputado Mário Juruna, no final de 1984, alguns Yanomami colocaram os seguintes pontos:

"Nós índios Yanomami queremos que você nos ajuda a retirar os garimpeiros de nossas terras indígenas. Os garimpeiros estão invadindo as terras dos Yanomami, tirando nosso ouro, trazendo doenças, querendo e tirando nossas mulheres, roubando nossas roças há dois anos. No último ano centenas de garimpeiros estão trabalhando no rio Apiaú, no rio Uraricaá em Roraima e perto do rio Ĩa e Cauaburi no Amazonas.

Nossas terras não são demarcadas e nós índios Yanomami queremos a demarcação logo porque daqui dois anos todas as terras vão ser invadidas por garimpeiros e fazendeiros.

Nós estamos vendo os fazendeiros tomando as terras dos Macuxi e queremos que não aconteça isso com nossas terras porque nós queremos viver com nossas mulheres e filhos em paz. Se os garimpeiros não saiem das nossas terras vamos avisar mais uma vez e se não saiem mesmo vamos brigar".

Há mais de dois anos, várias entidades civis de apoio, nacionais e internacionais, solicitam a retirada dos garimpeiros, sem sucesso. Em conseqüência, está havendo uma progressiva ocupação dos vales dos rios Apiaú e Uraricaá, em Roraima e do vale do rio Ĩa, no Amazonas. A malária está aumentando com o contato desordenado e garimpeiros e índios estão morrendo.

Em Roraima, a Diocese Católica denunciou a gravidade da situação do garimpo do Apiaú, onde existiriam cerca de 250 garimpeiros e exigiram dos órgãos competentes a retirada imediata dos mesmos. A CODESAIMA, interessada em enfatizar "a ocupação" e criar um fato consumado, calcula a presença de garimpeiros em 3.000 homens. Na opinião da FUNAI, o número de invasores está diminuindo, em conseqüência do alto índice de mortalidade e se comenta que a região está cheia de sepulturas em pleno mato, de vítimas da malária e hepatite.

O vale do rio Uraricaá, invadido por cerca de 200 garimpeiros na altura do igarapé Paca-Sibí (divisa da área indígena com o garimpo Santa Rosa), também continua funcionando impunemente. A exploração da grota do Xicuti é um dos sítios mais importantes daquele garimpo em plena expansão, invadindo a área indígena e é o lugar de comercialização do ouro, com pista particular de pouso, bebida e mulheres.

Como se tudo isso não bastasse, em dezembro, a CODESAIMA informou à FUNAI que 5.000 homens aliciados por um sujeito chamado Alcenha Pavão, vindos de um garimpo desativado em Peixoto Alencar (MS), pretendiam ocupar as áreas periféricas Yanomami. No mesmo momento, correu a notícia de que a CODESAIMA perdeu a concessão de lavra de extração de cassiterita na região de Surucucus, junto ao DNPM. A Companhia informou à FUNAI que uma subsidiária do poderoso grupo econômico Brumadinho, de São Paulo, a Mineração São Lourenço pretendia entrar na região. Outra ameaça pairando sobre as terras Yanomami vem do grupo econômico ligado ao Governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, interessado na Serra de Couto de Magalhães (RR) e Cauaburi (AM), locais ricos em ouro.

No Congresso Nacional, em 1984, houve uma verdadeira ofensiva para abrir Surucucus à mineração, encabeçada pelos Deputados Federais Mozarildo Cavalcanti e João Batista

(*) *coordenadora da Comissão Pela Criação do Parque Yanomami (CCPY).*

Fagundes, ambos membros da Comissão do Índio. Em compensação, atendendo às pressões contínuas feitas pela CCPY e outras organizações civis de apoio, no fim do ano, o Deputado Federal Márcio Santilli (PMDB-SP) apresentou o Projeto de Lei n.º 4.558 visando criar uma reserva nacional de ouro, cassiterita e associados na área Yanomami interditada em 1982, nos seguintes termos:

"A constituição da Reserva Nacional prevista..., vem de encontro às concretas e inadiáveis necessidades de assegurar à comunidade nacional a sobrevivência da população Yanomami e da sua incalculável cultura, riqueza, sem dúvida, bem mais valiosa do que a eventualmente obtida com a mineração. É uma medida ditada pela emergência e de natureza temporária, que em nada prejudicará o desenvolvimento do nosso País."

Concomitantemente às ações de entidades de apoio e parlamentares, 1984 assistiu ao surgimento de intervenções dos próprios Yanomami em defesa de seus interesses, como se expressa, por exemplo, nas declarações de Davi Yanomami, feitas durante uma Assembléia indígena realizada recentemente, em Surumú:

"Primeiro o Yanomami não sabia que os garimpeiros invadiram suas terras. Agora nós estamos sabendo; àqueles que moram perto dos rios Catrimani, Demini, Couto de Magalhães e do Érico. Têm Yanomami que sabe que é ruim para eles e ficam tristes porque pegam doenças. Têm outros que acham bom porque recebem terçados, machados, panelas e fósforos.

Estou contando isso para vocês porque estou preocupado e zangado. Quero vocês conhecer nossa situação, saber nossa preocupação e quero vocês lutar com nós".

Proposta do Parque no "Grupão"

Na segunda metade de 1984, por iniciativa da FUNAI, a área do Parque Indígena Yanomami foi redefinida. A nova proposta compreende todas as aldeias conhecidas atualmente, ou seja, 149 malocas Yanomami e 3 Yekuana, abrangendo o espaço vital ao seu redor (área de caça, pesca, roça e perambulação), que consiste a área necessária para a sobrevivência das duas etnias.

Esse estudo foi realizado por um grupo de trabalho composto de técnicos da FUNAI e membros da CCPY. A área está contida em um quadro que tem como limites: ao sul 00° 20' S, ao norte o paralelo 5° N, a oeste o meridiano 66° 30' W e a leste o meridiano 61° 15', numa extensão contínua de 9.419.108 ha. e com um perímetro de 3.071 km, em grande parte com limites naturais. Em anexo há um relatório de 1981 elaborado a partir de uma visita à área feita por uma equipe mista do Conselho de Segurança Nacional, SNI, FUNAI e o Serviço de Informação do MINTER. O pronunciamento deles é favorável a criação do Parque, recomendando a criação "de um único organismo dedicado, exclusivamente, a planejar, administrar, coordenar e executar as ações visando àquele grupo indígena (Yanomami)".

Conforme as recomendações da Portaria GM 025 de 1982, a FUNAI ainda criou, por portaria, 5 postos indígenas para a área, 4 já existentes de fato e um para ser implementado.

Em 8 de janeiro de 1985, a FUNAI baixou a Portaria N.º 1817/E determinando para efeitos de controle administrativo a área definida como espaço vital pela FUNAI e membros da CCPY em 1984, doravante denominado Parque Indígena Yanomami, conforme os processos administrativos FUNAI/BSB/2152/79 e 2192/84. Para todos os efeitos essa Portaria encaminha a proposta do Parque Yanomami para apreciação do Grupo Interministerial, definindo que a FUNAI reconhece a área como Parque Indígena.

Invasão truculenta em Surucucus

Conforme relatório da Associação dos Faiscadores e Garimpeiros de Roraima, de maio de 1985, José Altino Machado, "dono de táxi aéreo e de garimpos" foi um dos líderes da invasão da serra de Surucucus.

Ainda segundo o relatório da Associação, "no fim de 1984, tendo tomado conhecimento de que se preparava um artifício para entregar o garimpo do Surucucus a três empresas de mineração, uma das quais com forte participação estrangeira, Altino iniciou seus contatos com a classe garimpeira do Território Federal de Roraima, e juntos, começaram a idealizar a ocupação pacífica do Surucucus, como meio de chamar a atenção das autoridades, e pleitear, em nome da classe, uma solução legal e definitiva para a exploração da área pelos garimpeiros. Implementando o planejamento feito, decidiu a criação da ASSOCIAÇÃO DOS FAISCADORES E GARIMPEIROS DO TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA, e José Altino passou a visitar autoridades, auscultando de todos sua posição e sua reação face a uma ocupação pacífica do garimpo do Surucucus".

No dia 1.º de fevereiro de 1985, foi realizada uma Assembléia Geral, e nela foi fundada a Associação, com 824 membros.

Realizada nova Assembléia no dia 12.02.1985, foi eleita a Diretoria, ficando José Altino como Vice-Presidente da Associação. "Nessa data, em reuniões paralelas de pequenos comitês, decidiu-se pela ocupação pacífica e imediata do garimpo do Surucucus". (Cf. Relatório da Associação dos Faiscadores e Garimpeiros).

A operação começou no dia 14, com a chegada de 5 aviões no período de duas horas, com 67 dos 3.000 garimpeiros previstos para tomar posse da serra, área de maior concentração de índios Yanomami que ainda vivem isolados do contato com a sociedade "branca".

Um contingente de para-militares, armados e em roupa do exército, desembarcou na pista de pouso da FUNAI, tomando conta da mesma e conseguindo temporariamente dominar s 4 policiais destacados para Surucucus, desde a

véspera dos acontecimentos. Os invasores, em tempo recorde, conseguiram limpar uma segunda pista de pouso existente na serra, a três horas de marcha do Posto da FUNAI, a chamada antiga pista da DOCEGEO, aberta em 1980 e atualmente desativada.

O ponto de partida da operação Surucucus era uma pista particular de fazenda, pertencente à vereadora de Boa Vista Maria de Lourdes Pinheiro, personagem ligada ao empresário amazonense José Altino Machado, líder da operação.

Por ordem do Governador, todas as pistas de pouso do Território foram interditadas e proibido qualquer vôo sem sua ordem expressa para qualquer parte do Território. Assim, a situação ficou contornada.

Quarta-feira de cinzas, dia 19 de fevereiro, a FUNAI, com a ajuda de dois aviões bimotores e com reforço da Polícia Militar, evacuou os garimpeiros de Surucucus. Sessenta e sete invasores foram trazidos de volta para Boa Vista. José Altino Machado foi colocado em prisão preventiva, os "garimpeiros" ficaram presos, assim como as armas utilizadas durante a invasão. O governador, "para não criar um problema social", ofereceu aos demais garimpeiros, aliciados de fora por Altino, pagar a volta a seus lugares de origem. Nesse meio tempo, o deputado João Batista Fagundes mandou um telegrama e fez várias comunicações por rádio, encorajando a tomada de Surucucus.

A CCPY, muito preocupada com a situação, despachou um telegrama ao Presidente eleito Tancredo Neves, solicitando seu apoio. Desta vez a invasão da Serra de Surucucus foi debelada, mas a ameaça continua e nossa preocupação diante desse crime inédito de vandalismo é imensa. A invasão só não teve êxito em virtude de um fato casual: um "furo" da imprensa na véspera do carnaval, alertando a FUNAI sobre a situação ("Garimpeiros vão invadir o território Ianomami", A Crítica, *Manaus, 13.02.85).*

Com o apoio do General Arídio Martins de Magalhães, governador de Roraima, e da PM, a FUNAI conseguiu, durante os quatro dias de carnaval, o mínimo de apoio para sustar a operação. Mesmo assim, nossa apreensão continua, diante das pressões existentes para que se abra Surucucus para a mineração de "qualquer modo".

O comando da invasão parece ter tido apoio de Brasília e fala-se em nomes como João Fagundes, Cesar Cals e Gilberto Mestrinho, além de outros notórios interessados nas riquezas de Surucucus dentro do governo estadual do Amazonas e no próprio Território Federal de Roraima.

O mito de Sururucus

A grande maioria da população de Boa Vista e com certeza todos os garimpeiros do Território e de fora, assim como muitos donos de táxis aéreos da Amazônia, acreditam firmemente que Surucucus será a salvação do Brasil, por conter minérios que podem pagar a dívida externa, e a salvação do Território que, através da exploração, terá os meios para se colocar financeiramente independente para transformar-se em Estado; individualmente, os garimpeiros e donos de táxis aéreos acham que vão fazer fortuna através da exploração de Surucucus, onde existe MUITO ouro.

Esse mito está sendo alimentado pelos políticos, que fomentam o boato de que Surucucus, há várias décadas, está sendo clandestinamente explorada pelos americanos, que trabalham na região como falsos missionários com a permissão da FUNAI. Como se isso não fosse o bastante, o mito necessita apoiar-se na crença de que Surucucus não é área indígena. Segundo essa versão os Yanomami teriam sido levados do rio Mucajaí pelos "americanos" (missionários) e pela FUNAI para a "área pretendida" pela FUNAI, que é a serra "da Cobra", ou seja, Surucucus. Assim, o governo passado não conseguiu controlar o avanço sobre terras brasileiras, não conseguiu governar e manter a ordem no Brasil. Atualmente, dizem os garimpeiros, com a Nova República, a ordem vai se fazer e as terras ricas em minérios, como Surucucus, serão devolvidas ao povo sofredor do Brasil.

Assim, os "americanos", a FUNAI e o Governo (que está saindo) são os vilões, enquanto a esperança está no novo governo, e especificamente na figura de Aureliano Chaves, novo ministro de Minas e Energia, agora tendo o poder de colocar à disposição do povo o tão esperado Eldorado. De fato, quer o mito que Aureliano Chaves seja parente de Altino Machado, que é encarado como embaixador dos garimpeiros, lutando em seu nome. Os políticos de Roraima se utilizam do discurso populista, e em nome da democracia pregam uma nova ordem social, ou seja, a reconquista para os brasileiros das terras "pretendidas pela FUNAI" e dos minérios entregues aos "americanos".

O atentado a Surucucus é um alerta para todos nós. No caso da invasão de fevereiro, a última grande nação indígena relativamente isolada foi ameaçada de extinção, mas, além dessa gravíssima constatação, ficamos surpreendidos com o fato de que existam poderosos grupos econômicos e políticos organizados e dispostos a alcançar pela violência suas ambições, desobedecendo a lei e dispostos a criar desordem social dentro do país, que se prepara para o retorno à democracia. Os inimigos dos povos indígenas desconsideram os direitos mais elementares dos seres humanos e estão cínica e friamente preparados para invadir, saquear e matar.

A invasão do Parque Indígena Yanomami parece demonstrar a existência de um plano de vandalismo em preparação para que nos próximos dois anos Surucucus seja explorada de qualquer jeito e a qualquer custo.

De fato, para o dia 30 de março estava convocada uma reunião em nome da Associação dos Garimpeiros e da Classe Trabalhadora, em Roraima, organizada pelo empresário José Altino Machado, que nesse meio tempo conseguiu negociar sua liberdade, aguardando seu julgamento em Boa Vista. Nesse encontro, chamando I.º Enclat de Roraima, estava prevista a participação de mil garimpeiros do Amazonas e Pará, aliciados por Altino e levados para Roraima em 50 a 80 aviões. O evento não se concretizou, graças ao alerta que foi dado por altos funcionários do Governo de Roraima reforçado pela CCPY e à intervenção de certos setores do Governo em Brasília, temerosos do resultado da reunião.

fotos Cláudia An

Davi Yanomami, na Assembléia de Surumú, explicando a Ailton Krenak, da UNI, as invasões de garimpeiros na região do Apiaú.

Yanomami garimpeiro em Santa Rosa.

Os garimpos da região do Apiaú e Ericó

Não é só Surucucus que está ameaçada, dentro da área Yanomami.

No último ano, morreram vários Yanomami e muitos garimpeiros na região da bacia do rio Apiaú, área tradicionalmente indígena e interditada pelo MINTER em 1982. Tanto uns como outros foram vitimados por surtos de malária e sua conseqüência, a hepatite. A malária na região do rio Apiaú e na bacia do rio Catrimani ultimamente está se tornando virulenta e há muitos casos resistentes à cloroquina. Na bacia do rio Anaualina a malária apareceu somente depois de 1983, entre populações totalmente desprevenidas, em conseqüência da expansão das atividades garimpeiras na região do Apiaú, transmitida pelo contato desordenado com índios isolados. Entretanto, parece que os garimpeiros não se incomodam com esses fatos, ou pelo menos não o bastante para desativar seus sítios de trabalho.

Os índios, porém, revoltados com as mortes e doenças de seus parentes, estão se organizando. Mesmo aqueles que no passado próximo viam vantagens na presença garimpeira por oferecer facilidades na troca de bens, em janeiro último se rebelaram contra os invasores e tomaram a iniciativa, junto com outras comunidades Yanomami, de exigir a imediata retirada dos invasores. Os quase 50 guerreiros, pintados de preto, armados com arcos e flechas, e umas espingardas adquiridas dos próprios garimpeiros, invadiram os sítios de trabalho de dois garimpos localizados entre os rios Catrimani e Apiaú. Os guerreiros vieram dos rios Catrimani, Pacu, Anaualina e Mucajaí, liderados pelo índio Davi Xiriana, um dos Yanomami que mais compreende as trágicas conseqüências que a penetração desordenada está trazendo para seus parentes.

Durante esta primeira incursão, os guerreiros queimaram barracas e roças de um garimpo, quebraram as ferramentas dos invasores e depois enfrentaram uns 40 homens armados, em plena atividade de garimpagem, num segundo local, onde havia "muitas casas iguais à da vila de Mucajaí", roças plantadas com produtos de curto e longo ciclo, duas cantinas e bastante cachaça.

Depois das primeiras horas de tensão, com alguns índios cobrando a morte de seus parentes, os Yanomami decidiram não entrar em briga aberta com seus adversários, mas simplesmente explicar-lhes que estavam agindo contra a Lei garimpando dentro dos limites do Parque Indígena Yanomami, exigindo sua retirada imediata. Estes, por sua vez, alegaram que não sabiam que estavam garimpando em área indígena.

Os índios, no dia seguinte, se retiraram da área prometendo voltar com mais homens, caso os garimpeiros não saíssem de suas terras.

No dia 26 de fevereiro, um novo grupo de homens, acima de vinte, acrescido das Polícias Militar e Federal, armados, dirigiu-se para a área do Apiaú para expulsar os garimpeiros.

Entre os rios Apiaú e o alto Catrimani funcionam vários garimpos clandestinos de ouro há pelo menos três anos e meio, com centenas de garimpeiros brancos espalhados em pequenos grupos recebendo lançamentos de gêneros básicos através de aviões, em clareiras abertas na mata. Em certos sítios de trabalho conseguiram, inclusive com a ajuda de certos índios Yanomami, cultivar milho, feijão, banana e macaxeira.

Seus pontos de partida para os garimpos do Apiaú são as vilas de Mucajaí e Caracaraí, lugares de onde penetram na área indígena por via fluvial e/ou a pé.

Em 1983 a FUNAI, junto com a PF, tentou a evacuação dos garimpeiros, sem sucesso. No mesmo ano, a FUNAI foi informada do falecimento de um dos garimpeiros brancos no Apiaú, cuja morte não foi possível apurar mas que, segundo os índios Yanomami, resultou de conflitos entre os invasores e um grupo Yanomami ainda arredio, os Moxihatete.

Em 1984, pelo menos três Yanomami da comunidade dos Apiauprautheri morreram em conseqüência da malária, enquanto dezenas de outros sofreram as nefastas conseqüências das invasões. Uma das vítimas era mulher do Tuxaua Vital, que ainda mantém dolorosas lembranças das nefastas conseqüências da construção da Perimetral Norte. Seu grupo local, em 1977, perdeu a metade da população em conseqüência de um surto de sarampo.

Vale a pena ainda mencionar que todos os índios da região do alto rio Catrimani, Jundiá, Lobo d'Almada e Apiaú são índios isolados e que entre eles se encontram pequenos grupos arredios.

Atualmente a FUNAI está instalando um posto de vigilância no rio Apiaú, nas imediações dos limites do Parque Indígena, para melhor controlar a entrada de não-índios na área indígena daquela região.

Pequenos grupos de Yanomami que habitavam a região do Apiaú e que nos últimos anos se refugiaram na área do médio Mucajaí, freqüentemente se empregam entre os colonos da região de Alto Alegre, encontrando-se em situação precaríssima de saúde, muitos atingidos por tuberculose e prontos para retornar ao seu habitat tradicional, o Apiaú, perto do posto, tão logo seja instalado.

Outra área sob grande ameaça é a região dos rios Ericó, Uraricaá e Surubai, no noroeste do Parque Indígena. Até pouco tempo atrás, os garimpeiros da região de Santa Rosa restringiram suas atividades até o limite da área indígena, isto é, até o igarapé Pacasibi. Atualmente, todavia, esse limite foi superado e inúmeras grotas e barrancos estão sendo explorados rio Ericó acima, aproximando-se perigosamente de malocas indígenas e do próprio Posto de Vigilância da FUNAI em Ericó. O grande movimento de garimpeiros, mercadorias e máquinas, através das duas pistas de pouso — ambas dentro da área indígena — leva a crer que as pretensões dos garimpeiros não se resumem à exploração da área já invadida, mas também à ocupação de outros trechos do território Yanomami, onde há indícios de minérios.

Hidroelétrica Paredão

Há ainda o empenho da parte da Secretaria de Planejamento do Territorio de se construir uma hidroelétrica no médio rio Mucajaí, utilizando a Cachoeira do Paredão. A concorrência para a realização da obra está composta por 4 firmas, a Mendes Júnior, Enge-Rio, CONTRAN, COEMSA e a Sociedade Brasileira de Eletricidade S/A.

Tudo indica que o projeto prevê a inundação de pelo menos uma maloca Yanomami e da comunidade de Concha Velha. (O projeto substituirá um outro, abandonado, ao longo do Rio Cotingo, que se tivesse sido construído, teria inundado boa parte da área dos índios Macuxi). Espera-se, portanto, que o projeto seja amplamente discutido com todos os envolvidos, sobretudo com as comunidades atingidas, para não ocorrerem injustiças irreversíveis.

Aconteceu

GERAL

Explicação da FUNAI

O delegado da Funai em **Roraima**, Ubiratan Tupinambá, recebeu com surpresa, ontem, as acusações do deputado João Fagundes, de que há negligência por parte do órgão ao permitir a presença de estrangeiros e de aviões nas reservas indígenas. Segundo o delegado, o que existe na região "é a Meva, formada por religiosos brasileiros e americanos, mas autorizada pelo governo de Brasília". (**ESP, 22/05/84**).

Convênio FUNAI/Secretaria da Educação

Para assinatura de um convênio destinado à educação indígena, esteve terça-feira em Boa Vista o presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca. Segundo Jurandy, por esse convênio o governo de Roraima, através da Secretaria de Educação, vai dar todo o apoio ao ensino nas áreas indígenas. Outro convênio, na área de saúde, também está em estudos e dentro em breve será apresentada uma minuta que prevê o atendimento às comunidades indígenas por meio de um trabalho desenvolvido conjuntamente entre a Secretaria de Saúde e a Funai. Jurandy participou também de uma reunião convocada pelo governador Arídio Magalhães para a discussão sobre a Surucucus. O presidente da Funai disse ainda que a convite do deputado Mozarildo Cavalcanti foi feita uma reunião com a Cooperativa dos Pecuaristas, onde foi abordado o problema recente ocorrido entre um fazendeiro e indígenas da maloca da Raposa.
Revelou que se reuniu ainda na terça-feira com as comunidades indígenas e, também a convite do deputado Mozarildo Cavalcanti, iria encontrar-se com as comunidades não índias interessadas, no caso os fazendeiros, com o que pretende evitar os conflitos. (**Folha de Boa Vista, 17/08/84**).

Projeto para criação de Reserva Mineral

Em outubro de 84 o deputado Marcio Santilli (PMDB-SP) apresentou um projeto de lei (nº 04558) na Câmara dos Deputados propondo constituir a área indígena Yanomami em reserva nacional de ouro, cassiterita e associados. Segundo a lei proposta a área constituída como reserva nacional permaneceria interditada até o término de sua demarcação e o cumprimento de todas as providências previstas na portaria GM nº 025/82 do Ministério do Interior, ficando proibidas as atividades de pesquisa mineral, lavra, licenciamento, garimpagem, faiscação e cata, por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. Com despacho inicial para as Comissões de Constituição e Justiça, de Minas e Energia e Finanças, no dia 27/11/84 a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o parecer do relator Jorge Arbage pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda. No dia 11/03/85 o projeto entrou em tramitação na Comissão de Minas e Energia avocado pelo Deputado João Batista Fagundes. (**PRODASEN**).

Projeto para definição de áreas indígenas

Em setembro de 1984 o deputado Mozarildo Cavalcanti (PDS-RR) apresentou na Câmara dos Deputados o Projeto de lei (Nº 04147) com despacho inicial para as Comissões de Constituição e Justiça, do Interior e do Índio. O projeto propõe a sustação de todos os trabalhos de identificação, delimitação e demarcação de todas as áreas pretendidas pela Funai no Território de Roraima como terras indígenas. Em contrapartida ele propõe a constituição de uma Comissão para definição destas áreas composta pelo Minter, Funai, CSN, INCRA, Governo do Território e prefeituras municipais, e deputados federais do Território membros da Comissão do Índio. Em 27/11/84 foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, Dep. Osvaldo Melo, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda. Em 10/04/85 foi aprovado na Comissão do Interior o parecer favorável do relator, Dep. Inocência Oliveira, com emenda e adoção da emenda da CCJ. (**PRODASEN**).

YANOMAMI

Apelo a Figueiredo

Um apelo para que os índios yanomami do Brasil sejam salvos do extermínio, e para que possam manter intactas suas características culturais tradicionais, está contido numa carta que em breve chegará ao presidente João Figueiredo, segundo comunicou ontem em Milão, na Itália, a "Survival Internacional". Além da carta a organização também imprimiu um grande número de cartões-postais que serão entregues ao presidente da Itália, Sandro Pertini, solicitando que ele seja o portador de um apelo em favor dos yanomami perante as autoridades de Brasília.
A carta foi redigida anteontem à noite em Milão, depois de uma conferência organizada pela "Survival", em colaboração com o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), durante a qual o padre italiano Carlos Zaquini (que há 15 anos vive entre os Yanomami) lançou um grito de alarma pelo destino deste povo da Amazônia brasileira. O padre Zaquini disse que a chegada dos brancos àquela região levou doenças, como a gripe e o sarampo, devido às quais centenas de yanomamis morrem, já que não contam com anticorpos específicos. (**Correio Braziliense, 23/02/84**).

Acordo para saúde

A Funai fez ontem acordo com entidades européias para promoção de um projeto de saúde na área dos índios yanomami, a se iniciar em março, com recursos de US$ 20 mil mensais, financiados pelo Mercado Comum Europeu, durante um ano, em medicamentos e equipamentos hospitalares.

Participam do projeto de saúde para os índios yanomami a CCPY e as entidades estrangeiras "Medicins de Monde" e "Aescolapius International", além de antropólogos brasileiros e europeus. O projeto deverá realizar um trabalho de medicina preventiva, incluindo a vacinação dos índios e formação de pessoal paramédico. A Funai deverá enviar dois funcionários para acompanhar os trabalhos da equipe de médicos brasileiros e europeus. (**O Globo, 24/02/84**).

Mozarildo ataca o Acordo

A Funai foi acusada de celebrar convênio com uma organização médica da França, permitindo que ela realize pesquisas médicas entre os índios Yanomami, e esta entidade estaria procedendo a testes de drogas contra a malária nos silvícolas. A denúncia é do deputado Mozarildo Cavalcanti (PDS-RR).
Na última reunião da comissão do índio, o deputado já alertara para o fato de que recebera denúncia da existência dessa autorização sem que a mesma fosse submetida, como é norma, ao Congresso Nacional.
Segundo o deputado, a droga que está sendo testada nos índios brasileiros é uma vacina contra a malária. Como droga nova, ela exige testes para conseguir sua homologação e lançamento no mercado, e os índios estão sendo utilizados criminosamente para isso.
Denúncias do deputado Mozarildo Cavalcanti, foram contestadas pelo sertanista Ubiratan Tupinambá da Costa, chefe da 10ª Delegacia Regional da Funai, em Roraima, afirmando que tanto o irmão do parlamentar, dentista Nilo Cavalcanti, como seu primo, o médico José Pereira de Melo, ambos da Funai, podem atestar que tudo não passa de boatos. (**Jornal de Santa Catarina, 07/04/84**).

Antropóloga nega denúncia de Mozarildo

A denúncia do deputado Mozarildo Cavalcanti de que os índios Yanomami estão servindo de cobaias para a organização internacional Medicins du Monde foi contestada ontem pela professora de antropologia da UNB, Alcida Ramos, pertencente também à CCPY, que considerou "mais uma calúnia do deputado contra um projeto sério de saúde que se vem fazendo na área indígena". "O deputado", advertiu a antropóloga, "a continuar com estas calúnias terá de provar suas acusações judicialmente".
Segundo Alcida Ramos, "toda vez que há uma campanha para maior proteção dos Yanomami, o deputado Mozarildo procura difamá-la, com o objetivo de que seu projeto, que propõe a reabertura do garimpo de Surucucus com utilização da mão-de-obra indígena, oferecendo 20 por cento da produção à FUNAI, seja aprovado pelo Congresso. Por trás dessa sua campanha, aparentemente em favor dos índios, desconfiamos que existem outros interesses". Alcida destacou que esta não é a primeira vez que o parlamentar critica o projeto, cujo convênio não tem nenhuma cláusula que fale em experimento de novas medicações nos índios Yanomami.
A única inovação, segundo a professora, é a instalação de geladeiras que funcionam à base de energia solar em alguns pontos do Parque, destinadas à conservação de vacinas. Afirma, ainda, que não existe vacina contra malária sendo testada entre a comunidade Yanomami. (**Correio Braziliense, 10/04/84**).

FUNAI também

A Fundação Nacional do Índio também contestou as denúncias do parlamentar. Em nota oficial divulgada ontem o órgão desmente as declarações de Mozarildo Cavalcanti de que os Yanomami estariam sendo usados para testes de medicamentos e de vacinas contra malária. O acordo firmado entre a Funai, a Medicens du Monde, que é filiada à Aescolapius International Medicins e a Comissão pela Criação do Parque Yanomami, com respaldo financeiro do Mercado Comum Europeu, visa prestar assistência médica e odontológica àquela comunidade, que inclui vacinação e treinamento de pessoal médico e paramédico com o acompanhamento de técnicos do órgão. (**Correio Braziliense, 10/04/84**).

Missionário denuncia genocídio

O missionário italiano Carlo Zacquini, que vive com os Ianomami desde 1965, denunciou ontem — em entrevista à revista Panorama — que está sendo cometido um genocício contra aquela tribo, em conseqüência de decretos governamentais que permitem a invasão de suas terras. Zacquini acrescentou que os 8.500 Ianomami que vivem em Roraima formam o mais importante grupo indígena brasileiro, conservando as tradições de seus ancestrais. Mas correm o risco de desaparecer, caso não seja declarada "parque indígena" a zona que habitam. O religioso está efetivando um levantamento da situação dos Ianomami, e com ele apresentará um documento para ser assinado por autoridades internacionais, inclusive pelo presidente italiano. (**ESP, 17/4/84**).

Santilli tenta barrar "o genocida"

O deputado Mozarildo Cavalcanti (PDS-RR) requereu ontem vistas do parecer que o relator da Comissão do Índio, deputado Márcio Santilli (PMDB-SP), deu a respeito do projeto de lei nº 1.179/83 de autoria daquele parlamentar e que dá poderes ao Poder Executivo de autorizar a abertura e a exploração do garimpo de cassiterita na Serra das Surucucus, em Roraima, em área dos índios Yanomami. Márcio Santilli propõe o retorno do Projeto à Comissão de Constituição e Justiça, considerando que ele foi aprovado por seus membros por desconhecerem que se baseia em fato inverídico, ou seja, diz que garimpos se localizam em áreas pretendidas pela Fundação Nacional do Índio. Na verdade, os minérios estão, em região imemorial, reconhecidamente dos Yanomami. Se esse projeto chegar a ser aprovado em plenário "será o fim daqueles índios", garante a indigenista Cláudia Andujar, coordenadora da Comissão Pela Criação do Parque Yanomami.
Mozarildo surpreendido com o parecer de Santilli pediu vistas antes que o seu projeto, conhecido como "genocida" chegasse a ser votado pelos 19 membros dos 23 que compõem a Comissão do Índio, e que ontem compareceram àquela sessão. Eles se reunirão, novamente, na próxima quarta-feira para deliberar a respeito.
Santilli acredita que a Comissão de Constituição e Justiça vai rever sua decisão, apesar do Regimento Interno rezar que não cabe a qualquer comissão manifestar-se sobre a constitucionalidade da proposição, contrariamente ao parecer que ela der, por concluir que há um fato novo, que é a informação de que as terras são dos Yanomami. (**Jornal de Brasília, 15/06/84**).

O nacionalismo de Fagundes

O Deputado do PDS de Roraima, João Batista Fagundes, apresentou projetos-de-lei na Câmara dos Deputados, em Brasília, tornando obrigatória a nacionalidade brasileira para quem pretenda

exercer qualquer atividade no meio das comunidades indígenas. Segundo o deputado, o Artigo 47 do Estatuto do Índio, em consonância com o novo Estatuto dos Estrangeiros, prevê essa obrigatoriedade, e João Fagundes quer que seja disciplinado o abuso que hoje se verifica em Roraima, onde os estrangeiros (missionários e aventureiros), arvorando-se no direito de fiscalizar, impedem o livre trânsito de brasileiros nas áreas indígenas, contrariando o direito de locomoção assegurado pela Constituição para os brasileiros, dentro do território nacional.

O Deputado João Fagundes, que se vem caracterizando por constantes denúncias contra a ação da Igreja nas comunidades indígenas, também denunciou a tentativa de criação de uma Nação Indígena dentro da própria Nação Brasileira, o que considera um verdadeiro atentado à integridade e à integração nacional. (**O Dia, 28/06/84**).

Bispo denuncia invasão

O bispo de Roraima, dom Aldo Mongiano, denunciou que 400 garimpeiros invadiram a área dos índios Ianomami através do rio Apiaú, colocando em risco a vida dos indígenas, muitos ainda sem nenhum contato com brancos, ameaçados por epidemias e conflitos. Ontem, o problema foi levado ao presidente da Funai pelos dirigentes da comissão para a criação do Parque Ianomami. Ficou decidido que a Funai implantará um posto de vigilância no rio Apiaú, para controlar a entrada de novos garimpeiros, e a Polícia Federal retirará os que já estão no local. Na carta que enviou à Funai, o bispo afirma que já se registraram mortes entre brancos e índios Moxilhateteme (grupo Ianomami ainda não contatado). Segundo a denúncia, no dia 11 de julho, um garimpeiro roubou o ouro e atirou nos índios que o acompanhavam como caçadores. O bispo afirma que os índios estão revoltados e organizando vingança. (**ESP, 14/8/84**).

FUNAI encaminha ao "grupão"

O presidente da Funai anunciou ontem sua decisão de encaminhar ao "grupão" (Conselho de Segurança Nacional, Ministério do Interior e Funai), a proposta de criação do Parque Indígena Ianomami. Em 1981, o Conselho de Segurança deu parecer favorável à criação do parque. A nova proposta da área Ianomami sugere um território contínuo, com 9 milhões 419 mil hectares, num perímetro de 3.071 quilômetros, distribuídos pelos municípios de Boa Vista, Alto Alegre, Macajaí e Caracaraí, em Roraima e Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira e Barcelos, no Amazonas. O parque terá 11 postos da Funai e 8 missões. O parque abrigará as nações Ianomami e Iecuana (Màiongong). A população Ianomami é estimada em 9.000 índios e a Iecuana em 250 pessoas. A área Ianomami é rica em ouro, cassiterita e minérios radioativos e, por esta razão, são contínuas as invasões de garimpeiros. (**FSP, 15/9/84**).

Nota da SBG

A Sociedade Brasileira de Geologia enviou a todos os membros da Comissão do Índio no Congresso Nacional um telegrama com o seguinte texto: "Tomando conhecimento da próxima votação do projeto de lei nº 1.179, relativo à abertura dos garimpos de cassiterita em Surucucus, Roraima, esta sociedade e a comunidade que ela representa vêm manifestar sua oposição a tal medida. A abertura dos garimpos, além de desnecessária e inoportuna, significa o comprometimento cívico e cultural da nação Yanomami. Desse modo, a posição dessa sociedade é no sentido de que os referidos depósitos minerais devam constituir reserva nacional associada à área indígena Yanomami e deverá permanecer interditada até o final de sua demarcação, quando, então, poderá ser explorada, de acordo com o artigo nº 44 do Estatuto do "Índio". (**Correio Braziliense, 17/09/84**).

Lévi-Strauss pede criação de Parque

Uma petição assinada pelos antropólogos Claude Lévi-Strauss e Jacques Soustelle, da Academia Francesa, e mais 44 membros da comunidade científica internacional, foi encaminhada ao presidente Figueiredo, pedindo a criação do Parque Indígena Ianomami. No documento, os cientistas afirmam: "É com extrema preocupação que vimos acompanhando nos últimos anos a situação dos Ianomami vítimas de graves epidemias e repetidas invasões de seus territórios... Considerando os perigos do indefinido prolongamento de uma situação legal tão precária, apelamos no sentido de que a demarcação definitiva do território seja concretizada, através da criação de um parque indígena amplo e contínuo". A criação do parque mereceu parecer favorável de uma missão especial que visitou aquela área indígena. A comissão foi integrada por representantes do Conselho de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações e Departamento de Segurança e Informação do Ministério do Interior e Funai. (**FSP, 7/10/84**).

Semana Yanomami em Turim

Uma semana de solidariedade aos índios ianomamis está marcada para a segunda semana de dezembro, em Turim, Itália, segundo informa o jornal "La Stampa", daquela cidade. O encontro reunirá estudiosos e especialistas ligados à sobrevivência física e cultural dos índios.

O interesse por estudiosos de Turim pela Amazônia intensificou-se na década de sessenta, com a realização de expedições, que reuniram uma farta documentação sobre a luta dos indígenas pela sobrevivência. Fotos, filmes, livros e reportagens foram realizados sobre a realidade dos indígenas em confronto com a abertura de estradas e outras atividades que modificam o meio ambiente.

Durante a semana de solidariedade aos Ianomamis, que tem o apoio da prefeitura de Turim, será realizada uma exposição de milhares de fotografias e peças de artesanato indígena. A exposição está sendo preparada pelo padre Silvano Sabatini. (**FSP, 06/11/84**).

"Parque é manobra estrangeira"

A criação do Parque Yanomami, com uma área de nove milhões de hectares, visa apenas atender a uma misteriosa comissão presidida por uma senhora estrangeira, numa ação alienígena que deseja, através de uma falsa defesa da causa indígena, ludibriar a consciência nacional para obter a posse de riquezas naturais, principalmente minério da Amazônia.

A denúncia foi feita esta semana pelo deputado Mozarildo Cavalcanti (PDS-RR), que também denunciou a existência de pressões internacionais para levar o governo venezuelano a adotar semelhante medida na sua área de fronteira com Roraima, o que resultaria na criação de um grande país Yanomami, descaracterizando-se as fronteiras brasileira e venezuelana.

"Criando-se o parque, futuramente a nação Yanomami pela voz dos que se autoproclamam seus defensores, estabelecerá convênios com os países desenvolvidos para a exploração de suas riquezas minerais com o objetivo de promover o seu "desenvolvimento". (**A Crítica, 30/11/84**).

Fagundes quer liberar o Apiaú

"Em Roraima pretendo diminuir essa imensidão de terras que estão bloqueadas a qualquer atividade econômica. Acho de inteira justiça, por exemplo, deixar de fora da reserva o garimpo Apiaú, onde existem 3 mil garimpeiros e nenhum índio num raio de 150 km". Quem falou isso foi, nada mais nada menos, que o deputado malufista João Batista Fagundes (PDS-RR) — porta-voz dos setores antiindígenas do Território de Roraima — em entrevista ao jornal **Folha de Boa Vista**, em 2 de novembro. Criado somente no papel pela Funai, o posto de vigilância de Apiaú tem a função de fiscalizar e impedir o acesso de garimpeiros à área dos **Yanomami**. Entidades de apoio à luta dos índios tentam concretizar, na prática, o real funcionamento deste posto. Muitos problemas já começam a aparecer com o garimpo de Apiaú. Exemplo: na cidade de Mucajaí, há um surto de malária, levado ao Apiaú por garimpeiros que ali se abastecem. Alguns **Yanomami** que tiveram contato com esses garimpeiros também contraíram malária: os da área da Missão Catrimâni foram os mais atingidos pela doença. Em vista disso, a Missão Catrimâni pediu ajuda à Funai para poder enfrentar melhor a situação. Outro problema: dia 11 de julho pp. o garimpeiro conhecido como Negão roubou o ouro do índio **Yanomami** Adriano Hewenahipitheri, atirando ainda em suas costas. (**Porantim, dez. 84**).

Bispo faz nova denúncia

D. Aldo Mongiano, bispo da Diocese de Roraima, e o padre Guilherme Damioli, responsável pela missão Catrimani, distribuíram nota em que denunciam a invasão de garimpeiros na área indígena Yanomami, na região do Rio Apiaú. Cópia do documento foi enviada ao ministro do Interior, Mário Andreazza, que interditou a área Yanomami, e às diversas entidades. Eles denunciam problemas causados aos índios pela presença dos garimpeiros, inclusive o atentado contra o índio Adriano Hewenahipitheri, baleado por um garimpeiro. As denúncias vão mais além, e incluem o caso de uma índia de catorze anos, que foi "comprada" por um rádio e um relógio velho para ser prostituta no garimpo. O bispo e o padre pedem que seja criado um posto de fiscalização da Funai no rio Apiaú. (**FSP, 6/12/84**).

Doença já matou dez

Uma epidemia ainda não identificada, que mata em 72 horas, depois de febre, dores no corpo e na cabeça, está atingindo os índios yanomami, de Roraima, nas áreas invadidas por garimpeiros de Mato Grosso do Sul. Até agora dez pessoas já morreram, inclusive duas crianças, e trezentos índios do subgrupo tisiporatheri pediram socorro ao posto de atendimento da Funai, na serra das Surucucus. Os índios doentes, sem exceção, haviam entrado em contato com garimpeiros de Mato Grosso do Sul que invadiram as áreas dos rios Uraricaá e Apiaú. A denúncia foi feita ontem por Cláudia Andujar, coordenadora da CCPY. Um grupo yanomami, conhecido por opketeri, "fugiu para a mata com medo da doença, mas alguns deles davam mostras de ter contraído a infecção".

No último dia 22, a Funai deslocou uma equipe médica para a região de Surucucus, local de maior concentração populacional dos yanomami, para tentar identificar a doença. Informa ainda Cláudia Andujar que a Funai não conta com recursos financeiros suficientes para o atendimento dos índios e despejo dos garimpeiros invasores.

A invasão dos garimpeiros, denuncia Andujar, começou há um mês, quando "cinco mil pessoas aliciadas por um indivíduo conhecido por 'Pavão', de Mato Grosso do Sul, começaram a chegar a Santa Rosa, no rio Uraricaá e na região do rio Apiaú, onde outros quatrocentos garimpeiros já haviam invadido a área". Eles procediam de um garimpo desativado por ordem do governo, e a invasão da área Yanomami conta com o apoio de deputados federais de Roraima. (**FSP, 01/01/85**).

Marabuto demite Amâncio

O presidente da FUNAI, Nelson Marabuto, demitiu ontem o chefe da 10ª DR, sediada em Boa Vista, por ele não ter comunicado à direção do órgão a morte dos yanomami vítimas da epidemia desconhecida. Segundo Marabuto, o delegado, além de tirar férias em meio a um problema grave, o fez sem comunicar os óbitos. (**JB, 03/01/85**).

Readmitido

Sebastião Amâncio da Costa, depois de 4 ou 5 dias foi reconduzido ao cargo de delegado da FUNAI em Boa Vista, depois que o presidente Nelson Marabuto avaliou melhor as circunstâncias da sua exoneração, com informações colhidas em Roraima. (**Folha de Boa Vista, 18/01/85**).

FUNAI formaliza proposta do Parque

Através da Portaria nº 1817/E de 08/01/85, o Presidente da Funai reconheceu "para efeito de apreciação" do chamado "grupão" (Grupo Interministerial) os limites do Parque Yanomami com superfície aproximada de 9.419.108 ha.

Invasão de Surucucus

No aeroporto internacional Eduardo Gomes, Marabuto voltou a mostrar-se surpreso com o ineditismo da operação militar na invasão da serra de Surucucu, onde encontram-se 60 homens fortemente armados, e disse que atos como este devem preocupar não somente a FUNAI como o próprio sistema de segurança pública, o Conselho de Segurança Nacional e as Forças Armadas.

Ele revelou que os invasores não foram inteligentes ao ponto de neutralizarem a estação de rádio SSB do posto da FUNAI em Surucucu, o que permitiu contatos sistemáticos com a área.

Confirmou a prisão do fazendeiro Altino Magalhães que prestou depoimento em inquérito instaurado na Divisão da Polícia Federal em Boa Vista, à tarde, de quinta-feira, e assegurou existir "um apoio político-empresarial evidente, e o envolvimento de gente com vínculos políticos em Manaus e Boa Vista", citando entre outros a vereadora Maria de Lourdes Pinheiro em cuja fazenda a Polícia Federal conseguiu reter cinco aviões que deveriam levar mais 30 seringueiros para Surucucu, e o ex-governador de Roraima, Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, interessado segundo denúncia do deputado federal Mozarildo Cavalcante (PDS-RO) em voltar ao Poder através de ampla mobilização iniciada com o processo de invasão. (**A Crítica, 16/02/85**).

"Invasão para desestabilizar o governo"

A tentativa de ocupação de parte do território da nação Yanomami, no Território de Roraima, por cerca de mil garimpeiros comandados por Altino Machado, tem um fundamento político com a finalidade de desestabilizar o futuro governo local, conforme admitiu ontem, em Manaus, o deputado federal Mozarildo Cavalcanti, para quem "o clima de insegurança que está sendo criado vai inviabilizar o encaminhamento político para um governo civil em Roraima".
Para Mozarildo Cavalcanti, Otomar de Souza Pinto, é o mentor intelectual da tentativa de ocupação da área indígena, com o objetivo de desestabilizar os entendimentos entre o PMDB e a Frente Liberal para a indicação do novo governador do Território que seria um civil. Como o ex-governador não tem condições de retornar ao governo e nem de indicar um candidato — disse o deputado — tenta criar um impasse para trazer à baila a questão da área de segurança nacional, inviabilizando a indicação de um governador civil pela Aliança Democrática, para substituir o atual governador Arídio Martins.
Ontem em Manaus, de passagem para Boa Vista, Mozarildo Cavalcanti voltou a defender a exploração dos minérios da serra dos Surucucus de maneira ordenada, de formas a beneficiar o Território de Roraima e garantir também a integridade dos índios Yanomami. Ele disse que, inclusive, já apresentou projeto à Câmara dos Deputados, que já foi aprovado em três comissões. **(A Crítica, 16/02/85).**

Retirada dos garimpeiros

Notícias chegadas de Roraima dão conta de que a situação está sobre controle. O governador do Território, a pedido da FUNAI, colocou a Polícia Militar na Serra das Surucucus, com auxílio de um Búfalo da Força Aérea Brasileira.
Os garimpeiros que ficaram em Boa Vista, depois que a invasão foi abortada com a denúncia de "A Crítica", iniciaram um movimento em frente ao monumento em homenagem ao garimpeiro, exigindo a abertura do garimpo de Surucucu. Faixas, cartazes, com palavras de ordem do tipo, "Estamos com Fome, a Solução é Surucucu", estão espalhadas por quase toda a cidade.
Uma comissão de garimpeiros, eleita na reunião realizada em praça pública, tentou uma audiência com o governador do Território de Roraima, Arídio Martins, para pedirem o seu apoio na invasão de Surucucu, mas não foram atendidos. O governador não recebeu a comissão e negou-se a dialogar com os garimpeiros. O contingente de soldados da Polícia Militar do Território que está em Surucucu, com o Delegado da FUNAI Manoel Amâncio, tenta negociar a retirada dos 60 garimpeiros que ficaram retidos e sem alimentos. Eles estão fortemente armados e não querem se retirar pacificamente. O Delegado da FUNAI espera a chegada do presidente de seu órgão, Nelson Marabuto, para tentar resolver o impasse. **(A Crítica, 18/02/85).**

Garimpeiros prometem nova invasão

Depois de 67 deles terem sido mandados de volta da Serra de Surucucus, cerca de 300 garimpeiros, vindos de diversos pontos do País, reuniram-se em frente ao Palácio 31 de Março, numa manifestação pacífica que visava a abertura do garimpo, na reserva indígena Yanomami, e a solidariedade a José Altino Machado, preso na Penitenciária Agrícola de Boa Vista desde a noite de sábado, 16, acusado de perturbar a ordem pública, "como principal responsável pela invasão coletiva na reserva Yanomami". Enquanto isso, um representante dos garimpeiros discutia com o governador Arídio Martins de Magalhães a situação destes em Roraima. Como as conversações não tiveram o resultado esperado pelos garimpeiros, ficou decidido por estes que o garimpo deve ser invadido novamente. **(Folha de Boa Vista, 15 e 22/02/85).**

Convênio de saúde

Durante o mês de fevereiro, reuniram-se em Boa Vista, a Comissão pela Criação do Parque Yanomami, Médicine e a Fundação Nacional do Índio. CCPY/MDM/AIM juntamente, elaboraram um projeto interdisciplinar de saúde a partir de recomendações que haviam feito à FUNAI em 1983, no término do Projeto Piloto de Saúde.
O novo Projeto, aceito pela FUNAI com duração inicial de 2 anos, visa dar continuidade à vacinação, elaboração de fichas individuais e de manuais de saúde e ao levantamento de dados em relação a questão da terra Yanomami. Em 1984, 3 médicos e uma dentista da MDM, um médico e um enfermeiro da CCPY acompanhados por três assessores da CCPY atuaram na área.
Dando prosseguimento à atuação na área, uma parte da equipe foi deslocada para o Posto do Paapiú (região da Serra Couto de Magalhães), para debelar um surto de gripe (conforme comunicação via rádio, do chefe de Posto) e foi constatada uma epidemia de gripe associada, em alguns casos, à malária e alguns casos de suspeita de blenorragia. Na ocasião, foram diagnosticados e tratados 37 casos de gripe, 65 casos de gripe com superinfecção brônquica, 20 casos de suspeita de blenorragia, 10 casos de malária, 13 casos de impertigo/ferimentos cutâneos, 30 casos de problemas gastrintestinais.
Em Surucucus, desenvolveu-se um trabalho médico propriamente dito (consulta/tratamento), e iniciou-se uma enquete epidemiológica sobre sarampo, tétano, poliomielite (grau de imunização, porcentagens da população, faixas etárias, etc.), com a finalidade de avaliar o estado atual de imunização da população da área e facilitar a programação das futuras campanhas de vacinação. Também foi efetuada uma enquete epidemiológica sobre oncocercose, constatando-se uma alta prevalência da mesma.
No final do ano, a FUNAI incumbiu a CCPY/MDM de atender os Yanomami — Tisiporatheri, durante um surto de uma doença virótica de origem desconhecida que os vitimou na região de Surucucus. Em dezembro, durante uma reunião de saúde em Boa Vista, entre a FUNAI e a CCPY, discutiu-se a formação de uma subcoordenação para atender os Yanomami, composta de dois representantes da FUNAI (um da 1ª DR e outros da 10ª DR) e um da CCPY, cobrindo as áreas Yanomami de Roraima e do Estado do Amazonas.
Ainda em 1984, concomitante com o trabalho médico, foi efetuado um relatório de saúde de 80 páginas, produto do Projeto Piloto de 1983, juntando dados de saúde e da situação da terra nas seis áreas visitadas (Boas Novas/Ericó, Couto de Magalhães, Surucucus, Mucajái e Agarani (em RR) e Aracá (no AM). Há também um trabalho sobre a interpretação tradicional das doenças entre os Yanomami elaborado por Bruce Albert, antropólogo que fazia parte das equipes. **(Cláudia Andujar, da CCPY, especial para o Aconteceu).**

WAIMIRI/ATROARI

Balbina ameaça Reserva

A hidrelétrica de Balbina, cujo funcionamento está previsto para 1988, inundará todo o território tradicional da confederação indígena Waimiri-Atroari, no norte do Amazonas e sul de Roraima. A denúncia foi feita esta semana pelo missionário Egidio Schwade, através de documento enviado às entidades internacionais de defesa aos índios.

No documento, o missionário afirma que a simples presença de trabalhadores da Eletronorte (empresa encarregada da construção da hidrelétrica) "empurrou os índios para fora de seu habitat e nenhum levantamento antropológico ou etnológico sério foi feito para determinar se há índios e quais os lugares que eles mais freqüentam para caçar e pescar, enfim, qual a sua dependência da área a ser inundada". **(FSP, 30/09/84).**

DNPM rebate CIMI

O diretor do 8º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, José Belfort Bastos, refutou acusações feitas pelo Cimi e a equipe de indigenistas da prelazia de Itacoatiara sobre as ameaças que pesam sobre a reserva dos waimiri-atroari, em vista da invasão das terras por empresas para a exploração mineral. Ele afirma "desconhecer as entidades, sem qualquer autoridade para chamar a si o direito de opinar sobre legislação mineral". Cita o decreto 86.630, do presidente da República, criando a reserva waimiri-atroari, no qual o DNPM se apóia, segundo Belfort Bastos, para impedir a invasão da reserva. **(FSP, 02/10/84).**

Paranapanema lavra mineração dentro da Reserva Waimiri-Atroari

Em entrevista publicada num jornal local, o Sr. José Belfort, Diretor Regional do DNPM — Departamento Nacional de Produção Mineral — contestando o CIMI declarou que a "Paranapanema lavra a mineração fora de qualquer área indígena".

Para auxiliar a memória do Sr. José Belfort, lembramos o Ofício nº 01750 de 15/09/81, do Diretor Geral do DNPM, Sr. Ivan Barretto de Carvalho, encaminhado à FUNAI, referente "aos processos de declaração de nulidade dos Alvarás nºs 459, 460, 461, 462 de 31.01.79, instaurados por este Departamento por interferência na reserva indígena — Território dos índios Waimiri/Atroari." Essa atitude correta do Sr. Diretor Geral do DNPM, pretendia corrigir um erro e restituir a justiça para os índios. Mas teve encaminhamento favorável ao Grupo Paranapanema, porque a própria direção da FUNAI na época, como tutora **infiel** do patrimônio dos índios, advogou a causa da Empresa, contra a opinião do DNPM.

Temos a certeza que essa documentação está em mãos do DNPM, a menos que alguma ação ou fogueira criminosa a tenha destruído. Além desse, muitos outros documentos da FUNAI, DNPM e da própria Paranapanema evidenciam a sua ação em terra indígena. Relacionamos alguns que o DNPM sempre precisa ter presente na sua atividade na região do Rio Pitinga:

1. O Decreto nº 68.907 de 13/07/71 que cria a reserva Waimiri/Atroari. O memorial descritivo e os mapas que o acompanham incluem na reserva Waimiri/Atroari, a área onde atua hoje a Mineração Taboca S/A (Paranapanema).
2. Os Alvarás de 31/01/79 — supra citados —, do DNPM concedem à Timbó — Indústria de Mineração Ltda. — hoje Mineração Taboca S/A, autorização para "pesquisar cassiterita em terrenos devolutos" do Município de Novo Airão. Acontece que esses terrenos não eram devolutos, mas pertencentes à Reserva Waimiri/Atroari.
3. Por isso, em 02/04/80 o DNPM através do Diário Oficial da União, intima a Paranapanema S/A a apresentar sua defesa em processo de nulidade dos Alvarás que concedera, "face à informação da FUNAI, de que as pesquisas estariam sendo desenvolvidas, em 80% em terras indígenas."
4. E em 03/10/79, a FUNAI deu conhecimento ao DNPM pelo "Of. nº 042/GAB das medidas tomadas no sentido da paralisação das atividades da Mineradora na área indígena" e que estava promovendo a anulação dos supra-citados alvarás. Mas, em seguida, a FUNAI e o Ministério do Interior iniciaram uma trama contra a reserva Waimiri/Atroari, que incluem instruções técnicas forjadas, exposições de motivos, e minutas de decreto visando extingüir a reserva Waimiri/Atroari. Assim, por exemplo, duas instruções técnicas cujo autor é o Coronel Claudio Pagano, Diretor do Departamento Geral do Patrimônio Indígena, com o mesmo número de ordem e a mesma data tem conteúdo diferente.
5. Efetivamente, coroando toda essa trama contra esses povos indefesos, jamais consultados para qualquer atividade e penetração no seu território imemorial, a 23.11.81, o Presidente da República, João Figueiredo, assina o Decreto 86.630. Esse Decreto, contrariando toda a tradição da Legislação Indigenista brasileira, muda o "status" jurídico da Reserva Waimiri/Atroari, transformando-a em "**área temporariamente interditada**", um instrumento legal, fantasma, ou nem sequer existente na legislação do país. E para atender explicitamente os interesses da Paranapanema, desmembrou da Reserva Waimiri/Atroari, toda a região a que se referem os alvarás acima citados, onde a Empresa já estava atuando ilegalmente.

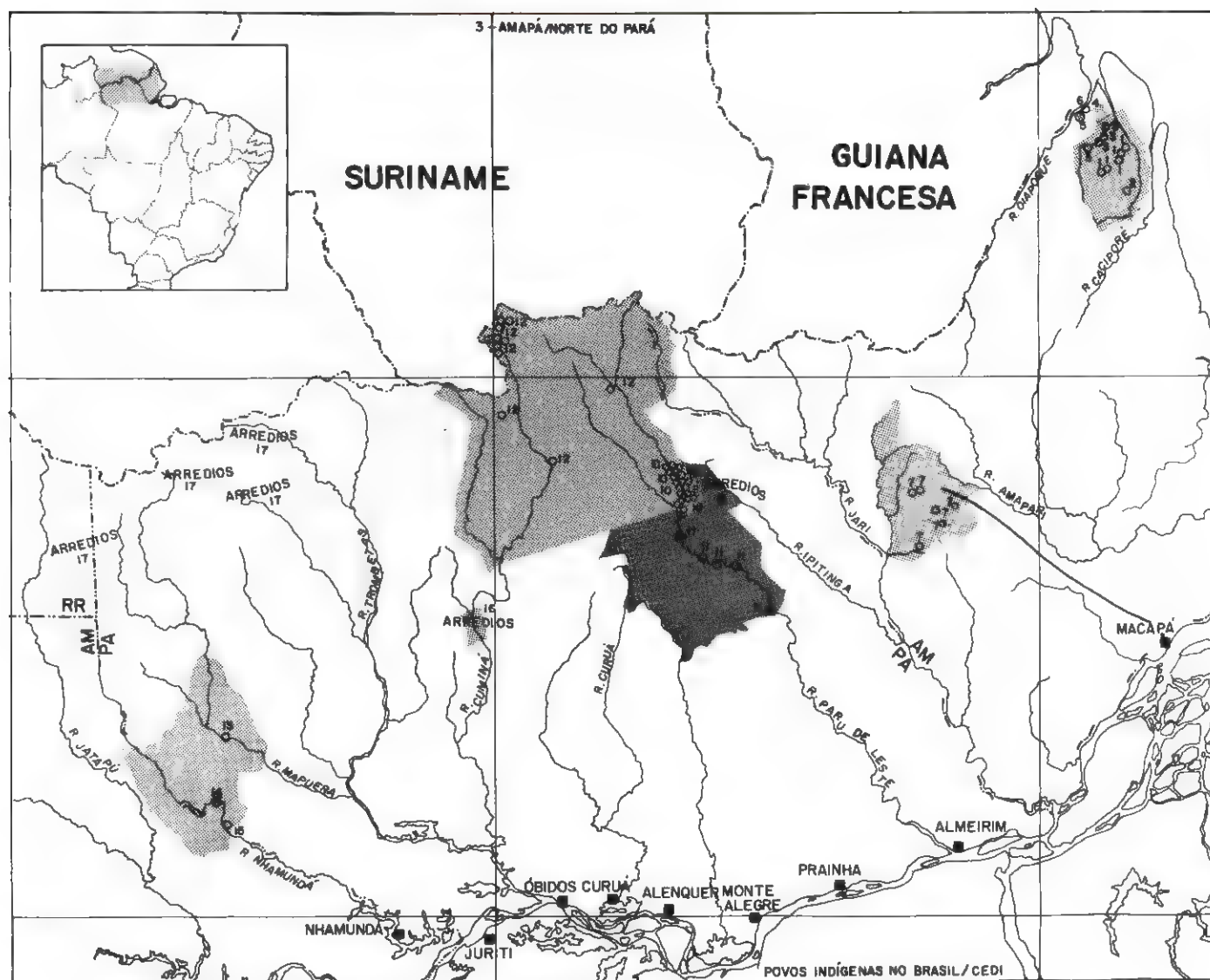
Numerosos documentos podem ser exibidos pela FUNAI DNPM, CIMI, Equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia de Itacoatiara, e outras entidades, que comprovam a política desonesta que foi destruindo o patrimônio, as condições de vida e a própria vida dos índios Waimiri/Atroari, visando o favorecimento de Mineradoras, especialmente da Paranapanema. Só para quem considera as reservas indígenas "nichos de vazios demográficos negados ao Brasil", e não a terra-mãe de povos com direitos iguais a nós mesmos, tem a audácia de ainda defender uma política colonialista, violadora das leis do País e da mais elementar justiça. Gostaríamos que o Sr. José Belfort e todos quantos pensam como ele, tivessem também a "audácia" de pedir para as suas famílias as desgraças que semelhante mentalidade trouxe para as famílias Waimiri/Atroari nos últimos quinze anos.

Se as reservas indígenas são "nichos de vazios demográficos negados ao Brasil", o que dizer do império da Paranapanema, que se estende por diversos estados brasileiros (inclusive por outras áreas indígenas como a dos Tenharim, no Igarapé Preto), todo mantido sem que o povo brasileiro tenha livre acesso às áreas onde atua, para saber como se originou, para onde transporta a nata de nossa matéria-prima, a que preços e quem são os reais favorecidos.

Itacoatiara, 21 de setembro de 1984
Movimento de Apoio à Resistência Waimiri/Atroari
Equipe indigenista da Prelazia de Itacoatiara e
CIMI de Itacoatiara.

foto Dominique Gallois

Waiãpi

AMAPÁ/NORTE DO PARÁ

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA AMAPÁ/NORTE DO PARÁ

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
PALIKUR	1	RI do Uaçá	Oiapoque (AP)	6	568	Oliveira/ AJAIO: 84
GALIBI DO UAÇÁ	2	idem	idem	1	878	idem
KARIPUNA	3	idem	idem	5	800	idem
GALIBI/ KARIPUNA	4	AI do Juminã	idem	2	75	idem
GALIBI	5	AI Galibi	idem	1	66	idem
KARIPUNA	6	Vila Nova do Taparabu	idem	1	32	idem
WAIÃPI	7 8 9	AI Amapari PI Tumucumaque isolados	Macapá/Mazagão Almeirim (PA) idem	6	255 11 40	Gallois: 85 idem Oliveira: 83
WAYANA-APARAI	10 11	PI Tumucumaque AI Rio Paru de Leste	idem idem		213 68	Van Velthem: 84 idem
TIRIYÓ/ KAXUYANA	12	PI Tumucumaque	Óbidos, Almeirim	10	490	Van Velthem: 85
WAIWAI	13	AI Nhamundá	Oriximiná	1	705	MICEB: 82
HIXKARYANA	14	idem	Faro	1	308	Almeida: 81
KAXUYANA	15	idem	idem	1	24	idem
Arredios	16	Rio Cuminapanema	Óbidos, Oriximiná	3	?	MNTB: 84
Arredios	17	Alto Rio Trombetas e afluentes	Urucará	3	?	Baines: 83

NOTÍCIAS DE OIAPOQUE

o andamento das pendências das demarcações e uma avaliação do papel da AJAIO

Frederico M. de Oliveira (*)

Desde a publicação do volume Amapá/Norte do Pará *(n.º 3, da série POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/ CEDI), ocorreram algumas novidades no que diz respeito à definição e complementação da tramitação jurídica das terras indígenas da região de Oiapoque, relatadas a seguir.*

Redemarcação da Reserva Indígena do Uaçá

Em agosto e setembro de 1983, os Karipuna iniciaram a redemarcação dos limites sul e oeste da Reserva do Uaçá, abrindo duas picadas para atingir as cabeceiras dos rios Curipi e Uaçá. Delimitaram assim uma área que inclui as nascentes dos três rios que formam a reserva, com cerca de 14.000 ha, passando a se denominar Uaçá II. Desta primeira fase dos trabalhos participaram também agrimensores da 2.ª DR/FUNAI e do INCRA e funcionários da AJAIO, unidade da FUNAI que forneceu apoio logístico para a demarcação. Faltou abrir uma picada que ligue as duas linhas abertas pelos índios, fechando assim a demarcação do Uaçá II. Para isso, os índios estão aguardando a designação de um topógrafo. Terminados os trabalhos de demarcação física, a área do Uaçá II poderá ser anexada à área do Uaçá I. Uma alternativa para a anexação dessa área seria, conforme sugestão da AJAIO aprovada pelos índios, a sua "aquisição a preço simbólico" junto ao INCRA (Oliveira: 1984 e Paulo Orlando F.º: 1984).

A área denominada Uaçá I corresponde à Reserva parcialmente demarcada em 1979 que os índios querem ver homologada, uma vez que a demarcação física não foi acompanhada de decreto. Em resposta a uma carta das lideranças do Oiapoque reunidas em Kumenê, o presidente da FUNAI, Jurandy M. da Fonseca, informou que a Reserva do Uaçá não fora ainda homologada porque falta finalizar sua demarcação e que o acréscimo do Lago Lençol deveria ser submetido ao "Grupão", instituído pelo dec. n.º 88.118/83.

Para agilizar a homologação, os índios querem que sejam redemarcados os dois pontos que foram erradamente excluídos na demarcação de 1979: amarrar o marco situado dentro da área do aeroporto de Oiapoque, ao limite noroeste da Reserva e, sobretudo, incluir o Lago Lençol, situado próximo ao Igarapé Taparabu. A inclusão desses trechos é reivindicada pelas comunidades há seis anos.

Em 1984, 40 Karipuna participaram da aviventação de limites da Reserva, colocando 51 placas indicativas do MINTER/FUNAI, de dois em dois km, ao longo do trecho da Reserva cortado pela BR-156 e no interior das picadas do km 64 e 112. O apoio logístico para esse trabalho foi fornecido pela AJAIO e pela Prefeitura de Oiapoque. Essa medida fazia parte do "Termo de Compromisso GTFA/Comunidades Indígenas" assinado em 1980. A AJAIO tentou resolver, no decorrer de 1984, algumas pendências relativas ao compromisso, por parte do Governo do Território, de indenizar 592 km de madeira extraídos da reserva para a construção de pontes, no valor de cerca de 23 milhões de cruzeiros. Falta ainda indenizar os índios pela faixa de terra da rodovia, no valor de 307.000 cruzeiros. Até agora, o GTFA não demonstrou interesse em saldar essa dívida, cujas negociações pela passam pela AJAIOe 2.ª DR/FUNAI.

Do termo de compromisso de 1980 consta também a implantação de Postos de Fiscalização ao longo da BR-156. O primeiro, no km 70, funciona há três anos e se transformou numa aldeia Karipuna. O segundo, está sendo implantado à altura das cabeceiras do Rio Uaçá, no local denominado Tuka-y pelos Galibi que ali se transferiram. Com o incremento da garimpagem no Rio Cassiporé, cujas águas já estão poluídas, os índios têm intensificado incursões nos limites da Reserva, para fiscalizar a entrada de invasores.

Por outro lado, como ocorre em todas as áreas indígenas da região Amapá/norte do Pará, os índios do Uaçá — sobretudo Karipuna — estão explorando o ouro nos igarapés e nas cabeceiras do Rio Curipi. Trabalham manualmente, em regime de mutirão, repartindo o ouro no final do trabalho. Têm mantido certo sigilo sobre esta atividade, a fim de não atrair garimpeiros que transitam pela BR-156. A atividade

(*) *chefe da AJAIO/FUNAI, em Oiapoque (AP).*

foto Vincent Carelli

Aldeia Galibi/Karipuna do Juminá (AP).

é desenvolvida sobretudo pelos jovens, supervisionados pelo Seu Henrique, chefe da aldeia Km-70. Ninguém assume a garimpagem como atividade permanente, mas é vista como uma fonte de recursos complementar, alternativa às saídas periódicas para a Guiana Francesa (ver abaixo: "Aumenta trânsito de índios na fronteira").

Identificação da Área Indígena Juminá

Em julho de 1984, um GT criado pela Port. n.º 1651/E da FUNAI procedeu à identificação da Área Indígena Juminá, no município de Oiapoque. Esta área, situada ao norte da Reserva Indígena do Uaçá e da Área Indígena Galibi, já no estuário do Rio Oiapoque, é ocupada por 65 índios Karipuna e Galibi, formando duas aldeias: a Ilha do Laranjal, ocupada por 40 Galibi e Cunanã, com 25 Karipuna.

Informações preliminares sobre esta área foram registradas no volume Amapá/Norte do Pará *(CEDI, 1983), onde se mencionava o conflito com a fazendeira Maria do Carmo Viana, "proprietária" do Retiro São Francisco, situado na margem esquerda do Igarapé Juminá. Há alguns anos, esta fazendeira procura expulsar os Galibi da Ilha do Laranjal, que ela pretende usar para ampliar sua criação de gado. Inicialmente, Maria do Carmo foi apoiada pela comunidade Karipuna, que não seria desalojada e pelo missionário da MNTB que reside no Cunanã. A partir de 1982-83, os Galibi foram procurar ajudar na cidade de Oiapoque e na AJAIO. Suas reivindicações passaram a ser apoaidas pelas demais comunidades indígenas da região do Oiapoque.*

A área identificada pelo GT engloba a duas aldeias, e uma área de 24.000 ha de extensão. A maior parte desta área é formada por campos alagados e as únicas áreas propícias para atividades agrícolas são as ilhas e as encostas das montanhas.

O GT verificou que não há incidências de posses na área requerida pelos índios. Os direitos alegados pela fazendeira já haviam sido desmentidos anteriormente, por ocasião de uma entrevista entre a representante dos Galibi, Luíza Nunes e o ex-prefeito de Oiapoque que informou que a posse da fazendeira não está cadastrada.

Área indígena Galibi registrada no SPU

As terras dos Galibi do Oiapoque, cuja demarcação foi homologada pelo decreto n.º 87.845/82, foram registradas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Oiapoque, em 14.10.83 e no SPU-PARÁ, conforme a certidão n.º 71/83 de 12.12.83. Com isso, esse território indígena constitui-se como a única área de terras registradas no municípoio de Oiapoque, conforme declaração do representante do INCRA local, numa reunião na cidade de Oiapoque, em setembro de 1984.

O papel da AJAIO

Criada em 1982 pelo presidente da FUNAI, Paulo Moreira Leal, através da Port. n.º 764/N, a "Ajudância da Área do Oiapoque" (AJAIO), representava, para os povos da região, a esperança de passarem a dispor de uma assistência bem mais constante e eficaz da parte da FUNAI, principalmente nos campos de saúde e educação. Galibi, Karipuna e Palikur reclamavam de que a FUNAI não lhes dava a atenção merecida e que ela tentava transferir gradativamente seus encargos assistenciais à responsabilidade do GTFA que, por sua vez, não demonstrava interesse em assumi-los (ver "A Reserva do Uaçá", no vol. 3 da série Povos Indígenas no Brasil, CEDI, 1983).

A criação da AJAIO, no entanto, foi seguida de alguns equívocos: criou-se uma Ajudância sem a realização de um levantamento prévio de suas necessidades quanto à organização física e funcional. Após sua criação, a AJAIO

passou a funcionar com um único funcionário, Rodolfo Valentim Junior que residia a maior parte do tempo longe das áreas indígenas, em Macapá e que desconhecia por completo os problemas da região. Nessas condições, a AJAIO tornou-se praticamente inoperante e, no primeiro semestre de 1983, encontrava-se sob absoluto descrédito diante das comunidades indígenas e outros órgãos de assistência local, a ponto da Câmara de Vereadores de Oiapoque — da qual participam vários índios — enviar documento à FUNAI solicitando a substituição do chefe da AJAIO.

A chefia da Ajudância foi então assumida pelo indigenista Frederico de Miranda Oliveira que enfrentou os mesmos problemas da fase anterior: verba insuficiente, falta de veículo e de pessoal.

No final de 1983, a AJAIO pôde iniciar uma série de trabalhos de infra-estrutura (com a construção da nova sede e melhorias nas sedes dos Postos) e a contratação de pessoal para a área (foi dada preferência aos índios: 8 foram contratados, entre atendentes de enfermagem, professor, chefe de posto e auxiliares). Foram implantados programas de apoio (ver "Mais escolas na região do Oiapoque") ampliando-se o atendimento às aldeias antes não assistidas: Flecha e Tawari na área Palikur, Açaizal e Km-70 na área Karipuna e Juminá, aldeia situada fora da Reserva do Uaçá.

No final de 1984, quando a FUNAI/BSB suspendeu as verbas destinadas à AJAIO — alegando o surgimento de situações de conflitos em outras áreas indígenas no país, para onde foram canalizadas os recursos disponíveis — o chefe da Ajudância procurou a colaboração de agências locais, ligadas ao GTFA, para dar continuidade aos trabalhos de assistência na área (Prefeitura de Oiapoque, ASTER/SEAG, SEAS/UMSO/CEF, SEC).

Nesse período, os esforços da AJAIO se voltaram principalmente para resolução de pendências na questão da demarcação da Reserva do Uaçá e, apoiando as com unidades indígenas, retomou entendimentos com o Governo do Território para uma melhor fiscalização dos limites da Reserva e, com a FUNAI, para a homologação da demarcação desta Reserva.

A criação do Posto de Vigilância do Encruzo, na confluência do Rio Oiapoque e do Rio Curipi — por onde entram inv vasores da Reserva — permitiu melhor fiscalização da área. No local, agora dotado de infra-estrutura mínima e cujo trapiche foi reconstruído, permanece um chefe de Posto, índio Fulni-ô casado com uma Karipuna.

Com essas atividades, a AJAIO procurou atender as reivindicações dos índios apresentadas nas assembléias e reuniões locais. Houve de fato maior aproximação entre a administração e as comunidades; por diversas ocasiões, em 1984, estas apoiaram a AJAIO e se mostraram totalmente contrárias à transferência da AJAIO para a cidade de Macapá.

Aconteceu

GERAIS

Reunião das lideranças em Kumenê

Os líderes de todas as aldeias da Reserva do Uaçá, da Reserva Galibi e do Juminá, assim como representantes dos Palikur da Guiana Francesa participaram da reunião, promovida pelos Palikur da aldeia Kumené, em maio. Estavam presentes também, a convite dos índios, funcionários da AJAIO e o delegado da 2ª DR/FUNAI. Na reunião, discutiram problemas internos, relacionamento com órgãos de apoio e com missões religiosas. À FUNAI, pediram "mais dinheiro e pessoal prá mais coisas ser feita". Num documento enviado ao presidente da FUNAI, pediram "prá dar uma olhada maior pra nossa região", solicitando em particular a homologação da Reserva Uaçá I e a demarcação da Reserva Uaçá II (ver acima, no texto). (**Carta de 28/05/84, assinada por 14 tuxáuas do Oiapoque**).

Mais escolas na região do Oiapoque

Nos dois últimos anos, a contratação de novos professores, a construção de escolas e a reativação de outras deu um impulso importante à educação escolar na região do Oiapoque.
Atualmente todas as aldeias da área têm pelo menos uma escola, passando de 5 em 1983 para 11 em 1984. Novas escolas foram abertas nas aldeias Karipuna do Km-70 e Açaizal e na aldeia Palikur do Flecha.
No início de 1985, essas escolas reiniciaram suas atividades com 15 professores, sendo 8 da FUNAI (7 novos professores foram contratados em 1984), 2 da MNTB e 5 do CIMI NORTE II.
Também a escola bilíngüe "Lekol Kheuol", com programa de educação na língua creoulo, foi estendida a outras aldeias. O programa foi inicialmente implantado pelo CIMI na aldeia Karipuna do Espírito Santo, hoje com 4 monitores. Em 1984 foi implantado na aldeia Galibi de Kuramumã, com 4 monitores locais e 130 alunos, na aldeia Palikur do Tawari com um monitor Karipuna e na aldeia Karipuna do Manga onde o programa sofreu modificações. Nessa aldeia, poucas crianças falam o creoulo e um novo método está sendo experimentado.
Na aldeia Kumarumã foi realizada uma experiência de funcionamento do ensino de 1º Grau; a experiência não deu certo devido às dificuldades criadas pela supervisão da SEC/AP que não reconheceu a 5ª série implantada na aldeia.

Os professores das diversas entidades que atuam na região se reuniram num curso preparatório, organizado com a colaboração do CIMI, SEC, DEC e FUNAI, em março de 1984, quando participaram de um "Seminário de estudo, discussão e elaboração do currículo da área indígena" e do curso "Noções de antropologia para trabalho em áreas indígenas". (**Frederico Oliveira e Rebeca Spires, 1985, ip.**).

Aumenta trânsito dos índios na fronteira

Em 1983 e 1984 prosseguiram os deslocamentos de índios da região do Oiapoque para a Guiana Francesa, e vice-versa, pelos motivos já conhecidos: visita a parentes, procura de empregos temporários e transações comerciais. São sobretudo rapazes solteiros, das aldeias do Manga e Kumarumã e famílias Palikur que saem para a Guiana, onde permanecem por tempos variáveis, entre 3 e 15 meses.

Inversamente, muitos Palikur — das aldeias próximas de Saint Georges de l'Oyapock — visitaram parentes na Reserva do Uaçá. O Capitão Auguste la Bonté, da aldeia Persêverence, participou da reunião de lideranças em Kumenê, em maio de 1984. Naquela ocasião, a afirmou que "se a reserva indígena (do Uaçá) continuar melhorando, muitos índios que estão do outro lado voltarão pro lado brasileiro". Segundo Auguste, "a política do governo francês é de dar bens aos índios, mas não o principal que é a terra" (**Paulo Orlando Fº, 18/06/84**).

A entrada de índios da Guiana no Uaçá — alguns deles passando longos períodos, inclusive para pescar no Rio Urucauá, com a autorização dos Palikur de Ukumenê — tem criado atritos com índios de outras aldeias e moradores não-índios da região. Estes estão interessados em garimpar na área indígena mas foram impedidos pelos índios, que os ameaçaram com a tradicional punição reservada aos invasores, chamada "faxina" (**Declaração de A. Gomes, 14/06/84**).

Fora os Palikur, que mais freqüentemente visitam o Uaçá, outras famílias indígenas da Guiana estiveram naquela área em 1984. Os Galibi do Oiapoque receberam também visitas dos índios Galibi do Maná e, segundo o líder Geraldo Lod, é bem possível que algumas famílias do Maná se mudem para a Reserva Galibi no verão de 1985. Ainda em 1984, os Emerillon estiveram na aldeia do Manga e convidaram os Karipuna para conhecer sua aldeia no Rio Camopi. Dessa área, situada no alto Oiapoque, lado francês, vieram também dois Waiãpi que, após uma primeira visita à AJAIO em 1984, foram encaminhados por esta Ajudância para visitar parentes no Amapari, em março de 1985. (**Frederico Oliveira, 1985, ip**).

Índios do Oiapoque recusam MNTB

Em 1984, a MNTB solicitou permissão à FUNAI para trabalhar em todas as aldeias da região do Oiapoque. À exceção dos Palikur da aldeia Kumenê, onde missionários evangélicos atuam há mais de dez anos, todas as outras aldeias recusaram a entrada dos missionários em suas áreas, mandando cartas à AJAIO como esta:

"Nós tuxáuas dos índios Galibi Marworno, Manoel Floriano Macial e Manoel Felizardo dos Santos, a respeito da consulta faz a nossa comunidade se aceitava a vinda de missionários protestantes da Novas Tribos do Brasil, prá ficar trabalhando com a gente, nós consultamos a comunidade e a comunidade não aceitou. A FUNAI está nos ajudando, temos atendentes de enfermagem índios, temos professores bastante então não estamos precisando de ajuda no momento. Quanto à religião, nós somos católicos e outra religião aqui não ajudaria em nada e sim serviria apenas para dividir a comunidade, como está acontecendo com os índios Palikur do Kumenê, influenciados por missionários dessa Missão que pede permissão prá entrar. Esse é nosso pensamento". (**21/05/84**).

A MNTB mantém atualmente duas missionárias no PI Palikur, que atuam em serviços de saúde, no MOBRAL e no estudo da Bíblia, a pedido da comunidade. Na aldeia do Juminá, trabalham quatro missionários desta organização, prestando serviços nas áreas de saúde e educação. (**F. Oliveira, 1985, ip**).

Aumenta a população indígena no Taparabu

A área ora identificada como AI Juminá tem seu limite sudeste contíguo à área da Reserva Indígena do Uaçá. Ao sul faz limite com a Vila Nova do Taparabu, pequena povoação situada à margem direita do Igarapé de mesmo nome que, por sua vez, se constitui como limite da Área Indígena Galibi. A Vila do Taparabu está portanto encravada entre 3 áreas indígenas e, em função disto, é habitada por um número cada vez maior de famílias indígenas.

Na Vila propriamente dita vivem 3 famílias formadas por mulheres Karipuna casadas com regionais, num total de 20 pessoas (1982). Ali perto, na margem do Igarapé Taparabu, já dentro da Área Indígena Galibi, vivem mais 30 Karipuna (Souza, 1983). A ocupação indígena nesse local aumentou em 1984, com a chegada de mais algumas famílias Karipuna originárias do PI Uaçá. Formam hoje um grupo de 38 pessoas, no local que passou a ser chamado "aldeia Karipuna do Taparabu". (**Oliveira, 1985, ip**).

OS WAIÃPI E OS GARIMPOS

Os índios extraem pequenas quantidades de ouro, e ritmo próprio e querem carteira de garimpeiro para vender a produção diretamente

Os Waiãpi começaram a trabalhar na garimpagem de ouro em 1982, quando o chefe do grupo local do Mariry — Capitão Waiwai — resolveu prender um dos garimpeiros invasores do Igarapé Aimã, obrigando-o a ensinar técnicas de garimpagem a um pequeno grupo de rapazes. Trabalharam um mês e, após a fuga do garimpeiro — que saiu como todo o ouro recolhido — os índios ficaram com algumas ferramentas e batéias. Desde então voltaram várias vezes ao garimpo. No início, só iam jovens, em grupos de 4 ou 5, trabalhando poucos dias, para recolher algumas gramas de ouro (duas ou três por pessoa), à custa de muito esforço, desperdício e malária.

Em 1982, o Capitão Waiwai aceitou a presença de um garimpeiro que havia se apresentado com credenciais da FUNAI — o então delegado Paulo Cesar de Abreu, da 2ª DR, o havia de fato autorizado — para trabalhar no garimpo do Aimã. Propôs um "negócio" aos índios: ele traria equipamentos e tiraria uma certa quantidade de ouro, como "pagamento". Retirou de fato "um vidro de Nescafé cheio", segundo os índios, e saiu, sem ter trazido a "máquina" prometida. Os índios ficaram apenas com a balança, apreendida na saída do garimpeiro, já no Posto da Perimetral. O ouro, que eles haviam também apreendido, foi devolvido ao invasor, por pressões do então chefe de Posto, João de Carvalho, alegando a autorização da FUNAI.

Em 1983, outro garimpeiro, morador da estrada e vizinho da área indígena, voltou a propor o "negócio". Para facilitá-lo, trouxe presentes para o Capitão Waiwai e para alguns membros do grupo Mariry, que iriam acompanhá-lo até o garimpo. Esteve duas vezes na área, mas não trouxe a "máquina". Na segunda estadia, acabou sendo expulso pelos índios, a pauladas. Havia insultado um deles, que acabara de perder um filho, e desrespeitado um importante proibição de caça dos Waiãpi, matando uma cobra sucuriju. Na fuga, deixou mais algumas ferramentas e um motor de luz que os Waiãpi utilizam agora nas suas estadias do garimpo.

No decorrer de 1984, novos "negócios" voltaram a ser propostos aos índios, por intermédio do chefe de Posto. Este, de fato, tem feito planos para incentivar o "garimpo dos índios", incluindo a pesquisa de novos filões em áreas mais próximas das aldeias onde poderiam trabalhar os membros de outros grupos locais, distantes do Mariry. Entrou em contato com garimpeiros moradores da estrada e propôs aos índios a compra de uma chupadeira que seria paga, em ouro, pelos próprios Waiãpi. Isso implica no trabalho de uma turma de pelo menos 10 pessoas, durante dois a três meses. Os Waiãpi, aparentemente, aceitaram o "negócio" mas não demonstraram suficiente interesse, segundo o chefe do Posto, para que a compra seja concretizada. Evidentemente, como todos esses planos são feitos pelo funcionário, sem a real participação dos Waiãpi, que são vistos, nesta história, como os "braçais" que pagarão a máquina; e como não têm acesso nem condições de acompanhar o cálculo do "pagamento", os Waiãpi não tomaram a frente na realização do plano. Por outro lado, já foram "enrolados" muitas vezes nessas propostas de mecanização do garimpo e por isto se mostram bastante céticos e desconfiados.

Finalmente, nos últimos meses, toda a questão da garimpagem esbarrou na comercialização, feita somente através da FUNAI, o que os índios resolveram não aceitar mais.

O garimpo Yjy Piriri

Enquanto não se resolvia a compra da chupadeira, em 1984 os Waiãpi da aldeia Mariry estiveram duas vezes no garimpo — o antigo "Três Pedaços", rebatizado por eles Yjy Piriri *— tirando cerca de 150 gramas de ouro. Na primeira estadia, de 15 dias, foram acompanhados pelo chefe de Posto. Enquanto uma parte do grupo trabalhava no garimpo, a*

Um funcionário da FUNAI pesou o ouro dos Waiãpi, na aldeia Mariry, mas os índios não concordaram em vender.

foto Dominique Gallois

outra derrubava uma grande roça, nas proximidades do garimpo. Na segunda estadia, de dois meses, foram também mulheres e crianças. Trabalharam cerca de 20 dias nos "buracos", inclusive as mulheres. Segundo os índios, foi um trabalho penoso e a alimentação era deficiente. Voltaram todos com gripe. A situação teria sido bem pior se não estivessem acompanhados de um funcionário do PIA que tratou dos doentes. Parte das famílias se dedicaram à plantação da roça nova, e construíram novas habitações. Essa roça, com muita mandioca, vai permitir aos Waiãpi permanecer mais tempo no garimpo, sem depender da farinha que conseguiam trazer da aldeia, a três dias de viagem. Por outro lado, com essa roça, as atividades desenvolvidas no Yjy Piriri *vão se inscrever no ciclo tradicional do grupo, constituindo-se como mais uma aldeia secundária onde várias famílias podem permanecer meses a fio, recebendo visitas de outros grupos locais por ocasião das festas de caxiri.*

Consideram também que com esta nova aldeia será muito mais fácil reativar a aldeia e a roça do Inipuku, situada a dois dias de caminhada e que foi abandonada em 1981 por pressões dos funcionários da FUNAI.

E são sobretudo esses fatos, muito mais que a mecanização do garimpo, que importam para os Waiãpi.

"Ouro fica guardado"

As 150 gramas de ouro extraídas em 1984 foram distribuídas, em partes desiguais, entre 5 pessoas, embora muito mais tenham trabalhado no garimpo. O ouro vai para quem abriu um "buraco" e este deverá fornecer a seus ajudantes — quem trabalhou no buraco — mercadorias a serem compradas após a venda do ouro. O ouro, entretanto, não foi vendido. Os índios não querem entregá-lo ao chefe de Posto e este, por sua vez, se recusa a levar os Waiãpi para Macapá onde eles querem "ver e vender nós mesmos" seu ouro. Mas isto não está nos planos do chefe de Posto que, desde que assumiu o PIA no final de 1983, tem reduzido drasticamente que ele chama de "passeios" dos índios, recusando-se a levá-los para a cidade a não ser para tratamentos de saúde que não possam ser feitos no Posto.

"Ouro tá guardado, não estraga", respondeu o Capitão Waiwai. Como as famílias da aldeia Mariry receberam este ano o dinheiro da venda de artesanato — vendido em São Paulo — puderam comprar uma certa quantidade de munição, pano e outras mercadorias que lhes permitem dispensar, por algum tempo, a venda do ouro.

Essa questão da comercialização cria tensão nas suas relações com os chefes de posto que se sucederam na área desde 1982, quando os Waiãpi perceberam terem sido enganados na primeira venda de ouro que fizeram. Embora confiem no atual chefe de Posto e apóiem sua atuação em outras questões, insistem em vender o ouro, eles mesmos. Exigem inclusive que a FUNAI obtenha para um deles uma "carteira de garimpeiro" — documento sem o qual a CEF não aceita comprar ouro. "Por que garimpeiro tem carteira e nós, na minha terra, não tem?".

Em projeto, um novo garimpo no Kumakary

Por razões de distância e sobretudo sociais, os membros de outras aldeias Waiãpi têm tido dificuldades em trabalhar no garimpo Yjy Piriri, *associado territorialmente ao grupo do Capitão Waiwai. Ocasionalmente, um ou outro rapaz solteiro, esteve garimpando no Aimã, "ajudando" parentes da aldeia Mariry.*

Os membros das aldeias Capoeira, Taitetua e Araçá não demonstraram até agora, muito interesse para o garimpo. O mesmo não ocorre com os Waiãpi das aldeias Ytu-Açu e Aramirã — esta última, a aldeia do Posto — que apoiaram o projeto do chefe de Posto de "compra" de uma chupadeira. Querem que esta máquina seja instalada no Igarapé Kumakary (Água Preta) no limite leste da área indígena. Obteriam assim recursos para comprar os bens industrializados que, sobretudo nessas aldeias assistidas diretamente pela FUNAI e pela MNTB, têm se tornado de uso diário (pilhas, panelas, munição, pano, roupas, etc.). A idéia é abrir um novo garimpo no Kumakary, a certa distância do filão já aberto por invasores nos últimos anos. O Kumakary constitui uma antiga área de ocupação Waiãpi, desativada por muitos anos, após a morte da maior parte dos membros daquele grupo local por doenças contraídas no contato com as primeiras frentes de garimpeiros na região do Rio Amapari (1969-70). Por outro lado, essa área era o caminho utilizado pelos garimpeiros que por ali se dirigiam ao garimpo "Três Pedaços", no Aimã, e os Waiãpi preferiam evitar contatos com esses invasores.

A situação mudou nos últimos dois anos e os Waiãpi têm expulsado os invasores que encontram nas suas terras. Ao mesmo tempo, reativaram a região do Kumakary para caçadas e foi assim que um grupo de caçadores percebeu que a área continuava sendo trilhada por garimpeiros que haviam destruído os pupunhais do antigo grupo Waiãpi, ali residente. Esses garimpeiros teriam, segundo os índios, "acabado" com o ouro da margem direita do Kumakary, ou seja, um filão localizado dentro da área proposta. Por isso, os Waiãpi querem agora instalar seu novo garimpo "na terra de carai-ko", na margem esquerda do Kumakary, onde existiriam outros filões, segundo informações dos regionais.

A maior parte dos colonos instalados à beira da Rodovia Perimetral Norte, entre Serra do Navio e o Posto Aramirã, têm tido, em algum momento, participação nas invasões da área Waiãpi. Todos conhecem relativamente bem a área e suas possibilidades em termos de garimpo: encontra-se ali, segundo eles, o melhor ouro do Amapá. Afirmam que existem vários filões não explorados e que a maior parte dos outros foram "estragados". Reconhecem de fato que como deviam entrar na área "meio escondidos" e muitas vezes trabalhar à noite para não serem vistos, os buracos abertos deveriam passar por uma segunda lavagem.

Consideram também que agora, com os índios trabalhnado no ouro, esses filões estão sendo "estragados de vez". Todos aguardam a abertura das áreas indígenas para mineração, conforme notícias que circulavam na região em meados de 1984... Enquanto isso, evitam entrar no território Waiãpi, pelo menos na parte central da reserva, isto é, no Aimã. Temem tanto os índios como o chefe de Posto, conhecido na região por não mais facilitar a entrada de garimpeiros e caçadores na área, como ocorria no passado. Por isso, procuram através dos "negócios" e da venda de maquinário, resgatar parte do "ouro dos Waiãpi".

Por outro lado, continuam envolvidos com a invasão de outra parte do território indígena, próximo à aldeia Pupuindy, no limite sul da área proposta, onde garimpeiros passam estadias intermitentes de 3 em 3 meses, saindo da Perimetral no seu cruzamento com o Riozinho. (D. G.)

Aconteceu

WAIÃPI

Nova eleição da Área Indígena Waiãpi

A Port. nº 1.651/E da presidência da FUNAI constituiu um GT que, em junho de 1984, esteve na área Waiãpi para efetivar a nova eleição desta área indígena. Uma "Proposta de demarcação da reserva indígena Waiãpi" havia sido encaminhada à FUNAI/BSB, pela antropóloga Dominique Gallois, em janeiro. Indicava a área pleiteada pelo grupo, conforme consultas realizadas na área em 1983 (reproduzida no vol. 3 da série Povos Indígenas no Brasil, CEDI, 1983).
O trabalho do GT consistiu em confirmar, junto aos Waiãpi e na presença de funcionários da FUNAI, aquela proposta. Houve apenas uma pequena modificação no limite sul da área, que passa agora pelo Rio Mucuru, afluente do Rio Jari. A área eleita tem cerca de 680.000 ha, englobando todas as áreas efetivamente ocupadas pelos 5 grupos locais Waiãpi, cada um com mais de uma aldeia, separadas por 1 a 4 dias de viagem.
Uma das atribuições do GT foi o levantamento de invasores, a cargo do representante do INCRA. Este constatou "a não existência de colonos" dentro da área indígena. Ali, de fato, só existem garimpos e uma mineradora. Nos últimos anos, cessaram as invasões na região do Aimã, onde a garimpagem é agora feita pelos próprios Waiãpi (ver "Os Waiãpi e os garimpos"). Ao sul da área, no local conhecido como Karawowo, um garimpo funciona intermitentemente há 10 anos. Segundo os moradores do "Riozinho", na Rodovia Perimetral Norte, em junho, 15 homens estavam trabalhando no Karawowo. Em fevereiro de 1985, a invasão prosseguia, com mais de 30 pessoas. Esse garimpo é financiado pelo comerciante João Oliveira Souza, ou João Pacola, da localidade de Pedra Branca. Não existe pista de pouso no local, e as mercadorias são jogadas por avião. O acesso é feito beirando a área indígena, pelo Riozinho que constitui seu limite; segue-se então por um caminho, durante 5 dias.
Os funcionários da FUNAI fizeram então uma rápida visita no garimpo da Mineração Monte Negro Ltda., situada nas cabeceiras do Igarapé Etonéwaka, formador do Rio Inipuku. Esse garimpo funciona desde 1979, ilegalmente, considerando que João Batista de Oliveira Costa, sócio fundador da Mineração, teve seus pedidos de alvará indeferidos pela FUNAI e pelo DNPM em 1984.
Enquanto não se definiam os limites da área Waiãpi, outras mineradoras interessadas nessa área tiveram seus pedidos indeferidos, em março-abril de 1984. Dos 50 processos indeferidos pelo então presidente da FUNAI Octavio Ferreira Lima, 32 eram pedidos de subsidiárias da CVRD, 13 da CPRM e 5 de J. B. Oliveira Costa, invasor da área do Inipuku.
A proposta do GT foi apresentada ao grupo interministerial na reunião de 03/05/1985 e obteve parecer favorável.
Quando o GT chegou à área Waiãpi, em julho de 84, estes achavam que desta vez a equipe vinha para efetivamente "demarcar" e retirar os invasores. No segundo semestre de 84, procuraram soluções para demarcarem, eles mesmos, o seu território. Foram apoiados pelo chefe do PIA, que requereu à FUNAI uma verba para iniciar os trabalhos durante os primeiros meses de 1985. Como a verba prometida pelo DPI não veio, os Waiãpi resolveram aguardar, até a próxima estação de chuvas. (**Dominique Gallois, 1985, ip**).

Casos de lepra entre os Waiãpi

Um levantamento iniciado em 1984 e realizado em várias etapas, pela Dra. Amiris Fusco da Silva, chefe do Programa de Hanseníase do TFA, detectou quatro casos de hanseníase entre os Waiãpi do Amapari. Dois casos foram diagnosticados ainda em 1984 e outros dois casos novos, confirmados em março de 1985, através de biópses analisadas em Bauru.
Os indivíduos atingidos pela doença — dois deles apresentam deformações nas mãos e insensibilidade nas pernas até então tratados como "reumatismos" — são homens, entre 13 e 60 anos, residentes em várias aldeia (Ytu-açu, Taitetua e Aramirã). Pertencem a famílias que, nos últimos anos, residiram por vários meses junto à antiga sede do Posto Amapari, na aldeia Mitiko.
O sertanista João Evangelista de Carvalho, que trabalhou entre os Waiãpi de 1978 até 1983, quando foi transferido para a Frente de Atração Parakanã, também apresentou hanseníase, do tipo "MH bordeline reacional", tipo de lepra contagiante. A doença do sertanista foi constatada em 1984 pelo Dr. J. P. Botelho Vieira Fº, da Escola Paulista de Medicina, que levou o caso ao conhecimento da FUNAI. Em função disto, João de Carvalho foi afastado temporariamente do trabalho em áreas indígenas, tendo sido reintegrado, recentemente, pelo chefe da Ajudância de Marabá.
Fora os quatro casos confirmados entre os Waiãpi, há outros em suspeita. Como o tempo de incubação da doença é longo (de 5 anos, podendo chegar até 10 anos), novos casos possivelmente vão surgir nos próximos meses. (**Dominique Gallois, 1985, ip**).

GT-FUNAI IDENTIFICA AI PARU DE LESTE

Uma área anexa e contínua, ao sul do Parque Indígena de Tumucumaque, para abrigar aldeias Wayana-Aparai

Lúcia Hussak Van Velthem*

Em setembro de 1984, a Port. n.º 1.768 da FUNAI criou um GT para definir os limites da ocupação indígena ao sul do Parque Indígena do Tumucumaque. A necessidade de um reestudo desse limite, que não respeita a efetiva ocupação da área pelos Wayana-Aparai, nem suas relações simbólicas e ecológicas com este território, já vinha sendo apontado há vários anos, pela antropóloga Lúcia Hussak van Velthem.

Em 1982, após dois anos de emperramento burocrático em que a documentação se sucedia nos diversos departamentos da FUNAI/BSB, as reivindicações lograram chegar à presidência do órgão para esbarrarem em argumento desfavorável do então presidente, Cel. Paulo Moreira Leal. Demonstrava este que o Parque seria suficientemente grande para abrigar a todos os Wayana-Aparai. Apoiando-se unicamente em dados físicos, reproduzia mecanicamente o pensamento no qual "qualquer terra serve para os índios". No caso do Tumucumaque, rejeitou-se este argumento com base na efetiva ocupação da área e nos critérios de ocupação espacial e de aproveitamento ambiental desenvolvido pelos Wayana-Aparai. A contraproposta, provinda deste mesmo presidente, previa o cancelamento do decreto de instituição do PIT e a delimitação de duas áreas — duas estreitas faixas ao longo dos rios Paru de Oeste e Paru de Leste, para os Tiriyó/Kaxuyana e Wayana-Aparai, respectivamente — permanecendo amplo corredor entre as mesmas. Esta proposta era inadmissível porque aniquilaria a única garantia jurídica da área — o decreto presidencial n.º 62.998/68 —. Foi recusada e os trabalhos retornaram à estaca zero até a criação do GT em 1984.

A proposta do GT será encaminhada em breve à FUNAI/BSB, constituindo-se na identificação de uma área de aproximadamente 1.000.000 ha, denominada "Área Indígena Rio Paru de Leste" e contínua ao PIT.

Essa área, assim como toda a região do PIT é uma região "esquecida", dado seu isolamento geográfico e o difícil acesso. Este isolamento se aprofunda, estruturalmente, em relação ao resto da Amazônia, toda retalhada pelas frentes de penetração. Mas o PIT é sobretudo "esquecido" politicamente. É um Parque mas não detém esta prerrogativa: desde sua criação sempre se viu em penúria ou ainda sem chefe de Posto. O isolamento político, neste caso, assume contornos peculiares em relação à atuação do órgão tutelar. Engloba falta de empenho e descaso, unido à incompreensão dos problemas da área. "Me preocupar com o Tumucumaque, mas por quê? Aqueles índios não me dão problemas..." resumia antigo delegado da 2.ª DR, em Belém (ver adiante "Antonio Tiriyó denuncia omissão da FUNAI" no Aconteceu na Imprensa).

Cansados da tutela, fatigados da intromissão em seus assuntos internos, os Wayana-Aparai retomaram antigas formas de troca assim como práticas sociais e de ocupação espacial. A partir de 1976, iniciou-se um movimento de dispersão, ao contrário do que ocorria antes, com a concentração da maioria dos Wayana-Aparai na aldeia do Posto, denominada hoje Aldeia Apalai. O resultado foi o despovoamento dessa aldeia que, em 1984, contava com apenas 84 habitantes, muitos em caráter temporário.

Este processo, aparentemente, não foi compreendido — ou não deseja ser compreendido — pelo órgão tutelar, pois implicaria na dinamização da assistência sanitária e na criação de pelo menos um sub-posto para atender — junto com o atual Posto — as 19 aldeias deste povo e especialmente as 5 aldeias situadas ao sul do Parque, na área ora identificada como "Área Indígena Rio Paru de Leste".

Embora tenha sido realizados esforços no sentido de melhorar o atendimento médico na região, o mesmo continua precário, uma vez que, efetivamente só abrange a Aldeia Apalai e as aldeias circunvizinhas. As situadas no médio curso do Rio Paru não recebem qualquer atendimento e vários índios têm morrido em busca de socorro.

(*) *antropóloga, trabalha no MPEG (Belém) e realiza pesquisas entre os Wayana-Aparai há vários anos. Recentemente integrou o GT/FUNAI para a identificação da AI Paru de Leste.*

Aconteceu

PARQUE INDÍGENA TUMUCUMAQUE

Antonio Tiriyó denuncia omissão da FUNAI no PIT

A invasão da área do Parque indígena Tumucumaque por garimpeiros e o descaso da Funai para com o problema foram denunciados, ontem, pelo representante daquela comunidade, Antônio Tirios. Ele queixou-se de não ter sido recebido pelo presidente da Funai, Nélson Marabuto, a quem pretendia entregar um documento da situação naquela área. Ali — de acordo com o seu relato — cerca de 50 garimpeiros procedentes de Santarem se dedicam à exploração do ouro, com a conivência do titular da 2ª Delegacia Regional da Funai, Salomão Santos. Tirios pede que Marabuto coloque a equipe da Funai encarregada da demarcação da área em contato com os próprios índios, "para esclarecimento detalhado do trabalho". Pede, ainda, estabelecimento de novos postos da Funai dentro do parque, para uma melhor assistência às comunidades ali estabelecidas, "que, hoje, se encontram totalmente carentes de assistência", e mudanças na administração do parque, "para uma melhor fiscalização de seus limites". (**Correio Braziliense, 10/10/84**).

CPRM e garimpos no Tumucumaque

No interflúvio Jari/Paru de Leste, mais precisamente no Igarapé Gavião, afluente do Rio Mopecu, localizam-se diversas frentes de garimpo, "barrancos", no falar regional. São indistintamente denominados de Garimpo 13 de Maio, nome derivado da pista de pouso. Trata-se de garimpos de ouro, administrados por Reimar Uchoa, de Santarém. Em 1984 operavam na área mais de 100 garimpeiros, sem licença de lavra.

Em área mais vasta, compreendendo uma faixa que vai do Paru de Leste ao Rio Jari (incluindo o Rio Mopecu e afluentes, assim como o Rio Ipitinga e seus afluentes, Igarapés dos Patos e do Inferno), a CPRM realiza pesquisa mineral com base em alvarás concedidos pelo DNPM. Este trabalho é sazonal, ocorrendo nos meses de estiagem, de junho a novembro. No Mopecu, a CPRM tem um acampamento permanente. Esta Companhia e os garimpeiros do 13 de Maio atuam na área independentemente, em relações definidas como de "coexistência pacífica".

Esta expressão não pode ser aplicada aos contatos entre os Wayana-Aparai e os garimpeiros. Para estes últimos, "a terra dos índios é no alto Paru e a área dos 'amazonas' (regionais) é até o Citaré". É com base nesta afirmativa que penetram rio acima, infiltrando-se nos afluentes do Paru de Leste: Itapecurú Apopó, Axiki, onde procuram ouro e no Igarapé Castanheira, onde garimpam cassiterita.

"Vai entrar muita gente, garimpeiro fazendo muita sujeira, trazendo muita cachaça e doença", se queixam permanentemente os índios. Em dezembro de 1984, quando os índios advertiram os invasores de que estavam em "terra de Aparai", estes afirmaram que "não podia provar nada pois nem tinha placa de demarcação"...

Os garimpeiros penetram impunemente no médio Paru porque não existe qualquer forma de fiscalização e interdição de suas atividades: a ausência da FUNAI permite-lhes trânsito livre, como eles mesmo argumentam.

Muito embora temam os garimpeiros pelas doenças trazidas (principalmente gripe e moléstias venéreas) como também pelo clima de desordem e as rixas constantes nos garimpos, várias famílias Wayana-Aparai vêem na permuta com aqueles uma forma alternativa de aquisição de bens industrializados. Assim, em suas pescarias estivais, esforçam-se por uma captura suplementar de pescado que salgam ou moqueiam. Apenas os homens, em dias de semana — porque, segundo os índios, estes são os dias em que não há brigas no garimpo — vão ao entreposto de Adonias Xavier, situado em Anatum, à beira do Paru de Leste. Além do peixe, permutam remos, farinha, canoas, breu, recebendo o pagamento em ouro, com o qual compram mercadorias a preços exorbitantes. Muitas vezes, entretanto, não recebem nenhum pagamento, mas seu saldo positivo é anotado para futuro e dificultoso recebimento.

É contra esses pagamentos muitas vezes não realizados que três homens da aldeia Kumarkapan decidiram garimpar. Encontraram um veio no local denominado Mérietopo, à montante de sua aldeia e aí dedicam-se a esta atividade, vendendo o ouro conseguido em Anatum. Seguindo este exemplo, vários homens da Aldeia Apalai pretendem, no verão de 1985, iniciar-se nesta atividade, como opção para a obtenção de recursos financeiros e alternativa à tradicional — mas mal remunerada — venda de "artesanato". (**Lúcia Hussak Van Velthem, 1985, ip**).

WAYANA-APARAI

Nova missão

A Aliança Batista Missionária da Amazônia/ALBAMA iniciou suas atividades entre os Wayana-Aparai em julho de 1983. Essa organização, cuja sede está em Brasília, tem como objetivo a formação de Igrejas dentro da linha de ação da Convenção Batista Nacional, da qual faz parte. Atua notadamente na área educacional e, inicialmente, dedicava-se exclusivamente às populações ribeirinhas da Amazônia. Os Wayana-Aparai representam portanto a primeira experiência dessa missão com povos indígenas.

As duas missionárias que se instalaram na aldeia Apalai — sede do Posto — chegaram a convite do SIL, que também retomou suas atividades nesta área a partir de 1983. O trabalho da ALBAMA se atrela ao do SIL, visando dar-lhe continuidade. Fundamenta-se na tradução da Bíblia em língua Aparai: "nossos objetivos são a educação e a palavra de

Deus, porque este povo já está acostumado, então tudo gira em torno da palavra de Deus", explica uma das missionárias.

SIL e ALBAMA dividem hoje as atividades religiosas entre os Wayana-Aparai: várias reuniões por semana, durante as quais são comentados trechos da Bíblia. Por outro lado, as missionárias da ALBAMA ministram aulas em língua Aparai, da alfabetização até a 3ª série, valendo-se de cartilhas preparadas pelo SIL. Ao terminarem os quatro cartilhas, os alunos fazem a transição para a escola da FUNAI, onde serão alfabetizados em português, e, paralelamente, ingressam na leitura do único livro disponível: "Gênesis abreviado na língua Aparai". (**Lúcia H. van Velthem, 1985, ip.**).

ARREDIOS DO CUMINAPANEMA

Interrompido contato

Ainda não foram efetivados contatos definitivos com os índios arredios no médio Cuminapanema, ao sul do PIT (município de Oriximiná). Os primeiros contatos foram realizados por missionários da MNTB, em setembro de 1982. Os missionários, cuja sede situa-se em Santarém abriram uma picada e construíram uma base a certa distância das quatro aldeias, localizadas num sobrevôo com o avião da missão. Viajaram vinte dias para chegar ao local onde realizaram o contato e somente encontraram colonos no curso baixo do rio. A área habitada pelo grupo arredio é de difícil acesso, devido às cachoeiras. Foi somente após novas tentativas de contato, sem êxito, que a MNTB notificou o contato realizado à AESP/FUNAI, em junho de 1983. Na ocasião, a 2ª DR/FUNAI se pronunciou sobre a impossibilidade de mandar uma Frente de Atração, por falta de recursos financeiros e humanos. O atual delegado mantém esta posição. Não há, portanto, previsão para o contato com o grupo arredio. A MNTB, por sua vez, mantém a equipe na base do Cuminapanema, mas aguarda uma posição para retomar as atividades de atração. Conforme um missionário desta organização, possivelmente a equipe deverá desistir, devido à indefinição por parte da FUNAI.

As informações disponíveis sobre este povo são escassas. No relatório sucinto enviado pela MNTB à AESP, os missionários se referem à "atitude pacífica" do pequeno grupo (cerca de 20 homens) com o qual entraram em contato. Mencionam ainda o uso de tembetás, cabelos amarrados tipo "rabo de cavalo", pele clara e estatura média. Características essas bastante comuns entre vários povos Caribe que habitam, tradicionalmente, aquela região do norte do Pará. Os atuais Tiriyó e Kaxuyana do PIT, justamente, mencionam a existência de um pequeno grupo Ingarune (subgrupo Kaxuyana) na região do Igarapé Água Fria ou Ponekru, afluente do Paru de Oete (ou Cumina, ou Erepecuru). Esse grupo foi contactado em 1970-71 por uma expedição da FUNAI; mas os índios encontrados não quiseram aproximação (ver no vol. 3 da série POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, capítulo Kaxuyana). Contudo, não ficou claro qual o grupo lingüístico a que pertencem os índios contactados pela MNTB, uma vez que o intérprete Aparai (língua Caribe) que acompanhava a expedição não teria conseguido entendimento verbal com eles. E o pequeno vocabulário, de algumas palavras, levantado por ocasião desse rápido encontro foi interpretado como mais próximo de uma língua Tupi, conforme um missionário desta organização que trabalha atualmente entre os Waiãpi.

O grupo arredio habita uma área conhecida como "Cuminapanema", nome de um afluente do Amazonas, que corre paralelo ao Paru de Oeste ou Cumina. Conforme mapas recentes da FUNAI, a área delimitada para atração do grupo tem cerca de 200.000 ha, em torno do PIA criado pela COAMA, em 1976. Nunca houve, porém, alocação de verbas para este Posto que não foi ativado até hoje.

Desconhece-se a situação da área, em termos de invasões. Ao norte, coincidindo com o limite sul do PIT, a invasão de garimpeiros foi denunciada em 1984 por Antonio tiriyó. (**Dominique Gallois, ip**).

foto Jussara Gruber

Ticuna

SOLIMÕES

ÁREAS INDÍGENAS ÉVARE E SÃO LEOPOLDO
RIO PURATÁ OU PURETE
RIO SOLIMÕES
PARANÁ DO JACURAPÁ
IG. SÃO GERÔNIMO
IG. DO BELEM
COLOMBIA
AMAZONAS
IG TACANA
TABATINGA
BENJAMIN CONSTANT
RIO JANDIATUBA
IG. NORAI
IG. ARARIÁ
IG. CAPACETE
IG. PALHAL
IG. BOA VISTA
3°30
4°00
4°30
70°00
69°30
69°00
ÁREAS PROPOSTAS PELO GE
ALDEIAS EXCLUIDAS DOS LIMITES
MALOCAS ISOLADAS
ALDEIAS
POSTO INDÍGENA
4 - SOLIMÕES (MAPA I)
POVOS INDIGENAS NO BRASIL / CEDI

70°00
68°00
4°00
AI AUATI-PARANÃ
TONANTINS
RIO SOLIMÕES
RIO IÇÁ
AI MACARRÃO
JUTAÍ
AI ESTRELA DA PAZ
AI BETÂNIA
MINERUAZINHO
RIO PURUTÉ
RIO SOLIMÕES
GUAJARA
S. PAULO DE OLIVENÇA
A.I. WUI-UATA-IN
RIO RIOZINHO
RIO
RIO JUTAÍ
AI EVARE
BENJAMIN CONSTANT
TABATINGA
RIO JANDIATUBA
RIO BÓIA
ATALAIA DO NORTE
A I SÃO LEOPOLDO
IG. BOA VISTA
PROPOSTA DO GRUPO DE ESTUDO
LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO
REESTUDO

O mapa acima se refere às áreas Ticuna consideradas pelo GE/FUNAI-Port 1.692/84. Não aparecem plotadas as áreas Ticuna de Tonantins, Jutaí, Lago Beruri, Japurá e Maraã, nem as áreas correspondentes aos outros povos da Área Solimões.

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA SOLIMÕES

POVO	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
TICUNA (1)	AI Évare	Tabatinga, S. Paulo de Olivença	30	8.909	*
	AI Tikuna S.Leopoldo	Benjamim Constant	3	340	
	AI Betânia	Sto.Antônio do Içá	2	1.438	
	AI Auati-Paranã	Fonte Boa	3	209	
	AI Estrela da Paz	Jutaí	1	80	
	AI Macarrão	Jutaí	1	400	
	AI Tikuna Sto.Antônio	B.Constant	4	698	
	AI Tikuna Umariaçú	Tabatinga	1	2.810	
	AI Tikuna Lauro Sodré	B.Constant	3	323	
	AI Tikuna Porto Espiritual	B.Constant	1	146	
	AI Tikuna Wui-Uata-In	S.Paulo de Olivença	6	1.310	
	Tonantins	Tonantins	1	50	
	AI Jutaí	Jutaí	5	250	
	AI Lago Beruri	Beruri	2	370	
	Japurá	Japurá	1	10	
	Maraã	Maraã	1	185	
				17.528 (T)	
MIRANHA (2)	AI Lago Uarini	Uarini	1	280	Barbosa: 82
		Alvarães	1	77	Barbosa: 82
		Japurá	1	± 100	Cindio Mayoruna: 79
				457 (T)	
CAMBEBA	AI Lago Jaquiri	Alvarães	1	59	Barbosa: 82
MAJORUNA	AI Boca do Japurá	Alvarães	1	199	Barbosa: 82
CANAMARI (3)		Maraã/Japurá	3	65	Prel.Tefé: 83
COCAMA	AI Nova Esperança	Jutaí	5	176	Prel.Tefé: 83
MACU (4)		Japurá	3	70	Ir.José Antonio: 81
Arredios		Japurá/Jandiatuba		?	

(*) Levantamento da População Ticuna realizado pela Equipe de Pesquisa do Museu Nacional (RJ) coordenada por João Pacheco de Oliveira Filho, em 1984, com a colaboração de Silvio Cavuscens da Equipe de P. Indigenista da Prelazia do Alto Solimões. A população Ticuna dos municípios de Japurá e Maraã foi avaliada pelo Ir. João Antonio, entre 1976 e 1981.

(1) 5.000 no Peru e 2.000 na Colômbia (Baldinger: 81).

(2) 200 na Colômbia (81).

(3) ver também nas Áreas Javari e Jutaí/Juruá/Purus.

(4) ver também na Área Noroeste Amazônico.

INVASÕES, CONFLITOS E MAIS PROMESSAS DE DEMARCAÇÃO PARA OS TICUNA

João Pacheco de Oliveira Fº
e
Vera Paoliello

O ano de 1984 foi marcado pela existência de muitos conflitos entre os regionais brancos e os índios Ticuna em função da invasão e arrombamento de lagos, por constantes investidas no território indígena para extração de madeira. Quando esses invasores eram descobertos e expulsos pelos índios das localidades próximas, reagiam com raiva, desacatando os capitães e líderes Ticuna, afirmando que "a FUNAI não mandava nada no Alto Solimões". Faziam também ameaças de voltar para vingar-se e ainda de preparar represálias para os índios quando esses fossem à cidade para comercializar seus produtos.

Com a conivência e até mesmo a participação das autoridades (Delegados e contingente local da Polícia Militar), aconteceram diversos casos de violência e arbitrariedades praticadas contra os índios nas cidades de São Paulo de Olivença, Benjamin Contant e Tabatinga. Um Ticuna de Campo Alegre foi esfaqueado em São Paulo de Olivença, o capitão geral Pedro Inácio foi ameaçado pelo Delegado e por moradores dessa cidade, índios foram presos em Tabatinga, houve diversos atritos com elementos da PM e índios de Urique. O fato mais grave ocorreu no domingo de Carnaval, onde oito índios de diversas localidades foram feridos pela PM de Benjamin Constant (seis desses à bala). A situação de hostilidade da população branca da região contra os Ticuna vem crescendo sucessivamente pela não apuração desses casos e total impunidades dos culpados, além da demora por parte da FUNAI na definição e demarcação da áreas indígenas.

Alguns líderes estiveram em Brasília pressionando os diferentes ocupantes (3) da Presidência da FUNAI no ano de 1984, no sentido de acelerar a demarcação de suas terras. Disso resultou o término da fase de identificação das áreas indígenas destinadas aos Ticuna no Alto Solimões. O último Presidente da FUNAI, Dr. Nelson Marabuto, em uma reunião realizada em Umáriaçu, no dia 18.02.85, assumiu perante os Ticuna e perante as autoridades brancas o compromisso de demarcar brevemente aquelas áreas (ver o mapa do Alto Solimões, com as áreas indicadas).

As invasões

Os problemas com os "civilizados" que exploram madeira e pesca no Paraná Ribeiro, no Maitê e alto do Camatiã já começaram com as ameaças que o sr. Santinho Castelo Branco fez ao capitão-geral dos Ticuna, em São Paulo de Olivença, em 29-12-83. Ele afirmou que iria continuar a extrair madeira dos lagos Maitê e Maguari, dos quais se diz dono, embora essas terras estejam dentro da área incluída em propostas anteriores da FUNAI. (Magüta *n.º 8*).

No início de janeiro de 84 os Ticuna que moram em Santa Clara, como forma de advertênia a D. Delicia Mafra, pretensa proprietária do lugar, e que ali mantém inúmeras cabeças de gado, mataram um dos bois que comumente invadem as suas roças. No dia seguinte a interessada, acompanhada de seu marido, sr. Altair Ramos, e de policiais de SPO, estiveram no local, ameaçando de prisão e morte a diversos Ticunas e matando a tiros, como forma de intimidação, um cachorro pertencente ao vice-capitão (depoimento de Armando Guedes, em reunião realizada no IAB - RJ).

Pouco mais de duas semanas depois, trabalhadores do sr. Epitácio Mafra, que estavam invadindo trechos do Paraná Ribeira para retirar madeira, foram expulsos sem qualquer violência por um grupo de Ticunas que por ali passavam. Como represália, poucos dias depois, em 24 de janeiro, o cantineiro de Campo Alegre, Jorge Manoel Avelino, foi agredido brutalmente por um desses elementos, acompanhado de outros moradores da cidade. Apanhou muito, levou uma facada na parte traseira e só não foi morto porque outros brancos interferiram (depoimento de Adércio Custódio, capitão de Campo Alegre, ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil — Rio de Janeiro, 11 de abril). Quando o capitão-geral foi pedir providências ao Delegado de Polícia, foi logo admoestado por esse: "Você não pode se alterar aqui na delegacia porque você não tem direito. Você não manda nada aqui. Se você se alterar eu meto dentro do xadrez" (carta de Pedro Inácio, em 05-02-84) repetida em depoimento prestado na Ordem dos Advogados do Brasil, em 11 de abril). Nessa hora o Delegado questionou o próprio capitão-geral, dizendo que ele não tinha mais direito porque não era índio. "Aqui no Amazonas não tem mais índio, porque índio é aquele que mata gente, come gente, anda nú" (idem).

No dia 3 de fevereiro correu a notícia de que os trabalhadores do sr. Epitácio Mafra estavam retirando madeira no Supão e que o seu patrão havia jurado de morte o capitão-geral e outros Ticunas de Vendaval. Um grupo de 150 Ticunas de Vendaval estiveram procurando-o no barracão do seu parente, sr. Boaventura Mafra Filho, conhecido como Mico, que nos últimos anos tem levado diversas famílias de brancos a estabelecer-se à sua volta, como fregueses, em pleno território indígena. A casa foi arrombada e todos os seus bens destruídos, arrastados para fora e jogados no rio. Não houve roubo, nem qualquer pessoa saiu machucada, os índios não levando nada para si. No dia seguinte todas as famílias que estavam invadindo a área indígena reuniram seus pertences e em seus motores abandonaram o local. O mesmo ocorreu com alguns moradores da margem direita do rio Solimões, na altura entre o Cajari e o Vendaval, deixando aquela parte da área indígena livre de invasões. A madeira retirada foi confiscada e transportada para Vendaval.

Em conseqüência desse fato diversos capitães e líderes Ticuna passaram a ser ameaçados de morte por madeireiros e pesqueiros. Em abril de 84, no Rio de Janeiro, Pedro Inácio e Adércio fizeram uma denúncia ao Dr. Mario Sérgio Duarte Garcia, então Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB, das ameaças de morte que vinham sofrendo, bem como das violências que vinham ocorrendo contra índios no Alto Solimões devido à hostilidade das autoridades policiais e a falta de recursos (ou desinteresse) da FUNAI. Mensagens foram enviadas ao Governador do Amazonas, Dr. Gilberto Mestrinho, e ao Ministro da Justiça, advertindo para a gravidade do caso.

Depois desses fatos, os problemas diminuíram um pouco nessa parte do território Ticuna. Em uma reunião de 26 capitães, realizada na aldeia de Vendaval, em 15 de julho de 1984, foi elaborada uma lista com os nomes de 11 pessoas que costumam invadir as terras indígenas e criar confusão com os Ticunas (ver no quadro). No final do ano, em dezembro, um grupo de famílias que haviam se deslocado de Vendaval para as proximidades do Lago Preto, foi ameaçado por indivíduos que estariam usando terras dos índios para acobertar contravenções. Posteriormente a Polícia Federal esteve por várias vezes na área, realizando sindicâncias e destruindo plantações clandestinas.

LISTA DE INVASORES DA ÁREA TICUNA

1. Ditimar, morador de São Paulo de Olivença.
2. Calistinho Calitro, morador de Santa Rita
3. Quintino Mafra, morador de São Paulo de Olivença
4. Lastimar Castelo Branco, morador de São Paulo de Olivença
5. Duquito Mafra, morador de São Paulo de Olivença
6. Boaventura Mafra (Mico), morador de São Paulo de Olivença
7. Epitácio Mafra, morador de São Paulo de Olivença
8. Ricardo Henrique, morador de Campo Alegre
9. João Pongó, aldeia Feijoal.
10. Delícia Mafra, moradora de São Paulo de Olivença.
11. Magalhães (Vitor), morador de Benjamin Constant.

(extraída do documento da Assembléia do Conselho Geral da Tribo Ticuna — CGTC, de 15/07/84).

Em outras partes do território Ticuna, porém, continuaram os conflitos gerados por invasões principalmente de pescadores. Em uma reunião ocorrida em 15-07 em Vendaval, foram feitas reclamações contra os funcionários Fortunato e Euzébio, da SUDEPE, que tomavam peixe dos Ticuna, e contra pescadores que entravam armados na área indígena, desrespeitando os capitães e os representantes oficiais da FUNAI. Um desses fiscais era acusado de ter mandado a PM de Tabatinga prender os índios Osvaldo Mendes e Bernaldo Pinto, que apanharam muito na Delegacia. (nota do Conselho Geral da Tribo Ticuna — CGTT).

foto Lewi Moraes/F-4

Da esq. para a dir.: Armando e Pedro Ticuna, Mário Sérgio Garcia (pres. da OAB) e Manduquinho e Adécio Ticuna, na sede da OAB/RJ.

Para resolver esse problema, foi realizada uma reunião em 21 de agosto, em Tabatinga, com a presença de 9 capitães e mais uma dezena de outros índios, juntamente com representantes do CF-SOL, da Polícia Federal, da Prefeitura de Tabatinga e da FUNAI, além de outros civilizados interessados em continuar com a pescaria nas áreas indígenas. Dessa reunião resultou: 1) que estava proibida a "batida" de peixes ou atravessar malhadeiras nos igarapés ou lagos, podendo os próprios Ticuna apreender essas malhadeiras e entregá-las à FUNAI, CF-SOL ou Prefeitura; 2) o pescador que entrar sem consentimento da SUDEPE, não obedecer aos Ticuna ou carregar consigo malhadeira, não será aceito; 3) o fiscal Fortunato não vai mais entrar em área indígena; 4) os índios podem vender peixe na feira do Marco, mesmo sem estarem vinculados à Associação de Pescadores (jornal Magüta, *n.º 11).*

Apesar dessa iniciativa, o problema não foi inteiramente resolvido porque muitos civilizados ainda questionam que essas áreas de pesca sejam parte das terras indígenas, desrespeitando a proibição de pesca predatória e tentando às escondidas continuar com a extração de madeira (ver carta de Pedro Ramos Gabriel, de 25-01-85). Ainda recentemente os Ticuna de Urique apreenderam 250 toras de madeira e 60 kg de pescado de um só desses elementos; posteriormente uma patrulha da PM esteve no local pretendendo a liberação da madeira, ocorrendo uma briga com os Ticuna

CARTA DE PEDRO R. GABRIEL

Uriqui, 25 de janeiro de 1985.

12 Tikunas reunirão-se para fazer a fiscalização dos limites da sua área que dividi o Tawarú dos civilizado, com Uriqui do Tikuna.
Este grupo de 12 pessoas fizeram isto porque si encontrava um elemento do serviço militar, chamado C. B. Rodrigues, que entrou sem permissão, do capitão da área, para pescar, num dos lagos, que fica dentro da área da reserva indígena de Uriqui, para ir pescar com seus utencilios de pesca. O tal falou que ninguem importava a entrada deli neste lago e disse que todo o ticuna que aparecesse, para corrigir, ele metia bala.
Na ocasião que os 12 Tikuna chegaram na margem do lago chamado lago da Menina, não encontraram o tal elemento. E foram seguindo até o fim do piqui do limite, e ao chegar numa certa parte encontraram uma canoua feita pelos civilizados dentro da área, de uma madeira chamada jacareuba com 12 metros de comprimento, e esta canoua foi levada para a comunidade do Sacambu e la ficou.
Mais no dia seguinte que foi no dia 13 os civilizados foram buscar a canoua, ameaçando os ticunas, com balas e porradas; aonde no momento falou um dos civilizados dizendo que os Ticunas são uma raça de comunista, tomam as coisas na base do comunismo.
E a Funai com a Policia Federal dão apoio, porque a Funai com a P.F. só vivem a custa de roubo e são os mais ladrões que tem e porisso que eles fazem isto. E esta nota foi tomada no dia 12.1.85 na hora que acontecia o caso, por: Pedro Ramos Gabriel.

fotos Silvio Cavuscens

Encontro dos capitães Ticuna, na aldeia de Vendaval, abril de 1984.

Capitão Basílio João Rosindo (à esquerda). Capitão Mauricio Laureano Bento

moradores dali. Não foram utilizadas armas, mas alguns soldados voltaram muito irritados, querendo uma desforra dos índios. Esse estado de espírito da força policial vai ter repercussão nos excessos praticados pela PM de Benjamin Constant contra os índios (vide, a seguir, notícia do conflito, através de relatório à ABA).

A definição das áreas

Em setembro de 1984 a FUNAI criou um Grupo de Estudos que teria como finalidade analisar as diferentes propostas existentes e definir uma proposta de identificação e delimitação das áreas Ticuna. Havia duas propostas divergentes, elaboradas por duas equipes da FUNAI, uma apresentada no 1.º semestre de 1982, a outra resultante de trabalho de campo realizada de janeiro a março de 1984. Outra tarefa também desse Grupo de Estudo era avaliar a atuação da FUNAI naquela área e fazer recomendações quanto a ações prioritárias. Para cumprir essas duas finalidades, a FUNAI instituiu um Grupo de Estudo, a ser reunido em sua sede, de 10 a 16 de setembro, em Brasília, composto por funcionários do órgão (Maria Auxiliadora C. Leão, Silvia Tafuri e André Villas-Bôas), por integrantes da Pastoral Indigenista do Alto Solimões (Frei Arsenio Sanpalmieri e Silvio Cavuscens), pelo Dr. Roberto Cardoso de Oliveira e pela equipe de pesquisa em antropologia do Museu Nacional (Maria Jussara C. Gruber, Vera M. N. Paoliello e João Pacheco de Oliveira). (Portaria n.º 1692 de 23/8/84).

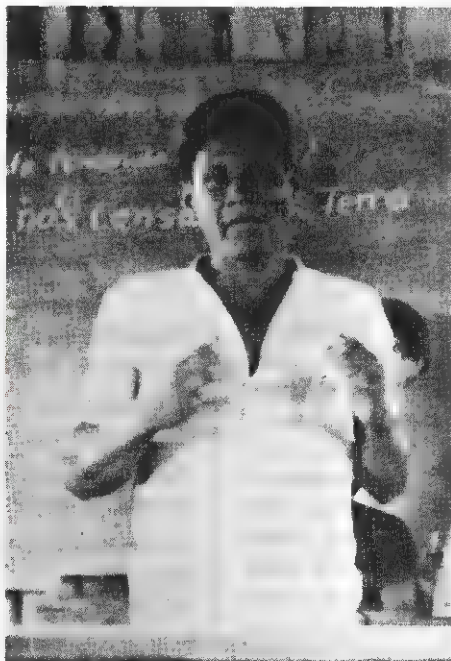
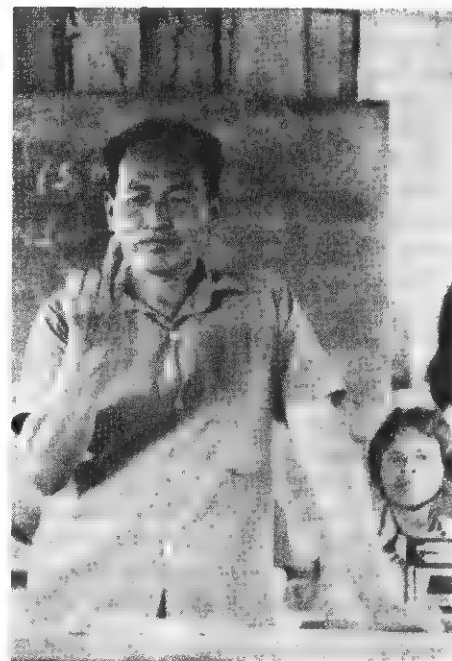
Como resultado das discussões entre os membros desse Grupo de Estudo, foram consideradas desde já aprovadas as identificações de 7 áreas: Evare (incluindo ainda um território não contínuo na margem direita do Solimões, abrangendo de um lado Feijoal, de outro o conjunto de lagos e igarapés que vão do Assacaio até o Paraná do Ribeiro, e pelo centro até o Camatiã), São Leopoldo, Betânia, Auati-Paraná, Estrela da Paz, Macarrão e Santo Antônio (englobando ainda terras em torno de Bom Intento). Outras áreas exigiriam ainda um maior estudo de alternativas e uma discussão com a comunidade, para conhecer melhor seu posicionamento. É o caso de Nova Itália, Porto Espiritual, Lauro Sodré e Umariaçu.

Foi estabelecido que no mês de outubro seria realizado um levantamento dos ocupantes não-índios por uma equipe da FUNAI, sob a orientação de André Villas-Bôas, complementando algumas informações sobre parte da A.I. Evare não incluídas em propostas anteriores (trechos da margem direita e de terra-firme no Camatiã), no Auati-Paraná, Macarrão e Estrela da Paz. Esse planejamento foi cumprido com sucesso, sendo possível ainda chegar a um acordo com as comunidades de Nova Itália e Umariaçu quanto aos limites desejados de suas respectivas áreas).

O Grupo de Estudos fez ainda uma recomendação à FUNAI para a criação de uma Coordenadoria Especial para a Área Ticuna, centralizando assim todas as ações e decisões do órgão quanto àquele grupo indígena, procedendo a um levantamento cuidadoso das reais necessidades (destacando-se a questão da educação e da saúde) e elaborando um programa de ação sistemática em conformidade com as lideranças Ticuna e apoiando-se em uma assessoria técnica fornecida pelos integrantes do citado Grupo de Estudos. (vide Boletim da Pastoral Indigenista do Alto Solimões, *n.º 4).*

A visita do presidente da FUNAI

Em atendimento a um convite feito pelo capitão-geral Pedro Inácio, o então Presidente da FUNAI, Nelson Marabuto, visitou o Alto Solimões entre os dias 16 e 19 de fevereiro de 1985. Em decorrência de seu não comparecimento no dia marcado inicialmente para a reunião (dia 07/02, em Vendaval), houve uma reação de raiva e descrédito no cumprimento dessa promessa, o que culminou no aprisionamento do indigenista André Villas-Bôas até que efetivamente se concretizasse a viagem do Presidente da FUNAI àquela região. (vide notícias de jornal em anexo).

Capitão Armando Manuel.

Capitão Fidelis José (à direita).

Contornado esse incidente e minizadas as suas repercussões graças à atuação tranqüila e habilidosa daquele indigenista, bem como de alguns líderes indígenas, a reunião com o Presidente da FUNAI realizou-se na manhã de domingo, dia 17, na aldeia de Umariaçu, contando com a participação de capitães e professores índios de mais de 30 comunidades. Foram assim detalhadamente apresentadas ao dirigente da FUNAI as principais reivindicações quanto à demarcação das terras e a uma assistência mais permanente e sistemática. Em resposta, a FUNAI prometeu criar imediatamente uma Ajudância do Solimões, a ser sediada em Tabatinga, exclusivamente para tratar de assuntos relativos aos Ticunas, ficando diretamente ligada à Presidência e não à 1ª DR. Seriam organizadas programas especiais de saúde e educação, sendo constituída uma equipe médica de alto nível (com médico, enfermeira, dentista e laboratorista) além de contar com um barco próprio para locomoção) e instituída uma Coordenação das Atividades Educacionais (para supervisionar os convênios, coordenar a ação dos monitores índios e organizar cursos de capacitação). Nas palavras do presidente da FUNAI, essa nova equipe de ação da FUNAI na área deveria atuar sob a orientação do indigenista André Villas-Boas, contando com a assessoria do antropólogo João Pacheco de Oliveira e com a colaboração permanente do Grupo de Estudo já anteriormente referido. A FUNAI comprometeu-se também a apressar o encaminhamento da proposta de criação das áreas Ticuna a esferas mais elevadas de decisão, lutando pela aprovação mais rápida possível disso. A reunião encerrou-se em clima de grande harmonia, as lideranças voltando a suas aldeias muito satisfeitas com seu contato direto com o dirigente máximo da FUNAI (nunca antes um Presidente desse órgão estivera em uma reunião com os índios dela) e com os planos de atuação ali exibidos.

O conflito com a PM

Um dos barcos em que retornavam às aldeias os índios saídos da reunião, o Marubo, com cerca de 85 índios das aldeias de Urique, Cajari, Vendaval e Santa Clara, parou para pernoitar na cidade de Benjamin Constant devido à falta de holofote, necessário para viagem noturna. Por volta de meia-noite dois índios, Paulo Mendes e Tertuliano, que estavam cantando, dançando e bebendo, festejando carnaval em uma das principais esquinas da cidade, foram rispidamente abordados por três PMs que faziam a ronda. Os policiais resolveram conduzir preso um deles (Paulo). Um dos PMs porém logo o identificou como um dos dos seus agressores quando estivera em Urique para liberar a madeira retida pelos índios (vide item 3 desse relatório). Segundo o depoimento dos índios, os policiais passaram então a proceder com violência, acertando uma estocada com cassetete em seu fígado e derrubando-o com socos e pontapés. O outro índio tentou interferir, mas foi igualmente derrubado com um forte golpe de cassetete nas costas (do qual lhe ficou um hematoma típico, exibido no dia seguinte ao próprio Presidente da FUNAI, em reunião havida em Tabatinga). Outros índios que estavam nas proximidades interferiram e nesse momento foi espancado o índio Aristides, deixado inconsciente e com a cabeça aberta por golpes de cassetete. A confusão atraiu a atenção geral, aí intervindo outros índios que passeavam pela cidade. Em inferioridade numérica, os policiais sacaram de suas armas, alegando contudo terem dado apenas tiros de advertência (segundo eles próprios, tiros para o chão, e não tiros para o alto, como é de praxe nessas circunstâncias). Um índio, Pedro Mendes, de Urique, foi ferido na perna por uma dessas balas. Por fim os índios dominaram a situação, saindo os três PMs bastante feridos, um na cabeça (provavelmente por pau ou pedra), outro no rosto (com um talho superficial, possivelmente produzido por canivete), e um terceiro no abdômen (com diversos cortes, certamente feitos pelo mesmo objeto já referido). Findo o entrevero, os índios se retiraram

para o barco, carregando os seus companheiros feridos, lá permanecendo cerca de uma hora aguardando a chegada de um funcionário da FUNAI, encarregado de dirigir aquela embarcação. Durante esse tempo outros policiais misturados a alguns regionais ocuparam-se em apedrejar o barco Marubo, gritando insultos e zombarias, enquanto outros barcos igualmente ancorados no porto fixavam no Marubo os seus holofotes para favorecer a pontaria da turba ali reunida. Os índios permaneceram dentro do barco, não respondendo às provocações.

Com a chegada do funcionário da FUNAI, sr. Marreta, o barco dirigiu-se para o porto do Hospital de Benjamin Constant. Alertados para isso, os policiais deslocaram-se por terra para o Hospital e ali puseram-se de tocaia. Quando os índios saíram do barranco e aproximaram-se da entrada do Hospital carregando os parentes feridos, foram recebidos à bala pelos 3 PMs escondidos nas imediações, dois deles embaixo de um caminhão estacionado próximo, o terceiro atrás de um monte de tábuas empilhadas em uma construção próxima. Na frente seguiam três pessoas carregando o índio Aristides, respectivamente o funcionário da FUNAI e os índios Paulo Mendes e Juvenal (da aldeia do Cajari). Desse confronto resultaram cinco Ticunas feridos à bala por disparos de revólver calibre 38, inclusive alguns rapazes menores (um dos índios alvejados tem apenas 14 anos e no cortejo havia também mulheres, velhos e crianças). O caso mais grave é o do Ticuna Juvenal, que recebeu três balaços na clavícula, no abdômen e um último acima dos quadris (denotando portanto que ele, ferido, estava em fuga, e que o autor do disparo não tinha intenção meramente defensiva). Um dos disparos alojou-se no pulmão, inspirando sérios cuidados médicos. Os policiais continuaram a atirar até esgotar toda a sua munição, quando então debandaram perseguidos pelos índios enfurecidos, que nesse instante agrediram a esposa e a filha do citado funcionário (as quais, afirmam os índios, teriam instigado a PM a abrir fogo contra eles). Em seguida os índios deixaram os seus feridos no Hospital, ali permanecendo apenas Paulo Mendes para fornecer os dados referentes a cada um, todos os restantes retornando ao barco Marubo.

Entre esses dois incidentes, o Delegado de Benjamin Constant, um subtenente licenciado da PM, solicitou reforços à PM de Tabatinga, alegando que os Ticuna estavam ameaçando ocupar e destruir o Hospital. Oito policiais foram então enviados às pressas a Benjamin Constant, sendo transportados em uma lancha de 115 HP pertencente e pilotada pelo sr. Oséas Martins (que, de acordo com informações procedentes da Polícia Federal da área, é elemento notoriamente vinculado ao tráfico de cocaína). Ali chegando, armados de revólveres e mosquetões, encontraram dois funcionários da FUNAI, srs. Washington e Helio, respectivamente chefes dos P.Is. Campo Alegre e Belém do Solimões, que, acompanhados por Paulo Mendes (que haviam encontrado anteriormente no Hospital) buscavam localizar se havia outros índios feridos circulando pela cidade. Esses policiais iniciaram imediatamente nova agressão ao Ticuna e, ao tentar interferir, os funcionários da FUNAI foram ameaçados fisicamente e insultados, o primeiro conseguindo esquivar-se de um golpe com o cabo do mosquetão, o segundo pulando pelo barranco para esconder-se na vegetação próxima ao rio. O índio foi conduzido preso à Delegacia local.

MANCHETES DOS JORNAIS SOBRE O CONFLITO

Polícia Militar embosca e fere a tiros índios ticuna
(O Liberal, Belém, Pará, 19/02/85).

PM embosca e atira em índios no Amazonas
(O Estado de S. Paulo, SP, 19/02/85).

Policiais abrem fogo contra 7 indígenas
(Jornal de Brasília, 20/02/85).

Grave estado de Tikuna ferido domingo em choque com brancos
(O Globo, Rio de Janeiro, 20/02/85).

Policiais militares baleiam oito índios ticuna no Amazonas
(Folha de S. Paulo, 20/02/85).

Fuzilados índios ticuna em duas emboscadas da PM
(O Dia, Rio de Janeiro, 20/02/85).

Estado de saúde do índio Juvenal Ticuna é bastante grave
(O Liberal, Belém, 20/02/85).

Índio baleado por PMs passa mal e deve ser removido para Manaus
(Folha de S. Paulo, 21/02/85).

Antropólogo desmente embriaguez de ticunas
(Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22/02/85).

Antropólogo teme que ocorram novos conflitos com ticunas
(O Globo, Rio de Janeiro, 22/02/85).

A FUNAI foi informada dos acontecimentos através do Cap. Mauro, do Comando Militar de Tabatinga. Devido a uma pane no avião que o conduziria a Manaus, o Presidente da FUNAI e seus acompanhantes ainda permaneciam na região, hospedados em Tabatinga. Seguiram então para Benjamin Constant, na lancha da Capitania dos Portos, três funcionários da FUNAI (Lucio Acosta, chefe da 1ª DR, com sede em Manaus; André Villas-Bôas, indigenista que coordena a atuação da FUNAI na área Ticuna; e João Silverio Dias, chefe da AJUSOL, sediada em Atalaia do Norte), o antropólogo João Pacheco de Oliveira e quatro elementos da Polícia Federal. Chegando à cidade por volta de duas horas da madrugada, esse grupo pôde perceber o clima de ódio criado contra os índios e os funcionários da FUNAI. Diversos grupos de pessoas à paisana, ostensivamente armados com revólveres e espingardas, percorriam as ruas. Segundo uma versão ouvida de moradores de Benjamin Constant, no dia seguinte, tais pessoas teriam sido convocadas pelo próprio Delegado de Polícia, para atuar como uma força paralela e auxiliar). Ao aproximar-se do Hospital foi vista uma patrulha da PM, armada de mosquetão, revólveres e cassetetes, escoltando, algemado, para a Delegacia

um jovem Ticuna encontrado nas imediações, isso após já haver sido antes submetido a outras violências e humilhações. Ajudados pela Polícia Federal os funcionários da FUNAI conseguiram libertar esse rapaz. Depois de providenciar a remoção para o Hospital de Tabatinga dos doentes mais graves, esse grupo dirigiu-se à Delegacia onde encontrou o índio Paulo Mendes estirado em um cubículo imundo, sem qualquer iluminação ou ventilação, com sintomas evidentes de dor e bastante dificuldade para conseguir erguer-se e caminhar. Apesar disso o Delegado negou ter sido cometida qualquer violência contra aquele Ticuna. A exaltação dos ânimos era patente, em frente à Delegacia permanecendo um grupo de civis armados. Já às 5 horas da manhã, com todos os feridos (índios e soldados) tendo sido removidos para o Hospital de Tabatinga, que apresentava melhores condições de atendimento, alguns elementos da PM mantinham-se em prontidão próximo ao Hospital. Quando o antropólogo e dois funcionários da FUNAI dirigiram-se ao barranco para saber se havia mais algum índio ferido, o capitão-geral dos Ticuna, Pedro Inácio, subiu para relatar àquelas pessoas os acontecimentos. Nessa ocasião PMs postaram-se em linha de tiro, colocando bala na agulha de suas armas, afastando-se do local apenas devido à cobertura dada pela Polícia Federal.

No dia seguinte os oito índios feridos tiveram seu atendimento médico completado no Hospital de Tabatinga e, com exceção de Juvenal, tiveram alta para fazer sua recuperação em casa, acompanhados por atendentes de enfermagem deslocados pela FUNAI para as aldeias de onde provinham. No final da tarde Juvenal foi operado com bastante sucesso, os médicos classificando como muito boa a sua recuperação, pois se tratava de caso extremamente delicado. Apesar disso permanecia com uma sonda no pulmão, para retirar o sangue que lhe impedia respirar normalmente.

A situação de enfrentamento entre a PM e os Ticuna (em especial algumas aldeias e suas lideranças) é extremamente grave e está a pedir providências urgentes de todas as autoridades responsáveis. Os incidentes descritos envolveram a totalidade (6) do contingente policial de Benjamin Constant, três deles saindo feridos no primeiro embate, os três restantes tendo alvejado diretamente e por vingança os índios (pelos quais foram identificados). O próprio Delegado procedeu de modo destemperado, no mínimo aceitando que a população se armasse para agir sem qualquer obediência à lei, tendo ademais infringido outros dispositivos legais ao encarcerar um índio. A rivalidade parece se estender também, ainda que em menor escala, ao contingente da PM sediado em Tabatinga, dos quais alguns membros continuaram a hostilizar os índios no cais da Portobrás, enquanto um outro soldado postou-se do lado de fora do Hospital de Tabatinga, proferindo ameaças contra os Ticuna que lá se encontravam.

A realização de um inquérito policial de rotina nessas circunstâncias é inteiramente inócuo e deformadora da verdade: para a PM local e o Delegado os fatos já estavam bastante claros naquela noite, sendo fácil recolher inúmeros depoimentos de seu corpo de voluntários de modo a comprovar sua versão oficial. Os Ticuna estariam embriagados, promovendo desordens na cidade; ao serem abordados pelo los policiais, os atacaram com armas brancas e tomaram o revólver de um dos PMs; dirigiram-se para o Hospital no intuito de matar os policiais que já lá estavam feridos; a intervenção da PM no segundo choque teria visado apenas proteger o Hospital e impedir que os índios fossem "linchados por populares justamente exaltados" com os acontecimentos. Esse desdobramento do caso foi confirmado pela versão divulgada em Manaus, no dia 20, pelo Major Orleison, porta-voz do Comando da PM do Estado do Amazonas (vide JB, 21-02-85, p. 4). As suas afirmações são inteiramente improcedentes: a) os índios não estavam "armados de terçados, facas e espingardas", não trazendo consigo qualquer espécie de arma (no máximo um canivete) pois vinham de uma reunião com o Presidente da FUNAI; b) ainda que alguns deles houvessem bebido, os índios não estavam embriagados, pois disso não se encontrou qualquer sintoma quando com eles se conversou menos de duas horas depois; c) a tentativa de culpabilizar um índio (dito "aculturado") como responsável por promover "verdadeira baderna pública", corresponde plenamente à tática adotada pelas autoridades locais, caracterizando os índios e comunidades mais agressivas na defesa de seu território como "não-índios" e "agitadores" (ver carta-denúncia do índio Pedro Mendes, um dos feridos no confronto, colocada em Anexo, pois indica claramente as acusações de que são vítimas tais lideranças). O índio citado pela PM é um legítimo Ticuna, filho de um extenso ramo da família Mendes e do clã do avaí, casado com uma índia Ticuna e morador da aldeia de Urique. A acusação de ser "aculturado" procede de interesses espúrios, que querem caracterizá-lo como não-índio devido às denúncias que vem realizando em jornais, e às autoridades e à FUNAI sobre a invasão de áreas de pesca situadas em território indígena, bem como por sua função de articulador no movimento de lideranças Ticuna pela demarcação de suas terras.

QUEM É ÍNDIO TICUNA?

Outros que não foi colocado, que a PM acha que os Aculturado pode deixar de ser Índio.
Mais eu Paulo Mendes sou Indio puro da Nação de avaí e tenho meu nome usado na tribo (Tsheveru rü Memaücü) e sou casado com Tikuna da nação de Maguari e ela tem o nome usado na Tribo (Pütü-ãna) e tenho filhos com ela, inclusive com o nome da nação.
E por isso não deixo de ser Indio Tikuna, quem disse que Indio deixa de ser, é somente o indio mesmo mais não o Branco.
Assina, do Conselho Geral da Tribo Tikuna, Paulo Mendes Honorato. **(extraído do jornal MAGÜTA, nº 14, Umariaçú, 27/03/85).**

A FUNAI solicitou à Superintendência da Polícia Federal, sediada em Manaus, que abrisse inquérito para apurar responsabilidades no caso, para isso sendo enviado à Área um Delegado da DPF, especialmente para proceder a essa investigação. As expectativas do órgão são de que esse inquérito, se conduzido com isenção e competência, possa enquadrar alguns elementos da PM na prática de delitos graves (como a tentativa de homicídio, com o agravante de premeditação), passíveis portanto de expulsão da corporação e de outras punições legais. A FUNAI acredita que o inquérito realizado pela Polícia Federal possa chegar assim a conclusões efetivas, punindo alguns culpados a título de exemplo e aconselhando as autoridades competentes o remanejamento do contingente policial. de modo a esfriar o clima de revanche já formado na PM de Benjamin Constant e mesmo de Tabatinga. (Extraído de Relatório apresentado pelo antropólogo João Pacheco e Oliveira Fº à ABA, em fevereiro de 1985).

DEPOIS DA BRIGA

As coisas que aconteceram depois da briga de B. Constant foi:
1ª vez PM chamou uma mulher Tikuna que estava vendendo banana na feira, que ela não podia vender caro.
2ª vez houve uma briga entre brancos e os brancos disseram que tinha sido os Tikuna.
Mas na verdade foi o próprio que foi avisar a família que o matou, por causa de uma briga que eles tinham 3 anos atrás. Isso teria que ter uma investigação. Quem me informou esta briga foi um da própria comunidade de Tauaru, o criminoso é o filho do senhor DOCA conhecido assim, culpar os outros é um crime também.
3ª vez a PM invadiu o barco MUNANE de Campo Alegre para prender seis (6) paneiros de farinha, porque uma mulher que trabalha na feira tinha encontrado um pedaço de vidro na farinha, levou a questão para polícia, e por isso a PM levou 3 tikuna para a Delegacia junto 6 paneiros de farinha, e isso já foi encaminhado para Funai e a Funai não tomou providência.
Sobre o vidro que dizem que tem nas farinhas é só uma mulher que encontra, e os outros não encontra nada na farinha.
Tudo isso é problema contra os Tikuna.
(**trecho da carta de Paulo Mendes — Memaücü a João Pacheco de Oliveira Fº, de Umariaçú, 14/04/85**).

Aconteceu na imprensa

TICUNA

GT para levantamento fundiário

O presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, designou ontem um grupo de trabalho para promover um levantamento fundiário e estudar a redefinição das áreas dos índios Tikuna, no alto Solimões. A Funai deverá examinar as benfeitorias feitas por não-índios dentro dos limites de área de um milhão e 390 mil hectares onde vivem hoje os Tikuna e identificar os conflitos existentes.
O levantamento fundiário, com o estudo da redefinição das áreas, deverá ser feito por um antropólogo, um engenheiro, dois técnicos de agricultura e pecuária e um engenheiro do Incra. O trabalho vai incluir consultas ao Incra e Iteram, além da identificação de posses e domínios existentes na área dos Tikuna. Será feito também um levantamento documental em cartório, referente a certidões de registro e de cadeias sucessórias. O grupo tem um prazo de 30 dias para a execução dos trabalhos. (**Correio Braziliense, 13/01/84**).

Denúncia à OAB

Os ticunas estão sendo ameaçados de morte por uma família de posseiros, os Mafra, que já ocuparam grande parte das reservas demarcadas pela Funai e em 82 mataram cinco índios a tiros. Além dos Mafra, também o delegado de São Paulo de Olivença (município onde estão os ticunas) já ameaçou matar um dos caciques que defendem os direitos do grupo.
A denúncia foi levada ontem ao presidente do Conselho Federal da OAB, Mário Sérgio Duarte Garcia, por quatro caciques ticunas: Pedro, Armando, Adércio e Manduquinha. Pela primeira vez eles falaram à imprensa sobre o assunto e ainda esta semana, antes de retornarem às suas tribos, pretendem avistar-se com o presidente da Funai, em Brasília, onde estiveram a semana passada mas nada conseguiram, porque a sede da Fundação estava cercada de "soldados e cachorros".
Duarte Garcia prometeu levar o assunto à Comissão de Direitos Humanos da OAB e já depois de amanhã vai apresentar um resumo do problema na reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, no Ministério da Justiça, em Brasília. Na denúncia que apresentaram ontem na OAB, os ticunas

contaram que desde 82 os Mafra vêm "atacando a tribo". Segundo Pedro, são quatro irmãos: Boaventura, Quintino, Epitácio e Delícia, além do marido desta, Altair Ramos. O primeiro é conhecido como "Mico Mafra" e é o líder da família. Juntos, os Mafra exploram madeira, borracha e criam gado.
Os caciques disseram que em 82 Quintino matou três índios ticunas, pouco antes de Artiete Almeida, ligado aos Mafra, ter assassinado outros dois. No último dia 8 de fevereiro, os irmãos Mafra e mais de cem jagunços ameaçaram invadir uma das comunidades ticunas. "Ficamos esperando mas eles não apareceram", contou Pedro, que foi chamado à delegacia de São Paulo de Olivença no dia 28 de janeiro para depor sobre roubo de gado dos Mafra. "Cheguei lá e o delegado começou a acusar os ticunas de roubar e matar gados dos Mafra. Eu disse que era mentira, que queria prova e ele disse só que queria respeito, porque senão me prendia e matava. Ficamos discutindo três horas."
Para ocupar as terras dos índios, os Mafra chegaram a arrancar três placas demarcatórias de divisa, colocadas pela Funai. Pedro e os três caciques anunciaram que no próximo dia 25 vão fazer uma grande reunião de todas as comunidades ticunas para decidir o que fazer. "Chamamos até nossos irmãos da Colômbia e Peru para essa reunião — disse Pedro. — Se a Funai não tomar uma providência, temos que nos defender." Hoje, o presidente da OAB vai enviar um telegrama ao ministro do Interior. Mário Andreazza, e ao governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, reclamando contra o descaso para o problema dos índios do alto Solimões. (**FSP**, 12/04/84).

Plantadores e traficantes denunciados

O cacique geral dos índios Tikuna, Pedro Inácio, que habita o alto Solimões, Amazonas, chegou esta semana a Brasília para denunciar à presidência da FUNAI a ocupação de suas terras por plantadores de coca. Segundo outro índio, Paulo Mendes Tikuna, que acompanha o cacique, em 1983, havia apenas um plantador na área. No momento, os índios conhecem quatro, entre eles o cocaineiro Oscar Castelo Branco, irmão do prefeito do município de Benjamin Constant, Alcindo Castelo Branco, que ocupa três hectares de terra na área indígena Ribeiro, Posto Indígena Vendaval. Além de Oscar Castelo Branco, são conhecidos também os cocaineiros Calixto Mila, com plantação na área indígena Camatiã; Emílio, que ocupa terra no Ribeiro; e colombianos que possuem plantações entre a Colômbia e a reserva tribal de tacana. Segundo Paulo Tikuna há mais de dois anos os índios reclamam providências da Funai e também da Polícia Federal para a retirada dos traficantes, sem que tenham recebido qualquer atenção. Por outro lado, os plantadores de tóxico vivem ameaçando de morte o cacique Pedro Inácio e têm a pretensão de expulsar os mais de 1.500 Tikuna que vivem às margens do Rio Solimões.
"Na nossa área — diz Paulo Tikuna — não tem problema de invasão de colonos ou posseiros, mas os cocaineiros estão impedindo nós índios de utilizar a terra. O Governo deveria criar uma lei para retirar os cocaineiros da área indígena, em vez de fazer decreto para beneficiar mineradoras".
Segundo Tikuna a responsabilidade por parte desta situação é dos próprios funcionários da Funai que não acreditam nas denúncias dos índios. (**Correio Braziliense, 12/01/85**).

Antropólogo teme que ocorram novos conflitos

Se a guarnição da Polícia Militar e o Delegado de Benjamin Constant (AM), na fronteira com a Colômbia e o Peru, continuarem na cidade, novos incidentes entre índios Tikuna e brancos podem voltar a acontecer. A advertência é do antropólogo João Pacheco, que esteve em Benjamin Constant, no domingo de carnaval, após uma briga entre índios e a guarnição da PM, quando oito Tikuna e três soldados ficaram feridos. João estava em Tabatinga durante o incidente em Benjamin Constant, mas domingo havia participado, junto a mais de 50 representantes de 40 aldeias Tikuna, de uma reunião em Umariaçu com o Presidente da Funai. No encontro, ficou acertado que a Funai pedirá a demarcação de um milhão e 300 mil hectares de terras para os 18 mil Tikuna, em diversos pontos do Alto Solimões. João negou ontem a versão da PM do conflito. Segundo o antropólogo, um dos barcos utilizados pelos Tikuna para voltarem a suas aldeias parou na cidade de Benjamin Constant porque não tinha farol que permitisse continuar a viagem à noite. "Dos 80 Tikuna que estavam no barco, quase a metade saltou para dormir na cidade. Eles foram ver blocos que passavam e a confusão começou quando dois, que estavam sentados no chão, bebendo, foram agredidos por dois policiais, com cassetete. Outros índios e mais um policial entraram na briga e o Tikuna Pedro Mendes foi baleado na perna", disse João. Segundo o relato que os índios fizeram ao antropólogo, eles recolheram seus feridos e foram para o hospital, onde mais três soldados (que com os outros três, feridos na briga, compõem a guarnição da PM da cidade) prepararam uma emboscada, escondendo-se embaixo de um caminhão e recebendo-os à bala. Quando a munição acabou, o caminho ficou livre e os índios foram tratados no hospital pelo médico que imediatamente despachou dois deles para Tabatinga. Os policiais feridos na primeira briga só tinham talhos superficiais. De todos os feridos, apenas o Tikuna Juvenal, que recebeu tiros no pulmão, garganta e abdômen, permanece hospitalizado. (**O Globo, 22/2/85**).

Indios aprisionam sertanista

Os índios Tikuna estão mantendo como refém o sertanista da Funai André Villas-Boas no posto indígena Feijoal, entre Atalaia do Norte e Benjamin Constant, no Amazonas. Os Tikuna exigem a demarcação imediata de suas terras e querem a presença do presidente da Funai, Nelson Marabuto, como condição para libertar o sertanista. Marabuto havia prometido ir até a região na quinta-feira passada, mas não foi, devendo estar lá apenas no sábado. As promessas não cumpridas do órgão, além da falta de assistência educacional e de saúde foram as principais causas da atitude dos índios de prender André Villas-Boas. (**ESP, 12/2/85**).

PM embosca e atira

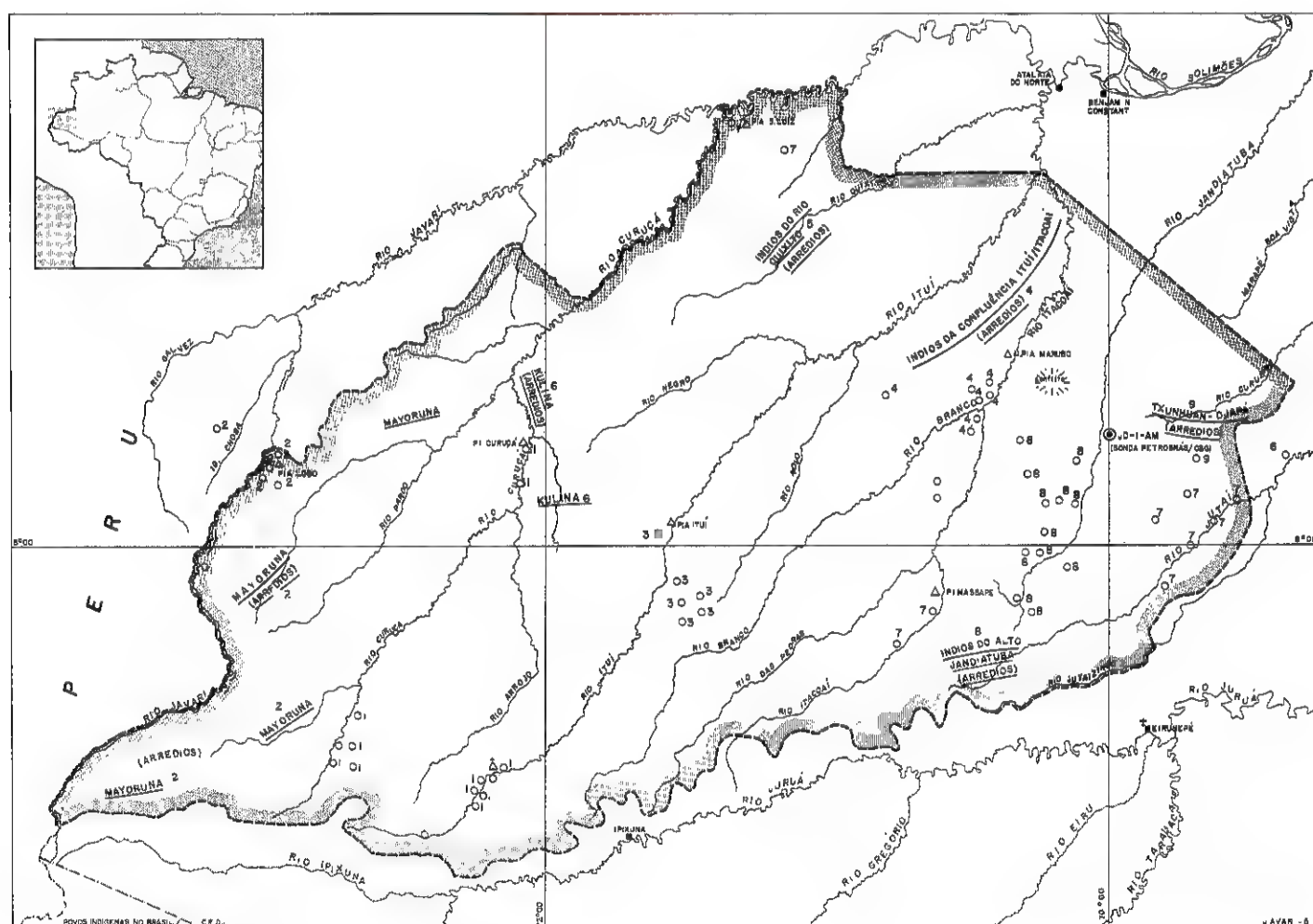
O presidente da Funai, Nelson Marabuto, informou ontem que um grupo de policiais militares do Amazonas baseados na cidade de Benjamin Constant, perto da fronteira com a Colômbia e o Peru, baleou oito índios ticunas. Um deles, atingido mais gravemente, foi operado no Hospital Militar de Tabatinga e ainda inspira cuidados. De acordo com a versão de Marabuto, inicialmente dois índios foram feridos por soldados quando assistiam à comemorações do carnaval. Posteriormente, os seis outros foram baleados em uma emboscada preparada pela Polícia Militar de Benjamin Constant, quando os índios removiam seus companheiros feridos para a aldeia. (**ESP, 19/02/85**).

Presidente da FUNAI visita e promete demarcação

O Presidente da Funai prometeu aos índios Tikuna, criar uma ajudância autônoma do órgão em Tabatinga, para assistência direta aos 18 mil Tikuna da região, segundo informou ontem o sertanista André Villas-Boas, que ficou preso como refém da tribo durante quatro dias, na última semana. Durante visita à tribo, Marabuto prometeu também enviar ao grupo interministerial que delibera sobre a demarcação de áreas indígenas a proposta de criação do território Tikuna, englobando 600 mil hectares. Villas-Boas disse que esse é o primeiro passo para a regularização da área Tikuna. (**O Globo, 22/2/85**).

foto Delvair Melatti

Marubo

JAVARI

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA JAVARI

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
MARUBO	1	AI do Vale do Javari	Estirão do Equador, Atalaia do Norte	14	462	J.C. Melatti: 78
MAYORUNA	2	Idem	Estirão do Equador	8	410	Cavuscens: 83
MATIS	3	Idem	Atalaia do Norte	1	87	Cavuscens: 83
Índios da Confluência do Ituí c/Itacoaí (KORUBO)	4	Idem	Atalaia do Norte	8	de 200 a 300	Cavuscens: 84
Índios do Quixito	5	Idem	Estirão do Equador, Atalaia do Norte	3 (?)	de 120 a 150	D.Melatti: 80
KULINA	6	Idem	Estirão do Equador E.do Equador e B. Constant	dispersos	29 35	J.C.Melatti:78 Cavuscens: 85
CANAMARI	7	Idem	Jutaí Jutaí	3 Arredios	582 ?	Neves e Labiak: 83
Índios do Alto Jandiatuba	8	Idem	B.Constant, S.Paulo de Olivença e Jutaí	27 Arredios	500 ?	Cavuscens: 83
TXUNHUAN-DJAPÁ (TUKANO)	9	Idem	Jutaí e S.Paulo de Olivença	dispersos	40	Neves e Labiak: 84

A PETROBRÁS E OS ARREDIOS DO ITACOAÍ E JANDIATUBA

"Apocalypse now", em silêncio

Araci Maria Labiak
e
Lino João O. Neves (*)

Ao mesmo tempo que aparentemente silenciava suas pretensões de construção do gasoduto que levaria o gás do Juruá para o Sul do País, a Petrobrás, igualmente em silêncio, invadiu o território de índios arredios na região dos Rios Itacoaí e Jandiatuba, com centenas de homens armados da mais alta tecnologia, no avanço de seus trabalhos de prospecção.

Assim como as bombas de dinamite, que além de serem usadas para as pesquisas sismológicas foram detonadas contra os índios, como admitiu em Dezembro de 1983 o então Presidente da Petrobrás, os helicópteros utilizados para o transporte de pessoal e equipamentos passaram a ser empregados para intimidar grupos arredios. Vôos rasantes, perseguindo índios amedrontados pelos terreiros das aldeias e levantando a cobertura de palha das malocas, tornaram-se a grande diversão dos pilotos, que, entre risos, narravam suas proezas nas cidades próximas.

Depois dos incidentes de Novembro de 1983, quando um trabalhador foi flechado no Rio Jandiatuba, fato idêntico ocorreria no Igarapé São José, afluente do Rio Itacoaí, quando em Março de 1984 outro trabalhador foi ferido.

Decidida a não atrasar seus planos de trabalhos e não considerando os avisos de insatisfação dos índios contra a sua presença, a Petrobrás prosseguiu suas atividades no Rio Itacoaí através da CBG (Companhia Brasileira de Geofísica), subsidiária da Elf Aquitaine, que anteriormente já causara danos aos Munduruku e Sateré-Mawé no Baixo Amazonas.

Acompanhados de reduzida equipe da FUNAI, que não mais contava com os índios Canamari do P.I. Massapê, conhecedores da área, e que por desentendimentos abandonaram a equipe, os trabalhos de pesquisa da CBG continuaram normalmente até o dia 4 de setembro de 1984, quando novamente ocorreram choques: um sertanista da FUNAI e um funcionário da CBG foram mortos pelos chamados Korubo (ver adiante, no resumo de notícias da imprensa).

A partir deste incidente a questão foi abordada pela grande imprensa sob dois ângulos, ambos deliberadamente distorcidos com o objetivo de modificar o verdadeiro quadro da situação.

Através do tratamento sensacionalista e policialesco com que cobriu os acontecimentos, a imprensa, principalmente a amazonense, criou um clima de tensão e hostilidade contra os índios, procurando incitar a população envolvente e justificar perante a opinião pública medidas de represália. Ao mesmo tempo, qualificando Nobre e João Praia de imprudência e falta de cautela, responsabilizava-os pelos acontecimentos que os vitimaram, ocultando assim as verdadeiras responsabilidades de uma atuação daquela natureza em área de grande concentração de índios arredios, onde tais conflitos já eram previstos.

Apesar de não ter sido feita nenhuma referência oficial sobre a possível ocorrência de mortes entre os índios, informações concretas dão conta de que no incidente do dia 04/9/84, pelo menos um índio arredio teria sido morto por um dos índios que compunham a equipe da FUNAI que acompanhava os trabalhos de prospecção. Oficialmente foi divulgado apenas que algumas malocas foram queimadas e outras abandonadas, o que parece indicar tanto a ocorrência de ataques contra os grupos quanto a morte de seus membros.

A situação chegou a tal ponto de tensão que as equipes de prospecção recusaram-se a continuar os trabalhos, exigindo serem retiradas imediatamente da área.

(*) *membros da equipe de pastoral indigenista da Prelazia de Tefé (AM).*

Maloca "Korubo", nas cabeceiras do Ig. Marubo: arredios na área de influência da sonda da Petrobrás JD-1, no Rio Jandiatuba.

fotos André Villas Boas

Insistindo na posição de não alterar as programações pré-estabelecidas, a Petrobrás chegou a afirmar que "serão tomadas medidas para que se evite qualquer incidente com os índios, mas, caso ocorra, se minimize ao máximo seus efeitos de modo que as atividades de exploração da Petrobrás possam ter prosseguimento"

Uma das medidas tomadas foi a distribuição de grande quantidade de armamento aos trabalhadores, onde, segundo informações obtidas na região, cada homem recebeu uma espingarda e vinte cartuchos de munição, que são reabastecidos constantemente.

Sob esse estranho esquema de segurança, FUNAI e Petrobrás procuraram eximir-se de suas responsabilidades. Seis dias após o incidente anunciaram a suspensão dos trabalhos de exploração e a retirada de pessoal e material de riscos (combustível e explosivos) da área, declarando que "se tudo correr bem com a retirada dos 400 funcionários da CGB (sic) do local e do material de alta periculosidade, é possível que durante muito tempo não se ouça mais falar sobre os kurubu". (O Estado de São Paulo, *10/9/94*).

Entretanto, tal retirada nunca chegou a ocorrer.

Ao invés de abandonar completamente a área, as frentes de trabalho foram deslocadas para a região do Rio Jandiatuba, no centro do território de grupos isolados, como os Tsuhum Djapa e outros ainda desconhecidos. Além da ameaça física e da destruição material da área, estas frentes representam o estreitamento das relações entre estes grupos e a sociedade envolvente, e o surgimento de dependências decorrentes de contatos não criteriosos como estes.

Operação silêncio

Se por um lado a área não foi desocupada, na sua segunda parte o plano se encontra em plena execução. A partir do rígido esquema de sigilo que foi instalado, nenhum dado oficial é divulgado sobre os grupos indígenas ou sobre os trabalhos atualmente desenvolvidos.

Acobertados pela proibição aos seus funcionários de fornecer qualquer tipo de informação ou comentar qualquer fato ocorrido, e pelo silêncio em que se colocaram os meios de comunicação, os trabalhos na região do Rio Jandiatuba foram retomados em ritmo acelerado, embora não tenham sido criadas pela Petrobrás as condições de segurança recomendadas pela equipe da FUNAI que acompanhava as prospecções.

Todo este silêncio só foi quebrado pelo CIMI (Porantim, *Novembro/84*) *e pela Survival International, que, de Londres, endossando a comunicação da equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia do Alto Solimões sobre a situação dos grupos isolados do Vale do Javari, utilizou o seu Boletim de Ação Urgente* (*08/01/85*) *para divulgar a questão, enquanto enviava à Presidência da FUNAI uma carta aberta exigindo o atendimento de reivindicações concretas, tais como: a demarcação da área como medida de segurança para os grupos e a imediata retirada da Petrobrás da área.*

Acampamento da Petrobrás, às margens do Rio Jandiatuba.

fotos André Vilas Boas

Malocas de índios arredios, abandonadas.

Além de centenas de clareiras que foram abertas para testes de detonação sísmica, da base de apoio às operações (Apoio II) instalada no Alto Jutaí e da Sonda Jandiatuba 1 — Amazonas (SJ-1-AM), que entrou em operação no dia 03 de janeiro de 1985, com seus possantes motores ligados 24 horas por dia no centro do território de índios arredios, está sendo construída no local denominado Bom Futuro, no Rio Jutaí, uma pista de pouso para aviões de médio porte.

Outras 4 sondas estão previstas de serem instaladas, todas em áreas indígenas: a Sonda Jandiatuba 2, cujos trabalhos de desmatamento já estão sendo realizados a cerca de 8 km de distância da SJ-1; a Sonda Itaquai 1, a ser instalada no local onde em Março de 84 houve choques com os índios arredios; uma terceira sonda a ser instalada em área Kulina na margem do Rio Jutaí, próximo à Bom Futuro; uma quarta sonda a ser instalada próximo ao Igarapé Queimado, em área dos Tsuhum Djapa e dos Canamari do Alto Jutaí, e cujos sobrevôos para identificação e reconhecimento de terreno já foram realizados por uma equipe da FUNAI.

Toda esta infra-estrutura montada para funcionar como base de operação e consolidação da presença da Petrobrás na área, acrescida dos planos de estender à região do Itacoaí/Jandiatuba o gasoduto que escoará a produção do Juruá até a foz deste rio e, de onde, por via fluvial e marítima, será levada para São Paulo, desmentem as informações da Petrobrás de que a sua presença na área se dá para um breve período de testes de avaliação de potencial, cujo término dos trabalhos e a retirada definitiva da área estariam previstos para no máximo até julho de 1985.

Com o término da construção da pista de pouso, previsto para Maio de 1985, o transporte de pessoal e de equipamentos será feito diretamente de Manaus para a área onde se desenvolvem os trabalhos, estabelecendo um controle ainda mais severo sobre a área.

Assim será fechado o único canal que se tem atualmente de conhecimento da área, que são os comentários que circulam pelas cidades próximas, ao mesmo tempo que será dado o passo definitivo para que não apenas "durante muito tempo", mas que talvez para todo o sempre não se ouça mais falar sobre os índios que ocupam esta região, muitos dos quais nossa sociedade não teve tempo nem interesse de registrar sua existência, quanto mais de respeitá-los como Povos.

Aconteceu na imprensa

PARQUE DO JAVARI

FUNAI propõe interdição

Para evitar um conflito sangrento — e proteger os três mil índios arredios e contatados que vivem no Vale do Javari (AM) da expansão da frente de extrativismo de borracha e madeira, e da atuação da Petrobrás, que faz pesquisas na área, a Funai elaborou proposta de decreto presidencial para a interdição de seis milhões de hectares na região do Alto Solimões.

O processo de interdição da área, primeiro passo para sua demarcação definitiva e possível criação do Parque Indígena do Javari, foi acelerado pela Funai depois da morte de dois funcionários no acampamento central da Petrobrás, há dois meses, num ataque dos índios arredios Kurubo. A proposta, abrangendo cinco municípios amazonenses localizados na fronteira com o Peru, foi elaborada por um grupo de antropólogos, técnicos da Funai e missionários que atuam na região.

A exposição de motivos do decreto — que será enviada pelo Ministro do Interior, Mário Andreazza, ao Presidente João Figueiredo — pede a interdição do Vale do Javari e das cabeceiras dos rios Jandiatuba e Jutaí, área onde têm ocorrido conflitos entre índios arredios e funcionários da Petrobrás. O documento afirma que a medida dará condições à Funai de atuação incisiva na região, a fim de não afetar os interesses das comunidades indígenas e dos segmentos nacionais, e "evitar conflitos sangrentos".

A Petrobrás tem convênio com a Funai para pesquisa de gás natural e vem fazendo levantamentos sísmicos, possuindo duas linhas com 450 km de extensão. Na área, rica em gás natural e borracha, já foi constatada a presença de, no mínimo, três grupos arredios: Mayorama, Matis e os difíceis Kurubo, que têm reagido a todas as tentativas de contato feitas nos últimos 14 anos. Os grupos Maya e Tshumdjapa são semi-arredios e, já contatados, estão os Marubo, Kanamari e parte dos Mayorama e dos Matis. **(O Globo, 11/11/84).**

FUNAI agora é contra

O presidente da FUNAI, Nelson Marabuto, enviou ontem telegrama ao presidente da PETROBRÁS; Thelmo Dutra Resende, protestando contra a decisão da empresa de perfurar poços de petróleo a menos de 30 km de malocas de índios ainda não identificados. A perfuração dos poços está sendo feita no Igarapé São José, nas proximidades do Rio Itacoaí.

Segundo o sertanista Sidney Possuelo, da FUNAI, os recentes ataques dos Korubu aos acampamentos da PETROBRÁS "são conseqüência de um convênio mal elaborado..." em 1982, e o presidente Marabuto já determinou a sua revisão. **(Cidade de Santos, 15/12/84).**

A PETROBRÁS E O GÁS DO JURUÁ

Mestrinho e o gasoduto

O governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, defendeu a construção do gasoduto ligando Carauari a São Paulo, pois "serão criadas as condições para, ao longo da estrada que será construída para a conservação e manutenção do gasoduto, se estabelecer processos de colonização". **(A Crítica, 12.07.84).**

Juburí-I, novo poço

O diretor de Exploração da Petrobrás, Carlos Walter Marinho Campos, anunciou ontem que a empresa fez nova descoberta de gás natural em Juruá, no Alto amazonas, em área onde até agora não se registrara ocorrência relevante. Para Marinho Campos, o gás agora descoberto contém percentagem significativa de gás sulfídrico (13%), apropriado para utilização na indústria petroquímica.

O poço descoberto — Juburí-I — está localizado 50 quilômetros a sudoeste da cidade de Carauari, sede das operações da Petrobrás, na localidade de Taiatuba. A vazão do poço foi de 195 mil metros cúbicos diários, inferior à média de 300 mil a 400 mil metros cúbicos registrada na região.

Marinho Campos informou ainda que a descoberta representa a comprovação da existência de diversos pontos de ocorrência de gás ao longo do alinhamento de 250 quilômetros pesquisados pela Petrobrás no Juruá; isso além dos trabalhos que visam a comprovar o seu prolongamento por outros 250 quilômetros até o Estado do Acre, onde a empresa continua desenvolvendo trabalhos de prospecção e exploração. Extra-oficialmente, estimam os técnicos que as reservas de Juruá alcancem de 120 bilhões a 200 bilhões de metros cúbicos de gás natural. **(ESP, 06/09/84).**

"Época do gás"

O Ministro Cesar Cals, das Minas e Energia, anunciou a antecipação da produção das reservas de gás natural descobertas pela Petrobrás na região do Juruá, com o emprego de um equipamento portátil em cada poço antes mesmo da instalação de gasodutos.

As estimativas das reservas de gás no Alto Amazonas, segundo o Ministro, chegam a 160 bilhões de metros cúbicos, praticamente o dobro das atuais reservas nacionais. "O país vai entrar fortemente na época do gás", disse Cals. **(ESP, 9/10/84).**

Os técnicos e "o perigo"

Técnicos da Petrobrás que trabalham na perfuração de gás na região do Juruá, no Amazonas, estão apreensivos com a presença de um grupo de índios Kulina na região onde está operando a sonda SM-1. Eles temem uma reação do grupo indígena, integrado por mais de 100 pessoas, aos trabalhos que estão sendo executados às proximidades de suas terras. Até o momento nenhum problema ocor-

reu entre os índios e o pessoal da Petrobrás, mas o presidente do Sindicato dos Petroleiros, Raimundo Gomes Filho, após tomar conhecimento da situação em viagem recente que fez ao local, decidiu pedir à direção da empresa para fazer um contato com a Funai a fim de verificar se há realmente algum perigo.
Enquanto isso não ocorre, o pessoal da perfuração, como medida preventiva, vai continuar a presentear os índios, esperando, assim, mantê-los **pacíficos e amigos**.
A bacia do Juruá possui a maior reserva de gás natural do Brasil. (**O Liberal, 23/10/84**).

Contratos para 38 áreas

A Petrobrás assinou com a Pecten (subsidiária da Shell), a British Petroleum (BP) e a Idemitsu o maior pacote da história de contratos de risco, envolvendo 38 blocos no Médio Amazonas, com área de 380 mil quilômetros quadrados e investimento mínimo de US$ 38 milhões, no prazo de seis anos e meio, podendo ser aumentado em US$ 40 milhões se o prazo for prorrogado por dois anos. Até agora, o maior contrato tinha sido firmado com a Paulipetro, envolvendo 27 blocos e área de 270 mil quilômetros quadrados.
Segundo o superintendente de Contratos de Risco da Petrobrás, Luís Reis, a estatal já perfurou na região do Médio Amazonas, mais de 100 poços, tendo encontrado um pouco de óleo e gás, "mas nada significativo". Como os custos de exploração na área são extremamente elevados — "só o levantamento sísmico custa US$ 10 mil por quilômetro, contra US$ 1 mil no Rio Grande do Norte" — tornou-se mais econômico abrir licitação de risco, o que permitirá que dentro de quatro anos e meio a Petrobrás possua o levantamento e a interpretação de toda a área do Médio Amazonas.
Segundo Reis, nove das 38 áreas contratadas já foram objeto de contratos de risco anteriores com a Pecten, Elf, Ess, BP, Anschutz e Idemitsu, quando foram levantadas, processadas e interpretadas cerca de sete mil linhas sísmicas e mil quilômetros de linhas de aeromagnetometria, representando investimento de cerca de US$ 110 milhões. (**FSP, 15/12/84**).

"KORÚBO"

Dois mortos

O sertanista da FUNAI, Lindolfo Nobre Filho, 52 anos, e o funcionário da Companhia Brasileira de Geofísica (CBG), João Praia Costa, de 25, foram assassinados a golpes de borduna por um grupo de 50 índios Korubo, dia 4 à tarde, no acampamento da Petrobrás que fica na região do Rio Itacoaí, no município de Atalaia do Norte.
O chefe da equipe da CBG, conhecido por Manoel, relatou os cinco minutos que durou o massacre: "Pela primeira vez eles se aproximaram. Eram cerca de 50 homens, mas só Lindolfo e João atenderam seus sinais, transmitidos através de gestos com as mãos e muita gritaria, e acabaram puxados para a mata", onde foram mortos a bordunadas. (**ESP, 06/09/84**).

Retirada, inclusive da dinamite

A presidência da FUNAI em Brasília decidiu retirar seus funcionários da região do Rio Itacoaí, depois do ataque dos Korubo que vitimou um sertanista e um técnico da CBG, elevando para oito o número de funcionários mortos nas várias tentativas de atração desses índios.
No dia seguinte ao massacre, 29 índios voltaram ao local e ficaram a cem metros do acampamento onde se encontram 400 homens da CBG a serviço da Petrobrás, que realiza trabalhos de prospecção de petróleo na área.
Os sertanistas da FUNAI Sebastião Amâncio e Sidney Possuelo foram deslocados para a região com o objetivo de acompanhar a retirada dos funcionários da CBG, como também os milhares de litros de combustível de aviação e cem mil cargas de dinamite que estão no depósito do acampamento. A gasolina tem sido usada para abastecer os helicópteros que fazem a ligação do acampamento com a sede do município de Atalaia do norte e as cargas de dinamites, para a abertura de picadas. (**JT, 10/09/84**).

Novo ataque

Um homem de identidade ainda desconhecida foi morto a bordunadas, dia 8, na confluência dos rios Ituí e Coari, muito acima de onde ocorreu o episódio do dia 4, no acampamento da PETROBRÁS. Segundo a FUNAI a vítima devia ser um madeireiro, caçador ou pescador, surpreendido pelos índios na mata. (**JT, 18/09/84**).

Convênio poderá ser revisto

Os trabalhos de prospecção petrolífera e de gás natural que a PETROBRÁS realiza na região do Rio Juruá estão paralisados e poderão ser definitivamente vetados pela FUNAI, se forem constatadas conseqüências para os Kurubo. Essa poderá ser a posição da FUNAI, dependendo da avaliação que o sertanista Sidney Possuelo, assessor da presidência do órgão, fará no local, para onde viajou ontem. (**Jornal de Brasília, 31/10/84**).

Novo cerco

Índios arredios cercaram ontem o acampamento da PETROBRÁS denominado Jandiatuba I, local de difícil acesso e de onde os funcionários só podem ser retirados de helicóptero. (**Folha da Tarde, 20/11/84**).

foto Lino João O. Neves

Canamari

JUTAÍ/JURUÁ/ PURUS

POVOS INDIGENAS NO BRASIL/CEDI 6-JURUÁ/JUTAÍ/PURUS
PERU
RIO SOLIMÕES
JUTAÍ
FONTE BOA
TOMANIQUÁ
UARINI
ALVARÃES
TEFÉ
JURUÁ
COARI
RIO JUTAÍ
RIO MUTUM
RIO JURUÁ
CARAUARI
RIO TEFÉ
RIO URUCU
RIO COARI
RIO TAPAUÁ
RIO PURUS
CAMARUÁ
TAPAUÁ
ITAMARATI
EIRUNEPÉ
RIO JURUÁ
R. TARAUACÁ
ENVIRA
CANUTAMA
RIO CUNIUÁ
RIO PIRANHA
RIO MUCUIM
RIO IPIXUNA
LÁBREA
RIO PAUINI
PAUINI
RIO PURUS
RIO MARI
HUMAITÁ
R. SEPATINI
RIO INAUINI
RIO ITUXI
RR
AC
BOCA DO ACRE
4°00
8°00
68°00
64°00

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA JUTAÍ/JURUÁ/PURUS

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO		POPULAÇÃO	FONTE E DATA
KULINA	1		Envira	R.Envira/2	81	*
	2		Envira	R.Tarauacá/4	214	
	3		Envira	R.Acuaruã/1	42	
	4		Itamarati	R.Xeruã/1	39	
	5		Jutaí	R.Jutaí/4	117	
	6		Pauini	R.Purus/1	40	
	7		Ipixuna, Eirunepé, Itamarati	R.Juruá/9	466	
	8	AI Eiru/Penedo/Bau	Eirunepé		259	
	9	AI Juruá/ Andirazinho	Caitaú		66	
	10		Eirunepé	R.Gregório/1	38	
					1.362 (T)	
KATUKINA (1)	11	AI Biá	Jutaí	4	253	
	12		Tapauá	R.Tapauá/1	10	
CANAMARI (2)	13		Eirunepé Itamarati	Ig.Mirim/R.Juruá e R.Xeruã/12	?	
DENI	14		Itamarati	8	492	
MURA	15	AI Lago Aiapoá	Beruri, Anori		100	Gunter: 84
APURINÃ	16	AI Caitetu	Lábrea			
	17	AI Marahã	Lábrea			
	18	AI Apurinã do Ig. Tauamirim	Tapauá			
	19	AI Apurinã do Ig. S. João	Tapauá			
	27	dispersos	Lábrea, Tapauá, Pauini		1.300 (T)	

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
PAUMARI	17 20	AI Marahã R.Tapauã e R. Cuniuã	Lábrea Tapauã		250 (T)	
MARIMÃ	21	Arredios	Tapauã			
ZURUAHÃ (3)	22		Tapauã		123	FUNAI: 84
JAMAMADI (4)	23		Lábrea	4	450	
JUMA	24		Canutama		9	
CATAUIXI	25		Lábrea		10	
ÍNDIOS DO JACAREÚBA	26	Arredios	Canutama			

(*) o recenseamento Kulina foi feito pela "Equipe Kulina, CIMI-OPAN", integrada por agentes de pastoral das Prelazias de Tefé e Acre-Purus, em 1983. Os demais dados foram fornecidos pelas equipes de pastoral indigenista das Prelazias de Tefé e Lábrea.

(1) esse grupo do Jutaí, da família lingüística Katukina, é diferente dos Katukina do Acre, da família lingüística Pano.

(2) esse grupo do Jutaí, da família lingüística Katukina não tem afinidade com outros grupos Canamari do Acre, das famílias lingüísticas Aruak e Pano.

(3) nome do Povo que habita a região do Coxodoá

(4) junto com os Jamamadi, vivem também os Kanamati, Jarauara e Banaua-Yati.

Aconteceu

GERAIS

FUNAI na Polícia

Após breve passagem de uma equipe de saúde pelo Rio Jutaí, a Funai se estabeleceu no Rio Juruá, instalando em Eirunepé uma representação com o objetivo de funcionar como uma agência de relações públicas do órgão na região e para atender aos índios localizados próximos à cidade.
Surgida da mobilização da Prefeitura Municipal e da Delegacia de Polícia de Eirunepé, a representação da Funai foi assumida por Benvindo Gadenha Costa, um auxiliar de enfermagem recém-contratado e totalmente despreparado, que aliando a sua inexperiência em indigenismo aos seus interesses pessoais, esteve sempre mais voltado para a defesa dos interesses da população branca, e em especial de seringalistas, do que dos interesses dos índios.
Instalada em precaríssimas condições num cubículo da Delegacia de Polícia, a presença da Funai se tornou, desde o início, um novo instrumento de intimidação com o qual o Delegado de Polícia, Sargento Augusto Cesar Alves da Cunha, procurou legitimar seu autoritarismo e arbitrariedade sobre os grupos indígenas da região.
Frente à mobilização de seringalistas e políticos, aliados à autoridade policial e ao representante da Funai, tanto os Canamari quanto os Kulina reagiram em defesa de seus territórios, como se verá adiante. (**Araci M. Labiak e Lino João de O. Neves, de Eirunepé, mar./85**).

Relatório FUNAI

A Funai acaba de concluir um levantamento das áreas indígenas do sudoeste amazônico, a fim de demarcá-las ainda este ano, revelou ontem o delegado do órgão em Porto Velho, Amauri Vieira. Segundo ele, um grupo de trabalho constituído por antropólogos, agrimensores e técnicos do projeto fundiário do Incra em Humaitá-AM, manteve contatos com os índios Apurina, Paumari, Jamamadi e Juma, encaminhando à diretoria de patrimônio indígena o relatório sobre os seus respectivos territórios.
Vieira disse que vivem no sudoeste amazônico entre 2.500 e 3 mil índios, cuja situação de posse ainda é indefinida, em conseqüência de invasões e do atraso na demarcação. (**O Liberal, 31/01/84**).

DENI

GT vai propor área

Apesar das sucessivas permanências em Manaus para tratamento, a tuberculose (principalmente ganglionar) ainda atinge grande parte da população Deni localizada na região do Rio Xeruã, afluente do Rio Juruá.
Com a situação de suas terras também indefinidas, e com o aumento da dependência e necessidades criadas face o contato com a sociedade branca, cada vez mais os Deni têm se tornado vulneráveis e fracos em relação à constante invasão de seu território, sendo utilizados como mão-de-obra para a extração da sorva, cuja alta de preço tem se constituído num atrativo a mais para comerciantes e ribeirinhos que em número crescente vêm invadindo a área Deni.
No começo de 1985 um Grupo de Trabalho da Funai percorreu a área, levantando os dados necessários para a formulação de uma Proposta de Área que abranja os vários grupos Deni desta região. (**Araci M. Labiak e Lino João O. Neves, de Eirunepé, mar./85**).

KATUKINA/R. BIÁ

Devastação

Madeireiros, utilizando-se inclusive da mão-de-obra indígena, retiraram, no inverno de 1984, onze mil toras de madeira da Área Katukina do Rio Biá. (**Jornal do Comércio, 31/05/84**).

Milhares de toras para a BRUMASA

Vem crescendo assustadoramente, nos últimos anos, o esbulho das riquezas naturais existentes nas terras dos índios **Katukina** do rio Biá, afluente do Jutaí, no Amazonas.
Apesar da denúncia feita, o ano passado, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Jutaí, e de comunicação encaminhada à Funai, nenhuma providência foi até agora tomada. Ao contrário, os madeireiros e comerciantes parecem terse sentido ainda mais motivados para intensificar o roubo de madeira da área indígena.
Só neste início de ano, já foram tiradas aproximadamente seis mil toras de madeira da área indígena. E segundo informações colhidas pela Equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia de Tefé (e documentadas fotograficamente), pelo menos outras cinco mil toras já estão prontas para serem retiradas proximamente da Reserva Indígena Rio Biá.
Este roubo de madeira está sendo feito pelos seguintes madeireiros e comerciantes: Délio Mafra (de Tefé), Fernando Honorato Filho (da Foz do Jutaí), Antônio Carlos (Foz do Jutaí), Abraão Soares (Tefé), Lucídio Martins (Foz do Jutaí), Pedro Brás (Copatana) e Eduardo Ribeiro (Jutaí).
Mais de 30 homens, trabalhando com motosserras e machados, foram levados por estes madeireiros para as matas do rio Biá. Além disso, os próprios índios **Katukina** vêm sendo usados para esse fim. A maior parte dessa madeira está sendo tirada para a multinacional Brumasa, com sede no Amapá, para onde é levada para beneficiamento e exportação. (**Jornal do Comércio, 31.05.84**).
Todos esses madeireiros sabem perfeitamente que ali é terra indígena e, portanto, é proibida a retirada de madeira. A Funai já fez a eleição da área, e tem o mapa e o memorial descritivo. Não há, portanto, nenhuma razão que justifique o retardamento da demarcação da Reserva do Rio Biá.
Praticamente inexistem, até o momento, invasores que dificultem a demarcação da reserva, que vai englobar as quatro aldeias dos cerca de 220 **Katukina**. Fora da área do rio Biá, existem apenas

umas poucas famílias de **Katukina**, dispersas pelo Alto Rio Tapauá. Apesar de quase um século de contato com a frente extrativista do caucho e da borracha, pode-se dizer que os **Katukina** mantêm bastante preservada a sua cultura. Plantam grandes roçados (em anos passados, chegaram a vender muita farinha de mandioca) e também extraem sorva e borracha, que comerciam com os regatões. (**Porantim, jun./84**).

Denunciada expulsão

Famílias Katukina estão sendo expulsas, na região do Lago Aiapuá, Ilha Grande, Jamari, Surara e Laranjal, embora a área já esteja delimitada pela FUNAI. A pressão vem sendo feita por uma família que se diz proprietária das terras, embora não apresente nenhum documento comprovatório de tal condição, conforme denúncia da missionária católica que atua na região, Irmã Cristina Noskoski. (**A Crítica, 02/08/84**).

KANAMARI/ R. ITUCUMÃ

Seringalistas continuam invadindo

Usando a mesma tática de seu pai, Joaquim Serafim Carneiro, que se diz dono do Seringal Flecheiras, localizado em área Kanamari, vale-se dos índios para abrir colocações e estradas de seringa. Uma vez abertas estas colocações, "deixa" os índios trabalharem ali durante dois ou três anos; então os expulsa para mais adiante, onde vão abrir novos locais.

O grupo **Kanamari** hoje localizado no igarapé Mirim, afluente do rio Itucumã, vem sendo utilizado há anos, para abrir, em seu próprio território, estradas para os seringalistas do Estado.

Em agosto último, quando em contato com os **Kanamari** desse grupo, agentes da Pastoral Indigenista da Prelazia de Tefé testemunharam esta prática. Joaquim Serafim apossou-e de três estradas de seringa dos **Kanamari**, colocando seringueiros não-índios para ali trabalharem a seu serviço. O momento era de grande tensão, pois os **Kanamari** se negavam a aceitar esta situação, não deixando sua área para os brancos e exigindo que fossem respeitados seus direitos de ocupação imemorial do território.

No final de agosto, Raimundo Marinho da Silva (Raimundinho Cipriano), arrendatário daquele seringal, propôs aos agentes de pastoral um acordo para continuar explorando aquelas terras. Como verdadeiros donos da área, cabia aos **Kanamari** tomarem qualquer decisão. Acompanhados pelos agentes de pastoral, alguns **Kanamari** estiveram com Raimundinho Cipriano, e se defenderam das acusações de que estariam roubando tigelas (usadas na coleta do látex). Disseram que roubo realmente ocorria, mas praticado por brancos que, além de roubar tigelas dos índios, causavam a morte de seringueiras na área.

Aceitando a proposta feita pelo seringalista, os **Kanamari** estabeleceram as bases do acordo: permitem que os brancos continuem cortando seringa em suas terras até o final deste ano; não permitem que nos próximos anos estes continuem na área, nem que sejam colocados novos seringueiros; farão inspeção periódica nas estradas de seringa, e, ao constatar que alguém está matando seringueiras, proibirão que o devastador continue na área; exigem que a renda para a exploração da seringa seja paga à comunidade **Kanamari**, e não mais a Joaquim Serafim.

Reconhecendo os direitos dos índios, Raimundinho Cipriano assumiu pagar 420 kg de borracha como renda e legalizar o acordo em cartório. Mas, apesar do compromisso assumido, Raimundinho Cipriano e Joaquim Serafim dirigiram-se à Delegacia de Polícia de Eirunepé, onde acusaram os índios de "usurpação de terra" e os agentes pastorais de "incitamento". O delegado de Polícia, sargento Augusto C. Alves da Cunha, tomando a defesa dos seringalistas, tentou intimidar os **Kanamari** e os agentes pastorais, ameaçando abrir processos e utilizar força policial para retirar os **Kanamari** da área.

Vale frisar que há uma representação da Funai em Eirunepé, que, instalada na Delegacia de Polícia, e tendo como seu representante um atendente de enfermagem totalmente despreparado para o trato das questões que afetam os índios na região, sofre todo tipo de interferência e direcionamento do Delegado de Polícia.

Toda esta situação tem como pano de fundo o interesse de seringalistas que se pretendem donos desta e de outras áreas kanamari e kulina na região, fato confirmado pelo delegado, que revelou existir "muita gente grande por trás disso". Outro interessado na questão é o próprio delegado, que tem demonstrado alto grau de preconceito contra os povos indígenas, e que, como já afirmou, está ali para "defender os proprietários".

Atendendo a estes propósitos, Benvindo Costa, representante da Funai em Eirunepé, acompanhado por Raimundinho Cipriano, foi para a área com um roteiro de interrogatório e instruções fornecidas pelo Delegado. Em sua volta, elaborou, juntamente com o sargento Augusto, um relatório que foi enviado à Funai, onde se procurava incriminar o agente de pastoral Lino João de Oliveira Neves. Todas estas atitudes têm como objetivo evidente retirar os agentes de pastoral da área e demover os índios da defesa de seus direitos, efetivando a espoliação definitiva do território kanamari. (**Porantim, nov./84**).

GT percorre a área

A partir de uma proposta de Área encaminhada pela Equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia de Tefé, em GT da FUNAI percorreu a região fazendo um levantamento visando a delimitação da AI Canamari do Rio Juruá, incluindo os afluentes deste rio, onde vivem vários grupos da etnia. (**Araci M. Labiak e Lino João de O. Neves, mar./85**).

KANAMARI/ R. JUTAÍ

Madeira para exportação

Embora já devastada de espécies que apresentem algum valor comercial elevado, madeireiras continuam retirando toros de vários tipos da área Canamari do Jutaí, incluindo madeiras brancas e até aquelas que são utilizadas para a fabricação de canos e remos, pelos índios, e outras cujos frutos alimentam os peixes nos igarapés e lagos. Em sua maioria, esses toros foram levados à Manaus, para serem transformados em laminados destinados à exportação.

Ciente dos fatos, a 1ª DR da FUNAI em Manaus disse estar movendo uma ação judicial contra as empresas madeireiras e os intermediários envolvidos. Porém, a retirada de madeiras da área indígena, continua. (**Lino João de O. Neves e Araci M. Labiak, de Eirunepé, mar./85**).

Em defesa do território

Logo nos primeiros meses do ano, quando da presença de madeireiros e da derrubada de árvores por seringueiros invasores da área, os Canamari tomaram a defesa de seu território realizando o controle e levantamento da quantidade e qualidade da madeira que estava sendo retirada. Estes dados foram encaminhados à Funai, como subsídios às medidas judiciais que este órgão afirmava que tomaria.

Quando de sua estada no Alto Jutaí, em abril de 84, a equipe de saúde da Funai entregou aos Canamari várias Placas de Interdição de Área, que foram fixadas pelos próprios índios nos locais por eles indicados como limites de sua área. Em seguida, passaram os Canamari a exigir dos comerciantes uma espécie e "imposto", que funcionaria como uma indenização dos prejuízos causados pela retirada de produtos da área.

As placas de interdição, os remédios e mercadorias distribuídas, e as promessas de instalar um Posto Indígena na área, criaram entre os Canamari uma enorme expectativa.

O não cumprimento destas promessas, acentuado pela presença da Petrobrás que, sobrepondo-se à autoridade da Funai, invadiu a área, fez com que índios e ribeirinhos desacreditassem na legalidade das Placas de Interdição e na própria força do grupo como agente de garantia do território. (**Araci M. Labiak e Lino João de O. Neves, de Eirunepé, mar./85**).

A situação de saúde

Um estranho quadro de sintomas que diagnosticado pela Unidade da Fundação Sesp-Eirunepé como tuberculose intestinal, fez com que várias entidades se mobilizassem no sentido de solucionar os problemas de saúde que atingiam 50% dos 107 Canamari do Rio Jutaí. (**A Notícia-AM, 12/03/84**).

Após uma série de exames realizados na área, da qual tomaram parte o Hospital de Moléstias Tropicais, o Instituto de Pesquisas da Amazônia-Impa, Funai, Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas-Sesau, Fundação Sesp-Regional Manaus, e Conselho Indigenista Missionário-Cimi, 3 Canamari estiveram em Manaus para exames mais detalhados e uma equipe de saúde da Funai esteve no Rio Jutaí para realizar exames clínicos no grupo. Além disso, material para exames laboratoriais foi enviado ao Instituto Evandro Chagas, em Belém, e ao Instituto Pasteur, na França, sendo que apenas este último, a partir do material que ainda continua em estudo, conseguiu isolar micro-organismos. Embora não tenha sido identificada a doença, a hipótese de TB intestinal, levantada pelos primeiros exames, está definitivamente descartada.

A partir de exames parasitológicos realizados pelo Inpa, onde 100% dos Canamari apresentaram um variado quadro de verminose em alto grau, a equipe do Projeto Canamari realizou um tratamento geral na população.

Se hoje a situação de saúde do grupo não pode ser tida como totalmente normal, pelo menos já não se apresenta tão alarmante quanto no início de 1984, pois apesar de não terem desaparecido completamente, os sintomas que levaram ao diagnóstico de TB intestinal diminuíram consideravelmente.

Ainda quanto à saúde, em dezembro de 1984 a equipe do Projeto Canamari-Prelazia de Tefé realizou a atualização da vacina contra sarampo e a 1ª dose das vacinas SAbin e Tríplice. (**Araci M. Labiak e Lino João de O. Neves, de Eirunepé, mar./95**).

Tuxáuas Manduca, Isaquiel e Geraldo: os Canamari do Rio Jutaí, sinalizando suas terras com placas da FUNAI.

KULINA

Transferência indevida

Fruto da atuação do representante da Funai em Eirunepé e da autoridade policial, que em seu todo foi muito mais negativa do que positiva, tanto para os índios em si, quanto para as relações brancos e índios, a situação atingiu seu ponto crítico no final de dezembro, quando um índio Kulina feriu à faca um comerciante, desencadeando daí um acirramento de ódio e preconceitos, e fazendo vir à tona o estado de tensão latente que já envolvia aquelas relações.

Como forma de evitar novos conflitos, o grupo rersponsabilizado por este incidente foi transferido para a área de outro grupo Kulina, um pouco mais afastado da sede do Município. Sem que lhes tenha sido oferecido condições suficientes de se instalarem no novo local, os Kulina, por questão de sobrevivência, em breve tempo terão de retornar à antiga área, a fim de se abastecerem dos roçados ali deixados.

Esta transferência, precipitada e que não foi suficientemente analisada em suas implicações, longe de solucionar a questão com a população branca, traz em si sérios riscos, uma vez que reaproximou grupos que haviam se separado recentemente devido questões de divergências internas, o que, devido as características do Povo Kulina, poderá originar conflitos extremamente prejudiciais a ambos os grupos.

foto Gunter Kroemer

Os Zuruahá, nos primeiros contatos com missionários católicos.

Todos os fatos ocorridos em 1984, envolvendo os Kulina e brancos, vieram reforçar a evidente necessidade de redefinir os limites da atual Proposta de Área a partir das reais necessidades dos grupos Kulina da região. (**Araci M. Labiak e Lino João O. Neves, de Eirunepé, mar./85**).

ZURUAHÁ

GT delimita no Coxodoá

O GT criado pelo presidente da FUNAI, pela Portaria nº 1764/E de 14.09.1984, procedeu ao estudo de identificação — incluindo um levantamento fundiário — da área a ser destinada aos Zuruahá, até recentemente conhecido, como "Índios do Coxodoá".

A equipe do GT, incluindo dois indigenista da FUNAI (Ezequias Heringer Fº e Lévio Natal Lopes de Oliveira) e três missionários católicos da Prelazia de Lábrea (Gunter Kroemer, Terezinha Weber e Gunter Francisco Loubens), trabalhou conjuntamente entre os dias 2 e 23 de outubro, resumindo informações históricas e atuais (sobretudo a partir dos trabalhos que os missionários católicos vêm desenvolvendo desde a época dos primeiros contatos com os Zuruahá, em 1980), realizando um sobrevôo e percorrendo o Rio Cuniuá, entre o Riozinho e Marrecão e seus respectivos igarapés.

O relatório que inclui os resultados oficiais do trabalho do GT e assinado por toda a equipe, foi apresentado a 10 de janeiro de 1985, propondo uma área de 233.900 ha, com 500 km de perímetro, que está localizada no recém-criado município de Camaruã (a ser desdobrado de Tapauá), no Estado do Amazonas, assim descrita: (a) da foz do Igarapé Matrinxã, no rio Cuniuá, pela margem direita do rio Cuniuá até a foz do Igarapé Munguba, pela margem esquerda deste igarapé até sua nascente; (b) da nascente do igarapé Munguba, por linha seca, até a nascente do Igarapé Arigó (ou Ramiro), pela margem direita deste igarapé até sua foz no Riozinho; (c) pela margem esquerda do Riozinho, em toda sua extensão, até a foz do Igarapé Coxodoá; e (d) da foz do Coxodoá, pela sua margem esquerda até a foz do Igarapé Engilhado, desse ponto, por linha seca, até a nascente do Igarapé Matrinxã, da nascente deste igarapé, por sua margem direita, até sua foz no Rio Cuniuá.

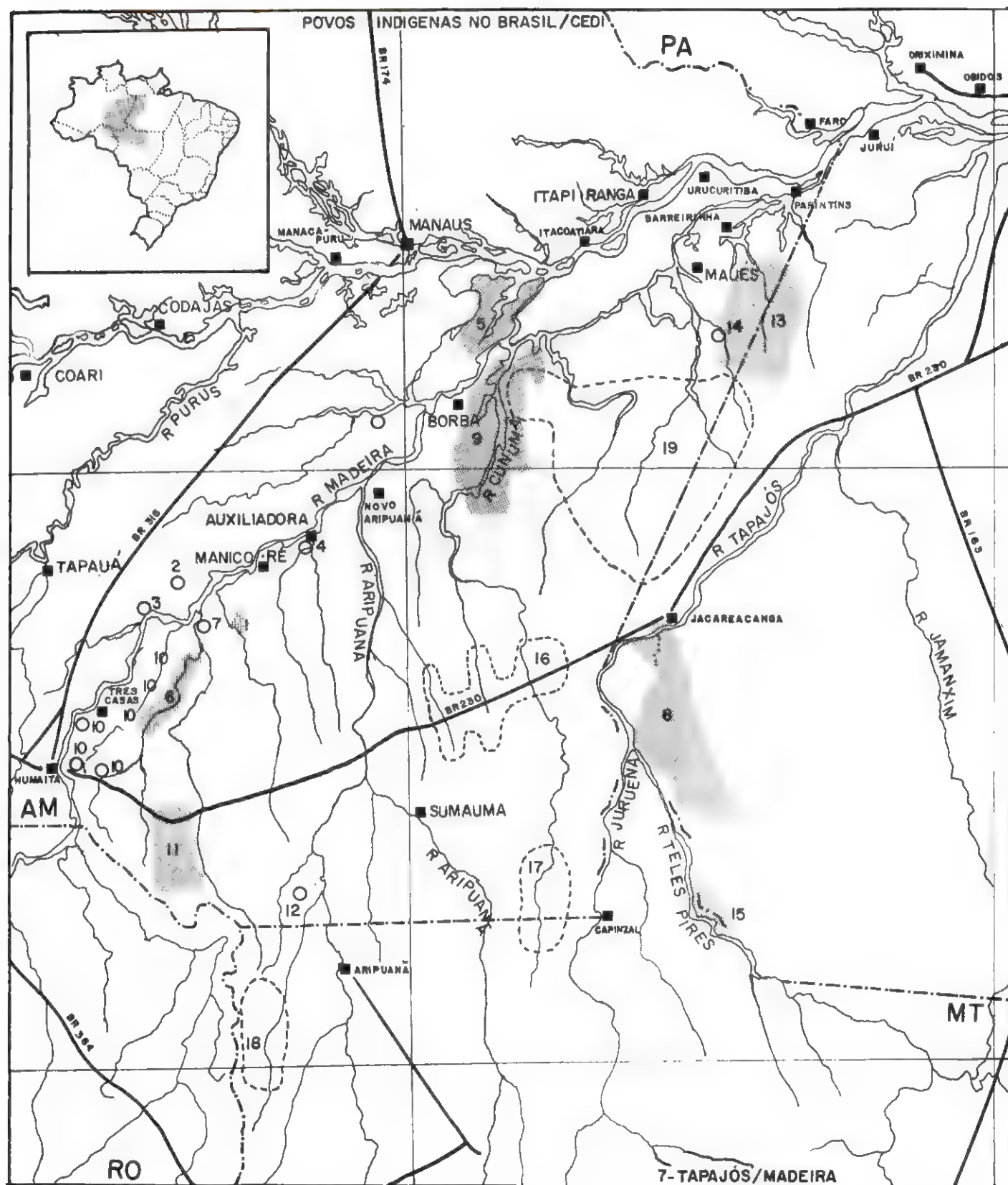
O Relatório também registra que as malocas Zuruahá atuais estão localizadas, entre o Igarapé Pretão e o Riozinho, indicando um isolamento autodefensivo, "longe o mais possível do Rio Cuniuá, onde a presença civilizada é mais freqüente."

O GT constatou que o território delimitado está sendo invadido por uma frente de expansão extrativista, formada principalmente por sorveiros e seringueiros. Apesar das placas de interdição da área, colocadas pela FUNAI, a frente extrativista continua explorando a área indígena: no alto Riozinho, os patrões Raimundo Batista, Moreira e Evilázio mantinham 12 homens, alguns com família, trabalhando como sorveiros; no Coxodoá trabalham dez seringueiros de Manoel Sena, freguês de Raimundo Batista.

No final de julho de 1984, os Zuruahá saíram à beira do Cuniuá, atraídos por elementos da Missão JOCOM (Jovens com Missão), que se utilizaram de um varadouro aberto em 1983, pela "expedição de atração" da FUNAI chefiada por Sebastião Amâncio da Costa. (**Relatório de Viagem aos Índios Zuruahá, Brasília, 10/01/1985**).

foto Sonia Lorenz

Sateré-Mawé

TAPAJÓS/MADEIRA

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA TAPAJÓS/MADEIRA

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
MURA	1		Manicoré	R.Manicoré	31	*
	2		Auxiliadora	Lg.Capanã G.	22	
	3		Auxiliadora	R.Madeira	36	
	4		Manicoré	Ponta Natal	219	
	5		Autazes	R.Autazes	1.000	
					1.308 (T)	
PIRAHÃ (1)	6		Humaitá, Auxiliadora	R.Maici/3	170	
TORÁ	7		Auxiliadora	Fortaleza	17	
MUNDURUKU (2)	8	AI Munduruku	Itaituba	18	2.296	FUNAI: 83
	9	AI Coatá-Laranjal	Anixim, Borba	14 (2)	1.460	
					3.756 (T)	
PARINTINTIN	10		Humaitá, Auxiliadora	4	114	
TENHARIM (3)	11	Res. Projetada Tenharim	Manicoré, Humaitá, Auxiliadora	Transamazônica, km 124	176	Menendez: 85
			Auxiliadora	R.Marmelos (Estirão Grande)	19	
	12	AI Ig. Preto	Manicoré	Ig. Preto	54	
SATARÉ-MAWÉ	13	AI Andirá-Marau	Itaituba, Maués	31		FUNAI: 84
	14	Igs Miriti, Manjauru, Urupadi		3	4.850 (T)	
KAJABI (4)	15	AI Kajabi	Itaituba	4	234	FUNAI: 84
DIAHOI, TIKUNA, COCAMA, DJAPÁ, APUPINÃ, APIAKÁ, e MUNDURUKU	16		Maués, Sucundurí	dipersos na transamazônica	sem dados	
ARREDIOS	17		Apuí, Sucundurí, Manicoré, Aripuana, Maués, Axinim, Itaituba	R.Barati	sem dados	
	18			R.Madeirinha	sem dados	
	19			R.Parauarí	sem dados	

(*) Todos os dados de população não especificados, foram levantados por Heringer Fº e Lange: 83.

(1) Nessa área vivem também índios Diahói e Apurinã, integrados aos Pirahã.

(2) Nessa área há também uma aldeia Sateré-Mawé.

(3) Nessa área vivem também índios Diahói, integrados às famílias Tenharim.

(4) Ver também nas Áreas PIX e Oeste do MT.

GT-FUNAI IDENTIFICA AI-TENHARIM

Miguel Menedez(*)

Em julho de 1984, a FUNAI enviou ao rio Marmelos uma equipe encarregada de delimitar a "Reserva Projetada Tenharim" e, posteriormente, a área Tenharim do Igarapé Preto, afluente do rio Madeirinha e distante a 150 km da "Reserva Projetada". Isto entusiasmou muito aos Tenharim que, desde o início dos anos 70, quando a BR-230/Transamazônica chegou a seu território, aguardam por uma demarcação efetiva de suas terras. A delimitação não ocorreu, pois os trabalhos da equipe foram contestados pelos colonos assentados pelo INCRA ao longo da rodovia e pela Mineradora Taboca S.A., atual Mibrel, do grupo Paranapanema, instalada no Igarapé Preto.

A proposta levantada pela equipe da FUNAI foi a delimitação de uma área contínua desde o Rio Marmelos até o Igarapé Preto, o que levaria a área Tenharim dos atuais 372.000 ha delimitadas em 1979, para a "Reserva Projetada" com uma superfície de 1.600.000 ha, aproximadamente. Esta proposta foi rejeitada tanto pela Mineração Taboca, como pelos colonos sediados no limite leste da "Reserva", que passaram a repelir de modo agressivo os integrantes da equipe da FUNAI que retirou-se da área, para não colocar em risco a vida dos seus membros.

Quanto aos Tenharim, preocupados com a demarcação da terra nada opuseram à proposta do pessoal da FUNAI, mesmo que boa parte dos 1.600.000 ha esteja ocupada por vegetação de campo, que não apresenta nenhum interesse para eles, ou que as dimensões da área sugerida, nada tem a ver com suas reais reivindicações pela terra.

As duas comunidades Tenharim envolvidas pelo processo de demarcação ocupam áreas distantes uma da outra, 150 km aproximadamente, e apresentam problemáticas específicas quanto à delimitação de seus territórios. Vejamos isto por parte.

(*) *antropólogo, participou do GT/FUNAI — 1985 que esteve na área Tenharim e é professor da UNESP.*

Comunidade do Igarapé Preto

Os Tenharim do Igarapé Preto reivindicam para si o território que se estende desde o curso do Igarapé Preto até o curso médio do Rio Machadinho, reconhecendo como tal o território de habitação e perambulação historicamente ocupado por eles. Entretanto, um terço desse território encontra-se atualmente destinado a atividades de pesquisa e lavra da Mineradora Mibrel. Esta firma faz quatorze anos que atua na região (o primeiro alvará de pesquisa outorgado pelo DNPM é de 1970). Ao longo de todo este período, a FUNAI não tomou nenhuma providência no sentido de proteger as terras nem mediar no processo de contato que os Tenharim passaram a ter, de modo indiscriminado, com o pessoal da Mineradora. A sede da mesma se encontra a 2 km da aldeia do Igarapé Preto e a Empresa já desmatou e explorou a maior parte do terreno que se estende em torno da aldeia. Assim, perante a atual reivindicação pela terra por parte dos índios, a empresa alega que chegou primeiro ao Igarapé Preto e que os Tenharim chegaram depois, atraídos pelas benfeitorias que a Empresa introduziu na região.

Tudo isto levou os Tenharim a uma situação esdrúxula, já que sua presença nessa região vem de longa data e pode ser documentada através da tradição tribal. No entanto, passaram a ser virtuais "prisioneiros" da Mineradora. Ninguém entra ou sai da área de mineração sem passar pelos fortes controles de segurança da Empresa. Sendo que a autorização para penetrar ou deixar o território é fornecida pela administração da empresa, mesmo para os funcionários da FUNAI que querem se dirigir à aldeia Tenharim. Entretanto, até julho do ano passado, as relações entre os índios e a mineradora podem ser descritas como "pacíficas". Os Tenharim não colocaram nenhum empecilho aos trabalhos de lavra e, por sua parte, a Empresa "tratou muito bem" eles.

Os Tenharim sempre contaram com livre trânsito pela área de mineração, transporte gratuito nos veículos da empresa, escola para as crianças e livre acesso ao refeitório da mineradora. As relações estabelecidas com a Mibrel, além da descaracterização cultural inevitável, levou os Tenharim a reduzirem praticamente a zero suas atividades tradicionais, particularmente as de caráter econômico: roças praticamente não existem mais, já que o pessoal passou a depender mais da "marmitex" do restaurante do que suas próprias condições para a subsistência; as atividades extrativas também estão paralisadas após a derrubada pela mineradora de 2.205 árvores entre seringueiras, castanheiras e plantas frutíferas.

A passagem da equipe da FUNAI, em julho de 1984, e a preleção do seu responsável no sentido de que as terras onde atua a mineradora são de propriedade indígena, não devendo deixar atuar a mesma impunemente, fez com que os Tenharim passassem a exigir da Empresa um pagamento pelo usufruto da terra ao longo desses quatorze anos e como condição para a continuação dos trabalhos. Desse modo, os Tenharim ganharam uma aldeia nova, projeto habitacional importado de São Paulo. São ao todo treze casas de madeira, de quatro cômodos cada uma, chão de cimento e teto de telhas eternit; dispostas em forma de rua, com dois banheiros situados no meio da rua. A nova aldeia está sendo construída por uma empreiteira, a poucos metros da aldeia velha.

Os Tenharim também exigiriam o pagamento de uma indenização mensal de Cr$ 6.000.000 a serem divididos proporcionalmente entre os oito grupos familiares que integram a comunidade. Dinheiro este que, evidentemente, retorna em sua maior parte à própria Empresa, já que é no supermercado mantido pela mesma onde os Tenharim gastam todo seu dinheiro.

A descaracterização do grupo pelo contato inicial indiscriminado, vê-se agora agravada pelas medidas tomadas pela mineradora que, embora venham a satisfazer as reivindicações exigidas pelos Tenharim foram tomadas arbitrariamente, sem levar em consideração os padrões tradicionais do grupo nem suas reais necessidades, visando mais "acalmar os ânimos", para a Empresa poder continuar seus trabalhos. O problema da terra não é colocado em pauta. Em fins de 1984, um funcionário da FUNAI chegou à área como encarregado da aldeia, porém a sua função parece ser também a de manter a calma, uma vez que se empenhou em fiscalizar o andamento da ordem tribal, condizente com o bom andamento dos trabalhos de mineração.

No começo de 1985, uma nova equipe enviada pela FUNAI voltou ao Igarapé Preto, conseguindo, após uma série de reuniões com a comunidade indígena, estabelecer os limites para a AI Tenharim do Igarapé Preto. Esta nova proposta também foi contestada pela empresa mineradora, já que uma vez finalizados os trabalhos de extração de minério, num prazo de dois anos aproximadamente, pensa desenvolver na região um projeto agropecuário.

Comunidade do Marmelos

Desde o início da década de 1970, os Tenharim do Marmelos vêm sofrendo os efeitos da abertura da BR-230/Transamazônica, que passa pelo meio da aldeia. Em 1977, já era possível detectar a presença de colonos na região do Igarapé Mafui, afluente do Marmelos e território tradicional dos Tenharim. Posteriormente a essa data é instalada uma serraria próxima à margem esquerda do Mafui, no lado sul da Transamazônica. Após as reiteradas reclamações dos Tenharim na Delegacia da FUNAI em Porto Velho (RO), em 1979 a reserva e os colonos foram retirados. Parte deles foram recolocados no sul da estrada, a partir do entroncamento da Transamazônica com a estrada do estanho, que leva à Mineração Mibrel. Outra parte foi recolocada no lado norte da Transamazônica, a 4 km da margem direita do Mafui. Foram, então, estabelecidos os limites da "Reserva Projetada Tenharim", porém essa delimitação obedeceu a uma tramitação confusa entre a FUNAI e o INCRA e não foi homologada, passo fundamental para a posterior demarcação, em virtude da não participação de um antropólogo na identificação da área, como prevê o Decreto nº 76.999/76, Art. 2º, parágrafo 1º.

Com essa delimitação, os Tenharim perderam, na região Leste — onde a área limita com a Gleba M-2, do projeto fundiário implantado pelo INCRA, local no qual foram recolocados os colonos — parte de um castanhal e um seringal, importantes para as atividades extrativas dos índios. O castanhal, denominado Arara, está situado sobre o eixo da linha divisória da Reserva, no lado norte da BR-230 e o seringal no lado sul da estrada, nas cabeceiras do Igarapé do Inferno, a uns 12 km aproximadamente do limite da Reserva. Apesar dessa perda, da qual os Tenharim sempre estiveram conscientes, de lá para cá nenhum outro conflito se registrou entre índios e colonos, respeitando ambas as partes a linha divisória de 1979, continuando um dos grupos de trabalho Tenharim a usufruir do castanhal e do seringal.

Assim, a equipe enviada pela FUNAI em 1984 tinha, em parte, como objetivo, delimitar o já delimitado. Entretanto, os Tenharim colocaram aos enviados pela FUNAI sua reivindicação sobre a posse do castanhal e do seringal, o que deu margem à proposta de uma área indígena contínua do Marmelos ao Igarapé Preto. Mas, o modo em que esta proposta foi colocada e o encaminhamento dado aos trabalhos de delimitação, fizeram com que os colonos contestassem a proposta de forma violenta. A equipe teve que interromper suas atividades, retirando-se da área, criando-se assim um foco de tensão entre índios e colonos.

A atuação da equipe enviada em fevereiro de 85 permitiu, após uma série de reuniões com os Tenharim e os representantes dos colonos, superar o impasse. No lado norte da BR-230 será respeitada a linha divisória de 1979. Na área ocupada pelos colonos, o castanhal Arara se encontra muito danificado, não tendo mais condições de ser explorado. Já o setor do castanhal que continuou a ser explorado pelos Tenharim após 1979, será incorporado definitivamente à área indígena, uma vez aberta a linha de demarcação. Este dado não foi levado em consideração pela primeira equipe, sendo

uns dos motivos de irritação para os colonos. Contudo, os Tenharim exigiram uma indenização pelo estrago do castanhal além da linha divisória e pelo fato de não mais reivindicarem para si esse pedaço do território. Essa indenização está sendo negociada junto ao Polonoroeste. Quanto ao lado sul da BR-230, foi estabelecida uma nova linha divisória que, sem afetar aos colonos localizados no eixo da estrada, permite incorporar o seringal do Igarapé do Inferno; ainda esta nova linha avança para o sul, além do limite estabelecido para a "Reserva Projetada" em 1979, integrando as cabeceiras do Rio Marmelos e seus afluentes à área indígena Tenharim. Este último acréscimo é significativo, pois permite aos Tenharim o controle efetivo do Marmelos desde as nascentes até seu curso médio, mantendo-o livre de qualquer outra ação que não seja a que eles realizam, garantindo assim a pureza de suas águas, a pesca, bem como impedindo futuros desmatamentos de toda essa região.

Aconteceu na imprensa

TENHARIM

PI no garimpo

O delegado da FUNAI em Porto Velho, Apoena Meireles, anunciou que o órgão deverá criar, em Humaitá, um posto indígena para garantir a zona de garimpo existente no local e dentro da reserva indígena. São 50 índios tenharim que vivem na área (km 230 da Transamazônica). O delegado pretende que os índios constituam uma cooperativa de exploração do minério. (**ESP, 30/03/84**).

MURA-PIRAHÃ

Mortos por colonos?

Dois índios da tribo Mura-Pirahã teriam morrido anteontem em um conflito com colonos na Transamazônica. A Funai, no entanto, não teve condições de confirmar a denúncia, feita em Porto Velho (RO), porque não tem posto na região e depende de informações de viajantes. Os conflitos entre os índios e colonos começaram há três anos, próximo à cidade de Humaitá, mas por "falta de recursos" a Funai alega que ainda não pode tratar do assunto. As visitas feitas pelos sertanistas em nada ajudaram na resolução e eles nem mesmo sabem o número de índios desta tribo. (**ESP, 5/4/84**).

O CASO ELF (EPÍLOGO)

Deputados pedem providências

Os deputados amazonenses decidiram ontem, em Manaus, após ouvirem o depoimento de 12 índios Satere-Mawe, no plenário da Assembléia Legislativa, encaminhar telex ao Presidente João Figueiredo e aos Ministros das Minas e Energia e Interior pedindo providências imediatas para o que consideram um crime grave: as bombas abandonadas pela empresa francesa Elf Aquitaine no território indígena, que causaram pelo menos quatro mortes, segundo as denúncias dos índios. (**O Globo, 31/3/84**).

Confirmados explosivos

A Braselfa, subsidiária da empresa francesa Elf Aquitaine, afirmou ontem, em nota oficial publicada nos jornais de Manaus, ter constatado a existência de cartuchos de explosivos não detonados nas reservas indígenas de coatá-laranjal, na zona do rio Canumã, e andirá-marau, na área do rio Andirá. Já em 1983, a tribo dos saterê-mauês e mundurucus, proprietária das terras, denunciou que a empresa invadira duas vezes sua reserva, provocando a morte de alguns índios, em conseqüência do uso de explosivos para encontrar petróleo. A descoberta dos cartuchos — alguns enterrados e não utilizados e outros desenterrados e em posse dos índios — provocou o deslocamento de uma expedição ao local.

A nota ainda afirma que, desde 1976, a Braselfa cumpre diversos contratos de risco com a Petrobrás. Três deles situam-se na Amazônia e abrangem parcialmente terras indígenas. Em 1983, realizaram-se trabalhos de levantamento sísmico e a nota explica que, nessa época, foi feito "um furo exploratório com cartuchos de dinamite, que incluiu participação de mão-de-obra indígena sem incidentes com a população". Afirma ainda que "os cartuchos utilizados não explodem por acidente: só por métodos específicos". (**ESP, 25/05/84**).

Relatório Dreyfus-Gamelon

Paris — O relatório endereçado pela antropóloga francesa Simone Dreyfus-Gamelon à direção da empresa Elf Aquitaine estima em Cr$ 320 milhões os prejuízos e danos causados aos índios sateré-mavé, na região amazônica, onde a subsidiária dessa empresa, a Braselfa, realizou trabalhos de prospecção de petróleo. Até agora, os índios sateré-mavé receberam apenas indenizações no valor de Cr$ 13,8 milhões, menos de 5% daquele total.
Simone Gamelon, diretora da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais da Universidade de Paris, apresenta em seu relatório algumas reivindicações dos índios, entre elas a retirada das minas de dinamite instaladas ao longo das centenas de quilômetros de picadas abertas e, posteriormente abandonadas (só agora

esse trabalho está sendo feito), além da promessa de não retorno da empresa Elf Aquitaine em seu território.

Ainda no relatório, a antropóloga sugere que as próximas negociações com os índios devem contar também com a participação de representantes da Funai e personalidades independentes que sejam da confiança da maioria dos indígenas, citando o nome do advogado Dalmo Dallari, essas negociações deverão ter como objetivo a reavaliação das indenizações devidas, pois considera que elas não foram "seriamente calculadas".

O estudo feito pela cientista francesa especializada em populações indígenas da região amazônica representa apenas os valores dos produtos florestais **in natura**, não sendo considerado o fato de os mesmos, por terem sido destruídos, não poderem mais ser beneficiados e comercializados. Se isso fosse feito, o total poderia atingir cerca de Cr$ 900 milhões.

O relatório revela também denúncias feitas sobre o mau comportamento dos empregados da Braselfa, que exibiam semanalmente filmes pornográficos e distribuíram indiscriminadamente bebidas alcoólicas para os índios. A direção da Braselfa inicialmente contestou que cargas de dinamite haviam sido abandonadas sem explodir, mas diversas cargas foram retiradas pelos índios e enviadas à Funai, sendo exibidas para a imprensa. Diante disso, a empresa reconheceu sua existência. Quanto à possibilidade de essas cargas terem provocado a morte de quatro índios, a empresa afirmou que a simples manipulado do produto não apresentava nenhum perigo.

Mais: os sateré-maué dizem que jamais foram informados dos projetos de invasão de seus territórios, mas sobre isso a Elf lançou a responsabilidade sobre a Funai. Segundo a antropóloga, a culpa desse organismo é irrefutável, pois em diversos momentos faltou às suas responsabilidades. Mesmo assim Simone Gamelon lembra que uma empresa francesa operando num país em desenvolvimento não pode ignorar que algumas agências governamentais, no caso a Funai, nem sempre estão à altura de seu papel.

A antropóloga francesa contesta também a afirmação da Braselfa de que os trabalhos de prospecção, abertura de mais de 300 quilômetros de picadas e clareiras se desenvolveram longe das aldeias. Ela própria pôde chegar de barco a um desses locais em apenas cinco minutos e num outro, a pé, em 20 minutos.

foto Edumira Assef

Na foto acima, tuxáua Dico Sateré, com seu advogado Edson Oliveira, assina o termo de indenização.

Foto A Crítica

Didier Aubin, diretor da Elf no Brasil.

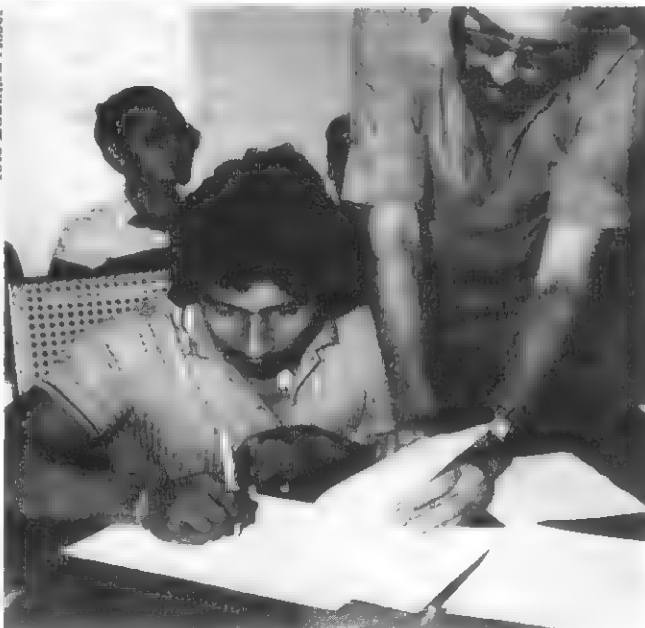



foto Edumira Assef

Francisco Cardoso, assina pelos Mundurukú.

Finalmente, Simone Dreyfus-Gamelon, constata no relatório que a tuberculose está destruindo os sateré-maué e que nenhuma campanha de luta sistemática contra a doença se está desenvolvendo. Por tudo isso, considera que, "no mínimo", a Elf Aquitaine deve apresentar publicamente desculpas por seu comportamento na região e por ter abandonado cargas de dinamite na área. Até agora, segundo ela, a direção da Braselfa vinha apenas dificultando toda e qualquer negociação sem pretender reconhecer "que os índios devem ser tratados de igual para igual". (**do correspondente Reale Júnior, ESP, 13/06/84**).

Elf será denunciada na ONU

Álvaro Fernandes Sampaio, índio tucano e membro da coordenação da UNI, informou ontem em Belo Horizonte que irá a uma reunião sobre povos indígenas que a ONU realizará em Genebra, a partir de 28 de julho, acompanhado do tuxáua Sateré-Mawé Raimundo Ferreira da Silva. Raimundo levará duas das bombas deixadas na sua aldeia pela companhia francesa Elf-Aquitaine. (**O Globo, 17/06/84**).

Elf será processada

A FUNAI vai acionar juridicamente a Elf Aquitaine pelos prejuízos causados nos territórios dos índios Sateré-Mawé e Munduruku. Uma tentativa de acordo foi feita em reunião iniciada anteontem, em Manaus, mas não se chegou ao que os índios queriam. O representante da Aquitaine ofereceu uma "doação" de Cr$ 60 milhões para cada uma das tribos, o que foi recusado. "Doação é esmola e os índios não precisam de esmola. Isso é uma imoralidade" — reagiu o advogado dos índios, Dalmo de Abreu Dallari.
Depois que três antropólogos da Funai foram chamados a participar, relatando a extensão dos danos provocados nas terras indígenas, o representante da Aquitaine, Dídier George Aubin, pediu desculpas pelo termo doação, trocou-o por uma "contribuição financeira" de Cr$ 93 milhões para cada tribo e isentou novamente a Aquitaine. "Por tudo o que ouvi aqui, se realmente for assim, não havia como autorizar a entrada em território índio. Fomos enganados. Não tínhamos possibilidade de trabalhar em um mundo tão mágico."

Um pouco antes, Dalmo Dallari havia dito ter sido totalmente ilegal a presença na área, pois a Constituição não permite que o território indígena seja ocupado por autorização, no caso dada pela Petrobrás. "Houve invasão", alegou Dallari, recordando que apenas um decreto do presidente da República poderia permitir que a Elf Aquitaine explorasse o local.
Depois da última proposta do francês, o advogado das tribos apresentou a oferta final dos prejudicados: Cr$ 270 milhões para cada uma das aldeias. Diante da recusa, a reunião foi encerrada e o presidente da Funai anunciou a intenção de ir à Justiça para ressarcir o prejuízo causado aos indígenas. Participaram do encontro o superintendente da Petrobrás para a Amazônia Ocidental, Alfredo Gonçalves, cerca de 50 índios, além do deputado-cacique Mário Juruna. Gonçalves, não admitiu o termo invasão e disse que a empresa atuou na área indígena dentro dos trâmites legais do convênio que deu origem ao contrato de serviço que a Aquitaine executava em nome da Petrobrás. (**ESP, 20/06/84**).

Elf diz que vai embora

Através de sua assessoria, a diretoria da empresa francesa Elf Aquitaine comunicou ontem sua decisão de deixar definitivamente seus trabalhos de pesquisa de petróleo no Amazonas, retirando-se do País. A nota da empresa informa que a tal decisão já foi comunicada à Petrobrás. "Lamentamos não termos chegado a um acordo com as comunidades indígenas", diz ainda a nota.
Durante a reunião realizada com os representantes dos índios, o representante da empresa, Georges Aubin, afirmou que a Petrobrás, com quem a Elf assinou contrato de risco para pesquisas, não havia esclarecido que as áreas eram indígenas. (**Folha da Tarde, 21/06/84**).

Volta atrás

Depois de gastar US$ 150 milhões em pesquisas de sete contratos de risco e decidido desativar suas operações no Brasil, a Elf Aquitaine do Brasil (Braselfa) está revendo essa posição graças às descobertas da Pecten-Shell na bacia de Santos, informou o diretor geral da empresa, sr. Didier Aubin. (**ESP, 30/06/84**).

Nova proposta

A companhia estatal francesa Elf Aquitaine, que realizou pesquisas petrolíferas na região dos índios munducuru e sateré-maué, no Amazonas, apresentou ontem uma nova proposta de indenização à Funai, de Cr$ 300 milhões, para cobrir os danos causados com os desmatamentos na área. Os sateré-maué estão exigindo Cr$ 270 milhões e os munduru-cu, Cr$ 770 milhões. Com esse dinheiro eles pretendem, também, demarcar suas terras.
A proposta já foi encaminhada pelo presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, aos índios. Ele afirmou que, — no caso não seja possível um acordo, a Funai, por intermédio do advogado Dalmo Dallari, tentará ganhar as indenizações pleiteadas pelas duas tribos na Justiça. Jurandy da Fonseca esclareceu estar a Elf Aquitaine interessada em firmar um acordo antes da viagem do deputado Mário Juruna à França. O deputado pretende discutir a questão da Elf com o presidente François Mitterrand, a quem já pediu audiência. (**ESP, 26/07/84**).

Índios dizem que aceitam

Os índios munduruku e sateré-maué resolveram aceitar a proposta de indenização da empresa francesa Elf Aquitaine, que está realizando exploração petrolífera, sob contrato de risco, devendo cada nação indígena receber Cr$ 150 milhões, segundo informou ontem, em Manaus, o delegado regional da Funai, Aldo Gomes da Costa.
No acordo, fica estipulado o compromisso por parte da Funai de demarcar as terras dos munduruku, e ele deverá ser assinado em Brasília em agosto na presença dos representantes das nações munduruku e sateré-maué, do presidente da Funai, Jurandy Fonseca, do representante da Elf Aquitaine e do representante da Petrobrás. (**ESP, 28/06/84**).

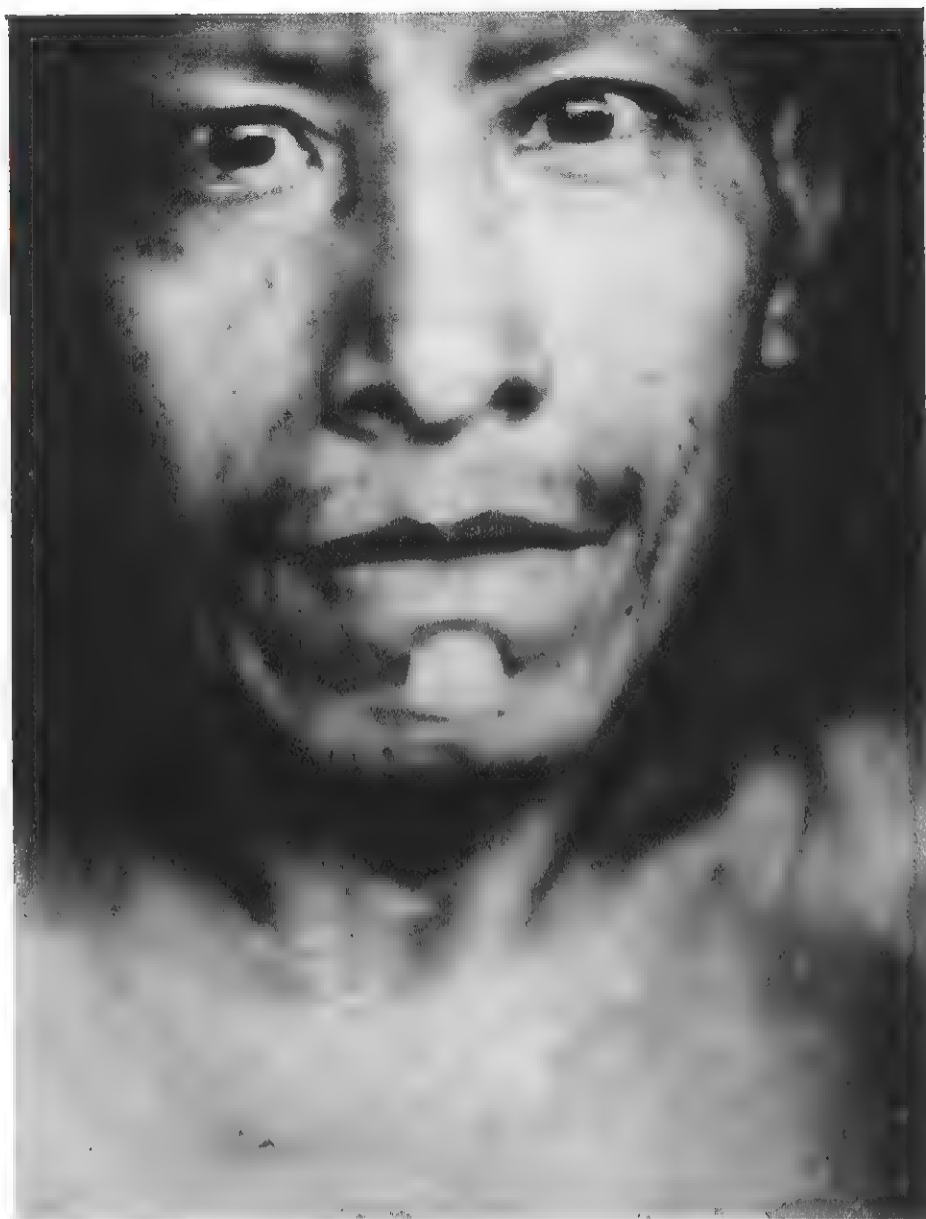
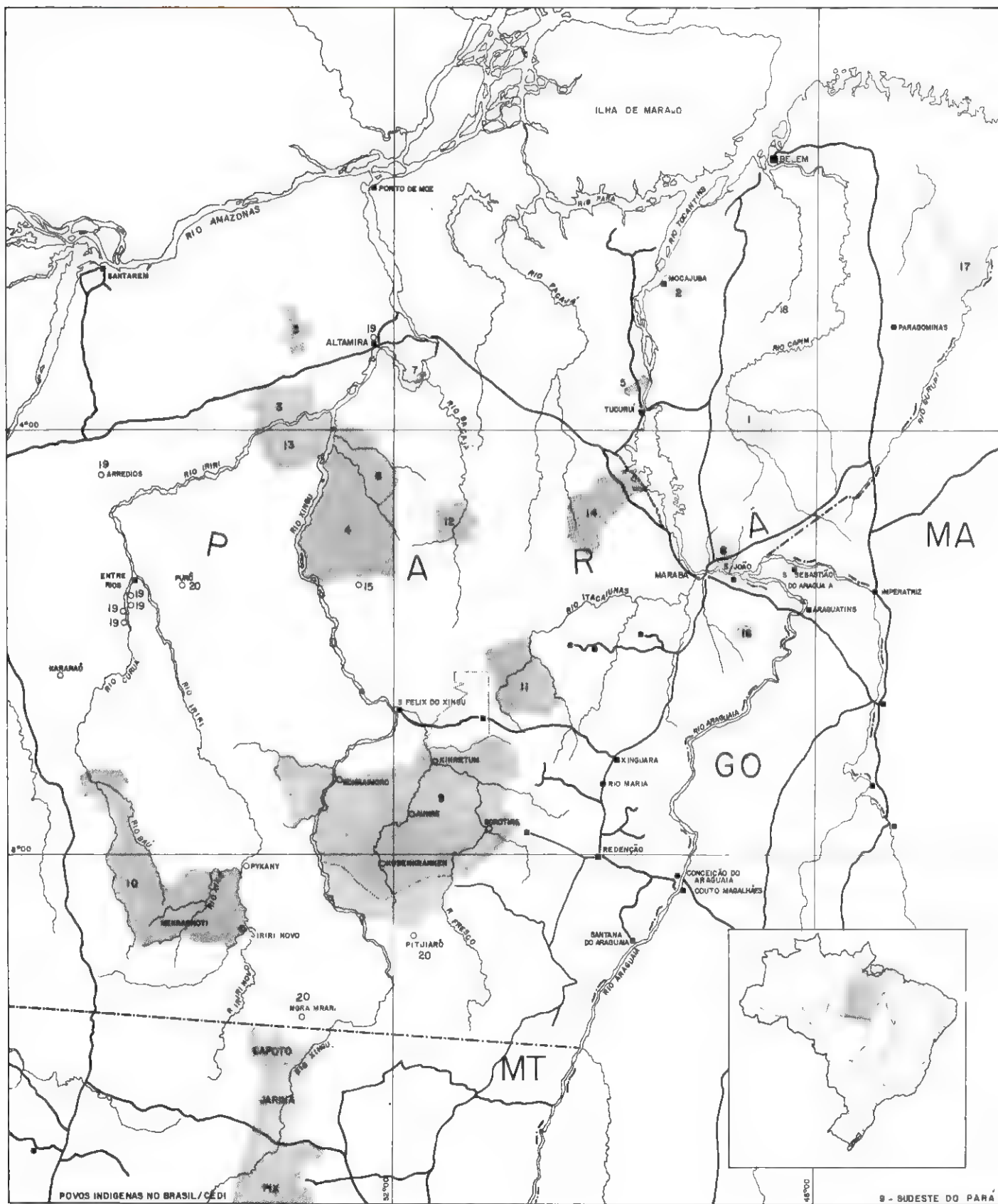



foto Lux Vidal

Parakanã

SUDESTE DO PARÁ

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA SUDESTE DO PARÁ

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
AMANAYÉ	1	AI Amanayé	São Domingos do Capim		4 famílias	SUCAM: 84
ANAMBÉ	2	AI Anambé	Moju	1 dispersos	32 23	FUNAI: 84
ARARA	3	Reserva Indígena Arara	Altamira, Prainha e Porto de Moz	do sul do norte	51 21	Carneiro,B.:83 Carneiro,B.:83
ARAWETÉ	4	AI Araweté Igarapé Ipixuna	Sen. José Porfírio	1	136	Trevisan: 83
ASSURINI	5	AI Trocará	Tucuruí	1	132	Andrade,L.:84
ASSURINI DO XINGÚ	6	AI Koatinemo	Sen. José Porfírio	1	56	Irm.Jesus: 84
JURUNA (1)	7	AI Paquiçamba	Sen. José Porfírio	1	44	FUNAI: 83
GAVIÃO	8	AI Mãe Maria	Marabá	1	176	Ferraz: 85
KAYAPÓ (2)	9	Reserva Indígena Kayapó	S.Felix do Xingú	Gorotire Kikretum Kubenkrãkein Aukre Kokraimoro	593 272 198 163 165	Trevisan: 83 Trevisan: 83 Trevisan: 83 Trevisan: 83 Trevisan: 83
	10	Reserva Indígena Bau-Mekranoti	Altamira Altamira Altamira Altamira Altamira	Mekranoti Pukanu/Candoca Bau Xixé Iriri Novo	395 80 49 155 160	Thompson: 84 Thompson: 84 Trevisan: 83 Thompson: 84 Thompson: 84
	11	AI Cateté	Marabá	Xikrin Cateté	304	Vidal: 85
	12	AI Bacajá	Sen. José Porfírio	Xikrin Bacajá	180	Fisher: 84
	13	RI Kararaô	Altamira	Kararaô Iriri	26	Trevisan: 83
	20			Arredios (Kararaô, Purô, Pituiarô e Mgra Mrari)	?	
PARAKANÃ	14	AI Parakanã (4)	Itupiranga Jacundá	A.Paranatí A.Marudjevara	139 72	Magalhães: 84
	15		Sen. José Porfírio	Ig.Bom Jardim	133 344 (T)	

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
SURUÍ	16	AI Sororó	S.J. do Araguaia	2	109	Ferraz: 85
TEMBÉ (3)	17	Reserva Indígena Tembé	Ourém e Vizeu	4 desaldeados	255 25 280 (T)	CIMI Norte II: 83
TURIWARA/ TEMBÉ	18		Tomé-Açu	Aldeia Velha	30	Affonso: 84
XIPÁIA e KURUÁIA	19		Altamira	Altamira Médio Rio Curuá	52 15 famílias ±180	FUNAI: 84

(1) Ver também na Área Parque Indígena do Xingú

(2) 346 (Txukarramãe) na Área Parque Indígena do Xingú

(3) ver também na Área Maranhão

(4) fora da área indígena Parakanã

INDENIZAÇÕES E JOGO DE FLECHAS: A GUERRA DOS GAVIÃO

Saiu a indenização pela passagem da ferrovia de Carajás, mas o enfrentamento com o kupẽ "não acaba nunca", segundo Krohokrenhum

Iara Ferraz (*)

O trem passou, dia 28 de fevereiro de 1985, pela primeira vez, percorrendo rapidamente os 17 km da Estrada de Ferro Carajás que ficam dentro da Reserva Indígena Mãe-Maria dos Gavião. Assim, será, diariamente, a cada duas horas, até que se acabe "a maior jazida até hoje descoberta no mundo": 18 bilhões de toneladas de minério de ferro, 80 milhões de manganês, um bilhão de t de cobre, 40 milhões de bauxita e ainda outros minerais.

Muito antes da viagem inaugural, os Gavião — o único, dos 14 grupos indígenas situados na "área de influência" do Projeto Carajás que tiveram sua reserva cortada pela ferrovia — haviam iniciado pressões junto à CVRD para obter benefícios adicionais, além daqueles fixados no grande convênio CVRD/FUNAI (1982). Participar, de alguma forma, dos benefícios oriundos dos 13 milhões de dólares estipulados pelo convênio (total para os 14 grupos), não parecia aos Gavião "satisfatório" em troca da passagem, pelos próximos 400 anos, dos comboios carregados de minérios, a apenas 10 km da aldeia nova.

Já em abril de 1982, a CVRD pagou 56 milhões de cruzeiros aos Gavião, a título de indenização pela destruição da cobertura vegetal do trecho de 17 km por 100 metros de largura (corredor para o assentamento dos trilhos), porção do território indígena rica em castanhais e caça. Ali seriam abertas também três grandes "caixas de empréstimo", como são chamadas, para a retirada de materiais como barro e cascalho, destinados à construção do leito da ferrovia.

A passagem da ferrovia pelo interior da área indígena propiciou a ocupação por posseiros no trecho ao longo do leito da estrada de ferro, com o incentivo dos colonos assentados pelo GETAT no Loteamento Flecheiras, incrustado a Sudoeste do território Gavião desde 1981. A vigilância naquele trecho e a remoção do loteamento do GETAT passaram a ser cobradas pelos Gavião à Vale do Rio Doce e às empreiteiras que haviam instalado seu canteiro de obras nas proximidades. Esta situação viria a ter desdobramentos inesperados.

Das pressões ao acordo

Os Gavião passaram a exigir, a partir de meados de 84, uma redefinição do "projeto de apoio" levado a efeito através do convênio com a Funai. Ao lado da reivindicação de uma forma autônoma para a gestão dos recursos oriundos do convênio, livre dos trâmites burocráticos CVRD/FUNAI (o que vinha sendo pleiteado pelos Gavião desde 1982), a principal preocupação dizia respeito a sua continuidade, uma vez que o prazo de cinco anos fora estipulado de modo arbitrário, bem como os próprios "projetos de apoio". Como afirma Cotia hoje em dia, "fizeram tudo nas costas da gente, ninguém perguntou nada primeiro, ninguém veio conversar aqui (na aldeia). Quando chegaram... pessoal do Banco Mundial, da Vale, da Funai, eles já tinham acertado tudo!"

A ameaça da paralisação das obras da ferrovia de Carajás, pelos Gavião, levou ao início das negociações, em setembro de 84, com a Vale do Rio Doce. A comunidade Parkatêjê (como os Gavião se autodenominam) exigia o pagamento de um "pedágio" mensal, de caráter perpétuo, para a passagem dos trens carregados de minérios de ferro pelo interior do território tribal. Três reuniões consecutivas foram realizadas na aldeia de Mãe Maria — duas em outubro e uma em novembro — com representantes da Comunidade Parkatêjê, da Funai e da Vale, além da imprensa e, na última, do advogado particular dos Gavião, Carlos Marés de Souza Fº, especialmente solicitado por eles.

A intervenção da 2ª DR da Funai (Belém), foi no sentido de sugerir aos Gavião, logo de início, um salário mínimo por família, como critério para a fixação do montante desejado. No entanto, a impropriedade desse critério motivou inúmeras discussões por parte de antropólogos, advogados, juristas e representantes da Vale. O Prof. Dalmo Dallari, consultado a respeito, sugeria uma indenização em terras, alternativa logo rejeitada pelos Gavião, dada a dificuldade

(*) *antropóloga, presta assessoria aos Gavião do Pará desde 1976. É autora da tese de mestrado "Os Parkatejê das Matas do Tocantins: a Epopéia de um líder Timbira", USP, 1983, e assessora da CVRD para as áreas Gavião e Suruí do Pará.*

Foto Paulo Santos

Técnicos da CVRD acertam com os Gavião, na Aldeia Nova, a passagem da ferrovia de Carajás.

CVRD INDENIZA GAVIÃO PELA PASSAGEM DA RODOVIA

Proposta da Companhia Vale do Rio Doce à Comunidade Indígena Parakatêjê, para ressarcimento dos danos causados à Reserva Indígena Mãe Maria, em decorrência da passagem da Estrada de Ferro Carajás pelo seu interior.

1. Destinar a importância de 3.000.000.000,00 (três mi, digo, bilhões de cruzeiros) à constituição de um fundo de recursos para custear projetos de interesse da Comunidade Indígena;
2. A importância mencionada no ítem anterior será aplicada em estabelecimento financeiro da rede oficial, a partir do dia 12 do mês fluente, em conta vinculada da CVRD;
3. Os juros mensais decorrentes desta aplicação serão liberados diretamente à Comunidade, pela CVRD;
4. A correção monetária mensal do valor aplicado será agregada ao principal;
5. Os projetos aludidos no item primeiro serão elaborados pela Comunidade com a assessoria de técnicos por ela escolhidos, com a assistência da FUNAI e da CVRD;
6. Os custos de elaboração, implantação e execução dos projetos serão debitados ao fundo mencionado no ítem primeiro;
7. Elaborados os projetos, estes serão submetidos à aprovação da CVRD que analisará sua viabilidade;
8. Uma vez aprovados os projetos, sua implantação e execução serão objeto de um Convênio entre a CVRD e a Comunidade, com a assistência da FUNAI;
9. A gestão dos recursos destinados aos projetos competirá à Comunidade, com a assistência da FUNAI;
10. Permanece em plena vigência o Convênio nº 59/82 celebrado entre a CVRD e a FUNAI;
11. A CVRD instruirá seu pessoal sobre a utilização, digo sobre a proibição de utilização da terra indígena, especialmente quanto à caça, pesca, coleta de frutos, extração de madeira, ou qualquer outra atividade que restrinja o usufruto dos índios sobre a reserva;
12. O pessoal da CVRD utilizará uniforme distintivo no interior da Reserva;
13. A CVRD sinalizará adequadamente a Reserva no trecho em que é atravessada pela ferrovia;
14. A CVRD construirá guaritas nas extremidades do trecho, exercendo vigilância sobre toda sua extensão e comunicando à FUNAI qualquer anormalidade, bem como a presença de estranhos;
15. A CVRD recuperará as caixas de empréstimo com cobertura vegetal, evitando a formação de lagos putrefatos e não ampliando a área já utilizada;
16. O cumprimento do presente compromisso pela CVRD significa total reparação dos danos causados pela ferrovia à Reserva indígena, nada mais podendo ser-lhe exigido, em qualquer tempo, a esse título.

Mãe Maria, 7 de novembro de 1984.

José Valderi Teixeira
Darci de Oliveira Freire
Amado Cândido Rodrigues Filho
ass. pela Companhia Vale do Rio Doce

de acordo: Byrkre Jimokre Hirãre
(Comunidade Indígena Parakatejê)
Salomão Santos
(Fundação Nacional do Índio)

testemunhas: Carlos Frederico Marés
Iara Ferraz

Jogo de flechas. Em primeiro plano, Krohokenhum.

foto Vincent Carelli

crescente na região sudeste do Pará de eles exercerem um controle efetivo sobre a sua ocupação; não havia ali terras disponíveis, "sem problemas", como afirmava Krohôkrenhum.

Na terceira reunião, em novembro de 1984, a Vale do Rio Doce apresentou aos Gavião uma proposta de pagamento de três bilhões de cruzeiros como indenização definitiva por perdas e danos decorrentes da passagem da ferrovia no interior da área indígena.

No acordo então firmado (ver a íntegra no box*), ficou estabelecido que a aplicação desses recursos — cujos juros mensais de uma caderneta de poupança passaram a ser, desde então, tornados disponíveis aos Gavião — vai depender da elaboração de projetos específicos, pela própria comunidade, visando sua auto-sustentação. Mas, a aceitação definitiva do acordo pelos Gavião depende, por sua vez, do controle e da gestão independente desses recursos, por ora alocados apenas em nome da Vale do Rio Doce, além de uma exigência de fiscalização perene do território pela CVRD, protegendo-o das invasões.*

O depósito bancário, em caderneta de poupança agora con*junta (Comunidade Parkatêjê/CVRD), a ser proximamente transferida para a agência da CEF, em Marabá, por exigência dos Gavião. Por enquanto, só os juros mensais vêm sendo dispendidos pelos Gavião e nenhum projeto específico foi elaborado, apesar das fortes pressões locais e da própria Ajudância da FUNAI, voltadas para o "incentivo" ao cultivo de cacau e à implantação de pecuária extensiva, seguindo o modelo regional.*

As invasões e os conflitos

Uma emboscada ocorrida no início de janeiro de 1985 levou à morte um dos trabalhadores contratados pelos Gavião, por empreitada, para completar a demarcação, interrompida em 1982, da porção sul do território, exatamente o trecho cortado pela ferrovia. Este fato fez ver aos Gavião um quadro ainda mais complexo.

Até 1980, ou seja, antes da atuação do GETAT e da Vale do Rio Doce na região, os posseiros ali se defrontavam abertamente com os jagunços do proprietário vizinho aos Gavião. Com a passagem da ferrovia, a redemarcação iniciada em 1982 corrigiu limites que, em 1966, haviam sido estabelecidos pelos agentes do antigo SPI, e do governo estadual, juntamente com o proprietário vizinho, beneficiando-o com a inclusão de inúmeros castanhais da parte sul do território indígena.

E a atuação do GETAT sobrepôs, exatamente naquela porção, um loteamento com 46 glebas de 50 hectares cada uma, que passaram a ser ocupadas a partir de abril de 1981. Inúmeras foram as solicitações dos Gavião à Funai e à Vale do Rio Doce para a remoção dos "posseiros do GETAT".

Em nome da defesa do território indígena, desencadearam-se ações repressivas conjuntas da Funai e da Polícia Federal, sob o patrocínio da Vale do Rio Doce (o convênio), dirigidas contra os posseiros que passaram a se fixar junto ao leito da ferrovia, incentivados por grileiros de terras e pelos ocupantes dos lotes do GETAT. Caso não se verificasse um controle da crise esboçada pelos rumores de iminente invasão do território indígena pelos posseiros, os Gavião ameaçavam com a interdição da ferrovia, da rodovia BR-322 (que liga Marabá à Belém-Brasília) e da linha de transmissão de alta tensão, subsidiária da Usina Hidrelétrica de Tucuruí que, anteriormente, já haviam cortado o território indígena.

Crise permanente e jogo de flechas

Numa situação de crise deflagrada com a morte do trabalhador da Comunidade, o modo de enfrentamento direto operado pelos Gavião remete a um sistema de representações ligado às atividades guerreiras, tradicionais. A forma jocosa que marca, em geral, as suas relações com os "civilizados" impõe, de certa maneira, as regras do jogo, onde os Gavião vêem-se a si mesmos como "vencedores". Assim é na guerra: o mais importante é desafiar o outro. O jogo de flechas e as corridas com as toras, praticados com freqüência pelos Gavião e intensificados nos períodos de crise daquela sociedade, são expressões peculiares desse modo de enfrentamento.

O jogo de flechas encerra práticas de guerra, onde o ato de enfrentar o inimigo requer aptidão esmerada por parte dos jogadores que, aos pares, disputam o alcance das flechas atiradas em caminhos radiais abertos, em geral, a partir de um acampamento na mata, situado nas proximidades da aldeia. São momentos voltados para o alívio das tensões geradas no cotidiano, assim como as corridas com as toras, onde o alvorecer de cada dia é marcado pela reiteração de princípios norteadores da existência da sociedade Gavião.

Esse enfrentamento da "gente civilizada", como diz Krohokrenhum, *o chefe Gavião, "é luta, luta, luta... não acaba nunca!... O kupẽ ("civilizado") não pensa nadinha... não é assim como gente não! parece bicho, cachorro... não respeita os outros... Como agora, que eu tou 'imprensado'..." (nov. 84). Ele se referia às fortes e crescentes pressões que vêm se verificando sobre o território, de tal modo que parecem caracterizar um estado de crise permanente em que vivem os Gavião do Pará.*

Aconteceu na imprensa

GAVIÃO

Inaugurada aldeia moderna

Hoje vai ser um dia inteiro de festas para os 183 índios da reserva Mãe Maria, no pará: eles inaugurarão a mais moderna aldeia indígena do País, com 32 casas de alvenaria, esgoto, água encanada e luz, que começou a ser construída há três anos. A aldeia fica a 30 quilômetros de Marabá, e estão sendo esperados convidados de todas as áreas próximas, índios de algumas aldeias, o presidente da Funai e dirigentes da Companhia Vale do Rio Doce.

A programação começará com a "corrida de toras", uma competição atlética que obriga os guerreiros a se alternarem num percurso de sete quilômetros, carregando uma tora de 60 quilos na cabeça. Em seguida haverá uma partida de futebol, que os gaviões (donos de um time respeitável) pretendem ganhar, e um churrasco, sem hora para terminar: vai durar enquanto não forem consumidos os dois bois (de propriedade dos índios) abatidos ontem. No encerramento, um conjunto de rock animará uma festa dançante, esperada com certa ansiedade pelos gaviões.

Kokrenum, o cacique dos gaviões, diz que resolveu fazer a festa da inauguração para atender ao pedido da Vale do Rio Doce, que ajudou na conclusão da obra. Mas não há uma data especial: "Resolvemos fazer a inauguração no sábado porque se fosse no domingo o pessoal poderia não querer trabalhar no dia seguinte", explica ele, pedagógico.

Os índios têm motivos para voltar a praticar suas festas típicas: ontem, todos os guerreiros estavam "jogando" flechas, uma atividade lúdica própria da comunidade indígena. Durante horas eles atiram suas flechas com o objetivo aparente de testar força e perícia no arremesso das ágeis flechas através de rijos arcos. Na verdade, a competição é um pretexto para reforçar a cultura tribal. Falando na língua je, os guerreiros contam "casos", fazem revisão da vida, brincam. Nos dias anteriores, dançaram para comemorar a safra de castanha, a principal atividade econômica da tribo, que, se não foi boa, mesmo assim rendeu mais do que no ano anterior.

Desde 1976 os gaviões libertaram-se da tutela da Funai no comando de sua vida econômica: antes, era o órgão quem assumia completamente a comercialização da castanha, coletada nos 50 mil hectares da reserva (uma das maiores propriedades rurais de toda a região), vendendo-a em Belém para os exportadores. Mas nunca havia saldo, pois os índios, a cada ano, endividavam-se mais. Eles acabaram decidindo experimentar organizar a produção e fazer a venda por conta própria, com o apoio de alguns antropólogos.

Cutia, 34 anos, uma espécie de primeiro-ministro da aldeia, diz que a experiência foi bem-sucedida. É verdade que a produção de castanha diminuiu bastante, provocando prejuízos, acumulados nos últimos três anos em mais de Cr$ 70 milhões (sem correção monetária). Mas já experientes no trato com a vida comercial da sociedade brasileira, os gaviões se beneficiaram de dois eventos que, normalmente, só costumam trazer problemas para as comunidades indígenas.

Em 1980 os gaviões receberam Cr$ 80 milhões de indenização para permitir que a Eletronorte desmatasse uma faixa de 19 quilômetros de extensão, por 150 metros de largura (ou 285 hectares), através da qual passou a linha de alta tensão de energia da hidrelétrica de Tucuruí. Dois anos depois, a Companhia Vale do Rio Doce teve de pagar Cr$ 56,5 milhões de indenização para o desmatamento de uma nova faixa, ao longo de 17,5 quilômetros no interior da reserva, pela qual, a cada duas horas, passará um trem carregado de minério de ferro, oriundo da Serra dos Carajás, com destino ao litoral do Maranhão dentro de três anos.

A modernidade, assim, atravessa a reserva em dois pontos:por ali passa a energia da quarta maior hidrelétrica do mundo e será escoada a produção da maior província mineral, também do mundo. A aldeia que os gaviões vão inaugurar hoje é contemporânea desses eventos. Eles abandonaram a antiga aldeia, que ocuparam por imposição da Funai, na beira da estrada Belém-Brasília-Marabá (a BR-222), e reconstruíram novas moradias do outro lado, mais afastada do leito da rodovia de terra batida, que agora levanta um pó vermelho que a tudo impregna.

As casas são de alvenaria, com telha de barro, azulejo, água, esgoto e luz. Seis das casas exibem imponentes antenas de televisão. Dentro delas, geladeiras, fogões modernos, ferro de engomar e outros eletrodomésticos comuns a uma casa de "homem branco". A residência do "capitão" Kokrenum chega a ser um imponente solar, de dois andares. Mas os índios não estão satisfeitos. Crua, por exemplo, motorista e operador de trator, ainda mora em sua casa de madeira. **(artigo de Lúcio Flávio Pinto, enviado especial, ESP, 23/06/84).**

Superada resistência

Na próxima segunda-feira, a frente de serviços que constrói a ferrovia Carajás-Ponta da Madeira começará a penetrar na reserva indígena Mãe Maria.
Após 4 horas e conversações com dez representantes da FUNAI e da CVRD, os Gavião recuaram da disposição de não permitir a continuidade das obras por seu território, em troca do atendimento de várias reivindicações e do compromisso de que a empresa estudará uma proposta para um acordo em benefício da comunidade durante todo o tempo de funcionamento da ferrovia. (**ESP, 21/09/84**).

Proposta dos índios

Os índios Gaviões vão cobrar uma taxa mensal correspondente a 190 salários-mínimos (18,5 milhões de cruzeiros atualmente) como compensação pela passagem da ferrovia Carajás-Ponta da Madeira pelo interior de sua reserva.
A proposta, formalizando o termo de compromisso, será enviada na próxima semana à direção da CVRD, concessionária da ferrovia, e discutida em uma reunião que será realizada no dia 16, na aldeia Mãe Maria.
Cada família nova que se formar na aldeia (hoje com 186 índios, mas apenas 36 famílias), haverá a incorporação de mais dois salários-mínimos. Mas o benefício não será suspenso se morrer o chefe da família: a viúva passará a receber sua parte, que variará de três a seis salários-mínimos por família, mensalmente. (**O Liberal, 06/10/84**).

Contraproposta

A CVRD não aceitou a proposta dos Gavião, mas fez-lhes uma contraproposta: a empresa indenizaria a comunidade por uma área de 3.040 hectares, situada à esquerda da Ferrovia Carajás-ponta da Madeira (que corta a reserva, numa extensão de 15 quilômetros), de acordo com valor a ser arbitrado posteriormente. Mas os índios continuariam com o usufruto da área, podendo caçar e pescar nela, enquanto a CVRD se encarregaria de protegê-la como se fosse uma reserva, evitando invasões.
Os índios queriam o pagamento de uma taxa mensal equivalente a 190 salários mínimos, mas, após muita discussão, prometeram examinar a contraproposta e dar uma resposta no dia sete, quando será realizada nova reunião da Aldeia de Mãe Maria. (**O Dia, 19/10/84**).

Acordo

A Cia. Vale do Rio Doce vai abrir segunda-feira uma caderneta de poupança no valor de Cr$ 3 bilhões em favor dos índios gaviões, como indenização pela passagem em suas terras da ferrovia Carajás-ponta da Madeira (será a principal via de escoamento de minério do País).
A comunidade indígena poderá sacar mensalmente os juros (1%) que forem creditados nessa conta, mas a correção monetária e o próprio capital só poderão ser retirados para o desenvolvimento de um projeto agropecuário em favor da tribo, que deverá começar a ser executado dentro de seis meses. Esses foram os termos do acordo entre a CVRD e os gaviões. (**ESP, 9/11/84**).

Mais detalhes do acordo

Assinaram o acordo o índio Cutia, pelos Gavião, e o representante da CVRD, Darcy de Oliveira Freire. O acordo antecede um convênio, a ser assinado entre as partes no devido tempo, depois que o projeto agropecuário a ser implantado na reserva estiver pronto.
Além de implantar e dar assistência ao projeto, a CVRD se comprometeu a policiar a área onde vai ser implantada a "fazenda", como também o exido da ferrovia, no trecho que passa pela reserva. Da reunião realizada dia 7, participaram também o advogado Frederico Marés e a antropóloga Iara Ferraz, assessorando os índios e Salomão Santos, delegado regional da FUNAI. (**O Liberal, 08/11/84**).
O representante da CVRD, Darci de Oliveira Freire, disse em Belém que vai manter os primeiros contatos com a EMBRAPA visando a implantação imediata do projeto agropecuário na área dos Gavião. Segundo ele, a CVRD não aceitou a proposta dos índios de indenização em dinheiro, depois de consultar insígnes indigenistas e pessoas ligadas aos Gavião, como Carlos Moreira Neto, Dalmo Dallari, Carlos Frederico Marés e Iara Ferraz, "que desaconselharam o pagamento, que só serviria para tornar a Vale conivente com a ociosidade dos índios". (**Diário de Minas, 11/11/84**).

Posseiros X peões na reserva

Um trabalhador morreu e quatro ficaram feridos durante um ataque de lavradores contra uma turma de construção no interior da reserva indígena dos índios gaviões, no Pará. Os operários iriam iniciar a abertura de uma picada de 20 quilômetros, ligando a ferrovia de Carajás a aldeia dos índios gaviões, quando foram atacados de emboscada e alvejados por muitos tiros. Os atacantes fugiram em seguida.
A delegacia da Funai em Belém acredita que o ataque tenha sido praticado por um grupo de lavradores que invadiu a reserva gavião, usando o leito da ferrovia, através da qual será escoada a produção de minérios da Serra de Carajás. Duas vezes a Polícia Federal teve que intervir, a pedido da Funai, para retirar os invasores da reserva, mas eles insistem em voltar. O ataque serviria para impedir a construção da pequena estrada, que os índios pretendem usar para aumentar a fiscalização do limite Leste da reserva. Algum tempo atrás os lavradores já haviam expulso da área a guarda da Companhia Vale do Rio Doce, que havia se proposto a ajudar os gaviões na proteção de suas terras.
Agentes da Polícia Federal foram deslocados de Marabá para retirar o corpo do trabalhador morto e levar os quatro feridos para o hospital. A partir de hoje a Funai espera contar com soldados da Polícia Militar para dar segurança aos trabalhadores, que continuarão a construção da picada. Os gaviões já enfrentavam um problema com o assentamento, feito pelo Getat, de 30 colonos no interior da reserva. (**Diário do Grande ABC, 11/01/85**).

FUNAI tenta conter

O delegado da FUNAI em Belém, Salomão Santos, informou que enviou funcionários ao território Gavião para evitar que os índios tomem medidas de represália contra os posseiros (sic) que vivem dentro da reserva. Eles estão sendo acusados de terem praticado as violências contra os trabalhadores braçais contratados pelos Gavião, redundando na morte de um deles. Atualmente, os Gavião contratam trabalhadores para a realização de diversos serviços, dentre eles, as picadas no meio da mata que servem, antes de tudo, como vias de acesso a castanhais produtivos. Por intermédio destas picadas, os índios também fiscalizam suas terras.

O delegado da FUNAI garantiu que todas as investigações estão sendo feitas para apurar os responsáveis pela tocaia do Igarapé Flecheiras. (**O Liberal, 12/01/84**).

Nova ameaça

Os Gavião estão ameaçando interditar a ferrovia de Carajás e interromper o fornecimento de energia de Tucuruí, caso as autoridades não garantam a integridade da sua reserva. Eles temem novas invasões, sobretudo no limtite sudeste. As obras que os Gavião estavam realizando na reserva (abertura de picadas), com trabalhadores contratados, estão interrompidas desde o conflito com os posseiros, os quais também ameaçaram de morte qualquer trabalhador que aceitasse ser contratado pelos índios. Um inquérito policial foi aberto, mas as polícias Federal e Militar disseram que o problema não é de sua competência. Já a Polícia Civil, afirma que não tem condições de fazer uma fiscalização. (**ESP, 23/01/85**).

As guaritas da CVRD/FUNAI

A CVRD comprometeu-se a construir guaritas que serão usadas na fiscalização da reserva Mãe Maria, dos índios gaviões, no Pará, contra a invasão de lavradores e grileiros que estão penetrando pela ferrovia Carajás-Ponta da Madeira. Ao mesmo tempo, uma advogada da Funai irá ativar um inquérito policial para apurar os responsáveis por uma emboscada contra trabalhadores contratados pelos índios.
Com essas duas providências, a Funai acredita poder satisfazer às exigências dos gaviões. Eles ficaram irritados com as invasões e a falta de providências das autoridades. Deram prazo até o dia 5 de fevereiro para que o inquérito policial reiniciasse, ameaçando interromper o tráfego na rodovia Marabá-Belém-Brasília. Agora, os índios também já conseguiram contratar trabalhadores para fazer a coleta de castanha, a principal atividade econômica da comunidade. Os invasores vinham ameaçando os trabalhadores da região, caso aceitassem o serviço. (**Jornal de S. Catarina, 30/01/85**).

Concessão à CVRD

O Presidente da República, através do Dec. nº 91.078 de 12 de março de 1985, concede à CVRD "autorização para construir um trecho de linha férrea numa faixa de terra situada em área indígena, e dá outras providências". Parte deste trecho, segundo o decreto, terá uma faixa de 80 metros de largura, 40 para cada lado do eixo. Uma outra parte, a faixa será de 120 metros, 40 à direita e 80 à esquerda. Os dois trechos totalizam uma área concedida de um milhão — de quinhentos e vinte e dois mil metros quadrados.
Pelo art. 2º, a CVRD está autorizada a "praticar todos os atos de construção, operação e manutenção do mencionado trecho da estrada, sendo-lhe assegurado, ainda, o acesso à área através de caminhos adjacentes, desde que não haja outra via praticável."
À FUNAI cabe, pelo art. 3º, adotar "providências no sentido de limitar o uso e gozo da área de terra atingida, ao que for compatível com a preservação da linha férrea, e de evitar a prática de atos que embaracem ou causem danos à comunidade indígena". (**DOU, 13/03/85**).

JURUNA

Decreto de demarcação

O Presidente da República através do Decreto nº 89.489 de 29/03/84, declara de ocupação dos silvícolas a Área Indígena Paquiçamba, no Município de Senador José Porfírio (PA). A área descrita neste artigo, será demarcada administrativamente pela Funai. (**Diário Oficial da União, 29/03/84**).

Reunião com presidente da FUNAI

Os quatro mil caiapós que vivem no sul do Pará deram seu primeiro alerta: não querem criar nem ter problemas, por isso exigem a demarcação imediata de seu território. Definido há mais de dez anos e ainda não demarcado, o território com dois milhões e 750 mil hectares, foi invadido por garimpeiros, fazendeiros, posseiros e madeireiros e os caciques não estão aceitando essa situação.
Para discurtir o problema de demarcação imediata da área, guerreiros e caciques se reuniram no final de semana na aldeia dos gorotire, subgrupo caiapó, e convidaram o presidente da Funai, Jurandi Marcos da Fonseca, para ouvir suas reivindicações e ameaças sutis de que o confronto entre brancos e índios pode ocorrer. Presentes ao encontro os mais respeitados caciques caiapós: Bebgoti, Paiakã, Kanhonko, Raoni, Totoi e Pombo, que usa o nome de "coronel" Pombo. (**FSP, 26/06/84**).

FUNAI remete ao MEAF

Depois de ouvir os discursos de vários índios, o presidente da Funai explicou aos caciques e guerreiros que o problema de demarcação não depende apenas do órgão tutor. Cada demarcação deve ser discutida com o Ministério de Assuntos Fundiários, governo estadual, Incra. "Acho que frustrei os índios", desabafou Jurandir Fonseca ao final de seu discurso, lembrando ainda que a questão Caiapó merece atenção especial por se tratar de uma terra cobiçada. Ele pretende levar o problema ao Getat ainda esta semana, depois de ter percebido que os caciques não estavam se reunindo apenas pelo prazer de encontrar os parentes.
O fato é que os Caiapó não costumam dar alertas em vão. Raoni, em janeiro deste ano alertou para uma possível rebelião de seu grupo e dois meses depois desencadeou a "guerra do Xingu". Kanhonke foi claro: "Não é só branco que precisa de terra. Nós também precisamos para viver e trabalhar. Se não demarcar, nós vamos dar trabalho." (**Cidade de Santos-SP, 26/06/84**).

Divergências sobre os garimpos

A presença de garimpos e de madeireiras nas áreas indígenas tem dividido a liderança caiapó. Enquanto o chefe dos criquetum, o "coronel" Pombo, como gosta de ser chamado o cacique, convive sem problemas com o garimpo do Rio ranco, recebendo parte dos lucros obtidos pelos garimpeiros, outros chefes preocupam-se com a presença não apenas dos garimpeiros, mas também de madeireiras, algumas delas atuando na área com o aval da Funai.

foto Josemar Gonçalves/Jornal de Brasília

Os Kuben-krã-kein exigem a ampliação do limite sul da Reserva Kaiapó aos dirigentes da FUNAI, em Brasília.

O cacique Canhonque, líder dos gorotirê, ao contrário de Pombo, não vê com bons olhos a existência de garimpos nas áreas indígenas: "Não aceitamos que garimpeiros tomem conta da nossa terra — disse ele na reunião. Queremos que ela seja demarcada logo e se a Funia não resolver nós mesmos faremos este trabalho". Já o "coronel" Pombo, mesmo sem contar com o apoio de outros chefes tradicionais, não parece disposto a abdicar dos lucros que o garimpo do Rio Branco lhe tem trazido, apesar da poluição do rio, e do contato constante dos garimpeiros com os índios. Este contato, segundo antropólogos, tem causado a desagregação da tribo e a introdução indiscriminada de bens de consumo supérfluos na aldeia. Muitos deles, adquiridos a preços bastante superiores aos preços de mercado, têm modificado os hábitos dos índios.

"Acho que o garimpo deve continuar, inclusive em outras áreas — opinou Pombo —, pois ele traz recursos para as comunidades." No entanto, ele defende que o ouro não deve ser explorado perto das aldeias, mas nos limites da reserva para evitar contatos entre índios e brancos. Ele também defende a demarcação de todo o território caiapó, dizendo que, no passado, com as perseguições que sofreram, os caiapós quase desapareceram, mas agora estão novamente crescendo. (**ESP, 26/06/84**).

Serraria invasora é ocupada

Os índios Kubenkrãkein ocuparam uma serraria, apreenderam um trator e armas e expulsaram funcionários de serrarias que estavam ocupando parte da área da Reserva de Kayapó, no sul do Pará. Segundo denúncia dos fazendeiros, o grupo de 30 guerreiros teria também morto alguns animais de uma das fazendas antes de assumir a posse da área, no limite sul da reserva. Embora os índios ameaçassem atacar todos os invasores, a situação já parecia um pouco mais tranqüila. A Funai já enviou emissários para um contato com os índios, a fim de que eles aguardem a visita do delegado regional e de um antropólogo.

O ataque dos Kubenkankerein já era esperado. Desde 1979, todas as cinco comunidades que moram na reserva protestam contra a suspensão da demarcação dos 2,7 milhões de hectares reservados aos Kayapó entre os vales dos rios Tocantins e Xingu. A Funai suspendeu os trabalhos alegando irregularidades e a posterior falência da empresa contratada. Prometeu retomar o serviço, mas foi adiando-o de ano para ano.

Enquanto isso, aumentava a pressão de fazendas, madeireiros e garimpeiros sobre o território dos Kayapó. Além de várias manchas de terra roxa, ele possui diversas ocorrências minerais, inclusive ouro, e a maior concentração madeireira de toda a região. O avanço da frente econômica a partir do Araguaia passou a irritar os índios, porque algumas das áreas por eles reivindicadas — e não incluídas nos limites da reserva — também estavam sendo ocupadas.
Uma dessas áreas, ao sul, abrigou a primeira grande aldeia onde todos os subgrupos Kayapó viviam até se dispersarem. Lá também está o primeiro cemitério, com seu valor mitológico. Sete madeireiros e fazendeiros passaram a cortar mogno e a formar pastagem nessa área. Os índios denunciaram o fato, sem conseguir providências da Funai.
Desde o dia 15, uma expedição de guerreiros Kubenkankerein — um dos subgrupos Kayapó — começou a apreender todos os equipamentos que estavam sendo usados para as derrubadas e expulsar os invasores. Eles teriam encontrado 10 mil árvores de mogno cortadas, cada uma das quais valeria 500 dólares. Os índios foram até a sede de uma das fazendas, tendo morto alguns animais. Os índios estão armados de arco e flecha, alguns de espingarda. Apesar da disposição para a guerra, não feriram nenhum dos brancos.
Informada dos acontecimentos, a Funai mandou para a área o chefe da ajudância de Altamira e o chefe de um outro subgrupo, o cacique Pombo. O maior temor do órgão era com a possibilidade de repetição do massacre ocorrido há dois anos, quando os Gorotire atacaram a Fazenda Espadilha e mataram 21 pessoas. O delegado da Funai, Salomão Santos, advertiu os madeireiros de que não devem reagir, porque irritariam ainda mais os índios. Todos os Kayapó têm mais de 800 guerreiros, sem contar os jovens de 14 a 16 anos, que são os mais perigosos em um conflito porque os mais velhos não conseguem controlá-los. A Funai vai tentar resolver o clima de tensão reiniciando a demarcação e acrescentando à reserva às áreas que os índios reivindicam ao Sul e ao Norte. Se esses limites não forem definidos, o próprio órgão reconhece a possibilidade de choques dos índios com os brancos. **(Diário do Grande ABC, 22/11/84).**

Direito de madeireiros será examinado

Em reunião a ser mantida hoje, em Brasília, com a Presidência da Funai, os madeireiros ficaram de apresentar documentos que lhes garantem propriedade sobre as áreas exploradas. Se isso for comprovado, eles serão indenizados. Caso contrário, serão retirados com a devolução de máquinas e equipamentos tomados pelos índios. **(Estado de Minas, 23/11/84).**

DR chama líderes a Belém

O delegado regional da Funai, Salomão Santos, informou ontem, à tarde, que a situação está calma e sob controle na parte da reserva Kayapó, no Sul do Pará, invadida por cinco madeireiros, e que foi ocupada pelos índios Kubenkankrein, desde a primeira quinzena deste mês.
Ele recebeu informes da área e autorizou a vinda de alguns líderes dos índios a Belém para debaterem o assunto e buscarem uma solução pelo menos paliativa. Segundo Salomão Santos, uma dessas saídas seria a delimitação de uma picada como linha de respeito, "proposta que agradaria a ambas as partes envolvidas no impasse".
Numa segunda etapa se partiria para a demarcação da área da reserva, promessa que vem sendo feita aos índios desde a época do extinto SPI. **(O Liberal, 23/11/84).**

Empresários dizem que a situação é tensa

A situação nas fazendas localizadas próximo à reserva dos Kaiapó, no município de São Félix do Xingu, Sul do Pará, "não é de calma e sim de tensão". É o que diz nota de esclarecimentos divulgada ontem por empresários da área, com o objetivo de rebater as declarações do delegado regional da Funai, Salomão Santos, que afirmou ter controlado a rebeldia de um grupo de índios Kubenkrankren, que ocuparam uma serraria na Fazenda Santa Cristina, na última quarta-feira.
Assessorados pelo advogado Rosemiro Arrais, os empresários denunciaram que o grupo de índios rebeldes montou uma espécie de "QG" na serraria ocupada e deslocam-se para as fazendas vizinhas em um caminhão e um trator, mantendo como reféns seus motoristas.
Segundo afirmam, os índios já saquearam as fazendas Reunidas, Gaúcha, Piriquitos e Santa Cristina, levando roupas, lençóis, panelas, xícaras, cordão de ouro e mantimentos.
A reação dos empresários reside, principalmente, no fato de, segundo eles, o funcionário da Funai João Batista Sousa, enviado para apaziguar os índios, estar acompanhando os saques. Portam rifles e seriam em torno de 40 índios que fazem a invasão "em estado visível de embriaguez".
Até agora, eles orientaram seus funcionários para não reagirem contra os índios, que não os têm agredido fisicamente e vão se manter nessa posição até a próxima semana, quando manterão entendimentos, em Brasília, com a Funai e Ministério da Justiça e para Assuntos Fundiários. **(Estado de Minas, 24/11/84).**

Prazo à FUNAI

Os índios da reserva Kayapó fixaram ontem, à tarde, prazo até o final do mês para a Funai decidir sobre a demarcação de sua reserva, cuja invasão por madeireiras foi confirmada. Caso não haja solução, a briga continuará, pois eles já esperaram há muito tempo.
Por outro lado, hoje, o presidente da Funai, Nelson Marabuto, dará uma resposta se vem ou não a Belém para encontrar-se com os líderes Kayapó, que desde ontem estão nesta capital. Eles se reuniram com o delegado regional do órgão, Salomão Santos, durante várias horas.
Ao final, ficou acertado que o acréscimo sugerido pelo grupo de trabalho coordenado pelo antropólogo Célio Horst será mantido, o que significa que os Kayapó terão mais 200 mil hectares, área onde está o Puka-Toti —, local sagrado para eles, pois ali floresceu toda aquela nação indígena.
De imediato seria traçada uma linha de 70 quilômetros aproximadamente, — no sentido Sul paralela ao Xingu — trabalho que os próprios índios querem realizar com uma pequena ajuda externa. Mas, para isso, segundo o delegado Salomão Santos, há necessidade de uma decisão política dos ministros envolvidos no assunto.

Já o chefe da Ajudância de Altamira, José Batista da Silva, negou as acusações que lhe foram feitas pelos empresários na semana passada, de que estaria insuflando os índios a tomarem decisões mais radicais; observou que os Kubenkan-kren não bebem e que não existem reféns, como foi anunciado pelos fazendeiros.
A situação, segundo ele, é de calma e que inicialmente uma serraria, localizada no Puka-Toti, foi ocupada por 23 índios, mas hoje só há 13, sendo que a invasão foi debatida dentro da própria comunidade indígena.
Com o acréscimo, a reserva Kayapó passará a ter aproximadamente 3 milhões de hectares, e os índios terão acesso à caça, recurso que hoje está ficando cada vez mais difícil.
Tomaram parte na reunião os caciques Tutoi e Canhão, do Gorotire: Pedro e Panga, do Kubenkan-kren; Paulinho Payakã, do Aukre; e representantes dos Kikretum, coronel Tuto Pombo, Kayapó e do Kokraimoro, representando os interesses de cerca de 3 mil índios. (**O Liberal, 27/11/84**).

Concessão dos Kayapó

Os índios caiapós do Sul do **Pará** aceitaram desistir da área de 200 mil hectares — ocupada por fazendeiros e madeireiros —, que pretendiam incorporar à sua reserva de 2,7 milhões de hectares. Em troca, querem que a Funai decida até o final da semana a delimitação do território indígena e, até janeiro, reinicie a demarcação. (**ESP, 28/11/84**).

Caciques, FUNAI e empresários se reunem

Os caciques da Reserva Kayapó, o delegado regional da Funai, Salomão Santos, o advogado Rosemiro Arrais e algumas das 18 empresas (Gaúcha Agropecuária Ltda., Fazenda Fortaleza, Impar — Agropecuária, Fazenda Santa Cristina, Fazenda Reunidas, Fazenda Periquitos, Fazenda Três Poderes, Fazenda Araguaia, Grupo Irmãos Cecílio, Fazenda Santa Cecília, Agropastoril Rio Dourado, Agropastoril Gradaús, Companhia Agropecuária Rio Piraxinim, Agropecuária Rio Dezoito, Fazenda Rio Arrepiado, Grupo Agrobanco e Fazenda Pedra Branca) reuniram-se para estabelecerem pontos comuns de um acordo para a solução do conflito de limites das propriedades.
Um ponto de consenso saiu da reunião: que tanto índios como empresários querem uma solução imediata e sem conflitos. "Temos o maior prazer numa solução amigável e definitiva, a maioria dos empreendimentos — inclusive muitos com incentivos da Sudam e da Sudhevea — estão há mais de sete anos na área" — disse o advogado Rosemiro Arrais.
Todos os empresários, segundo o advogado, "têm títulos de propriedade". "Os empresários não têm culpa, quem nos vendeu as terras foi o governo do Estado e nós não temos nada contra os índios" — acrescentou um dos presentes à reunião.
Segundo um funcionário da Funai, a verdade é que quando estabeleceram-se os atuais limites (os índios são contra) da reserva alguns empreendimentos já estavam instalados na área. Então, foi fácil entrarem nas terras sagradas dos "Pukatoti" até agora de fora dos limites oficiais e reivindicados pelos índios.
A reunião desenrolou-se num clima de grande entendimento, mas os empresários ouviram aborrecidos declarações de alguns caciques: "Somos donos da terra, já tive oportunidade de sobrevoar a região e vi que uma estrada corta a reserva. Nós não estamos aqui para falar mal dos madeireiros, queremos que se afastem de lá enquanto não se resolve a demarcação das terras. Vocês já estragaram muito a nossa terra, vocês deram armas para os trabalhadores. Por que não dão material para trabalho? Só se as armas forem para matar os índios" — disse o cacique Paintuk, da aldeia Kubenkankrein.
Segundo uma fonte da Funai, a despeito de toda a polêmica e de quaisquer que sejam as medidas a serem aprovadas a partir da última reunião dessa série iniciada segunda-feira, uma equipe de topografia parte segunda-feira para a reserva Kaiapó a fim de estabelecer dois pontos astronômicos importantes para o estabelecimento definitivo do limite sul previsto atualmente. O futuro limite — caso as pretensões dos índios sejam atendidas — será uma outra etapa, mas pelo menos fica definitivamente marcado o sul da reserva. (**O Liberal, 28/11/84**).

Dezessete reféns

Os índios Kokraimoro, subgrupo Kayapó detiveram 17 homens brancos, supostos garimpeiros ou madeireiros que faziam reconhecimento na reserva indígena Kayapó. A informação chegou à Delegacia Regional da Funai através de rádio na hora em que o presidente nacional do órgão, Nelson Marabuto, estava reunido com uma comissão de 14 representantes das comunidades indígenas daquela região, discutindo o problema da demarcação da reserva dos caiapós. (**JB, 29/11/84**).

Libertados os refens

Os índios cocraimoro libertaram os 17 garimpeiros que haviam mantido como reféns durante dois dias no interior da reserva Caiapó. A decisão foi tomada logo que chegaram à área dois caciques da tribo, enviados como mediadores.
Os garimpeiros foram presos por terem penetrado na reserva — as invasões sempre foram freqüentes, mas os índios passaram a reagir como forma de pressionar a Funai a demarcar a reserva.
Embora amarrados, os garimpeiros não foram maltratados durante todo o tempo em que permaneceram na aldeia, e, depois de serem liberados, os índios apreenderam as armas, a canoa e uma pequena quantidade de ouro que o grupo transportava. Os reféns seguiram de canoa para São Félix do Xingu, a cidade mais próxima. (**ESP, 01/12/84**).

FUNAI quer mudar forma de exploração

O presidente da Funai, Jurandy Fonseca, afirmou ontem em Belém que, com relação à existência de garimpagem de ouro em áreas indígenas, é cada vez maior a idéia de que esses garimpos devem ser explorados pelas próprias comunidades indígenas e que a Funai está empenhada em regularizar o seu funcionamento. Ele lembrou o caso do garimpo do Cumaru, que invadiu área da reserva Caiapó, no Sul do Pará. Ali os índios estão recebendo apenas 0,1 por cento do valor do ouro extraído pelos garimpeiros.

"A situação na área está tranqüila, mas a forma de exploração do ouro precisa mudar. Os índios estão recebendo muito pouco, pois o mínimo que se exige nesses casos é uma participação de 10 por cento", disse Jurandy Fonseca. Ele lembrou que algumas lideranças indígenas da reserva, embora recebendo o dinheiro da exploração do garimpo, não estão aceitando a presença dos garimpeiros. "Nós precisamos discutir bem toda essa questão, porque achamos que o próprio índio tem condições de administrar o garimpo", afirmou o presidente da Funai. (**Tribuna da Imprensa, 30/06/84**).

Aumento de porcentagem

Dentro do espírito da decisão adotada pelo presidente da Funai, Jurandy Fonseca, de não aceitar a entrada de novas empresas de mineração em áreas indígenas, os índios Kaiapó, da reserva Gorotire, estão dispostos a desativar alguns garimpos já localizados há algum tempo em suas terras, caso os garimpeiros não aceitem um acordo para um ressarcimento mais justo pelo ouro que é extraído.
A informação foi prestada ontem pelo delegado da Funai em Belém, Salomão Santos, que revelou que os índios Kaiapó recebem apenas 1 (um) por cento sobre o valor do Imposto Único sobre Minerais (IUM) que incide no ouro extraído dos garimpos do Tarzan, Maria Bonita e Cumaru do Sul, que formam o Projeto Cumaru, parcialmente localizado na reserva Gorotire.
Segundo Salomão, mesmo sendo baixa a percentagem os Kaiapó recebem atualmente cerca de Cr$ 22 milhões por mês da Caixa Econômica, que compra o ouro do Projeto Cumaru. "Os índios querem que os garimpeiros descontem 10 por cento do que for extraído em favor da tribo, permanecendo ainda a percentagem sobre o IUM. E já manifestaram que se os garimpeiros não aceitarem esse acordo, começarão a desativar os garimpos, devendo o primeiro ser o do Cumaru do Sul, recentemente descoberto... Mas os garimpeiros vão topar a parada, porque eles sabem que sua permanência na área não tem amparo legal mesmo", concluiu Salomão Santos.
Também no Posto Kikretum, dos Kaiapó, existem mais três garimpos — Arraia, Filomeno e Bateia — onde trabalham atualmente 2.500 garimpeiros. Mas esses mantêm um acordo com o Cacique Pombo, apesar da posição contrária dos caciques mais novos da tribo, informou o delegado da Funai que participou recentemente em Brasília, ao lado dos caciques Paiakan, Kubeni e Tapiê de uma reunião para tratar desse assunto. (**O Liberal, 18/09/84**).

Pedida a interdição do Cumaru do Sul

Os índios Kayapó pediram a interdição do garimpo Cumaru Sul, aberto recentemente, por não consentirem com mais uma invasão da reserva. Nesse garimpo já estavam trabalhando 320 garimpeiros, que agora serão evacuados. Os índios aceitam conviver apenas com os dois outros garimpos, Tarzan e Maria Bonita, que funcionam sob a coordenação do DNPM. Mas se aumentar o **royalty**.
De agosto de 1981 até agosto deste ano, os Kayapó receberam 231 milhões de cruzeiros de direitos sobre a exploração do ouro. Foram extraídas 1,8 toneladas do minério, no valor de 23 bilhões de cruzeiros. Os índios, portanto, ficaram com 1% da produção. (**O Liberal, 20/09/84**).

Garimpeiros querem continuar

O garimpeiro Marcelino Garrido, que se encontra em Belém representando os garimpeiros do Xingu na área do Projeto Cumaru, denunciou a iminência de mortes de garimpeiros e funcionários do DNPM, provocadas por índios kaiapó que, dentro do garimpo cumaruzinho, estão dando proteção ao garimpeiro chamado Alex, o qual, por sua vez, devido à proteção (estranhos não entram na área porque são atacados), vem sendo o único explorador da produção aurífera da área.
Marcelino Garrido disse ter ficado surpreso em não ser noticiado, a questão entre os garimpeiros e os índios Kaiapó, a partir da reunião que o presidente da Funai, Nelson Marabuto, teve com os chefes indígenas. "O assunto não foi ventilado na reunião ou, então, não foi dado conhecimento à imprensa".
Em seu entendimento, as autoridades e os índios deveriam ter tratado, na reunião, do funcionamento do garimpó Cumaruzinho e coisas correlatas, deixando como enfoque secundário o da demarcação do território kaiapó.
Anunciou que o "Cumaruzinho" era explorado por um grupo de maranhenses, goianos e cearenses, que retiravam ouro em quantidades animadoras, tudo na mais perfeita normalidade, até que, determinado dia deste ano, inesperadamente foi dada ordem para evacuarem do dito garimpo.
Constava que 150 guerreiros desencadeariam um brutal ataque contra os garimpeiros ali estabelecidos, pelo que os garimpeiros trataram de abandonar a área, apavorados, deixando em seus barrancos muito material de trabalho e a terra aurífera que estavam lavando. Então o "Cumaruzinho" ficou sob completo domínio dos silvícolas e, decorridas poucas semanas, ali instalou-se um cidadão que goza de especial influência junto aos Kaiapó, chamado Alex, integrante de respeitável e temida família de Redenção.
Marcelino disse que contando com a cobertura de alguém importante, Alex passou a recolher o ouro facilmente encontrado nas catas dos garimpeiros que haviam se retirado.
Marcelino Rodrigues Garrido disse que foi organizado um grupo de descontentes, que tratou de fortalecer a reivindicação pró-abertura do "Cumaruzinho". Alguns ficaram no terreno do Projeto Cumaru, aguardando o resultado, enquanto outros vieram a Belém, para tentarem obter uma solução plausível, que até agora não foi dada.
Explicou que ficou como representante dos prejudicados e só pretende deixar Belém depois de o DNPM e a Funai reconhecerem que os garimpeiros têm direito a trabalhar no Cumaruzinho.
Ele disse que a situação no "Cumaruzinho" é de calma aparente mas de uma hora para outra poderá ocorrer um violento choque por parte dos guerreiros Kaiapó. Justificando, disse que teve a informação dando conta de que quase a totalidade dos índios ficou irritada com a ordem recentemente dada de Alex também ficar proibido de garimpar na área.
Como solução para a questão, Marcelino Garrido disse que o certo é o garimpo ser reaberto o quanto antes possível não só para o pessoal de Alex mas para quantos aceitam trabalhar no território indígena.

Ressaltou que os garimpeiros descontentes providenciaram um abaixo assinado que consiste numa ampliação do que vinha sendo feito por Alex, em bases bem honestas. Disse que os garimpeiros querem garantir para a tribo um percentual sobre o ouro que venha a ser obtido, tudo sob rigorosa fiscalização do DNPM e da Funai. (**O Liberal, 02/12/84**).

FUNAI diz porque desativou garimpo

O garimpo do Cumaruzinho foi desativado há dois meses pela Funai, porque além do problema de poluição do rio Branco, afetando os Gorotire e Kikretum a eles estava sendo destinada a quantia equivalente a 0,01% do ouro extraído. Por exemplo, no mês de outubro foram apurados cerca de 3 bilhões de cruzeiros e os índios receberam apenas 38 milhões de cruzeiros.

Para resolver a situação haverá uma reunião em Brasília dentro de alguns dias entre a direção nacional do órgão, o representante da Caixa Econômica Federal e do DNPM, "porque a atual situação não pode continuar", explicou ontem, à tarde, o delegado regional da Funai, Salomão Santos.

O delegado refutou as afirmações prestadas à imprensa pelo garimpeiro Marcelino Garrido, pessoa que ele disse "desconhecer porque não nos procurou na Funai". A intenção da Funai, de acordo com os reclamos apresentados pelos índios no encontro que tiveram com o presidente do órgão, Nelson Marabuto, na última semana é que a comunidade indígena tenha uma participação efetiva nos lucros decorrentes da extração do ouro e os recursos sigam um plano tal de aplicação que garanta o bem-estar dos índios, especialmente quando as reservas auríferas esgotarem.

Na outra ponta está a questão da poluição. Até agora estão afetados os rios Branco e Fresco, este por causa da garimpagem em Cumarú, de propriedade da empresa Andrade Gutierrez. Para sanar esse problema, responsável por muitos males a pelo menos 1.000 índios, sem contar com a população ribeirinha, estuda-se o desvio de um igarapé, pelo qual os rejeitos seriam transportados para uma área distante dos rios, já que a preocupação maior é que a sujeira não chegue até o rio Xingú, estendendo a ele a mortandade de peixes e outros seres vivos.

Caso haja resistência por parte dos garimpeiros e outros invasores, garante o delegado regional da Funai que lançará mão não apenas da força índia, mas também de força federal para que a área do Cumaruzinho não seja explorada como vem sendo. (**O Liberal, 04/12/84**).

MEKRAGNOTI

Lideranças discutirão demarcação

As lideranças indígenas Kaiapó do Sul do Pará discutirão hoje com o presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, no posto indígena Mekragnotire a delimitação e demarcação de suas terras. Em setembro, técnicos da Funai se deslocarão para a área com o fim de, baseados no interesse dos índios, realizarem estudo aprofundado sobre o assunto, e o encaminharem ao grupo de trabalho criado pelo decreto 88.118/83, que dá a palavra final sobre questões fundiárias. Os duzentos e dez mil hectares onde vivem os quatrocentos e quatro índios foram identificados em 1976. Em 78 o antropólogo G. Versvijwer sugeriu a Funai que lhe desse uma área de um milhão e trezentos mil hectares o que foi rejeitado pelo órgão tutelar. Dois anos mais tarde o mesmo pesquisador fez nova proposta reduzindo para setecentos e oitenta mil hectares a área a ser dada aos silvícolas, mas até agora nada foi decidido. (**Jornal de Brasília, 25/08/84**).

Remanejamento preocupa

Setores da Funai pretendem deslocar os índios Mekranotire das margens dos Rios Baú e Curuá, afluentes do rio Iriri, no município de Altamira, para a região do rio Chiché. Para os menos avisados, nenhum problema. Só que o deslocamento significa que entrarão cerca de 150 quilômetros em terras do domínio pleno do Estado do Pará, o que seria demasiado para quem já perdeu bastante. Consta que a alegação é a falta de água, não obstante o rio Curuá ser bem provido. Eis aí mais uma preocupação para o governador Jáder Barbalho. (**O Liberal, 15/09/84**).

FUNAI justifica remanejamento

O delegado da Funai diz que até novembro deverá estar concluído o remanejamento dos índios Mecranotire da atual reserva, no município de Altamira, para nova localização em Iriri Novo, onde tem mais água e peixes. Os índios — cerca de 300 — já estavam passando fome e sede em razão da falta d'água e do peixe nos igarapés que cercam a aldeia. Um grupo já instalou uma aldeia no Rio Chiché. (**O Liberal, 18/09/84**).

XIKRIN DO CATETÉ

Desmatamento é denunciado

O desmatamento do limite sul da reserva dos Xicrin do rio Cateté, no sul do Pará, foi denunciado em nota oficial pela antropóloga Lux Vidal, da USP, pelo médico João Paulo Botelho de Oliveira, e CPI-SP. Eles acusam o GETAT de serem os responsáveis pelo crime, e de incentivarem os colonos que estão assentando "de forma desordenada" a invadirem as terras dos silvícolas.

Em vista disso nós pedimos ao Banco Mundial, que financia o Projeto Carajás, naquela área, que suste a remessa de recursos até que sejam garantidas as reservas dos índios conforme estipula o convênio firmado entre a Companhia Vale do Rio Doce, o Banco Mundial e a Funai.

Segundo os defensores dos índios, no limite leste da reserva, contíguo às glebas Tucumã e Carapanã o desmatamento atinge às margens do Rio com inúmeras árvores entulhando seu leito. E, apesar da proposta do grupo de antropólogos, a Funai rejeitou o oferecimento em 26 de novembro último alegando caber a ela a responsabilidade na área. (**Jornal de Brasília, 09/12/1984**).

PARAKANÃ

Gripe ataca recém-contatados

Um surto de gripe se instalou entre os 101 Parakanã contatados por uma frente de atração da FUNAI em dezembro passado, às margens do igarapé Bom Jardim. O grupo estava sendo transferido para a Reserva da FUNAI mas a gripe está retardando o deslocamento, conforme informou o delegado da 2ª

DR. Disse ainda o funcionário da FUNAI que há provavelmente casos de malária e que enviou laboratorista à área já assistida por 3 enfermeiros, "providos de vários medicamentos". (**Diário de Minas, 5/01/84**).

Famílias ameaçadas de despejo

O vereador Miguel Ribeiro Cavalcante do PDS formulou denúncia na Câmara Municipal de Itupiranga sobre a ameaça de despejo pela FUNAI, de 68 famílias instaladas no vale do Cajazeiras. Segundo a denúncia, os posseiros se encontram há mais de 15 anos no local e "estão se organizando para defender seu patrimônio a qualquer preço". Além dos posseiros, afirma o vereador, arrendatários e proprietários com títulos definitivos concedidos pelo GETAT também estão ameaçados de perderem suas terras. Os posseiros não aceitam indenização e reivindicam terras aproveitáveis, inexistentes na região, conforme frisou o edil de Itupiranga. A denúncia destaca ainda o fato de que na vila de Jovecrelândia, distante cerca de 15 km da área que abriga as famílias ameaçadas de despejo, o clima é de tensão diante da perspectiva dos Parakanã serem remanejados para as proximidades desse local. Esse temor se justifica, segundo o vereador, por dois antecedentes nos quais os Parakanã saquearam as famílias instaladas no vale do Cajazeiras. Protestando contra a insensibilidade da FUNAI, lamenta que esta tenha embargado a construção de uma estrada pelas famílias na área, assim como a colheita do arroz que deveriam realizar. No entender do vereador do PDS, cansado de apelar ao Ministro do Interior e ao Governo do Estado, "para que possam ser evitados impasses dessa natureza", os problemas do município devem ser resolvidos com a participação do Poder Executivo local. Anexa à sua denúncia proposta para solução do caso em questão: "um pique, partindo das cabeceiras do rio Bacuri e prosseguindo em linha reta de 24 km, rumo a oeste, e desta, outra linha reta, até o sul". (**O Liberal, 25/05/84**).

Marcha à Tucuruí e paralização da ferrovia Carajás

Preocupada com a informação de que os Parakanã enviariam 100 guerreiros para Novo Repartimento a 60 km de Tucuruí, a Funai deslocou funcionários do órgão para a aldeia na tentativa de dissuadi-los da empreitada. Os Parakanã apoiarão os expropriados da ELETRONORTE que pretendiam marchar de Novo Repartimento à Tucuruí. Na verdade, os Parakanã serão recrutados pelos Gaviões para impedir a colocação de trilhos da ferrovia Carajás-Ponta da Madeira, dentro da reserva indígena, caso a CVRD não cumpra as promessas de doação de recursos às áreas indígenas da região. (**Diário Popular, 15/09/84**).

Parakanã querem suas terras livres

Os índios Parakanã anunciaram que vão esperar até sábado próximo para que a Eletronorte retire de suas terras 600 famílias de colonos recolocados da área do reservatório da hidrelétrica de Tucuruí. Se isso não ocorrer, estão dispostos a expulsar à força os lavradores, segundo informação que transmitiram a agentes do CIMI que se encontram atualmente na área.

Os índios também foram transferidos da antiga reserva porque a área está sendo inundada pelo lago da represa. Passaram a ocupar 270 mil hectares a sudoeste, mas acusam a Eletronorte e o Getat de terem assentado colonos dentro do seu novo território. Impacientes, os índios estariam dispostos a atacar os invasores após o dia 20. Preocupados, muitos lavradores que estavam participando de um acampamento em Novo Repartimento retornaram às suas casas, e se necessário, estão dispostos a reagir a ataques dos índios. (**Diário do Grande ABC, 17/10/84**).

Denúncia: ameaça de ataque

Representantes da Comissão dos Desapropriados de Tucuruí e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local denunciaram ontem a ameaça de um ataque dos índios paracanãs às mil famílias de colonos que foram transferidas da área que será inundada pela represa de Tucuruí. Eles estiveram ontem com os dirigentes da Eletronorte em **Brasília**, e asseguraram que 150 índios estão armados e prontos para um confronto porque não aceitam a presença de brancos perto da área que ocupam.

A Funai garante, no entanto, que na área Paracanã — que está a oito quilômetros dos colonos — não há mais que 60 índios homens em idade adulta e que dificilmente tentariam uma agressão. O delegado da Funai em Belém, Salomão Santos, e o chefe da ajudância em Marabá viajaram ainda ontem a Tucuruí para verificar a situação. (**ESP, 18/10/84**).

FUNAI tenta evitar o ataque

A pedido do presidente da FUNAI, Nelson Marabuto, o delegado da 2ª DR tentará trazer a Brasília líderes dos Parakanã que ameaçam atacar os colonos transferidos da área a ser inundada pela represa de Tucuruí. O advogado dos colonos, Felisberto Damasceno, disse que o assentamento de índios e posseiros em áreas vizinhas parece significar uma ação deliberada visando a extinção dos Parakanã. Ele mostrou em Brasília um radiograma passado pelo chefe de Posto para a sede do órgão comunicando que os Parakanã tinham dado um prazo até ontem para que os brancos saíssem das terras que estão ocupando. Os colonos querem ser transferidos para outros lotes localizados ao longo da rodovia BR-422 onde se encontram as melhores terras mas que foram destinadas aos grandes fazendeiros, segundo o advogado responsável pelo reassentamento dos colonos.

Responsabilizados pelos contínuos ataques praticados por outra tribo, os Assurini, contra a antiga Estrada de Ferro do Tocantins (atualmente já erradicada), os parakanãs sofreram ataques devastadores dos colonos. Em represália, seminômades, eles foram se espalhando por uma vasta área, entre o Tocantins e o Xingu, até serem novamente contatados devido à construção da Transamazônica, no início da década de 70. Mas novamente tiveram que ser remanejados, quando a Funai tentava reunir os diversos grupos, e a área que habitavam ficou no interior do Lago de Tucuruí.

Transferidos para uma nova reserva no ano passado, já encontraram a área ocupada parcialmente. Metade dela, cortada pelo novo leito da Transamazônica, foi entregue pelo Getat aos lavradores, com a promessa de que uma nova área seria entregue como compensação. Até hoje, nem essa área foi delimitada, nem os colonos saíram. (**O Dia, 19/10/84**).

Colonos acusam Eletronorte

Um grupo de dez expropriados pela Eletronorte, na área da barragem de Tucuruí, chegou ontem a esta capital para tentar uma audiência com o governador do Estado, Jáder Barbalho, na esperança de encontrar solução para o problema das 706 famílias assentadas na gleba dos Parakanã, e de outras quatro mil pessoas que estão acampadas há 45 dias, aguardando uma providência das autoridades.

Estamos entre a água do lago e a flecha dos índios — disseram ontem no Sindicato dos Gráficos. Reconhecemos o direito dos índios sobre a gleba porque eles foram enganados pela Eletronorte, que garantiu que toda a reserva seria inundada. Não queremos fazer o jogo da Eletronorte e do Getat, que é nos colocar contra os índios. Mas os índios armados de arco e flecha, já visitaram todas as famílias, pedindo que saíssemos da reserva. Nós não podemos sair porque temos roças plantadas e queimadas há pouco tempo. Nossas famílias estão atemorizadas depois da visita, mas queremos evitar um confronto armado.

Os colonos asseguram que estão com cinco mil pés de café plantados, outros tantos de cacau e que possuem outras lavouras. Por isso querem que o governador, em lugar de colocar os soldados da Polícia Militar na área para impedir que a comissão de negociação chegue ao Serviço de Patrimônio Imobiliário da Eletronorte, os coloque para proteger as famílias contra um possível ataque dos índios.

— Índio quando promete, cumpre — afirma José Oliveira da Silva, delegado rural de Tucuruí.

Além dessa proteção, querem cobrar de Jáder Barbalho uma promessa feita em abril de 83, de que iria falar com as autoridades federais para conseguir verba do Finsocial, para ajudar os expropriados.

— Ele desmobilizou nosso acampamento, mas já se passou um ano e não tivemos solução, apesar do governador ter dado um prazo de 60 dias para resolver tudo. Nesta questão com os índios, também queremos uma posição clara do governador. Do contrário, seremos expulsos novamente. Se isso acontecer, já temos uma área em vista que vamos ocupar porque não vamos deixar as famílias na beira da estrada — ameaça João Sá, da Quarta Delegacia da Federação dos Trabalhadores Rurais. Entretanto, Maria Deusamir Alves, representante de base dos expropriados, não concorda em abandonar a área dos Parakanã.

— Antes da Eletronorte se instalar aqui, colono nenhum pedia esmola. Agora, estão todos ameaçados de ficar sem chão para trabalhar. Por isso, o meu pessoal não vai sair da reserva sem uma indenização justa.

Os expropriados acusaram também o Getat de vir incentivando os agricultores a investirem contra os índios. "Uns técnicos disseram pra gente, que somos muito numerosos e que devemos tratar os índios na bala. Não é isso que desejamos".

Sobre o acampamento, transferido de Novo Repartimento para Tucuruí, disseram que a concentração é pacífica e que as notícias sobre atos de violência e vandalismo têm sido propagadas pelo prefeito de Tucuruí, Cláudio Furman, "cuja posição é claramente favorável à Eletronorte".

Hoje, representantes dos expropriados e dos Parakanã reúnem-se em Brasília com dirigentes da Eletronorte, ministro das Minas e Energia e da Funai. (**Correio Braziliense, 23/10/84**).

Negociação em Brasília

Os chefes Parakanã que seguem hoje para Brasília pretendem discutir com Marabuto a solução do problema dos colonos assentados dentro do território indígena. O conflito entre índios e brancos foi adiado com a promessa da ELETRONORTE de construir uma estrada (de 10 km, já iniciada) de acesso da aldeia à Transamazônica, evitando a passagem pela área onde se encontram os colonos. Vão a Brasília Arakitah, Montapeua e Awakah, acompanhados pelo sertanista João Carvalho. (**Diário Popular, 27/10/84**).

Manifestação de solidariedade

Manifestações de solidariedade aos Paranakanã estão previstas para hoje, amanhã e quinta-feira no centro de Tucuruí. Os índios não querem ceder 65 mil hectares aos colonos que estão dentro da área indígena pois neste local existe um cemitério onde estão todos os seus antepassados, conforme informou, em São Paulo, a missionária Rebeca Spires. (**JB, 30/10/84**).

O presidente João Figueiredo receberá esta semana minuta do decreto de demarcação de 317 mil hectares de terras de posse dos Parakanã e até o dia 22 do mês em curso o Exército deverá iniciar os trabalhos, segundo assessores do órgão tutelar. Os Parakanã continuam a exigir, contudo, a reintegração ao seu território dos 64 mil hectares dos quais foram retirados sob a alegação pela ELETRONORTE de que seriam inundadas e para onde foram assentados pela referida empresa 706 famílias de posseiros. Na verdade, apenas 15% da área sofreu alagamento, parte que os Parakanã pretendem utilizar para um programa de piscicultura. Os posseiros manifestaram sua disposição de deixar a gleba Parakanã desde que lhes sejam dados terrenos de 100 hectares prometidos pelo Governo Federal desde quando foram assentados nas terras dos índios. A nova área de 317 mil hectares conta com a presença de 68 posseiros, 18 dos quais ocupando efetivamente a área enquanto que o restante tem licença de ocupação expedida pelo INCRA. (**Jornal de Brasília, 1/11/84**).

FUNAI anuncia recursos para demarcação

O presidente da FUNAI anunciou aos líderes Parakanã que se encontram em Brasília que "já existem recursos para a demarcação da Reserva Indígena Parakanã", proposta pelo órgão tutelar ao "Grupão". Os recursos foram alocados pelo Projeto Carajás que tem interesses na área. Assegurou Marabuto que até o dia 22 de novembro, data de viagem do presidente Figueiredo à Tucuruí, "as questões serão solucionadas". A FUNAI espera gastar cerca de Cr$ 20 milhões com a demarcação a ser feita pelo Serviço Geográfico do Exército que cobra Cr$ 800 mil por quilômetro demarcado. Os trabalhos se iniciam imediatamente após ser baixado o decreto do presidente Figueiredo reconhecendo a área como habitat indígena. Ontem mesmo a FUNAI elaborou a exposição de motivos que será encaminhada ao Palácio do Planalto através do Ministro do Interior. Além da área aprovada ontem, os Parakanã pretendem ocupar ainda as "ilhas" que serão formadas pelo lago de Tucuruí, área também pretendida pela ELETRONORTE para assentar aí as 706 famílias de posseiros. (**FSP, 1/11/84**).

"Grupão" diz que aumenta área

O grupo interministerial criado pelo Decreto n.º 88.118/83, para deliberar sobre a demarcação de reservas indígenas, aprovou ontem o aumento da área dos índios paracanãs. Na reunião, que contou com a participação de representantes do Ministério para Assuntos Fundiários, Funai, Eletronorte e Companhia Vale do Rio Doce, ficou definido que a área atual, de 189.681 hectares, destinada aos paracanãs, será aumentada para 317 mil hectares.

Quatro índios paracanãs foram até Brasília, mas não assistiram à reunião do grupo interministerial. Os índios ficaram satisfeitos com a decisão, apesar de ainda continuarem reivindicando 64 mil hectares de sua antiga reserva, atualmente ocupada por 706 famílias de colonos que vivem na gleba paracanã. (**ESP, 1/11/84**).

Decreto presidencial reconhece 317 mil ha

Decreto presidencial n.º 91.028 de 05.03.1985, declara de ocupação dos índios Parakanã a área de terras nos Municípios de Itupiranga e Jacundá, descrevendo sua delimitação. Pelo art. 2.º, revertem ao Patrimônio da União para utilização e destinação pela ELETRONORTE e pelo GETAT as terras da antiga "Reserva Parakanã" e da Base de Atração Pucuruí, entre o antigo traçado da BR-422 e a nova variante da BR-230, delimitada geograficamente pelo Rio Bacuri, bem como pelo Córrego Andorinha e o Rio Pucuruí. Pelo art. 3.º, a ELETRONORTE deverá ressarcir a comunidade Parakanã pela perda da posse em decorrência da remoção para a outra área, de acordo com valor a ser calculado pela FUNAI. (**Diário Oficial da União, 06/03/1985**).

foto Vincent Carelli

Urubú-Kaapor

MARANHÃO

ESC. 1-2500000
POVOS INDIGENAS NO BRASIL/ CEDI
ATLÂNTICO
PARÁ
PIAUÍ
GOIÁS
SÃO LUÍS
VARGEM GRANDE
BOM JARDIM
MIRANDA
STA LUZIA
BACABAL
CODÓ
CAXIAS
TERESINA
ARAME
SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
IMPERATRIZ
AMARANTE
GRAJAÚ
BARRA DO CORDA
MONTES ALTOS
COLINAS
TOCANTINÓPOLIS
PORTO FRANCO
FLORIANO
CAROLINA
RIACHÃO
BALSAS
R. MARACAÇUMÉ
R. TURIAÇU
R. PINDARÉ
R. CURUPI
R. GRAJAÚ
R. MEARIM
RIO ITAPECURU
RIO PARNAÍBA
R. ARAGUAIA
R. BALSAS
R. PARNAÍBA
BR 316
BR 222
BR 135
BR 226
BR 230
E.F. PONTA DA MADEIRA - CARAJÁS
9- MARANHÃO
1 - AI TURIAÇU
2 - AI CARU
3 - AI PINDARÉ
4 - AI ARARIBÓIA
5 - AI GOVERNADOR
6 - AI KRIKATI
7 - AI GERALDA E TOCO PRETO
8 AI LAGOA COMPRIDA
9 - AI URUCU/ JURUÁ
10 - AI GUAJAJARA / CANA BRAVA
11 AI MORRO BRANCO
12 - AI RODEADOR
13 - AI BACURIZINHO
14 - AI PORQUINHOS
15 - AI CANELA

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA DO MARANHÃO

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
GUAJAJARA	2	AI Carú	Bom Jardim		110	Gomes: 84
	3	AI Pindaré	Bom Jardim		385*	Gomes: 84
	4	AI Araribóia	Grajaú		2.496	FUNAI: 84
	9	AI Urucú/Juruá	Grajaú		199	FUNAI: 84
	8	AI Lagoa Comprida	Barra do Corda		251	FUNAI: 84
	10	AI Guajajara/ Cana Brava	Barra do Corda		2.450	FUNAI: 84
	13	AI Bacurizinho	Grajaú		1.091	FUNAI: 84
	11	AI Morro Branco	Grajaú		153	FUNAI: 84
					6.832 (T)	
URUBU-KAAPOR	1	AI Alto Turiaçu	Corutapera, Candido Mendes, Turiaçu, Monção	PI Alto Turiaçu	310	Gomes: 84
				PI Canindé	225	
					535 (T)	
GUAJÁ	1	AI Alto Turiaçu	Idem		33	Gomes: 84
	2	AI Carú	Bom Jardim		45	Gomes: 84
	-	Arredios	Santa Luzia, Imperatriz (MA), e Goiatins (GO)		150	Gomes: 84
					228 (T)	
TEMBÉ (1)	1	AI Alto Turiaçu	idem		143	FUNAI: 83
GAVIÃO (Pukobyê)	5	AI Governador	Amarante	Aldeia Governador	331	Luz: 84
KRIKATI	6	AI Krikati	Montes Altos	2	338	Santos: 84
KRIKATI/ GAVIÃO	12	AI Rodeador	Barra do Corda		?	
TIMBIRA (Pukobyê)	7	AI Geralda/ Toco Preto	Grajaú		51	FUNAI: 84
CANELA APANIEKRA	14	AI Porquinhos	Barra do Corda		273	FUNAI: 84
CANELA RANKOKAMEKRA	15	AI Kanela	Barra do Corda		747	FUNAI: 84

(*) Desse total de 385 índios da AI Pindaré: 320 são Guajajara, 20 Timbira Krẽjẽ e 45 descendentes de Tobajara (Ceará).

(1) ver também na Área Sudeste do Pará

Aconteceu na imprensa

GUAJAJARA

Tomada da delegacia da FUNAI

Um grupo de Guajajara ocupou, ontem, o prédio da delegacia do órgão em São Luiz (MA), fazendo um refém e apresentando várias exigências, entre as quais a demarcação de suas terras. O presidente da Funai, Jurandy M. Fonseca, pelo telefone, convenceu os índios a desistirem da ação, prometendo falar com eles pessoalmente em Brasília. O prédio da 6ª DR foi ocupado por 25 Guajajara, de várias aldeias do MA. Eles detiveram o delegado regional e fizeram reivindicações. Depois de contato telefônico com o presidente, uma comissão de sete Guajajara embarcou para Brasília, de ônibus, onde deverá expor suas pretensões. Os índios querem que a Funai repasse para eles parte dos 13,6 milhões de dólares de um convênio firmado com a CVRD em 1982, e que, segundo alegam, não os está beneficiando.
A verba deve ser usada, principalmente, para financiamento de projetos agrícolas e agropecuários, além de infra-estrutura básica de escolas e postos de saúde. Os índios dizem que isso não está funcionando e tudo que receberam, até agora, foram "besteirinhas", como poços artesianos que não dão água, posto de saúde sem médicos ou enfermeiras e um colégio de três salas de aula sem professores. Eles reivindicam também todos os documentos de posse de terras das áreas já demarcadas, que a Funai vem protelando, além da posse do índio João Cassemiro da Silva como delegado regional da Funai no Maranhão. (**ESP, 15/5/84**).

Pedro Marizê é eleito novo delegado

Depois de ocuparem por 16 dias a 6ª DR da Funai, forçando a demissão do delegado, 200 caciques maranhenses, representando 10 mil índios, elegeram Pedro Marize Filho — um Guajajara de 29 anos — para o cargo. O resultado da eleição não agradou a todos e os partidários do advogado Clésio Muniz, procurador da Funai, prometeram fundar uma Ajudância em Imperatriz para seu candidato. Pedro é filho do cacique da aldeia de Bacurizinho e desde criança vive fora da tribo. Ele é formado em administração de empresas e trabalha na Companhia de Água e Esgotos de Brasília. Sua escolha foi precedida de intensa campanha liderada pelo índio João Madruga a seu favor e chegou a dividir os índios: parte dos caciques abandonaram a assembléia, antes da votação. (**O Globo, 30/5/84**).

Juruna contorna crise

Em reunião com o Chefe de Gabinete da presidência da Funai, Marcos Terena, Mário Juruna convenceu um grupo de Guajajara a aceitar Pedro Marize — que foi eleito delegado — como subdelegado da Funai. A indicação de Marize deixou revoltada a maioria das lideranças indígenas, provocando uma cisão entre as tribos maranhenses, que o consideraram com pouca experiência e convivência com os problemas dos índios para exercer o cargo. Com a intervenção de Juruna e Terena, o novo delegado — que será uma pessoa sem qualquer relacionamento com as tribos maranhenses, mas conhecedora dos problemas dos índios — será escolhido e nomeado até quarta-feira, pelo presidente da Funai. (**O Globo, 4/6/84**).

Novo delegado é nomeado

O presidente da Funai anunciou a nomeação do economista José Jacomir de Araújo, para ocupara a delegacia regional. Os índios aceitaram a indicação do nome do economista, levado aos Guajajara pelo deputado Mário Juruna, que intermediou os entendimentos. (**ESP, 5/6/84**).

Juruna acusa PF

Dois índios Guajajara, da Aldeia de Barro Branco, em Barra do Corda, foram presos e torturados por agentes da PF; segundo denúncia do Deputado Mário Juruna, em carta enviada ao presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca. Na carta, Juruna informa que funcionários da Funai colaboraram com a PF que estava procurando traficantes de maconha entre os Guajajara.
Segundo a denúncia, "os índios Guajajara daquela área estão apavorados com esses fatos e a maioria abandonou a aldeia, refugiando-se na mata, com medo da PF, que, anualmente, de forma violenta, invade suas terras sob o pretexto de busca a plantio de maconha". (**Fôlha da Tarde, 10/07/84**).

FUNAI demite o novo delegado

Antes de completar dois meses no cargo, o Delegado José Jaconias de Araújo, foi demitido pelo presidente da Funai. Na Delegacia ninguém informou nada sobre a demissão, mas há comentários de mais de 20 nomeações de índios e esbanjamento de dinheiro em diárias e adiantamento para motoristas em torno de Cr$ 17 milhões. Além disso os Guajajara da reserva de Barurizinho, num total de 13 aldeias, invadiram a fazenda Belo Sonho, localizada dentro da área indígena, expulsando todos os seus ocupantes, e estão ameaçando de fazer o mesmo com a fazenda Matusalém, do japonês Wagner Akachi. (**O Globo, 16/8/84**).

Delegação Guajajara ao II° Encontro dos Povos Indígenas no Brasil, em Brasília (maio/84). foto Railda Herrero/Porantim

Porfiro Carvalho é nomeado coordenador

Acusado de omissão diante da invasão das aldeias dos Guajajara nas Reservas de Angico Torto e Pindaré, por agentes da PF, que chegaram a torturar alguns silvícolas e apalparem índias, o delegado regional José Jaconias foi demitido. Para substituí-lo o presidente da Funai, Jurandy da Fonseca, nomeou o sertanista Porfírio Carvalho na função de coordenador. **(Gazeta de Notícias, 19/8/84).**

Manifestantes em passeata queimam aldeia indígena

A aldeia de Morro Branco, em Grajaú, no Maranhão, foi incendiada na tarde de ontem por manifestantes que participavam de uma passeata promovida pelo prefeito Mercial de Souza (PDS), contra os índios guajajara. Estes, no entanto, já não se encontravam no local, na hora do incêndio. A passeata contou com o apoio da Igreja local.

A denúncia foi feita ontem mesmo, pelo sertanista Porfírio Carvalho, assessor do presidente da Funai, Nelson Marabuto. Porfírio disse estar sendo ameaçado pelo prefeito, que pretende tomar as terras dos índios guajajaras, já demarcadas pela Funai. A cidade de Grajaú encontra-se em clima de tensão e os guajajaras foram retirados para uma reserva vizinha, forma de se evitar um confrontamento.

A manifestação estava prevista desde sábado. Ela começou às 9 horas da manhã, com os carros da Prefeitura transportando a população. Tudo correu em ordem até o final da passeata. À tarde, uma emissora de televisão pediu para que se repetisse a passeata, no que foi atendida. Os manifestantes, já embriagados, decidiram então invadir a aldeia e atearam fogo em todas as casas. **(O Dia-RJ, 13/11/84).**

Instaurado inquérito

A delegacia de polícia de Grajaú, instaurou inquérito, para apurar as responsabilidades do incêndio da aldeia de Morro Branco. O coordenador da 6ª DR, Porfírio Carvalho acusou o prefeito da cidade, Mercial Arruda, e a Igreja, de lançarem a população contra os guajajaras.

A Funai decidiu reforçar o número de funcionários em Grajaú, para proteger os Guajajara, que continuam sob a ameaça da população local. Ontem nenhuma criança pôde freqüentar as aulas, porque não havia "clima", informou o assessor de imprensa da Funai, José Pedroso. **(Fôlha da Tarde, 20/11/84).**

Bispo acusa a Funai

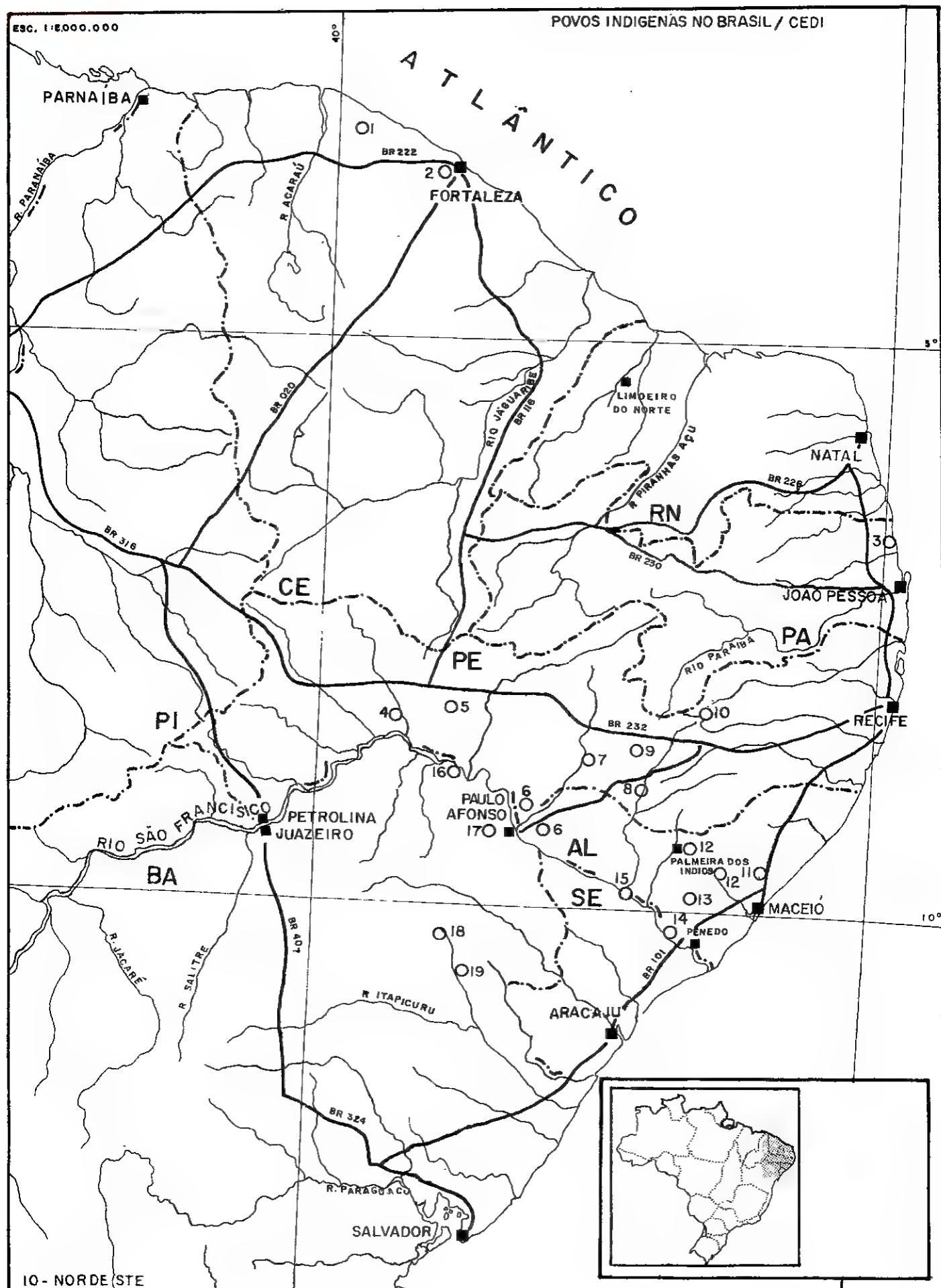
O bispo de Grajaú, D. Tarcísio Lopes, responsabilizou ontem a Funai pela queima de três casas de índios Guajajara em 18 de setembro último, "com o fim de destruir o estoque de maconha utilizado para tráfico".
O incêndio ocorreu durante passeata organizada — segundo D. Tarcísio — "por diversos segmentos da sociedade, com apoio do vigário da Catedral, Frei Pascoal Rota, como um protesto contra a superproteção da Funai e o escandaloso tráfico de maconha cultivada na reserva indígena dos Guajajara".

O bispo negou toda a versão da Funai e assegurou que a passeata, teve um caráter de "caminhada, procissão" a favor dos índios. Ele disse, também, que o assessor da presidência da Funai, que estava na área, Porfírio Carvalho, "é persona non grata" e colocou, em entrevistas concedidas à imprensa local, a Igreja muito mal, em situação delicada.

O assessor da Funai considera "comum" a posição da Diocese de Grajaú contra a sua pessoa, pois foi ele quem em 1979 demarcou as terras indígenas, a serviço do órgão tutelar, tirando na ocasião a Igreja que "era invasora" da área, onde mantinha uma colônia agrícola de exploração de colonos a quem arrendava as terras. "Fato que obviamente contrariou a instituição", e garantiu que havia faixas na passeata com dizeres de "abaixo os índios" e "fora Porfírio". (**Jornal de Brasília, 29/11/84**).

foto Leo Martins

Pankararé

NORDESTE

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA NORDESTE

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
TREMEMBÉ	1		(CE)	?	?	
TAPEBA	2		Caucaia (CE)		200	(69)
POTIGUARA	3	AI Potiguara	Baía da Traição, Rio Tinto, Mamanguape (PE)	15	4.418	FUNAI: 84
TRUKÁ	4		Cabrobó (PE) Curuçá (BA)	Ilha da Assunção dispersos	375 ?	CIMI: 83
ATIKUM	5	AI Atikum	Floresta (PE)	16	2.645	FUNAI: 84
PANKARARU	6	AI Pankararu	Tacaratú (PE) Petrolândia (PE), Água Branca (AL)	Brejo dos Padres várias	3.523	FUNAI: 84
KAMBIWÁ	7	AI Kambioá	Inajá (PE) Inajá	Baixa da Alexandra Tear	675 ?	FUNAI: 84
FULNI-Ô	8	AI Fulni-ô	Águas Belas e Itaiba (PE)	?	2.767	FUNAI: 84
KAPINAWÁ	9	AI Kapinawá	Buique e Tupanatinga (PE) Sertão Central	Mina Grande dispersos	250 ?	FUNAI: 84 FUNAI: 84
XUKURU	10	AI Xucurú	Pesqueira (PE)	15	3.391	FUNAI: 84
WASSU	11	AI Cocal	Joaquim Gomes (AL)	Cocal e Pedrinhas	789	FUNAI: 84
COROPATI (Tingui)	-		S.Sebastião (AL)	Sítio Terra Nova Kariri Xokó (arrendado)	800 (T)	CIMI: 84
KARIRI-XOKÓ	14		Pto. Real do Colégio (AL)	Pto. Real do Colégio	1.040	FUNAI: 84
XUKURU-KARIRI	12	AI Mata da Cafurna AI Fazenda Canto	Palmeira dos Índios (AL) Igaci (AL)	Mata da Cafurna Faz. Canto S.Cajazeira	48 510 ? 558 (T)	FUNAI: 84
TINGUI BOTÓ	13	AI Tingui	Feira Grande (AL)	Olho D'Água do Meio	800	CIMI: 83
XOKÓ	15	AI Xocó Ilha de São Pedro	Porto da Folha (SE)		185	FUNAI: 84
TUXÁ	16	AI Rodelas	Rodelas (BA) Itacuruba (PE)	Rua dos Tuxá dispersos	668 (T)	FUNAI: 84
PANKARARÉ	17	AI Pankararé	Nova Glória (BA)		1.800	Anaí BA: 81
KAIMBÉ	18	AI Massacará	E.da Cunha (BA) idem	Massacará Muriti	950 150	Anaí BA: 81
KIRIRI	19	AI Kiriri	Rib.do Pombal (BA)	Mirandela/7	1.800	CIMI: 83

Ilha de S. Pedro. Abaixo, a Igreja da antiga missão dos Capuchinhos.

Fotos Jairo de Araújo Andrade

João Apolônio dos Santos, o "João de Deus".

DOIS CONTRATOS "LEGALIZAM" A POSSE DA ILHA DE SÃO PEDRO

Apesar da farta documentação oficial referente aos direitos de propriedade da Ilha de São Pedro pelos índios Xocó, cuja origem remonta ao século XVII, a família Britto fez valer a sua vontade contra o que prescreve a própria Constituição. Assim, a 7 de dezembro de 1979, o Decreto nº 4.530 do Governador do Estado de Sergipe declarava a área da Ilha de utilidade pública e, a 14 de dezembro, o Estado de Sergipe comprava a Ilha de quem não tinha a propriedade, os Britto, por dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros, abrindo um precedente jurídico grave na legitimação da grilagem.

No dia 27 de junho de 1984, em virtude da autorização contida na lei estadual nº 2263 de 25/06/80, o estado de Sergipe, a União Federal e a Funai firmam dois contratos para concluir o arranjo iniciado com o decreto de 1979: um contrato de Doação com Encargo em que o Estado de Sergipe doa os 96,5 ha da Ilha à União Federal para uso da FUNAI (proc. MF nº 0586-01745/80) e um contrato de Cessão, sob a forma de utilização gratuita, em que a União Federal cede a Ilha à Funai (proc. MF: nº 0586-001745/80).

Em ambos os contratos, a Ilha deve ser destinada à criação ou melhoramento de centro de população e seu abastecimento regular de meios de subsistência. No contrato de cessão, a Funai tem o prazo de 5 anos para realizar este objetivo.

OS XOKÓ E A LUTA PELA TERRA

Depois da Ilha de S. Pedro, os índios querem as terras da Caiçara

José Apolônio

vice-cacique Xocó da Ilha de São Pedro (AL).

Os índios Xokó sempre viveram nas terras da Ilha de São Pedro e na "caiçara" no Município de Porto da Folha, Estado de Sergipe. Hoje só ocupam parte de suas terras, a "Ilha de São Pedro".

São aproximadamente 45 a 50 famílias, na faixa de umas duzentas pessoas. A nossa luta pela "Ilha" começou em 1978 porque os Britto proibiram de plantar todo tipo de plantação na "Caiçara", terra nossa, mas que está sob domínio dos brancos. Nós não podíamos mais plantar. Plantamos mais não colhemos porque o gado dos Britto foi quem comeu. Aí não deu outra coisa e tomamos a "Ilha". Isso foi em setembro de 1978, e pouco depois tivemos de passar para a Caiçara onde ficamos quase um ano sendo intimados pelo Juiz, Polícia Federal, delegado de polícia e nada se resolvia. Quando nós sentimos que a justiça estava pendendo para o lado dos Britto, nós tomamos uma outra decisão, de deixar a terra "Caiçara" e passar todo mundo para a "Ilha de São Pedro". Isso foi no ano de 1979. A 8 de setembro quando chegamos na "Ilha" só encontramos a igreja, o cemitério e as ruínas do convento que foi detiorada pela família Britto e os pé de pau. Não tinha nenhuma casa, ficamos nos pé de pau. Tomando sol e chuva, isso foi quase um ano. Além disso não tinha condição pra comprar comida. Comia quando as comunidades não índio, davam. A nossa sorte foi a diocese de Propriá na pessoa do Bispo Dom José, a paróquia de Porto da Folha — Sergipe e o Sindicato Rural. Apesar desse sofrimento todos nós não desanimamos, só tinha um sentido, era de conquistar a "Ilha". Aí foi quando os Britto colocaram pistoleiros e não foi tomada nenhuma providência por parte da justiça. Ficamos firmes na luta. Veio 7 de dezembro de 79 quando o governo do estado de Sergipe desapropriou a "Ilha", pagando aos Britto a quantia de dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros.

Ficamos sendo intimado pelo Juiz de Porto da Folha. Essas intimações eram porque o gado dos Britto entrou na nossa área e estragou nossa lavoura. Nós demos parte e não foi tomada nenhuma providência. Aí resolvemos tomar as providências. Tinhamos uma cobrinha que estavamos criando com muito carinho e resolvemos soltá-la para matar o gado dos brancos que estava entrando nas nossas roças, e não deu outra coisa a não ser gado morto. Aí a pressão aumentou. Mas os Xokó são tranqüilos, não se afobam com nada, não esquenta a cabeça com besteira. Os Britto entraram na justiça contra os Xokó pra pagar as vacas que foram mortas pela cobrinha.

Passamos vários meses sendo intimados. Veio 27 de junho de 1984 e se encontraram em Aracaju. Neste dia o presidente da FUNAI o ex-Jurandir, o ex-delegado Leonardo Reis, liderança Xokó, cacique Damião, Pajé Raimundo, vice-cacique Apolônio e o governo do Estado de Sergipe João Alves Filho, e as 3 horas da tarde no Palácio Olímpio Campos, foi assinado os documentos da "Ilha" do estado para União e da União para FUNAI Neste dia foi dado fim ao drama da Ilha com os Britto, está nas nossas mãos a cópia do documento e do registro de imóveis em Porto da Folha.

Mas com isso não quero dizer que os índios Xokó não tem problemas mais com a terra, tem sim, lá na nossa querida Caiçara, será que estão pensando que nós índios Xokó não têm problemas. Agora é que é problema, vamos partir firmes em busca das terras da Caiçara, que estão sob domínio de Jorge Pacheco. Ele já disse pra nós Xokó nem pensar em voltar ao Caiçara porque com ele a parada é diferente, porque ele tem um revólver, um riflé e outras armas para atirar em nós Xokó. Sabemos que a parada é dura, mas quando há união nada é impossível, os Xokozinhos pensam em voltar ao Caiçara. Morra quem morrer e escape quem escapar, a Caiçara é nossa e não vamos abrir mão.

Para terminar as notícias dos índios Xokó quero dizer aos nossos irmãos índios e aos nossos companheiros das entidades de apoio ao índio que neste ano de 85 nós vamos organizar uma assembléia indígena na Ilha de São Pedro, aldeia dos índios, com a presença de todas lideranças do nordeste e alguns do sul do país. Para este encontro queremos contar com apoio de todas estas entidades.

Caso alguém queria saber o porquê desse encontro eu coloco à disposição dos nossos amigos nosso endereço: Rua Padre Soares Pinto, n.º 214, 57400, Pão de Açúcar, Alagoas.

Saudações indígenas.

Ilha de São Pedro 09/12/84

Aconteceu na imprensa

GERAIS

Índios querem deposição do sub-delegado

Cerca de 20 índios de várias tribos, que estãoa campados na Delegacia Regional da Funai, na Rua Manuel Caetano, Dérby, querem a deposição do sub-delegado Marco Antônio Xavier Levay, sob a alegação de que ele dificulta o relacionamento com o titular do órgão, trata os índios com agressividade, e coloca empecilhos no atendimento às reivindicações das comunidades indígenas.

Os índios estão há 16 dias acampados na delegacia, dormindo no chão em uma das salas e alimentando-se precariamente. Queixam-se que não tem direito "nem a um cafezinho", pois os dirigentes do órgão alegam a falta de recursos para o não fornecimento de alimentação.

Embora as reivindicações que defendem sejam de caráter pessoal ou em nome de uma ou outra tribo (já se trata de um movimento coletivo), os 20 índios estão unânimes na decisão de só saírem da Funai depois de conversarem com o delegado, José Leonardo Reis, que se encontra na Bahia, onde se registra conflito entre os Kiriri.

Com um déficit de Cr$ 126 milhões, a Funai não tem condições de atender às comunidades indígenas de Pernambuco, Paraíba, Bahia e Alagoas (território que abrange), que contam com cerca de 26 mil índios. O chefe de serviço, Hélio Gonçalves Santana, respondendo pelo órgão atuamente — pois além de o delegado estar viajando, o subdelegado encontra-se de férias — disse que não há como atender às reivindicações de emprego e recursos financeiros, levantadas pelos índios acampados. (**Diário de Pernambuco, 24/07/84**).

A Casa do Índio pode ser fechada

Além do completo abandono, passando fome e dormindo no chão, 15 índios que vivem atualmente na Casa do Índio, localizada na Cidade Universitária, correm, agora, o risco de serem despejados, pois no próximo dia 10 a Funai entregará as chaves do imóvel. "Eles dizem que vão fazer isso porque há três meses não têm dinheiro para pagar o aluguel. Quem se prejudicará com isso, é claro, seremos nós" — criticou Inocêncio, da tribo Kariri-Xokó, do Estado de Alagoas.

Ontem à tarde, os indígenas que estão no Recife há vários meses, alguns, que vieram pedir emprego na Delegacia da Funai e outros que estão se submetendo a tratamento médico, denunciaram o "completo" descaso dos que integram a Funai. Eu estou por aqui desde o mês de agosto. Preciso me operar mas, até agora, não solucionaram meu caso. Agora, se realmente a gente for despejada, não sei o que acontecerá. Ficar desse jeito não poderei" — disse Maria do Socorro dos Santos, da tribo Pancaruru, do município de Petrolândia.

A insatisfação dos índios é geral e, pelas conversas, eles realmente estão dispostos a fazer valer seus direitos, cobrando da Delegacia da Funai em Pernambuco melhor atendimento médico, emprego, alimentação e "um tratamento mais digno para o indígena, que passa vários dias sem comer.

— O que queremos de verdade, é a imediata retirada do delegado substituto da Funai, Mário Thompson Batista, que sempre jurou o índio, dizendo, inclusive, que um dia seria titular do órgão e mostraria a todos que lugar de indígena era na aldeia." (**Diário de Pernambuco, 28/10/84**).

ANAI_BA denuncia situação das terras indígenas

Na Bahia nenhum grupo indígena vive em condições satisfatórias com relação à posse da terra. A constatação é da Associação Nacional de Apoio ao Índio seção Bahia e foi revelada ontem pela manhã à Comissão de Confltios de Terras da Assembléia Legislativa, que tem o objetivo inicial de identificar todos os casos de litígio de terra no Estado.

O diretor da Anai-Ba, Eduardo Almeida, acompanhado dos índios kiriris Bonifácio da Silva e Vasconcelos Batista relataram para os membros da comissão os problemas de disputa de terras que envolvem aldeias indígenas na Bahia.

Segunda a Anai-Ba, a tribo dos Tuxás de Rodelas vive hoje na expectativa de ver suas terras submergidas com a construção da barragem de Itaparica. Intranqüilidade existe também entre os Kaimbés da Vila de Massacará em Euclides da Cunha que aguardam a demarcação de suas terras prometidas pela Funai. Há também o problema dos Pataxós de Porto Seguro que anteriormente ao problema que enfrentam no momento com fazendeiros tiveram a maior parte de seu território tomada pelo IBDF com a instalação do Parque Nacional de Monte Pascoal. Para se ter uma idéia dos 22 mil e 500 hectares que pertenciam aos Pataxós, apenas 8 mil 720 hectares ficaram para os índios e o pior é que essa pequena área de terra não se presta em quase sua totalidade para a agricultura. No entanto, a Anai considera a situação dos Kariri em Mirandela, Ribeira do Pombal a mais grave de todas. No local, os conflitos entre indígenas e invasores de suas terras são constantes com várias mortes como conseqüência. Os dois índios Kariris que depuseram ontem na Comissão de Terras parlamentar, denunciaram a impunidade do ex-prefeito de Ribeira do Pombal, Edval Calazans, acusado de planejar ataques contra os índios que resultaram no assassinato em 14 de julho deste ano do índio José de Carvalho dos Santos, pai de nove filhos,

morto na feira de Mirandela sob a testemunha de inúmeras pessoas. Mas os agressores não pararam aí. Apenas um mês depois do crime, o índio Acrísio José Santiago foi baleado enquanto descansava numa rede em casa. Santiago conseguiu sobreviver mas em outubro mais dois atentados ocorrem contra líderes dos Kariri. As terras em disputa pertencem aos índios desde 1700 através de alvará Régio que garantiu 1 légua em quadra para os índios. O referido alvará foi confirmado em 1703 e posteriormente pelo decreto lei nº 8.072 de 1910.
Em Mirandela habitam cerca de 1.600 índios, ocupados em trabalhos agrícolas. Segundo o índio Bonifácio Andrade da Silva, sua revolta "é respeitar e não ser respeitado" pelos homens brancos. (**Jornal da Bahia, 10/11/84**).

ATIKUM

Grileiros assassinam chefe de posto

O funcionário da Funai Aduvaldo Mota e sua filha de 22 anos, foram mortos a tiros e facadas anteontem no Município de Floresta, sertão de Pernambuco. Segundo a polícia, o crime foi praticado por dois posseiros da região, revoltados porque Aduvaldo os denunciou na delegacia local por invasão de terras indígenas. Os dois acusados — José Torres e "Davi" — continuavam foragidos. Dirigindo o posto da Funai de Aticum, que administra uma reserva não demarcada sobre a terra Umã, há apenas 45 dias, Aduvaldo prestou queixa na delegacia local contra os acusados, que teriam retirado madeira da terra pertencente aos 2.700 índios da região. (**ESP, 16/5/84**).

Zé Preto assassinado com tiro na garganta

Um tiro de escopeta — disparado em um buraco da porta do casebre onde morava — atingiu a garganta e matou o índio José Antônio, o "Zé Preto", da tribo dos Atikum, na noite de segunda-feira passada, no município de Floresta (PE). Ele era uma das principais testemunhas do assassinato do chefe do posto da Funai, Oduvaldo Giram da Mota, morto dia 14 de maio em uma emboscada. (**O Globo, 13/10/84**).

FULNI-Ô

Índios querem trabalho

Índios da tribo Fulniô, de Águas Belas, permanecem há cerca de 21 dias acampados na sede da Funai, no Dérbi, esperando serem atendidos pelo delegado regional, José Leonardo Reis, o que só deverá acontecer amanhã ou terça-feira. Outros grupos, de Pernambuco e Alagoas, regressaram às suas aldeias, após obterem promessa do subdelegado, Marco Antônio Xavier Levay, de que suas reivindicações serão atendidas.
Os Fulniô querem resolver o problema de cerca de 100 crianças e adolescentes, alunos do Colégio Municipal de Águas Belas, que não possuem fardamento escolar e se sentem discriminados com isso, além de não disporem de roupas suficientes para o dia-a-dia letivo. Os adultos querem emprego e se queixam de que têm disposição para o trabalho mas não lhes são oferecidas chances.
A reivindicação de emprego é comum entre as tribos. Homens e mulheres mostram-se desejosos de trabalhar e receber remuneração condigna, como o deseja a maioria dos brasileiros. Os índios de Porto Real do Colégio, em Alagoas, por exemplo, pediram que sejam abertas frentes de trabalho em sua aldeia Kiriri. Alguns índios, de várias tribos que estiveram acampados na Funai, como os Cariri, Xucuru, Massacará, Potiquaras, Kambiwari, Aticum e Tinguin-Botó, reforçaram o pedido de emprego, antes de regressarem às suas aldeias, porém o delegado em exercício (até sexta-feira última) declarou que não será possível atendê-los, tendo em vista o decreto presidencial que proíbe nomeações no momento atual.
Agora a esperança dos índios reside no diálogo com o titular do órgão, Leonardo Reis, que regressou na sexta-feira, da Bahia, onde tentava resolver conflito entre os Kiriri. Ele prometeu conversar com os Fulniôs bem como com as novas levas de indígenas que chegam costumeiramente à Funai em busca de resolução para seus problemas. Os outros grupos, que tinham comparecido com as reivindicações de emprego, recursos financeiros etc., e prometiam só se retirar após audiência com o titular do órgão, acabaram voltando às suas tribos, com passagem de ônibus fornecidas pela Funai. (**Diário de Pernambuco, 29/7/84**).

Presos e espancados

Mais um fato, ocorrido com índios **Fulni-ô** que vivem numa das aldeias no município de Águas Belas, em Pernambuco, para demonstrar o descrédito da Funai perante as comunidades indígenas e a opinião pública. Tudo aconteceu na segunda semana de setembro, quando, com a conivência da 3ª Delegacia Regional da Funai, os índios Isac Rodrigues Cavalcante e Benedito Vasconcelos da Cruz, de 16 e 18 anos, respectivamente, foram vítimas de um degradante ato de violência. Por causa de umas ovelhas que os dois tinham levado para o Ouricuri — lugar sagrado onde anualmente é praticado o ritual religioso fulni-ô — a Polícia Militar de Águas Belas, a pedido de Gilvan Luna da Silva, chefe de posto, prendeu os índios, espancando-lhes barbaramente por mais de quatro dias consecutivos. Esse fato revoltou toda a comunidade Fulni-ô do lugar.
Em contrapartida, cinqüenta índios **Fulni-ô** enviaram, mês passado, um abaixo-assinado à Presidência da Funai, em Brasília, solicitando o afastamento imediato de Gilvan. Na exposição dos motivos relacionados no abaixo-assinado eles explicam, entre outras coisas, que "o atual chefe do P. I. Águas Belas é indesejado não só por nós índios, como também pelos próprios funcionários e pais-de-família da Funai, que têm suas filhas inquietadas pelo mesmo. O referido chefe foi recolocado no posto por conta do delegado da 3ª DR. Leonardo Reis, sem que as lideranças indígenas fossem consultadas". (**Porantim, Outubro/84**).

Sociedade para reivindicar

Devido à falta de remédios e ao péssimo atendimento no Posto da Funai, os **Fulni-ô** decidiram se organizar para enfrentar o problema da saúde na comunidade. Já está indo a todo vapor "uma pequena sociedade de índios **Fulni-ô**, pessoas simples e humildes", formada por eles no final de outubro. Joventino de Souza Araújo (Ekiô) explica por que nasceu essa idéia. "Estamos fazendo esse tipo de sociedade para encarar com mais coragem um chefe de posto, uma autoridade". E a idéia está ganhando a adesão de dezenas de famílias. Mais de 90 já se associaram.

Como participar? É simples. Basta a família se inscrever e contribuir com Cr$ 500 por semana. O total está sendo depositado na Caixa Econômica de Águas Belas, município pernambucano onde está localizada a reserva fulni-ô. E gasto somente em caso de emergência de membros do grupo, ou seja, basicamente compra de remédios e encaminhamento de índios ao hospital. (**Porantim, Dezembro/84**).

KIRIRI

Alguns abates

Os índios "Kiriris", que estão passando fome há vários meses no distrito de Mirandela, no município baiano de Ribeira do Pombal — a 255 km de Salvador —, já abateram para comer mais de 60 cabeças de gado. A denúncia foi feita pelos fazendeiros da região e confirmadas pela Funai, no Recife, que enviou uma equipe à área que constatou "alguns abates", mas garante que o gado abatido pelos índios foi encontrado solto destruindo as plantações dos índios "e não juntado como alegam os fazendeiros". (**O Estado do Paraná, 25/05/84**).

Convênio FUNAI/Cobal

Dois convênios, da ordem de 39 milhões de cruzeiros, foram assinados ontem, entre a Cobal e Funai, para fornecimento de gêneros alimentícios às comunidades indígenas dos Pataxós e Kiriris, na Bahia. Os convênios têm a validade de 6 meses, prorrogáveis, e os alimentos serão fornecidos semanalmente, mediante requisição da Funai, até que se alcance o valor estabelecido. (**Notícias Populares, 07/06/84**).

Fazendeiros atacam aldeia e matam

Pelo menos três índios morreram e outros cinqüenta ficaram feridos depois que um grupo de fazendeiros e seus empregados deflagraram um ataque contra a aldeia dos Kiriris, no povoado baiano de Mirandela. Esta área é palco de grande conflito entre brancos e índios, que disputam a posse da terra. A Funai já deveria ter definido a questão de posse de algumas áreas, na localidade, mas até agora não interveio seriamente na questão, permitindo que aconteça caso deste tipo.

O massacre da aldeia dos Kiriris aconteceu na tarde de sábado, depois do meio dia, quando fazendeiros e seus empregados, armados de fuzis, revólveres e facões, atacaram de surpresa, não permitindo reação por parte dos indígenas. Em seguida, os atacantes bateram em retirada, deixando no local o saldo de três mortos e cerca de 50 feridos, segundo informações extra-oficiais.

O fato foi confirmado ontem pela prefeitura de Ribeira do Pombal, que acrescentou ter sido deslocado para a área de conflito todo o destacamento policial da cidade. O prefeito solicitou também a intervenção da Polícia Federal, a fim de impedir o agravamento da situação. O serviço de plantão da Polícia Federal, em Salvador, confirmou ter sido solicitado apoio policial, mas somente a partir de hoje serão deslocados alguns agentes para aquele município.

O ataque à aldeia dos índios Kiriris aconteceu de surpresa e num momento em que os conflitos pela posse da terra pareciam amenizados. No entanto, lembrou um funcionário da prefeitura, os fazendeiros, que se dizem legítimos donos da terra, há algum tempo prometeram tirar todos os índios dali, nem que tivessem que dizimar a aldeia. As autoridades policiais da região, por sua vez, temem que os índios venham a reagir, respondendo à iniciativa dos fazendeiros ros, e alegam que o contingente policial ali existente seria insuficiente para evitar uma tragédia. (**Cidade de Santos, 16/07/84**).

Massacre tem várias versões

Várias versões sobre o massacre dos índios Kiriri, ocorrido no último sábado, no município baiano de Ribeira do Pompal, circularam ontem em Salvador. Uma delas sustentava que os fazendeiros — autores do atentado que culminou com a morte de pelo menos três índios e ferimentos em outros 50 — promoveram o ataque por considerarem os Kiriri responsáveis por roubos de gado na região. Uma outra versão (nenhuma delas oficial, até o momento) dava conta de que alguns indígenas teriam ido à feira quando foram provocados pelos brancos. Os índios reagiram e um deles teria ferido um homem com uma facada no abdome. Em represália, os fazendeiros, acompanhados de seus empregados e armados de fuzis, revólveres e facões, atacaram a aldeia, perto do povoado de Mirandela, distante cerca de 24 quilômetros da sede do município.

Segundo o antropólogo Ordep Serra, presidente da seccional baiana da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai), os índios foram vítimas de uma emboscada. Eles foram atraídos, de acordo com Serra, para uma conversa com os fazendeiros sobre os problemas de roubo e morte de gado na região.

Agentes da Polícia Federal estiveram ontem na área de conflito, onde um contingente da Polícia Militar permanece acantonado desde a ocorrência do massacre. Há também controvérsias quanto ao número real de mortes. As primeiras informações dão conta de que foram três índios mortos e aproximadamente 50 feridos. Outras notícias, no entanto, dizem que dois índios morreram. O presidente da Anai-BA encaminhou telegrama ao Ministério da Justiça, ao governador do Estado e à Polícia Federal, solicitando providências imediatas.

Todo o problema dos índios com os fazendeiros, em Ribeirão do Pombal, se deve à questão de terras. Os fazendeiros querem ocupar as terras da reserva indígena denominada fazenda Picos, para onde os Kiriri foram levados pela Funai. (**Fôlha da Tarde, 17/07/84**).

Revolta pelo assassinato de Zezito

Uma equipe da Funai foi a Ribeira do Pombal, composta por 5 especialistas, para avaliar a situação criada com a morte sábado do índio José dos Santos Carvalho, o Zezito, assassinado por posseiros que ocupam parte da reserva indígena.

O advogado Moacir Lira Filho, que chefia a equipe, revelou a intenção de apoiar os Kiriri, acompanhar o inquérito a ser instaurado pela PF e fazer o possível para solucionar a questão.

A tensão gerada pelo crime levou os Kiriri a se preparar para vingar a morte de Zezito. O Chefe de Posto da Funai na área, Wilk Celio, e o Comandante da 3ª Companhia da PM, sediada em Caldas do Cipó, capitão Freitas Neto conseguiram convencê-los a manter a calma e a aguardar a ação da Polícia e da Justiça. O Presidente da ANAÍ-BA, Ordep Serra, responsabilizou ontem o ITERBA pela morte do Kiriri José dos Santos Carvalho, dizendo que o Instituto favoreceu o clima de tensão em Mirandela ao "protelar e obstaculizar a demarcação das terras dos índios, negando-se também a fazer a transferência dos posseiros existentes na área". (**O Globo, 17/07/84**).

Pessoal da FUNAI é ameaçado

Várias cartas com ameaças de morte a funcionários da Funai e integrantes do grupo comunitário Bahai's que prestam assistência médico-social aos índios da tribo Quiriri foram encontradas pela Polícia Militar em Mirandela. As cartas serão entregues aos agentes federais que investigam as causas do conflito em que um índio Quiriri foi assassinado, sábado passado, em Mirandela, para apurar responsabilidades. Uma das cartas foi deixada na casa de uma funcionária do posto da Funai em Ribeira do Pombal, segundo o advogado Moacyr Lyra, que ontem encaminhou o documento, sem assinatura, à Delegacia da Fundação Nacional do Índio, em Recife. Ameaças idênticas foram feitas a várias outras pessoas que mantêm contatos com os indígenas do sertão baiano. (**Fôlha da Tarde, 20/07/84**).

Polícia caça ex-prefeito de Pombal

A prisão preventiva do principal acusado pela morte do índio Kiriri José dos Santos, em Mirandela — Ribeira do Pombal, o ex-prefeito Edval Calasans, depende do juiz da comarca, segundo informações da Superintendência Regional da Polícia Federal, que até o final da tarde de ontem não havia confirmado a prisão. O delegado Jamil de Souza Oliveira está desde ontem em Ribeira do Pombal, onde instaurou inquérito para apurar as denúncias envolvendo o ex-prefeito, devendo retornar segunda-feira a Salvador. (**Jornal da Bahia, 28/07/84**).

D. Avelar Brandão pede segurança

O arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, cardeal D. Avelar Brandão Vilela, solicitou ao diretor do Departamento de Polícia do Interior, delegado Antônio Medrado e à Polícia Federal medidas no sentido de garantir a segurança dos índios Kiriris, no município de Ribeira do Pombal, para evitar novas mortes de indígenas, em conflito com fazendeiros na área, como aconteceu no dia 14 do mês passado, quando o índio José Carvalho foi morto.
O cardeal, que fez a solicitação depois de reunir-se com membros da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAÍ) seção da Bahia, vai conversar também com o governador João Durval Carneiro, para que seja feita uma maior vigilância policial na área e informar-se sobre o andamento dos processos de terras que garantem a posse da reserva aos indígenas. (**Estado de Minas, 05/08/84**).

Bispo de Paulo Afonso pede urgência na demarcação

Em sua primeira entrevista como novo Bispo da Diocese de Paulo Afonso, D. Aloizio José Pena pediu ontem, nesta capital, que o governo se apresse em fazer a demarcação das terras da reserva dos índios Kiriris, no município de Ribeira do Pombal, para evitar novos conflitos como o que resultou, há poucos dias, na morte do índio Zequinha Kiriri, assassinado a tiros em pleno centro do povoado de Mirandela.
D. Aloízio Pena acrescentou que o governo deve se preocupar em resolver não apenas a situação dos índios, mas também a dos posseiros que já estão nas terras há 30, 40 e até 50 anos. "Porque senão talvez os ânimos possam se radicalizar, uma vez que eles estão na expectativa dessa demarcação". (**Jornal de Brasília, 23/8/84**).

Novo atentado

Pouco mais de dois meses depois do assassinato do índio kiriri José Carvalho dos Santos (**Zezito**), por um grupo de fazendeiros, no distrito de Mirandela, um atentado cometido ontem contra o índio Acrísio Nélson Santiago voltou a trazer a tensão à reserva dos kiriris.
O atentado foi denunciado pelo antropólogo Ordep Serra, presidente da seção baiana da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anaí) que compareceu à Secretaria de Segurança Pública para pedir proteção aos kiriri de Mirandela. Segundo Ordep, o índio Acrísio foi atingido por uma bala de fuzil, quando descansava em uma rede, dentro de sua casa. (**Diário Popular, 08/09/84**).

Temor de novos conflitos

Os índios Kiriri, da Bahia, que estiveram reunidos ontem com o presidente da Funai, disseram que a qualquer momento poderá ocorrer na região um conflito de sérias proporções. A área desses índios, onde vivem centenas de posseiros e existe até uma cidade encravada, a localidade de Mirandella, foi demarcada em 1981 à revelia dos posseiros, que, até hoje, estão aguardando a indenização prometida pela Funai. Há dois meses, um índio foi assassinado e, agora, segundo o líder Lázaro, "os Kiriri vão ser obrigados a enfrentar os posseiros, pois não querem esperar para morrer". O chefe de gabinete da Funai, anunciou que o presidente do órgão vai desmembrar a delegacia de Recife, criando uma outra em Salvador para atender melhor aos 30 mil índios que vivem no Nordeste. (**ESP, 10/11/84**).

PANKARARÉ

Começa auto-demarcação

Cinco turmas de índios Pankararé — quatro de homens e uma de mulheres — que estavam engajadas nas frentes de trabalho da seca no sertão da Bahia começaram, por conta própria, a fazer a demarcação das terras da reserva da tribo, localizada entre o povoado de Brejo do Burgo, Município de Glória, e os limites da Estação Ecológica da Secretaria Especial do Meio Ambiente, no Raso da Catarina. O Conselheiro da tribo, Afonso Feitosa, comunicou o fato à Funai, dizendo que "já estava cansado de esperar a demarcação prometida pela Funai". (**Fôlha da Tarde, 19/01/84**).

Os Pankararé cansaram de esperar as providências prometidas pela FUNAI e, no final de janeiro, tocaram a autodemarcação de suas terras, conforme proposta tirada no encontro das partes envolvidas na disputa, em junho de 1983. Naquela ocasião, índios, posseiros, representantes do sindicato de trabalhadores rurais, da FUNAI (o então delegado Leonardo Reis), e do ITERBA, além de políticos locais, ficara definido que os Pankararé teriam uma reserva, nas seguintes condições: dos limites do brejo até o Raso da Catarina, onde faria limite com a estação ecológica de mesmo nome, mantida pela SEMA, ao Sul e a Oeste. Esse território confinaria, a Leste com o povoado de Juá, município de Paulo Afonso e, ao Norte, com a cidade do Brejo. As terras seriam de uso comum, sendo que índios e posseiros receberiam títulos individuais das posses que já ocupam.

Feito o acordo, ficou estabelecido o prazo de um mês para que uma equipe da FUNAI viesse fazer o levantamento da área, para posterior demarcação. Os meses se passaram, e a equipe da FUNAI não veio. Os Pankararé mandaram representantes duas vezes a Recife, na delegacia da FUNAI, telefonaram outras tantas vezes e nada além de promessas. Ao tomarem conhecimento que posseiros do povoado de Juá estavam retirando madeira da área que pelo acordo lhes pertencia, os Pankararé resolveram pela autodemarcação. Ao longo de 1984, os Pankararé proibiram, por diversas vezes, a retirada de madeira e a abertura de aceiros (picadas para demarcar uma área a ser ocupada) em suas terras.
Em novembro, sentaram-se com representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Glória e, conjuntamente, elaboraram documento no qual os posseiros ligados ao sindicato reconheciam a área indígena e, juntamente aos Pankararé, exigiam a demarcação pela FUNAI. Do ITERBA, exigiam a titulação da **área mista** do Brejo do Burgo, como solução para acabar com o clima de tensão na região (**extraído do texto "Os Pankararé do Brejo do Burgo: A resistência de um Grupo Indígena Nordestino", de José Lopes da Cunha, do CIMI-NE**).

PANKARARU

Quitéria denuncia miséria

A líder indígena Quitéria, da tribo Pankararu, de Petrolândia (PE), denunciou a situação de miséria dos 4.500 índios de seu grupo, reivindicando intervenção imediata da Funai, "antes que todos morram de fome". Disse ela que há mais de um mês, "a gente só encontra fome pelo caminho e cada semana tenho que levar doentes para Paulo Afonso (BA), porque a miséria está grande."
Acompanhada por mais quatro índios, Quitéria está em Brasília para reivindicar a inscrição de 400 índias nas frentes de emergência do Nordeste. Disse ela que "o Governo prometeu reabrir frentes de emergência onde não houve safra e nós queremos inscrever as mulheres porque o dinheiro dá pra comprar pelo menos um pouco de farinha". (**Fôlha da Tarde, 21/08/84**).

TAPEBA

Reféns na caçada ao bandido

Cerca de doze índios Tapebas, que vivem nas terras da Marinha, no município de Caucaia, estiveram ontem na Arquidiocese de Fortaleza, para pedir apoio da Igreja tendo em vista a invasão de seus domicílios no último dia 15. Explicaram que, naquele dia, a Polícia estava procurando um criminoso. Como os nativos conhecem bem a área, foram levados três como reféns, até que o criminoso aparecesse. O grupo de índios, oito homens e quatro mulheres, afirma não ter nada a ver com o crime e pede segurança às autoridades. O homem que praticou o homicídio apareceu e os indígenas foram libertados.
Vivendo às margens do Rio Ceará, esses índios vêm se queixando da falta de assistência dos órgãos responsáveis pela preservação dos costumes e tradição de uma raça quase em extinção no Brasil. As quase duas mil famílias residentes nas proximidades de Tabapuá denunciam estar perdendo suas terras desde que, há 20 anos, morreu o líder ou cacique, "Perna de Pau". Com isso, espalharam-se em vários núcleos do município, lutando pela sobrevivência. A pobreza é retratada no olhar de todos os remanescentes índios da tribo Tapeba. São homens e mulheres que vivem de tais como a pesca de caranguejos, siris, camarões e peixes, venda de frutas, plantas e variedade de aves.
Há um ano os Tapebas vêm procurando na Igreja o apoio necessário para a fixação dentro da sociedade. A Assessoria Rural da Arquidiocese procura desenvolver um trabalho pastoral com os índios, no sentido de apoiar sua cultura, costumes e tradição, para que assim encontrem seu próprio espaço. Eles revelam que em Caucaia não contam com nenhuma entidade assistencial, precisando vir a Fortaleza para os encontros pastorais. Afirmam que a tribo não oferece condições de moradia, não dispõe de infra-estrutura alguma. Em épocas de enchentes, por exemplo, quando suas taperas são invadidas pelas águas, é na Igreja que encontram ajuda para reconstrução. Do mesmo modo estão sendo feitos esforços no sentido do melhor aproveitamento da água, onde comunidade indígena e Igreja procuram ajustar seus ensinamentos.
Entretanto, o receio maior dos nativos é o perigo da descaracterização da espécie. Não tendo terra, reclamam alguns, irão se espalhando, perdendo os costumes, as crenças, rituais e a própria cultura, e principalmente o sentido de união e organização.
Os índios revelam que esta foi a primeira vez que a Polícia invadiu as suas terras para que respondessem por um crime de que não tinham conhecimento. "Pedimos às autoridades que tomem medidas que protejam nossas famílias", concluíram. (**O Povo-Fortaleza, 23/11/84**).

D. Aloísio visita a comunidade

Dom Aloísio Lorscheider visitou a comunidade indígena dos Tapebas, localizado ao longo da BR-222, no município de Caucaia, objetivando fortalecer os laços culturais da espécie no sentido de evitar a descaracterização dos costumes, crenças e tradições. "Os Tapebas estão vivendo separados por falta de terra, sem poderem desenvolver o cultivo da terra", explicou o Arcebispo de Fortaleza, acrescentando que é preciso que o novo Governo se volte para a necessidade da implantação da reforma agrária. E mostrou por que: "Eles poderiam trabalhar na agricultura, plantar, uma vez que as terras são profundamente férteis".
De fato, os remanescentes dos Tapebas estão desenvolvendo pequenos cultivos de melancia, maracujá, maxixe, caju e banana. A produção destina-se apenas à subsistência, pois como vivem em constantes ameaças de perder as terras não podem incrementar os cultivos. Às margens do Rio Ceará vivem aproximadamente dois mil descendentes totalmente desprovidos de apoio dos órgãos públicos. "Eu entendo que é até bom que não haja essa proteção ao índio, pois na maioria das vezes só atrapalha e prejudica", revelou desolado Dom Aloísio, adiantando que eles já estão conseguindo muitas coisas sozinhos.
O alicerce de uma escola profissionalizante, uma barragem construída sobre o Rio Ceará e o melhor aproveitamento da terra são obras construídas recentemente pelos nativos com orientação da Igreja. Atualmente estão trabalhando no sentido de construir um paredão para evitar as águas no período invernoso invadam seus casebres. No entanto, Dom Aloísio levará ao governador Gonzaga Mota reivindicações dos índios, que necessitam, entre outras coisas, de um porto de embarcação, no Rio Ceará, instalação de disciplinas profissionalizantes e um decreto ou regulamento que diminua a velocidade dos veículos naquela área da BR-222, área de grande circulação dos moradores. (**O Povo, 13/01/85**).

TINGUI-BOTÓ

Ameaça de guerra contra fazendeiros

As vinte e sete famílias indígenas que vivem na reserva Tingui-Botó, na localidade de Olho D'Água do Meio, município de Feira Grande, ameaçam entrar em guerra contra os fazendeiros da região, caso a Funai não tome providências imediatas para lhes devolver os 200 ha de terras que lhes pertencem e foram vendidos a fazendeiros locais. Há mais de 6 meses a Funai prometeu que resolveria o problema mas até hoje nada foi feito. Os índios estão passando fome, sem terras e sem sementes para plantar.

O pajé substituto da reserva, José Saraiva Sura Aconã, disse que se a Funai não tomar as providências que prometeu, os índios vão agir, apesar de os fazendeiros estarem prontos para negociar suas terras com o Governo Federal, através da Funai. A preço de hoje, as terras custam Cr$ 120 milhões.

O pajé disse também que há 60 dias a Funai enviou o técnico Santana para matner contato com a reserva, visando uma solução do problema, tendo na ocasião feito um levantamento total das necessidades dos índios, prometendo que as terras seriam compradas para a reserva mas nada ainda foi resolvido. (**Gazeta de Alagoas, 24/4/84**).

Fim da briga

A Funai resolveu acabar a briga entre os integrantes da tribo Tingui-Botó e os fazendeiros da localidade de Olho D'Água, na zona rural do vizinho município de Feira Grande (quatro quilômetros distantes daquela cidade), ao enviar um emissário com um cheque de Cr$ 40 milhões para indenizar as 203 tarefas de terras das fazendas Boacica e Olho D'água, que pertenciam aos indígenas e vinham sendo ocupadas por fazendeiros locais há mais de trinta anos.

Os índios ameaçavam entrar em guerra com os brancos caso a Funai não atendesse suas reivindicações, Para resolverem o impasse, o vice-pajé, José Saraiva-Sura Aconã e o cacique Adalberto Ferreira, chegaram a ir a Brasília há três meses conversar com a Funai, deputado Mário Juruna e outras autoridades ligadas à política indigenista do Ministério do Interior, conseguindo do Governo garantia para indenização das terras visando acomodar as 27 famílias compostas de 154 nativos.

Além da garantia do Governo, o que levou os índios a fazerem as pazes com os fazendeiros, foi a presença do Delegado José Leonardo Reis, da 3ª Delegacia da Funai em Pernambuco, em Feira Grande, depois que os índios regressaram de Brasília. Numa reunião com os fazendeiros e indígenas, o Delegado da Funai pediu que as terras fossem ocupadas pela tribo, com a conseqüente retirada dos ocupantes, com o compromisso de que o dinheiro da indenização seria enviado breve. (**Gazeta de Notícias, 2/9/84**).

Esperança

Os índios **Tingui-Botó**, conseguiram uma fazenda com 62 hectares de terra com três açudes, dois currais, e uma casa que é a sede da fazenda. Após muitas lutas essa foi uma das conquistas consideradas como o início para que os índios iniciassem com a sua plantação aproveitando o bom tempo tendo a esperança de receber mais novecentos hectares. Essa foi a promessa do presidente da Funai, segundo um telex que foi enviado à 3ª Delegacia no mês de junho.

Os índios pretendem vencer esta causa na paz com os fazendeiros e a Funai. Assim que receberam a escritura nas suas mãos, comemoraram com grande alegria: dançando o **Toré**, cantando e louvando a Deus em seu dialeto. Os índios acham que a Funai deveria agir sempre desta maneira para evitar desperdício ou morte dos índios.

Porantim

José Saraiva.

Os índios estão satisfeitos com o novo presidente da Funai Jurandy da Fonseca, e com o regresso do delegado José Leonardo Reis "que muito colaborou com a nossa aldeia. Acreditamos que se muitos funcionários fizessem como ele, nós índios estaríamos em melhores situações".

José Saraiva — cacique. (**Porantim, Outubro/84**)

TUXÁ

FUNAI e CHESF discutem transferência

A 3ª DR da Funai, em PE, iniciou entendimentos com a CHESF para definir detalhes do programa de relocação de cerca de 1.350 índios Tuxá, de Rodelas, que serão atingidos pela inundação da área da barragem de Itaparica.

O Delegado Nelon Melo disse, que estudos anteriores já previam a transferência dos índios para duas localidades alternativas: Riacho do Pento, na BA, e Massangano, em PE, mas as lideranças Tuxá não foram ouvidas e, agora, a Funai resolveu que qualquer resolução em torno do assunto deverá contar necessariamente, com a participação da tribo. Os detalhes da resolução envolvem, segundo ele, questões a respeito da área a ser escolhida, natureza do solo e sua vocação para culturas agrícolas, implantação de núcleos habitacionais e equipamentos de infra-estrutura, etc. (**Estado de Minas, 23/11/84**).

WASSU

Zumba é morto a facadas

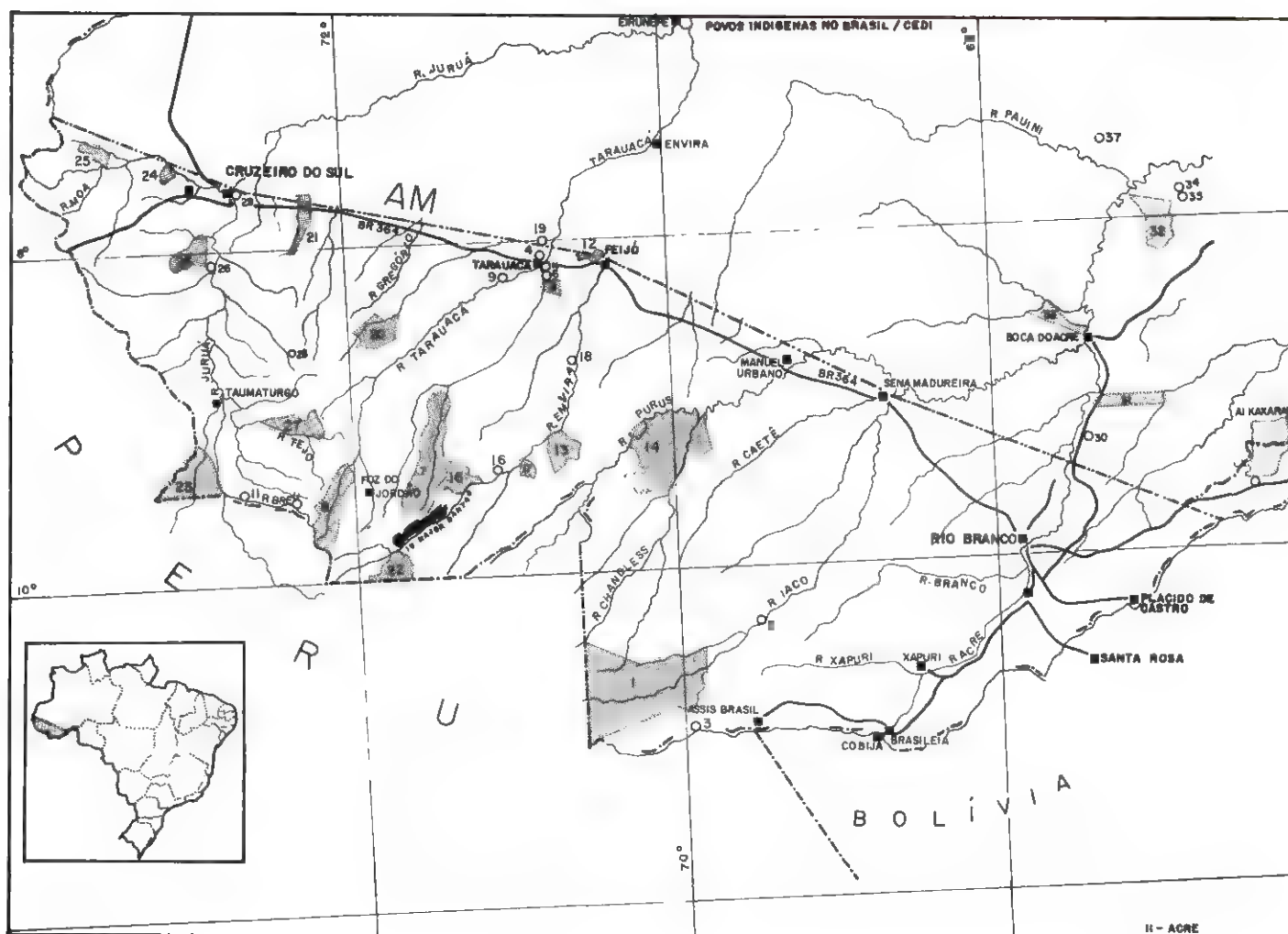
O cacique Zumba, da tribo Wassu, que vive na Aldeia Cocal, Município de Joaquim Gomes, foi assassinado na noite de domingo com quatro facadas. O Delegado disse que os índios estão revoltados com o crime e dispostos a vingar a morte do cacique. Soldados da PM estiveram na aldeia para tentar acalmar os ânimos, mas voltaram sem nada conseguir. O Secretário de Segurança disse que se for necessário enviará reforços para o município. (**O Globo, 19/6/84**).

Clima de tensão

A aldeia indígena de Cocal, onde vivem centenas de Wassu, volta a viver pela segunda vez este ano, momentos de tensão, em conseqüência da disputa de faixas de terras entre os índios e fazendeiros da região de Joaquim Gomes.
Os Wassu não aceitam uma decisão judicial, pela qual perdem parte de suas terras e ameaçam resistir, inclusive com o uso da força no sentido de não permitir o ingresso de fazendeiros na área. O delegado de Joaquim Gomes esteve na Secretaria de Segurança Pública de Alagoas para manter uma audiência com o secretário, Ardel Juca. Foi pedir reforço policial, e que a questão entre os fazendeiros e os índios da aldeia Cocal seja resolvido pelo Departamento da Polícia Federal.
Segundo o delegado, no começo desta semana, esteve na divisa das terras pertencentes aos índios e as fazendas para cumprir uma ordem judicial que obriga os silvícolas a recuarem a sua demarcação e foi recebido com hostilidade. "Para evitar um confronto com os índios é que nós preferimos procurar o Secretário Ardel Juca, a fim de solicitar reforços para nosso destacamento e ao mesmo tempo receber orientação quanto ao melhor modo de agir naquela área". (**Notícias Populares, 21/6/84**).

foto Walter Sass

Kulina

ACRE

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA ACRE

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
MACHINERI	1	AI Mamoadate	Sena Madureira		265 (T)	*
JAMINAUÁ	1	AI Mamoadate	Sena Madureira		109 (T)	
MACHINERI JAMINAUÁ	2 3	Rio Iaco e cab. rio Acre	Sena Madureira		120	
KAXINAUÁ (1)	4	AI Colônia	Tarauacá		27/44	
	5	AI Caucho	Tarauacá		92	
	6	Itamarati	Tarauacá		24	
	7	AI Humaitá	Tarauacá		220	
	8	AI Jordão	Tarauacá		720	
	9	Pacujá	Tarauacá		15	
	10	Timbaúba	Tarauacá		55	
	11	Rio Breu	Cruz. do Sul		90	
	12	AI Katuquina - Kaxinauá de Feijó	Feijó		120	
	13	AI N.Olinda	Feijó		210	
	14	AI Alto Purus	Manoel Urbano		250	
					1.840 (T)	
KATUQUINA (2)	12	AI K.e K. de Feijó	Feijó		147 (T)	
KATUQUINA	20	AI R.Gregório	Tarauacá		110	
	21	AI R.Campinas	Cruz. do Sul		86	
					196 (T)	
KULINA (3)	14	AI Alto Purus	Manoel Urbano		361	
	15	AI Kulina R. Envira	Feijó		137	
	16	Liberdade	Feijó		16	
	17	AI Ig. do Paü	Feijó		76	
	18	Porongaba	Feijó		41	
	19	Acurawá	Cruz. do Sul		?	
					631 (T)	
IAUANAUÁ	20	AI R. Gregório	Tarauacá		196 (T)	

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
KAMPA	7	AI Humaitá	Tarauacá		15	
	22	Ig. Chimane	Feijó		50	
	11	Rio Breu	Cruz. do Sul		58	
	23	AI Amônea	Cruz. do Sul		111	
					235 (T)	
POIANÁUA	24	Rio Moã	Mâncio Lima		227 (T)	
NUQUINI	25	AI Nuquini	Mâncio Lima		238 (T)	
YAMINÁWA	26	AI Yamináwa	Cruz. do Sul		68 (T)	
ARARAS	27	AI Yamináwa/ Araras	Cruz. do Sul		22	
	28	Riozinho do Cruz. do Vale	Cruz. do Sul		38	
	29	Querosene	Cruz. do Sul		55	
					115 (T)	
APURINÃ (4)	30	AI BR-317 Km 124 e 137	Boca do Acre		75	
	31	AI Boca do Acre Km 45	Boca do Acre		101	
	32	AI Peneri/ Tacaqueri	Pauini		189	
	33	AI Kamicuã	Boca do Acre		179	
	34	Mariane	Pauini		48	
	35	Mixiri	Pauini		25	
	36	Lagos Purus	Pauini		248	
	37	Água Preta	Pauini		35	
					900 (T)	

(*) Os dados de população foram levantados pela CPI/Ac, entre 81 e 83.
(1) 828 Kaxinauá no lado peruano (Vic. Apost.P.Maldonaldo: 83).
(2) tem o mesmo nome tribal dos Katuquina dos rios Gregório e Campinas, mas trata-se de grupo distinto.
(3) ver também nas Áreas Javari e Jutaí/Juruá/Purus.
(4) a população total dos Apurinã é estimada pela AJACRE em cerca de 3.000 Índios, espalhados desde os bairros periféricos de Rio Branco, passando pela BR-317 no trecho compreendido entre Rio Branco e Boca do Acre, dispersos nos seringais dos afluentes do médio Purus e ainda na periferia das cidades de Manacapuru e Manaus. Ver também na Área Jutaí/Juruá/Purus.

AUTO-DEMARCAÇÃO KULINA E KAXINAUÁ

No Alto Purus, índio de quatro aldeias abrem a picada e fazem planos para defender a demarcação

Rosa Maria Monteiro
Walter Sass
Lori Altmann
Roberto Zwetsch (*)

Pela primeira vez na história do Acre, dois Povos Indígenas decidiram e demarcaram, por conta própria a sua terra. Este é um fato histórico que há de servir de estímulo para os diversos Povos Indígenas do Acre que reiteradamente têm sido preteridos pela iníqua Política Indigenista Oficial. Esta demonstração de capacidade e decisão por parte dos Kulina e Kaxinauá não deveria surpreender ninguém, muito menos a FUNAI.

Antecedentes

Desde 1978 os Kulina e Kaxinauá do alto Purus, fronteira com o Peru, no município de Manoel Urbano (Acre), reivindicam a demarcação de sua terra junto à FUNAI. Na época, a FUNAI fez uma proposta de 3 áreas pequenas, dividindo as aldeias e deixando abertos entre elas verdadeiros corredores que facilitariam a invasão e a diminuição da área, atendendo com isto interesses de pretensos proprietários seringalistas. Nesta proposta, ficaram fora várias colocações de seringa, todo um seringal, como foi o caso do Seringal Sobral, onde estava se instalando a Fazenda N. S. Aparecida, de propriedade de Benedito de Oliveira Filho, com apoio dos incentivos fiscais da SUDAM.

Já haviam derrubado cerca de 200 ha de mata, inutilizando muitas estradas de seringa e construído um campo de pouso, inclusive contratando os Kulina e os Kaxinawá como mão-de-obra para a realização dos trabalhos.

Os Kulina reivindicavam a área, pois seus antepassados tinham vivido e sido enterrados ali. Era o território de onde eles tiravam sua sobrevivência, das estradas de seringa e do lago de pesca da margem esquerda do Purus. A FUNAI, na época, atendendo a interesses do fazendeiro, propôs uma área para os índios que, na margem esquerda, tinham como um dos limites o Igarapé Anamã. Os Kulina reivindicavam uma área até o Igarapé S. Vicente, rio abaixo.

Os Kulina resolveram se antecipar e, em 1979, realizaram a autodemarcação da margem esquerda, de acordo com os seus limites. Em 1980, houve, então, a expulsão definitiva de todos os moradores não-índios da área, incluindo o gerente da fazenda. Mais tarde, em 1982, uma nova proposta da FUNAI incluiria a margem esquerda do Purus, conforme os limites da autodemarcação.

Ainda em 1979, os Kulina da aldeia de Santo Amaro, enfrentaram situação semelhante, com o fazendeiro Motta, da Fazenda Aracaju, 3 horas de motor abaixo da aldeia. O fazendeiro pretendia terras que incluíam o Lago Santa Júlia, subtraindo ao controle dos índios várias estradas de seringa. Os Kulina, entretanto, reivindicavam o limite da sua área até o Igarapé Prainha, incluindo as estradas de seringa e o lago; e também se adiantaram, demarcando ao longo do Prainha, até atingir as estradas de seringa. Ao mesmo tempo, expulsaram todos os seringueiros que ocupavam colocações naquele "centro". Também nesse caso, a ação dos índios foi determinante para que uma nova delimitação da área pela FUNAI, realizada em 1982, atendesse os seus interesses.

Todo esse processo foi articulado através de uma série de reuniões realizadas nas diversas aldeias do Alto Purus, envolvendo os Kaxinawá e os Kulina e, numa oportunidade, a população não-indígena de ocupantes da área. Desde 1977, estas reuniões vinham sendo incentivadas por voluntários leigos do CIMI/OPAN/TVC, ligados à Pastoral Indigenista da Prelazia do Acre-Purus, cujo bispo é D. Moacir Grechi.

Em 15 de abril de 1979 estiveram reunidos representantes das 3 aldeias do Purus (Maronáua, Fronteira e Santo Amaro), na aldeia de Santo Amaro, na qual combinaram o seguinte:

1.º) unificação das terras — rejeição das propostas da FUNAI (3 áreas pequenas e separadas) e reivindicação de um território único abrangendo as 3 aldeias (duas Kulina e uma Kaxináua), impedindo a existência de corredores entre as aldeias.

(*) *da Equipe de Pastoral Indigenista CIMI-OPAN/IECLB.*

foto Roberto Z...

2.º) abertura de piques pelos Kulina de Maronáua, na margem esquerda do Purus, para garantir os lagos e as estradas de seringa, sendo os limites o igarapé Nazaré até o igarapé S. Vicente. Os Kulina de Santo Amaro, por sua vez, fariam o pique para garantir o igarapé Prainha.

3.º) encaminhamento de mapa e área de demarcação à FUNAI conforme o interesse das comunidades.

4.º) combinação de uma reunião com os brancos para esclarecimento das decisões tomadas, de modo que pudessem procurar os seus direitos com tempo (outra terra, indenização, etc.).

Desde então as lideranças dos dois Povos vêm insistindo, reunião após reunião, para que a FUNAI viesse demarcar a área oficializando aquilo que por direito pertence aos índios.

Em 1982, a FUNAI enviou novamente ao alto Purus dois de seus funcionários, os quais delimitaram no mapa a área pretendida por ambas as comunidades. Desta feita, de acordo com os interesses indígenas. Esta nova delimitação foi encaminhada ao então Presidente da FUNAI, Paulo Moreira leal, que a reconheceu, assinando portaria a respeito datada de 17 de janeiro de 1983, pela qual a Área Indígena do Alto Purus ficou com 265 mil hectares (ver mapa). Nesta área vivem 4 comunidades indígenas, duas Kulina com uma população de cerca de 500 pessoas, e duas comunidades Kaxináuá com 400 pessoas.

Decisão histórica

Em julho e agosto de 1984, nas duas Assembléias que realizaram, em Santo Amaro, aldeia Kulina do alto Purus, e em Rio Branco (com a participação de lideranças de vários Povos do Acre e sul do Amazonas), respectivamente, tanto Kulina como Kaxinauá, depois de aguardar em vão as promessas não cumpridas da FUNAI, decidiram finalmente que não dava para esperar mais. Julgaram ser este o momento propício para a demarcação, sobretudo pelo perigo que representa para os seus Povos a construção da Rodovia Transacreana, projetada pelo Governo do Estado, como um sinal concreto do avanço do capital monopolista sobre as terras do Acre.

A abertura da picada

Depois de muitos preparativos nas aldeias, dos quais participaram velhos, mulheres e até as crianças, na farinhada do pique principalmente, os homens ganharam a mata. Foram dois grupos, um da aldeia de Maronáua, constituído só pc índios Kulina, e outro formada pelos Kaxinauá das alde de Fronteira e Recreio, junto com os Kulina da aldeia de Santo amaro. Estes trabalhos se iniciaram em meados de setembro a só foram concluídos, com muito esforço em meados de outubro, quando os dois grupos se encontraram, com muita festa, na boca do rio Cochicha.

Como infra-estrutura para esta verdadeira maratona, os índios contaram com a farinha de mandioca feita por eles mesmos, e o CIMI colaborou financeiramente com parte da despesa de infra-estrutura do trabalho do pique, como compra de gasolina, munição, sal, açúcar, ferramentas, óleo de cozinha, tabaco, material que foi entregue às lideranças Kulina e Kaxinauá que por sua vez redistribuíram ao seu pessoal.

Problemas

Como ocorre freqüentemente entre povos diferentes, houve problemas no trabalho prático:

1.º) não se tinha uma idéia exata do tempo necessário para completar a demarcação, daí a falta de farinha, munição e gasolina, o que obrigou uma turma a voltar para prover o que faltava. Isto também fez com que nem todos que começaram o trabalho ficassem até o fim.

2.º) o mapa que se tinha era pequeno e apresentava poucos detalhes que numa demarcação são importantíssimos (localização exata dos igarapés, por exemplo), o que levou a certos erros, que deverão ser corrigidos, e o pique completado no decorrer deste ano.

3.º) como havia várias lideranças trabalhando juntas, com interesses por vezes particulares (facções), com língua e costumes diferentes, houve problemas quanto ao ritmo de trabalho e a maneira de organizá-lo, gerando conflitos que, não obstante, foram superados, depois de muitas conversas e definição de competências (quem vai trabalhar, e onde), o que permitiu se chegar ao fim, em ambiente de festa.

Avaliação

No final, houve uma avaliação feita na aldeia de Santo Amaro antes que cada um voltasse para a sua aldeia. Houve nessa reunião algo como um solene compromisso mediante o qual os grupos se comprometeram a:

1.º) terminar o restante do pique (corrigir os erros cometidos nesta oportunidade), no decorrer de 1985.

2.º) limpeza de todo pique quando necessário, em ambas as margens.

3.º) colocação de placas.

4.º) exigir da FUNAI a regularização urgente dessa demarcação.

5.º) dar um prazo de 1 (um) ano para a saída dos brancos que vivem na área.

6.º) continuar sempre defendendo esta área única e indivisa.

Papel dos agentes

Os agentes de pastoral indigenista (de OPAN/CIMI/IECLB) que atuam nas aldeias Kulina participaram das reuniões preparatórias, durante os trabalhos e na avaliação final. Nas farinhadas, nos deslocamentos pelo rio, na picada propriamente dita, tiveram como objetivo incentivar e apoiar as decisões tomadas pelos índios. Embora deva-se reconhecer que este papel foi importante, é bom frisar que a condução dos trabalhos esteve sempre a cargo das lideranças Kulina e Kaxinauá e sem a sua firme decisão e o consenso obtido nas comunidades nada teria sido feito.

A palavra dos índios

Os líderes Kaxinauá e Kulina assim se exprimiram sobre esta demarcação, que há de ser um marco na sua luta histórica de libertação.

Tuxáua Pancho (*aldeia Kaxinauá do Recreio*): *"Bom, minha gente, eu vou falar aqui um pouquinho sobre o nosso trabalho. A picada foi muito importante porque nós nos interessamos (por) nossa área. Tanto muito tempo esperamos a promessa da FUNAI. Nunca saiu: Só saiu promessa, mas nunca cumpriu. Agora como resolvemos por nossa conta própria e nós fomos, reunimos com 4 áreas, os Kaxinauá, os Kulina, reunimos com 80 pessoas e fomos fazer a picada. Os brancos não acreditaram que nós faríamos a picada. Nós, agora, todo mundo sabe que o índio pode fazer. Já está pronto, graças a Deus e agora vamos resolver falar com a FUNAI novamente para ver se os engenheiros, os antropólogos acompanham a picada que nós fizemos pra ver, pra poder acreditar que nós fizemos mesmo. Sobre a demarcação da área, a FUNAI tem que cumprir, a FUNAI tem que tomar providências, porque por nossa conta própria já fizemos. Ela não precisa trabalhar não, é só andar dentro da picada mesmo, um caminho monstro que nós fizemos. Então a FUNAI tem que ver isso. Agora nós estamos precisando das placas pra botar nos pontos que nós fizemos... Agora precisamos cuidar da nossa área que nós marcamos por nossa conta própria. Todos os anos vamos abrir mais e tem que cuidar isso. Primeiro os brancos invadiram muito a terra. Primeiro nós não sabia nada. A caça foi acabando, a pesca foi acabando. Agora estamos cuidando da nossa área pra trabalhar, ficar mais tranqüilo, ficar mais fácil pra nós trabalhar; a plantação, a criação, a produção que nós fizemos e criar nossos filhos com tranqüilidade." Mais adiante, continua Pancho, enfático: "O índio quando cumpra é sério. Ele faz mesmo. E nós que nascemos no mato, criemos no mato, sabemos trabalhar. E nós vamos segurar nossa área. As 4 aldeias dos índios Kaxinauá e Kulina estamos todos concordados em trabalhar juntos, unidos. Precisamos trabalhar juntos."*

Relembrando a história passada, afirma o líder Kaxinauá: "Primeiro, antes do descobrimento do Brasil, já tinha índio, já tinha gente aqui e os brancos vem tomando a terra, o índio tem medo e fugiu até que ficou na fronteira Peru/Brasil. Então o cariú vem e tomaram tudo. Nós ficamos com um pedacinho de terra. Nós precisamos de um pedacinho de chão pra viver. Aí este pedacinho de terra que nós estamos segurando aí não tem direito de tomar porque nós tem direito de ganhar este pedacinho de terra pra continuar a viver. Por que um fazendeiro tem 500 mil hectares de terra, só uma família, e nós somos muitos e nós tem uma terra de 265 mil hectares. Só um pedacinho de terra e muita gente. Tem muito reclamo: ah, índio tem muita terra, pra que índio quer muita terra? E o fazendeiro, só uma família ten 500 mil hectares, só uma família e não tem reclamo, e acha bom. E nós que somos muitos? Somos muita gente e o branco acha ruim. Tanto índio, o branco vai ficar sem terra. O fazendeiro lá do Chandless, uma família só que tá morando, tem 1 milhão de hectares e é uma família só. E nós nem temos 500 mil hectares. Somos muitos, 4 ou 5 aldeias no Purus e ainda reclamam e dizem que é muita terra. Nós precisamos da terra pra caçar, pra pescar, pra trabalhar caucho e borracha, e caça que nós vamos precisar mais na frente. Porque o índio também tá aumentando. É isto que nós precisa. O fazendeiro só derruba mata, espanta toda caça e estraga tudo e não aproveita não. Ninguém reclama e ainda acha bom. E o índio que precisa viver, trabalhar, criar, então reclama. Os brancos reclamam. Pois bem, meu irmão, então eu tô falando aqui a verdade. O nosso trabalho é isso." Ele arremata: "Índio é como gente, índio fala, índio sabe caçar, sabe fazer casa pra viver, índio trabalha pra sustentar filho, mulher, índio dá consideração a filho, então tudo isso que branco acredita, nós também acredita. Então tudo isto que é lei, índio também tem lei. Branco tem lei, nós também tem. Quer dizer, não precisa tá falando um do outro. Nós tudo somos gente. O negócio é este. A luta é uma só. Eu sou lutador. Eu sou cacique da aldeia do Recreio, Kaxinauá."

Tuxáua Mário (aldeia Kaxinawá da Fronteira):

"Eu falo aqui um pouco sobre o trabalho da picada. A picada foi muito complicada. Nós fizemos todo esforço de trabalhar, reunimos 80 índios, Kaxinauá e Kulina, homens de trabalho. Os brancos estavam achando difícil que os índios fazia este serviço que fizemos. Agora pra mostrar como nós somos nós estamos dando uma força. Nós mesmos podemos marcar a nossa área. Demarquemos pra segurar a nossa terra para nossos povos, para nossas crianças, para nossos filhos que tem onde morar, que tem onde caçar, que tem onde mariscar. Nós vivemos da caça, de pesca dentro desta nossa reserva. Branco nenhum pode meter a mão na área indígena porque é proibido de um branco entrar numa área indígena, porque os índios não deixam. Tem muitos brancos que estragam a caça, a pesca, madeira de lei como já temos visto aí. Porque nós estamos muito índio aí reunidos e aumentando mais famílias, aumentando as crianças, aumentando a população da gente. Então, se a FUNAI não dá apoio num ato deste, acho que os índios poderão resolver por eles mesmos. Nós temos força de resolver qualquer um serviço que nós podemos fazer. O índio é do mato, nasceu no mato, se criou no mato, sabe caçar, sabe pescar e sabe viver no mato. O pessoal da cidade não sabe viver na mata como os índios vivem. O pessoal da cidade é da cidade e o pessoal da mata são da mata. Os índios, nós somos da mata. Por isso estamos exigindo a nossa área e nós lutou. Eu estou exigindo para meu povo viver tranqüilo. Então, outra coisa, eu vou falar sobre a área indígena que nós demarcamos entre os Kulina e Kaxi, é sobre os moradores da beira do rio Chandless onde mora muita gente. Agora aí neste ato a FUNAI tem que tomar providências nesta parte dos brancos que estão dentro da área indígena. Eu vou lá em Rio Branco conversar com as autoridades do pessoal da FUNAI para ver como o que elas vão falar pra mim. Então na volta se não vier algum antropólogo, algum engenheiro pra ver nosso serviço que fizemos, então nós podemos dar o nosso jeito, se a FUNAI não der jeito nós damos, nós podemos dar um jeito nos brancos. Então primeiramente meu direito de pessoa é conversar com o pessoal da FUNAI, com a Delegacia de Rio Branco, ela que esta aí pra responder pelos índios, para resolver qualquer negócio, qualquer tipo de negócio de índio. A FUNAI se criou para isso. Então tem que resolver de qualquer maneira do jeito que o índio quer."

Tuxáua Huaqui (aldeia Kulina de Maronáua):

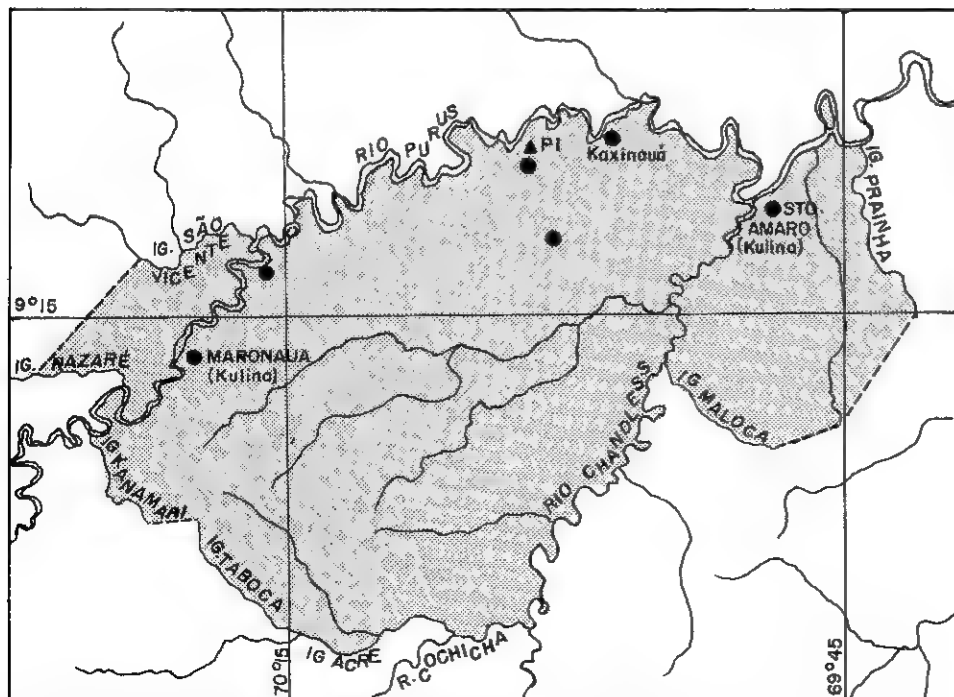
"Fizemos um pique pra morar bem na nossa mata. Fizemos aqui um pique grande para marcar uma área grande. Esta é uma boa notícia. Fizemos o pique pra garantir a posse da nossa terra. Ficamos felizes por ter concluído este trabalho. Todos, mulheres e homens ficamos contentes com este trabalho."

Tuxáua Sabino (aldeia Kulina de Santo Amaro):

"Todas as nossas famílias ajudaram pra nós morar dentro da área nossa. Porque nós vamos ajudar nós também. Já tudo marcado."

Tuxáua Rimaná (aldeia Kulina de Maronáwa).

"Durante o pique ninguém passou fome. Nossas famílias ficaram fazendo farinha para os homens, mulher que ficou em casa cuidou de fazer farinha pros homens. Até criança ajudou pai dela carregando banana. A nossa terra está segura. Os chefes aqui não estão moles. Estão todos firmes segurando a terra. Nenhum cariú (= não índio, branco) vai mexer na nossa Terra."

ÁREA INDÍGENA ALTO RIO PURUS

ÁREA APROX. - 265 000 ha
PERIMETRO APROX - 350 km

PROCESSO Nº FUNAI/BSB/3279/77
POVOS INDIGENAS NO BRASIL/CEDI - ABRIL/1985

"FOGO NOS ARRAIAIS DO INDIGENISMO"

"Polêmica aberta no indigenismo acreano. Em discussão (aliás, acirrada discussão) os projetos de ajuda econômica, financiados pela entidade assistencial inglesa OXFAM para as aldeias indígenas."

Assim o jornalista Antonio Alves**, da equipe de reportagem da** FOLHA DO ACRE **abriu a extensa matéria publicada em sete páginas das edições dos dias 29 e 31 de março de 1985.**

A equipe de edição de ACONTECEU POVOS INDÍGENAS NO BRASIL **resolveu reproduzir as entrevistas e depoimentos, praticamente na íntegra, por entender que as questões levantadas a respeito das políticas de apoio a grupos indígenas, através dos chamados "projetos econômicos" intermediados e/ou orientados por organizações de não-índios, interessam a mais gente.**

Há muito tempo, divergências quanto à orientação desses "projetos" — incentivados sobretudo pela CPI-AC — vinham se acumulando, no âmbito restrito do "indigenismo acreano", com dificuldades de se expressar num debate mais aberto e fecundo.

A seguir falam, primeiramente, os pastores luteranos Roberto Zwetsch e Lori Altmann (da IECLB) e a missionária leiga, católica, Rosa (vinculada ao CIMI e à OPAN), que há vários anos vivem entre os Kulina e os Kaxinawá, no Rio Purus. Eles demonstram especial preocupação com uma "nova dependência" que esses projetos poderiam estar criando, por parte dos índios com relação às fontes de recursos externos.

Os tuxáuas Mário e Pancho, ambos Kaxinawá, exigiram dos missionários que "estiva", tecido e munição fizessem parte do apoio prestado por eles. Diante da recusa, procuraram a CPI-AC, que há anos vem apoiando projetos de sustentação econômica em várias aldeias do Acre.

Segundo o antropólogo Terri Vale de Aquino, presidente da CPI-AC, "ninguém consegue vitórias políticas sem se garantir economicamente"; os "projetos" são decisivos para que os índios se livrem da canga do aviamento e articulem estratégias de enfrentamento mais promissoras, sobretudo na defesa de suas terras.

A ENTREVISTA DOS MISSIONÁRIOS, (CIMI-OPAN E IECLB):

FA — *Qual a avaliação que vocês estão fazendo desses projetos econômicos para as aldeias indígenas?*

Roberto — *Bem, eu acho que tem que se colocar em primeiro lugar qual é a situação econômica que os índios enfrentam nos altos rios. São comunidades pequenas, que têm uma transação econômica muito limitada. Praticamente eles lidam com o comércio apenas dos marreteiros. Com esses é que eles transacionam para comprar as coisas que precisam, ou seja, panelas, roupa, munição, sal, as coisas básicas que já foram incorporadas ao tipo de vida que eles têm. Então a gente conhece isso da formação econômica do Acre, o marreteiro é um comerciante que pra poder se manter exerce uma exploração muito grande por cima do trabalho alheio do seringueiro ou, no caso, da comunidade indígena.*

FA — *Nesse caso, uma organização econômica de apoio à aldeia indígena seria no sentido de criar uma alternativa ao comércio com o marreteiro?*

Rb — *É, a Rosa podia falar mais a respeito disso porque ela acompanha lá na área as primeiras iniciativas nesse sentido.*

FA — *Faz quanto tempo que vocês estão na área indígena?*

Rosa — *Eu estou há nove anos. Eles chegaram depois.*

Rb — *Nós estamos desde 80. Somos missionários da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e viemos para trabalhar na região a convite da comunidade indígena em primeiro lugar e da Prelazia do Acre e Purus, para fazermos um trabalho em conjunto, um trabalho de caráter ecumênico e que visasse o apoio às comunidades indígenas.*

Incentivar as organizações próprias dos grupos

FA — *Como é esse trabalho?*

Lori — *Bem, o principal objetivo é incentivar as organizações próprias dos grupos. E nesse sentido tem-se feito uma série de reuniões tanto dos Kulina entre si, como dos kulinas com os kaxinauá e até com outros grupos como aconteceram duas assembléias de chefes indígenas no Baixo Purus. Então, pra nós, isso é prioritário: que eles mesmos juntos sentem e discutam seus problemas, busquem alternativas em conjunto. E atualmente vem se envolvendo grupos até do Juruá, que participaram em 84 de uma Assembléia lá em Santo Amaro e está prevista outra Assembléia para o Juruá para esse ano, com todo o povo Kulina.*

Rs — *Isso é a nível de povo Kulina. Já é a terceira reunião que está sendo organizada, as duas últimas por eles mesmos, como uma forma deles se encontrarem como povo, os chefes discutirem os problemas das aldeias.*

Rb — *É que a Nação Kulina está muito dispersa numa região muito vasta da Amazônia Ocidental, entre os vales do Purus e do Juruá. São pelo menos trinta aldeias, umas pequenas como trinta ou quarenta pessoas outras com duzentos e cinqüenta pessoas. Falando a mesma língua, também com a mesma cultura, muita coisa em comum. Mas por estarem numa região tão vasta e tão dispersos, nunca se encontravam não se conheciam. Então, um dos objetivos do nosso trabalho nos últimos anos foi exatamente oportunizar que esse povo se encontre e se reorganize. Historicamente parece que os Kulina vieram do Baixo Purus e foram sendo empurrados pelas frentes pioneiras principalmente a frente extrativista, para os altos rios e chegaram até o Peru. Hoje em dia eles se encontram em situação muito triste. Os grupos do Juruá encontram situações em que eles não têm mais terra. Os seringalistas "permitem" que eles vivam em certas áreas, como se isso fosse uma concessão. Muito bondosos os seringalistas! Então a batalha é muito grande para que eles possam segurar a sua terra, garantir o seu espaço de sobrevivência.*

FA — *Há casos de Kulina trabalhando de peões nas fazendas?*

Rs — *Peão mesmo, não sei. Mas normalmente eles se localizam em seringais. Trabalham como seringueiro mateiro, fornecedor de caça.*

Pastoral de convivência: como um deles

FA — *E essa questão religiosa? O fato de vocês pertencerem a uma organização ligada a duas igrejas, como isso influência no trabalho? Existe alguma forma de ensinamentos de caráter religioso?*

Rb — *A gente já elaborou algumas teses a respeito disso. Nós entendemos o nosso trabalho como uma pastoral de convivência. E a gente define essa pastoral da seguinte forma: após estarmos no meio de um povo como membros de uma comunidade cristã que está lá para conviver com a comunidade indígena, pra partilhar da vida dessa comunidade e lutar junto com ela pela sua sobrevivência tanto física como étnica. Dentro dessa proposição básica, a gente exclui qualquer caráter proselitista, de implantação de uma nova religião no meio do povo indígena. O que nós queremos é junto com esse povo caminhar para que ele possa um dia tomar a decisão que ele bem entenda, referente a qualquer religião. Se ele quiser manter a dele, é perfeitamente direito que ele faça assim.*

Então nós achamos que o nosso trabalho é reforçar a autoconfiança desse povo. Para poder enfrentar essa avalanche que significa uma sociedade dominadora a assaltar de diversas formas a aldeia, seja através do comércio, do Estado e das próprias igrejas.

L — *Os Kulina já foram atingidos de diversas formas pela atuação direta das igrejas. Por exemplo, no Peru trabalha o SIL, que inclusive preparou pastores para atuar nas aldeias.*

Rb — *Já traduziu a Bíblia. A Bíblia está quase toda ela traduzida para o Kulina.*

L — *No Juruá tem a Missão Novas Tribos e em várias outras aldeias eles foram atingidos pela pastoral tradicional da Igreja Católica já há dezenas de anos atrás.*

Rb — *Eu acho que o novo da proposta da gente é, de fato, se colocar no meio dessa comunidade como um deles. E trabalhar para que eles possam garantir o seu espaço como comunidade étnica diferenciada. Diante da sociedade e inclusive em questões religiosas. Senão seria uma contradição a gente batalhar pela autodeterminação dos povos indígenas, que é uma das linhas prioritárias tanto do CIMI como da nossa Igreja.*

Na escola: para que eles possam assumir por conta própria

FA — *Vocês incentivam a fundação de escolas?*

L — *As aldeias de Maronáua e Santo Amaro começaram com a criação de uma escola. Na época eles estavam espalhados pelos seringais e foi na época em que a Igreja, no caso a paróquia de Sena Madureira, começou com um trabalho de construção de escolas em seringais da região. E depois em convênio com o Estado, foram oficializadas essas escolas. E na época, os próprios Kulina cobraram do Pe. Paulino (Baldassari): "o senhor não gosta da gente? está construindo escolas pros brancos mas não pra nós". Daí o Pe. Paulino falou pra eles: "mas como? vocês estão espalhados por aí". Então, foram construídas as escolas e essas escolas serviram para reorganizar os grupos num determinado local, já que eles estavam espalhados em famílias pelos seringais. Então, desde quando a Rosa chegou e depois a gente, a escola já existia. Inclusive no nosso caso foi uma exigência deles que a gente assumisse a escola, mesmo que a gente não se sentisse capacitado porque ainda não conhecia a língua, mas foi uma exigência e a gente topou o desafio.*

FA — *Como é esse trabalho?*

Rs — *Tanto em Maronáua como em Santo Amaro já existem índios alfabetizados. Em Santo Amaro, principalmente, são os índios que assumem a escola. Do jeito deles, no horário que eles querem, o tempo que eles querem. Em Maronáua também eles dão assistência.*

Rb — *A gente trabalha junto com dois professores lá. A gente dividiu conforme a divisão de trabalho da aldeia, por sexo. Então a Lori trabalha com as mulheres e eu com os homens. E tem dois índios alfabetizados que trabalham conosco. Então a gente tenta fazer tudo para que gradativamente eles possam assumir por conta própria.*

Rs — *Basicamente a aula é na própria língua.*

Rb — *É, o programa inicial tem sido de alfabetização. Na língua kulina, porque o kulina quase não fala português. Eles queriam muita aula em português e a gente começou, mas não durou um mês, simplesmente porque não dava, eles não avançavam por causa do problema da língua. Então a gente viu que de fato não dá pra começar com português.*

L — *Tem essa turma que já é alfabetizada e tem a turma que não é. Então a gente trabalha, junto com esses dois já alfabetizados como professores, na língua própria. E na parte da tarde tem uma turma já alfabetizada em kulina que a gente trabalha em português. O número varia bastante porque como o Kulina é seminômade então tem um ano que a turma dobra, chega a trinta alunos, no ano seguinte é quinze. Também como eles são seringueiros, então tem períodos que eles passam cortando seringa e tem pouca gente na aldeia. Mas tem então essas três turmas: uma com homem e outras com mulheres em kulina e outra na parte da tarde em português que é basicamente de homens já alfabetizados.*

FA — *Matemática, não tem?*

L — *É, não tem avançado. Só o início mesmo.*

Rb — *Mas a gente não tem trabalhado muito com matemática não.*

FA — *Os índios geralmente têm apresentado interesse em aprender matemática pra poder negociar, tirar saldo, não serem enganados. Não há uma reivindicação assim entre os Kulina?*

L — *Tem. A gente trabalha em geral com os números e as 4 operações. Não deu pra avançar ainda além disso. Seria uma etapa mais adiante.*

É só eles se organizarem, que dá para conseguir

FA — *Mais especificamente sobre projetos econômicos. Qual é a experiência de vocês em relação a projetos na área em que vocês trabalham?*

Rs — *Bem, a experiência que a gente fez foi nessas três aldeias em que foi implantada a cooperativa, em 1980. E antes disso a gente já tinha feito outras experiências pequenas, por exemplo de incentivar a eles armazenarem a borracha pra ser vendida em Sena Madureira. Então tudo isso deu base pra gente ver que quando eles querem se organizar, eles conseguem. O primeiro projeto foi só de estiva para a cooperativa. Então na aldeia mesmo com toda a discussão, o acompanhamento da gente e tudo, eles sobreviveram com a mercadoria que tinha, não se preocuparam em armazenar a borracha. Agora, a preocupação só veio depois que acabou a mercadoria na cooperativa. Aí, eles se preocuparam de produzir mais borracha pra conseguir mais mercadoria. E conseguiram, no momento que toda a comunidade queria. Então, por isso que a gente acha que a chegada de um novo projeto não seria assim... educativo, pra eles. A gente tem experiência de que, chegando, eles consomem e fica por isso mesmo. Então a gente tentou nessa nova proposta, deles pedirem novo projeto, fazer uma discussão com a comunidade, uma avaliação dessa cooperativa já existente e mesmo pelo número de estradas, que a gente viu que não tem o suficiente. Muitos reclamam que não conseguem aumentar a produção, mas não é porque o pessoal não trabalha, é porque não existem estradas, não existe a seringa suficiente pra eles cortarem e produzirem três, quatro toneladas em um mês.*

L — *No caso do Recreio, mesmo que eles segurem toda a borracha, que não vendam nada fora, com 8 estradas eles nunca vão produzir pra repor um aviamento que supra as necessidades de toda a comunidade, só com a borracha.*

Rs — *Então aí que veio essa deles mesmos de fazer alguma coisa a longo prazo, médio e longo prazo. Porque pra eles conseguirem as coisas imediatas, sal, munição, essas coisas eles conseguem. É só eles se organizarem, que dá pra conseguir.*

FA — *Essas quatro aldeias, Recreio e Fronteira são Kaxi, Maranauá e Santo Amaro são Kulina, quais as que já tiveram projetos econômicos antes?*

Rs — *Todas elas. Maronaua, Fronteira e Santo Amaro tiveram em 80. Como Recreio foi formada depois, em 83 foi que recebeu projeto.*

FA — *Esses projetos tiveram repetição?*

Rs — *Não.*

L — *Houve um apoio no seguinte sentido: por exemplo, a comunidade reunia a borracha e a gente dava um apoio assim de infra-estrutura pra vender, pagava as despesas de viagem, de gasolina, mas o trabalho era deles, a organização era deles.*

Rb — *Não houve mais fornecimento de mercadoria depois daquele primeiro projeto pra todas as aldeias.*

Rs — *Agora, a Fronteira recebeu em 81, quando foi instalado um posto da Funai lá, uma verba para ser aplicada. Então a Fronteira já recebeu mais projetos do que os outros, através da Funai.*

Rb — *E isso inclusive tem significado um certo conflito entre as duas aldeias, já que o pessoal do Recreio acha que a Fronteira é mais privilegiada porque tem um posto da Funai e a Funai então concentra seu esforço no Posto e assim a outra aldeia Kaxinawá fica sem receber nada.*

FA — *Sim, legalmente está correto, mas na prática isso não é obedecido. As áreas estão todas invadidas.*

Rs — *Não, mas aí também não quer dizer que o projeto econômico vai evitar de ser invadida a área.*

Será um novo tipo de dependência?

FA — *Naquela carta dirigida à Pró-Índio vocês levantam a questão de que os projetos econômicos criariam nas aldeias um determinado tipo de dependência econômica. Como é isso?*

Rb — *A gente está se perguntando o seguinte: o projeto tem um objetivo que seria o de permitir que a comunidade pouco a pouco fosse se tornando independente. Tivessem uma infra-estrutura básica que permitisse não mais estar amarrada aos patrões ou aos marreteiros. Isso seria então o objetivo acabar com esse intermediário. Que elas tivessem autonomia para juntar sua produção e vender então na cidade por preços melhores e comprar as mercadorias também por preços menores do que lá no alto rio. Agora, o que a gente tem observado? Que o que ocorre na prática é que quando projeto vem, por diversas razões internas da comunidade, as coisas são distribuídas e são consumidas. E chega num determinado momento, eles voltam a se endividar com o marreteiro. E, aí, no ano seguinte, ela retorna a uma entidade ou à própria Funai exigir um novo projeto que serviria para, de novo, criar essa infra-estrutura que já foi consumida. Então, a nossa grande pergunta é essa: será que nós não estamos criando um novo tipo de dependência? Criando um novo intermediário, aliás, um intermediário mais interessante, porque ali a gente ganha sem precisar pagar mais nada, enquanto que o marreteiro não dá nada, a conta tá lá e um dia ele tem que pagar senão para o fornecimento.*

FA — *Mas parece que essa questão econômica não é a única. Há também a ocupação produtiva do espaço e o seu domínio no sentido de buscar a demarcação. Por exemplo, as aldeias que estão demarcadas são justamente aquelas que têm projetos econômicos mais antigos. Não haveria um lucro nesse aspecto político?*

Rb — *Eu acho que não é o caso, porque no Purus a área foi demarcada pelos próprios índios.*

L — *Sem necessidade de projetos.*

FA — *Mas não está legalizada.*

L — *Mas isso é uma questão política.*

Rb — *É uma outra questão.*

L — *E eu não concordo com esse argumento. Eu acho que a lei protege os índios, que eles têm direito histórico deles, sempre viveram ali independentes da forma que eles ocupem esse espaço. A lei protege os direitos deles ocuparem de forma como a cultura deles permitir.*

Não pode haver uma fórmula para todas as áreas

FA — *Ele não ajudaria, por exemplo, a estender o domínio sobre a área ocupando mais estradas de seringa e trazendo mais famílias para morar na área?*

L — *Não, o problema é que se usa critério de uma área para outras áreas. Por exemplo, no caso do Alto Purus não existe seringal formado dentro da área. Lá o problema deles é o marreteiro, e marreteiro não é proprietário do seringal, é só um comerciante. Então a situação é outra. A demarcação lá depende da boa ou da má vontade da Funai e dos interesses que estão por trás e que a gente não sabe. A gente pode até mostrar um telegrama que chegou agora respondendo essa atitude dos índios de demarcarem a terra por conta própria.*

FA — *Que é que eles dizem? Não gostaram?*

Rs — *Gostaram, disseram que está dentro do programa oficial de demarcar terras.*

Rb — *Quer dizer então que o critério de produção, ele não ajuda muito. Porque produzir eles sempre produziram senão não estariam vivos. Só que a produção aí é a produção para o mercado, é uma outra coisa.*

FA — *A produção deles não tem sido para o mercado?*

L — *Basicamente é pra consumo, no caso da produção agrícola.*

Rb — *Porque eles investem a maior parte do seu tempo pra sua subsistência. A borracha é uma coisa assim secundária dentro do todo da vida.*

L — *Principalmente para o caso do kulina. O Kaxinauá tem uma certa diferença.*

Rb — *Isso é que é, nós não podemos generalizar.*

FA — *Há diferenças tanto geográficas, de áreas por exemplo em que não tem borracha ou castanha, como diferenças culturais, é isso?*

Rb — *Exatamente.*

L — *Por exemplo eu acredito, pelo pouco que eu conheço da cultura Kaxinauá, que a lista de produtos da nossa sociedade de que eles são dependentes é bem maior do que a lista dos Kulina.*

FA — *É, parece que eles foram bem mais integrados às empresas seringalistas do que...*

Rb — *Do que os Kulina. Ou outros povos que a gente não conhece tão bem.*

L — *Entre os Kulina, se a gente for fazer um cálculo, o tempo que eles ocupam com a seringa é mínimo em proporção ao auto-sustento deles, seja em agricultura, caça e pesca e outras atividades. Então, não dá pra usar um exemplo e generalizar para outros povos. Se, pra um grupo que tinha muitos patrões na área, foi importante um projeto pra não depender dos patrões e poder ocupar o seringal, pra outros não.*

FA — *Quem dizer, então, que esses projetos econômicos poderiam ser mais válidos para grupos que já estivessem mais integrados ao tipo de economia comercial?*

Rb — *Depende do projeto. Por exemplo, se agora no Purus os índios estão se dando conta de que a caça está rareando e eles já não comem carne todo dia, como há alguns anos atrás, então tem que se pensar em alternativas para a carne, que poderia ser a criação de diversos animais. Então, uma das coisas que todas as comunidades reivindicaram nesse novo projeto que nós estamos elaborando, foi algumas cabeças de gado. Agora, todas elas já têm. Já começaram uma criação pequena. A maior delas está lá na Fronteira e quase todas as cabeças pertencem à família do Mário. Quer dizer, o restante das famílias kaxinawá de Fronteira não têm gado. Então, na discussão que se fez lá, a gente propôs a eles de se trazer mais algumas cabeças de gado de modo que num prazo aí de quatro ou cinco anos cada família possa ter a sua vaca, a sua matriz. Além daquelas que já existem lá e que pertencem à família do Mário. Então, essa foi uma das coisas que foi discutida e que o pessoal achou que era importante de ser feito. No caso lá de Santo Amaro, por exemplo, o Pe. Paulino deu um touro e uma vaca, quer dizer, uma matriz e um reprodutor. E o acerto da comunidade foi o seguinte: os dois chefes ficaram com o reprodutor e a matriz e cada bezerro que nasce vai para uma família. Então já tem dez pessoas lá que já têm uma cabeça de gado. E assim o processo deve continuar. Então, foi dessa forma que se colocou a discussão para as aldeias e a coisa deveria andar nesse sentido. Até chegar a um ponto deles poderem matar todo ano duas cabeças de gado e todo mundo poder ganhar daquela carne. Agora, a gente pode se perguntar o seguinte: isso resolve o problema deles? Eu acho que não resolve. Mas tem que se encontrar diversas saídas para enfrentar os problemas. E uma maneira que está se encontrando de pensar pra daqui a dez, vinte anos...*

Rs — *Porque a seringa não responde.*

Rb — *Além do que a gente está vendo que a borracha não está sendo solução nem para o seringueiro, atualmente.*

L — *O preço da borracha não acompanha o das mercadorias.*

Rb — *Ele não acompanha a inflação do país.*

FA — *É, isso se dá com todas as mercadorias, não apenas a borracha.*

Outras alternativas, com resultados mais lentos

L — *Outra alternativa, que eles mesmos propuseram é a questão da agricultura. E a vantagem do incremento da agricultura é que caso não se ache mercado pra vender, pelo menos já aumenta a alimentação. E os Kaxinawá já são tradicionalmente agricultores, têm roças grandes e bonitas, os Kulina também já cultivam, então seria apenas aumentar aquilo que já é próprio da cultura deles. Implementar um pouco mais, dar condição para produtos que têm facilidades de colocar no mercado, como feijão e outros produtos.*

Rb — *Nessa questão da agricultura, por exemplo, uma das reivindicações foi um engenho de cana manual, para que eles pudessem plantar e fazer o mel de cana. Eles gostam muito de açúcar, só que o açúcar sai caro. Todas as aldeias já têm cana plantada. Se eles incrementam um pouco mais essa produção eles podem fazer o mel de cana. E com isso não precisariam comprar o açúcar. Isso está incluído no projeto para as quatro aldeias. Todos eles pediram o engenho de cana e um tacho grande pra se fazer mel.*

FA — *Esse projeto de ajuda econômica, no caso, ele então seria lento.*

Rb — *É, ele não é um projeto de resultados imediatos. Isso é a grande discussão que a gente tem com as aldeias. Alguns chefes, talvez devido ao tipo de chefia que eles exercem, eles gostariam de ter algumas coisas que teriam esse caráter mais imediato, de consumir imediatamente. Que pudessem distribuir e o pessoal pudesse usar as coisas logo. No caso, seria estiva.*

FA — *Que são produtos que eles habitualmente compram do marreteiro.*

Rs — *Ou na cidade, quando eles organizam e vêm vender a borracha.*

Rb — *Como agora, por exemplo, o Pancho veio do Purus ele trouxe quase uns trezentos quilos de borracha, mais quase um milhão em artesanato e então com isso ele pode repor o que o pessoal precisa lá, com a própria força da comunidade.*

Nós não somos agência financiadora

L — *Mas, voltando à questão da borracha. A gente está assim num levantamento de questões, não é uma posição fechada. O que eu vou falar é uma opinião pessoal, não necessariamente a posição do grupo. Essa questão de aviamento de barracão no seringal, no meu entender, poderia ser a longo prazo assumida pela própria Sudhevea. Essa sim eu acho que é o organismo apropriado para isso, ela se interessa pela borracha produzida pelos índios, então através de um contato da Funai com a Sudhevea, acho que ela poderia financiar esses índios, assim como ela financia os seringalistas. Financiaria essas cooperativas e como ela tem convênio com a Cobal, poderia fornecer para essas cooperativas esses produtos a preços mais acessíveis e preencher as necessidades das aldeias. Eu acho que ela estaria dentro da sua função. Que não é a função da Igreja,*

nós não somos agência financiadora de projetos econômicos, não temos interesse nenhum em entrar nessa transação comercial ou coisa assim. Então, pra gente um projeto desse significa um impulso para a comunidade, no sentido de apoio, mas quando começa a ser assim, no sentido de financiamento, cada ano eles pedem e tal, isso aí eu acho que é mais função do governo através do órgão encarregado que seria a Sudhevea em contato com a Funai.

Semente nova, que não se perca

FA — *Uma questão mais melindrosa: parece que vocês teriam feito críticas ao trabalho nesse sentido desenvolvido pela Comissão Pró-Índio, não é? Pelo fato de todo ano ter projeto nas aldeias. Em que consistem exatamente essas críticas?*

L — *Bem, não sei de onde você escutou essa crítica. Nós oficialmente não manifestamos nada sobre isso.*

FA — *Essa é a conversa que rola, é claro que não tem nada oficial.*

Rb — *A única coisa que a gente fez foram aquelas perguntas que a gente colocou naquela carta, uma carta que foi enviada a diversas...*

L. — *... que são válidas inclusive para nós. Esse questionamento que a gente colocou naquela carta vale para a Comissão Pró-Índio, vale pra nós, vale para os próprios índios aonde foram realizados esses projetos, e todas as entidades. Então eu acho que é, digamos, uma proposta de parada pra pensar. Então, ver o que ocorreu até hoje, como continuar, o momento político é diferente de dez anos atrás quando começaram esses projetos. Então, ver pra onde a gente está indo.*

Rs — *Ver o que se colheu até hoje e então se é válido continuar ou parar.*

Rb — *A gente na nossa discussão com as comunidades lá do Purus, colocava um exemplo que ajudou muito na discussão. Porque tem que ver o seguinte: quando a gente conversa com as comunidades, tanto kulina quanto kaxinawá, são poucos os elementos que conseguem fazer uma discussão mais teórica, porque está se falando em português. E mesmo os kaxinawá lá do Purus, nem todos eles têm a mesma versatilidade que o Pancho ou o Mário, que são os chefes. Então, a gente tinha que encontrar uma imagem que pudesse ajudar as pessoas a pensar sobre o que estava se falando. Então a gente fez a seguinte pergunta pra eles: como é que foi que vocês começaram a plantar? Quem é que deu as sementes de amendoim, de macaxeira, de milho, pra vocês. Então, eles contaram um pouco disso, como receberam essas sementes. E a gente perguntou pra eles: vocês por acaso, alguma vez na vida de vocês, perderam essas sementes? Quer dizer, chegou num ano eles não tinham mais semente de macaxeira, de amendoim, de milho e de banana pra plantar, que são as comidas básicas? Eles disseram "não, a gente sempre guarda essas sementes porque no ano seguinte vai precisar de novo". Senão, eles vão passar fome e a criançada vai chorar, vai morrer de fome. Então, a gente dizia pra eles: pois é, então vamos pensar juntos que semente nova que vocês receberiam de fora, agora, e que serviriam da mesma forma, vocês recebem uma vez e não perdem mais. Assim como os antepassados de vocês deram as sementes pra vocês e vocês nunca perderam. Tanto é que eles até hoje estão plantando macaxeira, amendoim, banana e milho e com isso garantem a sobrevivência do povo. Então, a gente colocou dessa forma e isso pegou muito bem. Pegou muito bem. De fato nós temos que pensar numa semente nova e que a gente não perca mais, pra não precisar estar pedindo mais pra ninguém. Então, por aí é que entrou a discussão de se pensar numa coisa a longo prazo e não numa coisa imediata, o sal, o açúcar, que vocês recebem num ano e se vocês não produzir, no outro ano ou você deixa de comer ou então tem que arrumar alguém que te dê de novo. Porque o sal não é semente, nem o açúcar é semente e munição também não. Então a gente levou a discussão por aí e isso parece que calou fundo, assim, nas pessoas.*

L — *Por isso o peso nos instrumentos de trabalho e nas sementes, aquilo que ajude eles a produzir alternativas pra aumentar a produção.*

Diante da insistência por estivas e munição

FA — *E no caso da insistência do Mário e do Pancho em relação a estivas e munição, por que seria isso? É um recuo da parte deles?*

Rs — *É, porque parece que eles não estão representando a comunidade. Inclusive numa conversa eles falaram que voltariam e conversariam com a comunidade. Então é uma coisa surgida agora deles, que não foi discutida pela comunidade.*

L — *Bom, pode até ter sido discutida, a gente não sabe porque nós saímos de lá e ainda não voltamos. Mas a nossa posição é a seguinte: se houve, realmente, uma mudança na decisão da comunidade, a nossa posição é voltar e conversar novamente com a comunidade. A gente reconhece eles como chefes da comunidade e tudo, mas essa discussão foi feita com toda a comunidade presente, com os chefes inclusive. Então, a decisão que foi tomada lá, pra nós, pra ser mudada, essa decisão tem que ser feita outra reunião na mesma situação. Então, se é que houve uma reunião da comunidade depois da nossa saída, que a gente saiu para a Assembléia e cursos e férias inclusive, então nós vamos voltar lá e vamos saber isso aí.*

FA — *Eles inclusive encaminharam um projeto à Comissão Pró-Índio, que constasse esses pontos de estiva, munição e armas. Disseram que a parte deles do projeto de vocês que seria para eles, que fosse dirigida para os Kulina que eles iam tentar transar o projeto deles com outra entidade.*

Rb — *É interessante, porque a munição fazia parte do nosso projeto.*

Rs — *Só a munição, porque armas a maioria tem.*

Rb — *E o que a gente discutia é que se aqueles que já têm, trabalharam tanto pra conseguir as armas, porque é que de repente outros iriam conseguir de graça?*

L — *E com esses instrumentos de trabalho aí, eles poderiam, os que não têm armas, com o seu próprio trabalho, comprar.*

Oficina, gado...

FA — *Esses instrumentos são dirigidos para que setor de trabalho?*

Rb — *São vários setores. São instrumentos de trabalho pra agricultura pra seringa, pra trabalhar com madeira, material pra criação de gado, instalação de oficina. Alguns deles são ótimos ferreiros, então com um pouco de preparação em Sena Madureira eles poderiam montar sua própria oficina, consertar os motores e outras ferramentas que eles têm lá, tudo isso.*

L — *Isso porque o lugar mais próximo aonde eles conseguem consertar motor e qualquer outro instrumento é Sena Madureira. Isso dá quase uma semana de viagem no caso dos Kulina de Maronaua.*

FA — *Esse projeto é único ou está dividido por cada aldeia?*

Rb — *Por cada aldeia, porque nem todas elas têm as mesmas coisas.*

FA — *O montante desse projeto para as aldeias do Recreio e Fronteira está orçado mais ou menos em quanto?*

Rb — *Rapaz, eu não tenho nem idéia mas eu vou te dar um exemplo. Lá no Recreio, eles pediram uma serra circular para madeira pra fazer todo o trabalho de fabricar canoa. Eles querem fazer não só o casco mas também aquela armação de cima, a obra. Então, só uma ferramenta está custando hoje dois milhões de cruzeiros. Agora tu imagina um catatau de coisas, tem instrumentos aí de 600 mil cruzeiros, um torno custa 300 mil cruzeiros, isso ia dar lá uns 50 milhões tranqüilo. Só uma aldeia. Quer dizer, é um projeto grande.*

FA — *Quem financiaria o projeto?*

Rb — *Até agora a gente ainda não decidiu bem, mas uma entidade que tava se interessando por isso era a OXFAM, que é quem tem financiado vários projetos aqui no Acre.*

Por exemplo, iriam alguns milheiros de tijelas. Um milheiro de tijelas atualmente tá 240 mil. Como são quatro aldeias, dá pra fazer a conta. Então seria realmente um projeto grande, de infra-estrutura basicamente. Por exemplo, dessa oficina constaria uma forja. Por que eles fazem muito material de ponta, pra argão. Todas essas coisas eles fazem lá com instrumentos muito rudimentares, pegam um machado e malham em cima lá do ferro, então levam um dia pra fazer uma porta. Tenho uma forja, eles poderiam fazer dez, quinze pontas num dia. Então a forja, atualmente, está custando 275 mil cruzeiros. Se a gente conseguisse colocar uma forja em cada aldeia, eles poderiam fazer esses instrumentos eles mesmos.

Rs — *E só o gado que vai ser não sei quantas cabeças, imagina o preço que está.*

Rb — *Eu poderia dizer o quanto que vai de gado, aqui. Maronaua são duas vacas. Kaxinaua da Fronteira seriam um touro e duas vacas. Santo Amaro era um reprodutor, porque eles venderam o deles. E o Pancho, a turma do Pancho... deixa eu ver aqui.*

L — *O projeto do Recreio foi redigido pela Cecília, uma antropóloga que está fazendo uma pesquisa lá, depois de discutido com a comunidade.*

Rb — *Aqui: duas vacas e um touro também. Então só os animais, pode calcular, não sei quanto que está custando um touro, um bom reprodutor hoje em dia mas é caro.*

Rs — *É, é um projeto pesado.*

FA — *Achei interessante que tivesse uma oficina.*

Rb — *Para que eles possam consertar na aldeia mesmo os instrumentos que quebram porque às vezes não leva na cidade e fica até um ano sem consertar.*

L — *No caso da Fronteira tem vários motores lá quebrados, que eles não têm condições de consertar. Eles tendo esse material lá, poderão fazer isso. Entre os Kulina também tem vários índios que já adquiriram motor.*

Rs — *E os terçados, também. Hoje em dia terçado não vale nada, quebra à toa. Então tendo isso eles conseguem facilmente fazer de novo o cabo.*

Rb — *A gente tava colocando no projeto uma furadeira de ferro manual. Com ela eles poderiam consertar todos os terçados na aldeia, porque conseguiriam furar o ferro. Reaproveitariam muitas ferramentas que estão lá, jogadas.*

Rs — *Outra coisa: em Santo Amaro eles exigiram um poço com bomba. Então tudo isso vai, tem que ir tijolo, cimento.*

Rb — *Lá em Santo Amaro eles colocaram material de solda, porque lá tem um índio que trabalha muito com solda fria. Então ele mesmo sabe fazer balde de seringa, lamparina, todo esse material. Ele reaproveita as latas de querosene ou de óleo e faz essas coisas. Tendo o material lá poderia fazer todas essas coisas. A gente pensou incluir no projeto um zinco galvanizado, que se usa pra fazer o balde. E a gente aposta muito nisso. Como eles têm uma habilidade manual muito grande, com pouco tempo de permanência lá em Sena Madureira com algum desses ferreiros, eles adquiriram as habilidades pra poder fazer esses consertos nas aldeias, que eles já fazem mas só que com instrumentos rudimentares. Então, tendo esses instrumentos especializados, poderiam fazer em menos tempo, poderiam até trabalhar para outros.*

Rs — *Não, inclusive esse cara que lida com solda em Santo Amaro, ele faz baldes e tigelas para os seringueiros brancos da redondeza, que pegam as latas e levam lá pra ele fazer porque o balde na cidade está caríssimo. E ele faz baratíssimo, só cobra o trabalho dele.*

Sair do monoextrativismo da borracha

FA — *Então, a questão não seria acabar com o projeto econômico, mas ter um projeto econômico que fosse infra-estrutural. É essa a idéia?*

Rb — *Exatamente. E que alargasse as alternativas de trabalho nos altos rios. Sempre pensando nos altos rios, na distância toda que tem da cidade, nas dificuldades que se enfrenta por causa dessa distância. Abrir o leque das possibilidades de trabalho. Inclusive de poder adquirir outras mercadorias através desse trabalho.*

L — *Inclusive deles produzirem para o seu próprio consumo, como é o caso da produção do mel de cana, ou essa máquina de pilar arroz que tem aí também. Os kulina, já foi introduzido na dieta alimentar deles o arroz e eles produzem. Mas pilado no pilão mesmo, ele perde muito.*

Rb — *Essa máquina atualmente está custando em torno de 240 mil.*

Rs — *Aí entraria também casa de farinha, tanto pro consumo como para venderem o excedente.*

Rb — *A idéia básica eu acho que é essa: sair do monoextrativismo da borracha. Não ficar na borracha como único meio, única alternativa econômica. Não sei se a gente está certo, mas eu acho que dessa forma atenderia melhor às necessidades das comunidades.*

L — *Eles, a nível bem pequeno e a nível de clã já estão fazendo isso. Só que não de uma forma organizada. Seria uma questão deles se organizarem, se eles sentirem essa necessidade. Os kulina, eles estão produzindo feijão que eles consomem em pequena quantidade. Assim também como outras coisas, a galinha, o porco que eles criaram. Então eles estão criando outras alternativas, não estão presos só à produção da borracha.*

Rb — *É muito diferente do seringueiro.*

Rs — *A gente sempre incentivou, por exemplo, o artesanato. Sempre foi uma forma deles conseguirem, através do artesanato.*

L — *Mas a longo prazo a gente sabe que não é alternativa, pra nenhum grupo, especialmente no Acre que não tem comércio pra artesanato. No sul, eles ainda podem ter uma saída para a subsistência no artesanato, porque vivem próximos às grandes cidades. Mas aqui no Acre não tem mercado para artesanato, pelo menos não para a quantidade que eles produzem. Só no caso, por exemplo, da aldeia do Recreio onde o Pancho está, atualmente, uma boa parte da mercadoria que entra na cooperativa vem do trabalho das mulheres com artesanato. Mas isso, a longo prazo pelo menos, vai estacionar.*

Rb — *Lá no Pancho uma das coisas que eles reivindicaram foi uma malhadeira grande pra pirarucu. Cada ano lá sobem os pescadores que colocam as malhadeiras dentro dos lagos da área, põem os índios pra trabalhar pra eles. Então pescam lá uns dez piraracus de uma vez e salgam e vão embora e pagam uma ninharia para os índios. Pagam o trabalho, só. Não pagam o produto. Então eles sentem: por que nós não podemos fazer isso? Além de termos carne prá nós podemos também vender. E tarrafas, a gente contou lá quantos homens tem de cada família e fez o cálculo de quanto precisaria de linha pra fazer as tarrafas que eles mesmos fazem. Então fazia parte do projeto que cada homem tivesse a sua tarrafa. Se bem que a tarrafa é um produto perecível, quer dizer, depois de um ano ou dois ele tem que fazer outra porque acaba, os lagos são muito sujos e tal.* (entrevista a Antonio Alves, da equipe de reportagem da Folha do Acre, 29/03 e 31/03/85.)

MÁRIO E PANCHO, LÍDERES KAXINAWÁ:

FA — *Como é que foi essa demarcação que vocês fizeram agora lá na área?*

Mário — *Quando nós tivemos na Assembléia Indígena, aqui, então nós discutimos que nós ia fazer por conta própria. Então quando nós chegamos lá nós fizemos uma reunião na aldeia, juntamos nossas comunidades e cá embaixo nas aldeias dos Kulina eles se ajuntaram também. Aí nós forçemos de fazer uma picada. E metemos a cara, carregando farinha nas costas.*

Caça nós não tinha. Nós quase morre de fome, sem carne. Nem água, que tava tudo seco, no verão. E metemos a cara. Aí chegamos até nas colocações dos Kulina que ficava no centro, quase com umas 5 horas de viagem. Aí quando chegamos lá nós não agüentamos porque nossa farinha tava acabando e eu achei que tinha pouca gente também que ajeitaram o serviço. Aí eu voltei pra combinar com meu primo (Pancho) e nós entramos de novo, com mais gente. Nós fizemos outra reunião, fizemos mais farinha pra levar e aí reunimos 80 pessoas. Uma turma pegou a parte de baixo e a outra vinha por cima. Tudo junto, Kulina e Kaxi. Os Kulina até sabiam mais do que nós conheciam mais a área, tinha um mateiro que saía na frente e nós atrás, abrindo a picada.

FA — *Vocês tiveram alguma ajuda pra fazer essa demarcação?*

Mário — *Rapaz, ajuda que nós tivemos foi só na despesa de gasolina, pra transportar o pessoal.*

Pancho — *Gasolina e um pouquinho de munição. Mas a munição não dá nem de falar que foi só umas coisinhas mesmo, não deu nem de matar umas guaribas pra comer.*

FA — *Quem foi que deu essa ajuda?*

Mário e Pancho — *O CIMI.*

FA — *Quais os produtos que vocês têm lá na área? Borracha, castanha?*

Mário — *Borracha. Castanha nós não temos. Agora esse ano nós vamos trabalhar com a borracha, o caucho e legumes. E criação.*

FA — *O que é que vocês criam lá?*

Mário — *É gado, porco e ovelha.*

FA — *Vocês vendem a produção aonde?*

Mário — *Sempre nós tem vendido na cidade, em Sena Madureira. Mas o negócio é que lá nós não pode demorar muito tempo segurando o produto, por causa do alimento da gente, a munição o querosene. Porque a gente mora muito longe da cidade. Aí, com qualquer necessidade a gente pega e vende tudo pro marreteiro. E esse ano nós vendemos mais de mil quilos de borracha pro marreteiro.*

FA — *Agora estão pagando 4.200, os marreteiros. E na cidade estão pagando 5.100.*

FA — *Vocês pediram um projeto ao CIMI (trata-se, na verdade, da IECLB) não foi? Conta aí essa história.*

Mário — *Rapaz, a história de projeto que nós conversamos lá com o pessoal do CIMI, eles não combinaram certo de acordo, que isso não era ajuda. Então que nos entrava de acordo com o pessoal da comunidade. Quando nós fizemos uma reunião na aldeia, onde nós estava discutindo sobre esse assunto, o meu pessoal falou pra mim: rapaz, esse projeto que eles tão querendo fazer é só projeto pra material de trabalho. Então falta outros artigos enquanto nós segura nosso produto. Se eles não notarem o artigo de seringueiro que nós estava precisando, estiva, tecido, a munição que é a mais principal, arma... não dá. Então sendo assim você manda parar isso e vê o que é que vão fazer. Então eu falei com o Roberto e a Rosa, pessoal do CIMI (IECLB) que estavam lá.*

Mário — *Eles moram lá, na aldeia dos Kulina.*

FA — *Como é o trabalho deles lá?*

Mário — *Rapaz, dessa parte aí eu não posso contar, porque eles só atuam mais na aldeia dos Kulina. Lá em casa eles só vão assim de passagem.*

FA — *Na reunião que teve aqui você fez umas críticas ao trabalho deles.*

Mário — *Rapaz, o que eu falei pra eles aí foi que eu sei que da minha parte eu acho que o CIMI só quer aprender dos índios e não tem ajuda de nada pros índios. E o CIMI lá é só entreter os pobres dos índios Kulina. E eles sempre reclamando mas eles não fazem nada, só leva tempo entretendo os índios e aprendendo a cultura dos índios.*

FA — *Aí vocês vieram conversar sobre o projeto aqui em Rio Branco.*

Mário — *É, eles não queriam botar no projeto estiva e arma e munição. Disseram que era proibido arma e munição no projeto e estiva eles não quiseram botar porque disseram que não dava de maneira nenhuma. Eu de minha parte fiquei calado mas o meu primo foi que disse: rapaz, nós precisa.*

FA — *Conte aí essa história, Pancho.*

Pancho — *Lá em casa eles sempre andavam e conversavam e eu falava pra eles: o pessoal tá aí trabalhando com fome, precisa fazer a picada. Nesse tempo a área ainda não tava demarcada e agora nós fizemos por conta própria. Então eu falei: vamos fazer um projeto porque nós precisa de ajuda. Porque só dependendo do marreteiro não dá, vamos segurar nosso produto pra vender mais na frente. Aí eu falei com CIMI. Porque eu sou chefe da minha comunidade porque o pessoal lá me deu ordem pra eu falar. Então eu falei: nós precisamos de projeto para as 4 comunidades. Então eles: tá, o que você quer? Nós queremos munição, estiva, espingarda, tecido, ferramentas. Então tá muito bem, disseram, material pode ajudar mas estiva não e nem arma e munição que é proibido comprar. Nem tecido, nem açúcar, nem sabão, nem leite nem sal, não pode, aí vocês compram do marreteiro mesmo. Como? Se queremos ajuntar nosso produto, vender na cidade que é muito melhor. Porque vocês sabem que marreteiro quer enganar, que muito já enganaram nós.*

FA — *Aí você não quis o projeto?*

Pancho — *O pessoal ficou que não concorda com ajuda que nós pedimos. Quanto? Nós precisamos tanto. Aí diz: ah, isso é demais, rapaz. Não, esse tanto não dá ninguém pode, falavam. Então tá muito bem.*

O meu pessoal falou comigo, tu vai lá no coordenador deles, no Anselmo, conversa pra ver se é proibido mesmo botar estiva e tecido no projeto. Me mandaram, a comunidade. Então eu cheguei aqui perguntei: então, será que tá proibido mesmo a gente botar estiva no projeto? Anselmo me falou: não, tu fala com Roberto, com Lori, pra botar no meio. Aí Roberto falou: não, não pode.

Então nós falamos tá bom. Deixa, se não quer, a gente arranja em outro lugar. Combinei com meu primo aqui e fomos com o Txai (Terri) e perguntamos: então é proibido botar estiva? Txai disse: não, a gente dá um jeito. Então vamos deixar o CIMI de lado pra não estar aperreando eles. Não quer, então vamos fazer projeto com a Comissão Pró-Índio pra poder nós ter estiva, tecido, munição.

Mário — *Com o CIMI nós dissemos; então, que não precisava mais, que o projeto que eles tinham podia ficar com a parte dos Kulina, que eles trabalham mais com Kulina.*

FA — *Vocês já tiveram projeto antes lá?*

Mário — *Não, igual esse que estamos querendo fazer com Txai nunca tivemos.*

Pancho — *O CIMI fez um projetinho pra mim lá em 83 de um milhão e 100 mil. Comprei um motor e material de seringa. Nós aumentos pessoas. Chegou pessoal de fora, morava tudo desunido e agora tamos unindo tudo, então precisa maior projeto.*

FA — *Vocês têm conversado com outros índios que receberam projetos, o que é que eles dizem?*

Pancho — *Ah, eu falei: como a Comissão Pró-Índio faz o projeto de tanto que o índio quer? índio quer munição, vai anotando. Índio quer sal, vai junto. Faz projeto do tanto que índio quer. Porque o CIMI não pode fazer também? Falei pra Rosa. Ela disse: não, esse aí é outro povo, é negativo. Por que negativo? — perguntei. Ah, disse, porque vocês só querem projeto, projeto, e índio não trabalha? Sim, índio trabalha, índio não fica só dormindo não. Sabe trabalhar, sabe fazer casa, sabe fazer roçado, sabe fazer tudo. Não é só branco que sabe não. E branco aprendeu com índio, que conversa é essa? Nós sabe o que fazer. Agora, nós estamos precisando de ajuda pra segurar a nossa terra, precisamos demarcação da área, pra criar nossos filhos e pra organizar nós mesmos. Então ela disse: porque CPI faz projeto e com um ano, dois anos, vai outra ajuda e CPI tá fazendo projeto assim todos anos porque precisa de dinheiro, que um bocado ela dá pro índio e outro bocado fica pra eles. Por isso que todo ano tá fazendo projeto. Viciou o índio, depois o índio vai pedir mais.*

Eu falei: não é assim, vocês estão dizendo isso porque vocês não querem ajudar. Disseram: não Pancho o pessoal dos projetos lá (OXFAM) está desconfiando da CPI, acha que eles estão querendo comer dinheiro do índio. Aí eu escutei e pensei: não digo mais nada.

FA — *Quer dizer que não existe projeto econômico na área. E para os Kulina?*

Mário — *Estão querendo fazer agora. Era tudo junto, mas não dissemos pro Roberto que nossa parte não precisava nós dava o nosso jeito. Eu falei pra Rosa lá na reunião: olha, Rosa, se você está achando que não dá, não custa você dizer pra nós. Ela disse: não, rapaz, eu faço, mas é que precisa combinar mais de dez vezes com a comunidade. Rapaz, se for combinar mais de 10 vezes aí as comunidades vão ficar aborrecidas, né? Porque conversa comprida demais é veneno.*

Para eu chegar na minha aldeia e dizer que eu aceitei um projeto que eles mesmos não quiseram, eles vão botar pra cima de mim. Então eu falei que como a comunidade não tinha aceitado, eu também não queria.

FA — *O que eles acharam de vocês procurarem projeto em outro lugar?*

Mário — *O Roberto falou: não, tá tudo bem. Mas olhe lá, depois, vocês não vão ficar com inveja quando os Kulina receberem esse projeto, vocês não vão dizer que nós estamos ajudando só os Kulina. Não, negativo, Roberto. Não é por causa disso que nós vamos ficar de ponta. Da nossa parte você pode ficar tranqüilo.* (entrevista a Antonio Alves, Folha do Acre, 31.03.85).

DEPOIMENTO DE TERRI, DA CPI-ACRE:

Pra gente entender melhor essa discussão sobre os projetos econômicos nas áreas indígenas do Acre é preciso, antes de mais nada, compreender como é que está a situação dessas áreas indígenas. A Funai delimitou 18 áreas no Acre e até agora só demarcou efetivamente uma. Grande parte dessas áreas estão invadidas. Outras vivem à mercê dos marreteiros. Outras são obrigadas a comercializar com fazendas ou seringais próximos. A maioria, por causa dessa situação, já foi delimitada duas ou três vezes consecutivas pela Funai, que modifica o tamanho das áreas, ora diminuindo, ora aumentando, de acordo com as pressões sofridas e com as circunstâncias.

Quando se observa o mapa do Acre, a gente percebe que a maioria das terras indígenas foi delimitada na micro-região do alto-Juruá, ou seja, 16 das 18 áreas eleitas pela Funai estão nesta região. Na maioria delas, os patrões seringalistas e grupos econômicos ligados à agropecuária ainda continuam mandando, porque são eles que dominam a esfera da comercialização, dispondo das mercadorias (ou manufaturados) e dos instrumentos de trabalho necessários à realização das safras agrícolas e extrativas. Manipulam, assim, com a força de trabalho de índios e seringueiros acreanos segundo os seus próprios interesses e empreendimentos comerciais. Chegam inclusive a cobrar renda das estradas de seringa existentes dentro de áreas indígenas.

Projetos econômicos, base para vitórias políticas

Quando os índios começam a reivindicar a posse efetiva de suas terras, sofrem todo tipo de perseguição, desde a agressão até o boicote econômico, com ameaças de corte de crédito dos produtos que já são necessários à vida dos índios de nossa região, como o sal, o querosene, o sabão, a munição, armas de caça, instrumentos de pesca, tecidos, miudezas etc. Ou alguém acha que o índio ainda pode viver de arco e flecha?

Então, ou os índios dispõem de uma alternativa econômica concreta a estes patrões ainda localizados em suas terras ou próximos a ela, ou nunca poderão lutar efetivamente pela demarcação. Ninguém consegue vitórias políticas sem se garantir economicamente. Portanto, esses projetos econômicos, feitos segundo os interesses e reivindicações dos próprios índios em suas comunidades ou através de suas lideranças, são de fundamental importância na luta que eles atualmente travam pela posse de suas áreas.

Os projetos apoiados pela CPI-AC

É nesse sentido que a CPI-Acre vem assessorando os projetos de cooperativas de produção e consumo em 12 comunidades indígenas do Acre e do Sul do Amazonas. Graças a esses projetos distribuídos em 9 áreas indígenas, nas quais se localizam essas 12 comunidades, benefícios importantes têm sido conseguidos.

Os Poianaua do Barão, os Katuquina/Campinas, os Iauanauá e Katuquina do rio Gregório, os Nuquini do rio Moa, os Kaxinauá do Jordão e Humaitá, os Kaxinauá do rio Envira/Paroá, os Apurinã do Peneri/Tacaqueri, os Apurinã dos kms. 45 e 124 da BR-317, todos esses povos passaram a ocupar produtivamente as suas áreas por conta própria, independentemente do domínio comercial de patrões seringalistas e agropecuaristas.

Graças a estes projetos econômicos os Kaxi do Jordão e Humaitá, no município de Tarauacá, estão atualmente produzindo cerca de 30 toneladas de borracha por conta própria, independentes de seus antigos patrões, que já se retiraram de dentro da área. Graças a essas cooperativas, os Iauanauá e Katuquina do rio Gregório expulsaram de suas terras os gerentes da Paranacre e já asseguraram a demarcação de sua área. Com a implantação de uma cooperativa os Poianaua do Barão estão enfrentando os patrões seringalistas, herdeiros do coronel Mâncio Lima que os escravizou.

Com os recursos que receberam através da CPI-Acre, os Apurinã do 45 continuam lutando para ampliar sua área, incluindo as áreas de caça e pesca, cemitérios, estradas de seringa e castanhais que ficaram de fora na última demarcação da Funai. Com ajuda econômica que receberam no ano passado, os Apurinã do Peneri/Tacaqueri estão ocupando por conta própria a sua área, independente da Agropecuária Manasa e do Zé Cordeiro, que vinha mandando nos índios e em suas terras. A mesma coisa com os Jamináua e Manchineri do alto Iaco.

Toda essa lista mostra que esses projetos não estão dirigidos a uma comunidade especificamente e que cobrem, portanto, a maioria das áreas e povos existentes no Acre. É preciso entender estes projetos de cooperativas assessorados pela CPI-Acre mais como projetos de apoio político do que desenvolvimentista. Por isso eles não se esgotam em uma ou duas ajudas, mesmo porque não é com um ano ou dois que se pode inverter mais de um século de dominação. Quem quer dar uma esmola pros índios e no ano seguinte dizer "se virem" está raciocinando como um reles colonialista igual a tantos outros. E não é à toa, não é mera coincidência, que as áreas indígenas que o Estado finalmente reconheceu e passa a demarcar definitivamente são justamente aquelas onde os índios possuem projetos econômicos mais antigos e permanentes assessorados pela CPI. É o caso dos Iauanauá/Katuquina do rio Gregório com 92.000 ha. dos Katuquina/Kaxinauá de Feijó com 18.000 ha, dos Kaxi do Jordão com 92.000 ha e dos Kaxi do Humaitá com 125 mil hectares.

Há o caso recente e específico da área indígena do Alto Purus, onde estão 2 comunidades Kulina e 2 Kaxinauá, em que foram os próprios índios que decidiram durante a Primeira Assembléia Indígena da Amazônia Ocidental realizada em Rio Branco no ano passado, demarcar a área por conta própria. Isto foi possível porque esta área está escassamente povoada por seringueiros acreanos ou por antigos patrões de seringais pelo fato de existir nela pouca seringa e castanha. Só no ano passado foram encaminhados recursos no valor de 69.500.000,00 cruzeiros para implantação ou consolidação de cooperativas em 12 comunidades indígenas do Acre e sul do Amazonas. Esses recursos foram solicitados pelas próprias comunidades indígenas, através de projetos econômicos assessorados pela CPI-Acre e financiados pela organização humanitária Oxfam da Inglaterra. Além de fixar os índios produtivamente em suas terras, revertendo o processo de dispersão e contribuírem para aumentar as suas produções agrícolas e extrativistas, esses projetos ajudaram estas comunidades na luta pela posse efetiva de suas terras delimitadas pela Funai. Todos estes recursos foram empregados na aquisição de instrumentos de trabalho, motores, barcos, combustíveis, sementes selecionadas de milho, arroz, feijão, capim e, ainda, em tropas de burros, bois de carga, gado e também na aquisição de estivas, armas, munição, tecidos e miudezas. Graças a esses recursos a luta indígena pode avançar com uma certa segurança econômica nos últimos anos e as comunidades já começam a garantir a posse de suas terras.

Terra de índio é patrimônio

Há ainda os que utilizam velhos argumentos ideológicos de que "há muita terra pra pouco índio". Mas isso não passa de conversa fiada. Estes mesmos argumentos não são utilizados contra alguns poucos grupos ligados a empresas agropecuárias que já dominam mais de 50% das terras acreanas. Essas empresas querem a terra para especular financeiramente e pouco se preocupam em gerar riquezas. Os índios, juntando todas as áreas delimitadas, não chegam a ter um milhão e meio de hectares, o que corresponde a menos de 10% da área total do Estado. Mas ocupam essa pequena área produtivamente.
Além do mais, a terra de índio é um patrimônio, não apenas uma propriedade. Terra de índio não é nenhuma mercadoria, não se loteia entre famílias para depois ser transacionada como um bem privado. Não é algo para compra e venda nem segundo a lei do país nem segundo a vontade dos índios. Terra, para os índios, se confunde e se mistura com suas próprias vidas e suas tradições culturais. Os índios querem terra para preservar sua humanidade, sua língua, seus rituais e crenças. Querem terra para preservar a natureza e todas as suas riquezas das depredações arbitrárias. Terra para índios são as suas áreas de caça e pesca, são os igarapés e lagos, as estradas de seringa e castanhais, as madeiras de lei, as madeiras brancas, as ervas medicinais que existem em abundância na floresta. Terra para os índios é também o lugar onde enterram os seus mortos. E onde crescem suas crianças.

É por tudo isso que a CPI-Acre, através destes pequenos projetos econômicos, pequenos porque estão bem abaixo do que os índios realmente merecem, vem apoiando a luta dos índios para ocupar suas terras, promover sua autonomia econômica e cultural, sua autodeterminação.

Perseguições, acusações, polêmica

É bem verdade que não temos sido poupados de perseguições de muita gente, muito patrão interessado na terra dos índios. Além deles, muitos setores governamentais e religiosos não têm entendido o nosso trabalho. Fomos acusados de "comunistas" e "agitadores", perseguidos por inquéritos policiais, marginalizados economicamente e politicamente. Fomos chamados de "comunistas" pelos missionários norte-americanos das Novas Tribos do Brasil, que tem suas bases nos rios Íaco entre os Manchineri e os Jaminauá, no Envira entre os Kaxinauá e no Gregório entre os Katuquina e os Iauanauá.

E agora passamos a ser criticados pelos missionários católicos e luteranos do CIMI-IECLB, que nos acusam de criar dependência entre os índios com os quais temos trabalhado no sentido de ajudar. Mas temos o respeito e a amizade dos índios e é isso que nos anima a continuar assessorando política e economicamente a luta pela demarcação de suas terras e por melhores condições de vida no interior delas.

Agora, ando mesmo magoado é com esses missionários "encarnados" da CIMI-OPAN-IECLB. Alguns desses missionários já fizeram acusações pesadas à minha pessoa e aos companheiros da CPI-Acre. Não importa o nome de quem fez. E isso já vem fazendo algum tempo. Olha só o que saiu no ano passado no jornal Porantim, de circulação nacional, editada pelo CIMI: "Para abrir mão de suas terras onde se instalou o fazendeiro, os índios Apurinã do Peneri/Tacaqueri foram convencidos a aceitar em troca um projeto de desenvolvimento econômico, coordenado pelo antropólogo Terri Valle de Aquino". Uma pérola de maldade que foi desmentida pelas próprias lideranças indígenas da comunidade ali referida, através de uma carta enviada ao próprio Porantim pelo Rivaldo Justino de Araújo, tuxáua Apurinã. Disse ele: "Quero esclarecer que não existe sequer uma palavra dessa matéria publicada no Porantim que seja verdade. Não é verdade esta afirmação... Nós é que levamos o txai Terri no avião da Funai para a cidade de Terruã, capital do município de Pauini e de lá de batelão, subindo o rio Purus por um dia. Ele discutiu e escreveu aquilo que nós, de fato, pedimos para ele escrever. Nós temos cópias de nosso projeto e já recebemos por conta dele Cr$ 7.500.000,00, que nos deu condições de ocupar produtivamente a nossa área indígena. Abrindo novas estradas de seringa, colocações, piques de castanha, botamos grandes roçados e estamos zelando por conta própria a nossa área. Portanto, não há esse sentido de que fomos convencidos, para abrir mão de nossas terras". (Porantim, setembro/84).

A partir daí a coisa não parou. Recentemente outra missionária, segundo o depoimento público do tuxáua Pancho, Kaxinauá do rio Purus, acusou inveridicamente a CPI-Acre de conseguir muitos recursos para os índios do Acre para que possamos garantir nossos salários junto à Oxfam.

A réplica: ecumenismo etnocêntrico

Esses missionários católicos e luteranos não conhecem o nosso trabalho para ficar falando bobagens. Eles têm uma visão muito particular das áreas indígenas do Acre pois só atuam diretamente em duas aldeias Kulina em uma área do rio Purus. E mesmo assim estão aproveitando de um trabalho iniciado pelo Padre Paulino de Sena Madureira. No restante das 17 áreas indígenas do Acre o CIMI e os luteranos estão omissos. Que direito eles têm de fazer críticas ao nosso trabalho, se nem sequer o conhecem?

Os próprios índios já começam a fazer queixa deles. Os líderes Kaxinuaá do rio Purus procuraram a CPI porque não concordaram com a maneira deles encaminharem um projeto econômico para a área deles. Ao invés de elaborarem o projeto como os índios solicitaram, querem que os índios concordem com as suas idéias. Que ecumenismo etnocêntrico! Recusaram-se a escrever o projeto só porque os Kaxi do Recreio e Fronteira exigiram que incluíssem estivas e armas. Os Kaxi são tradicionalmente excelentes agricultores e seringueiros, eles parecem não entender isso. Existem 28 estradas de seringa no Recreio, que estão sendo ocupadas por 15 famílias de Kaxi seringueiros. Existem outras 18 estradas no Fronteira que estão sendo trabalhadas por 18 outros seringueiros Kaxi. Os seringueiros precisam de estivas e armas para poderem juntar suas produções por 6 a 8 meses, sem precisar vender de pouquinho para os marreteiros. Eu estou do lado do Pancho e do Mário Kaxinauá porque eles são os líderes de suas comunidades. Esses caras não sabem nem ouvir os índios. Sabem é falar muito. O Mário Kaxi tem razão quando diz que fica "só cubando a conversa bonita desses missionários" que passam rapidamente pelo Fronteira. Eles gostam de usar parábolas bíblicas e depois ficam se deliciando com o som de suas próprias palavras. Aliás, um desses missionários já disse que o compromisso maior deles é com a palavra de Deus do que ajudar economicamente que, segundo eles, seria "papel do Estado". Agora já passou o tempo de ficar denunciando o Estado. Quem tem mais tem que dar pra quem tem menos, essa é a matemática da colaboração. É preciso ajudar concretamente, mas eles passam o tempo encarnando um culturalismo estéril. Daí ficam mesquinhando estivas e espingardas para os índios.
Agora vem com esse papo de avaliar os projetos. Avaliar os projetos de quem? A última vez que eles colocaram um projeto numa aldeia foi há cinco anos atrás. Um único projeto, que não teve continuidade certamente pra "não viciar os índios". Nós da CPI que atuamos em 12 comunidades todos os anos vamos parar pra ficar discutindo religião e cultura com esses caras? Eles atuam em apenas uma área e não fazem projeto econômico. Agora querem discutir o que nós estamos fazendo em uma dezena de áreas. De maneira queimativa ficam mandando cópias de seus "questionamentos" pra tudo quanto é entidade. Enquanto propõem que a gente fique "avaliando" eles já recomeçam a fazer um projetinho. Parece brincadeira.

Esses caras chegaram aqui ontem. Nós da CPI somos um grupo de acreanos que herdamos um pouco da cultura indígena que está na nossa vida. Somos desconfiados como índio e também ficamos "cubando essa conversa bonita". Eles se isolam nos seus gestos e têm desprezo pelos acreanos. Nunca apareceram na CPI para entregar um documento ou trocar informações. Quando a gente precisa de seus relatórios tem que pedir cópias no CEDI, em São Paulo, ou mesmo na Funai, de quem são excelentes colaboradores embora fiquem resmungando contra o Estado.

Às vezes fico pensando no Deus desses católicos e luteranos. Não consigo sentir Deus nesses mensageiros, pastores, leigos, missionários. É isso aí o que eu tenho a dizer, sem hipocrisias e falsidades. O que tenho a dizer, digo publicamente e pela frente. Ando com esses missionários atravessados na garganta e digo: respeitem mais a CPI-Acre, respeitem mais os acreanos que não querem mais ser colonizados espiritualmente pelas vossas igrejas etnocêntricas. Se Deus existe, prefiro o Deus do cipó e do Santo Daime. (depoimento a Antonio Alves, Folha do Acre, 31/02/85).

Aconteceu na imprensa

AJACRE

Procurador é contra Coordenadoria

O procurador-geral do Estado, Hélio Freitas, continua irredutível na sua posição de ser contrário à legalização da Coordenadoria de Assuntos Indígenas da Fundação Cultural, pois o assunto, no seu entender, não é prioritário para o atual governo, embora esteja inserido no documento oficial que define as "diretrizes do Governo de Participação e Mudança". Freitas afirmou que esta Coordenadoria que já funciona na Fundação Cultural só resolve problemas dos Índios de Boca do Acre, Ipixuna, Eirunepé e outras regiões fronteiriças do Estado do Amazonas. "Eles vivem mexendo com os índios de Boca do Acre e de outros locais. Estes índios de Boca do Acre sempre foram pacíficos, nunca brigaram por terra, eles aceitavam todas as terras que lhes foram dadas pelos brancos, mas este pessoal da Coordenadoria o Cimi e outras entidades vão lá e coloca confusão na cabeça dos índios", ressalta o procurador-geral do Estado.
Segundo Hélio Freitas, "o governo deveria se preocupar era com a miséria que está próxima a todos nós, resolvendo as situações deploráveis dos bairros da Bahia, Palheiral, João Eduardo e outros". Para ele, não tem sentido o governo apoiar a legalização de uma entidade que se preocupa em resolver apenas os problemas dos índios do Amazonas e não os problemas dos índios do Acre. O procurador geral do Estado explicou sua demora — mais de 6 meses — de dar um parecer sobre a legalização da Coordenadoria, dizendo que tem se preocupado em resolver outras questões prioritárias do Estado. (**O Acre, 07/01/84**).

Antropólogos defendem Coordenadoria

A legalização ou não da Coordenadoria de Assuntos Indígenas do governo do Estado tem sido um assunto que vem gerando muitas discussões nos últimos dias. Políticos e executivos do governo já se posicionaram favoráveis à sua efetiva implantação, pois o órgão já vem funcionando de fato desde o início do atual governo.
Após conversar com a direção nacional da Funai, o governador Nabor Júnior pode finalmente, ter chegado à conclusão da importância que teria para seu governo um órgão que dê um apoio efetivo à população indígena do Acre — hoje 9,5 mil índios que representam cerca de três por cento da população do Estado.
"Não é só criando uma Coordenadoria de âmbito estadual que se resolve o problema do índio no Acre. Não é só com isso que o governo pode ficar com a consciência tranqüila. Claro está que a legalização desta Coordenadoria pode ajudar, é um espaço no Estado para que os índios tenham sua vez", ressalta o antropólogo Terri Aquino. Segundo ele, a legalização da Coordenadoria "não significa que iremos apenas sugar dinheiro do governo, pois pretendemos buscar recursos fora do Estado, como sempre fizemos antes de se pensar nesta Coordenadoria".
A institucionalização da Coordenadoria, segundo ainda Terri, vai permitir a efetivação de muitos convênios, a exemplo dos que já foram realizados com a Funarte (2,5 milhões para desenvolver artesanato indígena) e com o MEC-Pro-memória (8 milhões para divulgação de material didático para as escolinhas indígenas).
Para a antropóloga Mary Helena, a existência da Coordenadoria de Assuntos Indígenas representa o cumprimento do programa do PMDB. (**Folha do Acre, 25/01/84**).

Antropólogo responde ao Procurador

O sr. Hélio Freitas afirma e reafirma que é "terminantemente contrário que se crie um órgão dentro do governo para apoiar os índios", mas seus argumentos de que existem coisas mais importantes e prioritárias para se fazer no Acre, não justifica nada, muito menos do ponto de vista jurídico, matéria que devia ser de sua competência enquanto procurador-geral deste Estado.
Sugiro que o sr. Hélio Freitas passe lá no escritório da Ajudância da Funai no Acre e aprenda que existem realmente mais de 9 mil índios sob a jurisdição da Ajacre. Que a Funai já delimitou 16 áreas indígenas no Acre, num total de aproximadamente 1.500.000 hectares de terras indígenas no Estado. Manipular com as estatísticas com o intuito de negar a existência de uma questão indígena no Acre sempre foi o procedimento adotado pelas autoridades locais que governaram anteriormente este Estado.
Dizer, como afirma o sr. Freitas, que os índios do Acre não estão dentro das prioridades do governo desse Estado é também afirmar que os seringueiros, posseiros e colonos acreanos não são grupos sociais importantes para o desenvolvimento de nosso Estado. Hoje a vida dos índios da região está entrelaçada com a vida dos seringueiros acreanos. São eles que produzem, com os seus trabalhos, as riquezas dessa terra. E ainda são considerados fora das prioridades do Governo do Acre!
A questão da criação ou não de um órgão ligado ao Governo do Estado para prestar assistência aos grupos indígenas do Acre, não deve se restringir ao parecer, que nada tem de jurídico, do procurador-geral do Estado, mas de uma posição política clara e objetiva do Governador Nabor Júnior, dos deputados estaduais, federais e senadores desse Estado, principalmente dos representantes do PMDB. (**O Rio Branco, 11/02/84**).

Ministro aprova Delegacia

No Ofício nº 606/84 da Fundação Nacional do Índio, no qual o Senhor Presidente solicita aprovação ministerial no sentido de que seja transformada em Delegacia Regional a Ajudância do Acre — AJACRE, em Rio Branco. Submetido à consideração ministerial, o Senhor Ministro exarou o seguinte despacho: "APROVO". Em 17 de julho de 1984. Mário David Andreazza. (**Diário Oficial da União, 30/07/84**).

Assembléia em agosto

As lideranças indígenas do Acre e do Sul do Amazonas irão realizar a 1ª Assembléia Indígena da Amazônia Ocidental, nesta capital durante os dias 10 a 15 de agosto próximo, no Centro de Treinamento da Fundação Cultural. Estes líderes, cerca de 40 índios, irão discutir os principais problemas de suas comunidades relativos à situação atual de suas terras, assistência de saúde, assistência educacional e projetos econômicos que lhes permitam ocupar produtivamente as suas áreas já delimitadas, mas ainda não demarcadas pela Funai. Irão discutir também a tutela exercida pela Ajudância da Funai no Acre (Ajacre/Funai) e a sua transformação numa delegacia autônoma, independente da 8ª delegacia regional do órgão, em Porto Velho-RO, cujo delegado titular pouco ou quase nada tem feito em benefício dos índios do Acre e do Sul do Amazonas. Irão discutir ainda atuação e o papel das entidades de apoio, como o Cimi, a Comissão Pró-Índio do Acre, a Associação dos Estudantes Indígenas do Acre e a Coordenadoria de Assuntos Indígenas do Estado do Acre. Afinal, as lideranças indígenas querem saber o que concretamente fazem estas entidades em benefício de suas comunidades.
Algumas lideranças indígenas do Acre, já convidaram o deputado Mário Juruna e um representante da União das Nações Indígenas para serem os interlocutores de suas reivindicações junto à presidência da Funai em Brasília. Convites, nesse sentido, já foram feitos diretamente ao presidente da Funai, Jurandir Marcos da Fonseca, e ao Juruna, o indigenista José Porfírio Carvalho, ex-Chefe da Ajacre.
Será um encontro aberto a todos os índios, à imprensa, às entidades de apoio e a todas as pessoas interessadas na luta dos índios desta terra. (Rivaldo Justino, líder indígena Apurinã). (**Folha do Acre, 29/07/84**).

foto Agenor Mariano

Nivaldo Apurinã, indicado pela Assembléia Indígena, para delegado da FUNAI no Acre.

foto Luiz Carvalho

Começa a assembléia

Começa hoje o encontro de lideranças indígenas do Acre e do Sul do Amazonas, com a participação de mais de 40 índios, representantes dos povos Kaxinauá, Apurinã, Jamináua, Nuquini, Manchineri, Kaxarari, Katuquina, Iauanauá e Kulina. O índio Marcos Terena, chefe do gabinete da Presidência da Funai, chegou ontem em Rio Branco para participar da primeira Assembléia da Amazônia Ocidental. O presidente da Funai, Jurandir Marcos da Fonseca, chegará no próximo dia 12 de agosto para ouvir diretamente as principais reivindicações indígenas e criar uma delegacia da Funai no Acre. Um representante da UNI (União das Nações Indígenas) também se fará presente. (**Folha do Acre, 10/08/84**).

Apurinã candidato à Delegacia

A Assembléia dos índios se estenderá até o dia 14, sendo que no dia 13, próxima segunda-feira, será inaugurada a Delegacia Regional da FUNAI do Acre, em substituição à antiga Ajacre.
Falando à nossa reportagem, o índio Rivaldo, da nação Apurinã, disse que o objetivo da Assembléia se resume num só: "Terra". "Precisamos de terra", disse Rivaldo, "não só para morar em cima. Precisamos também das condições necessárias para trabalhar nela. Precisamos saúde, educação e muita iniciativa no sentido de apoio econômico. Precisamos que as verbas da FUNAI sejam bem aplicadas, e que a delegacia tenha uma preocupação completamente voltada para as nações que por aqui vivem.

Precisamos mudar a direção da FUNAI do Acre, botando um índio à frente da Delegacia".
Segundo o índio Rivaldo, o novo presidente da FUNAI mostrou um pequeno espaço democrático para as nações. Nomeou um índio para a chefia de seu gabinete, nomeou outros índios para alguns parques, como ocorreu recentemente no Parque do Xingu e, finalmente, é possível que seja nomeado um índio para a Delegacia do Acre. (**Diário do Acre, 12/08/84**).

Manobra do PDS?

O chefe de gabinete do Presidente da Funai — o índio Marcos Terena — revelou semana passada, durante seu encontro com as lideranças acreanas, que a autorização para a criação da Delegacia foi dada pelo Ministro do Interior, Mário Andreazza, a quem a Funai está subordinada, não tanto em função dos interesses do trabalho indigenista, mas da necessidade de garantir alguns preciosos votos na convenção do PDS, realizada semana passada.
Agora a Delegacia foi criada e é possível prever um embate pela frente: os índios estão preocupados em evitar que ela se transforme em cabide de emprego, e querem participar diretamente da seleção dos novos funcionários. Por outro lado consta que políticos do PDS teriam assegurados para si, o direito de preencher os cargos a serem criados. Já tem muita gente por aí, de olho na Funai. Aguardem. (**Folha do Acre, 15/08/84**).

Presidente chega amanhã

O presidente da Funai, Jurandir Fonseca, chega amanhã a Rio Branco, para participar da cerimônia de transformação da Ajudância do Acre (AJACRE) em Delegacia, prevista para as 9 horas. Esta é a segunda vez que um presidente do órgão de proteção aos índios vem ao Etado — a primeira foi em 1976, quando o General Ismarth, então presidente, aqui esteve para ver de perto os problemas dos Apurinãs do km 45 da estrada de Boca do Acre.
Jurandir Fonseca deverá ser recebido no Aeroporto Presidente Médici por um grupo de índios, que pretendem levá-lo diretamente para o Centro de Treinamento, onde está se realizando um encontro de lideranças do Estado. Um documento será entregue, no qual os índios irão expor seus pontos de vista sobre como deva ser conduzido o trabalho dentro da nova Delegacia. Também será reivindicada a indicação do apurinã Rivaldo para o cargo de Delegado, e o nome do índio Ubiraci Iauanauá será apontado para o cargo de Sub-Delegado. Ontem a reportagem da 'FOLHA' ouviu os índios sobre aquela escolha, quando eles se mostraram dispostos a não abrir mão da sua participação na nomeação do futuro Delegado. De acordo com as lideranças ouvidas, quem quer que seja o escolhido terá antes de ser aprovado por todos os chefes de grupos que vivem no Estado. (**Folha do Acre, 15/08/84**).

Jurandy cria a Delegacia

Afirmando que a Funai foi até hoje omissa em relação aos problemas das comunidades indígenas desta parte da Amazônia, o presidente do órgão, Jurandir Fonseca, anunciou ontem pela manhã a transformação da Ajudância do Acre em Delegacia. A efetivação da medida depende da liberação de uma verba de Cr$ 1 bilhão, do FINSOCIAL, solicitada à Secretaria de Planejamento do Governo Federal, o que poderá ocorrer até o final deste mês.
Jurandir Fonseca destacou a importância da criação da 14ª Delegacia Regional da Funai, lembrando que ela disporá de estrutura maior e de melhores condições, de modo a atender às necessidades das nações indígenas da região. Também revelou que a medida havia sido reivindicada pelo governador Nabor Júnior ao Conselho Deliberativo da SUDAM, consistindo ainda de um pedido que a bancada do PDS havia formulado ao Ministro Mário Andreazza.
Agora que a Delegacia está para ser definitivamente implantada, o presidente da Funai afirmou que irá cobrar do governo do Acre, assim como da bancada do PDS, apoio para levantar os recursos necessários.
Depois de se reunir com os índios, quando recebeu documento pedindo o afastamento do atual Chefe da Ajudância e de outros funcionários, e indicando os nomes de Rivaldo Apurinã e José Carlos dos Reis Meireles para ocupar o cargo de Delegado, o presidente da Funai viajou para Cruzeiro do Sul, a fim de inspecionar a demarcação de área do rio Gregório.
Embora a principal proposta de sua administração seja a de permitir o acesso dos índios aos cargos da Funai, Jurandir ressalvou ser necessário que o escolhido preencha alguns critérios, destacando particularmente a capacidade para desempenhar as funções, e um vasto conhecimento do trabalho indigenista. (**Folha do Acre, 17/08/84**).

Índios ocupam AJACRE

O indigenista José Carlos dos Reis Meireles deverá ser o novo dirigente da Funai no Acre, por um prazo de 90 dias, período no qual irá trabalhar na transformação da atual Ajudância (Ajacre) em Delegacia.
A indicação de Meireles e o afastamento do Chefe da AJACRE, Dimas Valencisse, foi o resultado das negociações entre as lideranças indígenas do Estado — que por todo o dia de ontem ocuparam as dependências da Funai e o presidente do órgão, Jurandy Fonseca, que se encontrava em Cruzeiro do Sul.
Antes mesmo da chegada dos funcionários, mais de 40 índios postaram-se à frente do prédio da Funai. A decisão de ocupá-lo foi tomada, porque eles exigiam uma resposta concreta do presidente, ao documento que lhe entregaram na véspera, contendo várias reivindicações, a primeira delas consistindo no afastamento de Dimas e na sua substituição pelo índio Rivaldo Apurinã, colocando como segunda alternativa o nome de Meireles.
Assim que os escritórios foram abertos, os índios apossaram-se das chaves, mostrando-se dispostas a permanecer ali durante todo o dia. Uma intensa movimentação tomou conta da Funai a partir de então. Marcos Terena, chefe de gabinete do presidente, que viajara cedo com destino a Brasília, foi avisado do problema quando chegou a Cuiabá, de onde retornou logo em seguida. Enquanto isso, dois assessores de Jurandy Fonseca, que permaneceram em Rio Branco, tentavam manter contato com ele, no rio Gregório, onde fora visitar uma reserva. Ao mesmo tempo iniciavam as primeiras negociações com os índios.
Com a chegada de Marcos foi selado um acordo, posteriormente submetido à apreciação do presidente, que concordou com a proposta. (**Folha do Acre, 18/08/84**).

Impasse continua

A situação na Funai do Acre chegou ontem a um impasse, que terminou com a sede do órgão trancada, ficando as chaves em poder de Dimas Valencisse, o chefe da Ajudância afastado do cargo na sexta-feira, segundo as informações de alguns líderes indígenas. (Outros que as chaves foram entregues à Superintendência da Polícia Federal, por determinação do Presidente da Funai).

Os problemas começaram pela manhã, após um telefonema do Presidente, quando ele comunicou a José Carlos Meireles (que havia sido convidado para chefiar a Funai) que não aceitaria negociar "sob pressão", as reivindicações das lideranças indígenas, que exigiam o afastamento de seis funcionários do órgão, além do próprio Dimas Valencisse.
Durante todo o dia os índios tentaram comunicar-se com o presidente, além do Deputado Mário Juruna, a fim de se chegar a uma solução para o impasse.
Os próprios índios — segundo declarou José Correia, líder Jaminaua — mostravam-se dispostos a negociar em torno das demissões, exigindo apenas o afastamento de Francisco Edinaldo, que ocupa o segundo posto dentro da hierarquia da Funai no Estado.
Ao final da tarde, o líder José Correia declarou que os índios não vão desistir de sua luta, permanecendo em Rio Branco até que tudo seja solucionado. Por outro lado, eles mostram-se céticos em relação à Funai afirmando que "o melhor é dizer que não existe mais Funai, pois antes dela aparecer a gente já vestia, comia e trabalhava". (**Folha do Acre, 21/08/84**).

Meirelles assume

O indigenista José Carlos dos Reis Meireles começou ontem a atuar como chefe da Ajudância da Funai no Acre, depois de ter se reunido na noite anterior com as lideranças que se encontram em Rio Branco. Na véspera, a Funai foi palco de uma grande confusão — aparentemente motivada por diversos telefonemas anônimos, que tinham por objetivo tumultuar a situação dentro do órgão de proteção aos índios.
Ouvido pela "FOLHA", Meireles disse ter finalmente aceitado chefiar a unidade da Funai no Acre, com o que ela voltou a funcionar normalmente. Também revelou que entre ele e os índios foi feito um acordo de cavalheiros, no que diz respeito ao prosseguimento do trabalho. De um lado, lembrou, a Funai não aceitou a imposição dos índios, de retirar imediatamente todos os funcionários cuja demissão foi pedida em documento entregue ao presidente do órgão. (**Folha do Acre, 22/08/84**).

PDS quer indicar delegado

O PDS não vai desistir de indicar um nome do partido para ocupar a delegacia da Funai no Acre. Foi o que admitiu ontem o deputado Nosser Almeida, em conversa com o repórter da Folha no restaurante do Senado Federal. Nosser informou que o delegado que está ocupando o cargo no momento — indicado pelos próprios índios acreanos — vai ficar no cargo apenas temporariamente. Nosser admitiu que o candidato do partido continua sendo o advogado Ismael da Cunha Netto, que tem consenso como nome pedessista para assumir o posto. (**Folha do Acre, 14/09/84**).

DEMARCAÇÃO

Primeiro decreto no Acre

No último dia 28 de dezembro o Presidente da República assinou um decreto declarando "de ocupação dos silvícolas para os efeitos do artigo 4º, IV e 19898, da Constituição Federal", uma área de 92 mil hectares localizadas às margens do Rio Gregório, no município de Tarauacá e denominada Área Indígena Rio Gregório.
Naquelas terras residem 196 índios Iauanaua e 124 índios Katukina, sendo esse o primeiro decreto criando uma área indígena no Acre. A partir do Decreto a área fica definitivamente incorporada ao SPU (Serviço de Patrimônio da União), devendo a Funai proceder à sua demarcação.
O chefe da AJACRE adiantou acreditar que ainda este anos duas outras áreas poderão ser objeto de Decretos semelhantes — as Áreas Indígenas Feijó e Igarapé Paroá — cujos traçados foram reformulados de modo a transformá-las numa única área.
Ainda de acordo com o presidente da Comissão Pró-Índio, outras áreas estão sendo estudadas pelo Grupo de Trabalho (GT) integrado pelos Ministérios do Interior e de Assuntos Fundiários, e também aguardam a assinatura de Decretos presidenciais para que sejam demarcadas. Referiu-se em especial à área dos índios Kaxinauá em Tarauacá, dos Katukina do Seringal Liege, em Feijó e às terras dos Kaxinauá do Rio Humaitá. (**Folha do Acre, 11/01/84**).

Levantamento de quatro áreas

O presidente da Fundação Nacional do Índio, Octávio Ferreira Lima constituiu, ontem, comissão encarregada de promover o estudo e levantamento de campo para definição das áreas indígenas de "Nukini" e "Povanawa", município de Mancio Lima e "Jaminawa" e "Campinas", município de Cruzeiro do Sul, todas no Estado do Acre.
O levantamento fundiário com o estudo da definição das áreas indígenas observará a natureza de ocupação de cada uma delas, contingente populacional e conflitos existentes, mediante a identificação de posse, domínios, e levantamentos documentais em cartório, de certidões de registros e respectiva cadeias sucessórias.
O trabalho da comissão — integrada por técnicos da Funai e do Incra — incluirá, também, consultas junto ao Instituto de Terras do Amazonas e Instituto de Terras do Acre, objetivando colher informações sobre a atuação destes órgãos naquelas áreas. (**Gazeta de Notícias, 01/02/84**).

EDUCAÇÃO

Monitores indígenas

"A alfabetização é importante para defender o nosso povo. Chegou um momento em que o índio não pode mais ficar esperando, tem que aprender a língua dos brancos e saber como é o seu mundo, para não ser explorado. Mas tem que aprender também a manter a sua história, a sua cultura e a sua identidade." Com estas palavras, Osair Caxinaua definiu a proposta educacional que, juntamente com outros 14 monitores índios, vem desenvolvendo há seis meses nas aldeias indígenas do Estado do Acre.
Viajando por conta própria, bastante cansados mas dispostos a falar sobre o seu trabalho, Osair e Francisco Apurinã passaram ontem por São Paulo (já estiveram em Cuiabá e em Campinas, na Universidade Estadual de Campinas-Unicamp). Na sede da Comissão Pró-Índio narraram suas experiências e mostraram a cartilha e o livro de estórias — ambos feitos pelos índios monitores, sob a coordenação da professora de Português Nietta Lindemberg Monte —, onde crianças e adultos estão aprendendo a ler e escrever por meio de desenhos e palavras ligados à sua própria cultura.
Este trabalho de alfabetização é fruto do esforço de várias nações indígenas do Acre que, por carta encaminhada pelos índios caxinauas à Comissão Pró-Índio/Acre, em novembro de 82, mostraram a necessidade de se preparar os índios para serem eles próprios os educadores e agentes da saúde. Sob a coordenação do antropólogo Terri Valle de Aquino, foi organizado no ano passado o primeiro curso para monitores do qual participaram 25 índios (homens e mulheres) escolhidos por sua liderança em

foto Nietta L. Monte

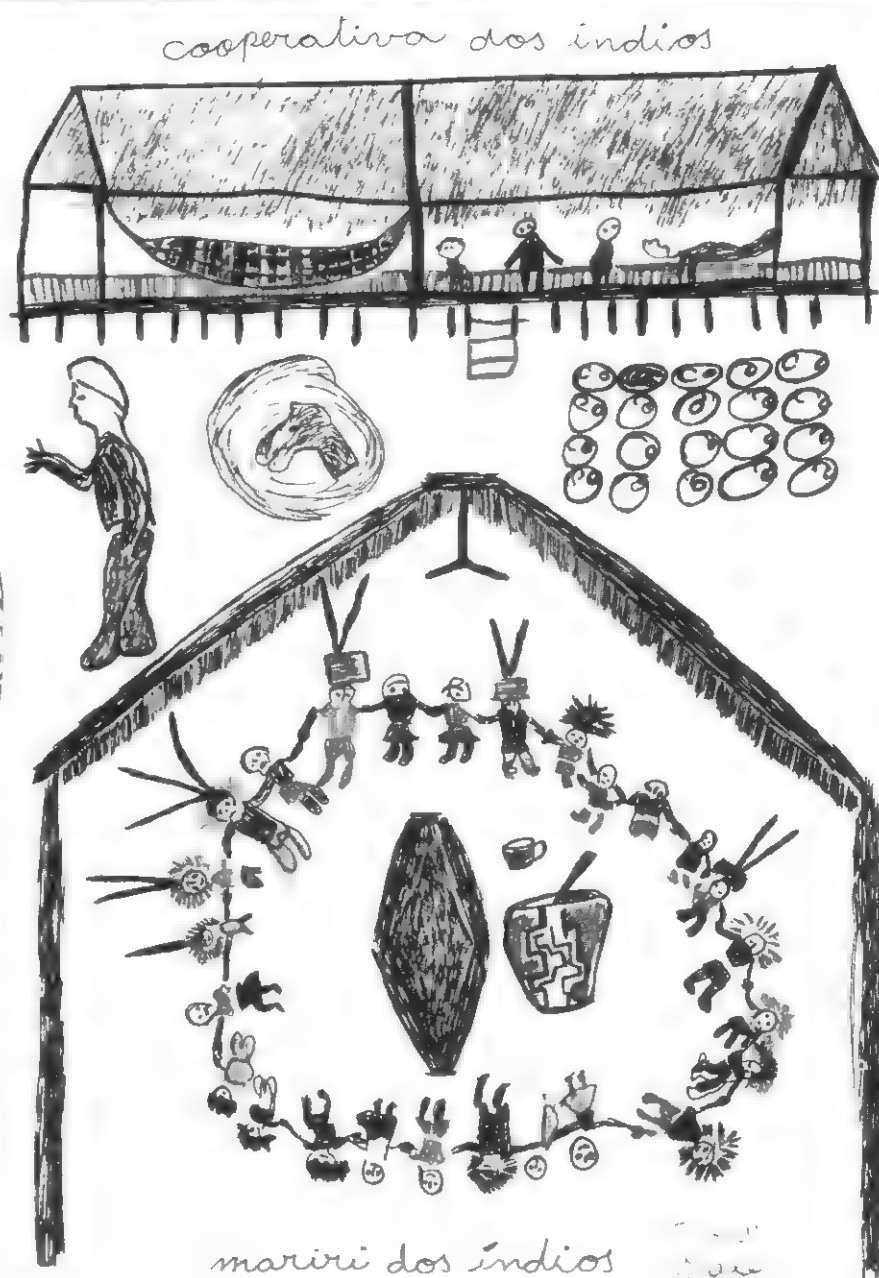
Festa de formatura dos monitores de alfabetização, que elaboraram uma cartilha e um livro de histórias (uma das ilustrações, aparece abaixo).

suas aldeias. Destes 25, já estão trabalhando ativamente 15, e um dos objetivos da viagem de Francisco e Osair é conseguir ajuda para que possam ter melhores condições de educar o seu povo.
De São Paulo, Osair e Francisco seguirão hoje para o Rio e, em seguida, para Brasília, a fim de tentar obter auxílio "com os grandes", para poder imprimir mais cartilhas, conseguir material e um salário. "A Funai ganha dinheiro mas não cuida dos índios" — acentuou Francisco. E concluiu: "Trabalhamos sem salários, sem material, sem dinheiro para imprimir mais cartilhas. Se o MEC paga professores brancos que não ensinam, por que não ajudar os professores índios?" (**Folha da Tarde, 19/09/84**).

Grupo de trabalho para educação

Adequar o programa de ensino oficial à cultura de diversas comunidades indígenas do Acre, atingindo cerca de dois mil índios, é a proposta do grupo de trabalho integrado pela Coordenadoria de Assuntos Indígenas da Comissão Pró-Índio do Acre, Fundação Nacional do Índio e Secretaria da Cultura do Ministério da Educação.
A experiência vem sendo desenvolvida em 15 escolas indígenas do Acre, abrangendo os grupos Kaxinawa, Katukina, Ianaua, Apuriná, Jaminaua, e Machineri. Cada estabelecimento tem seu cronograma de funcionamento adequado aos hábitos e costumes das comunidades.

cooperativa dos indios

mariri dos índios

Recentemente, em Cuiabá, houve um encontro, com a participação do Projeto Integração da Secretaria da Cultura do MEC e de índios do Acre que reivindicaram a legalização destas escolas junto ao Conselho Estadual de Educação. Assim, representantes do grupo de trabalho deverão na próxima semana, ir até ao Acre para discutir uma proposta a ser apresentada ao Conselho Estadual de Educação. Este projeto, segundo os técnicos, é uma experiência-piloto que poderá dinamizar outros trabalhos com educação indígena em outros locais. (**Diário Popular, 03/11/84**).

Convênio

A Funai, a Secretaria de Educação e Cultura SEC/AC e a Comissão Pró-Índio/Acre assinaram um convênio (nº 012/85) visando a implementação e regulamentação de escolas existentes nas áreas indígenas. O convênio com vigência de quatro anos tem recursos previstos para o primeiro ano no valor de cento e dois milhões de cruzeiros que correrão à conta do FINSOCIAL. (**Diário Oficial da União, 14/03/84**).

ALTO PURUS/ TRANSACREANA

Expedição prepara Transacreana

Retornou na noite de quarta-feira a Rio Branco, a comitiva que, liderada pelo secretário Rubem Branquinho e pelo coronel Athos Echler Cardoso, empreendeu uma viagem histórica pelo Rio Purus, que teve seu início no dia 2 de fevereiro em Manoel Urbano, indo até a vila Santa Rosa, futuro município a se chamar Senador Oscar Passos. Faziam parte da comitiva, além do Secretário de Transportes e o comandante do 4º BEF, o Procurador Geral do Estado, Hélio Freitas, o empresário do ramo madeireiro, Carlos Franco Grillo, o pastor presbiteriano, Robert Cemenish, o sociólogo William Camenish e dois jornalistas, Edson Luís do jornal O Rio Branco e o repórter da Folha do Acre, além do tenente e médico do 4º BEF, Dr. Rogério, o Capitão dentista, Souza e um grupamento de oito soldados.

Pela primeira vez um barco do calado do Santo Afonso, de propriedade do senhor Ubaldo de Souza Barros, e com uma comitiva composta de homens do primeiro escalão do governo estadual, pela maior autoridade militar do Estado, empresários e a imprensa, navegou o rio Purus indo até a localidade de Santa Rosa, e antes de chegar nesta localidade, o grupo navegou ainda o rio Chandless, nunca antes navegado por uma embarcação de tão grosso calibre.

O secretário de Transportes tinha o objetivo de observar a calha do rio Purus, e estudar a viabilidade de navegação naquele trecho, além de fazer estudos topográficos para a implantação do novo município a se chamar Senador Oscar Passos, pois, segundo Branquinho, "não há condições de município se desenvolver onde atualmente é a Vila Santa Rosa, pois ela muito próxima da margem do rio".

O coronel Athos Eichler Cardoso, viajou com o objetivo de observar a Vila Santa Rosa e escolher o local onde será instalado um quartel com um pelotão do 4º BEF, que guarnecerá aquela área de fronteira, que atualmente não conta com a presença de forças do Exército Brasileiro, apesar de um grande e bem armado destacamento do exército peruano já estar instalado naquela área há muito tempo. Além disso, o comandante do 4º BEF acompanhou de perto o trabalho de assistência médico-odontológica que prestou seus serviços à população ribeirinha do Purus e às várias aldeias indígenas de Kulinas e Kaxinauás, foram os principais objetivos desta expedição.

O Procurador Geral do Estado, Hélio Freitas, observou as áreas a serem desapropriadas, em virtude de estarem no curso da rodovia Transacreana, já em adiantada fase de execução. (**Folha do Acre, 10/02/84**).

Acusação contra o CIMI

Dezenas de ribeirinhos localizados no alto do rio Purus na fronteira do Estado do Acre com o Peru, estão sendo expulsos desde o final do ano passado de suas moradias, pelos índios caxinauás e kulinas, que também estão fazendo saques em algumas embarcações que trafegam na região. A informação foi dada por alguns moradores, que afirmaram que a ação dos indígenas é comandada pela Comissão Indigenista Missionária (CIMI), que oferece armas e munições aos índios.

Alguns ribeirinhos não passam nas proximidades do seringal Fronteira, onde grupos comandados pelos índios conhecidos por Maurício e Geraldo, fazem ataques freqüentes. "O comando deles parte do padre conhecido por Anselmo e da missionária Rosa, além de outras mulheres italianas. Nós não passamos mais por esta localidade, é muito perigoso", disse José Antônio Alves.

Seringal Recreio, Aracaju, Prainha, São Vicente, Sobral e Nazaré, são algumas localidades que foram tomadas pelos índios, que armados de flechas e rifles, expulsaram os brancos. "Infelizmente não podemos matá-los, pois logo seríamos presos e condenados. Temos que aceitar tudo normalmente", revela um ribeirinho. Anteriormente, nestas regiões eram produzidos cerca de três toneladas de borracha e atualmente a produção não passa de 300 quilos. Estes quase 350 índios vivem em condições precárias. As malocas, feitas de paxiúba e coberta por palha, não oferecem as mínimas condições de higiene, proteção e segurança.

"Esta é uma das piores tribos que existe por aqui, pois são totalmente dominados pelos padres do CIMI", acusa Romão da Silva, de 62 anos. Quando uma comitiva composta de militares e autoridades, entre elas o Secretário de Transportes, Rubem Branquinho e o Comandante do 4º BEF, Ten.-Cel. Athos Eichler Cardoso desembarcou na aldeia kulina, vários silvícolas se armaram de flechas, enquanto outros se escondiam nas matas próximas, armados de rifles. Um aviso através de apitos, indicava a chegada dos visitantes, que foram recebidos pelo tuxáua Dorrô (Francisco).

Alguns índios mostravam-se apreensivos com a chegada de militares, sendo que o filho de Dorrô, Manoel, disse: "se vocês estão armados, nós temos homens escondidos na floresta, que podem acabar com todos". Foi este índio que chefiou em abril último, junto com funcionários do CIMI, um grupo que atacou e roubou de Valdemar Rodrigues, mais de 280 toras de madeira, calculados na época em Cr$ 1,6 milhão. (**O Rio Branco, 10/02/84**).

Bispo defende o CIMI

O padre Paulino e o bispo Dom Moacyr Grechi, da Prelazia Acre Purus, desmentiram ontem versão de seringalistas e marreteiros, veiculadas na imprensa, de que índios kulina e caxinauás do Purus e Chandless haviam sido armados e incitados contra os brancos pelo CIMI órgão da Igreja, que mantém agentes na região.

Segundo eles, o que estaria ocorrendo não passa de intriga de comerciantes acostumados a vender cachaça aos indígenas, e fazer exploração com as tribos, além de pretenderem expulsá-los das terras. A intolerância dos coronéis de barranco não concebe que os missionários sejam solidários com os índios e ficam desesperados para incriminar os agentes da Prelazia, e se possível afastá-los da região, para dominarem suas terras com negociatas excusas. **(O Rio Branco, 11/02/84).**

Traçado da Transacreana em discussão

Há poucas possibilidades para a Secretaria de Transportes e Serviços Públicos realizar obras da rodovia Transacreana na reserva do Alto Purus, onde habitam índios caxinauás e kulinas. Apesar de ainda não ser demarcada, a determinação já foi feita pela Fundação Nacional do Índio ao Ministério do Interior, que limitou a área, faltando oficializar a demarcação.

Estas terras, assim como todas as áreas indígenas, pertencem ao Serviço de Patrimônio da União (SPU), do Minter. Para que a rodovia avance nas aldeias kulinas e caxinauás, ou em suas zonas de caça, o Secretário de Transportes Rubem Branquinho deverá entrar em entendimentos com o Governo Federal.

Fontes da 8ª Delegacia da Funai informaram, entretanto, que "tal possibilidade é quase remota, apesar da estrada ter muita importância para o Estado do Acre e toda região fronteiriça".

Além de Santa Rosa, o Governo do Estado vai instalar um outro município ao longo da rodovia Transacreana. Será o município de Hugo Carneiro, à altura do quilômetro 180 desta estrada, com a área sendo desmembrada de Sena Madureira, informou ontem o Secretário de Transportes, Rubem Soares Branquinho. As duas obras deverão estar concretizadas até o final da administração Nabor Júnior, prometeu Branquinho.

Sobre o traçado da Transacreana, disse Branquinho que o projeto não corta a reserva indígena dos Kulinas e Caxináuas que vivem no Purus. Sobre a entrevista que deu recentemente à TV Acre, dizendo que pretendia debater com a União a diminuição dessas reservas, esclareceu:

"O que pretendemos é que haja uma adequação, porque o total de índios existentes no local é pequeno para o tamanho da reserva. Se conseguirmos uma maneira de concentrá-los, poderíamos dar-lhes apoio condigno que bem precisam, como assistência educacional, agrícola e de saúde."

Rubem Branquinho afirmou que a situação dos Kulinas e caxinauás que habitam o Purus "é degradante, moralmente falando. Eles só falam em cachaça, tabaco e estão completamente desassistidos" — enfatizou — daí porque disse que "defende a necessidade de que essas comunidades sejam melhores assistidas pelos órgãos públicos".

Acerca da Transacreana, declarou Branquinho que a rodovia se encontra com 70 quilômetros prontos e acredita que até o final do Governo esteja concluída até Santa Rosa, que será sede de um município. Recursos na ordem de 10 bilhões de cruzeiros do BNDES serão usados na rodovia, disse o secretário.

Sobre Santa Rosa falou que já está processando estudos para a construção de uma boa pista de pouso e debaterá com o governador Nabor Júnior sua implantação definitiva com outras obras, deste município.

O Chefe da Ajudância da 8ª Delegacia da Funai no Acre, Dimas Valencise, disse ontem que ainda não há previsão para a demarcação da área indígena do Alto Purus, onde vivem grupos de índios kaxinauás e kulinas. Segundo Dimas, ainda falta formar os grupos de trabalho do Ministério do Interior e do Ministério dos Assuntos Fundiários, que devido à escassez de verbas, não podem realizar a demarcação dessa área. Porém, a Funai realizou uma delimitação administrativa, que será encaminhada ao Minter, onde aponta detalhes de posse, exploração. Para isso teve o apoio do Incra. **(O Rio Branco, 14/02/84).**

Projeto da Transacreana está pronto

O diretor-presidente do Deracre, Marcos Furtado, informou ontem ao governador Nabor Júnior que o projeto de engenharia da rodovia Transacreana está em fase final de conclusão pelo órgão e que continuam os entendimentos com o BNDES visando ao financiamento da obra.

A informação foi transmitida ao governador durante o despacho que fez ontem na Secretaria de Transportes, quando se reuniu com o secretário Rubens Branquinho e os dirigentes das empresas Sanacre e Cohab, órgãos vinculados à Setran. **(Folha do Acre, 16/02/84).**

Igrejas rejeitam Transacreana

O Bispo Dom Moacir Grechi, da Prelazia do Acre e Purus, o CIMI (Regional do Acre) e a Pastoral Indigenista da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, rejeitam a construção pelo Governo do Estado da Transacreana por entenderem que vai desestabilizar "os povos irmãos kulinas e kaxinauás e servir aos poderosos interesses econômicos em jogo".

Depois de muito sofrimento e luta, há cerca de 10 anos os kulina e kaxinauá foram tomando consciência de que tinham direitos inalienáveis e sentiram na carne a necessidade de defendê-los. A partir desta tomada de consciência, começaram a se organizar para defender a terra, o direito à saúde e à garantia de sua sobrevivência. Um instrumento decisivo nessa caminhada lenta foram as Assembléias de Lideranças Indígenas, apoiadas pelos missionários da Prelazia do Acre-Purus que atuam desde essa época.

Destas reuniões periódicas saíram propostas concretas como a de lutar por uma terra única e contínua para os dois povos do alto Purus, ao contrário do que a Funai havia proposto em 1977 (3 pequenas áreas descontínuas). Os próprios kulina e kaxinauá passaram a marcar os limites de sua área, de modo que hoje está claro para eles e para os próprios moradores do rio que suas terras vão desde o igarapé Prainha até o igarapé Canamari, lado direito do Purus, e no fundo da área, subindo o rio Chandless, da boca do Cochicha até encontrar o igarapé Canamari.

Do lado esquerdo, um pequeno trecho que vai do igarapé São Vicente até o igarapé Nazaré (terra de residência comprovada dos kulina, com vários antigos cemitérios, além de ser local de extração de seringa da aldeia de Maronaua). A reserva conta com 265 mil hectares.

A exigência maior dos kulina e kaxinauá neste momento é a imediata demarcação oficial de sua área por parte da Funai. Sobretudo, em vista da construção da Transacreana que trará incontáveis prejuízos para estes povos. É bom lembrar que eles estão dispostos a defender sua terra a qualquer custo e jamais vão admitir qualquer tipo de retalhação ou redução dessa área. A sugestão do Secretário de Transportes Rubem Branquinho de concentrar os índios num local é não só um absurdo do ponto de vista antropológico como também uma proposta mal-intencionada. **(O Rio Branco, 19/02/84).**

Faltam recursos

A denúncia de que o governo brasileiro só repassou à Fundação Nacional do Índio US$ 6 milhões dos US$ 26 milhões devidos para atender as áreas indígenas atingidas pelo programa Polonoroeste foi analisada pela presidência do órgão, juntamente com representantes da Sudeco, IBDF e Banco Mundial. Como resultado a direção da Funai alterou a equipe da Coordenadoria de Projetos Especiais, mas o fato, segundo fontes do órgão, poderá comprometer não só a execução dos programas implantados em 55 áreas indígenas como também as negociações que visavam estender os benefícios do Polonoroeste às 32 comunidades indígenas que serão atingidas com a construção da rodovia Transacreana, extensão da BR-364 que ligará Porto Velho a Rio Branco.

A Transacreana é considerada, pelo Conselho Indigenista Missionário e pela Prelazia do Acre-Purus, uma séria ameaça à sobrevivência dos índios Kulina e Kaxinauá, habitantes da região do Alto Purus.

"Se a situação dos Kulina e Kaxinauá neste momento já é dramática, imaginem se for construída a estrada Transacreana, quando os povos indígenas do Alto Purus estarão finalmente cercados e acuados por todos os lados", acentuam as entidades.

Enquanto os órgãos envolvidos na construção da rodovia planejavam atender apenas quatro comunidades indígenas, a Coordenadoria de Projetos Especiais negociava a assistência às 29 restantes, perfazendo um total de aproximadamente 4.700 índios. Esta assistência incluiria demarcação e regularização das terras, projetos nos setores de saúde, saneamento e educação, desenvolvimento de atividades produtivas (agropecuárias).

No entanto estas negociações, iniciadas ainda na administração do ex-presidente Jurandy Marcos da Fonseca, foram interrompidas no decorrer da semana, com as alterações feitas na Coordenadoria, criada em 1983. (**Correio Braziliense, 29/10/84**).

BR-364

Milhares de dólares para a rodovia Porto Velho-Rio Branco

A estrada que liga Porto Velho a Rio Branco (continuação da BR-364) será pavimentada com recursos especiais já aprovados pelo BID, no valor de 58,5 milhões de dólares. Desse total, 6 milhões de dólares serão destinados à proteção das comunidades indígenas e da ecologia afetadas pela rodovia, aos quais se deverão somar uma contrapartida de 4 milhões de dólares do governo brasileiro. Tais recursos, ainda sem prazos e condições de utilização definidos, serão geridos pelas agências governamentais afins.

Na verdade, o total orçado para a execução das obras foi de 72 milhões de dólares, dos quais 13,5 milhões estão bloqueados porque os representantes dos EUA no BID se abstiveram durante a votação do projeto, pressionados que foram por organizações ecológicas civis norte-americanas. (**informações obtidas oralmente por Betty Mindlin, coordenadora da Equipe de Avaliação do Polonoroeste FIPE/USP, na sede do BID, em Washington.**)

APURINÃ DO 45

Anunciada operação desarmamento

A presidência da Funai, com a Polícia Federal, vai organizar uma ampla operação de desarmamento de fazendeiros e jagunços que estão ameaçando os Apurinãs, no Km 45 da BR-317, em Boca do Acre (Amazonas).

Essa ação foi prometida ontem pelo Presidente da Funai aos dois líderes Apurinãs, José e Manoel Apurinã, que se encontram em Brasília para resolver "de uma vez por todas" a questão de terras de sua comunidade, cuja solução vem sendo protelada, há anos, pela Funai e os órgãos federais envolvidos na questão fundiária.

Os líderes apurinã já se encontraram duas vezes com o novo Presidente da Funai, estando agora discutindo com os técnicos dos órgãos as ações a serem postas em prática para que sejam retiradas de suas áreas cerca de 15 famílias de posseiros que ali se instalaram.

Segundo explicou ontem para **Folha** um assessor da presidência da Funai, a ação de desarmamento a ser empreendida pela PF se deve ao fato de fazendeiros e jagunços existentes na área — principalmente de nome Martins que comprou ilegalmente a posse de seis famílias de posseiros — estarem ameaçando de morte alguns líderes e membros da comunidade apurinã. No caso dos apurinãs de Boca do Acre, a direção anterior da Funai, tendo na presidência Octávio Ferreira Lima, chegou mesmo a encaminhar ao Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (que decide sobre questões de terras) um parecer garantindo que a área em questão não pertence aos índios apurinãs, mas sim a particulares da área.

Nos próximos dias, o Presidente da Funai enviará novo parecer reconhecendo ao Ministério dos Assuntos Fundiários o direito dos apurinãs sobre as terras em questão. "Temos aqui na Funai um amplo levantamento que define exatamente quais as áreas de terra que pertencem aos apurinãs e vamos agora encaminhar o assunto para o Ministério, que logo irá resolver sobre o pagamento das indenizações dos posseiros existentes na área indígena." Até agora, a questão dos apurinãs ainda não foi resolvida porque a Funai sempre entravou a solução.

Os dois índios apurinãs que se encontravam ontem na sede da Funai falaram à "Folha" que "estão confiantes" de que agora o problema de suas terras seja resolvido". Estamos aqui desde a semana passada e só sairemos de Brasília quando a terra toda estiver garantida. Mas parece que os homens daí de cima vão resolver mesmo o assunto. Agora a Funai melhorou mais prá índio", disse o índio Manoel, tendo ao lado seu irmão José Apurinã. Ontem mesmo, os dois índios acreanos conversaram com o Presidente da Funai e com vários de seus assessores, deles recebendo a promessa de que sairão com toda a documentação que irá dar uma solução para o antigo conflito do quilômetro 45, na rodovia BR-317. (**Folha do Acre, 25/05/84**).

Grupão veta a ampliação da reserva

Um advogado da FUNAI deverá ser enviado em breve ao Km 45 da estrada de Boca do Acre, a fim de verificar os problemas que estão sendo causados por um fazendeiro de nome Martins, que teria adquirido uma posse, em terra reivindicada pelos índios. Determinação nesse sentido foi encaminhada à Ajudância da FUNAI no Acre (AJACRE), pelo presidente do órgão, Jurandy Marcos da Fonseca.

Paralelamente, o novo diretor do Departamento de Patrimônio Indígena da FUNAI, A. Faleiros — engenheiro que nos últimos meses atuou na AJACRE — encaminhou um relatório ao presidente do órgão, sugerindo o reconhecimento de uma área de... 8.650 hectares, como sendo território de posse imemorial e de ocupação permanente dos Apurinã.
Os problemas do km 45 agravaram-se em 1972, ano em que toda aquela região da estrada de Boca do Acre foi grilada por João Sorbile, conhecido por "Cabeça Branca". Em 76, quando a AJACRE foi criada, dado o clima de tensão reinante, a FUNAI providenciou a demarcação de 17.517 hectares, trabalho esse concluído em 78.
Contudo, ante a iminência de conflitos graves, não houve tempo para que se procedesse a um rigoroso estudo, de modo a determinar qual era a área que efetivamente atendia as necessidades dos Apurinã. Assim, já em 1979 surgiu a primeira reivindicação de acréscimo de área, pois tanto os castanhais como os seringais e o acesso ao rio Acre — essenciais para a sobrevivência física e cultural dos Apurinã — haviam ficado fora da área demarcada.
No ano seguinte a FUNAI enviou uma equipe ao km 45, cujos estudos antropológicos concluíram pela necessidade de se acrescentar 8.650 hectares à área indígena. Corroborando as conclusões desse trabalho, em setembro de 82 o então presidente da FUNAI, Paulo Leal, assinou portaria declarando como sendo de posse imemorial dos Apurinã, a área em questão.
Logo a seguir foi feito um levantamento fundiário do local, constatando-se a presença de 23 famílias de colonos, os quais deveriam ser indenizados. Àquela época o custo da indenização foi estimado em Cr$ 90 milhões. Todos os colonos foram consultados, e aceitaram a proposta da FUNAI, sendo que o INCRA se comprometeu a assentá-los em outras terras.
No ano passado, porém, com a aprovação do Decreto 88.118 que transferiu da FUNAI para um Grupo de Trabalho (integrado por representantes dos Ministérios do Interior e de Assuntos Fundiários, além da própria FUNAI e de outros órgãos federais e estaduais julgados convenientes) a competência para examinar as propostas de definição de áreas indígena, o processo dos Apurinã do 45 foi paralisado, pois a GT não aprovou a reivindicação dos índios.
Hoje, novamente a tensão reina na área. Os índios continuam utilizando as terras para as suas atividades econômicas, além de proibirem derrubadas e de não permitirem a entrada de não-índios. (**Folha de Acre, 02/06/84**).

Tensão aumenta

Caso a Funai não resolva em tempo breve a questão da demarcação dos 25 mil hectares de terras dos índios Aripuanã, do Estado do Acre, pode haver uma luta armada entre eles e os colonos que estão localizados ilegalmente naquela área, alertou ontem o coordenador do CIMI, daquela região, Anselmo Forneck.
— No período de 1979 e 1980 a área se transformou num verdadeiro campo de batalha entre índios e colonos. Várias vezes o CSN esteve presente, e também chegou a ser convocado o batalhão do Exército de Rondônia. Nessa ocasião foram feitas várias denúncias de irregularidades dos títulos dos colonos, emitidos por um cartório do Acre, que acabou sendo fechado, conta Forneck.
Várias comissões da Funai que estiveram no local reconheceram que há necessidade da demarcação dos 25 mil hectares como área contínua para a sobrevivência dos Aripuanã e para a paz naquela localidade. Atualmente, permanecem oito famílias de colonos — mais de 20 já foram embora —. As que saíram passaram suas terras ao grileiro Martins. Este, contratou três jagunços que já destruíram três casas de famílias indígenas e o clima de tensão volta a crescer na área que fica situada próximo à BR-317, que liga Rio Branco à Boca do Acre. (**Jornal de Brasília, 12/06/84**).

APURINÃ DE PAUINI

Nota do CIMI

É a seguinte, na íntegra, a nota do CIMI Norte I:
"A 7ª Assembléia Regional do CIMI-NORTE I, reunida nos dias 22-25 de fevereiro em Coari, no Estado do Amazonas, discutiu a situação dos índios Apurinã, do município de Pauini, localizados nos rios Seruini, Tacaquiri e Peneri. Este grupo indígena, constituído por cerca de 250 pessoas, vem nos últimos anos reivindicando a demarcação da área que lhes pertence, tendo conseguido recentemente a delimitação de apenas parte do território de ocupação imemorial. Os 82.000 hectares delimitados não correspondem às necessidades e aspirações dos Apurinã, pois outra parte do território indígena foi entregue ao fazendeiro José Cordeiro, que se instalou na área ilegalmente e contra a vontade dos índios.
Para abrir mãos das terras onde está instalado o fazendeiro José Cordeiro, os índios foram convencidos a aceitar em troca um projeto de desenvolvimento econômico, coordenado pelo Sr. Terri Vale de Aquino, que além de não substituir a necessidade do reconhecimento do território indígena, já vem causando divergências inter-grupais, comprometendo os princípios de coesão que também se constituem numa garantia de sobrevivência deste povo.
A FUNAI, traindo sua condição de tutora legal, esquece de proteger a vida e o patrimônio dos índios, passando a defender interesses alheios à sua competência, como deixa claro este caso em que um fazendeiro está sendo privilegiado em detrimento dos direitos indígenas. Ao encaminhar esta denúncia, o CIMI espera que a questão seja reestudada em tempo hábil de forma a impedir que o problema atinja dimensões irreversíveis. (**A Crítica, 03/03/84**).

AJACRE cedeu no Pauini

Os índios enfatizaram que não aceitam mais o atual Chefe da AJACRE, Dimas Valencisse, à frente da Funai, uma vez que ele não teria agido conforme os interesses das comunidades locais. Queixaram-se particularmente de sua atuação para com os Apurinãs dos rios Peneri e Tacaquiri, no município de Pauini (Amazonas), quando a Funai teria cedido às pressões de um fazendeiro, de nome José Cordeiro.
Segundo disseram, semanas atrás o fazendeiro retirou da área indígena todas as placas que haviam sido colocadas pela Funai, quando o órgão realizou a delimitação da área, fato ocorrido em 83. José Cordeiro teria inclusive devolvido as placas à AJACRE, onde elas ainda se encontram. Ao invés de defender os interesses dos índios, Dimas Valencisse teria enviado ofício aos Apurinãs afirmando que eles não tinham assegurado o direito sobre as terras enquanto elas não fossem demarcadas. Consultado sobre o fato, o Diretor do Patrimônio Indígena da Funai, Áureo Faleiros, que na segunda-feira esteve em Rio Branco quando se reuniu com as lideranças, afirmou que não é necessário a demarcação para que os índios tenham direitos às terras que ocupam secularmente. Também disse que a atitude mais coerente seria mandar afixar novamente as placas, no local de onde foram retiradas. Os Apurinãs que estão participando do encontro das lideranças foram até à AJACRE, na última segunda-feira, quando exigiram que as placas fossem repostas. (**Folha do Acre, 15/08/84**).

Prefeito denuncia ameaça indígena

Os índios Apurinãs estão ameaçando invadir o município de Pauimi, a 915 quilômetros de Manaus, para tomar posse do seringal Catipari, localizado a 60 quilômetros da cidade. A denúncia é do prefeito de Pauimi, Francisco Venâncio, acrescentando que há cerca de 15 dias esses índios mataram a facadas Maria de Souza, além de ferir nove pessoas no seringal.
A Delegacia Regional da Funai em Manaus não tem conhecimento oficial da denúncia, porque Pauimi, mesmo sendo município do Amazonas, é jurisdicionado para questões indígenas à ajudância da Funai no Acre.
Morando há séculos na região, os Apurinãs, segundo informações do padre Henrique Vieira, vigário da Paróquia de Santa Agostinha, em Pauimi, vêm se queixando há muitos anos da ocupação de um lago localizado no seringal Catipari, local onde eles sempre comercializavam. O seringal teria sido vendido ilegalmente a Evaldo Said, um "regatão" de Pauimi, que afirma ter o título definitivo da terra. (**O Estado do Paraná, 22/09/84**).

KAXINAWÁ

Surto de sarampo

O chefe da Ajudância da 8ª Delegacia da FUNAI em Rio Branco, José Carlos Meirelles Júnior, confirmou ontem, nesta cidade, que pelo menos sete índios kaxinauwas morreram de sarampo nas últimas semanas, no rio Jordão, próximo a cidade de Tarauacá, 350 km de Rio Branco.
Meirelles acrescentou que, desde o mês de abril deste ano, vários surtos de sarampo foram detectados em inúmeras comunidades indígenas do Estado do Acre. Entretanto, apenas agora começam a aparecer as mortes. Uma equipe de médicos da Secretaria de Saúde do Estado do Acre e da FUNAI retornou do local e informou sobre as mortes.
Segundo o secretário de Saúde, José Alberto de Souza Lima, o surto provém de São Paulo e já passou por Mato Grosso e Rondônia. (**Diário Popular, 30/11/84**).

Decretada área do Jordão

O decreto nº 90.645 de 10 de dezembro de 1984 assinado pelo presidente da República, João Figueiredo, e pelos ministros Mário David Andreazza e Danilo Venturini, declara de ocupação dos silvícolas uma área de terra denominada Área Indígena Kaxinawá do Rio Jordão, no município de Tarauacá, no estado do Acre. (**Diário Oficial da União, 11/12/84**).

Decretada área do Humaitá

O decreto nº 90.644 de 10 de dezembro de 1984, assinado pelo presidente da República, João Figueiredo, e pelos ministros Mário David Andreazza e Danilo Venturini, declara de ocupação dos silvícolas uma área de terra denominada Área Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, no município de Feijó, no estado do Acre. (**Diário Oficial da União, 11/12/84**).

KATUKINA/ KAXINAWÁ

Decreto

O decreto nº 89.488 de 29 de março de 1984, assinado pelo presidente da República, João Figueiredo, e pelos ministros Mário David Andreazza e Danilo Venturini, declara de ocupação dos silvícolas uma área de terra denominada Área Indígena Katukina/Kaxinawá de Feijó, nos municípios de Feijó e Envira, nos estados do Acre e do Amazonas. (**Diário Oficial da União, 30/03/84**).

GRUPOS ARREDIOS

Frente de atração para o Envira

A ajudância da Funai no Acre está preparando, em sigilo, uma expedição para atrair um grupo de índios arredios que habitam a região do Alto Rio Envira, no Município de Feijó. Presume-se que este seja o último grupo indígena que ainda não foi contatado no Estado e, pelas indicações que se têm, pertencem à tribo dos Jaminauá.
A frente de atração será chefiada pelo sertanista Benamour Fontes, que se encontra em Rio Branco fazendo os preparativos para a viagem. Em 1979, 80 e 81, esses índios atacaram casas de seringueiros e os índios Campa já contatados, os quais organizaram uma "caçada" para vingar o ataque matando uma mulher e uma criança.
Os índios arredios vivem numa região despovoada, acima da Fazenda Califórnia, do Grupo Atalla, e das aldeias dos índios Kulina e Campa, na fronteira com o Peru. Por não possuir castanheiras e seringueiras, a região permanece inexplorada até hoje. A Funai está cercando a expedição de certo sigilo, porque prevê muitas dificuldades em fazer o contato, considerando que já houve confronto entre índios arredios e índios contatados. Presume-se até que o grupo possua armas de fogo que tomou de seringueiros, que fizeram incursões na área e desapareceram misteriosamente. (**A Tribuna, 14/03/84**).

Ataque aos Kampa do Humaitá

O cacique Otoliano, da tribo Campa, que habita a região do alto Rio Humaita, na fronteira do Acre com o Peru, foi a Rio Branco pedir providências à ajudância da Funai contra os ataques de um grupo de índios arredios. O Cacique contou que os índios arredios são altos, fortes, de pele clara e cabelos longos e atacam a aldeia dos Campa quando os homens saem para a caça e ficam apenas as mulheres e crianças que são obrigadas a se refugiarem nas matas. Disse que eles chegam de tacape e bordunas e vão levando tudo o que encontram na aldeia — panelas, roupas, espingardas. O cacique Otoliano pediu ao chefe da ajudância da Funai que organize uma frente de atração, pois do contrário os Campa terão que abandonar sua aldeia. (**Jornal de Brasília, 14/06/84**).

Sai frente para o Envira

O sertanista da FUNAI, Benamour Fontes, saiu ontem de Tarauacá para contactar uma tribo desconhecida no alto rio Envira. O trabalho de atração dos indígenas é lento, e necessita de presentes para convencê-los das intenções dos brancos. Guiado por caxinauás, o sertanista leva em sua bagagem muita bugiganga para distribuir. (**Folha do Acre, 12/08/84**).

foto Jesco/IGPHA

Suruí

RONDÔNIA

POVOS INDIGENAS NO BRASIL/CEDI
RIO SOLIMÕES
R PURUS
R MADEIRA
R ARIPUANÃ
R CANUMÃ
A M A Z O N A S
R JIPARANÁ
PORTO VELHO
ARIQUEMES
R MACHADINHO
ABUNÃ
GUAJARÁ-MIRIM
BR 421
JI-PARANÁ
BR 364
ARIPUANÃ
FONTANILHA
R SOTÉRIO
R CAUCÁRIO
BR 429
R S MIGUEL
R APIDIÁ
RIO BRANCO
VILHENA
COSTA MARQUES
R GUAPORÉ
BOLÍVIA
MT
12 - RONDÔNIA

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA RONDÔNIA

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
CINTA-LARGA	1	Parque Indígena Aripuanã (1)	Aripuanã (MT), Vilhena (RO)	± 5		Junqueira: 85
	2	AI Serra Morena	Aripuanã (MT)	4		
	3	AI Roosevelt	Pimenta Bueno (RO) Aripuanã (MT)	± 8		
	4	AI Aripuanã	Aripuanã (MT)	14	± 100	
					500 a 1.000 (T)	
SURUÍ	5	AI Sete de Setembro	Aripuanã (MT), P. Bueno e Cacoal (RO)	PI Sete de Setembro	252	Mindlin: 85
				PI Linha 14	104	
					357 (T)	
ZORÓ	6	AI Zoró	Aripuanã (MT)	1	172	Gambini: 84
GAVIÃO	7	AI Igarapé Lourdes	Ji-Paraná (RO)	20	236	Leonel Jr.:84
ARARA (KARO)	7	AI Igarapé Lourdes	Ji-Paraná (RO)	1	98	Mindlin: 84
KARITIANA	8	AI Karitiana	Porto Velho (RO)	1	129	Mindlin, Leonel Jr.: 84
KARIPUNA (2)	9	AI Karipuna	Porto Velho (RO)	1	22	Mindlin, Leonel Jr.: 83
KAXARARI	10	AI Kaxarari	Porto Velho (RO) Lábrea (AM)	3	135	Gawilik: 84
URU-EU-WAU-WAU	11	AI Uru-eu-wau-wau	Ji-Paraná (RO)	arredios	1.000	Leonel Jr.: 85
URUPA-IN	11	AI Uru-eu-wau-wau	Ji-Paraná (RO)	arredios		
MACURAP,	12	AI Rio Branco	Guajará-Mirim		52	Leonel Jr.: 84
TUPARI,					127	
ARUÁ,					5	
CANOÊ,					1	
ARIKAPU,					3	
JABOTI,					4	
KOLUMBIARA					15	
					210 (T)	
TUPARI, MACURAP, CANOÊ, JABOTI, AJURU, ARUÁ, ARIKAPU, MASSACÁ, UARI, MEQUEM	13	AI PI Guaporé	Guajará-Mirim		208 (T)	Leonel Jr.: 84
AIKANÁ/LATUNDÊ	14	AI Tubarão/Latundê	Vilhena	Xupinguá	20	Lima: 83
				Bela Vista	36	Lima: 83
				1 aldeia Aikaná	28	Lima: 83
				R. do Ouro		
				Latundê	11	Lima: 83
				Veado Preto	13	Mindlin: 84
					108 (T)	

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
PAKAA-NOVA (ORO-UARI)	15	AI Pakaa-Nova	Guajará-Mirim	Tanajura	266	Leonel Jr.: 84
				Santo André	177	
				Diolinda	30	
	16	AI Rio Negro Ocaia	Guajará-Mirim	1	250	Arruda: 84
	17	AI Ig. Ribeirão	idem	1	85	Arruda: 84
	18	AI Lages	idem	1	235	Leonel Jr.: 84
	-	AI Sagarana	idem	1	113	Leonel Jr.: 84
					1.156 (T)	
MACURAP e SAKIRAP	19	AI Rio Mequens	Colorado do Oeste		69	Leonel Jr.: 84
URUBU	-			dispersos	?	
MIGUELENO (CUJUBI)	20			arredios	±50	
ÍNDIOS DA SERRA DO TAQUARAL	21			arredios	±50	

(*) Os dados sobre população foram levantados entre 82 e 84 pelas pessoas que compõe a Equipe de Avaliação do Polonoroeste FIPE/USP: Abel Barros Lima, Betty Mindlin (coordenadora), Carmem Junqueira, Edgard de Assis Carvalho, Lúcia Helena Rangel, Mauro de Mello Leonel Jr., Rinaldo Sérgio Arruda e Roberto Gambini, com a colaboração (para Kaxarari) de Terri Vale Aquino.

(1) As áreas Cinta-Larga e Suruí fazem parte do Parque Indígena do Aripuanã, mas não são áreas contínuas. A área total, aproximada, do Parque é de 1.880.246 ha.

(2) desse total, 8 são Karipuna e 14 Karitiana.

AVALIAÇÃO DO POLONOROESTE: UMA PROPOSTA

Após três anos, mais da metade das terras (demarcadas ou não) está invadida. Os índios atingidos pelo Programa estão ameaçados de naufragar num mar de migração.

Betty Mindlin (*)

Fala-se muito pouco sobre o Programa Polonoroeste, apesar de suas conseqüências desastrosas para o país. O programa, de mais de um bilhão de dólares, com financiamento parcial do Banco Mundial, tem como eixo a pavimentação da rodovia Cuiabá-Porto velho (BR-364), em torno da qual giram projetos de colonização, de desenvolvimento rural, de assistência à saúde e de defesa do meio ambiente e das comunidades indígenas. Imaginado como um meio de desafogar a tensão social e o desemprego no país, levando a população ao Centro-Oeste e dando terra aos destituídos, está na realidade, depois de 3 anos, provocando uma tensão social insustentável e a ocupação caótica e predatória da região.

Os índios, no programa, são os grandes perdedores. Trata-se de 40 grupos indígenas, um total de 9 mil pessoas, em Mato Grosso e Rondônia. Teoricamente, as terras dos índios e sua sobrevivência deveriam estar asseguradas pelo programa. No entanto, no começo de 1985, só a metade das áreas estava demarcada; mais da metade, terras demarcadas ou não, estava invadida; e 14 grupos, arredios ou desaldeados, não tinham sido contatados pela FUNAI e não tinham território definido. Estavam previstas medidas de defesa das comunidades indígenas, mas eram marginais ao Programa como um todo, e não se integravam aos planos de outros órgãos públicos. O INCRA, p. ex., não espera que os índios arredios sejam identificados para definir a área dos projetos; estradas são feitas onde há população indígena desconhecida. A política de defesa do índio é totalmente despreparada para a violência das mudanças trazidas pelo Polonoroeste.

Basta registrar que em Rondônia entraram, em 1984, mais de 150 mil pessoas, e que o Incra só pôde assentar, no máximo, 5 mil famílias. Em 1985, a previsão não é melhor: a imigração só tende a aumentar, e a capacidade do Incra continuará limitada ao mesmo número. Sem possibilidade de sobrevivência, a população excedente fica sujeito a índices de malária crescentes, invadindo as terras que conseguir, ou seguindo adiante, para o Acre e Amazônia. Nem sequer a produção agrícola tem resultados positivos ou contribuiu muito para o abastecimento do país.

O novo Estado de Rondônia sofre a pressão dos dois lados de um capitalismo desenfreado: a enxurrada dos que vêm em busca de terras, e a ocupação empresarial aventureira. Companhias madeireiras, mineradoras, e centenas de serrarias de várias regiões do país depredam a mata, com uma velocidade tão grande que o prognóstico oficial é de que daqui a dez anos, se o ritmo continuar o mesmo, não haverá mais floresta.

Estradas estaduais e vicinais e projetos estaduais de desenvolvimento acompanham o Polonoroeste, facilitando o desmatamento. A BR-429 (Presidente Medici-Costa Marques), que passa ao sul do território dos Urueu-wau-wau, deve estar pronta em abril. Pequenas cidades surgem onde, há um ano, apenas havia mata, e ondas de colonos acompanham a estrada, em número muito superior ao que o projeto Bom Princípio do Incra pode abrigar. Vai ser difícil aumentar o número de projetos de colonização. Alguns já idealizados, como o Samaúma, podem mesmo ser abandonados, por ser o solo de baixa qualidade.

Os novos proprietários

Mal é aberta uma nova via de acesso, o fluxo de imigrantes estimulado pela propaganda oficial no país é muito superior ao número de pessoas que o Incra pode assentar. As áreas do Incra e reservas florestais são invadidas por enxames de colonos, mas as áreas indígenas são as mais vulneráveis, mesmo as que já estão demarcadas e com todas as garantias legais.

O exemplo mais flagrante é o do P.I. Lourdes, terra dos Gavião e Arara (Karo), área demarcada e homologada. Em outubro de 1984, havia 750 famílias de invasores, a maioria tendo chegado no último ano e meio com a Polonoroeste e a BR-364, que fica muito próxima. Em outubro, mais da metade dos invasores já havia sido retirada, numa operação que

(*) *antropóloga, coordenadora da Equipe de Avaliação do Polonoroeste FIPE/USP. Utilizou para a elaboração do presente texto informação contidas nos relatórios dos demais membros da equipe: Abel de Barros Lima, Carmen Junqueira, Mauro de Mello Leonel Jr., Miguel Menendez, Rinaldo Arruda, Roberto Gambini e Terri Valle de Aquino.*

custou à FUNAI cem mil dólares, para pagar a Polícia, depois que os índios atacaram os colonos e mantiveram 15 pessoas como reféns, durante um mês. Em dezembro, porém, quase todos os invasores voltaram, com o apoio de políticos locais e ao que se diz, também de altas autoridades de Brasília. Em janeiro de 1985, a FUNAI aguardava recursos para nova operação de retirada.

Noutros locais, é a retirada de madeira que é assustadora. Nos Mequéns, três madeireiras ilegais, entre as quais a Lavrama do Norte, retiram 50 caminhões diários de madeira de lei, sem qualquer ação por parte da FUNAI, IBDF, fisco ou Polícia. Se calculamos que um caminhão de madeira deve estar valendo 250 dólares, podemos avaliar como o patrimônio dos índios, e público ao mesmo tempo, está sendo esbulhado em proveito de fortunas fáceis, defendidas à bala.

Essas madeireiras clandestinas são também exemplo das relações sociais que se instalam na região. O regime de trabalho é o de semi-escravidão, com empreiteiras que contratam "gatos", os quais por sua vez mantêm os peões em regime de barracão, isolados no mato. Assassinatos e pessoas desaparecidas são ocorrências diárias. Será isso o que se deseja com um Programa de Desenvolvimento?

Outro roubo de madeira que foi divulgado pela imprensa foi o da área dos Cinta-Larga do Roosevelt, onde a FUNAI apreendeu 4.500 toras de madeira já cortadas por uma empresa, que construíra uma estrada de 40 km dentro da área indígena.

Garimpos e companhias de mineração também invadem, sem controle por parte do poder público. Na área dos Cinta-Larga, havia um garimpo no rio Preto, já retirado, e há outros, no rio Guariba e no rio Roosevelt. No Vale do Guaporé, território dos Nambiquara, companhias de mineração e garimpeiros entraram numerosas vezes, e foram expulsos por índios e pela FUNAI. Nas terras dos Urueu-wau-wau, grandes massacradores de índios mantêm seringais e se aliam a companhias de mineração e garimpos. Os exemplos poderiam ser multiplicados.

A ação do Estado contribui para o desrespeito às áreas indígenas, somando-se ao efeito do capital privado. Sem qualquer discussão pública, pode-se dizer que, em segredo, são planejadas hidroelétricas, a maior parte em áreas indígenas. A hidroelétrica de Juína, cujos efeitos sobre a área Cinta-Larga de Serra Morena ainda não são conhecidos, está sendo construída. Outra usina atingiu os Apiaká e Cayabi. Estudos para possíveis hidroelétricas estavam sendo feitos no rio Machado, no P.I. Lourdes, a mesma área invadida por colonos, e no rio Roosevelt.

A política governamental não imprime uma direção centralizada ao Programa Polonoroeste. A ação dos vários órgãos públicos — INCRA, FUNAI, IBDF, Secretaria de Saúde e Educação, Núcleos Urbanos de Apoio Rural, etc. — é descoordenada. A estrada foi apresentada como um programa social, mas a realidade vem demonstrando que as conseqüências sociais são ignoradas, e que a construção da BR-364 vem servindo a interesses de empresas privadas.

Os índios e o desenvolvimento econômico

Diante deste quadro drástico, a população indígena tem pouca capacidade de defesa e um pequeno trunfo. O Programa Polonoroeste prevê um projeto de apoio às comunidades indígenas de 26 milhões de dólares. Teoricamente deveriam ter sido gastos até 1985, mas 19 milhões de dólares ainda não foram utilizados, por incompetência administrativa do Governo brasileiro e por pressões econômicas e políticas contrárias aos índios. Um acordo entre o Banco Mundial e o governo brasileiro condiciona as novas parcelas do empréstimo ao Polonoroeste, à defesa efetiva das terras e sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas. Pela primeira vez, talvez, os índios podem interferir na situação das finanças do país e exigir o cumprimento do acordo internacional e o dinheiro a que têm direito, previsto para os próximos 3 anos.

Para que a pressão internacional junto ao governo brasileiro tenha eficácia, é preciso que não apenas os empréstimos do Polonoroeste, mas o conjunto dos empréstimos em curso (como os de Carajás e do Nordeste) sejam condicionados à defesa das comunidades indígenas e da ecologia.

O mais importante é que a situação dos índios e a devastação do meio ambiente estão atraindo a atenção da opinião pública mundial. Em setembro de 1984, uma sessão do Congresso norte-americano discutia os efeitos sociais do Programa Polonoroeste, contestando o apoio dos EUA a uma política tão prejudicial às minorias étnicas e à preservação ecológica. Organizações como a Natural Resources Defense Council, IWGIA, Survival International, Cultural Survival, Anthropology Resource Center e muitas outras escreveram ao Banco Mundial.

É paradoxal que, apesar da repercussão ocasional na imprensa brasileira, manifestações de organizações como Associação Brasileira de Antropologia e Comissões Pró-Índio, seja do exterior que partam os protestos.

A preocupação com os índios tem razão de ser. Há 55 áreas indígenas imemorialmente ocupadas por índios na área do Polonoroeste, num total de 9 mil pessoas. Nestas, a situação é a seguinte:

- *37 áreas foram abrangidas pelo Polonoroeste*
- *14 continuam não identificadas pela FUNAI*
- *4 foram arbitrariamente excluídas no começo do Programa*
- *3, além das 55, foram incluídas em fins de 84 (as áreas Bororo de Tereza Cristina, Tadarimana e Perigara)*
- *7 estão homologadas (3 pelo Polonoroeste)*
- *4 estão registradas no S.P.U. (nenhuma pelo Polonoroeste), as únicas realmente protegidas por lei*
- *20 áreas, quer demarcadas ou não, estão invadidas*

Desde a última informação de Aconteceu, *no número especial 14 para 1983, foram demarcadas 5 áreas (Bakairi-A.I. Santana, Umutina, Vale do Guaporé, Tubarão-Latundê e Pareci). Está sendo demarcada a A.I. Nambiquara. Preocupa a situação dos 14 grupos indígenas sem território definido ou não precisamente localizados e identificados. Muitos são arredios e são dizimados pelos projetos de colonização e construção de estradas. Acaba de ser descoberto, por exemplo, o grupo Piripicura, na Fazenda Mudança, ao norte dos Zoró.*

Não foram retirados invasores de nenhuma área.

Um novo programa para os índios do POLONOROESTE

Existem os recursos de 19 milhões de dólares para as comunidades indígenas do Polonoroeste, que podem ser usados nos próximos três anos. Basta que a FUNAI faça uma programação bem elaborada, reivindique os fundos, prepare um quadro administrativo eficiente e siga uma política firme diante dos interesses econômicos contrários aos índios. Se isso não ocorreu até agora, é o que se pode exigir com a mudança do governo.

Neste novo programa, os pontos fundamentais devem ser os seguintes:

1. Demarcação de todas as áreas ainda não demarcadas:

1. Urueu-wau-wau. 2. Zoró. 3. Cinta-Larga-A.I. Aripuanã (P.I. Rio Preto). 4. Cinta-Larga-Serra Morena (redemarcação). 5. Macurap-Mequens. 6. Karipuna. 7. Kaxarari. 8. Pakaa-Nova-Sagarana. 9. P.I. Guaporé (redemarcação). 10. Tenharim. 11. Bakairí (redemarcação). 12. Pareci (Formoso, Estivadinho e Figueiras). 13. Irantxe. 14. Enauenê-Nauê (Salumã). 15. Bororó (as áreas de Tadarimana, Teresa Cristina e Perigara foram incluídas no Programa em fins de 1984). 15. Piripicura. 16. Terminar a demarcação da A.I. Nambiquara.

Além da demarcação, é preciso fazer expedições para identificar os grupos ainda não contatados e os desaldeados — é urgente fazê-lo com os grupos próximos à BR-429, em especial. Para todos estes, territórios devem ser identificados e demarcados. O quadro anexo faz uma lista dos grupos de que já se tem notícia.

Em 1984, a FUNAI, com eficácia, fez uma série de estudos de identificação de área, que tornam possível a demarcação imediata. O decreto 88.118 de dez./83, além de inconstitucional, vem retardando as demarcações, pela obrigatoriedade de submeter à apreciação de um grupo interministerial a decisão de demarcar, que deveria ser atribuição da FUNAI. Foram feitos estudos, e existem recursos, para a demarcação de quase todos os grupos listados acima. São interesses econômicos apoiados por uma legislação autoritária, que estão impedindo uma pronta ação.

2. Homologação e Registro no Serviço de Patrimônio da União.

Não é preciso ter recursos para dar garantias legais completas aos índios no caso das áreas já demarcadas. No entanto, o grupo interministerial criado pelo decreto 88.118 tem se recusado, ou obstruído a homologação. É crítico o caso das áreas Nambiquara do Vale do Guaporé (onde ainda permanecem as empresas invasoras, que se recusaram a receber em juízo as indenizações previstas em lei), apesar de toda a pressão internacional, o da área Cinta-Larga do Roosevelt, cuja homologação dependia, em fins de 1984, apenas do Ministro Venturini, e o da área Pareci do Formoso, cuja demarcação foi recusada no grupo, por pressão de uma fazenda invasora, a Sudamata.

Resta homologar a demarcação do Vale do Guaporé, do Sararé, dos Tubarão-Latundê, Pareci, Utiariti, Tirecatinga, Umutina, Serra Morena, Roosevelt, Karitiana, P.I. Rio Branco, P.I. Guaporé, P.I. Pakaa-Nova e as 4 áreas não incluídas no Polonoroeste, Apiaká, Kayabi, Myky e Rikbaktsa — e ir providenciando a homologação à medida que a demarcação vai sendo feita. O registro no S.P.U. não foi feito pelo Polonoroeste para nenhuma área, e o do Sete de Setembro, por ex., aguarda decisão.

3. Retirar invasores das áreas invadidas

É preciso prever recursos especiais para retirar invasores, uma vez que a FUNAI tem que pagar as Polícias Federal e Militar, manter vigilância nas áreas, etc. Tais operações são caras, em especial quando envolvem colonos.
Não é possível um quadro completo das invasões em pouco espaço, mas chamam a atenção alguns casos:
1) O Lourdes, onde há 750 colonos, garimpeiros e madeireiras.
2) Os Zoró, onde colonos se instalaram ao longo de estrada ilegal que corta a área, estrada construída pela fazenda vizinha, Muiraquitã.
3) Os Suruí, com invasão pela fazenda Catuba e por colonos a oeste.
4) Os Cinta-Larga do Roosevelt, invadidos por grileiros, políticos locais e colonos ao longo do rio 14 de abril e ao sul, e garimpos.
5) P.I. do Aripuanã, e invasões não bem-identificadas.
6) A.I. Aripuanã, invadida por garimpos.
7) Mequens, invadida por madeireiras.
8) Urueu-Wau-Wau, com invasões por garimpeiros, colonos, seringais e serrarias.
9) P.I. Rio Branco invadido pelo Seringal Milton Santos, que mantém os índios em semi-escravidão.
10) P.I. Pakaa-Nova, invadido por colonos.
11) Sararé e Vale do Guaporé, com fazendas invasoras.
12) Pareci, onde muitas empresas ilegalmente implantadas abaixo do Paralelo 14 continuam funcionando, e nenhuma medida é tomada para desativá-las e retirá-las.

Todas essas invasões, e outras, estão documentadas em detalhe nos relatórios da equipe de avaliação do Polonoroeste.

4. Defesa de terras, posto de vigilância e equipes volantes para fiscalizar as áreas

Só um grande volume de recursos e administração eficaz pode controlar invasões sempre crescentes. Demarcar não é suficiente, um sistema de cercas e postos de vigilância nos limites mais críticos se impõe. Para 1985, a FUNAI prevê apenas para a área Urueu-Wau-Wau, mais seis Postos de vigilância, e uma série de outros nas demais áreas. Seria preciso que a FUNAI usasse o sistema de levantamento aerofotogramétrico e tomasse pronta ação diante de informações, o que não faz mesmo em casos óbvios como o dos Mequens.

5. Defesa jurídica

Se a FUNAI contasse com um bom departamento jurídico, os índios poderiam ganhar uma série de causas em que seu direito é líquido e certo. Há um processo de genocídio nos Urueu-Wau-Wau, por ex.; outro contra o seringalista invasor no P.I. Rio Branco; vários processos de indenização poderiam ser abertos, como no caso Urueu-Wau-Wau. Ou de retirada de madeira, como nos Mequens e outros, etc. Seria possível conduzir melhor o próprio processo de retirada das empresas dos Nambiquara. A anulação de títulos poderia ser feita.

6. Saúde

Quase nada foi feito na área de saúde no último ano. Em várias áreas, o quadro piorou muito, como por exemplo no Parque Indígena do Aripuanã. Trata-se não só de um problema de recursos, mas principalmente de falta de administração competente. Onde existem administradores eficientes, como é o caso da Ajudância do Vale do Guaporé, a situação de saúde melhorou muito.

Uma distorção nos serviços de saúde implantados é o atendimento nos centros urbanos e sedes de parque, em vez de manter pessoal qualificado nas áreas, em tempo integral. Os índios são estimulados a sair das áreas e neste sistema, em que as equipes são de fato volantes, *tão curto é o tempo que permanecem nas áreas, fica faltando um conhecimento profundo da população, com informações sobre cada indivíduo, e fichas de registro médico, que permitiriam um controle mais eficiente de doenças como malária e tuberculose, as que mais assolam os índios. De nada servirá injetar recursos em equipes volantes de saúde e essas de fato não permaneceram com os índios por períodos prolongados de tempo.*

7. Educação

O programa Polonoroeste tem se limitado à nomeação de professoras em quase todas as áreas, sem nenhum preparo, orientação ou conhecimento da cultura e língua indígenas. Impõe-se preparar um programa de educação e fazer cursos para os educadores. Já existe material antropológico e lingüístico sobre muitos dos grupos, e há um conhecimento dos problemas de cada área e das aspirações dos índios. É fundamental retirar das áreas, e impedir que intervenham nos programas educacionais, organizações religiosas, como por exemplo o Summer Institute of Linguistics e as Nova Tribos, que vêm desrespeitando a cultura indígena e ferindo a autonomia tribal.

8. Urueu-wau-wau

A defesa do território Urueu-wau-wau é uma prioridade absoluta do Programa Polonoroeste. A área atualmente delimitada para os índios é de quase 1.800.000 hectares. Desde o começo do século, os Urueu vêm defendendo à mão armada, e com a maior coragem, as suas terras, contra os autores dos piores massacres da história indígena. São exemplos o massacre dos Oroin, por Manuel Lucindo, os dos seringais Canaã, Santa Cruz, Bennesby, Chaves e tantos outros.

Mesmo áreas de colonização não conseguiram dobrar a tribo. São 4 projetos de colonização em pleno curso em volta da área dos Urueu, que têm resultado em conflitos entre colonos e índios, com dezenas de mortos. Fica patente a velocidade de avanço do INCRA, diante do imobilismo da FUNAI, com perda irreparável para os índios.

É graças aos Urueu que se preserva uma das últimas reservas ecológicas do país, pois seu território inclui as cabeceiras dos principais rios de Rondônia. Impõe-se imaginar uma forma jurídica e legal que preserve a área tanto como Parque Indígena quanto como Reserva Florestal e Ecológica.

9. Enauenê-Nauê

Também um grupo de pouco contato, em que a demarcação é prioritária, e onde se pode tentar uma política indigenista inovadora. Neste caso, como no dos Urueu, é preciso unir a defesa ecológica à dos índios, pois a reserva da SEMA coincide parcialmente e é vizinha à área indígena.

10. Zoró

A demarcação da área Zoró é fundamental, não existindo dúvidas quanto à ocupação do território pela tribo. A demarcação consolida como unidade o Parque Indígena do Aripuanã, se associada à demarcação da área Cinta-Larga de rio Preto e dos Piripicura.

11. Nambiquara

As pressões políticas contrárias à homologação são tão grandes, que é preciso reforçar a pressão internacional em sua defesa. Essa vitória poderá contribuir para a legalização de outras áreas, como Pareci e Cinta-Larga.

12. Pakaa-Nova

A Ajudância de Guajará-Mirim, que administra as áreas Pakaa-Nova e outros grupos — cerca de 1.600 índios — tem recebido poucos recursos e atenção relativamente às outras unidades administrativas. Impõe-se re*tirar os missionários das Novas Tribos, e implantar um programa educacional.*

13. Conclusões

As áreas indígenas do Polonoroeste são bastante conhecidas hoje, e se sabe exatamente que medidas devem ser tomadas, quais as aspirações dos índios, como devem ser feitas as demarcações, que invasores retirar, e em que sentido deve atuar um programa de saúde, que faria a população indígena crescer muito. Existe uma documentação muito grande, nos relatórios da equipe de avaliação da FIPE como nos de funcionários da FUNAI, e não há muitas dúvidas sobre a direção a seguir. Preparar um quadro administrativo eficiente, capaz de levar adiante um programa já elaborado, com recursos previstos, é o que se reivindica da FUNAI no próximo governo.

Aconteceu na imprensa

GERAIS

Apoena reassume 8ª DR

Dois anos depois de deixar a Funai, onde chegou ao cargo de delegado em Rondônia, o sertanista Apoena Meireles volta ao órgão. Ele reassumirá, dentro de dez dias, à 8ª Delegacia, com jurisdição sobre Rondônia, Acre, Noroeste de Mato Grosso e Sudoeste Amazônico. Ontem Meireles retornou de uma viagem ao interior de Rondônia, onde acompanhou o trabalho desenvolvido pela Funai e constatou alguns problemas de invasão de reservas. **(Folha da Tarde, 03/02/84)**.

Denúncia coletiva

Os índios Suruí, os Cinta-Larga, os Gavião e os Arara esqueceram suas antigas divergências e agora estão, juntos, enfrentando uma guerra. Suas terras estão sendo invadidas, suas mulheres violadas, seus filhos ameaçados. Madeireiros, garimpeiros, colonos, seringalistas e fazendeiros vão chegando com os seus capangas e sequer respeitam as mínimas garantias legais dadas aos índios. Intimidam, ameaçam, matam, humilham. A denúncia foi feita ontem por três chefes Suruí, Anine, Itabira e Idiaraga, que estão em São Paulo e, em seguida, irão a Brasília pedir providências. Quando voltarem, se a Funai não fizer respeitar os seus direitos, haverá guerra envolvendo quarenta povos indígenas de Rondônia e do norte de Mato Grosso.

Tudo começou quando o governo, com financiamento do Banco Mundial — 1,1 bilhão de dólares — instalou o Programa Polonoroeste e, dentro dele, começou a construção da BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho e, posteriormente, irá até Rio Branco. Uma cláusula do contrato firmado com o Banco Mundial exige que o governo brasileiro, ao construir a estrada, respeite as comunidades indígenas, o seu **habitat** natural, os seus costumes, a sua cultura, as suas condições particulares de vida. No entanto, essa cláusula não está sendo cumprida. Segundo os antropólogos Carmen Junqueira, Betty Mindlin e Mauro Leonel, encarregados pelo Banco Mundial de vistoriar o cumprimento das cláusulas do contrato, a estrada foi traçada de qualquer jeito e não levou em consideração os dados ecológicos e humanos implicados na obra. "Pelo contrário, ela foi feita exatamente como é feito tudo em nosso 'processo civilizatório': levando em consideração simplesmente as necessidades do crescimento econômico". Além disso, o programa previa que todas as áreas indígenas da região estariam demarcadas até 1985. Até agora, apenas cinco áreas foram demarcadas. Como sete já estavam demarcadas antes do início do programa, faltam ainda 28. E a Funai alega não ter verbas, muito embora exista uma previsão orçamentária de 26 milhões de dólares. **(FSP, 24/8/84)**.

Nos EUA, denúncia contra devastação

A Câmara dos Deputados dos Estados Unidos enviará documento, esta semana, ao Banco Mundial, relatando denúncias do ecólogo gaúcho José Lutzenberger sobre o projeto de colonização de Rondônia. No próximo mês de novembro, o Banco Mundial mandará técnicos ao Brasil e, se confirmar as denúncias de colonização, devastação florestal e invasão de terras indígenas, cancelará empréstimo de cerca de US$ 100 milhões ao Incra.

Lutzenberger na semana passada depôs na Subcomissão de Recursos Naturais, Pesquisa na Agricultura e Meio Ambiente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara norte-americana. Ontem, em entrevista, ele disse que, mesmo antes do seu depoimento, o Banco Mundial sabia que o Governo brasileiro estava violando as normas do contrato de financiamento.

"Quando o Banco Mundial concedeu o empréstimo de US$ 443 milhões ao Governo brasileiro (cerca de 80% dos recursos já foram liberados), ficou acertado, como cláusulas, que o dinheiro seria usado para melhorar a vida dos habitantes da região e não para promover a colonização. Também foi previsto que áreas indígenas não seriam invadidas e a floresta não seria devastada", explica Lutzenberger.

Segundo ele, o Governo brasileiro está descumprindo o que foi estabelecido na ocasião do empréstimo "porque, para amenizar tensões sociais no Sul e no Nordeste, o Incra está levando as camadas marginalizadas para Rondônia". Fundador e membro do Conselho de Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), entidade pioneira no País, Lutzenberger afirma que o projeto do Incra é predatório, "pois não respeita a hidrografia, a topografia e o ecossistema da região. Além disto, a invasão fere física e culturalmente os índios, caboclos e seringueiros de Rondônia". **(DCI-SP, 25/09/84)**.

FUNAI afasta coordenadora

O Presidente da Funai, Nélson Marabuto, afastou ontem do cargo a Coordenadora de Projetos Especiais, Nadir Auverga, responsável pela execução dos programas de assistência aos índios nas áreas afetadas pelos Projetos Polonoroeste e Carajás. A Funai pretende nomear uma nova equipe — chefiada pelo auditor Valdo Bittencourt — para corrigir o atraso no programa de ajuda aos índios do Polonoroeste, segundo informaram assessores da Fundação.

A discussão em torno deste programa começou no início da semana, com as denúncias da antropóloga Betty Mindlin, contratada pelo Banco Mundial — que condicionou seu empréstimo para a BR-364 à ajuda aos oito mil índios de Rondônia e norte de Mato Grosso —

para fiscalizar a prestação da ajuda aos índios. Segundo ela, dos US$ 26 milhões (Cr$ 65 bilhões) prometidos, apenas US$ 6 milhões foram revertidos para os índios. (**O Globo, 12/10/84**).

Afastado diretor do PI Aripuanã

O presidente da Funai, Nélson Marabuto, afastou o diretor do Parque Indígena do Aripuanã, sertanista Francisco Assis da Silva, acusado de envolvimento com a venda ilegal de madeira na área dos índios Suruí, em Rondônia. O sertanista vendia madeira sem autorização da Funai e dos índios.

Além da venda ilegal, Francisco da Silva estava "aviltando o preço da madeira", segundo informação do procurador jurídico da Funai, Irineu de Oliveira. Ele disse que o sertanista vendia o metro cúbico da madeira por cinco mil cruzeiros, quando o preço em Rondônia é de Cr$ 220 mil o metro cúbico.

Francisco Assis da Silva é ex-diretor do Parque Indígena do Xingu, de onde foi afastado há dois anos, sob acusação de desviar recursos. Na ocasião, a Funai abriu inquérito administrativo e a procuradoria do órgão concluiu o processo pedindo punição do servidor. Para não demiti-lo, o então presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, transferiu o sertanista para a direção do Parque do Aripuanã.

Depois de afastar o sertanista, Marabuto determinou ainda o prosseguimento das investigações sobre derrubada de madeira na área indígena dos Suruí. A derrubada foi feita pela empresa Comexmad, que recebeu "autorização verbal" do ex-presidente do órgão, Jurandy Marcos da Fonseca, para explorar madeira em área indígena. (**FSP, 01/11/84**).

Emprestimo poderá ser revisto

O movimento começou no início de outubro, com denúncias feitas pelo ecologista José Lutzenberger ao Congresso americano sobre a devastação da Amazônia. O protesto cresceu e culminou com a elaboração de uma carta-documento pelo Conselho de Defesa de Recursos Naturais — uma associação americana de defesa do meio ambiente — enviada ao Banco Mundial pedindo revisão da aplicação de 443 milhões de dólares emprestados ao Brasil para serem investidos nessa região.

Também o secretário do Tesouro americano, Donald Regan, foi alertado sobre o problema, através de uma outra carta responsabilizando o governo brasileiro e o Banco Mundial de violar vários itens relacionados à proteção ecológica incluídos nos acordos. E há poucos dias, um editorial do jornal **The New York Times** aconselha os principais envolvidos na polêmica — o governo do Brasil e o Banco Mundial, assim como o próximo partido a vencer as eleições em janeiro — a ir com calma em seus planos de desenvolvimento da Amazônia.

O documento formulado pelo Conselho de Defesa de Recursos Naturais — endossado por cerca de 25 entidades ecológicas do mundo inteiro, além de ter o apoio de vários membros do parlamento da Alemanha Ocidental — foi enviado no dia 12 de outubro ao presidente do Banco Mundial A. W. Clausen, que transferiu a discussão para o Departamento do Brasil, América Latina e Caribe. Até agora, o Banco Mundial limitou-se a responder que já estão sendo mantidas conversações com o governo brasileiro e se realmente forem constatadas alterações nas condições impostas antes da liberação do empréstimo, o banco poderá interferir através de novas recomendações ao Brasil. (**ESP, 02/12/84**).

ARARA/GAVIÃO

Deputado acusa Triangulina

Empresários do grupo Triangulina, de Jiparaná, estariam invadindo a reserva dos índios Arara e Gavião, promovendo ainda choques entre jagunços e índios, nos quais alguns deles morreram. A denúncia foi feita neste fim de semana pelo Deputado estadual João Dias Vieira (PMDB), mas não teve confirmação da Funai.

De acordo com o delegado-adjunto do órgão, Amaury Vieira, há uma área ao sul do posto indígena de Igarapé Lourdes invadida há três anos por cerca de 500 colonos sulistas e nordestinos. "Essa gente ocupou o setor Prainha, ameaçando realmente a sobrevivência indígena. Todavia, até agora, não recebemos nenhum rádio do posto dando conta de choques entre índios e jagunços", salientou.

Amaury Vieira revelou ao **Jornal do Brasil** que a 8ª Delegacia já oficiou ao Govèrno estadual e à Superintendência Regional da Polícia Federal no sentido de retirar do território indígena as famílias invasoras, em sua maior parte com benfeitorias ali implantadas. (**JB, 24/06/84**).

Gavião sequestram e libertam missionários

Os missionários Ernande Segismundo, coordenador do Cimi-RO, Egon Dionisio Heck, secretário nacional do Cimi e Justo Lobato, da Pastoral Indigenista de Jiparaná, permaneceram mais de vinte horas presos e como reféns na aldeia dos índios Gaviões, no Parque de Lourdes, de sábado a domingo.

Segundo Ernande Segismundo, as prisões ocorreram devido à tensão que hoje existe naquele Parque Indígena, principalmente pela presença constante de posseiros nas proximidades da aldeia dos índios Araras.

O objetivo dessa missão ao Parque Indígena de Lourdes, conforme explicou o coordenador do Cimi, foi para tomar ciência do que realmente estava ocorrendo na área, e fazer um trabalho de conscientização junto aos posseiros, no sentido de organizarem e reivindicarem junto ao Incra, uma área para assentamento, pois segundo Ernande Segismundo, eles (posseiros) sabem que estão em áreas indígenas, mas não saem porque receberam promessas de terras, e até hoje não foram cumpridas e também por imposição de fazendeiros. Além desse trabalho de conscientização, fizeram contatos com os índios Araras.

Lembra Ernande, que nessa permanência como reféns foram ameaçados de morte pelos índios Gaviões. Somente foram liberados com a chegada do delegado regional da Funai em Rondônia, Apoena Meireles.

Declara Ernande, que todo o conflito que existe hoje no Parque de Lourdes, é culpa do Incra, que não procurou resolver os problemas de imediato ou fazendo um melhor assentamento dessas famílias, oriundas do centro-sul do país, que vieram para Rondônia, com terras prometidas pelo próprio órgão.

A Diocese de Jiparaná, Conselho Indigenista Missionário de Rondônia e a Comissão Pastoral da Terra, lançaram ontem um manifesto de denúncia exigindo providências da Funai e do Incra.
Diz a nota, que diante do agravamento da situação na área invadida no Parque Indígena de Lourdes, e da iminência de conflitos e de mortes. Reafirma ainda o posicionamento na defesa dos direitos dos índios e dos lavradores.
O manifesto, defende o direito indiscutível e inalienável dos índios à sua terra e também o direito dos lavradores do Posto Indígena de Lourdes a serem reassentados pelo Incra em outra área.
Denunciam o Incra pela sua cumplicidade na invasão, através de reconhecimento de cadastro de cerca de 19 famílias na área indígena, como também o roubo de madeira, que segundo a nota por várias pessoas, que mantém 4 caminhões dentro do Parque Indígena. (**O Estadão, 25/07/84**).

INCRA acusa CIMI

O presidente do Incra, Paulo Yokota, fez ontem sérias acusações ao Cimi, ao afirmar que "o Cimi só tem criado problemas para o Incra, fomentando os conflitos entre posseiros e índios e posseiros e fazendeiros". Segundo Yokota, o órgão "nunca procurou nos trazer uma solução concreta para qualquer caso". Yokota acusou missionários do Cimi de estarem fomentando um conflito entre posseiros e índios Gaviões e Arara, no posto indígena Igarapé Lourdes, em Ji-Paraná, a cerca de 400 km desta capital. "As denúncias feitas pelo Cimi de que o Incra não tem atuado na área não são verdadeiras, já que nós estamos procurando solucionar todos os problemas de terra em Rondônia". (**Jornal de Brasília, 27/07/84**).

Aumenta a tensão no igarapé Lourdes

Índios das nações gavião e arara começaram a se pintar ontem para uma guerra com cerca de 700 colonos que invadiram suas terras. A denúncia foi feita na tarde de ontem pelo Delegado da Funai em Rondônia, sertanista Apoena Meireles. Cerca de 500 índios vivem na reserva do Igarapé Lourdes.

A decisão dos índios foi tomada depois que o Juiz federal Ilmar Nascimento Galvão negou liminar na ação de manutenção de posse das terras requerida pela Funai contra os invasores do Igarapé Lourdes. (**O Globo, 02/08/84**).

Gavião fazem outros reféns

Índios da tribo Gavião mantêm como reféns, sete das nove pessoas que prenderam segunda-feira, entre os invasores de suas terras, no posto indígena Igarapé Lourdes, informou o delegado adjunto da Funai, Amaury Vieira, acrescentando que os índios arrombaram o depósito do posto e ainda queriam danificar o equipamento de rádio.
— Dos reféns, dois foram soltos. Um deles estava com malária. Nós tomamos conhecimento do problema através de um rádio transmitido pela esposa do chefe do P.I. Antonino Carvalho, que estava em Ji-Paraná fazendo compras. Ela disse que o clima era tenso — revelou Amaury.
O chefe Catarino, dos Gavião, determinou aos dois posseiros soltos, que avisassem as demais famílias para deixarem a área, do contrário eles serão obrigados a atacá-las. (**Jornal de Brasília, 30/08/84**).

E queimam barracões

Os índios Arara e Gavião já haviam queimado, até a tarde de ontem, mais de oito barracões de colonos que invadiram suas terras, no posto indígena do Igarapé Lourdes. Além disso, eles fizeram 16 reféns, dez dos quais ainda estão presos em casas da Funai na aldeia. A informação é do delegado da Funai em Rondônia, sertanista Apoena Meireles, salientando, entretanto, que conseguiu fazer com que os diversos grupos de índios que saíram para expulsar os colonos à força retornassem às suas aldeias. (**O Liberal, 04/09/84**).

Aumentam os reféns

O presidente da FUNAI, Jurandy Marcos da Fonseca, disse ontem que a questão da invasão das terras dos índios Gavião e Arara — onde os índios, irados, mantêm 16 colonos como reféns — só será solucionada por uma decisão da justiça, quando a Polícia Federal e o INCRA poderão ser acionados para retirar e reassentar em outro local as 300 famílias de colonos.

A FUNAI ingressou na Justiça Federal de Rondônia com uma ação de reintegração e posse das terras dos Arara e Gavião, que já estão até demarcadas. Como teve sua liminar negada, o órgão aguarda, agora, os resultados de um recurso impetrado contra essa decisão. (**Jornal de Brasília, 06/09/84**).

Gaviões liberam reféns

Após quase um mês mantidos como reféns, 10 invasores do posto indígena de Igarapé Lourdes foram postos em liberdade, no final da semana, pelas tribos Arara e Gavião. Os índios os prenderam para — conforme explicações do chefe Catarino Gavião — advertir aos demais sobre a necessidade de deixarem o seu território com urgência.
Ao prestar a informação, ontem, o delegado-adjunto da Funai, Amaury Vieira, disse que desconhecia a maneira como o delegado e sertanista Apoena Meireles havia conseguido a libertação dos reféns, pois as transmissões de rádio entre a 8ª delegacia e a sede do posto são, no momento, precárias. Apoena deverá permanecer na área até que a Justiça Federal se pronuncie sobre a intimação às cerca de 300 famílias invasoras, a maior parte das quais se fixou na área chamada de Prainha, próxima ao distrito de Nova Colina. (**JB, 18/09/84**).

PF começa a retirar invasores

Agentes da Polícia Federal, policiais militares e oficiais de Justiça, cumprindo liminar concedida pelo Juiz federal Antônio Athié, começaram ontem a retirar as 300 famílias que invadiram as terras dos índios arara e gavião, na reserva indígena do Igarapé Lourdes, em Ji-Paraná, Rondônia.
Os invasores têm o prazo de 45 dias para deixar as terras, segundo a decisão judicial. Na sentença, o Juiz lembra o clima de tensão causado por eles e afirma que "a Lei está ao lado dos índios, porque o território das duas nações está devidamente demarcado".

O Delegado-Adjunto da Funai em Rondônia, Amaury Vieira, informou que os colonos estão aceitando normalmente a decisão. Segundo ele, não houve, durante todo o dia de ontem, qualquer conflito entre policiais, oficiais de justiça e posseiros.
Ele teme, entretanto, que essa atitude seja apenas inicial. Para ele, as invasões nas áreas dos arara e gavião "são comandadas por pessoas que se escondem por trás dos colonos e que já têm inúmeros lotes de terra". (**O Globo, 19/09/84**).

FUNAI entra com ação

A 8ª Delegacia da Funai em Rondônia entra hoje com uma ação de esbulho possessório contra o administrador do distrito de Nova Colina, no município de Ji-Paraná, a 400 quilômetros desta capital. O administrador do distrito, Usino Caetano de Andrade, é acusado de invadir terras dos índios Arara e Gavião, na reserva indígena do Igarapé Lourdes e incentivar terceiros a que ajam da mesma maneira.
De acordo com o delegado da Funai para Rondônia, Apoena Meireles, Usino é um dos principais responsáveis pelo conflito recente entre índios e brancos naquela área. (**Diário Popular, 24/09/84**).

Yokoto culpa a FUNAI

O presidente do INCRA, Paulo Yokota, acusou a FUNAI por todos os problemas que vêm se verificando na reserva indígena do Igarapé Lourdes, em Ji-Paraná, a 400 km desta capital, onde cerca de 700 famílias invadiram as terras dos índios Arara e Gavião.
De acordo com Yokota, a Rondônia já não tem mais condições de atender a todos os migrantes que chegam à procura de terras, "apesar dos novos projetos de colonização que estamos implantando". A solução, segundo o presidente do INCRA; é que novos projetos sejam abertos em outros Estados. (**Diário Popular, 29/10/84**).

CINTA-LARGA

O segundo massacre dos Cinta-Larga

Ainda estão impunes os mandantes do massacre do Paralelo 11 e já se arma um novo confronto com os Cinta-Larga. Um dos participantes da expedição assassina de 1963, das muitas que dizimaram aldeias inteiras nas décadas de 50 e 60 a mando da empresa Arruda Junqueira, relatou como lançavam crianças ao alto para acertá-la na quadra a tiro ou faca. Antes que pudessem os Cinta-Larga esquecer seus mortos e mulheres violadas, encontram-se ameaçados, de maneira mais sutil, mas não menos cruel.
Os Cinta-Larga dividem com os Suruí o parque do Aripuanã, onde está prevista a integração das terras ainda não demarcadas de outras aldeias Cinta-Larga e dos Zoró. De saída, já é difícil compreender por qual conluio de interesses e incúria não contam estas comunidades indígenas com suas terras totalmente definidas. Não bastaria, como a indenização de guerra que lhes é devida pelos autodenominados "civilizados", mas lhes ofereceria uma promessa de tranqüilidade.
Com a maior das sem-cerimônias, há mais de um ano a empresa estatal Cemat invadiu a área reservada pela União ao usufruto perpétuo da comunidade Cinta-Larga de Serra Morena. O local conta hoje com cerca de 20 construções, destinadas ao alojamento de centenas de trabalhadores, cantina, depósitos, oficinas e farmácia. O objetivo é a construção de uma hidrelétrica nas cabeceiras do Rio Aripuanã, a 60 kms da cidade de Juína e a 20 kms da aldeia de Serra Morena. Homens, máquinas e caminhões entraram na área sem consulta prévia à comunidade indígena ou à Funai, legalmente responsável pela proteção do parque. E o governo do Mato Grosso planeja dinamitar neste mês de abril a cachoeira de Aripuanã e alagar cerca de 6 a 10 quilômetros quadrados de terra indígena. As conseqüências sobre o modo de vida dos Cinta-Larga já se fazem sentir. Vinte índios instalaram-se nas proximidades dos canteiros das obras. A empresa multiplica presentes e promessas enquanto procura garantir pelo adiantado da obra a sua irreversibilidade. Uma menina Cinta-Larga de 11 anos teria sido violada por um dos trabalhadores e outras prostituídas. A tensão é permanente e o chefe indígena de Serra Morena, Lampião, já ameaçou matar os invasores.
A comunidade divide-se entre os que se deixam seduzir pelos pequenos presentes e aqueles que os sentem como ameaça. Após a dinamitação, este povo de caçadores, coletores e pescadores terá perdido irrecuperavelmente grande parte de seu território natural de perambulação e habitat. Não contarão mais com os peixes, parte fundamental de sua nutrição, então retidos nas cabeceiras pela barragem.
Junto com a barragem, os invasores multiplicaram-se. Uma das fazendas vizinhas, estimulada pela invasão promovida por órgãos de governo, simplesmente loteou terras demarcadas por Decreto-Lei da Presidência da República e pertencentes à União. Os índios puseram a correr, depois de desarmarem e despirem, um agrimensor acompanhado por guarda-costas que pretendia definir o traçado de uma estrada até o "loteamento". Francisco de Assis da Silva, o novo administrador do parque do Aripuanã, conseguiu em maio do ano passado expulsar uma dezena de garimpeiros que trabalhavam no vizinho rio Roosevelt, ao lado de outra aldeia Cinta-Larga.
Mas dois outros garimpos invasores lá estão, um no rio Guariba, outro em Ouro Preto. Este último, pertencente à Ancon Mining, obteve autorização de permanência a seus 150 garimpeiros ao lado de outra aldeia Cinta-Larga. Mãos poderosas ajudaram a mineradora, que só partirá em julho se a Funai mantiver uma atitude intransigente. Não está prevista indenização aos índios, embora a Ancon há anos enriqueça em suas terras.
O Parque do Aripuanã fica na fronteira de Mato Grosso com Rondônia. A Prefeitura de Espigão d'Oeste, com o apoio do governo do Estado de Rondônia, tem planos não menos preocupantes.Quer abrir uma estrada cortando o Parque ao meio, atravessando-o nas proximidades de três aldeias Cinta-Larga. O resultado será o conhecido em outras comunidades: exploração e prostituição.

Cabe à Justiça garimpar o rico filão de interesses que move governos estaduais e particulares a invadirem o patrimônio da União. Poderia remontar uma longa espiral de ligações entre os grandes proprietários vizinhos que verão suas terras valorizadíssimas com o alargamento da terra Cinta-Larga. Passar das ligações de políticos e proprietários de Juína com a programação da barragem, ao financiamento francês que a viabilizou, à construtora, e descobrir assim como outros interesses escondem-se atrás do direito irrecusável da população de Juína à luz elétrica.

Descobriria assim a estreita combinação desta ótica embaçada como "desenvolvimentista", com interesses menores e inconfessáveis. Por que não se buscaram outras cachoeiras em terras devolutas da União, do Estado ou particulares desapropriáveis? Não será difícil responder. Há ainda a ignorância e a má memória. Ignoram estes interesses etnocidas o privilégio de sermos contemporâneos de civilizações milenares, conhecedoras profundas da vida da selva, de sua fauna e flora. Ignoram que estes povos, de contato recente, não sobreviverão assim transformados em colonos, com pequenos lotes do Incra. Tentar forçá-los a passarem, em menos de uma década, por transformações vividas por nossos antepassados em séculos de história, é criminoso. E ainda não andamos mais tão seguros das vantagens de nossa civilização.

Sobra aos Cinta-Larga, e a todos os povos índios de Rondônia e Noroeste de Mato Grosso, a esperança que ressurgiu com a volta à 8ª Delegacia Regional da Funai, de Apoena Meireles, talvez um dos seus últimos indigenistas que ainda conserva a confiança dos índios. Apoena, filho de Francisco Meireles, nasceu em uma aldeia indígena e, com seu pai, foi o responsável pela defesa de vários destes grupos, tantas vezes ameaçados de extermínio. (**FSP, 23/03/84, artigo de Carmen Junqueira, antropóloga da PUC-SP, e Mauro Leonel Jr., jornalista, ambos membros da Equipe de Avaliação do Polonoroeste FIPE/USP**).

Uma equipe de caça da tribo Cinta-Larga matou com três flechadas, no último sábado, José João Pereira da Conceição, mais conhecido como "Sapecado". Ex-funcionário da Funai em Rondônia, ele trabalhava, nos últimos tempos, para fazendeiros do Mato Grosso, e foi morto após ser acusado de matar diversos índios, inclusive uma mulher grávida de três meses.

A morte do sertanista aconteceu no rio Roosevelt, no Mato Grosso, fronteira com o município rondoniense de Espigão D'Oeste, quando ele retornava de canoa para o posto indígena da Funai na na reserva Capitão Cardoso. Os índios, de acordo com policiais rondonienses, retiveram o corpo de "Sapecado", como forma de vingança pela morte dos seus companheiros. (**Correio Braziliense, 14/08/84**).

Colonos invadem

A 8ª Delegacia da Funai, sediada nesta capital, encontra-se, desde ontem, mantendo contatos com o posto indígena Capitão Cardoso, no Roosevelt, para confirmar novas invasões de colonos ao território dos Cinta-Larga, no município de Espigão do Oeste.

O delegado-adjunto, Amaury Vieira, disse que manterá nas próximas horas, novos contatos via-rádio, com o posto, pois as primeiras conversas sofreram uma série de interferências. Também o delegado Apoena Meirelles, que se encontrava viajando, deverá se deslocar até o Roosevelt. (**Última Hora, 15/08/84**).

FUNAI contra madeireira

O procurador-geral da Funai, Irineu Oliveira Filho, vai entrar hoje com uma queixa-crime na Polícia Federal contra a Comercial Exportadora de Madeira Ltda. (Comex), por estar a empresa explorando, ilegalmente, várias espécies de madeira existentes na reserva indígena do Roosevelt, na divisa de Rondônia com o Mato Grosso, onde vivem os índios Cinta-Larga.

A informação foi fornecida pelo delegado da Funai em Rondônia, Apoena Meireles, salientando que o órgão deverá entrar, ao mesmo tempo, com uma ação na Justiça, pedindo uma indenização para os Cinta-Larga, já que a exploração de madeiras de lei na área do Roosevelt vem acontecendo há muito tempo. (**Diário Popular, 24/09/84**).

MÉQUEM

Invasão de "toureiros"

Índios e brancos podem entrar em conflito nos próximos dias no município de Ji-Paraná, em função da invasão, por parte de madeireiros e "toreiros", de áreas dos índios Mequem. O clima, de acordo com o subdelegado da Funai para Rondônia, Amaury Vieira, é de tensão na região.

Segundo informações da Funai, madeireiros e "toréiros" invadem a área dos Mequem, que ainda não foi demarcada oficialmente, de onde retiram os diversos tipos de madeira-de-lei. Até o momento não se verificou nenhuma morte no local, mas os índios estão dispostos a defender seu território de qualquer maneira. (**Diário Popular, 02/08/84**).

URU-EU-WAU-WAU

Novo ataque

O Delegado Substituto da Funai, Amaury Vieira, confirmou na tarde de ontem que os índios Uru-Eu-Wau-Wau, localizados na região entre os municípios de Costa Marques, Vilhena, Ariewu Ariquemes e Guajará Mirim, e que não atacavam ninguém desde 1978, quando mataram dois rapazes e raptaram outro, voltaram a atacar, matando um seringueiro no Vale do Rio Guaporé e um caçador nas proximidades de Ariquemes, no espaço de uma semana.

Amaury disse que esses dois ataques demonstram que os índios estão nervosos outra vez com a entrada de famílias de colonos na região do Vale do Guaporé, área de reserva e nas proximidades de onde o governo do Estado pretende implantar 25 mil famílias dentro do programa do Polonoroeste. (**Tribuna da Imprensa, 07/01/84**).

FUNAI teme mais reações

A Funai resolveu voltar a proibir a área de circulação dos índios Uru-Eu-Uau-Uau aos brancos, para evitar que aconteçam mais atritos entre os dois lados, como os ocorridos durante a segunda quinzena de dezembro, quando os Uau-Uau mataram dois homens, atacando depois de cinco anos sem qualquer ato belicoso.
Todo o trabalho na frente de atração do rio Jamari, coordenado pela Funai, está paralisado, como medida de segurança para evitar que os índios, já mais arredios, se irritem ainda mais e ataquem os próprios funcionários da Funai que se encontram na frente, em três postos. (**O Liberal, 18/01/84**).

Nova aproximação

O sertanista Apoena Meirelles, delegado regional da Funai, seguiu ontem para a região do rio Jamary, de onde, quarta-feira, o sertanista Pedro Azzi, que dirige um posto de atração, informou que estava havendo uma movimentação de aproximadamente 200 índios Uru-Weu-Wau-Wau. Apesar de um grupo de 15 Wau-Wau ter-se aproximado para dialogar, o sertanista pediu reforço de comida e brindes que sempre são solicitados pelos índios. Antes de viajar, Apoena disse não temer novo ataque dos Wau-Wau — que desde 1979, quando mataram três irmãos e raptaram um mais novo, atacaram uma uma vez, ano passado, ferindo um funcionário da Funai —, mas pretende conseguir rápido, junto ao IBDF, a interdição da área de perambulação dos índios, para evitar que haja invasão de colonos que estão chegando a Rondônia. (**ESP, 30/03/84**).

Apoena quer mais recursos

O delegado da Funai em Rondônia, sertanista Apoena Meireles, propôs à presidência do órgão, através de relatório, o destacamento de pessoal especializado para consolidar a atração dos índios Uru-Eu-Au-Au, entre Ariquemes e Guajará-Mirim. Segundo Meireles, a frente de atração, devido à falta de técnicos em indigenismo e sertanistas — a Funai perdeu vários nos últimos dois anos —, vem sendo comandada precariamente por servidores não qualificados e sem grande experiência em trabalhos dessa natureza. Esse problema, segundo o delegado da Funai em Rondônia, preocupa constantemente o órgão, pois os índios estão ainda arredios e são imprevisíveis em caso de ataque. (**Folha da Tarde, 09/04/84**).

foto Bartomeu Meliá

Enauenê-Nauê

OESTE DO MATO GROSSO

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA OESTE MT

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
ENAUENÊ-NAUÊ (SALUMÃ)	1	AI Salumã	V.Bela da Santíssima Trindade, Aripuanã, Diamantino	3	160	Cañas: 85
MŶKY	2	AI Mŷky	Diamantino	1	34	Amarante: 84
APIAKÁ	3	RI Apiaká	Juara	2	42	Wanzel: 84
RIKBAKTSA	4	RI Rikbaktsa	Diamantino	11	493	Loebens: 85
IRANXE (1)	5	RI Iranxe	Diamantino	3	162	Bussatto: 85
KAYABI (2)	6	RI Kayabi	Juara	2	120	Dornstauder:84
PARECI	7D	AI Estivadinho	Tangará da Serra			Lima: 83
	7B	RI Pareci	Tang. da Serra e Diamantino			
	7E	AI Utiariti	Diamantino			
	7A	AI do Formoso	Tangará da Serra			
	7C	AI Capitão Figueiras	Tangará da Serra			
	7F	AI Capitão Marcos	Vila Bela da S.Trindade		631 (T)	
UMUTINA (3)	8	AI Umutina	Barra do Bugres	PI Umutina	110	FUNAI: 83
				Humaitá	13	
				Ipiapó	10	
				Cachoerinha	15	
				Aldeia Velha	12	
					160 (T)	
NAMBIQUARA (4)	9C	AI Pirineus de Souza	V.B. Sant. Trindade		103	FUNAI: 84
	9B	AI Sararé	Pontes e Lacerda		51	FUNAI: 84
	9D	AI Vale do Guaporé	V.B.S. Trindade		289	FUNAI: 84
	9E	AI Tiracatinga	Diamantino		52	Arruda: 83
	9A	AI Nambiquara	V.B.S. Trindade		204	FUNAI: 82
					699 (T)	

(1) nesse total há mulheres Pareci, Rikbaktsa, Cinta-Larga, Nambiquara e Kayabi.

(2) ver também nas Áreas Parque Indígena do Xingú e Tapajós-Madeira.

(3) do total, 90 são Pareci e 10 são de vários povos (Nambiquara, Kayabi, Terena, Iranxe e mestiços).

(4) ver também na Área Rondônia.

A HISTÓRIA DE JACUTINGA

A saga de um Nambiquara que, durante oito anos, tenta voltar à sua aldeia.

Silbene de Almeida*

Jacutinga fugira de Cuiabá em maio de 1976. Junto com Antônio. Lá, encontraram na Chácara Ambulatório da Funai, Rosinha Waikisu que viera se tratar. Jacutinga foge com ela, Marco e Antônio. Na semana da fuga, toda a Funai se mobilizou, teve ajuda do Exército, da Polícia e não mais viram.

Em 14 de junho, na estrada da Sorana, encontro Antonio que voltava só. Onde ficou Jacutinga e família? Não sabe, morreram todos, civilizado matou. Passaram num lugar, tiro muito. (Depois deduzi pelo caminho que vieram, que fugindo de Cuiabá não poderia atravessar o rio, a menos que tivessem ajuda de canoeiro, que não procuraram pois fugiam dos civilizados. Assim iam ao encontro de vau nas cabeceiras dos rios e atravessaram pela Chapada dos Guimarães área de experiência de tiro do Exército). Nesta área nesta guerra Antonio se perdeu dos outros.

Em outubro de 1979 soubemos que andavam pela área de Acorizal, Rosário Oeste. Fomos lá com os índios Camaruto e Cristóvão. Não vimos rastros. Vestígio de taquara cortada, fogo velho e pau de fogo.

Em dezembro 1979 chegam a Diamantino Jacutinga e família com duas crianças, Marco e outro nascido no caminho. Aparecem ao redor da cidade e são encaminhados aos Jesuítas da Prelazia que os recolhem e os enviam de avião, novamente, para Cuiabá. Chegam de novo à Chácara Ambulatório. No outro dia à noite fogem.

11 de maio de 1984

Soubemos pelo Aimoré que encontraram Jacutinga e família numa fazenda perto de Cuiabá. Desloco para lá. De Cuiabá à Fazenda 3 Barras, estrada do Rio Manso, município da Chapada — há 100 kms. Fomos com Sr. Fritz e motorista da 5.ª DR. Regionais haviam visto os índios há mais de uma semana. Um homem meio cego, mulher e 4 crianças.

A área é um cerrado grosso, e mata ciliar entre os Rios Casca, Jardinzinho, Jardinzão, Conceição, nas fraldas da Chapada. Pouco habitada.

Voltamos para Cuiabá e noticiamos na Rádio Difusora e Rádio Nacional de Brasília, um apêlo aos moradores de tal região se vissem índios não os maltratassem e avisassem a Funai.

Voltamos ao Posto e em fins de maio desloco para Cuiabá, novamente, agora com José, filho de Jacutinga, e Érico, seu cunhado.

Em Cuiabá encontramos na Funai Sr. Zeferino, sitiante do Pingador, área em questão, que escutara pelo rádio nosso apelo e viera avisar que havia índio em sua região e foram vistos há mais de mês. Dia seguinte, com José e Érico e Sr. Zeferino partimos para a estrada do Rio Manso até a Fazenda 3 Barras, pois a notícia nesta fazenda era mais recente que a do Sr. Zeferino. De qualquer modo não era longe do sítio dele, o Pingador, e ele iria a pé dali.

Pernoitamos nas 3 Barras.

Clair, o colono, que havíamos conhecido na viagem anterior com Sr. Fritz, enquanto viéramos até o PI buscar os outros índios, correra pela redondeza e viu vestígio de uma casinha e favo de mel.

30 de maio de 1984

Saímos rumo à fazenda do Dr. Milton para deixar o sr. Zeferino mais perto do sítio dele. Chegando na fazenda, duas famílias, e o capataz que nos saudara como amigo, pois me conhecera no Guaporé, na Fazenda Kananxuê quando certa vez os índios do Pararé atacaram seu barraco.

O capataz nos diz que viram os índios semana passada, um tal Tinca vira um buraco enorme que eles furaram, rastros de crianças, outro vaqueiro havia encontrado com eles tomando banho num tal lençol.

(*) *indigenista, chefe do PI-Manairisú, entre os Nambiquara do Guaporé, desde 1975.*

Corremos os lugares que ele dissera e nada vimos. Estavam um pouco alcoolizados e achamos que poderia ser engano. Deixamos aí o Sr. Zeferino e voltamos para pernoite em 3 Barras.

31 de maio de 1984

Pela manhã saímos rumo à Fazenda Areia Branca, onde Clair vira vestígio de casa e favo de mel. Era uma casa já abandonada, um acampamento dos índios, e havia um pau de fogo embrulhadinho, como se estivesse protegido para não molhar. Jacutinga certamente pousara ali há meses. Onde era o favo de mel — nada que pudesse afirmar que seria dos índios.

Voltamos até a fazenda do Sr. Marco Aurélio, saber notícia, nada.

Até uma outra, do Sr. Zezinho e nada. Voltamos para pernoite na Fazenda 3 Barras.

1º de junho de 1984

Saímos novamente rumo à Fazenda do Dr. Milton, para buscar Tinca, o homem que havia visto os rastros das crianças na cabeceira de um córrego.

Encontramo-lo numa aldeia chamada Varginha. Eram pequenos sitiantes, cunhados e irmãos que se agrupavam em torno de uma matriarca, Dona Margarida. Uma areia vermelha, uma pequena escola, limpos e pobres, muita laranja.

No caminho da Varginha, passamos pela Fazenda do Dr. Milton e não estava o tal Capataz Kananxuê. Só sua mulher. Estavam campeando ele e o vaqueiro Sr. João. Deixamos recado com sua mulher que iríamos em busca do Tinca e voltaríamos para saber se havia notícia dos índios, campeando que estavam.

Tinca nos trouxe onde ele vira os rastros das crianças.

OS HAHAINTESU

1976

Os Hahaintesu eram 48 indivíduos em abril de 1975 voltaram a pé do Sararé pela BR-364. Campo, areia, falta d'água. Uma briga com a tribo do Sararé, morte de dois adultos e duas crianças na Serra de São Vicente, após uma experiência frustrada de transferência para a área interditada entre o Sararé e o Galera. Foram transportados de avião pelo missionário Gustavo e o antropólogo David Price em dezembro de 1974. Sua região original, entre os rios Piolhinho e Piolho, já estava praticamente tomada pela Agropecuária Vale do Guaporé, Fazenda São João, Cofap, Rio Vermelho.
A aldeia dos Yodunçu (grupo Hahai) era em meio a pasto, mata longe, retiro de gado ao lado. Impossível fazer roça. Tudo capim. As vacas, enquanto dormíamos comiam até a palha das casas. Saíam prá caça e a paisagem era colonião e vaca. No céu, duas vezes por ano os aviões com Tordon-101, 105, choviam sobre todos. Os caminhos, as trilhas ancestrais, eram cortados por cercas e arame.
Os Qualisateçu (outro grupo Hahai) moravam num braço do rio 32, tinham como pátio da aldeia a pista de pouso da Fazenda Zillo (Agrop. Vale do Guaporé) e defronte a Serraria, pensão, ambulatório, casa sede e casa de peões. Ao redor, tudo pasto. Pássaros mais próximos os aviões e anus. E o ronco do avião, o cortante da serraria, o gargarejo dos motores diesel. Na temporada das derrubadas, grandes derrubadas (600 alqueires, etc.) vinham mais de 300 peões. Eram acampamentos por todos os córregos, o tombar das árvores e as quinquilharias civilizadas.
Haviam 5 crianças.
Suas terras foram liberadas (certidão negativa) para incentivos da SUDAM aos industriais paulistas.
Fui o primeiro Chefe de Posto na área. Olhava todos os índios do Vale, e ficava pulando 3 ou 5 dias de aldeia em aldeia, Alantesu, Waikisu, Wasusu e Sararé.
Os Hahai mais sofriam o impacto. O administrador da Fazenda, então, não gostava dos índios. Dava tiro assustando, tentou envenená-los com arsênico, deu choque elétrico. Proibia que o farmacêutico tratasse ou ajudasse. Os índios saíam prá caçar e só achando vacas, flechavam-nas. Sempre 9 ou 10 reses flechadas ou abatidas pelos índios. Não comiam suas carnes. Era o demônio. Assaltavam barracos de peões. Uma vez entraram à noite no armazém da Fazenda e fizeram uma limpeza.
Na seca de 1975 tentamos fazer uma roça.
Nesta época que Jacutinga fôra prá Cuiabá já estávamos comendo do milho. Pouco sobrou, pois mal havíamos plantado a roça, veio o avião com semente de colonião e semeou, polvilhou por tôda a área. Comiam cará da mata, e arroz que ganhavam de algum, mandioca que apanhavam na roça de outros, numa resistência heróica e apocalíptica.

1984

Hoje, os Hahaintesu somam 73 indivíduos.
Temos várias e lindas crianças.
Têm roça farta, de tudo, um pomar com laranjas a perder. Tem uma reserva em fase de demarcação, têm assistência econômica e de saúde. As aldeias que eram pelos pastos, continuam como aldeias, porque o foram e tem seus mortos. Vieram todos para mais noroeste, entre o rio Vermelho e o Corgão. Ainda assim andam em todo território que lhes pertence, extrapolando os limites da reserva. Têm agora uma variante da BR-364, asfaltando, passando ao norte e cortando a reserva e vizinhando às outras tribos. O Tordon já não é aplicado de avião. Aplicam-no manualmente nos acuris e assa-peixes. Nasceram 4 crianças com defeitos genéticos. Duas sobrevivem.

Maravilha! Olha aí! José e Érico eufóricos volteiam pelo terreno tentando achar o rumo das pegadas. O chão é cascalho e pouco legível.

José chama alto, grita. Quando passávamos pelas cabeceiras do Lençol e José também chamara pelo pai.

Estávamos olhando os rastros com Tinca quando um barulho no mato. Era o capataz do Dr. Milton num burro, correndo e gritando que havia encontrado os índios, que fôssemos rápido. Deixou Sr. João entretendo Jacutinga e veio nos avisar. Voltou no burro e saímos na viatura atrás. Quando chegamos na sede deixou o burro e nos acompanhou. A mulher dissera que o Sr. João viera buscar açúcar, roupa e fumo pros índios e já voltara. Fomos atrás.

O Capataz nos informa que assim que passamos de carro, ele que estava campeando com o João passou logo atrás. E na triagem recente do carro rastros do Jacutinga e das crianças por cima, atravessando a estrada. Foram nos animais atrás e os encontraram caçando tatu numa furna de nome Inferninho. Deixamos o carro na estrada. Andamos e chegamos no buraco do tatu.

Ninguém. Rastros do cavalo, rastros dos índios. Será que o Sr. João não os perdeu também enquanto viera na casa buscar as coisas? Vamos seguir os rastros. Andamos, andamos. Rastros deles e do animal. Deve estar junto. Já num outro espigão. Canela de ema, pequizeiro, mais cascalho, taquaral. Um barulho de conversa. Estamos chegando.

Vínhamos José, o capataz do Dr. Milton. Clair já na frente. O Érico atrás. Eu não acreditava. ali estavam. Sr. João no cavalo, o Clair e Jacutinga, a mulher e 4 crianças. José eufórico falando papai, papai. Jacutinga reconhece. Alegria e emoção.

Jacutinga também me reconhece. A mulher um pouco assustada.

As crianças retraídas e assustadas. Todos nus. No balaio un poucos carás do mato. Uma faca velha, um pau e um machado já bastante velho e gasto, uns5 cms lâmina, quase já só punho. Um par de pau de fogo.

Era tudo. Nenhuma arma a não ser um porrete e o machado.

Na região não havia madeira para arco. Havia taquara prá flecha, e daí?

Viveu caçando tatu, comendo insetos, corós, bebendo mel, e carás do mato. Não queriam contato com os civilizados. Tentando aqui chegar. E como atravessar o Rio Manso? E o Rio Casca? E aqueles monturos chapadões ao redor?

E as crianças nascendo. Nasceram três — o Tarlenka (que significa aquele que nasceu numa gruta de pedra), Kwasita (que tem lábio leporino) e Suna, ainda de peito. Todos fortes. Jacutinga enxerga um pouquinho de um olho. Anda apalpando. A mulher carregava Suna. Jacutinga carregava o Tarlenka e Marcos, agora com 10 anos, carregava o Kwasita. José conta que estão todos com saudade, que nunca esqueciam, que ele devia voltar, voltar prá área dele, que alí era terra desconhecida, etc...

Voltar. A mulher levanta. Levo Kwasita. José o Tarlenka, Jacutinga e demais civilizados todos felizes rumo ao carro, destino ao lar. Um pneu furou. Eram mais ou menos 16:00. Já na estrada do Rio Manso, há uns 80 kms de Cuiabá, outro pneu. Agora sem estepe. É noite, A estrada é pouco movimentada. Solução dormir por aquí. Fogo e assamos o tatu. Foi uma noite alegre de confraternização. Comemos do tatu que o Jacutinga havia caçado no Inferninho com os carás do mato.

Conversa a noite tôda.

Às 9:00 da manhã conseguimos carona para Cuiabá e levamos os pneus para arrumar.

Mais ou menos 13:30 voltamos com o pneus. Arrumamos e chegamos na Chácara Ambulatório pelas 16:00. É sábado. Combinei com os índios que precisava de esperar segunda feira para fazer compras, fazer manutenção da viatura e retornaríamos para o Guaporé na terça. A Chácara arranjou a casa de isolamento e aí eles ficaram. Compramos peixe no rio e comiam muito com mandioca.

Na terça viemos. Comprei bastante peixe para assarmos à noite, quando dormiríamos.

Tudo indo bem. Passamos Cáceres. Já é tarde. Atravessando o Jauru. Penso em dormir no espigão entre Jauru e o Guaporé, pros lados do Pedro Neca. A friagem soprando. Temos que acampar cedo para arranjar lenha. Encontramos um posto, e uma casa de palha abandonada. Fizemos fogo arrumamos no jirau os peixes.

Jacutinga calado. Me dá um puxão de orelha e um beliscão na barriga (?).

Os peixes assados comemos com mandioca, José, Érico e eu. Jacutinga não comia. Está calado e sentado. A mulher cisca um pouco do peixe e continua deitada com as crianças. Lá fora a friagem.

José vai dormir dentro do carro. O Érico tira a roupa e dorme perto do fogo.

Jacutinga com a família no outro lado do fogo. No meio, eu na minha rede.

De madrugada acordo. O Jacutinga na mesma posição. Será que não dormiu? Não eram ainda 5:00 quando o frio nos acorda e vamos para a beira do fogo. José acorda, sai do carro e vem pro fogo.

Eu que estou mais perto do Jacutinga levo uma estocada dele. O Érico me puxa para o seu lado e se interpõem. Jacutinga cutuca o Érico. Outro cutucão. Jacutinga diz — Silbene você falou que me daria machado novo, faca, facão e panela e mentiu, você está mentindo... Eu vou falar e ele levanta com o seu toco de machado e avança sobre mim. Érico corre, eu corro. Ele vem em cima. Saímos da casa. Ele atrás. Avança para o carro e começa a bater o machado.

Quebra o vidro da porta direita, vai batendo, quebra o quebra-vento. Outra pancada e lá vai o pára-brisa. José e eu com pau gritando pra ele parar e ele avançando em cima de nós. José cutuca ele com o pau. Ele joga o machado tentando acertá-lo. Corro e escondo o machado. Ele volta onde está a mulher e os filhos. Arranca a roupa da mulher e dos menores. Arranca também a sua. Rasga as roupas. Marcos esconde com o irmão José. Jacutinga pega a família e sai a pé. Outra fuga? José e Érico revoltados. Essa friagem tôda e agora sem pára-brisa, sem vidro na janela. Jacutinga desaparece. Estamos desolados.

Abastecer o carro, levantar acampamento e pegar a estrada. Ainda falo com o José e Érico que deveríamos ir atrás do Jacutinga que ele ainda não estava longe, que ia se perder outra vez. Os índios não querem, dizem que o Jacutinga é maloqueiro, que bebeu pinga (a forma de dizer que não está com a cabeça certa — os nambiquara não bebem álcool).

Foi embora nosso homem. Agora sem o machado velho, sem os pau de fogo.

As crianças em meio à friagem.

Saímos no carro. Devagar, devagarinho evitando ao máximo o vento que entra esfriando, enregelando a cabina. Poucos metros na estrada e lá vai descendo o asfalto Jacutinga com a família.

Falo a José que quando o carro passar perto chamá-lo para entrar, que ainda está longe do Guaporé. Passando ao seu lado José lhe fala. Ele avança sobre o carro e entra na cabine. José sai e coloca a mulher com as crianças atrás. Na frente só Jacutinga e eu. Chamo o José para ficar entre nós, segurar a barra com o pai. Conversa, conversa, conversa. Diz que no carro estão as panelas dele, que no PI está o machado, etc. Vou andando devagarinho. Os dedos estão duros na direção. Digo a Jose que deverei parar em Pontes e Lacerda para colocar novo pára-brisa. Ele conversando com Jacutinga. Os olhos cegos de Jacutinga cospem fogo. Vamos andando. Entro em Pontes e Lacerda. Ainda é cedo e nem toda a cidade despertou. Ótimo. Compro o pára-brisa e vou trocá-lo. Jacutinga está atrás do carro com a família e José e Érico. Parece estar mais calmo. Desce do carro e me chama. Diz que já acabou, que está alegre. Ótimo. O mecânico terminando de colocar o vidro.

Aparecem um homem e uma mulher civilizados e encostam no carro para ver os índios. Jacutinga se enfurece. Grita. Os civilizados correm. Atira laranja neles. O mecânico acabando de colocar o vidro, ligo o carro e vou andando. Só eu na frente. Atrás estão todos. Pelo retrovisor vejo o Jacutinga batendo no Érico. As crianças chorando. José dando sinal para eu não parar. Jacutinga a cantar. Canta a música dos espíritos. Arranca a roupa do Tarlenka e pega uma laranja. Vai benzendo, esfregando laranja, cantando, chupando o corpo do garoto e cuspindo. Puff! Fura outro pneu. Tenho que parar. Jacutinga violento. Diz que todos estão mentindo. Que a estrada é outra, que está demorando muito. Eu tiro o estepe e vou trocando. José querendo manter o pai. Jacutinga gritando. Parece que está demorando horas a troca dos pneus.

Na estrada, rumo a Porto Velho, passa uma carreta carregando um elefante de algum circo. O elefante dançando em cima e mexendo a tromba. Tomara que os índios não vejam — o que pensaria Jacutinga vendo um animal tão desconhecido? José manda eu tocar o carro depressa. Eu lhe digo que devo parar no Posto Sapé, pois é a última borracharia que poderia consertar o pneu. Jacutinga gritando, cantando, chorando, as crianças assustadas chorando. Paro o carro na borracharia.

Lá está o elefante. Coloco o carro numa posição que a traseira dê para o mato, para evitar acesso de civilizado e visão do Jacutinga. Jacutinga furioso começa a jogar tudo de dentro do carro. Entra em luta corporal com o filho José. Dá um soco na boca dele. José está sangrando. Grito com Jacutinga. Ele pára um pouco e José salta do carro. Jacutinga começa a jogar tudo do carro prá fora. Laranjas, bananas, panelas, cobertas, linhas, batendo na capota, nós gritando a ele, ele joga uma laranja que me acerta na cara. Sai com a mulher e as crianças. Digo ao José que deixe ele ir embora. Agora já estamos dentro do Vale e o máximo que pode ocorrer é ele cair na aldeia dos índios do Sararé, inimigos.
O Marcos se esconde comigo. Vai embora outra vez Jacutinga com a família. Ainda o vejo cruzar o asfalto e pegar a estrada que vai dar na Fazenda Sapé.

Começamos a recolher tudo que ele jogou fora. Arrumamos a carga no carro e vamos embora. Dará tempo para eu chegar no Posto e avisar o Ariovaldo no Sararé.

Chegamos ao PI ainda a tempo do rádio. Falamos com o Sararé.

Ari não está. Só a Caia e a enfermeira. Dizem que chegou o casal de índios com as crianças. Elas estão intranqüilas, pois ele está inquieto e os índios do Sararé caçoando dele. Vem o Tito e lhe leva a mulher com as crianças para a aldeia. Fica Jacutinga só. No território inimigo, sem a família, num paiol de milho. Caia e a enfermeira intranqüilas.

Ari atende em Vilhena, comunico-lhe os fatos. Ele diz que deslocará amanhã para o Sararé. É noite.

Outro dia. Pelo rádio estamos em contato direto com o Sararé. Jacutinga se recusa a beber e comer. A mulher Tito levou. À tardinha chega o Ari no Sararé. Em contato pelo rádio, ele diz que Jacutinga está com olhar estranho, que está inseguro, que junto com os índios do Sararé vão amarrá-lo e trazê-lo. Replico que não. Que deveria buscar a mulher com as crianças que estão com o Tito. Então tentar trazê-lo. Dito e feito. Coloca a mulher as crianças e Jacutinga. Junto traz o Américo e Luiza, o Tito, o Nilo, o Jorge, o Domingos, índios do Sararé. Combinamos com o Ari e ele vem até o Postinho Comodoro e daqui saiu eu com outros índios, cunhados do Jacutinga e vamos encontrá-los.

Chegamos no Postinho pelas 9:00 da noite. Já estão lá. Os Hahai vão descendo do carro encaminhando ao carro do Ari. Jacutinga está com os pulsos amarrados. Tentara pular do carro no caminho e os índios do Sararé o amarraram. Vou colocando a mulher no meu carro. Os Hahai conversando com Jacutinga, ele reconhecendo a todos, desamarram-no e vêm todos para o meu carro. Saio de volta pro PI. O Ari e os índios do Sararé também retornam.

Chegando aqui já quase meia-noite. Toda a aldeia esperando-nos.

Tudo bem. Está frio e eles levam Jacutinga e família para a casa do Padraico. Enfim, em casa.

Durante os próximos dias, os índios conversam com ele sem parar.

Dizem que ele ainda não sarou. Que ainda está um pouco violento. Que eu não lhe entregue machado ou faca. Levo as panelas da sua mulher.

Os dias vão lhe acalmando. Agora ouve-se gargalhada na casa.

Visitas e conversas.

19 de junho de 1984

Nasce Corái. Filho de Malaco e Bárbara. Um parto difícil. Dois dias a Bárbara gemendo e nada de criança. Estamos em contato com Vilhena, vinda de avião e médica. Aparece o Jacutinga na minha porta. Abraço ele e lhe digo que Bárbara está tendo criança e que está difícil. Ele propõe fazer o parto. Levamo-lo até a casa. Ele começa massageando, mascando casca de bananeira, passando no ventre, massagem. Horas passam.

Até que enfim, solta a criança. Jacutinga alegre, bate no peito como vitória. Me chama, me abraça e diz que ele que tirou a criança.

Ótimo. Enfim reconciliado, enfim tribalizado, participou de uma ação comum.

Dia 20 de junho ele vem me solicitar machado e lima pra derrubar.

Brinco com ele e questiono se não vai me jogar o machado outra vez. Rimos. Entrego-lhe o machado e lima. Vai para a roça. Estão lá todos os homens. Jacutinga apalpa a árvore e záz com o machado. É rápido. Quando a árvore começa a estalar os índios gritam com ele prá correr. E assim vai fazendo sua roça, comungando com todos.

Harusa, sua mulher, já faz mingau de milho. Passa toda tarde para banhar com as crianças. Apanham laranja no pomar. As crianças ainda não brincam com as outras. Só o Marcos que quer também participar da roça, derruba com o machado.

Agora está toda a aldeia gripada. Gripe forte. A friagem que apanharam. Jacutinga e toda família resfriou. Trouxe a gripe geral.

Mas está passando.

Está tudo bem, todos calmos.

Aconteceu

KAYABI E APIAKÁ

Denúncia de invasores

Ainda continua grande preocupação entre **Kayabi** e **Apiaká**, os invasores nas reservas indígenas, principalmente no Salto Kayabi. Continua insistindo o sr. Américo, ex-administrador da fazenda Cachoeira, diz ele, o sr. Américo, que entre abaixo do Salto Kayabi até córrego Jaú pertence a ele.

Antes da década de 50 os **Kayabi** já ocupava esta terra, legalmente terra Kayabi, no rio dos Peixes. De 1955, o governo do estado de Mato Grosso e a Funai, foram vendendo toda terra dos **Kayabi**, com título negativo. No entanto, hoje os **Kayabi** luta pela ampliação da terra, que a colonização Pinto Dias tomou dizendo ele que esta terra era dele. De 1975 foi demarcada a Reserva Kayabi, de maio de 1975. A demarcação terminou dia 8 de dezembro do mesmo ano. Terminando a demarcação os **Kayabi** não ficaram satisfeito, vendo uma faixa grande então começou o processo de ampliação. Depois de 2 anos, em julho de 1978, começou o processo de ampliação então os **Kayabi** insiste nesta ampliação, muita carta para Brasília para presidente da Funai que nem se interessou, os **Kayabi** vai a Cuiabá tratar do assunto com o delegado da Funai, no qual só prometia, como vinha a promessa do Presidente da Funai de Brasília.

Passa 1982 e entra 1983, ano que deu muita preocupação do povo Kayabi. Então aí os **Kayabi** se prepara para luta de espírito de guerra. Em setembro a Cemat contrata uma firma Gutierre Andrade para abrir a BR, e a construção da Usina Hidrelétrica no Salto Kayabi. No momento que os **Kayabi** espera esta firma chegar com a estrada perto do Salto. Em mês de novembro dia 15, 15 **Kayabi** para o Salto ver o serviço da Gutierre Andrade; os **Kayabi** chegaram armado de borduna, arco e flecha, e cerca dos trabalhadores manda para todas as máquinas, e 300 operários da firma. Os homens todos com medo dos **Kayabi**, no mesmo instante o responsável mandou recolher todas as máquinas e levar para Juara, MT. Os **Kayabi** pediram para não continuar com o serviço, enquanto não resolver da ampliação da reserva. Na mesma semana seguiu o engenheiro Idamar para Cuiabá para tomar providência na Funai e a Cemat. O serviço ficou parado um mês e 18 dias. (...)

Em janeiro deste ano, de 1984, dia 14 voltam os pessoal da Cemat e engenheiro da Gutierre dessa vez sem coronel da Funai, nem funcionário trazendo o documento da ampliação da reserva. Enquanto isso em Cuiabá no palácio do governo esteve reunindo presidente da República, assunto fundiário (NR: Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários), o ministro do Interior, Presidente do Incra, governador Júlio Campos, presidente da Cemat, tomando atitude. No documento da ampliação formaram uma reserva florestal, criar uma reserva florestal a coisa é injusta no meu ponto de vista. Porque mais tarde como vai acontecer para as duas comunidades. No entanto os **Kayabi** vai esperar terminar todo levantamento da picada para conversar com presidente IBDF.

Agora a comunidade está esperando quantos alqueires tomamos das fazendas. Só tenho a dizer porque é que o governo vendeu o território dos **Kayabi**? Sabia que esta terra tinha dono. O dono da terra era legitimamente dos **Kayabi**. Depois tem um senhor chamado Américo, que **Kayabi** ele de tratou Tatu. Então este senhor, foi administrador fazenda Cachoeira, o proprietário era Pinto Dias, residência, no estado do Paraná. O Pinto Dias vendeu este lote ao pé do Salto Kayabi. Pinto Dias e Américo afirma que esta terra não é dos **Kayabi**, afirma ainda que os **Kayabi** não andava naquela época. Por isso os **Kayabi** estão revoltados contra ele, quer pegar o Américo, e cortar a cabeça para fazer a dança kayabi, no caso se ele continuar insistindo na questão. Nada mas, espero publique informação, através do assinante do Porantim. (**Antônio Carlos Faim, Kayabi,** Tatuí, Juara-MT). (**Carta publicada no Porantim, nov./84**).

GERAL

Júlio Campos nega mais área aos índios

"O governo de Mato Grosso já deu um basta à pretensão da Funai de ampliar as áreas de reservas indígenas no Estado, tendo definido com o ministro extraordinário para Assuntos Fundiários que não se processarão novas alterações" — afirmou em Londrina, o governador Júlio Campos.

As ampliações visariam à compensação de futuras ocupações para mineração, porém, o governador se eximiu de comentar alegando tratar-se de projeto do Governo Federal, e limitou-se a responder sobre possíveis problemas que teria o Estado com as frentes de colonização. Segundo afirmou, as reservas se constituem de 13 milhões de hectares para 6.500 índios, significando que cada índio é um fazendeiro de 2.500 hectares, e que a reserva Nhambiquará, de 100 índios, foi acrescida de 360 mil hectares, tendo sido prejudicado o fazendeiro Oscar Martinez, do Paraná, que estava produzindo regularmente.

"Nós não aceitamos mais nenhuma ampliação" — asseverou Campos, ressalvando que tem uma visão ecológica e é a favor da permanência dos atuais limites, a seu ver, suficiente para as tribos.

O governador Júlio Campos chegou ontem a Londrina para uma palestra sobre a potencialidade de Mato Grosso, tendo por finalidade atrair capitais e mais agricultores do Norte do Paraná àquele Estado.

Ele observou que Mato Grosso é um **estado-nação** de 800 mil quilômetros quadrados, dos quais 96% encontram-se virgens; a população é de 1,6 milhão de pessoas, quando comporta até 50 milhões. (**Diário do Grande ABC, 02/10/84**).

NAMBIQUARA

Mandado contra a FUNAI

O ex-Deputado Federal Antônio Morimoto impetrou mandado de segurança preventivo no Supremo Tribunal, para impedir que a Funai venha a registrar como terras indígenas as três fazendas de sua propriedade na Comarca de Cáceres, no Mato Grosso. Morimoto diz que a Funai, mesmo sem obter amparo judicial para a medida, decidiu demarcar administrativamente uma vasta região do Vale do Guaporé, incluindo as Fazendas São Luís, Partido e Cabixi, de propriedade de sua família, para ali alojar índios do Grupo Mamainde e Nhambikwara, pretexto de que aquelas terras pertenceram a silvícolas no passado.

Na impetração, o advogado Antônio Conceição faz o histórico da cadeia dominial das terras. Nega que elas hajam sido povoadas por índios e lembra que a invocação do artigo 198 da Constituição de 69, com base para o confisco de terras que já foram de índios, foi criticada pelo Ministro Cordeiro Guerra, para quem esse dispositivo exige aplicação cautelosa. "Ele é igual ao preceito primeiro do Decreto Bolchevique, que abolia a propriedade privada e revogada as disposições em contrário", disse então o atual presidente do Supremo, no julgamento lembrado no pedido de segurança. (**O Fluminense, 25/2/84**).

Homologação da área Pirineus de Souza

O presidente Figueiredo assinou o decreto nº 89.579 de 24.04.84 homologando a demarcação administrativa promovida pela FUNAI da área indígena Pirineus de Souza, no Município de Vila Bela de Santíssima Trindade (MT). (**Diário Oficial, 25/04/84**).

STF garante

Por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, os índios Nambiquara recuperaram ontem parte de suas terras no Vale do Guaporé, Norte de Mato Grosso. As terras estavam sendo disputadas pelo fazendeiro Antônio Morimoto, que, em 1972, juntamente com outros empresários paulistas, entre eles o proprietário da Cofap Amortecedores, Abraham Kasinski, recebeu certidão negativa da Funai afirmando que não havia índios na área.

Na defesa apresentada ontem no Supremo Tribunal Federal, a Funai afirma que "é indubitável serem as áreas, em apreço, 'habitat' permanente dos índios Nambiquara, tal fato constatado após longos estudos históricos e antropológicos. As terras não foram desocupadas nem declaradas abandonadas". (**Folha da Tarde, 31/05/84**).

Peemedebista acusado de exploração

A visita do presidente da FUNAI, Jurandy Marcos da Fonseca, ao Vale do Guaporé, foi uma surpresa para os Nhambiquara que ali vivem. Pela primeira vez, eles estavam conhecendo o dirigente do órgão que tem como obrigação prestar assistência às comunidades indígenas, buscando integrá-las à sociedade. No entanto, na Aldeia do Capitão Pedro, onde vivem os índios Mamaindê, a surpresa maior foi da comitiva de Jurandy Fonseca. Os índios não esperavam que fosse o presidente da Funai e armaram-se para atacar quem descesse do avião. Quando o avião pousou, os índios apontavam suas armas na direção do "inimigo". Desfeito o equívoco, o índio Lúcio explicou que por muito tempo eles foram atormentados pelo ex-deputado federal Antônio Morimoto (PMDB-SP), que se apossou das terras dos Mamaindê no início da década de 70, devastando toda a área para criar gado. Como tática para intimidar os índios, segundo a denúncia de Lúcio, Morimoto se utilizava de aviões e por mais de dois anos impediu a construção de uma enfermaria na Aldeia do Capitão Pedro. Atualmente a pista de pouso é constantemente, ocupada por troncos de madeira, para evitar o ingresso dos "homens" do "japonês".

O índio Lúcio informou ao presidente da Funai que o gado, de propriedade do ex-deputado, continua na área indígena, o que vem pondo em risco as lavouras por eles feitas. (**Correio Braziliense, 29/07/84**).

FUNAI cancela duas certidões

O presidente da Funai, Nélson Marabuto, assinou ontem portaria que anula duas certidões concedidas em 1968 pelo então presidente, José de Queiroz Campos, aos proprietários da Fazenda do Sapé, Agropecuária S.A. e da Fazenda Alto Guaporé S.A., em Mato Grosso. Marabuto afirma na portaria que as duas certidões violam o artigo 198 da Constituição, que trata de territórios indígenas, garantindo sua inalienabilidade. Na região ocupada pela Fazenda Sapé, as terras incidem nos limites de áreas indígenas do Vale do Guaporé, Sararé e Capitão Marcos. No caso da Fazenda Alto Guaporé, as terras estão na área habitada pelos índios mamaindê. Na época em que as certidões foram concedidas, a Sudam as exigia para liberar financiamentos na Amazônia, e também foram aprovadas outras para agropecuárias que ocupavam o Vale do Guaporé, onde viviam vários subgrupos de índios nhambiquara. A anulação dessas certidões é uma antiga reivindicação de índios e indigenistas. O antropólogo norte-americano David Price — que estudou a situação dos nhambiquara — chegou a afirmar que a permissão dada pela Funai para a instalação de agropecuárias na região era "uma vergonha nacional". (**ESP, 07/11/84**).

PARECI

Estrada de fazendeiros cortará a reserva Utiariti

Presidente do órgão na ocasião, e cerca de duas dezenas de fazendeiros.

O acordo assinala o remate de negociações iniciadas entre a FUNAI, fazendeiros e líderes indígenas, notadamente representantes do Bacaval e Seringal e de outras comunidades ao sul do Paralelo (Kotitico, Justa Conta, Rio Verde). O principal líder Pareci, porta-voz das comunidades, de longa data, assinou juntamente com os demais um documento inicial, uma carta de intenção. Muitas famílias destas aldeias, principalmente as do Bacaval e Seringal, são tradicionais exploradoras de seringa e há muitos anos mantêm situação distinta das outras aldeias, tanto do ponto de vista econômico como cultural, acostumadas que estão ao regime de mercado, à produção mercantil, dominando as regras básicas do negócio da borracha, operando compra e venda a dinheiro e com larga experiência nas relações com os "brancos".

Há quatro anos, as comunidades Pareci do Bacaval, Seringal, Salto da Mulher (1982), Justa Conta, Kotitico, Rio Verde, têm resistido às ofertas para permitir a construção de uma rodovia de 40 km e três pontes, ligando a margem esquerda do Papagaio (atravessando o Sacre na altura do P.I. Pareci), e, seguindo em linha reta, cruzar o Rio Verde para entroncar na rodovia MT 170 (uma estrada que parte da BR, ao sul, e se dirige sempre a norte rumo a Fontanilha).

A estrada vai representar uma extraordinária redução de custos de transporte no escoamento da produção e internação de insumos e bens para as fazendas.

Finalmente em julho deste ano, produtores rurais do Alto Juruena e do Papagaio — entre eles fazendeiros que ocupam vasta área na Reserva Pareci abaixo do paralelo 14º — firmaram acordo onde são parte a FUNAI, autorizada pelo

A relativa opulência dos índios do Bacaval acabaram, depois de anos, por influir nos planos e decisões de líderes e comunidades que se situam no raio de sua influência. A aldeia Seringal foi formada com famílias que habitavam aldeias ao sul do Paralelo, próximas ao Rio Verde, e que exploram há oito anos seringueiras nativas.

O argumento das lideranças é que não era possível esperar mais. A ponte sobre o Sacre, aproxima o Bacaval ao Salto da Mulher, ao Seringal, e às aldeias próximas à BR, a sudeste. Esta ponte e a abertura da estrada cruzando o Kotitico é uma velha reivindicação do Bacaval e do Seringal e interessa muito à FUNAI, que, acertadamente, fundou o P.I. Pareci num ponto estratégico, epicentro que controla a área, distribui serviços e atrai recursos para a reserva Utiariti. Com a adesão das lideranças das aldeias que têm muito a ganhar (pelo menos imediatamente) com o acordo, bastou um impulso da FUNAI para que o compromisso se concretizasse.

De outra parte, os fazendeiros aceitaram os termos exigidos. No caso de não cumprimento, de inadimplência de qualquer cláusula do acordo, falam as lideranças — a estrada será bloqueada, e isto acontecerá também se o acordo se mostrar lesivo por outras formas aos interesses da comunidade. Outro argumento: a pressão e o cerco sobre as áreas Pareci é grande e tende a aumentar. Além disso, alegam os líderes, o Pareci está muito atrasado e parado. A decisão está tomada. Há riscos, eles dizem, mas têm consciência deles.

A compensação para conceder o direito de passagem aos fazendeiros está consubstanciado no acordo assinado em julho de 1984 entre a FUNAI e os produtores rurais e consiste no seguinte:

a) construir a estrada e as três pontes de acordo com o traçado e pontos de travessia desejados pelos índios;
b) manter a rodovia e conservá-la sem qualquer ônus para as comunidades;
c) respeitar e fazer respeitar costumes e tradições dos índios;
d) respeitar os limites definidos em lei como terra indígena;
e) liberar os seringais nativos à exploração dos seringueiros índios nas fazendas situadas à margem esquerda do Papagaio, em comodato, pelo período de oito anos;
f) abrir estradas vicinais e acessos, ligando o Bacaval ao Salto e deste ao Kotitico;
g) construir duas pistas de pouso para aviões de pequeno porte: uma delas no Salto da Mulher e outra no Bacaval;
h) formar 52 hectares de lavouras, pomares e pastagens artificiais em locais a serem determinados pelas comunidades (arroz, milho, feijão, mandioca, cana, abacaxi, cítricos, etc.);
i) fornecer durante oito anos 10 mil litros de combusível, 80 litros de óleo lubrificante e 20 litros de graxa, por ano;
j) fornecer 600 sacos de arroz durante os serviços de construção e formação de lavouras e pomares;
k) prestar assistência técnica à agricultura;
l) promover e gestionar junto ao Governo de Mato Grosso no sentido de que seja fornecido todo o equipamento e materiais médico-hospitalares para a instalação de uma Clínica nas instalações da Embratel, hoje patrimônio da FUNAI, de acordo com lista fornecida pelo órgão indigenista;
m) obrigam-se e a seus empregados e prepostos a não caçar, pescar, coletar frutos ou retirar materiais e madeira em qualquer área indígena.

O acordo configura um fato novo, de extrema importância para o futuro das comunidades. Esta decisão vai provocar uma reviravolta nas relações entre índios, fazendeiros e agropecuárias, ao mesmo tempo que sugere relações similares para outras áreas, objeto de tensões e impasses ainda não resolvidos: os casos das ominosas invasões e ocupação de grande área ao sul do paralelo 14º, a noroeste da Reserva Pareci; o problema da Sudamata, no Formoso; as titulações

ilegais que pesam sobre a Reserva de Figueiras (Cap. Generoso); a tomada da área da Reserva Estivadinho (Cap. Brito) pela Fazenda Colorado, de Valdir Berta; e os casos dos enclaves JK, Vivi-Juininha e Cap. Marcos, ao longo da BR, entre Juruena e Uirapuru.
Com o afastamento do Serviço Geográfico do Exército nas tarefas de demarcação das áreas Pareci (o pretexto é o alto custo desses serviços) e a passagem desses trabalhos para o âmbito da 5ª D.R., em Cuiabá, apenas confirmam que a estranha rapidez nas tomadas de decisão da Funai, estimulando acordos de cessão de terras em troca de recompensas materiais, vão gerar efeitos negativos que apenas podemos imaginar. (**texto de Abel de Barros Lima, membro da Equipe de Avaliação do Polonoroeste (FIPE/USP)**).

PARECI E IRANXE

FUNAI levanta áreas indígenas

A FUNAI, atendendo à imposição do Banco Mundial, deu início ontem aos trabalhos de levantamento topográfico para definição precisa dos limites das terras dos índios Parecis e Irantxe, no Mato Grosso, nas áreas de Estivadinho, que conta com 1 mil e 970 hectares e abriga cerca de 20 índios. Irantxe, com 42 mil hectares e 150 índios, e Figueiras, com dez mil hectares e um número de 30 silvícolas. Após a delimitação, o órgão tutelar encaminhará proposta ao Grupo de Trabalho Interministerial — criado através do Decreto 88.118/83, para definir questões fundiárias em que estejam envolvidos grupos indígenas — a parte final é a homologação da proposta pelo presidente da República.
De acordo com a FUNAI, os trabalhos naquela região serão realizados através da administração direta, com topógrafo do próprio órgão, o que reduzirá os custos financeiros, que ainda não foram estimados. "Não há posseiro naquelas terras, nem qualquer grupo econômico instalado, o que facilita enormemente todo o processo demarcatório, inclusive abrevia a decisão do Grupão", diz fonte da FUNAI, revelando, também, que naquele mesmo Estado, em Pareci do Formoso, onde vivem 60 índios, a FUNAI já delimitou uma área de 19 mil e 700 hectares para eles, mas, até agora, em virtude de fortes pressões do grupo econômico Sudamata, proprietário da fábrica de calçados Samello, o Grupão não aprovou a demarcação. A Sudamata mantém em terras indígenas um grande projeto de plantação de soja e um outro pecuário, insistindo em não se retirar de lá.
Essas demarcações solicitadas pela FUNAI, em Mato Grosso, fazem parte das 37 áreas que estão sob a influência do Projeto Polonoroeste, que recebeu financiamento do Banco Mundial de 600 milhões de dólares para a construção da BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho, e exigiu como contrapartida do Governo brasileiro a aplicação de US$ 26 milhões em área indígena. (**Jornal de Brasília, 14/11/84**).

RIKBAKTSA

Carta pede terra de volta

Nós povo **Rikbaktsa** encaminha para o Conselho Indigenista Missionários cópia da carta que o povo **Rikbaktsa** entregou para presidente da Funai pedindo nossos direitos de conseguir de volta às terras últimas dos nossos antepassados que é Japuíra que fica na margem direita do rio Juruena em Mato Grosso, abaixo duas horas de barco de outra reserva nossa dos **Rikbaktsa** entre o rio do Sangue e Juruena, ficando Japuíra entre rio do Sangue e Arinos.
Já perdemos quase todas as nossas terras últimas. por último, o padre Edgar da Missão Anchieta, em 1972, sem nós entender porque fez isso, tirou a gente das nossas terras do Japuíra e levou a gente para cima onde mora o restante do nosso povo e sabemos que foi ruim agora nós entende mais e a terra aqui é pouca.
O povo **Rikbaktsa** é mais de 700 pessoas e nós vivemos agora numa terra pequena e que daqui a 4 anos não vai ter mais mato nem terra para nossas roças porque o nosso povo é bastante gente, e terra é pouca e alaga boa parte na época da enchente.
A Funai agora quer marcar a nossa terra como está agora, mas esta terra onde estamos agora é pequena e assim não aceitamos a Funai marcar enquanto não pegar Japuíra de volta. Vamos dar prazo curto para Funai marcar Japuíra de novo para o povo **Rikbaktsa**. E se a Funai não marcar vamos todos os homens pegar Japuíra de novo, a terra antiga do povo **Rikbaktsa**.
Pedimos apoio do Conselho para que ajude o povo **Rikbaktsa** para ter Japuíra de volta.
Assinado aqui os índios **Rikbaktsa** que entregaram a carta de todos os povos **Rikbaktsa** para presidente da Funai em Brasília.
Aqui tem muito problema aqui dentro da ária, de Rikbaktsa e pediremos ajuda. Aqui é um lugar isolado, aqui, problema de ária é muito grande. O seguinte: quanto a fazenda ou ária é que estes fazendeiros sempre de olho na ária indígena. Nós não olhamos na fazenda, de tomar a fazenda. A gente sempre tem o respeito da fazenda. Estes caras só fazem derrubada só para estragar o mato. Aqui nós aproveitamos a terra, para plantação de comida.
E também quanto a estrada também nós não deixamos passar na reserva e também as ilhas também não deixamos. E porque que o índio não tem direito de pescar ou acampar nas ilhas? E também é negativo as pessoas entrarem nas reservas. E porque os índios não pode trabalhar na reserva para vender suas produções? E quanto a Japuíra que é terra dos **Canoeiro** (ou **Rikbaktsa**) também estamos querendo marcar. Nada de fazendeiros porque tudo era dos **Canoeiros**. Este pessoal das fazendas não tem nada que é fazenda, tudo que tem o Japuíra, plantados que tem lá é dos **Canoeiros**. Começamos em 74 trabalhar nas seringas e nunca tivemos ajuda e precisamos de uma ajuda da Funai. E aqui a seringa é pouco. Então por isso queremos a Japuíra de novo. (**Porantim, dez./84**).

ENAUENÊ-NAUÊ (SALUMÃ)

Indios atacam topógrafos. Dois mortos, dois feridos

Duas pessoas morreram ontem após um ataque de índios no Norte de Mato Grosso, no município de Juína. A Funai recebeu informações de que quatro topógrafos que faziam a demarcação de uma fazenda entre o rio Juruena e o parque indígena de Aripuana foram atacados por um grupo de índios desconhecidos, em plena selva. Segundo o sertanista Sidney Possuelo, os índios devem ser arredios — provavelmente dos grupos Cinta Larga, Zoró ou Suruí. Os dois sobreviventes estão gravemente feridos. A Funai não possui ainda os nomes dos mortos e feridos e nem as circunstâncias do ataque, pois a área é de difícil acesso e o avião do órgão não conseguiu pousar nas proximidades, impedido pelo nevoeiro. (**O Globo, 7/9/84**).

Identificados

Os índios que mataram dois topógrafos e feriram dois picadeiros terça-feira passada no município de Juína, Norte de Mato Grosso, são da tribo Salumá. A informação é do coordenador da Opan em Mato Grosso, Ivar Busatto, que conseguiu entrar em contato por rádio com Vicente Canhas, da Missão Anchieta: Canhas vive com esses índios desde 1976. **(O Globo, 10/09/84).**

Irritação com a invasão levou ao ataque

O delegado da 5ª Delegacia Regional da Funai em Mato Grosso, Amilton Figueiredo Monteiro, que desloca-se hoje para a área dos Salumá, para fazer um levantamento superficial dos problemas enfrentados pela comunidade anunciou ontem o nome dos dois sobreviventes do ataque dos índios na terça-feira no município de Juína são os picadeiros (homens encarregados de abrir caminhos na mata): Nerino Rodrigues de Camargo e Manuel de Oliveira Costa e Silva, que foram agredidos a bordunas, golpes de facão e pauladas em todo o corpo, mas conseguiram sair com vida. Os dois mortos, João Batista dos Santos, único topógrafo, e outro picadeiro Oswaldo Vargas foram resgatados pela Polícia Militar e voluntários. Eles foram enterrados em Juína.

Segundo Amilton Monteiro, que colheu os depoimentos dos dois sobreviventes, a equipe de trabalhadores foi contratada pelo fazendeiro Eloy Monteiro de Carvalho, para demarcar terras que foram tituladas pelo Governo do Estado de Mato Grosso. Nas imediações do Rio Aluína, afluente do Rio Juruena, eles toparam com um grupo de 15 índios e ali mesmo sofreram o ataque.

Mas antes, relata o delegado da Funai, os índios conversaram com eles (falaram muitas palavras em português), ofereceram-lhes mel, pediram que tirassem a roupa, tomaram uma espingarda e um revólver 38, além de facões e os equipamentos de topografia. Depois, o chefe do grupo ordenou-lhes que sentassem no chão e aí começou a pancadaria. Nerino e Manuel, mesmo feridos, conseguiram escapar com vida do ataque, e o topógrafo João Batista e o picadeiro Oswaldo Vargas sucumbiram a golpes de borduna e facão.

Mas o missionário Vicente Canhas, que trabalha com a comunidade Salumá desde 1976, relatou por rádio ao coordenador da Operação Anchieta, Ivar Busatto, que os índios já haviam descoberto várias picadas no seu território, inclusive chegaram a destruir um acampamento que tinha até um trator de esteira. No dia do ataque, os índios haviam saído para pescar e, certamente já nervosos e irritados com as sucessivas invasões de suas terras, acabaram matando os trabalhadores.

O delegado Amilton Monteiro alegou que há falta de relacionamento da missão Anchieta com sua delegacia, e que não foi avisado dos incidentes anteriores com aqueles índios, embora o padre Tomás de Aquino Lisboa, um dos pacificadores do grupo, tivesse escrito uma carta ao DPI de Brasília, alertando sobre os problemas. "Hierarquicamente, a missão teria que primeiro avisar a 5ª delegacia. Se eu soubesse que estavam acontecendo essas coisas na região, certamente essas mortes teriam sido evitadas", ponderou Monteiro.

Segundo ele, desde 1975 a Missão Anchieta não renova seu contrato com a Funai, razão pela qual reverá toda a documentação, para depois se posicionar sobre o fato.

Nos dez anos de pacificação dos índios Salumá, do grupo Aruak, e que habitam as margens do Rio Juruena, a 80 quilômetros da cidade de Juína até próxima da divisa com Rondônia, apenas quatro equipes da Funai estiveram na área, sem no entanto apresentar solução para demarcação da área, que até hoje nem interditada foi.

E, neste sábado, dia 15, uma grande equipe da Funai e da Sema se deslocará para a área, para efetuar outro levantamento. A presença dos técnicos da Sema é explicada pelo fato de que na região há uma reserva ecológica. Até ontem à tarde, Brasília não havia confirmado se a equipe viajaria para Mato Grosso. **(Correio Braziliense, 11/09/84).**

Criada comissão para o caso dos Salumã

Um grupo de trabalho, formado por representantes da FUNAI, INCRA; INTERMAT, SEMA e MIA, para uma difícil missão: apaziguar, de um lado, os índios Salumã, e de outro, a população de Juína, instigada pelos fazendeiros, que já armaram mais de 400 homens.

Os índios Enauenê-Nauê, como querem ser chamados agora, tiveram o primeiro contato com o branco no início do século, mais exatamente em 1912, através do Marechal Rondon. Depois disso, voltaram a ser arredios em virtude dos constantes conflitos com os seringueiros que provocaram muitas mortes de parte a parte. Em 1974, depois de várias tentativas, o missionário jesuíta Thomaz A. Lisboa, conseguiu se aproximar novamente dos índios. De lá para cá têm enfrentado todos os problemas juntos, em companhia de outro missionário, Vicente Cañas.

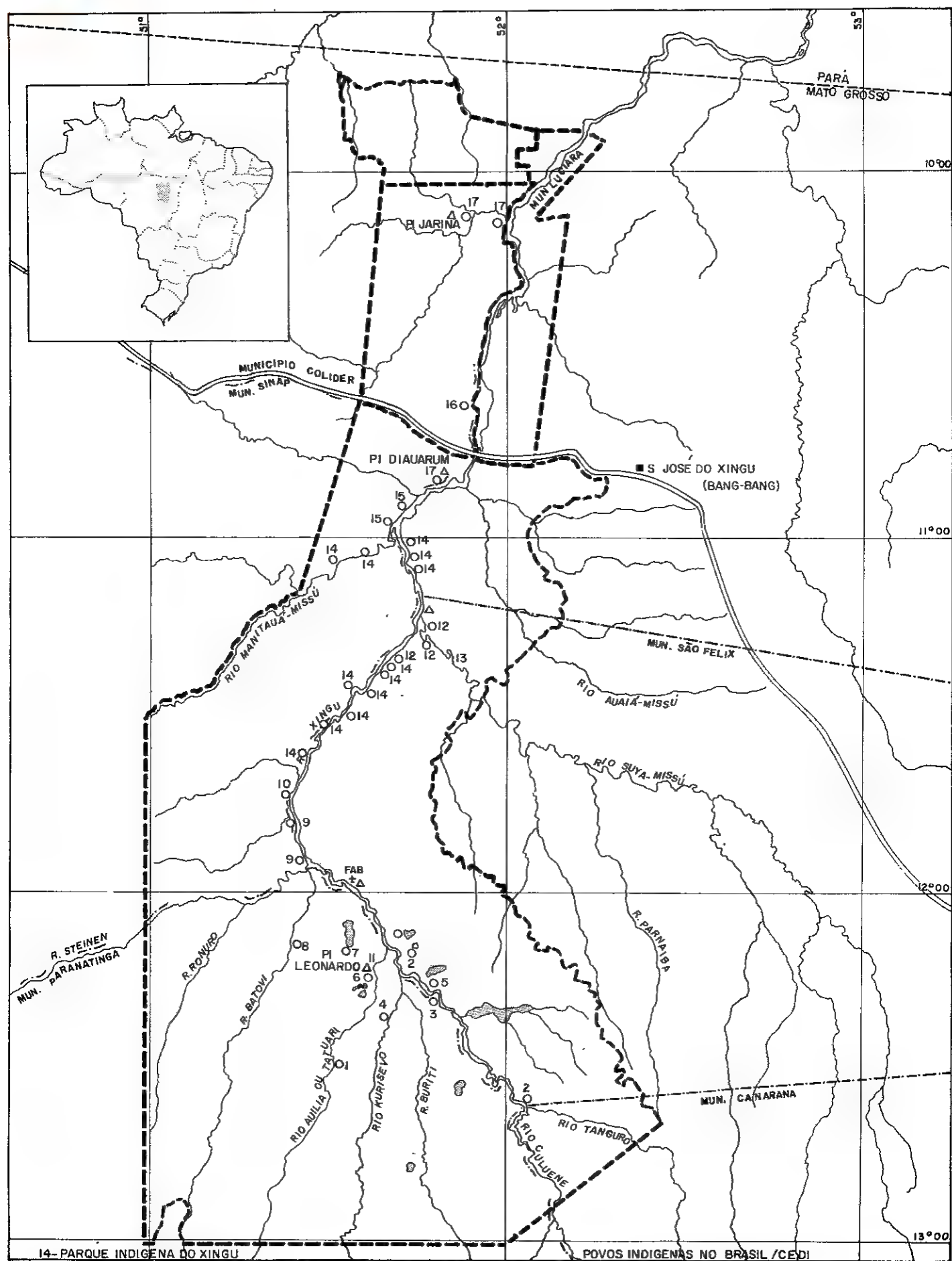
Thomaz propôs através da MIA, uma proposta de interdição de 600 mil ha. como sendo a área presumida em que os Salumã viviam, caçavam e pescavam. Em agosto do mesmo ano, o governo do Mato Grosso e o governo federal criaram a estação ecológica de Iquê Juruena, destinando 240 mil ha. para o projeto. A Funai no entanto contestou a área dizendo que era área indígena.

Em 1980, para complicar ainda mais a situação das terras dos Salumã, a Funai concedeu uma certidão negativa para Pedro Schiqueti instalar uma fazenda na mesma área. O INCRA, por sua vez aprovou o projeto de colonização para a Sumatra, que loteou parte da área. Da mesma forma, o INTERMAT expediu títulos gerando uma superposição de donos de área. Os índios, segundo o missionário jesuíta, não abrem mão da área onde está localizada a estação ecológica de Iquê Juruena, porque "aqui é a nossa terra do milho e do mel". Por isso, sem esperar por decisão das autoridades, resolveram por conta própria retomar a área.

Durante dois dias, os organismos envolvidos na questão se reuniram na sede da FUNAI em Cuiabá, para tentar chegar a uma solução. O representante da SEMA porém alegou que o órgão já investiu muito no projeto, sem contudo revelar quanto, e que as pesquisas a serem feitas na região são importantes. A esta colocação, o representante da MIA respondeu: o que é mais importante: os bichinhos que a SEMA pretende estudar ou os índios que vivem imemorialmente naquela terra?".

O único acordo a que chegaram, depois das reuniões dos dias 25 e 26 foi deslocar a comissão composta pelos técnicos Dauberson M. da Silva (INTERMAT), o cartógrafo Manoel Barbosa Filho, o delegado Amilton Figueiredo (da FUNAI), Paulo Jorge Ribeiro do INCRA, Thomaz Lisboa e Vicente Cañas da MIA e o antropólogo Rinaldo Sergio Vieira, até a região, com o propósito de resolver o problema. **(Calixto, Diário de Cuiabá, 30/09/84).**

foto Roberto Stükerte/Abril Press

PARQUE INDÍGENA DO XINGÚ

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA PIX

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
AWETI	1	Parque Indígena do Xingu	S. Felix do Araguaia, Sinop, Luciara, Canarana, Paranatinga	1	36	FUNAI: 84
KALAPALO	2			2	191	FUNAI: 84
KUIKURU	3			1	221	FUNAI: 84
MEHINAKU	4			1	95	FUNAI: 84
MATIPU/ NAHUKWÁ	5			2	74	EPM: 84
YAWALAPITI	6			1	135	FUNAI: 84
KAMAYURÁ	7			1	207	FUNAI: 84
WAURÁ	8			1	130	Ireland: 83
TRUMAI	9			2	71	FUNAI: 84
TXIKÃO	10			1	107	FUNAI: 84
AWETI/TRUMAI/ SUYÁ do PI Leonardo	11				19	FUNAI: 84
SUYÁ	12			1	114	FUNAI: 84
TAPAYUNA	13			1	31	FUNAI: 84
KAYABI (1)	14			14	364	FUNAI: 84
JURUNA (2)	15			2	82	FUNAI: 84
KRENAKORE	16			1	83	Schwartzman: 83
METUKTIRE (TXUKARRAMÃE)	17	PIX e AI Jarina	Colider e Luciara	3	346	EPM: 84

(1) ver também nas Áreas Oeste do MT e Tapajós-Madeira

(2) ver também na Área Sudeste do Pará

"A GUERRA NO XINGÚ": CRONOLOGIA

Os povos do Parque do Xingú, liderados por Raoni, bloqueiam a BR-080, sequestram uma balsa, fazem reféns e negociam com as autoridades a faixa de 15 km e o Capôto

Vanessa Lea e Mariana Kawall Leal Ferreira (*)

Para o presidente da FUNAI, primeiro os fazendeiros.

Fevereiro de 1984, *Raoni foi a Brasília, prometendo agir se a FUNAI não demarcasse a terra reivindicada, até abril. A FUNAI tinha combinado com o Diretor do PIX, Claudio Romero, realizar uma reunião em Brasília com fazendeiros e três chefes Txukarramãe — Raoni, Kremoro e Kromari — no dia 20 de março, 1984. Posteriormente no PI Kretire haveria, no dia 24 de março, uma grande reunião entre o Presidente da FUNAI, Otávio Ferreira Lima, e as lideranças de todo o PIX.*
O Presidente da FUNAI antecipou a reunião para 12.3.84, em Brasília, sem avisar o Diretor do PIX, conversando em separado com os fazendeiros.

Por acaso, Mairawê Kayabi, chefe do Posto Diauarum, estava em Brasília neste dia. Ele não foi convidado à reunião, mas deve ter sido informado sobre isso logo em seguida, porque comunicou ao PIX por rádio que naquela reunião foi decidido que a faixa de terra ao norte da BR-80, reivindicada pelos índios, não lhes pertencia.

Quando o Diretor do Parque foi informado sobre isso, pelo rádio, ele se deslocou para PI Kretire para avisar os índios do assunto e pedir a eles que aguardassem a vinda do Presidente para discutir o assunto em 24.3.84. No meio tempo, Raoni e Romero viajaram para o vilarejo do São José do Bangue Bangue (como é conhecido localmente), a 40 km da beira do Rio Xingu. Lá (onde o pessoal da FUNAI costuma abastecer-se) foram informados de que alguns fazendeiros tinham ido a Brasília para falar com o Presidente da FUNAI, que disse que a faixa de terra em questão não era dos índios.

Isso foi na época da colheita de milho e arroz. Apesar disso, 23.3.84, 33 líderes do PIX já se encontravam no PI Kretire. As 11 horas, Raoni mandou uma mensagem pelo rádio perguntando a que hora o Presidente iria aterrissar. Às 14:30 horas vem a resposta que o Presidente não iria mais e não tinha data prevista para o encontro. Posteriormente, o Presidente declarou a jornalistas que não foi porque era próximo à data da reunião em Brasília do "IIº Encontro dos Povos Indígenas do Brasil", à qual, aliás, ele não foi convidado.

(*) *vanessa é antropóloga, professora na UNICAMP e está elaborando tese de doutorado no Museu Nacional (RJ), com base em pesquisas realizadas entre os Txukarramãe do PI Kretire (1977-82). Mariana é estudante de Ciências Sociais na USP, foi professora da escola para índios do PI Diauarum, no PIX, entre 1980 e 82, e em 1984: iniciou o jornal* Memórias do Xingu *e elaborou duas cartilhas.*

Os guerreiros Mentuktire tomaram a balsa, no Rio Xingú.

foto Jamil Bittar/O GLOBO

Funcionários-reféns, BR-080 interrompida. Os guerreiros do Norte do PIX estão com Raoni.

No PIX, os índios já estavam realizando pescarias para a vinda do Presidente, e vendo esta recusa de diálogo ficaram revoltados. Raoni se queixou que estavam sendo tratados como meninos. Na casa dos homens alguns queriam queimar fazendas e abrir picadas para autodemarcar os 15 km, à margem direita do Xingu, em frente à AI Jarina.

Para mandar um rádio a Brasília, imediatamente, Romero foi ao Bangue com líderes Kayabi e Suya. Conseguiu falar com Marcos Terena (piloto da FUNAI) para avisar ao Presidente que o cancelamento da reunião tinha gerado muita tensão. Na volta ao Kretire, Romero descobriu que a balsa que faz a travessia do Xingú já tinha sido aprisionada, por guerreiros Txukarramãe, Kayabi, Juruna e Suya, desativando a BR-80 que liga Xavantina e Cachimbo, e vai se juntar à estrada Cuiabá-Santarém. Nos rádios seguintes, o Presidente comunicou a Romero que a balsa não era assunto da FUNAI, e que Romero seria responsabilizado pelas conseqüências. O Presidente se recusou a ir ao Xingu enquanto a balsa não fosse liberada. Os índios, através de Raoni, se recusaram a devolver a balsa até a ida do Presidente para discutir os 15 km.

A manchete do jornal O Globo (26.3.84) *é índios "ameaçam* guerra *no Xingu". O Presidente declara que Romero será seu representante. Romero declara que desde 25.3.84 foi ameaçado com demissão pelo Presidente, pelo rádio, mas que já era prisioneiro, junto com a Prof.ª Maria Elisa Leite, o dentista Biral, a enfermeira Estela, e os dois filhos deste casal. Romero disse que ele estava proibido de usar o rádio a partir do dia 26 de março. Os presos comiam arroz, peixe, macaco e farinha, cozidos pelos índios. Os Suya e Kayabi, chegaram a matar 25-30 macacos por dia.*

Desde o início Raoni estreou nos jornais como o chefe que liderou o bloqueio da estrada. Dia 27.3.84 já havia 18 caminhões parados, e chegaram agentes da PF de Brasília e Barra do Garças, e tropas da PM de Cuiabá. A Secretaria de Segurança do MT informou que os guerreiros indígenas estavam armados. Neste dia, O Globo *cita Raoni como sendo ajudado por todos os índios do norte do Parque — Kayabi, Juruna, Kreen-Akore, Txikão, Trumai e Suya. Romero declarou que o Presidente deveria ir ao PIX para evitar um massacre, como em 1980.* O Globo *já fala da demissão de Romero por incitação. Temendo a chegada da Polícia, os índios, em Kretire, se encontravam armados, na recepção dos aviões, como foi noticiado pelos primeiros jornalistas que lá chegaram.*

A tensão que eclodiu no início do conflito nunca diminuiu. Os índios ameaçam afundar a balsa se o Presidente não vier. Os índios destroem o Posto da Polícia, no PIV (Posto Indígena de Vigilância) e derrubam duas pontes no norte do Parque. A PM chega, fortemente armada, chefiada por um Comandante Federal da PM. Posteriormente, houve um acordo entre os índios e a polícia, com estes se retirando até o Bangue.

28.3.84 — *Haveria uma reunião entre índios e fazendeiros no PIV, os dois lados desarmados. Os fazendeiros estavam dispostos a ceder terras, só se fossem indenizados. A FUNAI informou a imprensa que a faixa de 15 km contém títulos vendidos pela INCRA em 1961 (60-80 glebas), embora não tivessem sido ocupados definitivamente por causa dos conflitos anteriores. Com a chegada de 80 índios (de sete tribos) na reunião, os poucos fazendeiros que ali se encontravam se retiraram.*

Otávio Lima quer negociar em Cuiabá. Mas agora, os índios querem a sua demissão e mais 25 km.

29.3.84 — *FUNAI nega que tem recursos para a indenização dos 15 km, e alegou que o conflito surgiu porque os índios não receberam o recado que o Presidente negociaria num outro dia.*

30.3.84 — *O Presidente propõe aos índios um encontro, num lugar neutro, como Cuiabá. O único contato direto com os índios foi através da PF no PIV e no Bangue, e os jornalistas que periodicamente iam a PI Kretire. Mekaron foi ao Bangue para medicamentos e combustível da FUNAI, e assegurou aos fazendeiros que não iam atacar as fazendas porque a briga era com a FUNAI. Os fazendeiros se queixam de que o conflito com os índios está desvalorizando a região.*

FUNAI teme a adesão de outras tribos, devido à notícia de que os índios do Alto Xingu estavam apoiando os índios do Norte do Parque. Já que os índios recusam uma reunião em Cuiabá, a FUNAI pensa em mandar o sertanista Cícero Cavalcanti (que fala Kayapó) ou Possuelo para negociar. Em contrapartida, os índios decidem não mais aceitar a PF no PIV que, informada disso por uma carta de Mekaron, se retira ao Bangue.

31.3.84 — O Globo *mostra uma foto de mulheres Txukarramãe com facas no punho com a manchete "Até mulheres prontas para a guerra". Os índios dizem que o Presidente da FUNAI os tratou como crianças. Mekaron comunica pelo rádio que os índios agora exigem a demissão do Presidente para liberar a balsa. Falam a jornalista que matarão o Presidente se ele vier agora. Eles falam de demarcar, eles mesmos, em 1985 se for necessário, invadindo as fazendas se os fazendeiros se recusassem a sair. Os jovens ameaçam atacar o Bangue, para aumentar a área a ser ser demarcada em 40 km (o limite do PIX até 1971).*

Segundo o ESP, *o Presidente da FUNAI insiste em tentar dialogar, mas se recusa a negociar sob pressão. Cel. Êzio Soares (assessor da FUNAI) afirma que entidades ligadas à causa indígena estão estimulando o conflito.*

Em Brasília, 200 índios estão acampados para o "II Encontro dos Povos Indígenas", no Congresso (até 5.4.84) para discutir a entrega da FUNAI aos índios. O Presidente da FUNAI teme uma invasão, sendo que o Presidente Leal foi demitido de seu cargo em 1983 devido à invasão da FUNAI pelos Xavante.

1.4.84 — *O superintendente da FUNAI, Lamartine Ribeiro, comunica aos índios que um intermediário da FUNAI irá ao Kretire. Eles recusam.*

2.4.84 — *O Ministro do Interior, Mário Andreazza, se recusa a demitir o Presidente da FUNAI e a FUNAI diz que Sidney Possuelo irá ao Diauarum como intermediário (Sidney foi diretor do PIX).*

Apoios e pressões externas. Impasse. O CSN estuda o caso.

ANAÍ pede apoio a grupos indigenistas nos EUA e Europa para pressionar o Governo Federal no sentido de evitar uma intervenção militar.

3.4.84 — *Manchete de* O Globo*: "Índios têm 9.8 milhões em munição no Xingu", comprados no Bangue, segundo o comandante da PM de MT, embora essa quantia tenha sido gasta em mantimentos, como Romero declarou depois. A munição de que os índios dispunham foi inteiramente usada nas caçadas de subsistência da população acampada ao redor do Kretire durante a revolta, como declarou Mekaron.*

A mãe da refém Estela apela a Andreazza por uma solução. Os trezentos líderes presentes ao Encontro dos Povos Indígenas, em Brasília, mandam uma carta a Figueiredo pedindo a substituição de Lima na presidência da FUNAI.

4.4.84 — O Globo *noticia que Raoni está posicionado estrategicamente no mato com toda a munição que pôde comprar no Bangue.*

Paralelamente, os índios no Kretire estão tensos depois de uma estação de rádio regional noticiar que agentes preparavam uma operação para resgatar a balsa.

Em Brasília, durante o Encontro dos Povos Indígenas, tropas de choque da PM, com cães e cacetetes, amanheceram cercando os prédios da FUNAI, Minter e o Congresso.

Na FUNAI, cogitaram mandar o sertanista Possuelo a Goiânia, para uma reunião com fazendeiros, antes de ir ao PIX (ESP). *No final, o próprio Presidente da FUNAI foi à reunião* (O Globo), *que foi um fracasso, porque os proprietários queriam a indenização total e não aceitavam outro tipo de* acordo. O Grupão (*FUNAI, MINTER* e *MEAF*) *busca uma solução, se reunindo diariamente* (Diário do Grande ABC, *SP*).

Em São Paulo, numa palestra no SESC, Orlando Villas-Boas apoiou os Txukarramãe (O Povo, *CE*).

5.4.84 — *Raoni volta à aldeia, de seu "esconderijo", gripado! FUNAI cortou o fornecimento de combustível e a conta dos índios no Bangue.*

No Encontro em Brasília, os Xavante tentam levantar o cerco policial; quase há um incidente (FSP), *mas neste dia, os índios que participavam do Encontro já começavam a sair de Brasília, voltando para suas aldeias.*

6.4.84 — *Mekaron vai ao Bangue (dia 5) buscar remédios, carne e combustível da FUNAI.*

Fazendeiros, através da Associação dos Empresários da Amazônia (AEA), vão à Brasília para solicitar a Andreazza, no Minter, a abertura urgente da BR-80 (JB).

Mekaron manda um rádio para Brasília dizendo que os índios recusam Possuelo como intermediário, e querem a demissão do Presidente. A briga é com a FUNAI e não com os fazendeiros.

7.4.84 — *A manchete da* FSP *dá que Mekaron ameaça comandar o massacre, se a PM for resgatar a balsa.*

A mulher do Diretor do PIX, que se encontrava em Brasília, apela ao público para que envie cartas ao Minter exigindo uma solução ao problema, e desmente que 9,6 milhões foram gastos em munição no Bangue. Vereadores do PT e PMDB pressionam a FUNAI para que haja uma resolução do conflito.

8.4.84 — *A PF diz que não tentará resgatar a balsa, mas se os índios atacarem, "a força policial irá retrucar à altura"* (O Globo), *ou seja, com metralhadoras contra armas de caça e bordunas. Mekaron afirma que a briga é com a FUNAI e que não pretende atacar o Bangue.*

A mãe da professora refém solicita à FUNAI notícias dos prisioneiros.

A OAB, a Igreja e a ABA pedem a demissão do Presidente da FUNAI. Um clube estudantil de Pernambuco manda um abaixo-assinado a Figueiredo para que ele resolva o problema

10.4.84 — *O Cardeal D. Avelar Brandão Vilela exigiu uma solução de Andreazza. O Diretor do DGPI da FUNAI discute o problema da "guerra" com o Governador do MT, mas a FUNAI continua sem qualquer proposta.*

A FUNAI fica eufórica com um pedido dos índios do Kretire de retirar um doente da aldeia por avião, na esperança de que isso poderia resultar numa trégua.

11.4.84 — *O CSN está analisando a situação.*

12.4.84 — *Sirawe Kayabi leva uma carta a Brasília para Juruna, solicitando sua presença e auxílio. Sirawe visita o Presidente e lhe informa que nos próximos dias os próprios índios farão a demarcação dos 40 km, expulsando os fazendeiros lá instalados.*

13.4.84 — *O Secretário de Segurança Pública de MT, Oscar Travassos, e o comandante da PM, Cel. José Silvério, dizem que se os índios romperem o acordo e tentarem fazer a demarcação por conta própria, haverá um confronto armado* (O Globo).

Em geral, os jornais começam a criticar a FUNAI por não achar uma solução.

Um caminhoneiro, ilhado à margem do rio Xingu, precisou tomar um barco para ir ao Bangue em busca de comida, e descobre que lá também os alimentos começam a faltar. Ainda há chuva na estrada e até agora os caminhoneiros vinham recebendo comida de avião.

Um manifesto de apoio aos Txukarramãe é assinado por vereadores, pela Associação Mineira de Defesa ao Meio Ambiente, pelo Centro para a Conservação da Natureza, pelo Instituto de Arquitetos do Brasil e pela Iniciativa Planetária Para o Mundo que Escolhemos.

Uma nota do CIMI afirma que a demarcação dos 15 km não implica disponibilidade de verba, como afirma a FUNAI. Segundo o artigo IV da Constituição, a área é Propriedade da União. O decreto n.º 68.909 de 13.07.1971 determina que a área excluída ao norte do Parque permanecerá sob o regime do Art. 198 da Constituição (terra da União), enquanto habitada pelas tribos que atualmente nela se encontram.

Já que os índios se recusam a negociar com o Governo do estado doMT, o Governador, Júlio Campos, diz que seus oitenta policiais não se responsabilizam pela área, e pede ao Ministro da Justiça Abi-Ackel que solicite a intervenção de Venturini (MEAF).

Comissão da FUNAI vira refém. O presidente procura os "insufladores".

14.4.84 — *Dia 13 há muita tensão entre os índios. Já se recusaram a receber Possuelo, mas em seguida souberam através do noticiário no rádio que uma comissão da FUNAI vinha para o Xingu. Naquele dia, o sertanista Possuelo, o Superintendente da FUNAI Lamartine Ribeiro de Oliveira e o Diretor do Depto. de Assistência ao Índio, Carlos Grossi, chegaram de avião até o Bangue e de lá ao PIV, querendo conversar somente com Raoni, Mekaron e Kromari. Os índios ficaram novamente revoltados, porque todas as lideranças do Parque deveriam estar participando em conjunto das decisões. Conseqüentemente, os três funcionários da FUNAI foram presos no PIV. Os Kayabi e Suya (que tinham um desentendimento antigo com Possuelo) quebraram seus óculos e deixaram ele nu. Tomaram também os óculos de Grossi e de Lamartine. Romero afirma que neste momento foi a intervenção de Mekaron que impediu um massacre. Romero diz que em 1973 os Kayabi mataram um branco e levaram sua cabeça para a cerimônia tradicional de Jawasi e que pretendiam fazer o mesmo com os reféns.*

Mas a morte dos reféns não se deu; continuaram presos até 2 de maio. No clima de tensão que reinava, os índios dormiam pouco, temendo uma invasão para resgatar os prisioneiros. Até chegaram a transferir o local de prisão dos mesmos quando Pombo, o chefe Kayapó de Kikretum, no PA, foi lá de avião particular, querendo ser o mediador. Os índios xinguanos temiam que ele tentasse pegar os cativos e mandaram ele embora.

Raoni diz que não aceita a demissão de Romero por acusações de insuflação. Mekaron afirma que não são crianças e que podem pensar sozinhos; "não adianta dizerem que tem outras pessoas mandando a gente fazer essa coisa toda". (FSP).

Por causa da situação dos reféns, correndo risco de vida, Andreazza se encontra com Venturini e Ferreira Lima, assinando uma portaria (dia 16, Correio Braziliense) *interditando 15 km na margem direita do Rio Xingu, envolvendo vinte e cinco fazendas. A interdição proíbe não-índios de entrar nesta área.*

O Grupão cogita se apoiar na Constituição para não pagar indenização.

Álvaro Villas-Boas, da Delegacia de Bauru, acusa a CPI e o CIMI de receberem dinheiro do exterior, de grupos de esquerda, para agitar os índios contra a FUNAI (Jornal de Brasília).

15.4.84 — *Mairawê, o chefe do Posto Diauarum, escreve para a UNI, em SP; dizendo que está tendo dificuldades em impedir o assassinato dos reféns. Mairawê quer convencê-los de que a solução teria que partir do diálogo.*

O Presidente Otávio F. Lima faz sua primeira declaração à imprensa. Culpa Romero por ter provocado o conflito prometendo aos índios os 15 km e, conseqüentemente, "agora tem que cumprir o que prometeu aos índios". Romero é responsável, nas palavras de Lima, porque quando há conflitos entre índios e a FUNAI "sempre há alguém junto aos índios insuflando a situação". Lima nega que Romero e sua equipe sejam reféns. (JB).

Um dia antes (14), Mário Juruna visitou Kretire e foi aplaudido na casa dos homens por seu apoio. Convenceu Raoni a liberar um dos prisioneiros, o que foi recusado pelos jovens guerreiros em seguida. Uma velha também exortou os homens para não afrouxarem. Os Txukarramãe afirmam que agora só negociam com Andreazza ou Venturini.

O Grupão, que decide a questão das desapropriações, vai levar uma proposta a Figueiredo, referente ao Xingu.

Juruna fica como o porta-voz dos índios. Além dos Txukarramãe Raoni, Mekaron, Kremoro e Kromari, Juruna conversou com os líderes Aritana Yawalapiti, Sabino Kayabi, Tacuman Kamayura e Ararapã Trumai. Aritana declarou: "Agora estamos todos juntos porque só temos essa terra e temos que manter essa terra". Ararapã disse: "Nós temos cabeça e memória. Branco não pode mais tratar a gente como antes, dava presente, enganava... Nós aprendemos a língua do branco e ninguém vai nos enganar".

Há dois dias os índios romperam comunicações com Brasília. Lima atribui a tensão ao fato dos índios agora reivindicarem 40 km, e repete qeu só se afastará de seu cargo por determinação de Andreazza, mas que demitirá Romero, o dentista, a professora e a enfermeira, todos acusados de insuflação.

16.4.84 — *Pela Portaria 291/P, de 16.04.84, foi interditada a faixa de 15 km, na margem direita do Rio Xingú.*

"Grupão" aguarda parecer do STF sobre indenizações. Polêmica.

18.4.84 — O Grupão suspendeu o estudo das reivindicações até resolver se os índios têm direito aos 40 km que agora exigem. Isso depende de decisões do Supremo Tribunal Federal.

O Secretário de Segurança do MT, Oscar Travassos, revelou que fazendeiros pressionaram a polícia a invadir a aldeia e tomar a balsa.

19.4.84 — *A manchete da* FSP *(25.3.84) anuncia: "País terá pouco para festejar no Dia do Índio". Fotos de Juruna com Andreazza e Venturini aparecem nos jornais. A exigência dos 40 km será examinada por Venturini, que depois falará com Figueiredo. Andreazza diz a Juruna que Lima não será substituído. Juruna fala em transferir a BR-80 e Andreazza culpa a Sudeco pela construção da estrada no Parque.*

Juruna atribui o boato sobre os nove milhões e tanto de munição ao Cel. Hércio Cunha, da Assessoria de Segurança e Informações da FUNAI, e quer sua demissão.

Marcos Terena é transferido para Cuiabá depois de criticar Lima.

20.4.84 — *Índios do PIX passam por Brasília indo a São Paulo para tratamento médico, e dizem que os reféns estão bem.*

No dia do Índio, em Porto Alegre, uma das decisões tomadas por entidades de apoio foi no sentido de pressionar o Governo para resolver a situação Txukarramãe. Júlio Gaiger, presidente da ANAÍ, diz que, de acordo com a Constituição, não deve haver indenização pelos 15/40 km, porque fazendeiros não podem comprar terra indígena.

24.4.84 — *Andreazza informa Juruna que, segundo uma consulta ao STF, os 40 km não são da União, e portanto nem dos índios; a expropriação é inviável porque a área contém 80 fazendas e a indenização seria altíssima. Andreazza ainda mandará dados ao Grupão e à Procuradoria Geral da República, verificando se os 40 km já foram habitados pelos índios.*

Juruna responde que os índios do Xingu só aceitam 15 km com a demissão de Lima. Andreazza declara que se ele tirar Lima, recolocará Leal (Presidente da FUNAI de outubro de 82 a julho de 83), oriundo do CSN. Ele enfrentou o seqüestro do avião pelos Kayabi no PIX, e a invasão da FUNAI pelos Xavante para demitir os vinte e três coronéis da FUNAI; muitos por ele colocados. Andreazza e Juruna são fotografados abraçados. Nos 15 km não há benfeitorias, o que reforça o argumento de que o interesse maior dos fazendeiros fosse a especulação imobiliária.

Raoni, Mekaron e mais treze em Brasília, com Juruna e Andreazza: mais reivindicações.

Os Txukarramãe aceitam ir negociar em Brasília com Andreazza, e o Minter informa que pensa substituir Lima, achando que ele deveria ter ido pessoalmente ao Kretire, e não ter mandado ninguém em seu lugar. Andreazza só aguardava a hora para uma saída honrosa de Lima.

29.4.84 — *Juruna chama quinze Txukarramãe para se reunirem com Andreazza. Ele diz que há vinte e uma reservas com problemas como o Xingu. Nesta data, os Xinguanos começam a chegar em Brasília para negociar com o Ministro do Interior no dia seguinte. Raoni comunica que teme que os jovens guerreiros matem os reféns. As exigências dos índios são agora: 40 km, a demissão do Presidente, a manutenção do Diretor do PIX e o desvio da BR-80.*

01.5.84 — *As fotos retratam Andreazza com Juruna e Mekaron. Também em Brasília estão Mairawê, Yanukulá, Aritana, Canísio, Ararapã, Sirawe, Puyu e outros. Dia 30 pela manhã, Andreazza se encontra com Juruna e Mekaron, mas exige confirmação do Xingu se os representantes podem falar em nome dos caciques. Logo vem a resposta: "Lideranças informam que seus representantes já estão em Brasília".*

Quando Juruna e os líderes do Xingu vão novamente se encontrar com Andreazza, às 14:30 hs., descobrem que o Ministro viajou para o Rio. No lugar dele chegaram colaboradores e assessores da FUNAI. Juruna fica tão irritado que quer ir embora. Às 16 horas Juruna, Mekaron e Terena são recebidos por Venturini durante duas horas. Ele acabou telefonando para Andreazza no Rio, solicitando que concordasse em demitir Lima (empossado em 6.7.83), o que ficou acertado.

Os índios dizem que dia 4 de maio planejam iniciar a demarcação do Parque com quatrocentos guerreiros e os reféns na frente para serem mortos no caso de haver resistência. Três dos prisioneiros se encontram doentes.

As fazendas na área estão minadas com tambores de explosivos e areia para detonar se os índios avançarem.

02.5.84 — *No dia anterior houve uma reunião com Andreazza, Mekaron, Juruna e outros oito índios do Xingu, funcionários da FUNAI e do CSN. Um editorial da* FSP *reclama: "A tomada de reféns é uma chantagem covarde, um ato brutal e desumano". Não obstante, Andreazza é fotografado abraçando Aritana. O Governo resolve negociar por causa da saúde dos reféns. Andreazza culpa a demora da negociação pelo fato dela envolver o Minter, o Grupão, consultas à Procuradoria Geral da República e o STF.*

Andreazza diz que os 15 km não implicam indenização porque não são habitados, mas que razões legais impediriam a liberação dos 40 km. De outro lado, ecologistas afirmam que há necessidade de 50 km para conter os efeitos de uma área devastada sobre uma área preservada (FSP). *Andreazza diz que a BR-80 tem quatrocentos km e não há recursos para modificar seu traçado* (FSP). *Ele mostrou aos índios um decreto assinado por Figueiredo exonerando Otávio Lima.*

Depois de receber estas notícias, Mekaron se comunica com Raoni, que não estava satisfeito, fazendo críticas aos líderes de estarem afrouxando. Conseqüentemente, Mekaron resolve levar as notícias ao Kretire pessoalmente. Partiu para o PIX no dia 2 com Aritana, Mairawê e o piloto Terena. Portanto os jornais concluem que a decisão é com Raoni, descrito como "líder máximo" (Correio Braziliense). *Em Brasília, os índios propõem quatro nomes para o novo Presidente*

da FUNAI: Dalmo Dallari (jurista); Carlos Moreira Neto (antropólogo); Pedro Paulo Fatorelli Carneiro (ex-superintendente); Gérson da Silva Alves (ex-funcionário da FUNAI). Raoni favorecia este último porque já havia simpatizado com a proposta de demarcar o Kapòto enquanto trabalhava na FUNAI em 1982. Andreazza lembrou aos índios que os nomes propostos para Presidente da FUNAI são encaminhados para o MINTER, MEAF e o Palácio do Planalto; é que é o Presidente da República quem escolhe o Presidente da FUNAI.

Álvaro Villas-Bôas atribui a saída de Lima a articulações de grupos de antropólogos que defendem a extinção da FUNAI (JB).

3.5.84 — *Um dia antes, Mekaron havia levado a proposta de Andreazza ao Kretire onde se encontrou com quatrocentos guerreiros* (Jornal de Brasília). *Os índios cercaram os jornalistas e cinegrafistas que foram para a aldeia, ameaçando-os com bordunas, arcos e flechas. Acabam aceitando os 15 km, mas querem 100km de comprimento e não 70, afirmando que lá não há fazendas. Kromari declarou em Kretire: "Irmão nosso, Kuben-krã-kein, Gorotire e Kokraimoro, tudo espalhado. Branco chegou aqui e separou nosso povo. Agora Kayapó tudo longe. Visitar irmão tem que passar escondido na mata, fugindo das fazendas. Não está certo. Terra Kayapó tem que ser uma só. Não pode ficar dividida". Prepori Kayabi, grande pajé e chefe, diz: "... irmão Kayabi meu está noutro lugar... Kreen-Akore saiu de Terra sua e morreu muito"* (FSP). *"O Presidente da FUNAI aprendeu, agora, a respeitar os índios e entendeu que os caciques não são crianças"* (O Globo).

Cinqüenta minutos mais tarde, Mekaron estava indo a Brasília de volta junto com quatro reféns. Dia 2, à tarde, Andreazza recebe os reféns, presos por vinte e um dias, no aeroporto de Brasília, rodeado por jornalistas brasileiros e estrangeiros. Chegam os três reféns doentes e Romero. O Ministro é gloriosamente fotografado abraçando Mekaron (Última Hora): *"Estamos todos de parabéns"* (Jornal de Brasília), *mas se queixou da falta de recursos para demarcar áreas indígenas.*

Lamartine diz que os três devem a vida a Mekaron e Raoni que acalmaram os 150 guerreiros com bordunas. Possuelo diz que os jovens foram os mais exaltados, que espancaram os três prisioneiros, rasgaram suas roupas e deixaram eles vinte dias descalços. Quando os três foram presos, foram cercados por duzentos guerreiros e derrubados no chão. Possuelo declara que os índios estavam planejando um ataque a uma das fazendas vizinhas para o dia 15 de maio e só não o fizeram porque tomaram os reféns no dia 13. Romero, que também diz que os índios queriam cortar as cabeças dos prisioneiros, acusa o Governo em Brasília de tentar dividir os índios na "guerra" de quarenta e um dias. Declarou também que ele era um dos cativos, o que os outros três reféns confirmaram.

Nesse mesmo dia, dezenove caciques chegam em Brasília para discutir a devolução da balsa dia 7, que doravante será controlada pelos índios, sob o comando de Bedjai Txukarramãe. Discutirão, com Andreazza, a manutenção de Romero como Diretor do PIX, a BR-80, o novo Presidente, já que o Governo havia concedido os 15×70 km e o Kapoto.

Na reunião com Andreazza (dia 3), Juruna propõe Jurandy da Fonseca como Presidente.

No Bangue (dois mil habitantes), as pessoas temem que se a estrada for cortada, a cidade se transformará num vilarejo fantasma. Trezentos moradores fazem um abaixo-assinado para mandar ao Governador de MT, Júlio Campos, reivindicando que a estrada não seja desativada para que a população sobreviva. Aliás, este Governador está a favor de que cada estado resolva seus próprios problemas.

Raoni, com Andreazza, em Brasília: reivindicações atendidas e acordo.

foto Beth Cruz/AGIL

O Presidente da AEA, Jeremias Lunardelli, está contra a demarcação dos 15 km e do Kapoto. Ameaça uma ação legal dos trinta fazendeiros e empresários prejudicados, se queixando de que os proprietários da área do PIX não foram consultados. Declarou que "Os empresários que dedicaram suas vidas à ocupação e ao desenvolvimento da nova fronteira, não podem ser tratados com tanto descaso..." (Jornal de Brasília).

Todavia, alguns fazendeiros já descreveram esta área como o "filé mignon" do Brasil. Dia 2, Lunardelli mandou um telex a Abi-Ackel, Andreazza e Venturini em nome dos fazendeiros do Xingu e dos demais agropecuaristas da Amazônia, preocupado com a "ausência de uma política clara acerca das áreas indígenas que, em um futuro próximo, poderá provocar litígios incontroláveis, que cercearão a ocupação amazônica, criando quistos que poderão pôr em risco a integridade nacional".

O acordo: "aceito ser seu amigo, mas você tem que ouvir o índio..."

4.5.84 — *No dia anterior, o acordo final foi assinado no Minter, em Brasília. A manchete do dia é: "Andreazza acaba crise com índios"* (Última Hora de Brasília). *Foi visto também como "a maior vitória alcançada por índios"* (Jornal do Brasil). *Um editorial do JB teme que isto abra a porta para "a guerra de libertação dos índios".*

Dezessete caciques, armados de bordunas e pintados para a guerra e os quatro reféns, assistem o ato de Andreazza assinar o acordo. Os Xinguanos incluíram Kremoro e Kromari Txukarramãe, Melobo Txicão, Sabino e Prepori Kayabi, Kuiussi Suya, Tessea Kreen Akore e outros líderes Yawalapiti, Waura, Juruna e Trumai (O Globo).

Raoni culpa o ex-presidente da FUNAI, gal. Bandeira de Mello pela BR-80 e presenteia Andreazza com uma borduna. Kromari coloca um cocar na cabeça de Andreazza, e os dois posam abraçados (O Globo). *Raoni puxa as orelhas de Andreazza dizendo: "Aceito ser seu amigo, mas você tem que ouvir o índio..."* (Última Hora, *Brasília*). *"Índio é gente grande e sei falar como gente grande... Branco não pode mais enrolar índio".*

O acordo *estabelece: (1.º) que será encaminhado a Figueiredo um decreto declaratório de utilidade pública para fins de desapropriação das terras reivindicadas pelos índios; (2.º) o Kapoto é declarado ser de posse imemorial; (3.º) O documento estabelece a reabertura da BR-80; (4.º) A devolução da balsa, agora administrada pela FUNAI e (5.º) Há um acordo de que a SUDECO construa uma estrada vicinal ligando a BR-80 às fazendas Santa Rita, Boa Esperança e Guarujá, com o traçado fora do Parque* (Última Hora, *Brasília;* Correio Brasiliense). *O* Jornal de Brasília *diz que o acordo inclui o desvio da BR para o traçado original, mas isso parece ser incorreto.*

As desapropriações devem ser indenizadas?

A expropriação de terra titulada será de 118.000 ha. (Jornal de Brasília). *Os 186.000 ha do Kapoto não são titulados. A faixa de 15×60 ou 15×100 km vai da BR-80 até a cachoeira Von Martius e, ao norte, haverá uma faixa de cinco km até a corredeira do Travessão. A indenização de terras foi calculada em Cr$ 8 bilhões. A área foi interditada em 4.5.84 e posteriormente o Minter encaminhará à Procuradoria Geral da República o processo indenizatório.*

A lista tríplice de nomes para o novo Presidente da FUNAI, feitas pelos Xinguanos e por Juruna, inclui Jurandy, Gerson e Fatorelli. Andreazza elogia Mekaron por sua parte nas negociações.

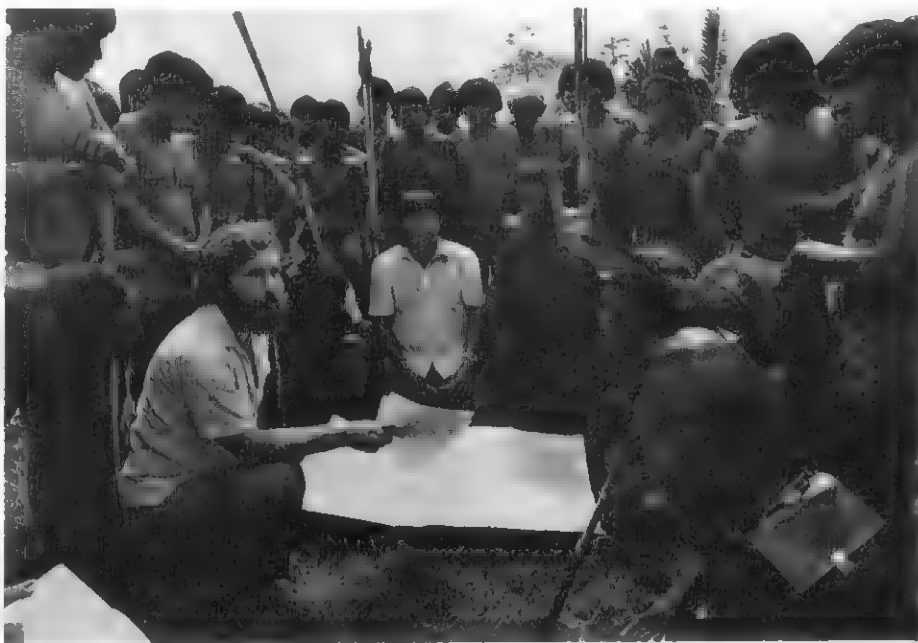
6.5.84 — *Os índios ficaram revoltados com a procura de um insuflador, Mekaron diz que os líderes foram enganados no passado quando não sabiam falar português. Raoni declara: "Filho nosso aprendeu língua. Ninguém engana nós". Mekaron afirma que foi ele que impediu que os índios invadissem fazendas, e impediu Raoni de ir à Brasília para buscar uma solução no primeiro dia do conflito que durou quarenta e um dias. Um dia Mekaron gostaria de ver seu filho mais novo como Presidente da FUNAI ou diretor do PIX.*

7.5.84 — *Pelo decreto n.º 89.618, o presidente da República declarou a faixa dos 15 km de interesse social, para fins de desapropriação das propriedades particulares, integrando-a à AI Jarina.*

8.5.84 — *Andreazza e Venturini dizem que o Governo não pode declarar a área a ser demarcada como área de posse imemorial dos índios porque os Villas-Bôas e Olímpio Serra, alguns anos atrás, não pleitearam a terra como* habitat *tradicional dos Txukarramãe. Dia 12.05.84* (FSP) *Orlando desmente ter dito que esta área não é dos índios. Cláudio Villas-Bôas diz que a área foi desligada do PIX, mas permaneceu sob o artigo 198 da Constituição (onde são inalienáveis todas as terras habitadas ou consideradas como áreas de perambulação dos índios). Orlando mantém que só pediu a interdição da margem direita (ou seja, a Reserva Jarina) porque estava sendo invadida por fazendeiros.*

Embora o Minter supostamente não saiba o número de fazendeiros envolvidos, o Governo Federal calcula desembolsar Cr$ 1 bilhão e 900 milhões em indenizações aos fazendeiros do Xingu. O INCRA calculou Cr$ 14.600,00 por hectare. As terras foram desapropriadas um dia antes por um decreto assinado por Figueiredo, transferindo 130.000 (cento e trinta mil) ha aos Txukarramãe. Mekaron informou Raoni pelo rádio, aceitando liberar a balsa dia 8.

Na exposição de motivos para a desapropriação, Andreazza explicou a Figueiredo que "outra alternativa seria a intervenção federal com conseqüências imprevisíveis" (Jornal de Brasília). *Há decretos que reconhecem a existência de legítimos proprietários nesta área. A Procuradoria Geral da República se encarregará das expropriações. Também foi no dia 8 que Figueiredo assinou um decreto nomeando Jurandy, indicado por Andreazza, como o novo Presidente da FUNAI.*

Megaron, controlando a comunicação com o exterior, pelo rádio e traduzindo as negociações.

fotos Cynthia Brito/F-4

10.5.84 — *O Presidente do INCRA diz que, agora, toda expropriação de terras para índios pode ser indenizada, eliminando assim o artigo 198 da Constituição.*

Pelo decreto n.º 89.643, o presidente da República declarou de ocupação indígena a AI do Kapoto, com um total aproximado de 186.000 ha.

Mekaron é o novo diretor. Começa a demarcação.

9.5.84 — *Jurandy Marcos da Fonseca, nomeia Mekaron diretor do PIX.*

28.5.84 — *A dita "festa da vitória", a posse de Mekaron como diretor, foi mudada do PI Leonardo para o PI Diauarum por causa da morte de um rapaz Yawalapiti no sul do Parque. Jurandy e Juruna estavam presentes, e este prometeu demarcar os novos limites do PIX no Governo Figueiredo. Terena foi empossado chefe do gabinete de Jurandy.*

3.7.84 — *No dia anterior a FUNAI recebeu o orçamento de Cr$ 426 milhões da Divisão de Serviços Geográficos do Exército, que executará os trabalhos da demarcação, aumentando o PIX em 505 km quadrados. Os índios vão acompanhar a demarcação que deverá ser concluída em outubro de 1984.*

4.8.84 — O Diário Popular *afirma que a demarcação ainda não começou porque a FUNAI busca reduzir os custos. Portanto, a FUNAI enviou ao DSG uma proposta para demarcar somente os limites externos do Parque, considerando que os 15 km são contíguos ao Kapoto. A área a ser demarcada passa a ser 290 km e não mais 505 km.*

19.9.84 — *O Minter liberouCr$ 395.264.000 para demarcar o norte do PIX, incluindo o Kapoto. A abertura de Picadas levará cinco meses e a parte do campo estará terminada, previsivelmente, até o início das chuvas* (*out. 1984*).

A FUNAI declara que este dinheiro veio do FINSOCIAL e que a demarcação será feita entre agosto de 1984 e janeiro de 1985. A superfície a ser demarcada é de 3.520.000 ha.

29.10.84 — *Sem sua tradicional borduna, companheira de muitas guerras e ataques, o cacique Krumari, chefe dos Txukarramãe do Jarina, encostou o olho no teodolito, marcou distância e foi fincar a primeira estaca de demarcação da área do Kapoto, região sagrada da nação Kaiapó. Foi assim que se iniciou, na manhã de ontem, a demarcação da faixa de 15 quilômetros de largura da margem direita do Xingu, separando o parque indígena das fazendas.*

Abrindo a picada para a demarcação da faixa dos 15 km, com comemoração oficial.

A demarcação dos 15 quilômetros da margem direita e do Kapoto será feita por satélite, sob responsabilidade do Serviço Geográfico do Exército. Para o início dos trabalhos na área, o presidente da FUNAI, Nélson Marabuto, convidou o general Aristides Barreto, chefe do Serviço Geográfico, que convidou Krumari para colocar a primeira estaca de demarcação. Dentro de três meses, segundo o general Aristides, o Kapoto e a "faixa neutra", com 15 quilômetros de largura por 70 de comprimento, estarão completamente demarcados.

Krumari, Kremoro e Raoni ouviram em silêncio o toque de clarim anunciando a demarcação. Em seguida, o diretor do Parque Indígena do Xingu, Mekaron, fez um breve discurso dizendo: "Faz tempo que estamos lutando pelo Kapoto e pelos 15 quilômetros. Desde que a estrada cortou o parque. Quase perdemos o Kapoto, nossa melhor terra, nossa terra sagrada. Essas coisas não precisavam estar acontecendo, se branco tivesse, desde o início, respeitado e demarcado nossa terra. Daqui para frente queremos que os fazendeiros respeitem nossos limites e nós respeitamos suas fazendas" (Cidade de Santos, 30/10/84).

foto Vincent Carelli

Krahô

GOIÁS/ LESTE DO MATO GROSSO

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA GOIÁS/LESTE DO MT

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
BAKAIRI	1	AI Bakairi	Chapada dos Guimarães		312	Arruda: 83
	2	AI Santana	Nobres		136	Arruda: 83
					448 (T)	
BORORO	3	RI Merure	Barra do Garças, Gal. Carneiro	2	380	Maschin: 84
	4	AI Jarudore	Poxoréu, Rondonópolis			
	5	CI Tereza Cristina	Sto A. Leverger, Rondonópolis	2	114	FUNAI: 83
	6	AI Tadarimana	Rondonópolis	3	105	Serpa: 84
	7	AI Perigara	Barão do Melgaço	1	86	FUNAI: 83
	8	RI Sangradouro	Gal Carneiro	1	27	FUNAI: 83
					697 (T)	
XAVANTE	9	RI Marechal Rondon	Paranatinga	Batovi	175	FUNAI: 84
	10	AI Parabubure	Água Boa e Nova, Xavantina	13	1.738	FUNAI: 84
	11	RI Areões	Água Boa	2	571	FUNAI: 84
	8	RI Sangradouro	Gal. Carneiro e Poxoréu	2	542	FUNAI: 84
	12	RI São Marcos	Barra do Garças	5	1.213	FUNAI: 84
	13	AI Pimentel Barbosa	Água Boa e Canarana	2	354	FUNAI: 84
					4.593 (T)	
JAVAÉ	15	Parque I. do Araguaia	Formoso do Araguaia	2	330	Toral: 85
	14	Boto Velho	Cristalândia		60	Toral: 85
KARAJÁ	16		Aruanã, S.Miguel Formoso, Luciara, S.Felix, Conceição do Araguaia	9	233	Toral: 82
	17	Parque I. do Araguaia	Pium, Duére, Cristalândia	3	757	FUNAI: 76
	18	AI Tapirapé/Karajá	Sta Terezinha	1	102	Irm. Jesus: 81
					1.194 (T)	
KARAJÁ DO NORTE (Xambioá)	19	AI Xambioá	Araguaína	1	102	Toral: 82
GUARANI	19	AI Xambioá	Araguaína	1	15	Toral: 82
TAPIRAPÉ	18	AI Tapirapé/Karajá	Sta Terezinha	1	200	Toral: 85
AVÁ-CANOEIRO	20	PI Araguaia	Formoso do Araguaia	PI Canoanã	7	Toral: 85
	23		Minaçu		4	FUNAI: 83
	22	Arredios	Cristalândia		20	Toral: 85
	23	Arredios	Minaçu e Cavalcante		40	Toral: 85
					71 (T)	
XERENTE	21	AI Funil	Tocantínia		94	Lopes da Silva & Pena: 84
	24	RI Xerente	Tocantínia	9	756	idem
					850 (T)	
KRAHÔ	25	AI Kraolândia	Goiatins e Itacajá	7	912	FUNAI: 84
APINAYÉ	26	AI Apinayé	Tocantinópolis	2	527	FUNAI: 84

MUTIRÃO GUERREIRO CONQUISTA DEMARCAÇÃO APINAYÉ

Mas os índios prometem lutar pela área do Gameleira

Acabou saindo a demarcação oficial, com um decreto presidencial reconhecendo uma área de 142 mil ha como território Apinayé (Dec. n.º 90.960, de 14.02.85). Custou muita luta aos 340 Apinayé, que contaram com o apoio decisivo de mais 140 índios de outros povos, na passagem do ano de 84 para 85, num mutirão guerreiro disposto a efetuar a auto-demarcação.

Todo o episódio foi marcado por uma tensão aguda e o "final feliz" divulgado pela verdadeira cadeia nacional de TV e jornais que transmitiu diariamente os lances da disputa, não corresponde inteiramente aos interesses dos Apinayé. A luta deve continuar.

Mas "o caso Apinayé" — envolvendo índios de outros povos, vindos de Goiás, Maranhão, PIX e outras áreas do Mato Grosso e até do Nordeste — acabou se constituindo num caso inédito e numa experiência muito rica para a história recente do movimento indígena, comparável, até então, à chamada "guerra do Xingú", no primeiro semestre de 84 (ver a respeito no capítulo "Parque Indígena do Xingú", deste ACONTECEU, o noticiário completo do episódio).

Plano de alianças

A ligação entre os dois movimentos começou em abril de 84. Uma delegação de Apinayé, pela primeira vez, desembarcou na rodoviária do Rio de Janeiro, para solicitar à CVRD que pressionasse a FUNAI a tomar alguma providência no sentido da demarcação de suas terras, incluídas na área de influência do "Projeto Ferro-Carajás".

Ali, os Apinayé puderam acompanhar diariamente os lances da "guerra do Xingú" pela televisão e sentir o impacto e a eficácia das pressões dos Txukarramãe (Metuktire) sobre as autoridades e a opinião pública do país. Ao mesmo tempo, embora as redes de TV se dispusessem a gravar entrevistas, a pressão Apinayé não encontrava espaço nos telejornais.

De volta para casa, ao norte de Goiás, a liderança Apinayé passou a incrementar um plano de alianças com outros povos, já em curso há algum tempo e planejar o mutirão pela auto-demarcação.

Os Txukarramãe foram considerados aliados essenciais, pela experiência de luta, por falarem a mesma língua que os Apinayé e pela tradição de relacionamento entre si, antes mesmo dos primeiros contatos com as frentes pioneiras da sociedade nacional.

Antecedentes do litígio

Nos últimos anos, os Apinayé buscaram apoio na FUNAI, e suas reclamações foram encaminhadas por delegados indígenas e seus aliados não-índios, que percorreram pacientemente todas as vias pacíficas.

O litígio da área Apinayé, de fato, se arrasta há muito tempo: ficou famoso entre os índios o capitão José Dias Mãtuk que, em 1926, saiu a pé até o Rio de Janeiro, para pedir providências ao governo. Já no tempo da Funai, fora iniciada em 1979 a demarcação de uma área de 85 mil ha, que satisfazia aos Apinayé da aldeia de Mariazinha, porque englobava toda a sua área tradicional, mas excluía as antigas aldeias do Cocalinho e áreas vitais para os Apinayé da aldeia de São José, que embargaram a demarcação.

Os Apinayé pediam mais terra, enquanto os políticos de Tocantinópolis queriam a redução da reserva para 25 mil ha. Diante do impasse, a Funai fez uma nova eleição de área em 1980, propondo 101 mil ha, para "conciliar" os interesses de índios e brancos. A nova proposta, que não satisfazia os Apinayé de São José e muito menos, é claro, ao pessoal de Tocantinópolis, ficou na gaveta.

A questão voltou à tona com a assinatura do convênio CVRD/FUNAI, em meados de 82: os grupos indígenas dentro da área de influência do Projeto Ferro-Carajás, entre eles os Apinayé, deveriam ter suas áreas demarcadas.

(*) *texto elaborado por Vincent Carelli, com base em entrevista concedida pelos antropólogos Gilberto Azanha (CTI/FUNAI) e Maria Elisa Ladeira (CTI/CVRD).*

foto Yosikazu Maeda/O POPULAR

Em abril de 83, a FUNAI encaminhou ao GETAT a proposta dos 101 mil ha. Em julho, a CVRD enviou à FUNAI a proposta dos Apinayé, elaborada com a assessoria da antropóloga Maria Eliza Ladeira (consultora da Vale), com 148 mil ha. Mas a FUNAI, presidida na época por Otávio Ferreira Lima, desconsiderou-a. O GETAT sequer havia se pronunciado oficialmente a respeito dos 101 mil. À inércia dos órgãos governamentais se somou a mobilização dos políticos e fazendeiros de Tocantinópolis, que organizaram passeatas, empunhando faixas contra a FUNAI e a CVRD. Encaminharam abaixo-assinados a vários Ministérios e disseminaram um clima de terror na região, com boatos sobre o "iminente ataque dos índios" a Tocantinópolis e fazendas vizinhas.

O início da auto-demarcação

Os Apinayé, por sua vez, juntamente com outros povos sob jurisdição da AJARINA — Krahô, Xerente e Karajá — se vêem às voltas com problemas internos da FUNAI: eles reivindicam a demisão de vários funcionários da Ajudância, além da resolução dos litígios de suas terras e do território Xerente.

Até que, em dezembro de 83, mais de 300 índios desses quatro povos ocuparam a AJARINA por 20 dias, sem conseguir a menor concessão da FUNAI. No auge da sua frustração, os índios se deslocaram para a área Apinayé e iniciaram as picadas de demarcação, por conta própria.

Sabendo que a iniciativa dos índios resultaria numa reação imediata da população exaltada de Tocantinópolis, um capitão da PM e agentes da PF negociaram uma trégua com os índios, que só foi aceita mediante uma promessa do presidente da FUNAI, por telefone, de iniciar imediatamente um levantamento fundiário e a demarcação em março de 84. O levantamento foi feito, mesmo assim de acordo com a proposta dos 101 mil, mas a demarcação não. Foram registrados 488 ocupantes, que deveriam receber 200 milhões de indenização, para serem reassentados. Destes ocupantes, é importante ressaltar, 312 se encontravam no interior da menor área já cogitada para os Apinayé, os 85 mil ha da FUNAI (1979).

Enquanto a demarcação não vem, o GETAT inicia o cadastramento e a medição de lotes para os ocupantes, dentro do perímetro dos 148 mil ha e a invasão da área, ao longo da Transamazônica, se acelera.

Acuados de todos os lados, os Apinayé, cujos líderes já haviam regressado do Rio sem qualquer sucesso, precisavam conseguir ao menos o apoio da FUNAI. Logo depois do final da "guerra do Xingú", o sertanista da FUNAI Cláudio Romero propiciou a visita de Raoni, Kremoro, Krumare e mais três velhos Txukarramãe à aldeia Apinayé de São José, que trazem sua mensagem de solidariedade e alerta: é preciso lutar, porque se não lutar, a FUNAI não demarca!

Mais uma vez contaram também com a solidariedade dos Krahô, Xerente e Karajá, interessados na demissão de funcionários da AJARINA. Em meados de maio invadiram a Ajudância, em Araguaina e, desta vez, acabam se valendo da política de "abertura" do novo presidente da FUNAI, Jurandy da Fonseca e conseguem as demissões pretendidas.

Resolvido o impasse da AJARINA, os índios se deslocaram para Tocantinópolis e interromperam a Transamazônica por três dias. O presidente da FUNAI cede mais uma vez às pressões e autoriza, finalmente, que o levantamento fundiário se extenda à área dos 148 mil ha. Esta decisão altera profundamente a relação dos Apinayé com seu território. Depois de muito tempo, eles voltam a percorrê-lo integralmente, sem receios e tratando de impedir que regionais continuassem a extrair madeiras e outros recursos.

O levantamento fundiário acusa a presença de mais 153 ocupantes, na área acrescida, além de apontar que vários ocupantes agiram de má-fé, por terem invadido a área dos 85 mil ha depois de 1979. O valor total, corrigido, das indenizações chega a 650 milhões de cruzeiros, quantia que a CVRD põe à disposição da FUNAI para a resolução do caso.

Fazendeiros e pistoleiros bloqueados pela PM, na Transamazônica.

fotos Hélio Nunes/O POPULAR

Empossado na chefia da AJARINA, o antropólogo Gilberto Azanha presta todo o apoio aos Apinayé. Designa para a chefia do Posto da aldeia São José o funcionário Erivelson, o único servidor local da FUNAI que defendia o direito dos índios sobre a área do Cocalinho, reocupada agora por 13 famílias Apinayé. Ao mesmo tempo, Azanha consegue da FUNAI a assinatura de uma portaria que reconhecia a área dos 148 mil ha como área indígena, permitindo a realização de um levantamento topográfico, apesar da proposta não ter o reconhecimento oficial do GETAT ou do Grupão Interministerial. Com isso, os Apinayé abriram algumas picadas e colocaram placas nos limites reivindicados.

A partir daí começou o confronto acirrado. Os fazendeiros derrubaram as placas a tiros. Os índios repunham as placas que eram arrancadas por regionais, incentivados pelo clima de mobilização em Tocantinópolis. Os índios tornavam a repôr as placas e montar guarda para que não fossem retiradas.

No meio tempo, o fazendeiro João de Deus e vários pistoleiros invadiram a aldeia do Cocalinho e expulsaram as famílias que lá estavam. Dias depois, o chefe de posto da FUNAI e o capitão Francisco são surpreendidos e surrados em plena praça de Tocantinópolis.

Convocação dos vizinhos

Humilhações e derrotas como estas fizeram os Apinayé compreender que sozinhos não seriam vitoriosos jamais. Resolveram, então, buscar apoio de grupos vizinhos. Uma comissão composta por Maria Barbosa, líder do Cocalinho, o capitão Sotero e mais 4 Apinayé passaram uma semana entre os Krahô e voltaram com mais de 40 deles. Alguns dias depois, outra delegação sai em busca de apoio dos Xerente, que enviam 35 dos seus (aos quais se somaria outro tanto, somando 70 no auge do conflito, mais tarde). Na última semana de 1984, nova comitiva Apinayé vai aos Kanela de Porquinhos, extender a convocação.

Sabendo que a CVRD havia destinado recursos financeiros para a demarcação, os Apinayé prometiam aos seus vizinhos convidados para o mutirão demarcatório inclusive uma remuneração pelo trabalho, coincidindo com o período do ano em que os jovens dessas aldeias normalmente saem à procura de trabalho remunerado nas fazendas vizinhas.

As adesões foram numerosas e já na primeira semana de janeiro de 85, os Krahô e Xerente começam a abrir picada. Nessa altura um contingente especial da PM já se encontrava em Tocantinópolis.

Enquanto isso, uma nova comitiva, composta pelo capitão Francisco e três velhos Apinayé saiu para o Xingú, convidar os Txukarramãe. Na volta, via Brasília e já trazendo consigo Raoni e vários velhos Txukarramãe (além de dois Krenakore e um Trumai), encontraram aquela concentração de índios na capital, mobilizados pelos indigenistas para protestar contra o decreto autorizando a mineração em áreas indígenas, assinado pelo presidente Figueiredo.

Com a sustação do decreto dois dias após sua assinatura, os Apinayé se aproveitam da mobilização e lançam seu convite

Maria Barbosa, líder do Cocalinho (à direita). Os índios vão à picada, enquanto Raoni (abaixo) visita o acampamento da PM, na Transamazônica.

foto Jamil Bittar/O GLOBO

foto Jamil Bittar/O GLOBO

foto Hélio Nunes/O POPULAR

a todos os índios reunidos em Brasília. Há uma forte pressão interna na FUNAI para conter a saída de índios para a área Apinayé. Mesmo assim, quando um caminhão saiu para Tocantinópolis, a comitiva Apinayé estava acrescida dos convidados do Xingú e mais 7 Xavante, 3 Fulniô e 2 Tuxá.

Organização da empreitada

Ao chegarem à aldeia São José, juntaram-se aos demais convidados, somando os 140 já mencionados e passaram a organizar a empreitada.

Os índios que vieram do Xingú ocuparam logo as instalações do posto da FUNAI (cujos funcionários tiveram que se mudar para uma casa de palha), especialmente o rádio. Raoni passou a liderar o movimento, organizando as turmas e tarefas dos jovens e assumindo a função de porta-voz junto às autoridades.

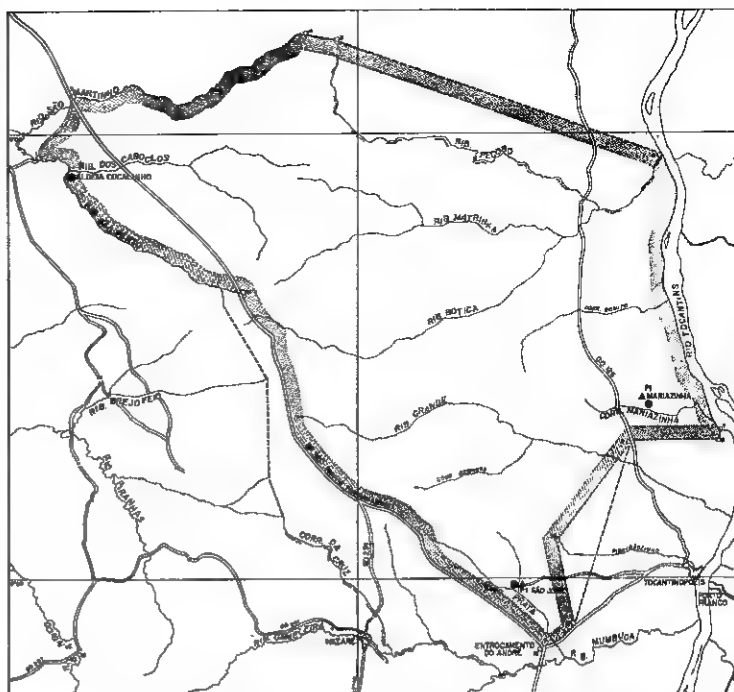
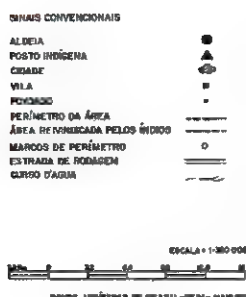
Os Krahô se arrancharam no grande barracão da escola e tomavam suas refeições na casa das mulheres do grupo de Maria Barbosa, em número de dez. Outras duas, do mesmo grupo, prestavam atendimento aos índios do Xingú.

Os Xerente, juntamente com as três famílias Apinayé com as quais três dos seus haviam contraído matrimônio no passado, construíram um grande barracão para abrigar a todos.

Começaram os trabalhos na abertura das picadas, inicialmente pelo lado da aldeia de Mariazinha, o que obrigava os índios da frente de trabalho passarem muito próximo de Tocantinópolis. Quando a mobilização para enfrentá-los cresceu na cidade, eles abandonaram essa picada e passaram a abrir uma outra, no extremo oposto da linha seca, próximo de São José. Os grupos armados iam na frente. Os Xerente eram o grupo de choque, o pessoal que realmente enfrentava a picada. Os Apinayé não iam, a não ser dois ou três rapazes; ficavam na guarda da aldeia. Os homens pegavam o serviço da picada às 7 da manhã e voltavam sempre às duas da tarde, como medida de precaução para não deixar a aldeia muito tempo desguarnecida. São José fica a 1 km da Transamazônica e apesar do acampamento da PM que se instalou entre a estrada e o acesso à aldeia, corria o boato que o pessoal de Tocantinópolis ia atacar a aldeia. À noite havia plantões contínuos de guarda.

Às 2 ou 3 da tarde os índios almoçavam e depois corriam com tora. No final da tarde, ouviam-se as notícias de Araguaina, Brasília e do Xingú na fonia, operada por Raoni. De vez em quando ele saía até a cidade, escoltado pela PM, para telefonar para Brasília.

Os Krahô deram nova vida ao pátio adormecido daquela aldeia e toda noite os cantadores botavam a mulherada Apinayé para cantar. Os velhos do Xingú passavam o dia fazendo bordunas e praticamente não saíam de casa. À noite eles gravavam os cantos e no dia seguinte, enquanto trabalhavam a madeira, escutavam e aprendiam as cantigas Krahô.

As negociações da FUNAI

Enquanto isso, lá fora, em Brasília, quem negociava com o Grupão eram somente o sr. Áureo Falieros, diretor do DPI, e o sr. Nelson Marabuto, presidente da Funai. Na primeira reunião, eles conseguiram a suspensão dos trabalhos da picada, marcando um sobrevôo sobre a área, com a FUNAI e o GETAT. Os índios faziam questão de participar do sobrevôo, mas não foi permitido.

No dia do sobrevôo, o presidente Marabuto, que estava presente, informou a seus funcionários que dificilmente o Grupão aceitaria até mesmo a alternativa de 130 mil ha, proposta pelos índios diante do imperativo do CSN de não abrir mão da Transamazônica como limite sudoeste da área.

Uma semana depois, no ápice do conflito e já tendo ocorrido o atentado contra um soldado da PM, os índios retomaram as picadas e interromperam a Transamazônica.

Comissão de índios vai à Brasília: os limites do "final feliz"

Nesse dia, Marabuto chegou sozinho na área, com um jornal na mão, dizendo que tinha saído o decreto: uma matéria do Jornal de Brasília *se antecipava, anunciando que o governo já teria resolvido assinar o decreto com 130 mil ha. O presidente da FUNAI explicou que o Ministro do Interior queria um voto de confiança dos funcionários da Funai e que o decreto seria assinado alguns dias depois. O sertanista da FUNAI Cláudio Romero fez um discurso para comunicar a notícia aos índios, que resolveram tirar uma comissão que iria acompanhar o presidente até Brasília, para receber o decreto.*

Mal sabiam eles que o decreto iria ainda ser negociado. Segundo o presidente da FUNAI o governador de Goiás, Iris Resende, é quem teria imposto a forma final da área. Num passe de mágica o governador transformou os 148 mil ha dos índios em 142 mil, o que para o grande público que acompanhava o caso, significou o atendimento das reivindicações indígenas. Para os Apinayé isto significou a conquista da área do Cocalinho, além da incorporação, também ao norte, de 17 mil hectares de cerrado que eles não queriam e a perda ao sul das áreas do Gameleira e terras próximas de Tocantinópolis, que são as mais férteis da região.

Esta decisão atendeu aos políticos e fazendeiros de Tocantinópolis, além de contemplar a exigência do CSN de ter a Transamazônica como limite da reserva, já que um desvio está previsto na região do Cocalinho (ver mapa). Neste trecho, dois povoados de beira de estrada — o Veredão e o 75 — terão de ser reassentados.

A comissão de índios que foi a Brasília sem dúvida era representativa do movimento. Lá estavam Raoni, o capitão Francisco Apinayé, de São José, o capitão Sotero do Cocalinho, 3 capitães Krahô e 4 Xerentê. Mas não tinha delegação para negociar os limites da reserva.

Porém negociações houveram. Para os índios de fora, a tanto tempo longe de casa, a discussão de variantes no mapa não tinha muito sentido. Sotero foi atendido nas pretensões do Cocalinho e o capitão Francisco foi levado de roldão na euforia geral diante de uma solução eminente.

Assim que a comitiva retornou à aldeia, Francisco foi deposto pela comunidade. Os Krahô, que haviam chegado em dezembro, começaram a voltar para suas aldeias, mas os Xerente ainda permaneceram por mais uns quinze dias para prevenir a eventualidade de vingança, por parte de algum ocupante não-índio contrariado.

Os Apinayé resolveram não fazer o levantamento fundiário dos 17 mil hectares ao norte, que eles não queriam, mas continuar usando a área perdida do Gameleira, inclusive porque a roça do São José foi plantada lá esse ano. Antes de se dispersarem, ficou combinado entre os índios, que quando começasse a luta pela conquista da área do Gameleira, todos voltariam.

Aconteceu na imprensa

AJARINA

Ajudância ocupada

Cinco índios — quatro deles caciques das tribos Apinajé, Xerente e Crao — continuam ocupando a ajudância da Funai em Araguaína, no Norte de Goiás, que foi invadida terça-feira à noite. O novo presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, determinou que o índio Marcos Terena, chefe de gabinete do órgão, dialogasse com os índios que exigem a demarcação de suas terras.
Há três meses os índios invadiram o mesmo local e prometeram esperar 90 dias por uma solução para as suas reivindicações, as quais incluem ainda o afastamento do atual chefe da ajudância, Wilker Célio da Silva. Marcos Terena, por sua vez, deu prazo até segunda-feira para escolher um dos nomes da lista proposta pelos índios para ocupar o cargo: Antônio João de Jesus, Fernando Schiavini ou André Villas Boas.
Na Funai, desde que assumiu o cargo, Fonseca vem mantendo reuniões com os dirigentes da administração anterior para levantar a situação do órgão, que, segundo afirmou, "não apresenta grandes problemas". Ele disse ainda que em sua administração não vai impedir a vinda de índios a Brasília, mas considera melhor dialogar com as comunidades nas próprias aldeias: "Acho importante não apenas evitar o **turismo** de índios em Brasília, mas também contribuir para diminuir as despesas da Funai". (**ESP, 11/05/84**).

FUNAI promete atender reivindicações

O presidente da Funai, Jurandy da Fonseca, anunciou ontem que os índios Apinajé, Krao e Xerente, que invadiram a sede da Ajudância da Funai em Araguaína, dera um prazo de 60 dias para que o órgão demarque a reserva Apinajé, e inicie um projeto de desenvolvimento de emergência na aldeia Kraó, de Itacajá.
O presidente da Funai aceitou, ainda, outra reivindicação dos índios: a substituição do atual representante da Funai na área, Wilker Célio da Silva, pelo indigenista André Junqueira Ayres Villas Boas. Para substituir o chefe da ajudância, os índios enviaram ao presidente da Funai, através de seu chefe de gabinete, Marcos Terena, que esteve em Araguaína, uma lista tríplice a ser analisada. Marques optou por André que, segundo afirmou, é bem aceito por todas as tribos atendidas pela ajudância de Araguaína. (**ESP, 12/5/84**).

APINAYÉ

Índios indagam sobre dólares

Para denunciar "irregularidades" na aplicação de 13 milhões 600 mil dólares do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas na Área de Influência da Ferrovia de Carajás, um grupo de índios apinajés e gaviões chegou ao Rio, na semana passada, para participar de reuniões com a diretoria da Companhia Vale do Rio Doce. Segundo o chefe indígena Rumão Sotero Apinaxé, a Funai, ao invés de fazer a demarcação de suas reservas, emprega a verba no pagamento de salários, diárias de funcionários em viagem e renovação da frota de automóveis.
A liberação desses recursos — condição imposta pelo Banco Mundial para participar dos contratos de financiamento da ferrovia — "vem sendo dificultada pela Funai" que, em convênio firmado com a Cia. Vale do Rio Doce, em 1982, deveria investir 9 milhões de dólares em benefícios para os índios, nos dois primeiros anos, "o que não foi feito até então", afirma Sotero. Os apinaxés e gaviões querem saber o quanto lhes foi destinado e quanto ainda resta para ser aplicado. Querem também, participar da gestão do dinheiro.
Em dezembro do ano passado, irritado com a pouca iniciativa da Funai, os índios invadiram a ajudância de Araguarina e começaram a demarcar, por conta própria, a área de suas reservas. Concordaram em suspender os trabalhos frente à promessa do presidente do órgão, Otávio Ferreira Lima, de que tudo estaria resolvido "no máximo até 31 de março". O prazo passou e nada foi feito. (**JB, 09/04/1984**).

Trégua em Araguaína

O presidente da Funai, Jurandy Marques da Fonseca, anunciou ontem que os índios apinajé, xerente e crao, que invadiram, no começo da semana, a sede da ajudância da Funai, em Araguaína, Norte de Goiás, deram um prazo de 60 dias para que o órgão demarque a reserva apinajé, em Tocantinópolis e inicie um projeto de desenvolvimento de emergência na aldeia crao, de Itacajá. O presidente da Funai aceitou, ainda, outra reivindicação dos índios: a substituição do atual representante da Funai na área, Wilker Célio da Silva, pelo indigenista André Junqueira Ayres Villas Boas. (**ESP, 12/05/1984**).

Transamazônica interrompida

Os índios Apinajé da aldeia São José interditaram a rodovia Transamazônica no entrosamento com a BR-153, em protesto contra a não demarcação de suas reservas. A ação dos Apinajé teve início por volta das nove horas da manhã de ontem com um pequeno grupo e à tarde toda a aldeia estava no local interrompendo por completo o tráfego nas duas rodovias. Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública, uma equipe de funcionários da Funai viajou de avião para Tocantinópolis ainda ontem para tentar negociar com os índios. Para a Ajudância da Funai em Araguaína a situação era normal e sob controle. Em contato telefônico, uma funcionária esclareceu que a interdição ocorrera, mas já fora suspensa ontem mesmo. Outra fonte afirmou que os índios continuavam no entroncamento interrompendo o tráfego e exigindo a presença do presidente da Funai para autorizar o início da demarcação da reserva. (**O Popular, 17/05/1984**).

Deputado pede reserva menor

O deputado Maranhão Japiassu, do PMDB, formulou apelo ao Ministro de Assuntos Fundiários, Governador do Estado, Secretário de Segurança Pública e Comandante Geral da Polícia Militar no sentido de ultimar "urgentes e enérgicas providências, visando sensibilizar a Funai para a demarcação de uma área de terras inferior a 85 mil hectares, visto ser "diminuta a Nação Indígena Apinagé, além do que a área pretendida por aquele órgão, trára prejuízo sem precedentes à economia do município de Tocantinópolis, levando ao confronto armado os grupos em conflitos na região, principalmente os de ocupação, formados para invadir terra em Tocantinópolis, liderados ou insuflados por elementos estranhos à comunidade indígena". (**O Popular, 17/06/1984**).

Cresce a tensão

Conforme denúncias chegadas ontem a Goiânia, já se esboça um clima de animosidade entre brancos e índios, principalmente no município de Tocantinópolis.
Segundo a informação, os índios vêm recebendo provocações de políticos e outros "brancos" para que aceitem um acordo onde ficariam apenas com 25 mil hectares de terra, enquanto o que reivindicam é aproximadamente 150 mil. Argumentam, inclusive, que a Fundação Nacional do Índio — Funai teria garantido que iria sustentar essa reivindicação junto ao Governo Federal.
Se a demarcação, motivo maior do impasse, continuar demorando, poderá acabar sendo feita pelos próprios índios. E, nesse particular, têm o apoio da legislação pertinente — o Estatuto do Índio — que diz que as placas que estabelecem os limites das áreas indígenas podem ser colocadas independentemente da demarcação oficial, que trata-se, apenas, de reconhecimento de cunho administrativo. (**O Popular, 15/11/1984**).

Funcionários são ameaçados

Devido à falta de uma definição sobre a demarcação de suas terras, os Apinajé vivem clima de tensão acentuado que precisa ser urgentemente contornado pelas autoridades.
Esse quadro se verifica, segundo a Ajudância da Funai de Araguaína, desde a última quarta-feira, quando da reunião mantida entre o Delegado da Funai, Gilberto Azânia, o Prefeito de Tocantinópolis, José Sabóia de Souza Lima, e posseiros que estão já há algum tempo na área dos índios — com o objetivo de se evitar um possível conflito entre brancos e indígenas em razão de questões fundiárias. O Getat — Grupo de Terras do Araguaia e Tocantins foi convidado para essa reunião mas não mandou representante.
A situação em Tocantinópolis ficou ainda mais complicada nos últimos dias a partir da interferência do vereador José Bonifácio, ex-agente da Polícia Federal. Conforme ocorrência policial registrada em Araguaína, Bonifácio teria insuflado posseiros para fazer ameaças a Erivelson Ribeiro de Almeida, chefe do posto São José, e ao delegado Gilberto Azânia — o que acabou acontecendo. O vereador também é acusado de ter furtado placas indicativas de área indígena, instaladas na região pela Fundação Nacional do Índio.
Enquanto isso, continuam os problemas. Até os funcionários da Funai estão sofrendo conseqüências desse quadro, recebendo, por exemplo, ameaças através de telefonemas anônimos. Comenta-se na região que 60 homens estariam preparados para destruir o restante das placas existentes. Torna-se cada vez mais iminente a possibilidade de um conflito, envolvendo brancos e índios. (**O Popular, 24/11/1984**).

Invasão do Cocalinho

No último domingo, cerca de 25 homens armados e aparentemente embriagados, entre os quais estava o ex-prefeito de Araguatins, João de Deus, retiraram mais de 40 índios apinajé da Aldeia de Cocalinho (Araguatins), e foram levados para as margens da Rodovia Transamazônica, onde ficaram abandonados. A informação foi prestada por pessoa ligada ao Centro de Trabalho Indigenista, que esclareceu ainda ser dramática a situação no município de Araguatins, podendo ocorrer, a qualquer momento, morte entre os índios ou os próprios homens armados, em caso de reação dos índios.
Os índios abandonaram em sua aldeia, sob as ameaças, os mantimentos, animais e utensílios domésticos, além das terras, sob ameaças de que se voltarem para lá serão mortos.
Diante da situação a Polícia Federal foi ao local e lá permaneceu por poucos dias e, assim que retornou, o clima tenso voltou, com ameaças de morte. (**O Popular, 1/12/1984**).

FUNAI apela para governador

Os índios apinajés, que ocupam uma área de 148 mil hectares entre os municípios de Tocantinópolis e Itaguatins, no Norte do Estado, não mais viverão humilhados e ameaçados de despejo por posseiros da região. A garantia foi dada ontem pelo governador Iris Rezende, durante audiência que concedeu a uma equipe da Fundação Nacional do Índio, liderada pelo seu presidente, Nelson Marabuto, que veio a Goiânia "apelar para a sensibilidade do Governador".
Marcos Terena, que também é índio, além de chefe de gabinete da Funai, informou que no último fim de semana, uma equipe da FUNAI, junto com a PM de Goiás, apreendeu vários armamentos, inclusive pesados, com posseiros e fazendeiros da região. Segundo ele, essas armas vinham sendo utilizadas contra os índios "sob o comando do vereador Bonifácio Gomes, do PDS de Tocantinópolis", o qual acusa de "ter usado os posseiros para interesse próprio". Isso porque — argumentou — "a comunidade de Tocantinópolis está preocupada, tão-somente, no reassentamento das pessoas que se encontram na área indígena, que está sendo objeto de negociação entre a Companhia Vale do Rio Doce, Funai, Governo do Estado de Goiás e, provavelmente, o Getat". (**O Popular, 05/12/1984**).

Pressão do Banco Mundial

Brasília — O Banco Mundial está ameaçando reter as próximas parcelas para financiamento do Projeto Carajás, caso o Governo não resolva o problema das terras dos índios Apinayé, que vivem ao norte de Goiás, área de influência do projeto. O presidente da Funai, Nelson Marabuto, e o chefe de Gabinete, Marcos Terena, já discutiram o assunto com o governador de Goiás, Iris Rezende, pois o impasse para a solução do problema está no reassentamento das famílias de colonos que vivem na área indígena. O Banco Mundial liberou 12 bilhões de cruzeiros para este trabalho,

mas estão existindo dificuldades para encontrar um local para a transferência das famílias não índias.

No último final de semana, os problemas entre índios e brancos aumentaram na área, com a prisão do chefe do posto do Apinayé, Erivelson de Almeida, por ordem do vereador de Tocantinópolis, José Bonifácio. O chefe do Posto, segundo Marcos Terena, foi humilhado e quase obrigado a engolir o jornal "O Popular", de Goiânia, que trazia uma entrevista sua apontando as perseguições que os índios vêm enfrentando.

Na reunião com Iris Rezende, pouca coisa ficou definida, porque o assentamento dos colonos está afeto ao Getat — Grupo de Terras do Araguaia-Tocantins, com quem o presidente da Funai deverá ter um encontro em Brasília. No projeto apresentado ao governador de Goiás, a Funai propõe a criação de uma área de 148 mil hectares para os índios e a sua demarcação. (**O Liberal, 10/12/1984**).

Políticos querem ouvir governador

Uma comissão de políticos de Tocantinópolis deverá, nos próximos dias, procurar o governador Iris Rezende a fim de saber dele se realmente disse ao Presidente da Funai, Nelson Marabuto — em audiência concedida dia quatro último — que vai proteger os índios Apinajé. Semana passada, o vereador José Bonifácio Gomes, do PDS de Tocantinópolis — acusado de incitar posseiros contra os Apinajé — esteve em O POPULAR. Disse que não concorda com nenhuma das colocações feitas por Nelson Marabuto sobre a situação dos índios no Norte do Estado e que não acredita que o Governador tenha mesmo dito que irá apoiar os indígenas.

Além do esclarecimento, os políticos tocantinopolinos desejam — conforme Bonifácio — que o Governador aprecie uma série de documentos que a Prefeitura Municipal está levantando sobre o assunto.

De acordo ainda com Bonifácio, ele propõe a formação de uma comissão suprapartidária. Garantiu que dela participarão, seguramente, o Prefeito e o Vice-Prefeito de Tocantinópolis — José Saboía de Souza Lima e Assad Cortez — ambos do PMDB, bem como os 13 vereadores locais — oito do PMDB e três do PDS, incluindo aí Augustinho José Rodrigues, presidente de uma CPI que investiga a problemática e o Presidente da Câmara Municipal, Antônio José Rodrigues. O vereador José Bonifácio quer também que a comitiva seja engrossada pelos deputados estaduais Maranhão Japiassu e Brito Miranda (PMDB) e pelos deputados federais José Freire, Secretário da Segurança Pública, e Tobias Alves, Presidente Regional do PMDB — que tiveram votos no município de sua cidade. (**O Popular, 16/12/1984**).

Posseiros incendeiam o Cocalinho

Armado de espingardas, com tochas acesas na mão, um grupo de posseiros invadiu na noite de terça-feira, a aldeia Cocalinho, dos índios apinajés, em Tocantinópolis, Norte de Goiás, queimando quase todas as casas. A notícia foi transmitida ontem pelo antropólogo Cláudio Romero ao chefe de gabinete da Funai, Marcos Terena.

Disse ainda o antropólogo que os líderes apinajés decidiram embarcar para o Rio de Janeiro onde vão tentar manter contato com os representantes do Banco Mundial para que seja suspensa a remessa de recursos ao Projeto Carajás. Além de incendiar parte da aldeia, os posseiros agrediram o cacique Francisco Apinagé e o funcionário da Funai, Erivelson de Almeida, que foram à cidade de Tocantinópolis fazer compras. Segundo informações de Marcos Terena, "os dois apanharam muito, na frente da delegacia de polícia". (**Folha da tarde, 27/12/1984**).

Acordo suspende a demarcação

O deputado estadual Brito Miranda (PMDB) informou ontem que o processo de demarcação das áreas indígenas dos Apinajé, no Norte do Estado, iniciado na semana passada pelos próprios silvícolas, foi cessado. Isso porque, segundo ele, na véspera do Natal "foi encontrado um **modus vivendi** em função do qual se suspendeu o serviço demarcatório, até que haja uma negociação mais prática e mais objetiva que possa atender às duas partes". (**O Popular, 27/12/1984**).

Demarcação reiniciada

Suspensa na véspera do Natal, foi reiniciada ontem, pelos índios, a demarcação da reserva dos Apinajé, no município de Tocantinópolis, no Norte do Estado. A informação é do delegado da Ajudância da Funai de Araguaína, antropólogo Gilberto Azanha. Ele disse que os silvícolas "esperaram demais" por um topógrafo que deveria ir para a área e, como isso não ocorreu, recomeçaram as picadas, com o objetivo de demarcar os 148 mil hectares pretendidos pelos indígenas.

Por outro lado, cerca de 20 soldados do destacamento da Polícia Militar de Araguaína estão em Tocantinópolis, sob o comando de um tenente. A missão deles, segundo explicou a corporação, é de apenas garantir a segurança pública na cidade, evitando que brancos se desloquem até a aldeia e que índios permaneçam em Tocantinópolis. A medida visa impedir que haja confrontos entre brancos e indígenas. Quando estes precisam ir à cidade, o fazem escoltados por PMs. O clima é de tensão.

Enquanto a Funai argumenta que não houve acordo para suspensão da demarcação, a outra parte diz que isso ocorreu e alega, inclusive, que a solução do problema depende, basicamente, de três providências — a imediata suspensão da demarcação pelos índios, baseando-se na premissa de que, para ter valor legal, precisa do aval do Getat (Grupo de Terras do Araguaia/Tocantins); a retirada de índios Kraô que — alegam — ainda estariam na aldeia Apinajé, ajudando-os nesse trabalho; e, finalmente, a substituição de altos funcionários da Funai que trabalham em reservas indígenas no Norte do Estado, os quais estão sendo acusados de incitar os índios a se rebelarem contra os posseiros. (**O Popular, 28/12/1984**).

Marabuto contém os índios

O Presidente da Fundação Nacional do Índio, Nelson Marabuto, chegou ontem em Tocantinópolis.

Conforme havia sido anunciado, a força policial foi reforçada pela Polícia Militar do Estado com mais 20 homens. Estes, segundo consta, não estão tendo por enquanto muito trabalho, uma vez que a viagem de Marabuto à região fez os índios recuarem um pouco, ante a perspectiva de entendimento.

A demarcação de 148 mil hectares, pretendidos pelos índios e contestados pela população tocantinopolina, que havia sido reiniciada esta semana, foi novamente suspensa ontem, conforme informações prestadas pelo destacamento da

PM em Tocantinópolis, cujos soldados têm acesso livre tanto na aldeia quanto na cidade.
A população de Tocantinópolis continua insistindo na substituição de altos funcionários da Funai que no momento encontram-se na direção de reservas indígenas localizadas no Norte do Estado, sob a argumentação de que estariam orientando os silvícolas para se rebelarem contra os brancos. (**O Popular, 30/12/1984**).

Presidente quase apanha em Tocantinópolis

Insuflados por dois vereadosres: José Bonifácio de Souza (PDS) e Agostinho Araújo Rodrigues (PMDB), moradores da cidade de Tocantinópolis ameaçaram e ofenderam ontem o Presidente da Fundação Nacional do Índio, Nelson Marabuto, e seus assessores que ali se encontravam para discutir as providências contra os ataques que vêm sendo feitos contra as aldeias dos índios Apinajés. Nelson Marabuto disse que a agressão contra ele e os assessores só não se concretizou em face da presença de 10 soldados da PM, fortemente armados. (**O Dia, 31/12/1984**).

Indios procuram apoio

"Esperamos falar com o Ministro Venturini no máximo até quinta-feira. Sexta-feira vamos para o Xingu e, se for preciso, faremos uma guerra com a ajuda dos índios de lá". A afirmação, do Capitão Francisco Apinagé, mostra a disposição dos nove índios Apinagés que estão em Brasília para tentar uma solução pacífica com a Funai e o Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, no conflito entre os posseiros e os índios habitantes do norte de Goiás. (**JB, 02/01/1985**).

Marabuto responsabiliza o MEAF

"O que quer que aconteça com os índios Apinagé a responsabilidade caberá ao Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins, subordinado ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (Meaf), ambos órgãos componentes do Conselho de Segurança Nacional". A afirmação é de uma autoridade da Fundação Nacional do Índio ao sentir que o encontro mantido ontem entre o presidente do órgão tutelar, Nelson Marabuto, e o do Getat, Iris Pedro da Silva, não resultou numa solução imediata para o problema.
Marabuto fez questão de frisar que o ministro do Interior, Mário Andreazza, — que o convocou para uma reunião imprevista na segunda-feira — se manifestou sensibilizado com a grave situação dos Apinagé e imediatamente entrou em contato telefônico com o ministro Danilo Venturini, do Meaf. O resultado disso foi o encontro de Marabuto com Iris Pedro, que há muito se recusava a discutir o assunto, apesar da insistência do presidente do órgão tutor, por divergir quanto à exigência da Funai de demarcar 148 mil e 600 hectares. A reunião, da qual participaram outros membros do CSN, não foi conclusiva. (**Jornal de Brasília, 09/01/1985**).

Aumenta a expectativa

Os nove mil habitantes de Tocantinópolis, Município do Norte de Goiás, estão vivendo um clima de extrema tensão, temendo um ataque dos mil índios que se encontram na Aldeia São José, a 20 quilômetros daqui. Da mesma forma, na aldeia, 600 apinajés e mais 400 índios de 12 tribos diferentes temem ser mortos pela população da cidade.
Além dos 35 policiais que andam armados durante 24 horas por dia pelas ruas da cidade, o Prefeito José Sabóia de Souza Lima solicitou ontem ao Município de Araguaína, como reforço, mais 50 policiais. Para garantir a integridade física dos mil índios, o chefe do posto da Funai, Erivelson Ribeiro Almeida, também solicitou o envio urgente de agentes da Polícia Federal. Para ajudar os apinajés no trabalho de demarcação, as principais lideranças de 12 tribos — entre elas as dos xavantes (Mato Grosso), canela (Maranhão), funio (Pernambuco) e txucarramãe (do Xingu) — deslocaram-se para a aldeia na semana passada.
O Presidente da Funai, Nelson Marabuto, informou ontem que o grupo interministerial que delibera sobre a demarcação de áreas indígenas definirá no próximo dia 31 um território para os índios apinajés. Até lá, a Funai pedirá um prazo aos índios, pois o Getat está procurando outro local para reassentar as 600 famílias de posseiros, que vivem no território apinajé. (**O Globo, 24/01/1985**).

Primeiros tiros na picada

O primeiro enfrentamento entre fazendeiros e Apinagés no Norte de Goiás, ocorreu na tarde de ontem. Os índios que abrem a picada de demarcação da área foram surpreendidos pelos tiros. Não houve feridos, mas a tensão na área é crescente, tanto na aldeia, como na cidade de Tocantinópolis.
Ontem, os povoados de Passarinho e Prate, à beira da Transamazônica, amanheceram sob a proteção dos soldados da Polícia Militar de Goiás. E na estrada Belém-Brasília, a cinco quilômetros de Araguaína (Goiás), a Polícia Rodoviária Federal, com apoio da Polícia Militar, param todos os carros que trafegam nos dois sentidos da rodovia. Os policiais querem evitar a chegada de mais índios na reserva Apinagé.
Apesar disso, os kaiapó do Sul do Pará e os índios do Parque do Xingú estão se preparando para vir a área defender o cacique Raoni, que desde a semana passada apóia o trabalho dos Apinagés. Raoni, chefe do Txukarranaê, está ameaçado de prisão por comandar o movimento de abertura da picada de demarcação e as autoridades policiais acreditam que sua presença no Norte de Goiás é estímulo aos demais índios.
Na cidade de Tocantinópolis, o superintendente da Funai, Gérson da Silva Alves, acompanhado por quatro índios, foi cercado por seiscentas pessoas, a maioria armada. Ele pretendia manter contato com as autoridades locais, tentando negociar com os fazendeiros e políticos locais.
À tarde, o superintendente da Funai tentou negociar com os índios, pedindo mais um prazo para demarcação oficial da reserva. O prazo dado é 30 de janeiro, mas os índios não querem mais esperar porque há doze anos reivindicam a demarcação da terra. (**Folha da Tarde, 25/01/1985**).

Nova trégua até o dia 31

Os mil índios que se encontram na aldeia São José decidiram ontem suspender a demarcação de suas terras até o dia 31, quando o grupo integrado por representantes dos Ministérios para Assuntos Fundiários e do Interior, do Conselho de Segurança Nacional, Getat e Funai deverá apresentar a decisão final sobre a área.
Até lá, entretanto, os índios permanecerão mobilizados para garantir a segurança da área. As lideranças indígenas decidiram ainda que se o Governo federal não der as terras eles voltarão a abrir picadas.

A situação continua tensa apesar da chegada do Coronel Renato Silva, comandante do 3º Batalhão da Polícia Militar, de Araguaína, que assumiu os trabalhos de segurança, até então sob a responsabilidade exclusiva do Delegado Lima. O Coronel Renato montou um posto de vigilância no Trevo de Nazaré — entre a aldeia e a cidade — para evitar confrontação.
A decisão dos índios foi comemorada em Tocantinópolis como primeira vitória dos fazendeiros que se dizem proprietários de terras reivindicadas pelos apinajés, embora nenhum deles tenha títulos comprobatórios de posse. Esses fazendeiros, reunidos ontem na cidade, afirmavam estar dispostos a defender suas terras mesmo que, para isso, precisem usar a força.
Um dos momentos mais tensos dos últimos dias ocorreu na tarde de quinta-feira, quando dois caminhões e seis carros, que transportavam dezenas de homens armados, tentavam se dirigir à Aldeia São José. Embora não tenha aprendido as armas, o Coronel Renato Silva interceptou os veículos e determinou seu retorno imediato.
O Secretário de Segurança de Goiás, José Freire, reuniu-se ontem à tarde com 15 lideranças indígenas para apresentar uma contraproposta: 85 mil hectares para a reserva. Freire disse que 85 mil eram suficientes para a comunidade apinajé, lembrando que esta proposta havia sido apresentada pela Funai em 1978. Os índios liderados pelo Cacique Raoni (txucarramãe) recusaram, afirmando que não abrem mão dos 148,6 mil hectares. (**O Globo, 26/01/1985**).

FUNAI acusa o secretário de Segurança

O presidente da Funai enviou telex ao governador de Goiás, Íris Resende, protestando contra atitude do secretário de Segurança do Estado, José Freite, que assumiu compromisso com a população de Tocantinópolis, de pressionar o governo federal para que não seja demarcada a área dos índios Apinajés.
José Freire, segundo a Funai, vai a Brasília com outros políticos do Norte de Goiás para conversar com o ministro para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini. Ele pretenderia impedir que, na reunião marcada para o próximo dia 31, o Grupo Interministerial, seja aprovada a área de 148 mil hectares para os Apinajés.
No radiograma urgente que recebeu de Tocantinópolis, o presidente da Funai foi informado de que o clima de tensão aumentou muito com a visita do secretário, que promoveu uma reunião na praça central da cidade, com a participação de duas mil pessoas. Na ocasião, José Freire teria assumido o compromisso de não deixar sair a demarcação da área indígena, que irá implicar na retirada das 500 famílias de posseiros que estão dentro da reserva. (**Jornal da Tarde, 29/01/1985**).

Veto do CSN

O Conselho de Segurança Nacional vetou, ontem, a proposta de demarcação de uma área de 148.600 hectares para os índios apinajés, no Norte de Goiás, recomendando que a área reivindicada seja reduzida em 60 mil hectares, limitando-se a Oeste pela rodovia Transamazônia. Ficou definido na reunião do grupo interministerial que está analisando a questão que, na próxima segunda-feira, um grupo integrado por representantes do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, Getat do Ministério do Interior e da Funai sobrevoará a área onde persiste um forte clima de tensão, segundo afirmou o delegado do órgão na área, Gilberto Azanha.
Ao sair da reunião que durou quase cinco horas, o presidente da Funai, Nélson Marabuto, disse que o órgão chegou a submeter ao "grupão" uma proposta alternativa, que reduziria a área indígena em 18 mil hectares, deixando de fora dos limites da reserva a região de Cocalinho, área reconhecida como de posse imemorial dos apinajés, onde, inclusive, estão localizados antigos cemitérios. Mas o Conselho defende a posição da não-incorporação de um grande trecho da rodovia Transamazônica à área indígena e, com isso, a aldeia de Cocalinho ficaria fora da área a ser demarcada, proposta que provavelmente será rejeitada pelos índios. (**ESP, 01/12/1985**).

Novo prazo para demarcação

Os índios da aldeia apinajé decidiram ontem, após várias horas de reunião, aguardar até segunda-feira a visita dos membros do grupo interministerial que estuda a demarcação da reserva indígena na região. A remarcação está interrompida há nove dias para esperar a decisão do grupo.
Ontem à tarde policiais militares de Goiás chegaram ao trevo que une a Transamazônica à rodovia que dá acesso a Tocantinópolis, engrossando o acampamento montado para evitar o confronto entre índios e brancos. (**FSP, 02/02/1985**).

Primeira vítima

Foi rompida a trégua de brancos e índios que disputam terras às margens da rodovia Transamazônica, no extremo norte do Estado de Goiás, depois que o vereador José bonifácio Gomes, do PDS, feriu gravemente a tiros de espingarda um sargento da Polícia Militar que escoltava um veículo da Funai.
A trégua vinha sendo respeitada desde o dia 25 último, quando os índios apinajés, auxiliados por guerreiros de várias tribos, sob o comando do cacique txucarramãe Raoni, suspenderam a demarcação de 148 mil hectares de terras esperando a chegada do presidente da Funai, Nélson Marabuto, e do representante do Ministério para Assuntos Fundiários e Getat para uma reunião hoje, às 10 horas da manhã, na aldeia.
Na aldeia, o medo de ataque de brancos aumentou, levando os índios a tomarem medidas especiais de segurança. Fortemente armados de espingardas e bordunas, eles formam piquetes nas estradas que dão acesso à aldeia, não permitem a entrada de brancos, e os jornalistas que diariamente os visitam foram orientados a fazer sinais de identificação antes de penetrarem em seu território. (**JT, 04/02/1985**).

Enfrentamento iminente

A Transamazônica poderá ser interditada hoje pelos índios apinajés e mais 600 guerreiros de outras tribos que se uniram a eles para reiniciar esta manhã, a demarcação de suas terras. Esta é mais uma forma de pressão que os índios poderão adotar, além da decisão, tomada ontem, de reiniciar a picada demarcatória às 8h30. Sob a chefia do cacique txucarramãe Raoni, os índios tentarão isolar uma área de 148.600 hectares em disputa com fazendeiros e posseiros.

A decisão dos índios de reiniciar as picadas na mata aumentou a tensão na cidade de Tocantinópolis, a 25 quilômetros da aldeia São José, dos apinagés, onde desembarcam, diariamente, reforços armados procedentes de tribos das regiões próximas ao território em conflito. Os reforços chegam também para os fazendeiros: pistoleiros contratados estão concentrados nas fazendas prontos para marchar em direção à aldeia, mesmo sabendo da existência da barreira de 120 homens da Polícia Militar de Goiás. Os apinajés estavam dispostos a incendiar as casas abandonadas pelos posseiros, às margens da estrada que leva à aldeia, sendo controlados pelo cacique Francisco, que reuniu seus guerreiros, prometendo começar o dia, hoje, com uma grande concentração disposta a repelir à força qualquer tentativa de adiamento da demarcação. Referindo-se ao presidente da Funai, Francisco afirmou: "Marabuto precisa saber que índio não é santo para viver de promessa".
Sob o comando de Raoni, darão cobertura aos apinajés, guerreiros de mais seis tribos txucarramãe, crenacarore; caro, canela, xavante e terena, como afirma o cacique, todos "de cabeça quente". Muitos estão a mais de um mês distantes de suas aldeias e famílias e percebe-se facilmente a irritação pela forma como estão sendo tratados nesse conflito com os brancos. Desde que o deputado Mário Juruna, do PDT do Rio, fez um discurso inflamado na aldeia contra os brancos, a palavra de ordem passou a ser "índio não é palhaço". **(ESP, 06/02/1985).**

Questão agora é entre ministros

O presidente da Funai, anunciou ontem à tarde que as negociações entre o Meaf e a Funai, para uma solução do conflito na área dos índios apinajés, chegara a um impasse, depois de uma reunião do grupo interministerial que estuda o problema. A questão foi transferida ontem mesmo para os ministros do Interior, Mário Andreazza, e do Meaf, Danilo Venturini, que vão analisar hoje as duas propostas que existem: a da Funai, que defende a demarcação de uma área de 148.600 hectares para os apinajés e a do Meaf, através do Getat, que insiste em diminuir a área para que a reserva não englobe um trecho da rodovia Transamazônica.
Marabuto disse que no sobrevôo que os membros do grupo interministerial realizaram, anteontem, na área, ficou bem caracterizado que o número de posses existentes com benfeitorias não é grande e que os apinajés são os maiores produtores de arroz da região. "Os posseiros — disse Marabuto — ocupam, na verdade, 30% da área". A Funai, segundo ele, estaria disposta a abrir mão de 18.000 hectares ao Norte de Cocalinho, mas jamais deixar este antigo aldeamento fora dos limites da reserva indígena. "A Funai não abre mão da margem Oeste da Transamazônica, como quer o Meaf" — concluiu Marabuto. **(ESP, 06/02/85).**

Persiste o impasse

Apesar das ameaças de conflitos graves entre índios, posseiros e fazendeiros, o governo federal adiou ontem mais uma vez a definição da área a ser destinada à reserva indígena apinajé.
O assunto provocou ontem dois encontros entre os ministros — um pela manhã e outro, de duas horas, no início da tarde. Depois, cada um retornou à sua área para analisar as propostas em negociação. O Getat e o Ministério para Assuntos Fundiários não concordam em ceder as terras a oeste da rodovia Transamazônica, que corta a reserva, alegando razões de segurança nacional. Essa recusa resulta na redução da área indígena para 103 mil hectares.
O governo encaminhou consulta à Procuradoria Geral da República sobre a situação jurídica das terras abarcadas pela reserva. A área é composta por terras particulares e devolutas da União e do Estado de Goiás, além de uma parcela ocupada ilegalmente por posseiros.
A maior preocupação da Funai é o esgotamento das possibilidades de argumentação com os índios. Segundo o sertanista Cláudio Romero, que se encontra na área, ontem ainda foi possível desmobilizar um grupo de índios que iniciou a interdição da Transamazônica. Hoje, ela é quase inevitável. Além disso, os apinajés prometem retornar as picadas no mato, marcando o que consideram a sua posse. Através de rádio, Romero informou também à Funai que a indefinição do governo está provocando intranqüilidade entre os posseiros, que começam a fugir sem saber para onde ir.
Hoje Mário Andreazza e Danilo Venturini deverão voltar a discutir o assunto. Uma alternativa oferecida pela Funai seria a delimitação da área apinajé em 130 mil hectares. Ficaria de fora da reserva uma área de 18 mil hectares localizada ao norte, da qual os próprios índios aceitariam abrir mão. **(FSP, 07/02/1985).**

FUNAI anuncia solução próxima

Enquanto assessores da Funai informavam em Brasília que o presidente Figueiredo deve assinar decreto criando para os índios apinajés do Norte de Goiás uma reserva de 130 mil hectares, 18.600 a menos do que a proposta apresentada anteriormente pela Funai e 27 mil a mais do que queria o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, em Tocantinópolis, sob a proteção de guerreiros armados, mais de cem índios começaram ontem a abrir picadas no meio da mata, a menos de três quilômetros do centro da cidade, dando início à demarcação dos 148 mil hectares de terras que a tribo quer.
O bloqueio da rodovia Transamazônica, imposto por 24 horas pelos indígenas comandados pelo cacique tchucarramãe Raoni, que lidera o movimento dos apinajés, foi suspenso diante da promessa de Marabuto apresentar hoje aos chefes de oito tribos reunidos na aldeia São José, uma definição do governo federal para acabar com o conflito, que se arrasta há um mês.
Desde que a disputa pelas terras que circundam **Tocantinópolis** tomou aspecto de guerra essa foi a primeira vez que os apinajés comandados por Raoni chegaram tão perto da área urbana, fazendo com que o presidente da Câmara local, Evandro Guimarães, reunisse em sua casa mais de 20 fazendeiros dispostos a formar milícias civis para enfrentar os índios.
O presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheider, falou ontem pelo telefone com o ministro Danilo Venturini e com o governador de Goiás, Íris Resende. O general garantiu que na segunda-feira surgirá uma solução satisfatória, enquanto o governador informou que manterá a segurança e pensa em ressarcir os colonos que terão de sair das terras. **(ESP, 08/02/1985).**

Transferida luta para Brasília

Tão logo foram informados pelo presidente da Funai, Nélson Marabuto, e pelo sertanista Cláudio Romero, que o governo vai demarcar 130 mil hectares de reserva para os índios apinajés, no Norte de Goiás, sete caciques, representando tribos em conflito com fazendeiros pela posse das terras, deixaram suas bordunas e espingardas e tomaram o

avião **Bandeirante** da Funai, transferindo sua luta para Brasília. De lá, eles só pretendem voltar com um decreto que permita a demarcação pacífica da área indígena. (**ESP, 09/02/1985**).

Raoni irá ao Planalto

O cacique Txucarramãe Raoni ameaçou ontem ir ao Palácio do Planalto caso o governo federal não chegue hoje a uma definição a respeito da demarcação da reserva indígena dos apinajés. Raoni está em Brasília desde sexta-feira, com sete outros caciques, dos quais dois apinajés, e ontem manteve encontro pela manhã com o presidente da Funai, Nélson Marabuto, no qual insistiram na concessão de 148.600 hectares.
Ontem, os ministros do Interior, Mário Andreazza, e de Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, estiveram permanentemente em contato, discutindo os últimos detalhes da exposição de motivos do decreto de demarcação. Segundo informou ontem a assessoria de imprensa do Ministério do Interior, a previsão é de que este decreto seja submetido hoje ao presidente Figueiredo pelo ministro Andreazza. (**FSP, 12/02/1985**).

Nova proposta

O presidente da Funai, Nélson Marabuto, garantiu ontem que os ministros do Interior, Mário Andreazza e para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, depois de muitas negociações chegaram a um acordo quanto aos limites da área que será demarcada para os índios apinajés no extremo Norte de Goiás: a reserva terá 142.800 hectares. Com a nova proposta os índios perdem terras ao Sul próximo a Tocantinópolis, mas terão sua área aumentada no limite Norte-Leste. Além disso, a Transamazônica passará a ser o limite Oeste do território indígena, como postulava o Conselho de Segurança Nacional, a não ser na região próxima à aldeia de Cocalinho, onde será construída uma variante para a rodovia, que deixará a aldeia dentro do perímetro a ser demarcado. (**ESP, 13/02/1985**).

Íris intervém no decreto

Frustração total. Esse era o clima, ontem, entre os índios Apinajé, de Tocantinópolis, norte de Goiás, que se encontravam na Funai aguardando a prometida assinatura do decreto demarcatório de suas terras para ontem, mais uma vez adiada, e agora por intervenção direta do governador daquele Estado, Íris Rezende. Este, momentos antes do presidente João Figueiredo firmar o documento cedendo 143 mil e 600 hectares de terras para aquela comunidade indígena, convenceu-o de que deveria reduzir o espaço argumentando que esta área seria aproveitada para a implantação de projetos econômicos.
Dessa forma, o governador colocou por terra o difícil, mas afinal alcançado, acordo entre os ministros do Interior, Mário Andreazza, e Extraordinário para Assuntos Fundiários, general Danilo venturini — também secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional — para a resolução da questão Apinajé que se arrasta, em forma de conflitos crescentes, desde novembro.
Íris Resende, inconformado com a decisão dos dois ministros passou o dia negociando a redução do território, obtendo o seu intento ontem, com a solicitação e retirar não apenas a parte sul da reserva, próxima à cidade de Tocantinópolis — onde se situam muitos dos seus eleitores —, como também parte de limite norte, inclusive cortando uma área da aldeia sagrada de Cocalinho.
Há um forte temor no sentido de que o Governo Federal decida baixar decreto autoritário, acatando a proposta de Íris Rezende, "o que teria resultados inimagináveis". (**Jornal de Brasília, 14/02/1985**).

Decreto Presidencial

O Presidente da República através do Decreto nº 90.960 de 14/02/85 declara de ocupação dos silvícolas a Área Indígena Apinayé, no Município de Tocantinópolis e Itaguatins, GO. (**Diário Oficial da União, 15/02/1985**).

Decreto assinado

O ministro do Interior, Mário Andreazza, anunciou ontem que o presidente Figueiredo assinou decreto concedendo 143 mil hectares para os índios Apinajés, no Norte de Goiás. A proposta finalmente aprovada é a mesma que foi discutida esta semana pelos ministros do Interior e dos Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, e atende a exigência do Conselho de Segurança Nacional de não-anexação de longo trecho da Transamazônica à área apinajé. Os índios perdem terras ao Sul, mas ganham ao Norte, e o presidente da Funai, Nélson Marabuto, disse que já na próxima quarta-feira a 4ª Diretoria do Serviço Geográfico do Exército iniciará o trabalho de demarcação da área. (**ESP, 15/02/1985**).

Índios repudiam o decreto

A definição da reserva indígena apinajé nos termos impostos pelo governo federal começou a provocar os primeiros protestos: um grupo de quatro líderes está em Brasília desde a noite de quinta-feira para tentar insistir na concessão dos 148.600 hectares reivindicados originalmente. Os índios protestam pela perda de uma área ao sul da reserva, onde estão cultivados seis alqueires de arroz que sustentam a aldeia São José, conforme explicou o antropólogo Gilberto Azanha.
Segundo ele, o decreto criando a reserva e autorizando a demarcação, assinado pelo presidente Figueiredo, "foi um arranjo de gabinete que não tem a menor relação com a realidade dos índios". Azanha acha que os caciques que vieram a Brasília e aceitaram a proposta do governo foram pressionados e agora terão de enfrentar problemas internos. A área recebida ao norte, em troca das terras que perderam ao sul — que ficam a oeste da rodovia Transamazônica —, é um cerrado, onde os apinajés não costumam circular.
O grupo que discorda dos limites da reserva — ex-capitão Romão, Maria Barbosa, Grossinho e Juvelina — deve permanecer em Brasília até a segunda-feira, quando deverá retornar o presidente da Funai, Nélson Marabuto, que viajou para o Amazonas. (**FSP, 16/02/1985**).

Denúncia de saques

O delegado de polícia de Tocantinópolis, Domingo Teixeira de Jesus, saiu ontem em diligência até a localidade de Cocalinho, onde antes existia uma aldeia Apinajé, para confirmar denúncias de que os índios teriam invadido uma fazenda, matado animais e expulsado os moradores. A fazenda fica dentro da reserva conquistada pelos Apinajé mas a demarcação ainda não atingiu aquela área. O Presidente da Câmara Municipal, vereador Evandro Guimarães, informou, no início da noite, que a fazenda de João Ressaca, a 62 quilômetros da cidade de Tocantinópolis também sofreu a invasão dos índios. (**O Popular, 02/03/1985**).

AVÁ-CANOEIRO: OS ÍNDIOS NA CLANDESTINIDADE

Obrigados a uma inteminável marcha forçada, pequenos grupos de arredios vivem perseguidos no centro-sul goiano

André A. Toral*

Divididos em pequenos grupos "arredios" que sobrevivem através da caça, da coleta, do abate de gado, cavalos e burros, bem como do saque nas roças da região, os Avá-Canoeiro aparentemente não apresentam outras particularidades que os diferenciaram dos vários grupos indígenas "sem contato" que vivem atualmente no Brasil.
A particularidade dos Avá-Canoeiro reside não no seu modo de vida e sim na localização da sua zona de perambulação: o centro-sul goiano e parte do Distrito Federal. Deslocando-se numa região assim tão ocupada, os Avá-Canoeiro na verdade são obrigados a uma interminável marcha forçada que só poderá terminar com uma cilada bem-sucedida por parte daqueles que os perseguem.

Em função das hostilidades da população regional, os Avá-Canoeiro se mantêm permanentemente em movimento, atingindo regiões onde sua presença é absolutamente desconhecida. Só em 1984, o grupo de arredios do alto Tocantins percorreu pelo menos cinco ou seis municípios, indo do centro de Goiás até o município mineiro de Unaí, próximo aos limites dos dois estados.

Mestres em se esconder, sua presença só é notada pelos abates de animais e pelos saques em roças que são forçados a praticar, uma vez que estão impossibilitados de colocarem roças ou se fixarem num local. Quando um proprietário descobre sua presença, procura eliminá-los o mais rápido possível. Não só pelos prejuízos que já teve na sua criação e roças, mas também para evitar complicações na regularização do seu título de propriedade. Conversando com fazendeiros das regiões onde os Avá-Canoeiro apareceram, ouvi invariavelmente que "aqui nunca teve índio". A ausência de notícias desses índios em 1984, representa exatamente esta tentativa de se tentar esconder o que realmente aconteceu. Em outras palavras, quem sabe silencia, para não se "complicar".

Apesar de hostilizados e caçados por expedições particulares ou oficiais desde o século XVIII, os grupos Avá-Canoeiro conseguiram sobreviver em áreas de pouca concentração populacional e fracamente relacionadas economicamente com o resto do estado de Goiás e do país. A partir dos anos 70, esta situação começa a mudar. Com a construção da rodovia Belém-Brasília veio a valorização de extensas áreas do estado de Goiás. Encurralados, os grupos Avá-Canoeiro têm cada vez menos chances de passarem despercebidos. Os abates de animais tornam-se evidentes e expedições de "atração" passam a ser exigidas pela opinião pública, e pelos fazendeiros interessados.

Em 1973, parte do grupo do Araguaia, que vivia entre os rios Javaé e Formoso, é literalmente capturada pelo sertanista da FUNAI Apoena Meirelles, sendo rapidamente transferido das terras que ocupava, na Agropastoril Canoanã S.A., de propriedade do grupo BRADESCO, para o Parque Indígena do Araguaia. O restante do grupo, refugiou-se na Mata do mamão, enorme formação florestal nas terras do Parque Nacional do Araguaia (do IBDF), onde se enconram até hoje. Em 1984, fazendeiros e arrendatários do PNA e do PQARA dirigiram-se ao chefe do Posto Indígena Canoanã, o mais próximo da região e reclamaram providências ante o contínuo abate de gado. Como nenhuma medida

(*) *André A. Toral é antropólogo e atualmente faz mestrado em Antropologia Social no Museu Nacional da UFRJ.*

foto André A. Toral

Os quatro contatados no PIA Avá-Canoeiro, com o casal de funcionários da FUNAI.

foi tomada pelas "autoridades competentes", é perfeitamente possível que eles mesmos tenham se decidido a tomá-las, tratando de eliminar ou de espantar os índios para longe.

O restante do grupo vive na região do alto Tocantins. Também lá existem dois grupos, os "arredios" e os "contatados". Os últimos foram capturados em 1983. Os arredios faziam parte do grupo que foi capturado pelos frentistas da FUNAI em 1983, e que tinha como habitat, até o final da década de 70, as serras próximas aos formadores do alto Tocantins, de onde foram expulsos a bala por fazendeiros, especuladores e funcionários da FUNAI, como o sertanista Israel Praxedes (recentemente falecido), que grilou as terras onde este grupo mantinha roças e, inclusive, abriu uma fazenda, de sua "propriedade", na zona de perambulação dos índios.

Atualmente, não se sabe o número exato de grupos arredios no alto Tocantins. Sua presença é assinalada tanto nas regiões próximas ao local onde está o grupo "contatado", como em regiões distantes 300 km deste ponto. Em março de 1984, chegaram ao município mineiro de Unaí, onde sua presença foi descoberta graças aos abates que promoviam. Foram metralhados pelo destacamento local da PM, cujos comandantes acreditavam que os índios eram "animais". Depois desse episódio, foram cercados numa pequena mata por uma expedição de fazendeiros locais e estavam na iminência de serem eliminados, quando chegaram representantes da FUNAI e impediram o massacre. Esta foi a última notícia desse grupo. Ao que tudo indica, eles aparentemente retornaram à sua região de origem, buscando a proximidade de seus parentes já "contatados".

A população estimada dos Avá-Canoeiro é a seguinte:

grupo do Araguaia
arredios na Mata do Mamão *15*
contatados no P.I. Canoanã *07*

grupo do alto Tocantins
arredios do rio Manuel Alves *15*
contatados no P.I.A. Avá-Canoeiro *04*
arredios do rio Preto *15*
Total: *56*

É evidente que esta situação só se alterará quando a localização e a situação dos grupos arredios for conhecida com segurança. Além desse trabalho, depois do qual se iniciariam os de "atração", torna-se indispensável uma mudança da atitude daqueles que serão responsáveis pelo contato.

Com efeito, a história dos "contatos" feitos com os Avá-Canoeiro apresenta uma constante: o imediatismo dos frentista, motivados por razões de prestígio pessoal e funcional, acabou por causar separações traumáticas que dividiram os grupos em "arredios" e "contatados". Por baixo desses eufemismos na verdade está-se denominando grupos "capturados" e grupos ainda "soltos".

Ao invés de um trabalho de "atração" que visasse a totalidade do grupo, as expedições oficiais aos Avá-Canoeiro parecem ter se movido por um irresponsável pragmatismo onde "mais vale um índio na mão que dois no mato". Em meio às muitas violências cometidas nas "operações de contato", é de se supor que os "arredios" busquem escapar aos frentistas da FUNAI com a o mesmo desespero com que procuram se safar de seus perseguidores da região, uma vez que os métodos empregados são os mesmos.

Aconteceu na imprensa

AVÁ-CANOEIRO

Cavalos abatidos

A apenas 160 quilômetros da Capital federal, no município de Unaí (GO), um grupo de índios arredios vive sem qualquer contato com a civilização dos brancos. A presença do grupo na região foi descoberta por fazendeiros, que tiveram diversos cavalos abatidos e encontraram vestígios, como flechas, facões, até mesmo três malocas de palha, no local onde os índios, itinerantes, estiveram até o final do mês passado. Esta semana, o sertanista Odenir Silva, funcionário da Comissão do Índio da Câmara, esteve na região. Ele acha que os indígenas devem pertencer ao grupo dos Avá-Canoeiro, e estão fazendo uma espécie de "caminhada" para o Sul, analisando-se os vestígios deixados. O sertanista — enviado à área pelo Deputado Mário Juruna, que recebeu uma carta dos fazendeiros alertando para a presença dos índios — acha que a situação está-se tornando cada vez mais delicada, pois os fazendeiros estão revoltados com a perda de seus animais, que os índios caçam para comer. Além disso, ele considera que o grupo, provavelmente abrigado hoje na descida de uma pequena montanha, está ficando "encurralado". O Delegado de Polícia de Unaí enviou ofício à Funai, no último dia 31, pedindo a presença de uma equipe para tentar contato com o grupo e resolver a situação. Ele acha que tal grupo é formado por cerca de 10 a 15 índios. Até agora a Funai não atendeu ao pedido. (**O Globo, 15/4/84**).

Vítimas dos fazendeiros e de funcionários

A 200 quilômetros de Brasília, nos Municípios de Minaçu e Cavalcanti (GO), sobreviventes do grupo avá-canoeiro estão sendo "perseguidos e mortos por fazendeiros, como se fossem animais". A denúncia foi apresentada ontem pelo antropólogo André Toral, do Museu Nacional do Rio de Janeiro. A seqüência dos assassinatos, afirma Toral, "deve-se ao envolvimento dos funcionários da Funai em transações com as terras ocupadas pelos índios".
De acordo com a denúncia do antropólogo, o sertanista Israel Praxedes, encarregado do contato com os avá-canoeiros, é o principal envolvido na venda de terras desses índios. "Seu método — relata o antropólogo — é simples: ele chega nas proximidades do rio Maranhão (onde vivem os índios) e encontra um morador. Alegando a existência de índios no local e usando sua autoridade de representante da Funai, interdita e desapropria a área para fazer a atração. Mas, ao invés disso, vende a posse e se encarrega de "limpar a área, retirando os índios para outro local, para onde ele iria logo em seguida para fazer outra atração". (**Folha da Tarde, 17/09/84**).

KARAJÁ E JAVAÉ

Novo Testamento

O presidente Figueiredo recebeu, ontem, de representantes do SIL um exemplar do **Novo Testamento** escrito em língua dos índios Carajás. A entrega do documento religioso foi feita pelo cacique destes indígenas, Iajarroni. A audiência com Figueiredo estavam presentes o diretor do Instituto, Guilherme Taylor, o relações públicas James Wilson, acompanhados do índio Iajarroni. O Presidente da República disse aos representantes do Instituto que já conhecia alguma coisa da língua dos Guaranis e pediu explicações sobre saudações e despedidas em Carajá. (**Correio Braziliense, 30/03/84**).

Koxini vai dirigir o Parque

O Parque Indígena do Araguaia — localizado na Ilha do Bananal — está, a exemplo do Xingu, sendo também administrado por um índio. Ontem, o presidente da Funai, Jurandy Fonseca, empossou no cargo o karajá Daniel Coxini, que volta a sua tribo depois de ter morado por mais de vinte anos em Brasília, onde exerceu funções até mesmo na Presidência da República.
A indicação de Coxini, para a administração do parque aconteceu num momento em que os karajás se deparam com uma ameaça de violação da reserva, materializada pelo projeto de construção da Transaraguaia, uma estrada que cortará a Ilha do Bananal, ligando a Belém-Brasília ao município de Santa Teresinha.
A Construção da estrada está sendo considerada como um fato consumado pelo novo administrador, que já pensa até em cobrar pedágio a seus usuários. A maioria dos caciques, no entanto, considera a Transaraguaia como a porta aberta para a entrada de grileiros no parque e ainda para a prática da caça e da pesca predatórias, como esclareceu o cacique João, da aldeia de Boto Velho.
Ontem, na posse de Coxini, o cacique Raoni — txucarramãe — e um cacique Guajajara, do Maranhão, participaram das festividades na aldeia de Santa Isabel do Morro, onde houve danças, lutas e churrascos. Eles integravam a comitiva da Funai e, segundo o seu presidente, estão mantendo contatos com outras tribos para conhecerem os problemas indígenas como um todo, e não apenas os existentes nos limites de suas aldeias. (**Última Hora, BR, 18/06/84**).

FUNAI diz que vai ouvir IBDF, CSN e os índios

A construção da rodovia Transaraguaia cujo traçado previsto corta o norte do Parque I. do Araguaia, será o tema principal dos encontros que o presidente da Funai, Jurandy M. da Fonseca, manterá hoje à tarde no IBDF e no CSN.

foto Pedro José/EBN

Os Karajá dançam o Aruanã, na posse do novo diretor do PQARA: (da esq. para dir.) Jurandy Fonseca, Daniel Koxini (o diretor), Juruna, um Karajá e Raoni.

Ele quer saber por que foram iniciados os estudos para a construção dessa estrada — "eu peguei o bonde andando" — e o que pensa o IBDF a respeito. O Instituto detém 1/3 da Ilha do Bananal e exatamente no ponto onde suas terras se limitam com as do Parque é que a rodovia seria construída. Depois da reunião no IBDF, Jurandy vai ao Conselho de Segurança Nacional, que teria participado da decisão sobre a estrada. De posse das informações colhidas nesses dois órgãos, o presidente da Funai irá propor uma mesa-redonda, com a participação da comunidade indígena, pois considera fundamental ouvir a opinião dos índios.

Dependendo do grau de aculturação (que ele também pretende levantar) das tribos residentes ao Norte do Parque, Jurandy Fonseca condenaria a construção da Transaraguaia, que poderia provocar desequilíbrios na região. Ele pensa em tomar conhecimento também dos aspectos puramente técnicos, já que, de acordo com informações dos habitantes da área, a estrada não resistiria à primeira enchente do ano.

Questionado se um dos objetivos da Transaraguaia não seria atender a interesses particulares — conforme a versão corrente em São Félix do Araguaia, um dos beneficiários seria o superintendente da Sudeco, René Pompeo de Pina, que tem uma fazenda no município de Santa Terezinha — o presidente da Funai descartou essa possibilidade, considerando-a uma especulação, e ressaltou que em todos os documentos a que teve acesso sobre o assunto está evidente que o objetivo seria atender a região. (**Jornal de Brasília, 19/06/84**).

Diretor do Parque aceita a estrada

O diretor do Parque Indígena do Araguaia, o índio Daniel Koxini, em reunião realizada sábado com fazendeiros da região, concordou com a abertura da rodovia Transaraguaia que vai cortar a Ilha do Bananal, passando próxima à aldeia Javaé de Boto Velho. Em troca, os

fazendeiros interessados na abertura da estrada que ligará o Vale do Rio Xingu e o Vale do Araguaia à rodovia Belém-Brasília doarão aos índios Cr$ 300 milhões.

O bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, prelazia que atende à Ilha do Bananal, criticou a atitude tomada pelo diretor do parque, nomeado pelo novo presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, para o cargo, afirmando que muitos grupos indígenas que vivem na ilha, até mesmo os javaés que serão mais diretamente atingidos, não participaram da reunião, que foi realizada em Santa Isabel, onde vivem os carajás.

Ontem, em Brasília, o assessor do presidente da Funai, Porfírio Carvalho, disse que o órgão está estudando a questão mas, em princípio, não aceita a decisão tomada pelo diretor do Parque do Araguaia.

Segundo informações da área, numa primeira reunião realizada na ilha, semana passada, com a participação de representantes da Funai, Incra e IBDF, ficou definida uma posição contrária à construção da estrada. (**ESP, 15/08/84**).

Senador critica estrada

"A máfia que promove a destruição em grande escala da Ilha do Bananal, a qual o IBDF declara não estar em condições de combater e eliminar, terá a seu dispor e para sua comodidade, a existência de uma estrada que corta toda a ilha, facilitando grandemente o exercício de suas sinistras atividades". A afirmação é do senador Mauro Borges, do PMDB de Goiás, em discurso proferido da tribuna do Senado. Acrescentou ainda que o Parque Nacional do Araguaia, que juntamente com o parque indígena compõe a Ilha do Bananal, se de há muito vem conhecendo a ação predatória dos seus ecossistemas, desde que foi criado, há 24 anos, ficará agora, com a construção da estrada, exposto à sanha devastadora dessa máfia. (**Jornal de Brasília, 22/08/84**).

Indios querem indenização e fiscalização

Os índios Karajá, da Ilha do Bananal, ameaçaram ontem incendiar os tratores, caminhões e máquinas para construção da estrada Transaraguaia, que corta a reserva, caso a SUDECO não suspenda os trabalhos e mande retirar imediatamente o equipamento da área. A informação é do índio Idjarrure Karajá, chefe do posto indígena Santa Isabel do Morro, sede do Parque do Araguaia, que recebeu ontem um radiograma do diretor do parque, Daniel Coxini, informando que estava se deslocando para a aldeia de Boto Velho, ao norte da Ilha, para impedir a construção da estrada.

A construção do trecho final da Transaraguaia — que ligará o Vale do Xingu ao Vale do Araguaia, fazendo conexão com a Belém-Brasília — estava paralisada há alguns meses, já que a comunidade Carajá é totalmente contrária ao projeto, que destruirá um sítio sagrado em Boto Velho. No final de agosto, o superintendente da SUDECO, René Pompeu de Pina, enviou ofício ao presidente da FUNAI Jurandy Moraes da Fonseca, avisando que a obra deveria ser reiniciada "com a maior urgência" e que o bloqueio pelos índios no local estava causando grandes prejuízos financeiros.

Segundo Idjarrure, que seguirá para a Ilha do Bananal, os índios estariam dispostos a aceitar a construção da Transaraguaia em troca da montagem de uma infra-estrutura na aldeia de Boto Velho, a fim de que eles pudessem fiscalizar o tráfego e o pagamento de uma indenização de Cr$ 300 milhões. Até agora, os fazendeiros da região interessados na obra não concordaram com a proposta. (**Diário Popular, 14/09/84**).

Indios, FUNAI e empresários discutem

O presidente da Funai, Nelson Marabuto, reuniu-se ontem, na Ilha do Bananal, no Posto Indígena de Santa Isabel, com os líderes das comunidades indígenas, empresários da região, tendo como intermediário o deputado Mário Juruna. Os caciques da região do Araguaia impuseram para a construção da rodovia Transaraguaia que o presidente Figueiredo assine um decreto que garanta a posse e o uso das terras ocupadas pelas sete tribos que habitam a Ilha do Bananal, incluindo a reserva ecológica da Mata do Mamão.

A inclusão da Mata do Mamão na reserva indígena da Funai na opinião de Marabuto, não contraria os interesses do IBDF de preservação da fauna e flora, uma vez que o "índio não destrói o que foi criado pela natureza".

Daniel Koxinin — índio confirmado, no cargo de administrador da Reserva da Ilha do Bananal, ontem pelo presidente da Funai, disse que o que interessa basicamente é criar uma infra-estrutura que permita a melhora de condições de vida do índio que habita na região. "Entre essas comunidades indígenas três tribos já desenvolvem atividades agrícolas e pecuárias, os Karajás, Tapirapé e os Javaés. (**Jornal de Brasília, 02/10/84**).

Os Karajá de Marranduba

Doentes e passando fome, os índios Karajá da aldeia Marranduba, em Santana do Araguaia, sul do Pará, não acreditam mais na Funai. O capitão da aldeia, Mário Pereira, enviou carta para Brasília pedindo socorro. Na carta, ele diz: "Nós estamos passando fome, não tem mais peixe, tartaruga e tracajá, os de fora levaram tudo". Esses índios vivem às margens do rio Araguaia.

Informa ainda o capitão da aldeia Marranduba que toda a tribo "está muito doente, com sarampo, febres todo dia e ninguém mais dorme direito. Não temos remédio e nós já procuramos Funai daqui do Araguaia, mas, eles não resolvem nada. Não deixam a gente usar barco para pescar e sempre dizem que não tem óleo para o motor, porque não têm dinheiro".

Mário Pereira está sendo ameaçado também de perder o comando da aldeia porque os funcionários do órgão tutor dos índios decidiram trocar a chefia. A mudança de chefe desagrada aos demais índios, entre eles o líder Alfredo, que protesta, dizendo que "Funai não pode se intrometer no nosso povo desse jeito". A área dos Karajá de Marranduba já está demarcada, mas tanto o capitão da aldeia como o líder Alfredo reclamam da falta de fiscalização dos limites, dizendo que "a Funai não dá nem arame farpado para cercar nossa terra e logo vai aparecer invasor, por isso queremos que as autoridades façam alguma coisa porque nosso povo é pequeno e assim nós vamos desaparecer". (**Cidade de Santos, 03/11/84**).

SPHAN discute tombamento da Ilha

Entre outubro e dezembro do ano passado, a Subsecretaria do SPHAN recebeu dois pedidos de tombamento que surpreenderam seus técnicos e diretores: o da Ilha do Bananal, e o do Pantanal Sul-Matogrossense. Um ano depois, uma dúvida ainda persiste: seria essa a melhor forma para evitar-se o prosseguimento da destruição nas áreas de inestimáveis riquezas ecológicas?
A fim de definir qual a modalidade ideal para a preservação dos patrimônios naturais, cerca de 40 técnicos e pesquisadores dos problemas ambientais da Região Centro-Oeste reuniram-se durante três dias em Brasília, na sede da 8ª diretoria regional da SPHAN. Não chegaram a uma conclusão definitiva e nem mesmo alcançaram uma posição comum sobre a questão.
"O tombamento, de grande valor simbólico, é hoje a única saída para salvar a Ilha do Bananal", disse a antropóloga Mari Baiocchi, professora da Universidade Federal de Goiás e membro do Conselho de Cultura do Estado.
"Falar em tombamento me assusta. É uma atitude paternalista e sua aceitação pelos índios é duvidosa", questiona o sociólogo Olímpio Serra, ex-diretor do Parque Nacional do Araguaia, situado na Ilha do Bananal conhecida como a maior ilha fluvial do mundo.
A arquiteta Belmira Finageiv, diretora da 1ª delegacia regional da SPHAN, procurou estabelecer um meio termo nos debates. Para ela, é realmente necessário serem repensadas as diretrizes da atuação do órgão frente à questão do patrimônio natural, mas acha uma "ilusão pensar que o mero tombamento possa conter o processo de destruição ambiental que as duas regiões vêm sofrendo".
A devastação da Ilha do Bananal e do Pantanal são visíveis. Com 20 mil quilômetros quadrados — 510 quilômetros de extensão por 140 de largura —, a ilha vem sendo palco da ocupação indiscriminada por parte de posseiros, pescadores, caçadores e criadores, segundo a antropóloga Mari Baiocchi. "Seu ecossistema está desequilibrado, as florestas acabaram, a fauna está vulnerável a doenças, enfim, em pouco tempo não restará mais nada", alertou.
Outra vítima da destruição ambiental da ilha são os índios carajás, habitantes naturais da região. Hoje não chegam a dois mil, de acordo com Baiocchi. Coexistem com 20 mil cabeças de gado, cerca de 200 posseiros e a rodovia GO-262, que corta o Norte da ilha, dividindo o Parque Nacional e a Reserva Indígena do Araguaia. **(JB, 6/12/84)**.

5ª DR

Indios ameaçam invadir

Descontentes com a nomeação de um novo delegado para a DR-5, índios de todo o Mato Grosso estão ameaçando ocupar o prédio da delegacia e impedir que a nova autoridade tome posse. O que revoltou os indígenas é o fato da Funai não ter ouvido suas reivindicações de colocar uma pessoa de confiança dos índios na delegacia e ter obedecido critérios voltados a interesses políticos para a nomeação do novo delegado, de quem só se sabe o primeiro nome (Hamilton). Segundo lideranças indígenas, além de ser parente do governador de Mato Grosso, ele foi indicado pelo senador Roberto Campos.
Ontem de manhã as lideranças indígenas enviaram comunicado, através do rádio, a todos os postos da Funai do Estado, solicitando que enviassem o maior número possível de guerreiros para ajudar na "tomada da Funai". Os índios começaram a chegar ontem à noite a Cuiabá e estão esperando apenas a notificação da vinda do novo delegado para se dirigirem à sede da Funai e ocuparem o prédio. Ainda ontem as lideranças indígenas enviaram nova carta ao ministro do Interior, Mário Andreazza, relembrando o episódio ocorrido com os Txucarramãe e alertando para a "necessidade do diálogo, do entendimento, enfim, de serem ouvidas todas as partens envolvidas em qualquer conflito".
À tarde, ao tomarem conhecimento de que já estaria assinada em Brasília portaria que nomeou o novo delegado, uma mensagem foi enviada ao Ministério do Interior, comunicando a intenção das lideranças indígenas de não permitir a posse do novo delegado e apelando ao bom senso do ministro, para que não atenda a interesses da política matogrossense, "mas, sim aos interesses dos índios".
Na sede da Funai, o subdelegado Hélio Santana, que exerce as funções do ex-delegado, não quer dar declarações, alegando ter sido proibido pela Funai de falar sobre o assunto.
O índio Terena — David de Oliveira —, de 43 anos, chegou ao posto indígena de Berigara, no Pantanal, indicado por seus companheiros para ser o novo delegado da Funai em Cuiabá, reafirmou que "os índios não vão voltar atrás nas suas pretensões e, caso não seja escolhido um nome da lista de cinco que enviaram ao Ministério do Interior e à Funai, se pintarão e tomarão a delegacia da Funai".
Os cinco nomes indicados para o cargo de delegado da Funai na DR-5 são: David de Oliveira, Estevão Taukani (índio Bakairi), Osvaldo Cid Nunes da Cunha (médico), Antônio João (indigenista) e Idevar José Sardinha (vice-presidente da Comissão Pró-Índio de Mato Grosso). **(Folha da Tarde, 24/05/84)**.

XAVANTE

Garimpeiros ameaçam Pimentel Barbosa

Grupos de garimpeiros da região de Carajás e do Rio Peixoto de Azevedo, no Pará, estão se organizando para explorar ouro na reserva dos índios Xavante de Pimentel Barbosa, em Mato Grosso, segundo denúncia feita, ontem, em Brasília, pelo deputado Mário Juruna. Depois de visitar a área esta semana, Juruna disse que a Polícia Federal e a Funai conseguiram deter um grupo de 40 garimpeiros em Muritiá, onde algumas pessoas haviam achado 50 gramas de ouro em apenas dois dias de trabalho em terreno seco. Segundo o deputado, a notícia da existência de ouro nessa área vem-se espalhando entre garimpeiros há quatro anos. Por isso, a Funai iniciou uma campanha de esclarecimento entre os moradores de Barra do Garças e Xavantina, alertando que é proibido entrar nas áreas indígenas. Os Xavante esperam — continuou Juruna — que a FUNAI e a Polícia Federal impeçam a invasão. Mas, caso isso não ocorra, os próprios índios prometem reagir, junto com os Xavante de outras reservas. **(ESP, 27/1/84)**.

Denúncia de invasão

Os índios xavante da aldeia Dom Bosco, através do ex-cacique Nicolau Tsererowe e mais dois líderes, denunciaram ontem em Cuiabá a invasão de suas terras pelo fazendeiro Florindo Ferreira que, segundo os líderes indígenas, diz ter gasto mais de 200 milhões para regularizar a área junto ao governo do Estado.
Os líderes xavante estão dispostos a dois tipos de ação: primeiro, cobrar uma posição do governador Júlio Campos que, durante a campanha eleitoral, prometeu, em troca dos votos xavantes, resolver o problema da terra promessa que foi renovada durante a última Semana do Índio, quando o governador recebeu do cacique Augusto, de Sangradouro, o título de "Amigo dos Índios"; segundo, se o governo estadual ou federal não tomar uma providência concreta para expulsar o fazendeiro, os índios, por conta própria, vão fazê-lo, como já ocorreu anteriormente em duas ocasiões.
A reivindicação dos xavantes da aldeia Dom Bosco em relação à Volta Grande — uma área de mata e cerrado, de 34 mil hectares, que eles consideram sagrada não só por ser local de posse imemorial, mas por ter o cemitério de seus antepassados — é antiga. Dura há doze anos. **(Diário de Cuiabá, 22/02/84)**.

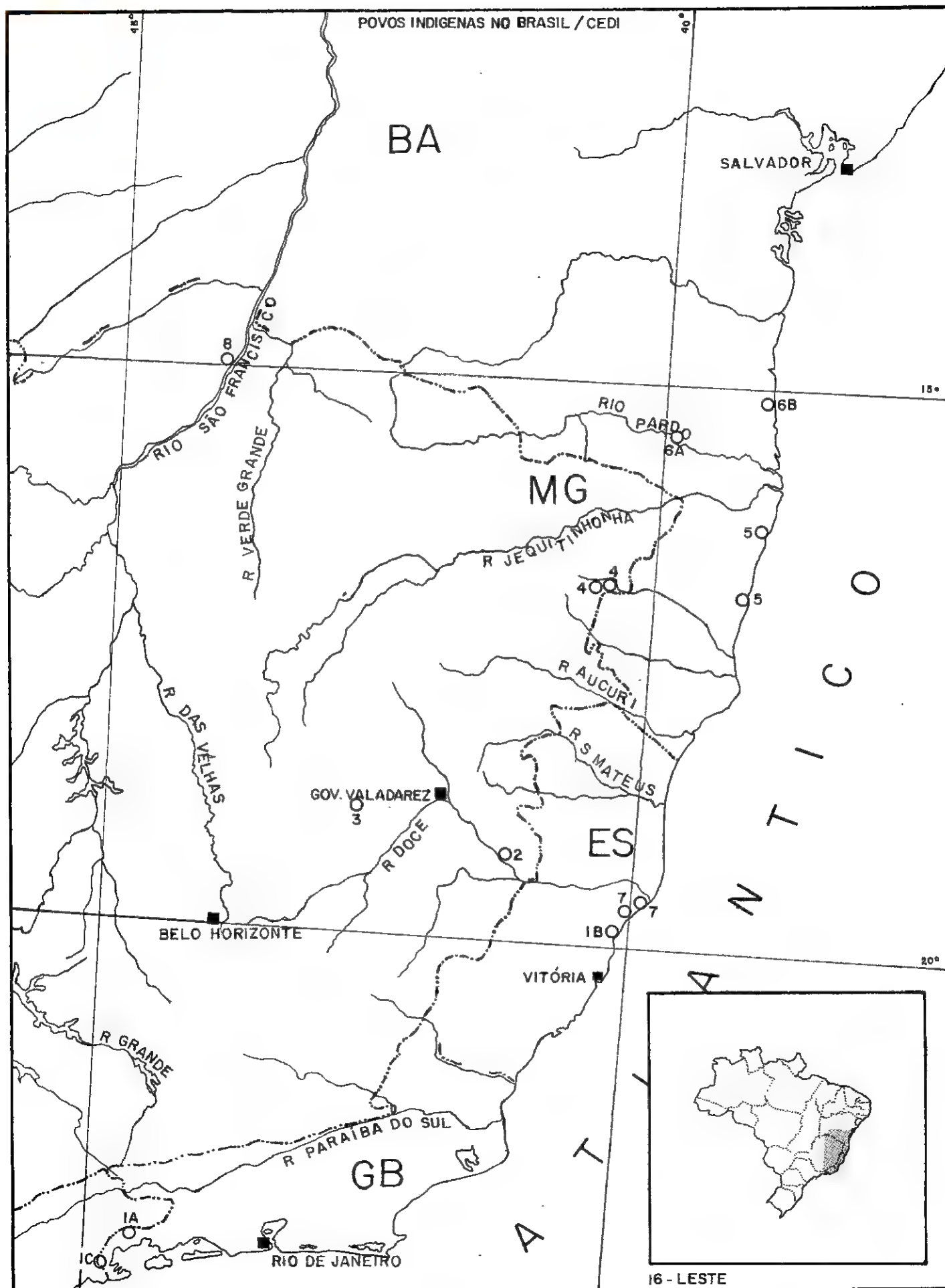
O Estado diz não

No começo desta semana, os índios Xavantes da Reserva de Sangradouro estiveram reunidos com o secretário para Assuntos Fundiários, Nelson Réu, reivindicando junto às autoridades estaduais e federal, que participaram da reunião a área de Volta Grande e Pindaibão próximo à reserva onde residem. Por outro lado, na reunião ficou claro que seria impossível atender o pedido dos índios e Nelson Réu explica a razão.
Segundo o secretário, os índios Xavantes querem uma área que não pertence ao Estado e nem mesmo à União. "Esta área desejada pelos Xavantes pertence a particulares e tanto o Estado como a União não têm recursos para desapropriar os fazendeiros que estão estabelecidos naquele local".
Prosseguindo, Réu afirma que na reunião, foi proposto pelo Estado, apoio aos Xavantes no sentido de melhorar a produtividade da área que eles já possuem. Foi prometido também por parte do Estado, ajuda na área de educação, com a instalação de uma quinta série do primeiro grau e a construção de uma escola dentro da aldeia dos índios.
A desapropriação desejada pelos Xavantes — disse o secretário — poderia ser feito pelo Estado ou pela União, porém teria-se que desembolsar uma vultosa quantia que Mato Grosso e a União não têm, além de abrir um precedente, onde todos os índios que desejam aumentar suas reservas, tomariam como base esta desapropriação desejada como justificativa. **(Diário de Cuiabá, 12/04/84)**.

foto Cesar Loureiro/O GLOBO

Guarani/Serra da Bocaina (RJ)

LESTE

POVOS INDIGENAS NO BRASIL / CEDI
BA
SALVADOR
MG
ES
GB
RIO SÃO FRANCISCO
R VERDE GRANDE
RIO PARDO
R JEQUITINHONHA
R AUCURI
R S MATEUS
R DAS VELHAS
R DOCE
GOV. VALADAREZ
BELO HORIZONTE
VITÓRIA
R GRANDE
R PARAIBA DO SUL
RIO DE JANEIRO
ATLANTICO
8
6B
6A
5
4
3
2
7
IB
IA
IC
15°
20°
16 - LESTE

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA LESTE

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
GUARANI (1)	1C	AI Guarani Aldeia Araponga	Paratí (RJ)		7	FUNAI: 83
	1A	AI Guarani-Bracui	Angra dos Reis (RJ)	Bracui	27	FUNAI: 82
	1B	AI Caieiras Velha	Aracruz (ES)	Boa Esperança	64	CIMI LESTE:85
KRENAK (2)	2	AI Krenak	Resplendor (MG)	Krenak	102	CIMI LESTE:85
PATAXÓ	3	Faz. Guarani	Carmésia (BA)		62	Idem: 84
	5	AI Barra Velha	Porto Seguro (BA)		1.700	Idem: 82
					1.762 (T)	
MAXAKALI	4	AI Maxakali Aldeia Água Boa	Bertópolis (MG)		245	FUNAI: 84
	4	AI Maxakali Aldeia Velha do Pradinho	Bertópolis (MG)		276	FUNAI: 84
					521 (T)	
PATAXÓ-HÃ-HÃ-HÃE (3)	6A	Catarina Paraguassu	Pau-Brasil (BA)		1.200	Idem: 83
	6B	Caramuru	Itaju da Colônia(BA)		1.400	Idem: 85
					2.600 (T)	
TUPINIQUIM	1B	AI Caieiras Velhas	Aracruz (ES)		350	FUNAI: 84
	7	AI Pau-Brasil	Aracruz (ES)		249	
	7	AI Comboios	Aracruz (ES)		285	
					884 (T)	
XAKRIABÁ	8	AI Xakriabá	Itacarambi (MG)	Brejo do Mata Fome, Boqueirão, Prata, Sapé, Barreiro, Catinguinha,Forges, Itacarambi,Ranchei ra,Sumaré,Cezário, São Domingos, Riachinho,Defuntos	4.000 (T)	CIMI LESTE: 85

(1) ver também nas Áreas Sul e MS
(2) grupos dispersos em SP, MS e MT
(3) grupos na região de Ilhéus, sem informação

PROMESSAS OFICIAIS

O Governo de Minas, com Tancredo Neves, reuniu os índios do Estado, ouviu e fez promessas. Serão cumpridas?

José Carlos de Almeida Libânio (*)
e
Marcio Metzker (**)

A primeira de uma série de medidas executadas pelo então governador do Estado de Minas Gerais, Tancredo de Almeida Neves, visando as populações indígenas, teve origem antes mesmo de sua posse. Em 07.03.83, a FUNAI ingressou na Justiça Federal com uma ação ordinária declaratória de nulidade de títulos de propriedade, títulos esses emitidos em 1974, pela empresa fundiária do Governo Mineiro (RURALMINAS) "loteando" a área pertencente aos Krenaks do Rio Doce.

Desta maneira, testavam-se os novos governantes de Minas Gerais quanto à sua posição em relação à questão indígena. Essa posição, tradicionalmente, não tem sido das mais favoráveis. Salvo alguns atos excepcionais de doação de terras a nações indígenas — caso de Arthur Bernardes aos próprios Krenaks — a história das Minas Gerais está repleta de casos de genocídio com apoio oficial. Nos últimos 20 anos, essa prática, que já era institucional desde priscas eras (soldo em dobro para soldados exterminadores), sofisticou-se. Para que se tenha uma idéia, um dos responsáveis pela "limpeza de área" perpetrada contra os Krenaks era, a um só tempo, Chefe da Ajudância da FUNAI-MG/BA, Chefe do Serviço Florestal mineiro, ao qual estiveram subordinadas as terras dos Krenaks. Seu nome, Capitão Manoel dos Santos Pinheiro, hoje molestando os Maxakalis.

Nos duros anos de Médici, com uma penada, os Krenaks foram declarados extintos e as suas terras férteis às margens do Rio Doce trocadas por uma improdutiva fazenda doada pelo Governo de Minas Gerais. Essa tornou-se depósito de remanescentes de nações espoliadas. Seu tutor: o mesmo Capitão Pinheiro, um dos criadores da GRIN (ex-Guarda Rural Indígena), reserva estratégica para o combate à subversão e segurança policial do extinto Reformatório Agrícola Indígena, criado em 1969 no P.I. Guido Marlieri.

Essa foi a herança encontrada pelo Governador Tancredo Neves. Sua primeira atitude: sentar-se a uma mesa de negociações. Dali saiu um acordo proposto pela FUNAI com o aval dos Krenaks (já retornados e entrincheirados em suas terras às margens do Rio Doce). Essa nação concordou em ficar com apenas 1.806,77 hectares ao invés dos 4 mil a que tinha direito, área essa que deveria ser demarcada de imediato. Por ordem do gabinete do Sr. Governador, topógrafos da RURALMINAS participaram do grupo de trabalho formado pelo INCRA e FUNAI, que procederam à demarcação.
Percebendo a gravidade da questão indígena, o governador Tancredo Neves designa então seu secretário do Trabalho e Ação Social, deputado federal Ronan Tito de Almeida — o qual já havia participado, na Câmara Federal, do grupo de deputados favoráveis a uma ação efetiva em favor da causa indígena — para levar à frente essa problemática, incluindo-a como assunto oficial de sua pasta.

Nomeado como interlocutor oficial, o Secretário Ronan Tito recebe uma comissão Krenak que veio saber quando seriam retirados os invasores que permaneciam em seus 1.806,77 hectares, já demarcados. A resposta oficial: apesar do engajamento da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social (SETAS) no desembaraçamento da área, a solução demandará tempo, pois ou o Estado de Minas Gerais — réu da ação em curso no STF — perde na Justiça, ou este entra em acordo com os fazendeiros da região, indenizando suas benfeitorias com recursos repassados pelo MEAF (Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários). E esses últimos ainda relutam em aceitar o acordo, pressionando, através de seus diversos e poderosos aliados, no sentido da validade de seus títulos emitidos pela RURALMINAS, em 1974.

(*) *antropólogo da Assessoria para Assuntos Indígenas da Secretaria do Trabalho e Ação Social do Governo do Estado de MG.*
(**) *jornalista da Assessoria de Imprensa da Secretaria do Trabalho e Ação Social do Governo de MG.*

Partindo para a ação, a SETAS se mobiliza no sentido de dar voz às nações indígenas para que elas mesmas façam o diagnóstico de suas dificuldades, identifiquem aliados e opositores, e unifiquem sua luta.

Foi realizado então o I Congresso Indígena de Minas Gerais, evento promovido pela SETAS, com apoio do CIMI-CNBB, GREQUI, Secretaria da Cultura, Secretaria da Educação, FETAEMG e RURALMINAS.

Seus resultados foram sintetizados em documento onde Xakriabás, Maxacalis, Krenaks e Pataxós deixam claros os sérios conflitos fundiários que enfrentam; as arbitrariedades e violências às quais encontram-se expostos; bem como a deficiente assistência que vêm recebendo no que tange à sua subsistência, saúde e educação.

Tendo ficado evidente no Congresso e na imprensa a gravidade e amplitude do problema, o Secretário do Trabalho e Ação Social encomenda estudos à sua assessoria no sentido da criação de uma comissão a nível estadual para propostas de soluções ao governador do Estado de Minas Gerais.

Em 14.08.84, seu último dia à frente do Governo de Minas Gerais, Tancredo Neves assina o decreto n.º 23.806, criando a Comissão Executiva Estadual da Questão Indígena em Minas Gerais, integrada pelos Secretários do Trabalho e Ação Social, Agricultura, Educação, Saúde, Segurança Pública, Cultura, pelo diretor-geral da RURALMINAS; pelo presidente da Fundação João Pinheiro e, pelo delegado regional da FUNAI. A Comissão é presidida pelo Secretário do Trabalho e Ação Social e tem como atribuições:

I — Levantar, cadastrar e delimitar as áreas tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas no território de Minas Gerais;
II — Estabelecer políticas de ação emergencial para o tratamento de conflitos relacionados à questão indígena no Território do Estado de Minas Gerais;
III — Estudar e propor alternativas para viabilização de demandas apresentadas pelas nações indígenas localizadas no Território do Estado de Minas Gerais.

Além disso, no artigo 3.º, o Governo do Estado de Minas Gerais se compromete a mobilizar órgãos e recursos necessários à execução dos trabalhos da Comissão e determina que a SETAS fornecerá o apoio administrativo necessário ao seu funcionamento.

Adiantando-se à instalação oficial desta Comissão, a SETAS tem amparado emergencialmente demandas pontuais, articulando-se com os demais órgãos do Estado, em ação conjunta com a agência federal responsável pela tutela indígena, FUNAI. Foi assim que alguns pouco remanejamentos foram efetuados pela SSP/MG, em Itacarambi; um trator agrícola foi emprestado para arar terras Krenaks e Pataxós; e um plano de saúde para os Maxacalis começou a ser esboçado com auxílio da Secretaria de Saúde/MG.

No dia 15.08.84, numa ação planejada, os Krenaks em grupo retomam uma área de 60,8 ha contígua àquela que ocupavam desde 1980. Tancredo Neves havia deixado o Governo e Ronan Tito encontrava-se no exterior, negociando recursos sociais. Apesar de buscada a solução das negociações, inaugurada pelo ex-governador — a sugestão da SETAS é de se conseguir o recurso para as indenizações — prevaleceu a solução de força. A Polícia Militar ocupou a área, expulsou a família de Augusto Paulino Krenak e montou guarda na divisa das terras, tendo os Krenaks em vigília do outro lado.

Respondendo a um mandado de segurança impetrado pela FUNAI, o juiz Moacir Pimenta Pedroso, da Justiça Federal, argumentando que, por estar o inquérito policial ainda em andamento e devido aos aspectos sociais da questão, ordenou a reintegração de posse aos índios, o que de fato foi feito.

Com a concentração das forças políticas na campanha presidencial, a partir do final do 2.º semestre, as atenções da SETAS se voltaram no sentido de subsidiar o então candidato Tancredo Neves para a formulação de uma nova política indigenista. Daí seu engajamento decisivo na realização do Simpósio "Índios e Estado" promovido pelas entidades e indivíduos comprometidos com o apoio à causa indígena, com o patrocínio da Fundação Pedroso Horta, na Câmara dos Deputados, nos dias 26 e 27 de novembro de 1984.

Tudo indica que na nova correlação de forças que passou a exercer o poder em Minas Gerais, um panorama mais favorável à causa indígena se avizinha. Há experiência acumulada no trato político das questões sociais. Conhecem-se melhor as forças e interesses que atuam em cada área de conflito fundiário no interior de Minas. Há interlocutores legitimados para promover negociações. Tornou-se mais fácil o acesso a documentos e informações capazes de trazer à luz pontos de agora obscuros no tratamento desta questão. Culminando todos esses fatores, a criação da Comissão Executiva Estadual para a Questão Indígena em Minas Gerais poderá contribuir para a rápida substituição da injusta política indigenista em vigência no Brasil. Parece que finalmente chegaram ao poder homens públicos sensíveis para dar o tratamento político adequado à pluralidade étnica característica do povo brasileiro.

Aconteceu na imprensa

GERAL

Major Pinheiro mantém posição

"De dez anos para cá a minha situação em relação aos índios não mudou, a não ser o aparecimento de elementos subversivos e agitadores que vêm pregando abertamente a luta de classe na região, tendo por alvo os índios e os fazendeiros. Estes elementos estão jogando o índio contra os colonos e proprietários rurais que moram nas proximidades de suas aldeias, sob a alegação de que são invasores de suas terras" — foi o que declarou ontem, o major Manoel dos Santos Pinheiro, defendendo-se das acusações que lhe foram feitas pelas tribos Maxacalis e Krenak no "I Congresso Indígena de Minas Gerais", realizado no final do mês passado, em Belo Horizonte.
Segundo o ex-chefe da Ajudância do antigo SPI em Minas, hoje major reformado da PMMG, "tais pessoas instigam os índios a incendiar e depredar as propriedades particulares que estão localizadas nas proximidades de suas aldeias, com o propósito de nos expulsar de nossas terras" — disse o major, que é presidente da Comissão Representativa dos Fazendeiros e Colonos de Bertópolis e tem, também, uma propriedade perto da aldeia dos Maxacalis, que os índios advogam serem suas naquele município. (**Estado de Minas, 26/08/84**).

Tancredo cria Comissão

Como já era esperado, o governador Tancredo Neves assinou ontem, em seu último dia no Palácio dos Despachos, o decreto que institui comissão presidida pelo secretário do Trabalho e Ação Social Ronan Tito para tratar da questão indígena em Minas, colaborando com a Funai.
Além da Secretaria do Trabalho participam da Comissão as Secretarias da Agricultura, da Educação, da Saúde, da Segurança Pública, da Cultura, a Delegacia Regional da Funai, a Ruralminas e a Fundação João Pinheiro.
O novo órgão vai cadastrar e delimitar as áreas tradicionalmente ocupadas pelos indígenas em Minas, além de estabelecer normas de ação emergencial para o tratamento de conflitos relacionados com a questão indígena. E deverá, ainda, estudar e propor medidas para viabilizar as demandas apresentadas pelos índios.
A maioria das reivindicações dos indígenas que chegam a cinco mil no Estado, diz respeito à demarcação e garantia de uso das terras.
Diante do genocídio a que estão expostos os índios krenaks, maxakalis, xakriabás e pataxós, o governador havia determinado ao secretário do Trabalho que se incumbisse de formular e pôr em prática uma política indigenista para o Estado.
Após entendimentos com a Delegacia Regional da Funai, Ronan Tito promoveu um encontro com as lideranças indígenas e com representes do CIMI. Em seguida, representantes do Sindicato Rural de Resplendor foram chamados para negociações visando à desocupação do território Krenak.
Após os primeiros entendimentos, foi realizado em Belo Horizonte, no auditório da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais e no Instituto de Educação o I Congresso Indígena Mineiro, apoiado pelas secretarias do Trabalho e Ação Social, da Cultura e pela Ruralminas. As quatro nações indígenas apresentaram então as suas reivindicações. (**Estado de Minas, 5/08/84**).

Proteção do IBDF?

O funcionamento das reservas indígenas em Minas também como reservas ecológicas protegidas e incentivadas pelo IBDF, será proposta à Funai pela Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, de modo a impedir as suas piores conseqüências da exploração do solo pelos brancos e manter, assim, os índios em suas terras. Esta informação foi prestada ontem pelo secretário Ronan Tito, que garantiu defender todas as reivindicações feitas pelas nações Xakriabá, Pataxó, Maxacali e Krenak, presentes no I Congresso Indígena de Minas Gerais realizado a semana passada na Federação dos Trabalhadores da Agricultura.
"Tudo será feito junto à Funai e ao IBDF, no sentido de unirmos forças e conter a exploração dos nossos índios, proporcionando-lhes a volta ao sistema tribal, através da preservação de suas terras e de incentivos, como projetos de reflorestamento e expansão de atividades agrícolas, para sustentos de suas famílias no lugar que lhes pertence". (**Estado de Minas, 01/08/84**).

Documento do Congresso

Às autoridades constituídas e a comunidade em geral

As nações indígenas PATAXÓ, MAXACALI, XAKRIABÁ e KRENAK, presentes ao "I CONGRESSO INDÍGENA DE MINAS GERAIS", passam a formular as suas principais reivindicações, decorrentes das várias discussões havidas no curso do referido Congresso, na expectativa e na esperança de serem as mesmas encaminhadas e definitivamente solucionadas pelos Governos da União e do Estado de Minas Gerais, através respectivamente da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado de Minas Gerais e Fundação Rural Mineira-RURALMINAS, Secretaria de Segurança pública e Poder Judiciário:

I — Dos Pataxó

1.1 — que a FUNAI reconheça a "Fazenda Guarani", situada no Município de Carmésia, neste Estado, como área de ocupação definitiva e permanente da comunidade indígena Pataxó;
1.2 — que seja efetivado pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais — CEMIG, o pagamento de indenização na forma de um trator e de garantia de fornecimento gratuito de energia elétrica para a comunidade, pela servidão de passagem de rede elétrica que atravessará a área indígena;
1.3 — elaboração e apresentação, pela FUNAI, de projetos de apoio econômico, ouvida a comunidade indígena.

II — Dos Maxacali

2.1 — unificação imediata das áreas indígenas "Água Boa" e "Pradinho", ilegalmente separadas por fazendas responsáveis pela morte de inúmeros membros da comunidade indígena, através de:

2.1.1. — levantamento etno-histórico da comunidade, para comprovação dos limites da área de seu território;

2.1.2. — levantamento topográfico da área reivindicada pelos Maxacali a ser realizado pela RURALMINAS, FUNAI e INCRA;

2.2. — Medidas concretas do Poder Judiciário e da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, visando desarquivar o inquérito policial relativo ao assassinato do índio Alcides Maxacali, bem como providências enérgicas no sentido de desarmar os fazendeiros invasores da área indígena, constante ameaça na região;

2.3. — que a FUNAI extinga na cantina existente na área indígena, o uso indesejável e prejudicial, do "dinheiro branco", utilizados como remuneração à força de trabalho dos índios;

2.4 — que a FUNAI promova a perfeita adequação da cantina, nela colocando alimentos e roupas e demais objetos de acordo com a necessidade e solicitação dos índios;

III — Dos Xakriabá

3.1. — que em virtude da área apossеada pelos Xakriabás estar demarcada, de há muito, seja imediatamente submetida, por força de lei, à homologação pelo Sr. Presidente da República e seu conseqüente registro no Serviço de Patrimônio da União e no Cartório da localidade do imóvel; que a área de Rancharia seja reconhecida como área indígena;

3.2. — que seja definitivamente afastado o problema da falta d'água nas comunidades indígenas situadas nas localidades de: Morro Falhado, Sapé, Santa Cruz, Catinguinha, Tiririca, Veredinha, Riacho do Brejo e Barreiro Preto, com a abertura pela FUNAI de poços ou cisternas, medidas reiteradamente solicitadas pelos ocupantes indígenas;

3.3. — que seja fornecida pela FUNAI, um trator e um tratorista para:

a) um melhor desenvolvimento da produção agrícola;

b) manutenção das estradas que possibilitem o escoamento da referida produção;

3.4. — que a FUNAI exerça o seu poder de polícia impedindo o comércio, na área, de bebida alcoólica, em especial a cachaça, independentemente das sanções previstas na Lei nº 6.001 de 19/12/73 — Estatuto do Índio;

3.5. — que a FUNAI auxilie subsidiando a implantação de "oficinas de farinha";

3.6. — que a FUNAI promova a imprescindível assistência médica e educacional bilíngüe na área.

IV — Dos Krenak

4.1. — que o Governo do Estado de Minas Gerais e a FUNAI agilizem o processo declaratório de nulidade de títulos de propriedade incidentes na área, emitidos ilegalmente pela RURALMINAS, viabilizando a entrega livre e desembaraçada das terras aos seus legítimos possuidores em respeito a mandamento constitucional;

4.2. — que seja fornecida pela FUNAI um trator e um tratorista para as demandas agrícolas da comunidade;

4.3. — que seja fornecida pela FUNAI uma máquina de limpar arroz e o fornecimento de sementes para plantio;

4.4. — que a FUNAI resolva definitivamente o angustiante problema do transporte da comunidade na região, dotando-a de um barco com motor para a travessia do rio Doce;

4.5. — que a FUNAI assuma seu dever de assistência de saúde e educacional bilíngüe para toda a comunidade.

Esperam as nações indígenas abaixo assinadas, que o atendimento às reivindicações acima expostas, venha significar um passo decisivo na incansável luta pela garantia de sua existência, — povos etnicamente diferenciados, minorias com direito à terra e à liberdade.

Belo Horizonte-MG, 27 de julho de 1984 no auditório da FETAEMG
Assinam:

Assinam: Sebastião Alves dos Santos — Pataxó; Manoel Gomes de Oliveira — Xacriabá; José Alfredo — Krenak, e Kele — Maxakali.

GUARANI/BRACUÍ

Polícia convoca acusados

A PF convocou ontem para prestar declarações acusados de ameaçarem os índios guaranis nhandeva que vivem na mata do Bracuí, em Angra dos Reis. O Delegado Guilherme Pereira dos Santos, a pedido da Funai, percorreu a região alertando posseiros que reivindicam as terras.

Enquanto aguardam uma solução da Funai, o Cadirj e lideranças da comunidade guarani irão ao Palácio Guanabara na próxima semana cobrar do Vice-Governador, Darcy Ribeiro, e do Secretário de Justiça, Vivaldo Barbosa, as providências prometidas há dois meses para garantir a posse da área do Bracuí aos índios. O Governo do Estado comprometeu-se na ocasião a estudar a desapropriação das terras independentemente da atuação da Funai.

O Delegado da PF em Angra informou ter recebido no dia 3 ofício da Funai pedindo "colaboração para garantia de vida dos índios guaranis". Ontem de manhã, acompanhado dos agentes Noroel Alves da Silva e Jorge Brito, e do indigenista Luís Felipe Figueiredo, do Cadirj, o policial foi às fazendas do Imbu e Itinga e à casa do posseiro Benedito Azevedo da Silva convocá-los a prestar declarações hoje e alertá-los sobre a intervenção federal.

O Administrador da Fazenda Itinga, Ryerson de Souza Lima, a quem os índios acusam de fazer ameaças de morte, negou a denúncia e afirmou que os guaranis estão sendo jogados contra ele pelo indigenista Luís Felipe. Disse ao delegado Guilherme que não anda armado e sempre se deu bem com os índios.

Ryerson Lima confirmou que a Fazenda Itinga, propriedade de Tormar Pereira, tem uma represa construída na área em que vivem os guaranis. A água da represa garante o abastecimento de 900 lotes, 200dos quais já foram vendidos e serão entregues nos próximos meses.

Francisco Ferraz do Amaral, posseiro da Fazenda do Imbu (espólio de José Teles da Cruz), negou ontem que tenha ameaçado os índios. Informou que mora na região há 51 anos e tem bananais na área que está sendo estudada pela Funai para delimitação. Outro posseiro, Benedito Azevedo da Silva, disse que quer viver em paz com os índios e não se importará de ficar sem seu bananal se a Funai o indenizar. **(O Globo, 13/01/84).**

FUNAI reconhece Reserva

A FUNAI determinou o levantamento cartorial da reserva indígena de Bracuí, para ser submetido à aprovação do grupo de trabalho interministerial, composto por representantes do MINTER e MEAF.

O reconhecimento da reserva, atualmente ocupada por cerca de 60 índios Guarani, oficializará a primeira área indígena do Rio de Janeiro. Os índios por inúmeras vezes reivindicaram a demarcação de suas terras e somente agora

terão seus pedidos atendidos pelo órgão tutor. A área de 665 hectares resultou de entendimentos entre um grupo de trabalho da FUNAI e os próprios índios. (**Correio Braziliense, 18/01/84**).

Decepcionados

Já morreu muito índio na mão dos brancos, dos fazendeiros, dos grileiros. A gente não procura guerra com os brancos, somos pouquinhos. Os brancos estão enchendo o mundo. Tem que arranjar um cantinho para o índio. O verdadeiro brasileiro é o índio guarani, mas hoje os branco já tomaram todas as terras dos índios.
Foi o cacique Caraí Tatendê, um dos 28 remanescentes da tribo guarani-nhandeva que hoje habita o sertão de Bracuí, em Angra dos Reis, que manifestou ontem sua decepção ao Secretário Executivo da Comissão de Assuntos Fundiários da Secretaria de Justiça, Edgard Ribeiro, ao saber que a promessa de que a área de 700 hectares seria demarcada — feita há seis meses pelo Vice-Governador Darcy Ribeiro — está longe de ser cumprida.
Os 10 índios foram recebidos com curiosidade entre os funcionários do Palácio Guanabara. (**JB, 28/04/84**).

KRENAK

Fazendeiros denunciam índios e FUNAI

Alarmados com os reflexos que a medida poderá provocar, proprietários de terras do povoado de Crenaques, no município de Resplendor, no Vale do Rio Doce, estão tentando convencer a Funai a não permitir a volta dos índios à região. Segundo eles, sem nenhuma justificativa as terras que lhes pertencem vêm sendo remarcadas pela Ruralminas e Funai com o claro objetivo de serem passadas aos nativos.
Três destes proprietários: Osório Faria da Silva, Valter Von Helder e o filho deste, denunciaram que índios legítimos e mestiços já invadiram 11 mil alqueires de terra pertencentes à Ruralminas, sem que nenhuma providência tenha sido tomada.
Por outro lado, dos 822 alqueires pertencentes a mais de 50 famílias que receberam o título definitivo de posse de terra em 1973, 310 alqueires já foram marcados. A Funai afirma que deverá haver uma indenização por parte do governo por esta terra, mas os proprietários alegam que isso não tem sentido, pois os índios Crenaques, há cerca de dez anos, já ocupam a Fazenda Guarani — área reservada da Funai. (**Estado de Minas, 05/02/84**).

Deputado defende

"Os índios são os legítimos proprietários de uma área de 3 mil 982 hectares doada à União pelo presidente do Estado de Minas Gerais, Artur Bernardes, para o aldeamento dos Krenak, através da lei nº 788, de 18 de setembro de 1920 decreto nº 5.462, de 10 de dezembro do mesmo ano". A afirmação foi feita ontem pelo deputado estadual Antônio Faria (PMDB), em resposta a uma matéria publicada por um jornal desta capital, sob o título de "Fazendeiros denunciam índios Krenak e direção da Funai".
Faria relatou o sofrimento desta tribo indígena, iniciado no ano de 1958, quando foram "transferidos à força para a aldeia Maxacali, no Nordeste de Minas". A partir daí, guiados pelo apego à terra, os Krenak iniciaram uma peregrinação de volta, sendo remanejados para outras regiões, já que encontraram suas terras ocupadas por fazendeiros. (**Diário do Comércio, 07/02/84**).

4 mil hectares

Dentro dos preparativos para o I Congresso Indígena de Minas Gerais, que se realizará em Belo Horizonte nos próximos dias 26 e 27, o secretário do Trabalho de Minas, Ronan Tito, recebeu ontem a visita de três representantes dos índios Krenak, residentes no município de Resplendor, para tratar da questão da demarcação de suas terras. Laurita, Augusto e José Alfredo pedem uma solução urgente para o problema da posse de terra que lhes foi doada em 1920 e que hoje, após sua transferência em 1972, para a Fazenda Guarani — onde permaneceram até 1980 — é disputada por fazendeiros da região.
No dia 19 de junho último, 35 representantes dos índios Krenak se reuniram em Valadares, na Delegacia da Funai, com técnicos do Governo de Minas e autoridades da Funai, inclusive de Brasília, para tratar da mesma questão. Agora eles têm uma proposta para a Ruralminas e a Funai, no sentido de que lhes seja assegurada a posse de parte desta área, cerca de 4 mil hectares, em terra já cultivada às margens do rio. (**Jornal de Minas, 12/07/84**).

Krenak invadem fazenda

Cerca de 100 índios Krenak ocuparam, final da semana, a fazenda de Adão Félix da Silva, no município de Resplendor, a poucos quilômetros de Governador Valadres. Tal fato aumentou ainda mais a tensão na área, colocando em alerta a polícia de Resplendor e órgãos governamentais encarregados da questão fundiária no Vale do Rio Doce.
De acordo com informações da Secretaria de Trabalho e Ação social, alguns índios Krenak resolveram invadir a fazenda após a morte de seu proprietário, ocorrida na semana passada. A viúva de Félix da Silva já foi convocada, através da Delegacia Regional da Funai, para esclarecer a situação, pois teme-se um confronto entre os índios e outros fazendeiros.
Segundo Ambrosina Vieira de Souza, presidente do GREQUI, "os índios decidiram não mais esperar por soluções do Governo e tomaram as terras por necessidade de uma área maior para o cultivo de suas lavouras". Ela explicou que a faixa de terra retomada é de mais ou menos 15 alqueires e estava sendo usada exclusivamente para a criação de gado, existindo lá apenas um curral e a casa do vaqueiro, que também foi expulso pelos índios, Acrescentou que: "esta atitude por parte dos índios é fruto da descrença nas promessas do Governo, inclusive Estadual, que, até o momento, foi conivente e até mesmo agente de extermínio dos povos indígenas". A presidente do GREQUI, acredita ser difícil para os Krenak, que atualmente vivem em "glebas reduzidíssimas", verem suas antigas propriedades serem destinadas apenas à criação extensíva, "onde nem mesmo seus proprietários habitam". (**Diário de Minas, 24/08/84**).

FUNAI diz que controla situação

O delegado regional da Funai em Governador Valadares, Lúcio Flávio Coelho, informou ontem estar sob controle a situação na região de Resplendor, onde há treze dias trinta índios Krenak ocupam uma fazenda de propriedade da viúva Zulmira da Silva, limítrofe à área que habitam. Ele disse esperar que as coisas, "voltem à normalidade" e afastou a hipótese levantada há dias de que os índios estavam agindo insuflados.

foto SETAS/Gov. MG

Os Krenak, despejados por forte aparato policial.

Lúcio Flávio Coelho contou que, além de funcionários da Funai, estão na área servidores da Secretaria do Trabalho de Minas e agentes da Polícia Federal, razão pela qual descartou a possibilidade de ocorrência de conflitos envolvendo índios e fazendeiros. (**Folha da Tarde, 29/08/84**).

Ameaça de prisão

O secretário-adjunto de Segurança, José Resende de Andrade, advertiu ontem, em Belo Horizonte, que se os 30 índios Krenack abandonarem a sua reserva e voltarem a invadir a propriedade particular no Município de Resplendor, no Vale do Rio Doce, serão presos e autuados em flagrante por esbulho possessório.

Os Krenack ocuparam há pouco mais de um mês a fazenda de Zulmira Silva e só saíram por causa de uma decisão judicial que determinou reintegração de posse do terreno à proprietária. (**Folha da Tarde, 07/09/84**).

Juiz decide manter

Dois membros do CIMI, Zenira Gomes de Souza e Fábio Martins Villas, anunciaram ontem na Assembléia Legislativa que o juiz do Tribunal de Alçada Moacir Pimenta Pedroso anulou a sentença do juiz de Resplendor, José Amâncio Souza Filho, despejando os índios Krenak da fazenda da viúva Zilma Soares da Silva. Com a decisão do juiz Moacir Pedroso anteontem, os índios que haviam sido despejados na semana passada com um forte aparato policial, vão voltar a ocupar a fazenda que tem 12 alqueires.

Segundo Zenira Gomes de Souza, a fazenda que a viúva Zilma Soares da Silva alega ser de sua propriedade, foi doada aos índios Krenak, em 1920, pelo ex-presidente Arthur Bernardes, juntamente com mais uma área de 4 mil hectares que faz parte do território indigenista da região. Dos 4 mil hectares os índios ocupam atualmente só 129 hectares incluídos os da viúva Zilma. Os outros 3.800 hectares foram ocupados indevidamente por fazendeiros da região e a Funai está na Justiça tentando reaver toda a área. (**Diário de Minas, 14/09/84**).

MAXAKALI

CIMI denuncia espancamento

O CIMI denunciou ontem mais um caso de violência contra índios. O índio Valdir Maxacali, neste último final de semana, foi espancado violentamente por três funcionários da FUNAI, totalmente embriagados, quando retornava da localidade de Santa Helena, próximo ao município de Bertópolis, MG. O conflito aconteceu por Valdir negar-se a descer do seu cavalo como lhe ordenaram os funcionários da FUNAI: Em razão de não ter cumprido a ordem, o índio foi derrubado e espancado pelos três homens, segundo nota da Diocese de Teófilo Otoni enviada ao CIMI. A agressão tomou maiores proporções quando pessoas estranhas viram a brutalidade dos funcionários e intervieram em favor do índio, gerando uma confusão maior. (**Diário Popular, 24/01/84**).

Abandonados

O estado de quase absoluta miséria e abandono em que vivem os últimos índios Maxacalis em Minas ainda não despertou a atençãodo governo mineiro, passados já três anos de denúncia sobre a situação. Ao contrário da proteção federal e estadual a que têm direito, os Maxacalis continuam vítimas de pressões e ameaças de morte, inclusive por parte de fazendeiros e políticos da região. Tais denúncias foram confirmadas ontem, em Belo Horizonte, por sete entidades indigenistas que estiveram na Assembléia Legislativa em busca de apoio dos deputados mineiros, através da possível formação de um grupo parlamentar pró-causa dos índios.
Segundo documentos entregues ontem aos deputados mineiros — alguns deles já sensibilizados com o problema, como os parlamentares Antônio Faria, do PMDB, e João Batista Mares Guia, do PT — os 500 remanescentes da nação Botocudo no País continuam abandonados no Vale do Mucuri, Nordeste de Minas, quase divisa da Bahia, vigiados por soldados da Polícia Militar e ameaçados por fazendeiros cujas terras fazem limite com as suas aldeias: "Sem providências urgentes por parte da Secretaria de Estado da Segurança Pública, os assassinatos podem continuar ocorrendo, daí o nosso pedido expresso e público de garantia de vida para eles" — declararam os indigenistas.
O documento foi assinado pelas seguintes entidades: CIMI, GREQUI, CPT, Paróquia de Sebastião de Maxacalis, CJP da Diocese, Sindicato dos Trab. Rurais de Teófilo Otoni e Sindicato Rural de Bertópolis.
Para pôr fim aos constantes assassinatos, os índios propuseram ao Governo a devolução das terras não incluídas na demarcação de 1940, e que fazem parte do território tradicional dos Maxacalis, o que representaria a ligação dos dois postos indígenas. Como até o momento nenhuma providência foi tomada neste sentido, a tensão continua aumentando na região, com resultados imprevisíveis.
A Polícia Militar, segundo informaram os indigenistas, continua patrulhando ostensivamente a área da aldeia de Pradinho, principalmente, fato este verificado diariamente pelos próprios índios e pela população envolvida. Outro foco de tensão foi o espancamento recente, por parte da polícia local, de um cidadão casado com índia e morador da referida aldeia, para que incriminasse os índios de roubo de gado. Este fato recordou à população os tenebrosos tempos da Guarda Rural Indígena, criada pelo capitão Manoel dos Santos Pinheiro, que hoje, na reserva, exerce grande liderança policial e política na região. E é também um dos principais ocupantes da faixa de terra reivindicada pelos índios. Além de pedir garantia de vida para os índios Maxacalis — cujo roubo de gado, há três anos atrás, foi comprovado publicamente como decorrência do chamado "Estado de Necessidade", pelo Código Penal — as entidades indigenistas mineiras reconhecem e apóiam a reivindicação daquelas aldeias em recuperar aquela faixa de terra. Segundo eles, esta é a única e prática garantia de pôr fim aos assassinatos e espancamentos dos índios. (**Estado de Minas, 15/05/84**).

Fome

Já atinge o nível de pobreza absoluta e de desespero a situação em que se encontram os índios Pataxós e Maxacalis, que vivem em terras mineiras. Basta dizer que eles estão-se alimentando de ratos e brotos de bambu. Há meses não recebem qualquer auxílio da Funai. Estão reivindicando apenas alimentos e sementes para plantar. Disseram que vão à luta para conseguir o atendimento de suas reivindicações e afirmam que estão mais confiantes com as mudanças na direção da Funai. (**Estado de Minas, 19/05/84**).

Pataxó querem demissão do delegado

Uma comissão de cinco índios Pataxós, chefiados pelo cacique Mongagá, da Fazenda Guarani, no município de Carmésia, esteve ontem, na Assembléia Legislativa, para reclamar contra o delegado da Funai em Governador Valadares, Eustáquio Machado, e pedir a sua substituição.
O cacique Mongagá disse que 62 índios estão morando na Fazenda Guarani e acusou o delegado da Funai de querer expulsá-los de lá e de não dar-lhes a menor assistência.
Os índios, segundo o cacique Mongagá, vão a Brasília, para uma audiência com o novo presidente da Funai e com o deputado Mário Juruna, pedirem a substituição do delegado. "Nós não queremos ver aquele descomungado nem de longe. Ele está acabando com as sete regiões indígenas da nossa região". (**Diário de Minas, 08/05/84**).

Delegado rebate críticas

O delegado da Funai em Minas, Eustáqui Machado, rebateu ontem às acusações que os índios pataxós fizeram ao órgão, afirmando que o "grupo" não está querendo trabalhar, pretendendo viver apenas do arrendamento de um pasto de fazenda".
Os 62 pataxós, transferidos em novembro de uma reserva do Espírito Santo, acusaram a Funai, durante visita de seus chefes à Assembléia Legislativa, de estar negando toda a assistência, de não fornecer semente para o plantio e de estar impedindo o arrendamento dos três mil hectares da Fazenda Guarani, onde estão assentados, tirando-lhes assim, o único meio de sobrevivência. (**Diário da Tarde-MG, 09/05/84**).

Reconquista

Reivindicar a devolução de uma área de 22 mil hectares no extremo Sul baiano que consideram terras indígenas e onde hoje está implantado o Parque Nacional no Monte Pascoal é o objetivo dos 1.800 índios Pataxós da região de Barra Velha, dentro do município de Porto Seguro. Foi o que afirmaram, ao passar ontem por Salvador com destino a Brasília, oito representantes da tribo, denunciando que "toda nossa gente vem passando fome e miséria, pois temos apenas oito mil hectares para explorar e a maior parte da terra é de areal, imprestável para a agricultura".
Os oitos índios, liderados pelo chefe do grupo, Firmo Ferreira, pretendem conversar amanhã, em Brasília, com o Cacique Mário Juruna, com o presidente da Funai e com a direção do IBDF (responsável pelo Parque de Monte Pascoal). (**O Dia-RJ, 10/06/84**).

Mais um GT

A FUNAI e o IBDF criaram ontem um Grupo de Trabalho Permanente que vai estudar todas as questões que envolvam áreas reservadas de ambas instituições. A decisão foi tomada em virtude dos índios Pataxó Hã-hã-hãe, da Bahia, terem solicitado a transformação do Parque Nacional Monte Pascoal, do IBDF, em Parque Indígena, "como forma de contornar as divergências entre índios e o Governo Federal". Outro problema que já começou a ser estudado é a construção da estrada Transaraguaia que cortará reservas dos dois organismos, na Ilha do Bananal.

No pedido dos Pataxó, entregue ao presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, pelo cacique Firmo Ferreira Pataxó, e assinado por outros sete chefes de tribo, é lembrada "a situação subumana" em que vivem aqueles silvícolas, em razão "de um ato inconseqüente assinado pelo Governo Federal", que em 1960 doou ao IBDF terras dos Pataxós para a criação do Parque Nacional Monte Pascoal.
— Os motivos apresentados pelo IBDF para a criação do Parque são realistas, sérios e vêm de acordo com os nossos costumes e sobrevivência, o que não se pode é deixar que um grupo humano seja exterminado só para permanecer intacta uma área, pois o espírito de conservação e amor pela natureza demonstrado por nós índios, pode ser comprovado por todos. Vivemos nesta região há 484 anos e não a depredamos, afirmam os Pataxós. (**Jornal de Brasília, 21/06/84**).

Fazendeiro tenta aliciar

O cacique Tonheira, 70 anos de idade, — seu nome de registro é Antônio Josino da Silva —, Pataxó, da aldeia de Imbiribal, em Porto Seguro, se afastou do seu povo pela primeira vez para vir a Salvador, ontem, denunciar as tentativas de desapropriação das terras indígenas pelo fazendeiro Moacir Andrade, dono da Fazenda Itaquena. Acompanhado do filho, Manoel Josino da Silva, 46 anos, e do antropólogo mineiro Omar Rocha Dias.
A aldeia Imbiriba, onde moram cerca de 100 índios (16 famílias), é de difícil acesso, localizada à margem do Rio dos Frades, próxima ao povoado de Trancoso. São aproximadamente 50 hectares de terra, que o fazendeiro quer comprar por Cr$ 100 milhões — pelo menos foi a proposta feita aos índios.
Os índios da aldeia Imbiriba moram fora da reserva da Funai, da mesma forma que outras aldeias como a da Coroa Vermelha, famosa pelo seu artesanato, e Águas Belas — na reserva ficam as aldeias de Barra Velha e Boca da Mata. Ao todo, somam aproximadamente 1.200 índios. O cacique Tonheira faz questão de dizer que é "nascido e criado em Imbiriba", assim como seus três filhos e 19 netos. Lá eles plantam mandioca, feijão e possuem alguns pés de cacau. Nenhum deles quer sair das terras. (**Jornal da Bahia, 08/12/84**).

Morte de crianças

O cacique Saracura, da tribo Pataxó ha-ha-hae, denunciou ontem, nesta capital, que 29 crianças índias morreram nos últimos dois anos por falta de assistência médica, comida e água potável. Afirmou que os médicos da região, especialmente da vizinha cidade de Pau-Brasil, se negam a atender aos índios, mesmo crianças, devido aos conflitos que envolveram a tribo e os fazendeiros. (**Jornal do Brasil, 26/4/84**).

Magalhães é acusado

De cocar e sem camisa, como é seu costume, o cacique Nélson Saracura prestou depoimento, ontem, na Comissão do Índio da Câmara dos Deputados, acusando o ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, de ser o principal responsável pela situação de desespero pela qual estão passando os 900 pataxó hã-hã-hãe que vivem em Pau-Brasil.
"O culpado de tudo isso é o ex-governador, Antônio Carlos Magalhães, que sempre garantiu fazendeiros que invadem terra de índio e mata irmão nosso", afirmou Saracura, para, em seguida, fazer um apelo aos deputados: "Não deixem esse homem ser ministro, pois aí ele acaba com toda a gente nossa."
Saracura relatou aos deputados as precárias condições em que vivem atualmente os pataxó, confinados na ex-fazenda São Lucas, uma reserva de 1.200 hectares.
Disse Saracura que os pataxó não aceitam qualquer tipo de acordo que implique em redução territorial. (**Folha da Tarde, 11/05/84**).

FUNAI anuncia retirada

Cercado por líderes indígenas e tendo ao lado o deputado Mário Juruna, o presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, anunciou ontem que a partir de segunda-feira começará a retirar os posseiros — antigos arrendatários — da reserva Caramuru dos Pataxó ha-ha-hae, no sul da Bahia. A operação será feita com o apoio da Polícia Federal.
O cacique pataxó, Nelson Saracura, ao ouvir a promessa do presidente da Funai disse que acreditava em sua palavra mas queria um documento escrito para mostrar aos quase 900 índios de sua aldeia. O presidente da funai concordou em redigir o documento, mas esclareceu a Saracura que não haverá violência na retirada dos posseiros explicando que vários deles concordaram em sair. "Os que resistirem serão levados à Justiça", disse. (**Diário do Grande ABC, 12/05/84**).

Fazendeiros desafiam a FUNAI

A resistência dos fazendeiros titulados, que não querem a saída dos arrendatários da área dos índios Pataxó Hã-Hã-Hãe, impediu que a comissão técnica da Funai cumprisse determinação do novo presidente do órgão, de retirar os arrendatários da reserva. Ontem mesmo a comissão recebeu ordens de retornar a Brasília em virtude do clima de tensão existente na área, onde os fazendeiros estão armados. Os arrendatários da área Pataxó não pagam à Funai desde 1973 e o órgão, através de um oficial de justiça, preferiu recuperar o território ocupado, no lugar de cobrar a dívida. Eles haviam prometido ao cacique Nélson Saracura, abandonar a reserva a partir do momento em que recebessem a notificação. A promessa não foi cumprida porque os fazendeiros titulados — e com forte apoio político do ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães — convenceram os arrendatários a permanecer na terra, para "não abrir precedentes". (**FSP, 16/05/84**).

Não há reféns

O cacique Samado, dos Pataxó Hã-Hã-Hãe de Pau Brasil, Sul da Bahia, desmentiu a notícia sobre a existência de dez reféns brancos na Fazenda São Lucas. "Eu não sei nada disso. É invenção", afirmou o cacique. Em seguida — prestando depoimento na Comissão do Índio da Câmara dos Deputados — Samado reafirmou a disposição dos Pataxó de recuperarem suas terras, arrendadas na década de 50 pelo extinto SPI. (**Folha da Tarde, 18/05/84**).

Sindicato quer remoção

O Presidente do sindicato Rural de Pau-Brasil, Pedro Leite, disse ontem na Comissão do Índio da Câmara que a única maneira de pôr fim ao conflito entre fazendeiros e a tribo Pataxó é transferir os índios para outro local, como a reserva do IBDF no município de Una, onde uma área de dez mil hectares está interditada para a preservação do mico-leão. (**O Globo, 25/05/84**).

Delegação Pataxó Hã-Hã-Hãe na Casa do Ceará, em Brasília.

foto Roque Sá/Jornal de Brasília

Policiais de guarda na Fazenda Paraíso (BA).

foto Raimundo Silva

Jorge Amado se manifesta

Em carta aberta enviada à Anaí-BA, o escritor Jorge Amado manifestou sua adesão à luta dos Pataxós hã-hã-hãe pela posse das terras da reserva Caramuru-Paraguaçu (36 mil hectares), afirmando que volta a se repetir na região a prática de métodos feudais que tentam acabar com a tribo indígena.
Na carta o escritor baiano denuncia que "os índios estão sendo vítimas, na Bahia, mais uma vez, da violência mais bruta, do terrorismo mais monstruoso, do roubo mais indigno: invadem, assaltam, ocupam suas terras e tentam liquidar com os sobreviventes de outros massacres anteriores".
Ele recorda o sucedido nos anos 30, quando "as mesmas forças que mantêm a exploração da terra no Brasil em métodos feudais tentaram acabar de uma vez e para sempre com os índios Pataxós". A região sul, maior produtora de cacau do País, é tema da maioria dos livros do escritor. (**Zero Hora, 28/05/84**).

Entidades divulgam carta de alerta

A ANAI-BA, CPI-SP divulgaram ontem uma "Carta Aberta à Nação", alertando para o agravamento da situação dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, "literalmente sitiados por grileiros em parcela da reserva indígena Paraguaçu-Caramuru". Os índios, segundo as entidades, "resistem à fome, à sede, ao desespero de verem seus filhos morrendo e resistem às provocações dos cacauicultores da região, que desejam levá-los a uma atitude desesperada". "Fazendo circular boatos falsos, como o do pretenso seqüestro de funcionários da Funai há duas semanas, armando ostensivamente seus jagunços, incitando os pequenos posseiros contra os índios, os fazendeiros criam um clima de tensão que pretendem visivelmente levar além do limite tolerável". (**FSP, 31/05/84**).

Posse imemorial

Os antropólogos da UFBA, Maria Hilda Paraiso e Pedro Agostinho, autores de trabalhos publicados e pesquisas de campo sobre a situação dos índios Pataxó Hã-Hã-Hãe, asseguraram ontem, na Comissão do Índio, na Câmara dos Deputados, que as terras atualmente em disputa com fazendeiros são de posse imemorial indígena, já que constataram a presença do grupo na área desde 1651.

Os antropólogos não quiseram apresentar sugestões para o conflito, pois, segundo Pedro Agostinho, a solução tem que ser negociada pelos próprios Pataxó. (**Zero Hora, 01/06/84**).

Fazendeiros ameaçam

O clima entre índios e fazendeiros continuava bastante tenso ontem. Os fazendeiros acusam os pataxós de invadir suas propriedades para roubar gado. O Presidente do Sindicato Rural de Pau Brasil, Pedro Leite, disse que "os fazendeiros não têm mais condições de tolerar os índios. Ou eles nos destroem ou nós destruímos ele.
— Tanto os fazendeiros quanto os índios estão armados e a qualquer momento pode acontecer um conflito onde pode correr sangue" — alertou.
O Juiz federal Lázaro Guimarães oficiou ontem ao Secretário de Segurança da Bahia, ao Superintendente Regional da Polícia Federal e ao Comandante da Polícia Militar pedindo medidas para prevenir novas violências na Fazenda São Lucas. (**O Globo, 01/09/84**).

Juruna propõe retirada e é expulso

Os Pataxó-hã-hã-hãe expulsaram ontem de suas terras o deputado Mário Juruna depois de desarmar e depredar quatro dos oito carros da comitiva de parlamentares e fazendeiros que o acompanhava. Juruna foi à aldeia para propor aos índios que deixassem a reserva livre para os fazendeiros. Os pataxós ganharam recentemente na Justiça a posse dessas terras. De volta a **Brasília**, Juruna disse que naquela área não há índios; mas sim "caboclos que não deveriam receber apoio da Funai".
Depois do avião, Juruna e seus acompanhantes seguiram em uma caravana de oito automóveis. Quando os pataxós perceberam a aproximação da comitiva, desarmou seus integrantes, apreendeu os veículos, e concordaram em falar apenas com o deputado Juruna. Ele propôs ao cacique Nelson Saracura que sua tribo se transferisse para a reserva florestal de Mico-leão ou, então, que aceitasse dinheiro para que os índios comprassem terras onde quisessem. Saracura recusou a proposta de imediato e expulsou Mário Juruna da aldeia. (**ESP, 31/08/84**).

Juruna repele acusações

O deputado Mário Juruna negou ontem, em entrevista coletiva concedida em Brasília, as acusações de haver cedido às ofertas de fazendeiros e seus representantes, para deixar de defender os interesses dos índios em troca de presentes, favores e dinheiro. Confirmou, contudo, haver recebido três mil dólares do "comandante Carvalho", piloto e amigo do presidente da Funai, Jurandy Fonseca, para participar da reunião da ONU, em Genebra, sobre Direitos das Minorias. "Falei com Carvalho para quebrar o galho, eu não tinha dinheiro, mas não é dinheiro de fazendeiro", afirmou, em tom indignado, acusando a imprensa de fazer intrigas e de dizer mentiras. Juruna disse ter visitado a área dos índios Pataxó, na condição de parlamentar.
Também reafirmou ser a reserva Caramuru-Paraguassu ocupada por uma maioria de caboclos e apenas meia dúzia de índios, e admitiu ter defendido os Pataxó (enfrentando inclusive o risco de cassação do mandato) sem conhecê-los, só percebendo agora que os índios puros são poucos. Indagado sobre os indícios que o levaram a pôr em dúvida a autenticidade dos índios da reserva, respondeu: "Índio não tem barba, nem bigode, nem cabelo no peito".
Em novo acesso de irritação contra a imprensa, Juruna ameaçou até abandonar a política. (**Fôlha da Tarde, 04/09/84**).

Andreazza garante

O ministro do Interior Mário Andreazza, afirmou que os índios Pataxó têm o direito legal de permanecer nas terras ocupadas no município de Pau-Brasil enquanto a questão estiver "sub-judice". O Ministério, através da Funai, vai garantir a permanência dos índios no local por ser este o seu dever. (**Diário Popular, 05/09/84**).

"Índio não deve ficar contra índio"

O cacique Nelson Saracura reconheceu, ontem, ter havido um mal-entendido entre ele e o deputado Mário Juruna, durante a recente visita de uma comissão de parlamentares da Câmara Federal à reserva indígena da Fazenda São Lucas. Saracura pediu um novo encontro com Juruna para que tudo fique esclarecido, "porque índio não deve jamais ficar contra índio". (**Diário Popular, 12/09/84**).

Três mil homens armados

Um levantamento do SNI apurou que existem 3 mil homens armados em Pau-Brasil, onde está o foco de uma disputa entre Pataxó-Hã-Hã-Hãe e fazendeiros pela posse de 36 mil ha de terras férteis e adequadas à produção de cacau e à pecuária. A revelação foi feita pela assessora da presidência da Funai no Estado, Maria Hilda Paraíso.
A tensão na área cresceu desde a madrugada de sábado quando o índio Antonio Júlio da Silva, levou dois tiros na cabeça, enquanto fazia uma ronda de vigilância na divisa entre a Fazenda São Lucas e a vizinha Fazenda Paraíso, de Marcos Wanderley. O índio foi operado e permanece em estado de coma, numa clínica da cidade de Camacã. (**JB, 05/11/84**).

Bispos pedem solução urgente

"Cremos que haverá violência e mortes se não forem dadas soluções rápidas e justas para esse problema", advertiram os bispos da Bahia e Sergipe, no documento aprovado no final da assembléia anual da regional Nordeste III, da CNBB, na parte em que aborda os conflitos pela posse da terra envolvendo índios, posseiros e fazendeiros no extremo Sul e no sertão da Bahia.
No documento, os 22 bispos da regional Nordeste III consideram particularmente grave a situação dos Pataxós.
"A nosso ver, a solução postulada pelos índios, deve atender aos interesses dos mesmos e também dos posseiros, cabendo à Funai, ao Incra e ao Interba demarcar as terras e assentar índios e posseiros", recomendam os bispos da regional Nordeste III, em outro trecho do documento. (**Diário do ABC, 10/11/84**).

Todo apoio aos Pataxó hã-hã -hãe

Os últimos e dramáticos acontecimentos envolvendo os índios pataxós hã-hã-hães, no Sul da Bahia, mostram que se estão esgotando rapidamente todas as possibilidades legais, para os fazendeiros invasores de sua reserva, no sentido de transferi-los para outra área. Desesperados com a resistência dos índios, apelam agora para a violência direta,

que está em escala crescente. Assim, a 2 de novembro último, foi baleado o índio Antônio Júlio da Silva, que está à beira da morte; patrulhas de jagunços cercam e revistam carros, buscando aprisionar índios; cerca de 3 mil homens encontram-se armados nas vizinhanças da reserva, e até grupos de ciganos já foram instigados contra os pataxós. Mais ainda: representantes de entidades de apoio aos índios têm sido ameaçadas de morte.
A área ocupada pelos índios, conhecida localmente como "Fazenda São Lucas", foi objeto do Interdito Proibitório nº 32.096, na Justiça Federal, em Salvador. Em fins de outubro do ano passado, o juiz federal José Lázaro Guimarães reafirmou decisão liminar: segundo a sentença final, o grupo de oitenta pessoas, lideradas por Nélson Saracura, Nailton e Samado, reconhecidos como pataxós hã-hã-hães, são os legítimos ocupantes da terra. Três agravos foram apresentados pelos fazendeiros locais, com o apoio do Estado da Bahia, ao Tribunal Federal de Recursos. Os três lhes foram negados.
A área que, por decisão judicial, coube aos índios, corresponde aproximadamente, a 1/36 da Reserva Caramuru-Paraguaçu, criada por lei em 1926 "para gozo dos tupinambás e pataxós ou outros ali habitantes". Demarcada em 1936-37, constituiu-se no último refúgio seguro para a sobrevivência dos índios do Sul da Bahia. Os desmandos da política indigenista oficial, e a violência que caracteriza as relações sociais e política regionais, fizeram, porém, com que um sistema inicial de arrendamento das terras indígenas a não-índios fosse o estopim de um processo de usurpação da terra e perseguição dos índios.
Além do desrespeito ao próprio Judiciário, a pressão — que há anos se verifica e parece agora culminar — pela transferência dos pataxós para fora do território indígena, fere a Constituição (art. 4º e 198) e o Estatuto do Índio (arts. 22, 23 e 25).
O argumento básico e sempre apresentado por fazendeiros locais e pelo Estado da Bahia — e encampado por alguns parlamentares — na tentativa de negar aos pataxós seu direito às terras, é dizê-los "não-índios". De um ponto de vista jurídico, basta citar o art. 3º do Estatuto do Índio, que define índio ou silvícola como sendo "todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional". Fala-se, portanto, em características culturais e não raciais como, aliás, não poderia deixar de ser sob pena de chocar-se com a postura contrária ao racismo contida na própria Constituição. Os modos peculiares de organização econômica, política e de parentesco do grupo Pataxó Hã-Hã-Hãe foram atestados em laudo antropológico baseado em pesquisa de campo, elaborado por profissionais indicados pela Associação Brasileira de Antropologia e requerido como material de prova na ação de Interdito Proibitório já mencionada.
Os pataxós hã-hã-hães constituem o que, em Antropologia, chama-se um "sistema de identidade persistente". Trata-se de grupos sociais que partilham de um código simbólico específico, o que dá àqueles que o compõem a condição essencial para a construção de sua identidade como membros do grupo. A especificidade destes sistemas é que conseguem existir (e resistir) em diferentes tipos de ambiente cultural; persistem apesar da pulverização do grupo étnico e inicial, dispersos em territórios os mais variados e expostos a situações sócio-culturais variadas.
Para os pataxós hã-hã-hães é a memória da vida em comum no território da reserva Caramuru-Paraguaçu e dos acontecimentos históricos que levaram à sua dispersão, aliada a significativos laços de consangüinidade e um sistema próprio de comunicação entre os diversos núcleos espacialmente dispersos que possibilitou a persistência de sua identidade étnica diferenciada, apesar de todas as pressões que sofreram no sentido de sua assimilação pela sociedade nacional.
A ocultação da identidade indígena e a política de casamentos interétnicos a que recorreram parcelas da população Pataxó, foram estratégias de sobrevivência em uma região hostil aos índios. Tratou-se de uma imposição histórica. Isto nunca significou, porém, negação ou abandono da identidade indígena. Pelo contrário: a relação de oposição à sociedade envolvente constitui-se em fator preponderante da construção de um sistema da identidade persistente. Judeus, bascos, irlandeses, maias, Yaques e Navajos — estudados por E. Spicer — vivenciaram e atualmente, em muitos casos, ainda vivem esta situação e mantêm, como os pataxós, sua identidade.
O caso de argumentos racistas como justificativa para a negação dos pataxó hã-hã-hães a suas terras parece não ter tido "eficácia" esperada pelos invasores, frente ao repúdio generalizado a tais colocações. Apelam, então, para a solução final, o extermínio puro e simples dos índios. A não-punição aos autores do atentado a Antônio Júlio da Silva, a complacência e a "conciliação" da Polícia Federal, que até a confessar-se amedrontada, asseguraram aos fazendeiros uma impunidade e lhe fortaleceu em uma divisão genocida. O massacre se avizinha.
Nesse momento a única possibilidade de se evitar o massacre é uma manifestação rigorosa da opinião pública e da sociedade civil brasileira. "Não mais permitiremos o assassinato de índios em nosso País. A campanha pela sobrevivência do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe", integrando grupos, entidades, associações, sindicatos, partidos e indivíduos sensibilizados para a questão está sendo organizado para obstaculizar esse crime, e é fundamental a adesão urgente de todos que se sintam responsáveis por essa situação. Mais uma vez participe!" (**Aracy Lopes da Silva é professora assistente, doutora em Antropologia Social do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP) e presidente da Comissão Pró-Índio de São Paulo; e Omar da Rocha Jr., é indigenista e aluno do curso de pós-graduação em Antropologia Social da USP, FSP, 28/11/84**).

Solidariedade dos Tapirapé

Ao povo **Pataxó**
Nós escutamos as notícias de vocês que os brancos estão cercando vocês. Ficamos tristes quando nós escutamos a notícia pelo rádio. Então nós **Tapirapé** estamos apoiando vocês e todos os nossos irmãos tem que apoiar vocês na luta contra os fazenderos. O nosso irmão **Pataxó**, nós **Tapirapé** sempre escutamos a notícia de vocês no jornal e no rádio. E também sempre nós ficamos tristes quando escutamos a notícia de vocês. Só pensando que os nossos irmãos **Pataxó** estão sofrendo. Então era só isso que eu queria falar. Um abraço para todos vocês de lá. (**Elias Tapirapé, José Pio, Kurãpã'i Tapirapé, José Miguel Tapirapé, (Porantim, dez./84)**.

Atentado contra funcionários

O advogado Moacir Lira, da Funai, e o chefe do posto indígena de Caramuru, Rômulo Siqueira, sofreram um atentado a bala de fazendeiros no final da noite de anteontem, quando abriam a porteira da fazenda São Lucas, no Município baiano de Pau Brasil, onde vivem os índios pataxós. Eles acabavam de voltar de Ilhéus, onde haviam deposto na Polícia Federal sobre a tentativa de assassinato contra o índio Antônio Júlio da Silva, que está hospitalizado em Brasília com um tiro na cabeça. Ninguém ficou ferido. (**ESP, 05/12/84**).

Pataxó pede intervensão da Anistia

Os caciques pataxós Nélson Saracura e Nailton Pataxó, pediram, ontem, em São Paulo, intervenção da Anistia Internacional em favor do seu povo, que está confinado em suas próprias terras por fazendeiros da região, no Sul da Bahia. Os caciques estavam acompanhados de representantes da UNI e fizeram o pedido através de documento. (**ESP, 12/12/84**).

Campanha Nacional

O cacique Saracura está em São Paulo desde terça-feira,para o lançamento da campanha nacional pela sobrevivência do povo pataxó-hãhãhãi.
Na segunda-feira o cacique esteve em Brasília, acompanhado do líder pataxó Nailton Muniz e do índio Álvaro Tucano, coordenador da União das Nações Indígenas. Eles contaram que na Funai foram aconselhados a buscar o apoio da sociedade, uma vez que o problema da terra dos pataxós será resolvido pela Justiça, na qual eles não acreditam.
Segundo Saracura, os 1.073 índios da reserva estão sem água potável, o que já causou a morte de dezenas de crianças. Na campanha, ele pede ao público que envie um litro de água mineral para a Comissão Pró-Índio, que fica na rua Caiubi, 126, Perdizes. Também foi aberta uma conta no Banco Itaú, agência 0935-Bahia, para arrecadar fundos para os pataxós. O número da conta é 00067-9. (**Fôlha da Tarde, 13/12/84**).

Uma história de Xacriabás

No extremo norte de Minas Gerais existe um povoado com o nome de Brejo da Fome, e outro chamado Defunto. Precisa dizer mais?
Esses aglomerados lúgubres estão situados na área indígena dos Xacriabás, um povo estimado em 3 mil 800 almas agrupadas em 700 famílias. Não é fácil identificar um Xacriabá legítimo. Infiltraram-se na comunidade indígena pessoas provenientes de outros Estados, que, em face da dureza das coisas, optaram por esse regresso às origens brasileiras. Há um vereador à Câmara Municipal de Itacarambi, tão Xacriabá como o homem que assina esta coluna ou o homem que o lê neste momento, mas deram-lhe a etnia.
A reserva tem singularidades. O repórter de **O Jornal de Montes Claros** que andou por lá, e de cuja matéria extraio estes apontamentos, observou que os Xacriabás moram do lado de fora. Diz, textualmente: "Não há um só índio que habite a área ocupada pela Funai. Lá dentro moram adventícios, posseiros, etc. Moram até alguns assassinos conhecidos, para dar uma tintura vermelha de movimento ao pobre território norte-mineiro. Como a vida está difícil, e eles também precisam viver, o jeito é ir até a sede do município, a cidade de Itacarambi, e lá praticar uns crimes proveitosos, feito o que asilam-se na reserva, onde gozam de santa impunidade".
Os moradores não incluídos nessa "profissão" estão longe de se considerarem felizes. Desejariam operar seus minifúndios, mas a indefinição da propriedade não lhes faculta recorrer ao crédito bancário. Quem vai emprestar dinheiro a um Xacriabá ou suposto Xacriabá, sem garantia de reembolso? Não obstante, existe comércio na área. É o de cachaça, proibido pela Funai mas inevitável. Aliás, no dia em que se conseguisse acabar com o consumo indiscriminado da cachaça no interior brasileiro, já não valeria a pena viver. Ela substitui os serviços públicos a que a população tem direito, mas que lhe são negados na prática. O grande consolo, o imenso Nirvana, a euforia implícita na garrafa de pinga, que dá prazer e esquecimento, ajudam a manter a unidade e a paz nacionais.
O problema da terra parece insolúvel, pois teoricamente ela pertence aos Xacriabás; na realidade, é objeto de transação entre posseiros desiludidos e fazendeiros que pretendem aumentar seus domínios. Há invasão de propriedades, por falta de loteamento de áreas, e isso induz a meditar sobre o que existe de vago e de fluido no conceito de reserva indígena. Um Xacriabá cadastrado como remanescente, que participou da FEB e trouxe da Itália como galardão a sua perna de platina, após existência aventurosa chegou a adquirir na região seis glebas num total de 200 alqueires, demarcados pela Ruralminas. Seu império foi incorporado à área da reserva, e o índio-herói de Monte Castelo não recebeu indenização. Seu nome civil é José dos Santos Filho e seu apelido, Santo Rico. Compreende-se que ele não morra de amores pela Funai. De resto, muita gente por lá gostaria de se ver livre desse órgão federal, que, a julgar pelos depoimentos prestados ao repórter, lhes causa muitas atribulações e dá fraca assistência, a começar pelo Posto de Saúde, que deixa tanto a desejar. Um pequeno Xacriabá foi pedir mercurocromo para uma ferida na perna. "Não podemos aplicar" — responderam-lhe no Posto — "o nosso estoque está reduzido."
Na embrulhada da posse das terras, e no desassossego provocado pela livre circulação de criminosos ("Aqui só é respeitando quem já matou alguém", diz um dos moradores), Xacriabás e não Xacriabás vivem num profundo e estranho Brasil, nominalmente protegidos pelo órgão federal, mas reduzidos a uma vida

que não é mais selvagem e não chega a ser civilizada. É o que se conclui da reportagem de Fábio Oliva, aqui resumida em alguns de seus tópicos. Parece que uma condenação inapelável paira sobre a sorte desses brasileiros obscuros, a quem não chegaram os prazeres e benefícios da vida urbana. Que fazer? Não sou dos que mantêm preconceito contra a Funai e reconheço muitos de seus serviços prestados à população indígena, mas quero crer, a julgar pelo estado lastimável da reserva Xacriabá, percorrida pelo jornalista, que o serviço nacional de assistência à população indígena padece de graves defeitos estruturais. Lamentavelmente, o problema excede os limites de jurisdição e competência desse órgão. Abrange a grande parte da população brasileira perdida nas brenhas e solidões do país, à margem do processo urbano e de suas possibilidades de vida não puramente animal. Gente condenada à semivida ou minivida, para a qual todas as discussões e negociações do Palácio do Planalto e do litoral politizado não têm o menor sentido ou conseqüência. Gente, em suma, que jaz abandonada e esquecida num lugar chamado Brejo da Fome ou noutro chamado Defunto — e haverá tantos por aí. (**artigo de Carlos Drummond de Andrade, JB, 31/03/84**).

Tentativa de reaver

Três mil índios Xakriabá estão tentando reaver suas terras, no Município de Itacarambi, no norte mineiro, invadidas po posseiros, há anos, apesar de demarcadas. A informação é do delegado regional da Funai em Minas Gerais, Lúcio Flávio Coelho, ao denunciar que mais de 9% dos 40 mil hectares da reserva estão em mãos de grandes fazendeiros, que recebem até mesmo incentivos da Sudene. Entre os posseiros, ele cita o nome do prefeito do Município, José Ferreira de Paula (PDS). Os índios vinham sendo impedidos de plantar nas terras ocupadas, o que levou a delegacia da Funai a ingressar, recentemente, na Justiça Federal, com uma ação de reintegração de posse. Agora, eles estão tentando reaver as áreas ocupadas por meio de plantação de roças; e, segundo o representante da Funai, apesar das pressões "os serviços não foram paralisados, pois os índios ficariam muito prejudicados". (**Folha da Tarde, 12/07/84**).

FUNAI vai ter que provar

A Funai vai ter que provar que existem índios na reserva dos xacriabás, em Itacarambi (MG), para entrar na Justiça contra o Prefeito do município, José Ferreira de Paula, e o fazendeiro Manoel Caribe Filho, que, segundo ela, estão ocupando as terras indígenas. A exigência foi feita pelo advogado dos acusados. (**O Globo, 09/08/84**).

foto Museu do Índio

Terena

MATO GROSSO DO SUL

POVOS INDIGENAS NO BRASIL / CEDI
BOLÍVIA
PARAGUAI
MT
GO
MG
SP
PR
CORUMBÁ
PORTO ESPERANÇA
MIRANDA
CAMPO GRANDE
CAMPUÃ
INOCÊNCIA
CACHOEIRA
AGUA CLARA
PORTO MURTINHO
BELA VISTA
PONTA PORÃ
MARACAJÚ
RIO BRILHANTE
DOURADOS
CAARAPÓ
AMAMBAI
R PIQUIRI
R TAQUARI
R NEGRO
R MIRANDA
R ARAGUAIA
R APORÉ
R SUCURIU
R VERDE
R PARDO
R IVINHEME
R PARANÁ
R PARANAPANEMA
R AMAMBAI
R APA
R PERDIDO
R PARAGUAI
BR 163
BR 262
BR 267
BR 463
SP 300
15°
20°
55°
17 - MATO GROSSO DO SUL

QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA MATO GROSSO DO SUL

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA(*)	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
GUARANI (**)	1	AI Piraju'y (+Ñ -K) (1)	Sete Quedas		685	FUNAI: 83
	2	AI Jakare'y (Ñ)	Mundo Novo		1.019	FUNAI: 83
	3	AI Sassoró (Ramada) (+K -Ñ)	Tacuru		1.186	FUNAI: 83
	4	AI Takuapiry (K)	Amambai		1.110	PKÑ: 83 (3)
	5	AI Amambai (+K -Ñ)	Amambai		1.974	FUNAI: 83
	6	AI Limão Verde (K)	Amambai		252	FUNAI: 81
	7	AI Rancho Jakaré (K)	Ponta-Porã		188	FUNAI: 83
	8	AI Guaimbé (K)	Ponta-Porã		100	FUNAI: 83
	9	AI Campestre (K)	Antonio João		42	FUNAI: 83
	10	AI Pirakua (K)	Bela Vista		225	FUNAI: 83
	11	AI Caarapó (+K -Ñ)	Caarapó		1.620	auto-censo:83
	12	AI Dourados (+K -Ñ)	Dourados		3.490	FUNAI: 83
	13	AI Panambi (K)	Douradina		231	FUNAI: 81
	14	AI Panambizinho (K)	Douradina		114	FUNAI: 81
	15	AI Paraguasu (K)	Eldorado		120	PKÑ:83
	18	Maracajú (K) Sta. Luzia (+K -Ñ)	Maracajú Caarapó		± 80 150	Almeida: 85 PKÑ: 83
	19	Jaguapiré (K)	Tacuru		58	Almeida: 85
	20	Cerrito (Ñ)	Mundo Novo		35	PKÑ: 83
					12.433 (T)	
KADIWEU	22 23	Res. Ind. Kadiweu	Porto Murtinho Porto Murtinho	Bodoquena São João (+Kadiweu e Terena)	527 323 850 (T)	FUNAI: 83 FUNAI: 83
GUATÓ	32	AI Guató	Corumbá		520	FUNAI: 85

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
KAMBA	33		Corumbá		2.000	CIMI: 79
TERENA (3)	34	AI Aldeinha	Anastácio		130	FUNAI: 83
	24	AI Cachoeirinha	Miranda		1.761	FUNAI: 83
	25	AI Pilade Rebuá	Miranda		1.056	FUNAI: 83
	26	AI Taunay	Aquidauana		1.940	FUNAI: 83
	27	AI Ipegue	Aquidauana		848	FUNAI: 83
	28	Lalima	Miranda		682	FUNAI: 83
	29	Limão Verde	Aquidauana		743	FUNAI: 83
	30	Nioaque	Nioaque		622	FUNAI: 83
	31	Buriti	Sidrolândia		1.059	FUNAI: 83
	32	AI Dourados	Dourados		1.000	CIMI: 83
					9.841 (T)	

(*) nas áreas Guarani mencionadas abaixo, pode haver várias aldeias ou "tekoha". Os nomes das áreas estão de acordo com a nomenclatura indígena e, muitas vezes, diferem das denominações oficiais da FUNAI.

(**) ver também nas áreas Sul, Leste e Leste do MT/Góias. Há milhares de Guarani vivendo em países vizinhos, conforme estimativas a seguir: 22.500 no Paraguai (9 mil Paĩ ou Kaiowá, 5.500 Ñandeva ou Chiripá, 7 mil Mbya e 1 mil Chiriguanos). Os dados foram fornecidos em 1978 por Bartolomeu Meliá e pela Associación Indigenista del Paraguay. Na Argentina, em 1978, eram 1.500 Mbya (CIMI-Sul) e 500 Xiriguanos (L.Farré). Na Bolívia, também para 1978 a estimativa de L.Farré oscilava entre 30.000 e 40.000 Chiriguanos.

(1) os sinais + e - combinado com as iniciais K (Kaiowa) e Ñ (Ñandeva) indicam o sub-grupo guarani majoritário em cada área.

(2) PKÑ = Projeto Kaiowá/Ñandeva, com sede em Amambai (MS).

(3) ver também na Área Sul.

Aconteceu na imprensa

GUARANI/ GERAL

Assessoria para os Guarani na FUNAI

A Presidência da Funai já recebeu a proposta para o "Projeto Guarani", que vai atender os 20 mil índios que vivem nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, MS e Paraná, constituindo-se no maior grupo étnico indígena brasileiro. De acordo com a proposta, elaborada pelo antropólogo Rubem de Almeida, o primeiro trabalho para o desenvolvimento do projeto deve ser feito com o levantamento da situação fundiária de cada uma das 53 áreas Guarani. Até hoje, nem o extinto SPI, nem a Funai concederam qualquer tipo de assistência aos Guarani do eixo Rio-São Paulo, e a única área reconhecida como habitat natural desses índios é a Bananal, no litoral do Rio de Janeiro. Partindo daí, o antropólogo sugere à Funai a constituição de "núcleos de apoio, dispostos em lugares estratégicos" do Rio de Janeiro e São Paulo para atender aos índios que vivem na região. (**FSP, 19/06/84**).

DELEGADO DA PF investiga

O mistério que envolve o assassinato do Cacique Marçal de Souza, poderá ser desvendado ainda este mês, segundo informou o Superintendente Regional da PF, Jaime Coelho. Adiantou já ter sido comprovada a existência de agitadores ligados a entidades de defesa dos índios, que recebem dinheiro do exterior, principalmente de instituições filantrópicas da Alemanha.

— Para chegarmos aos assassinos do Cacique Marçal, estamos fazendo um levantamento da situação financeira de pelo menos outros oito líderes da Reserva de Dourados, onde ele morava com a família. As investigações estão em fase de conclusão e já foram identificados alguns grupos economicamente privilegiados, encabeçados até mesmo por indígenas com significativa quantia de dinheiro aplicada.

Segundo Jaime Coelho, as investigações comprovaram que há um nítido interesse de alguns grupos organizados em não permitir a expansão da Reserva de Dourados, fazendo com que os seus habitantes — cerca de seis mil Kaiowa, Terenas e Guaranis — disputem os 3.539 hectares de terras. A Aldeia de Pirakwá, reivindicada pelo Cacique Marçal de Souza como uma extensão da Reserva de Dourados, melhoraria a qualidade de vida dos membros das três nações indígenas.

Mas nem mesmo o Delegado Regional da Funai, Carlos Amauri de Azevedo, pode garantir a criação da Reserva de Pirakwá, porque essas terras indígenas ferem interesses de fazendeiros como Astúrio Monteiro de Lima, proprietário da Fazenda Serra Brava, que contesta a demarcação feita pelo órgão. Pirakwá é uma planície de terra fértil, com rios piscosos, matas e madeira de lei, sendo uma das poucas reservas onde o índio ainda tem caça abundante. (**O Globo, 09/01/84**).

FUNAI espera conclusão do inquérito

A presidência da FUNAI não se pronunciou sobre a existência de agitadores, infiltrados em entidades de defesa dos índios e mantidos com recursos de entidades filantrópicas da Alemanha. Denúncia neste sentido foi feita neste final de semana pelo superintendente da PF de Campo Grande, Jaime Coelho, responsável pelas investigações dos recentes crimes ocorridos na Reserva Indígena de Dourados.

Conforme a Assessoria de Imprensa, a Funai está esperando a conclusão do inquérito instaurado pela PF. No momento, o órgão nada tem a dizer sobre o assunto. Nos próximos 15 dias, o superintendente do DPF pretende divulgar a lista de nomes das pessoas envolvidas em agitações nas áreas indígenas.

O primeiro crime na Reserva de Dourados ocorreu no dia 25 de novembro último, com a morte do líder Guarani Marçal de Souza. Em seguida, entre os dias 23 e 25 de dezembro, aconteceram mais três assassinatos, quando foram vítimas os índios Guarani Belmiro Duarte, 27 anos, Guaraci de Souza e o índio Kaiowá, Etelvino Teixeira. Além do suicídio de Romana Duarte, após saber da morte de seu filho Belmiro Duarte.

A própria Funai levantou a suspeita de que o assassinato de Belmiro Duarte, primo do líder Marçal, teve como causa a disputa de liderança da Reserva de Dourados, uma vez que o criminoso Wilson Matos da Silva, é irmão do ex-capitão da aldeia, Romão Machado da Silva. (**Correio Braziliense, 10/01/84**).

Entidades pedem esclarecimento de assassinato

O Minter, a Funai, o governo do MS, o deputado Mário Juruna e o Cimi já receberam cerca de 300 cartas de 24 países de todo o mundo exigindo a identificação dos assassinos do líder indígena Marçal de Sousa. O Cimi divulgou nota à imprensa afirmando que, apesar do número de mensagens, "as autoridades permanecem surdas ao clamor internacional, não tendo tomado nenhuma medida efetiva para a apuração deste crime". (**Zero Hora, 02/03/84**).

DPF investiga entidades

A Ford Foundation e mais 14 entidades internacionais com sede na América do Norte e Europa estão sendo consultadas pela Polícia Federal sobre a remessa de dinheiro para o Brasil, que está servindo para promover agitações entre os índios, principalmente no Mato Grosso do Sul, segundo revelou um delegado do DPF local. Ele explicou que diversas organizações do gênero, sediadas neste Estado, têm insistido na invasão das reservas indígenas, concitando os índios a invadirem fazendas e citou entre elas o Cimi, cujo secretário-geral, Antônio Brandt, poderá ser indiciado em processo por essa prática verificada na fazenda Paraguaçu, no município de Amambaí, no início deste ano.

Segundo algumas testemunhas, entre elas uma das vítimas desse processo de aliciamento, o cacique "Pancho" declarou que o próprio Brandt prometeu-lhe um trator para ir até Brasília no início do mês passado. (**Correio Braziliense, 29/04/84**).

Preso suspeito

A PF prendeu em Ponta Porã (MS), o principal suspeito pela morte do líder indígena Marçal de Souza, assassinado no dia 25/11/83. A Polícia Federal havia recolhido as armas dos principais suspeitos e a perícia feita em Brasília confirmou que parte das balas que atingiram o índio partiram da arma Taurus, calibre 38, pertencente a Rômulo Gamarra, conhecido "Paraguaio".
Rômulo Gamarra, desde o início do inquérito, vinha sendo apontado como um dos principais suspeitos do crime. (**Diário do Povo, 05/06/84**).

Carta às autoridades responsáveis

Aos 24 e 25 dias do mês de novembro de 1984 as Comunidades Indígenas das Reservas de Dourados, Guarany, Kayowá e uma representação Terena da região de Miranda estiveram reunidos na Catedral de Dourados para homenagearem o finado Marçal Tupã-y, Guarany, pela morte brutal deste nosso irmão, que deu a vida para que seu sangue se tornasse para nós como uma semente de coragem, amor e raça e garra pela causa indígena. Sua morte não surgiu o efeito que os covardes assassinos desejavam em amortecer a causa indígena.
Ao contrário, assim como a morte de Cristo foi início de ânimo para os apóstolos, a morte de Marçal Guarany nos tornou mais unidos, mais fortes, nos deu coragem para lutar e com ele vamos vencer.
A morte de Marçal de Souza não foi um fim, mas, sim, início de uma nova vida, de coragem e força para lutar como ele, até o fim.
Hoje, neste dia 25 de novembro de 1984, aniversário de sua morte, morte que gerou vida, nós, Guarany, Kayowa e Terena pedimos e exigimos que o seu desejo seja realizado. A demarcação, legalização e retirada dos invasores de todas as áreas indígenas.
Exigimos também o esclarecimento correto, honesto sobre o assassinato do nosso irmão Marçal, que até hoje continua falso e obscuro.
Exigimos tomada de providência urgente sobre o andamento dos processos sobre a morte do nosso Líder.
Queremos que as autoridades responsáveis assumam esse compromisso conosco, porque somos "gente" que queremos que seja feita a justiça merecida, e que esse caso triste, doloroso, acorde a consciência adormecida dos "grandes" que podem fazer muito, mas nada fazem para que a verdade sobre o assunto venha a público.
Esperamos já há um ano e hoje exigimos que as providências acima referidas, sejam tomadas o mais rápido possível, e por ser verdade o que exigimos assinamos na certeza de sermos atendidos.
Seguem as assinaturas." (**Diário do Congresso Nacional, 28/11/84**).

Carta ao Presidente da FUNAI

"25 de novembro de 1984
Selenticismo Sr. Presidente da FUNAI do Sr. desculpar nós daqui Tribos do M. S. (Mato Grosso do Sul) Kaiua e Guarani.
Prezado amigo Sr. Presidente nós aqui estamos preocupado pela nossa terra sem demarcação.
Seguinte: Paraguaçú (Amambaí), Piraquá (Bela Vista), Jaguaripe (Tacuru) e o Serritos (Eldourado), Panambís (Douradina), Panambizinhos (Dourados).
Pedimos por favor pra atender o índio Guarani-Kaiuá do Estado do Mato Grosso do Sul. Por que até agora não foi atendido. Do jeito que índio precisa do Mato Grosso do Sul foi muito atrazando. Participantes — os índios do Paraná e de São Paulo.
Necessidade maior com orgência de demarcar a aldeia Paraguaçu sob comando Caciques Panchos Romeros. Aldeia Jaguapirés, aldeia Piracuás, aldeia Serritos e precisa todas áreas indígenas com nova medição no M. S.
Sobre o medicamento, também precisa muito. E mais Escola. Para o início do ano que vem. Verba para estudos ou pelo reembolso postal. Interesse da comunidade nós queremos a resposta até dia 20 de dezembro. Sim — ou não, prazo do trabalho para demarcação da terra espera até dia 30 de abril 1985 por que sim ou não, atender nós índio Guarani Kaiuá para demarcar área nós mesmo vamo tomar providência pra demarcar as área indígenas.
Sinceramente sr. Presidente esperamo a sua resposta até, no mês de abril por que nós aqui no M. S. precisamos do seu apoio brevemente.
Assinatura do Capitão das Aldeias:
P.I. Porto Lindos — Carlos Vilharva
P.I. Amambaí — Mauricio Vasques
P.I. Pirajui — Mario Vera
P.I. Sacoró — Domazio Borvão
P.I. Limão Verde — Adolfinho Nelzon
P.I. Dourados — Couto de Oliveira
P.I. Piraçuá — Lázaro Morel
P.I. Paraguaçú —
P.I. Serrito — Adolfo Martins
P.I. Panambi — Ricardo Jovito Galiano
P.I. Panambizinho —
P.I. Campestre —
P.I. Caarapó — João Martins
P.I. Jacaré — Faustino Vilharva
P.I. Barragem de S. Paulo — José Fernandes Soares
P.I. O Coi- do Paraná — João Centurião
P.I. Taquapery — Toniko Ricarte
Assinatura de outros líderes presentes na reunião:
1 — Hermes Araújo
2 — Luiz Velario Borvão
3 — Pedro Alves
4 — Adolfo Martins
5 — Mario Martins
6 — José P. Martins
7 — Epitácio Silva Souza
8 — Adair Gonsalves Sanches
9 — Nizio Gomes Vilharvas
10 — Valdelino Cordeiro Verissimo Guarani São Paulo
11 — Eduardo Pereira
12 — Marta da Silva Vitor
13 — Itunrique Ihdi
14 — Cláudio de Souza
15 — Paulo Martins
16 — Hipólito Martins
17 — Nilton Nelson
18 — Amilton Benites". (**Diário do Congresso Nacional, 28/11/84**).

GUARANI/ GUAIMBÉ

Homologação da Reserva

O Presidente da República através do Decreto nº 89.580 de 24/04/84, homologa a demarcação administrativa promovida pela Funai da Reserva Indígena de Guaimbé, no Município de Ponta Porã, MS. (**Diário Oficial da União, 25/04/84**).

GUARANI/ PARAGUASU

Índios retomam suas terras

Os índios Kaiowa, subgrupo Guarani, retomaram neste último final de semana a fazenda Paraguassu, sitada no município de Amambaí; no Estado de MS, de onde foram expulsos pela primeira vez em 1976, pelo fazendeiro Geraldo Coimbra, proprietário da fazenda Laranjal. Embora a expulsão da comunidade indígena, na época, tenha sido denunciada à Funai em relatório feito pelo funcionário Manuel Nunes de Freitas, o órgão não tomou nenhuma providência e ainda contribuiu para frustrar várias tentativas dos Kaiowa em retomar suas terras. Atualmente a comunidade Kaiowa, composta de 130 índios, é liderada pelo cacique Pancho Romero. O seu território fica situado entre os córregos Mirim, Laranjeira e Rio Iguatemi, distante da cidade de Paranhos 50 quilômetros, conforme comprovam documentos e mapas elaborados pela Comissão Rondon. Expulsos de suas terras em 1976, só três anos depois a Funai criou uma comissão destinada a elaborar um parecer final sobre a questão.
Apesar de a comissão ter reconhecido a área como território indígena e concluir pela sua imediata demarcação, nenhuma providência foi adotada pela Funai. Quatro outras comissões foram constituídas posteriormente para solucionar o problema, mas no entanto, além de sugerirem a transferência dos índios, duas delas auxiliaram na expulsão dos Kaiowa em favor dos fazendeiros. (**Estado de Minas, 22/08/84**).

Juiz não concede liminar

O juiz federal Luciano Franco do Amaral definiu na tarde de ontem que é de "competência exclusiva do juiz da Comarca de Amambaí" a concessão de liminar para a reintegração de posse da Fazenda Paraguaçu, de propriedade de Argemiro Sguissard, localizada naquele município, que foi invadida por mais de 54 índios das tribos Guarani e Caiuá há mais de 17 dias.
Hoje, João Carlos Marinheiro, advogado de Argemiro Sguissard, segue para Amambaí para dar entrada no pedido de reintegração de posse de aproximadamente um hectare de terras ocupadas. A invasão, segundo ele, foi comandada pelo índio Pancho Romero.
"Agora nós estamos indo para Amambaí para pedir a liminar", diz João Carlos sem, no entanto, querer adiantar quando a questão será resolvida. Acrescenta apenas que é sabido que os indígenas estão indo até outra fazenda para caçar, uma vez que "na terra de Argemiro só existe pastos". (**Correio do Estado, 04/09/84**).

GUARANI/ RANCHO JAKARÉ

Homologação da reserva

O Presidente da República através do Decreto nº 89.422 de 08/03/84, homologa a demarcação administrativa promovida pela Funai da Reserva Indígena Rancho Jakaré, no Município de Ponta Porã, MS. (**Diário Oficial da União, 09/03/84**).

GUARANI/ TE'YI KUE

Índio morre enforcado

A Polícia de Caarapó encontrou na noite do último sábado, o corpo de um índio do Posto Indígena de Caarapó, dependurado numa árvore, nas proximidades de um córrego. O fato ocorreu na Fazenda "Tarumba", por volta das 19 horas, depois que populares comunicaram a existência de um morto, no local.
O índio Miltom Vilalba, 28 anos, segundo a Polícia, pode ter sido assassinado, ou suicidado. As autoridades daquele município continuam desenvolvendo investigações para elucidar a morte do silvícola. (**Correio do Estado, 06/11/84**).

TERENA

Convênio AGROSUL/FUNAI

As comunidades indígenas dos municípios de Aquidauana e Miranda estão sendo beneficiadas por um trabalho desenvolvido pela Agrosul, em convênio com a Funai. Além do preparo do solo, fornecimento de sementes, fertilizantes e outros insumos, a empresa deverá orientar a comercialização e oferecer armazenamento para a produção agrícola dos indígenas.
Foram realizadas nas aldeias Passarinho, Esperança, União, Taunai, Ipegue, Argola, Morrinha e Cachoeirinha, aproximadamente 2.500 horas de trabalho de motomecanização, com derrubada de cerrados, enleiramento, aração e gradagem, que possibilitaram a incorporação de cerca de 300 hectares de áreas agricultáveis. A Agrosul fornecerá ainda sementes selecionadas de arroz, milho, soja, feijão e outras espécies para suprimento alimentar. (**Correio do Estado, 12/2/84**).

Conselho Tribal reivindica demarcação

A demarcação definitiva da área das aldeias de Pilade Rebuá e Cachoeirinha, no Município de Miranda, além de um técnico indigenista e um antropólogo para a Delegacia da Funai foram pedidos ontem ao delegado Chafic João Tomaz. As reivindicações foram formuladas pelo presidente da organização do Conselho Tribal Indigenista do MS, João de Oliveira Metello.
A área soma um total de 1.820 hectares, sendo 162 da aldeia de Pilade Rebuá e 1.658 de Cachoeirinha, que não possuem um registro definitivo, somente um memorial descritivo. Os líderes estão preocupados com falta de registro da área, apesar de ser uma das mais tranqüilas do Estado na qual ainda não ocorreu nenhum problema de invasão de terras. (**Correio do Estado, 11/07/84**).

FUNAI forma GT

A Funai — identificará e redefinirá os limites de quatro áreas indígenas pertencentes aos índios terenas em MS.
Para proceder este trabalho, a Funai formou um grupo que está integrado pela socióloga Márcia Helena Paula Fonseca, de Brasília; pela geógrafa Ana Maria Bueno, da Coordenadoria Regional do Incra; pelo chefe do setor Agrícola da Delegacia da Fundação, agrônomo José Resina Fernandes e pelo índio terena Carlos Justino, irmão de Marco Terena, chefe de gabinete da presidência. Esta equipe iniciará o levantamento da área nesta segunda-feira.
Além dos levantamentos topográficos, que terão por base o sistema cartográfico do Projeto Radam, o grupo de trabalho realizará também a identificação ocupacional, tendo em vista a superpopulação existente em pequenas áreas. Os trabalhos terão a duração de um mês e serão realizados nos postos indígenas

de Cachoeirinha, em Miranda; Pitanguy, Ipegui e Limão Verde, em Aquidauana; e Aldeinha, que possui uma área de apenas quatro hectares em Anastácio. (**Correio do Estado, 23/08/84**).

PI DOURADOS

Denúncia contra Ramão

O índio Terena Jorge Paredes, um dos que tentam, através de eleições, tirar o poder policial do "capitão" Ramão Machado, na reserva de Dourados, foi ameaçado na tarde de sábado pelo indígena Julião Machado, "policial" de Ramão, segundo denúncia feita ontem.
Mesmo depois da vinda do então presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima a Dourados, para contornar o conflito entre os representantes das chapas "amarela", de Ramão Machado, e "verde", o clima de medo e apreensão permanece na reserva, disse Jorge, que mora fora daquela área, em razão das ameaças. "O Ramão continua o mesmo", garantiu, só que agora o "capitão" contaria com quase 100 homens para fazer a "segurança", sob as vistas grossas do chefe do posto da Funai, em Dourados. (**Correio do Estado, 18/05/84**).

Conselho Tribal no MS

"Tem muita gente falando em nome do índio e tirando proveito disso. E foi com o objetivo de evitar que isto continue acontecendo que resolvemos criar o Conselho Tribal Indígena do Mato Grosso do Sul". A afirmação foi feita pelo presidente eleito para este Conselho, o Capitão João de Oliveira Metello, da aldeia de Pilade Rebuá, no Município de Miranda.
A primeira diretoria eleita para o Conselho, em reunião de 45 líderes indígenas das aldeias espalhadas pelo Mato Grosso do Sul, ficou composta dos seguintes índios: João de Oliveira Metello, presidente; Luís Viera, vice-presidente; Calixto Francelino, 1º secretário; Faustino de Oliveira, 2º secretário; Abel Pereira, 1º tesoureiro; e Isaías de Amorim Pereira, 2º tesoureiro. São todos índios terenas, de tribos espalhadas pela região de Miranda e Aquidauana. (**JB, 10/06/84**).

GAI contra arbitrariedade de Ramão

Em nota distribuída ontem, o GAI manifestou o seu repúdio pelos acontecimentos que se desenrolaram na noite de quinta-feira no Posto Indígena de Dourados, quando mais uma vez o "capitão" Ramão Machado cometeu arbitrariedades, invadindo as terras dos índios Fernando Jorge e Cláudio Nenito, aprisionando os familiares de Fernando, que se encontra foragido com Nenito.
Diz a nota que Ramão Machado, mantém uma liderança ilegítima e é prestigiado pela Funai, dispondo de uma Polícia fortemente armada, coagindo impunemente a população daquela aldeia, chegando até mesmo à violência física, como no presente caso. (**Correio do Estado, 10/06/84**).

Juruna pediu afastamento de Ramão

O deputado federal Mário Juruna pediu ontem na Assembléia Legislativa, o afastamento do "capitão" Ramão Machado, de Dourados, e o acusou como um dos perseguidores do líder guarani Marçal de Souza, assassinado no final do ano passado. O pronunciamento do deputado foi durante a visita do presidente da Funai, Jurandy da Fonseca e sua comitiva, que cumpriam a programação na sua visita ao Mato Grosso do Sul. (**Correio do Estado, 17/06/84**).

Novas denúncias contra Ramão

Segundo as denúncias formuladas ontem pelo índio Celso Maciel, mais de vinte pessoas foram desabrigadas pelo "policiamento" e forçadas a deixarem suas terras para dar lugar a "índios vindos do Paraguai". O indígena chegou há alguns dias a Campo Grande juntamente com a família e está morando na Casa do Índio, aguardando uma definição do delegado da Funai. O clima na Reserva é de tensão e medo e a tendência é a situação piorar, prevendo-se, inclusive, um confronto mais sério entre índios e a "polícia" de Ramão Machado. (**Correio do Estado, 03/07/84**).

Fernando Jorge nega denúncias

"O pessoal que me procura diariamente em casa até agora não denunciou atos de violência", afirmou ontem o índio Terena Fernando Jorge, líder da chapa "Verde" um dos signatários do acordo feito no começo do ano, com o "capitão" Ramão Machado com o objetivo de acalmar a situação na reserva indígena.
Fernando acusou o índio Jorge Paredes de "estar agitando", ao levar para a imprensa uma série de denúncias, muito embora tenha confirmado que a casa de Lídio Assis realmente foi incendiado, mas pelo próprio dono, que se mudou da reserva indígena de Dourados.
Fernando confirmou que foi contratado pela Funai, em fevereiro deste ano, logo após a assinatura do acordo para trabalhar junto aos índios de Dourados, mas negou que tenha sido "comprado" para se calar diante das denúncias. (**Correio do Estado, 19/07/84**).

Ramão expulsa índios da Reserva

O "Capitão" Ramão Machado expulsou da reserva indígena de Dourados a família de Cláudio "Nenito" de Souza, que compareceu à reunião realizada neste final de semana no educandário Santo Antônio, pelo CIMI, quando um dos assuntos em pauta era o assassinato do líder Guarani, Marçal de Souza, ocorrido há um ano, na aldeia Campestre, em Antônio João.
Nenito de Souza, primo de Marçal, participou do encontro, desobedecendo uma advertência feita por Ramão Machado. Em represália ao índio "rebelde", o "capitão" e vários homens armados de sua "Polícia" invadiram a sua casa, espancando seu filho, Euclides de Souza, segundo confirmou ontem Ilário Paulus, do CIMI. (**Correio do Estado, 27/11/84**).

Chefe do PI é afastado

Foi afastado ontem pelo delegado da Funai em Campo Grande, Chafic João Thomaz, o chefe do Posto Indígena da Reserva Caiuás, Izanoel Sodré, em conseqüência das denúncias da família de Cláudio Nenito de Souza. O delegado esteve reunido com os denunciantes até o início da noite, onde firmou um acordo

para atender a reivindicação dos membros da reserva que haviam sido expulsos esta semana.
Entre os assuntos tratados com o delegado foi montada uma estratégia com a Funai de Brasília, para promover a longo e médio prazo o desarmamento total dos índios da reserva. O assessor Rubem Almeida, irá enviar um relatório completo à presidência da Funai, sobre os problemas que vêm se arrastando há anos sem qualquer solução, entre eles as arbitrariedades cometidas pelo capitão Ramão Machado. (**Correio do Estado, 29/11/84**).

Denunciada extração de toras

A extração de madeiras de lei de lotes de famílias caiuá, da reserva de Dourados, sem controle, por parte dos índios, foi denunciada ontem pelo indígena Bonifácio Martins, encarregado pela tribo de fazer os apontamentos, "pois de apenas quatro lotes mais de 100 toras foram retiradas e os donos não ficaram sabendo".
Bonifácio, falando em nome das centenas de famílias caiuá, tem receio que esse projeto, que visa a construção de moradias, e supervisionado pela Funai, acabe em mais um fracasso, a exemplo de cinco outros iniciados nos últimos sete anos, "que acabam com a madeira e nenhuma casa foi levantada como disseram".
Atualmente o Posto Indígena (PI) da Funai está executando um plano de construção de 2.000 casas, mediante a exploração das reservas florestas dos caiuá, apesar de estarem fixadas na Reserva de Dourados somente 820 famílias de Terena, Guarani e Caiuás, totalizando pouco mais de quatro mil pessoas. A madeira nobre, como perobas, cedro e jequitibá, será beneficiada na serraria Universo, localizada nas proximidades da reserva, mediante um acordo feito, "mas que nós não sabemos quem assinou", afirmou Bonifácio.
A extração de madeira na reserva indígena, com comprovados prejuízos para as famílias, vem ocorrendo desde 1976. Naquela época foi montada uma serraria dentro da Reserva, na região conhecida como Jaguapiru (cortada pela rodovia para Itaporã) e centenas de toras foram cortadas, presumivelmente para a construção de casas. Mas esse primeiro projeto não se concretizou, o material desapareceu, assim como o dono da serraria, cujos destroços ainda podem ser vistos na área.
Posteriormente, quando assumiu o PI o funcionário conhecido como Alaor, outro acordo foi assinado entre os índios, a Funai e uma serraria, porém a história se repetiu e as valorizadas madeiras de lei existentes foram desviadas e o assunto morreu por aí. Durante o período que Vandelino Bravin administrou a Reserva de Dourados novas denúncias surgiram de exploração ilegal.
Vários índios disseram que no ano passado, que a serraria de propriedade do atual vereador Vitório Pederiva (PDS), teria recebido toras para o beneficiamento e construção de casas, "mas isso não aconteceu e quem ia falar com ele recebia somente casca das toras" impróprias para a finalidade inicialmente prevista.
Hoje Izanoel Sodré — substituto de Bravin — autorizou que grupos de cortadores, entrassem dentro da Reserva e na área dos caiuá, derrubando árvores centenárias para que sejam aproveitadas na serraria Universo, dentro de um acordo comum.
Bonifácio Martins, ficou encarregado de fazer o controle, indicado pelas famílias, porém os cortadores, nem a Funai ou a Serraria "dão quantas toras ou metros cúbicos são retirados diariamente". Segundo ele, portando machados e motosserra, os responsáveis pelo corte, "inclusive Rodolfo Rodriguez, um pistoleiro de Ramão Machado", entram nos lotes e fazem a derrubada. "Mesmo sem saber se o dono quer uma casa ou não. Além disso, ninguém sabe quanta madeira está saindo", o que tem levantado suspeitas dos caiuá, em cuja reserva florestal está localizada a madeira mais nobre e o que restou.
Do lote de Brasilino Ramirez foram retiradas 72 toras de peroba, mas não foi emitido qualquer comprovante da metragem cúbica; do lote do caiuá Leoni, foram 42 toras de peroba, três de cedro e quatro de jequitibá; das terras de Adulino Fernandes, foram 18 toras de madeira branca; e do lote de Valdomiro Ramirez, 15 toras. Esse controle foi feito por Bonifácio.
"O importante é receber as casas", enfatizou Bonifácio Martins, "mas queremos saber quanto de madeira está sendo levada daqui. Os caiuás estão exigindo um comprovante disso", destacando ainda que "nós não somos contra o projeto, mas queremos uma prova da madeira que está sendo tirada", para que os indígenas, no futuro possam exigir uma posição da Funai, caso as residências, de 9 metros por quatro, mais uma vez, não sejam construídas.
Segundo os planos do órgão indigenista tutor a partir do próximo mês serão implantadas 2 mil casas de madeira, com a venda das toras; ficando o dinheiro arrecadado numa agência bancária de Dourados. No entanto, a Funai não explicou as razões para a construção de tantas casas, quando moram na reserva pouco mais de 800 famílias, observou Bonifácio Martins.
Os caiuás, que praticamente estão financiando a construção, pois somente em suas terras existe madeira, querem que à medida que as toras forem saindo do local, as residências sejam levantadas. (**Correio do Estado, 25/07/84**).

KADIWEU

Homologação da Reserva

O Presidente Figueiredo assinou o decreto nº 89.578 de 24.04.84 homologando a demarcação administrativa promovida pela FUNAI da Reserva Indígena Kadiweu, no município de Porto Murtinho (MS). (**Diário Oficial da União, 25/04/84**).

Fazendeiros querem anular a demarcação

Acompanhado do presidente da FAMASUL, estiveram ontem com o governador Wilson Martins, oportunidade em que pediram que ele interceda no Planalto, junto ao presidente Figueiredo, no sentido de que seja anulada a demarcação feita pelo Exército, a pedido da Funai, há cerca de dois anos, determinando os limites da reserva Kadiweu, na Bodoquena, que já foi, inclusive, homologada pela presidência da República. Segundo os queixosos, a nova medição, que amplia a área de 373.024 hectares para 538.535 hectares, abrange parcela particular de 165 mil hectares pertencentes a aproximadamente 40 fazendeiros que têm títulos de propriedade expedidos pelo Estado.
O governador Wilson Martins deverá conversar com o presidente Figueiredo e o ministro para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, na próxima semana, antes que a homologação seja registrada em cartório. Enquanto isso, os fazendeiros decidiram promover uma ação contra a homologação na Justiça Federal. (**Correio do Estado, 04/05/84**).

TERRASUL diz que demarcação é arbitrária

A Terrasul concluiu ontem um documento onde apresenta todos os aspectos jurídicos que provam ser totalmente arbitrário e decreto assinado pelo presidente João Figueiredo homologando a demarcação administrativa promovida pela Funai na reserva indígena Kadiwéus.
Ontem, o diretor do órgão, Euclydes de Faria, anunciou que o documento será encaminhado ainda hoje ao ministro Danilo venturini. Esse relatório havia sido solicitado pelo próprio Ministro na época da assinatura do decreto. A partir desse documento iniciaria os entendimentos com o Ministério do Interior e com o presidente da República no sentido de negociar uma renovação desse decreto. (**Jornal de Brasília, 15/05/84**).

Medição da área não mudará

O presidente da Funai, Jurandy Marcos Fonseca, garantiu ontem que a demarcação da reserva Caduveo já é "um caso encerrado", ao ressaltar que a posse indígena é uma questão indiscutível, levando-se em conta que existe uma doação, homologação e registro em cartório. Ele chegou ontem a Campo Grande, acompanhado do deputado federal Mário Juruna, do cacique Raoni e outras autoridades, e participou da solenidade de posse do novo delegado da 9ª Delegacia Regional da Funai, Chafic João Thomás, em substituição a Carlos Amaury Motta. (**Correio do Estado, 15/06/84**).

TERRASUL contesta

Contestando a afirmação do presidente da Funai, de que o caso das terras dos Kadiweu ficou encerrada com a homologação, o diretor-geral do Terrasul explicou que a retirada dos posseiros e proprietários legítimos apenas se encerrará com o pronunciamento final da Justiça. (**Correio do Estado, 25/6/84**).

Voltam conflitos na Reserva

Os índios Caduveo estão novamente em guerra com os pequenos agricultores que ocupam terras da reserva da Bodoquena. No sábado, dia 8, um grupo de aproximadamente 16 índios (de rostos pintados e armados) confiscou todos os bens de dois agricultores que ocupam terras nas colônias Babaçu e Água Fria e ameaçou-os de morte, dando prazo de três dias para se retirarem da área.
Para as demais 404 famílias o prazo é um pouco maior, de 90 dias. Os índios, segundo testemunho de alguns dos posseiros, dizem que não acreditam mais em Funai, Terrasul ou Governo do Estado, pois estes não apresentam solução. Os agricultores ainda acreditam e elegaram 12 representantes que, juntamente com a Fetagri, estiveram ontem em audiência com o governador Wilson Barbosa Martins, onde solicitaram uma nova área para recolocação, como já havia sido prometido. (**Correio do Estado, 19/09/84**).

Posseiros exigem solução

É mais forte ainda a possibilidade de explosão de um conflito armado entre posseiros e índios da Reserva dos Caduveo diante da falta de solução para um novo assentamento por parte do Governo do Estado. A comissão de 12 líderes que esteve em Campo Grande até ontem, voltou disposta a mobilziar os companheiros no sentido de armarem um sistema próprio de segurança contra qualquer ataque indígena, pois estão dispostos a continuar o trabalho na terra até a colheita das lavouras de feijão.
Tudo que os agricultores conseguiram, nas diversas reuniões mantidas com autoridades em Campo Grande, foi a promessa de um aumento do efetivo policial na área, promessa esta feita pelo secretário aleixo Paraguassu. (**Correio do Estado, 20/9/84**).

Ex-Presidente da FUNAI é acusado de negociata

O ex-Presidente da Funai, Jurandy Fonseca, foi acusado ontem de ter favorecido 85 fazendeiros de Mato Grosso do Sul, com contratos de arrendamento de terras dos índios cadiweus. A acusação foi feita pelo Procurador Geral da Funai, Irineu de Oliveira. Irineu disse que entre os beneficiados há grandes pecuaristas e produtores de grãos, como Hélio Martins Coelho, irmão do atual Prefeito de Campo Grande, Lúdio Martins Coelho.

O Procurador garantiu também que os contratos foram impressos fora dos padrões da Funai, já trazendo nas cláusulas o nome de Jurandy Fonseca. Ele afirmou que o Deputado Albino Coimbra (PDS) foi quem encaminhou toda a documentação e, inclusive, entregou os contratos nas mãos do ex-Presidente da Funai.
— Para tanto — disse o Procurador — o Deputado realizou duas reuniões na Associação dos Dentistas de Campo grande, com os fazendeiros interessados em permanecer nas terras dos cadiweus, prometendo a cada um deles a renovação do arrendamento, o que contraria frontalmente o Artigo 62 da Lei 6.001/73, que é do Estatuto do Índio.
O Procurador esclareceu também que os 85 contratos representam a ocupação de 300 mil hectares, quase a metade de toda a reserva, que compreende pouco mais de 600 mil hectares.
Irineu de Oliveira informou que a Presidência da Funai não tem qualquer cópia da Portaria nº 1684/E, autorizando a prorrogação do arrendamento por mais cinco anos.
— Tampouco saiu alguma publicação nesse sentido no Diário Oficial da União, como é de praxe. Os contratos, dessa forma, não têm valor algum, mas estão provocando mal-estar na reserva, onde os índios já acenam com novos conflitos com os brancos, podendo trazer graves conseqüências caso não ocorra uma ação rápida para neutralizar o movimento.
O cacique da reserva, Cipriano Mendes, garantiu que colocará seus índios de prontidão com as armas disponíveis para expulsar os invasores. (**O Globo, 29/09/84**).

Deputado contesta as acusações

O deputado federal Albino Coimbra contestou ontem as irregularidades denunciadas pelo procurador da Funai, Irineu de Oliveira, nos contratos de arrendamento de terras da Reserva Indígena dos Caduveos, feitas este ano. O deputado alega que todos os contratos são válidos e foram autorizados pelo ex-presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, para uma renovação de mais cinco anos, por uma portaria assinada em agosto em Brasília.

O deputado explica ter sido procurado pelos fazendeiros arrendatários, que queriam uma audiência para tratar de assuntos relacionados com a renovação do contrato de arrendamento das terras. E quando o ex-presidente Jurandy Marcos da Fonseca, veio a Campo Grande para dar posse ao delegado Chafic João Tomaz, manteve contatos com os interessados na casa do deputado durante um jantar.
Ficou então estabelecido que, Jurandy Fonseca, faria um ofício autorizando a renovação por mais cinco anos, sendo entregue pessoalmente ao deputado Albino Coimbra, que acompanhou o processo. Este pedido, explica o deputado, tem que ser feito seis meses antes do término do contrato, conforme manda a lei, para que caso não seja renovado, os arrendatários tenham opção de procurar outras terras. (**Correio do Estado, 01/10/84**).

FUNAI prova fraude

Ao apresentar ontem provas documentais da fraude nos arrendamentos das terras dos índios Kadiweu, envolvendo o ex-Presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, e o Deputado Albino Coimbra, o Procurador do órgão, Irineu de Oliveira, e o Chefe de Gabinete Marcos Terena disseram que os 84 arrendatários beneficiados tiveram que pagar, além do preço contratual, Cr$ 500 por hectare arrendado, perfazendo um total de Cr$ 150 milhões, quantia que jamais chegou aos cofres da Funai.
A Funai — que ainda não tem provas documentais do destino dos Cr$ 150 milhões e baseou sua acusação no depoimento de oito arrendatários beneficiados — apresentou vasta documentação comprovando irregularidades nos contratos. Entre elas a existência de uma portaria fantasma, que jamais foi encontrada nos arquivos do órgão, assinada no dia 8 de agosto, após a celebração dos contratos (25 de julho), que deveriam ser autorizados por essa portaria. Além disso, existem irregularidades também nos contratos, três dos quais assinados em nome de pessoas mortas.
Irineu de Oliveira, Marcos Terena e um grupo de índios Kadiweu, chefiado pelo Cacique João Príncipe, apontaram o Deputado Albino Coimbra como o intermediário da transação entre os arrendatários e Jurandy Fonseca. Ele teria levado aos interessados os contratos (que foram devolvidos aos beneficiados em envelopes da Câmara dos Deputados) e estabelecido as bases do negócio em reuniões na Associação dos Dentistas de Campo Grande, onde os documentos foram datilografados.
Segundo o Procurador da Funai, esses 84 contratos, arrendando 304 mil hectares, foram assinados na presença do irmão de Albino, o advogado Javam Coimbra, que se encarregou de recolher os cheques da quantia ilegalmente cobrada.
Irineu de Oliveira e Marcos Terena afirmaram que toda a transação foi feita às escondidas — inclusive sem o conhecimento dos Kadiweu, aos quais Jurandy Fonseca havia prometido não fazer qualquer arrendamento sem autorização da tribo — e ninguém na Funai soube da existência da portaria 1.684, que deveria proceder à assinatura de qualquer contrato, e não ser arquivada.
A pedido dos índios, todos esses contratos foram ontem anulados pelo Presidente Nelson Marabuto. (**O Globo, 05/10/84**).

As terras de volta

A Comissão de Indígenas da Reserva Bodoquena, afirmou ontem ao delegado da Funai em Campo Grande, Chafic João Thomaz, que não haverá mais arrendamento a partir de janeiro e querem a posse definitiva de todas as terras. A comissão ficou reunida com o delegado durante três horas, a portas fechadas, onde tratou de diversos assuntos relacionados com a administração das terras da reserva e das necessidades existentes, não fazendo nenhuma ressalva com relação aos posseiros instalados no interior da Reserva Indígena Caduveo.
Os índios que fazem parte da comissão explicaram ao delegado da Funai, que a partir da reintegração de suas posses, é necessário um programa de infra-estrutura para administrar as terras. Eles disseram que todas as 600 pessoas que vivem na reserva irá precisar de escolas, professores, atendentes de enfermagem, motoristas e tratoristas, por causa da separação que irá ocorrer.
Os 538 mil hectares, divididos em 40 fazendas, sendo 20 arrendadas e 20 em poder dos silvícolas, serão repartidos entre os 600 habitantes da reserva cabendo quase mil hectares para cada índio. Eles irão ficar descentralizados da aldeia tomando conta de cada parte que lhe couber, ficando isolados de outros grupos indígenas, havendo a necessidade da criação de postos de atendimento.
O delegado Chafic João Thomaz disse que irá pedir para a Funai de Brasília, um grupo de trabalho para elaborar um projeto de desenvolvimento de base para a administração das terras. "Se este grupo vier a Campo Grande em breve, dentro de 45 dias, poderemos ter em mãos o projeto que vai ser instalado", comentou o delegado.
A grande preocupação da comissão que visitou o delegado é com relação à educação dos jovens, porque a tendência é ocupar toda a reserva. Baseado nisto, pediram ao delegado a instalação de mais escolas e professores dentro da reserva, que irá contribuir para o desenvolvimento dos silvícolas. O delegado explicou que este problema será estudado pela comissão de Brasília. (**Correio do Estado, 09/10/84**).

Governador garante segurança aos posseiros

O governador Wilson Barbosa Martins garantiu durante audiência com os posseiros da Bodoquena uma melhor segurança na área, com envio de policiais militares à região, na tentativa de conter a decisão dos indígenas que querem ver suas terras desocupadas até o mês de janeiro. Esta é mais uma vez em que os agricultores daquela localidade, onde ocupam terras de propriedade dos Caduveo, vêm ao governador no intuito de buscar proteção para suas famílias, segundo eles, ameaçadas constantemente pelos indígenas que querem as terras rapidamente desocupadas. Ontem, uma comissão constituída por representantes das 406 famílias — juntamente com a Fetagri — foi até à Governadoria para ratificar a preocupação com o clima de tensão na região. (**Correio do Estado, 17/10/84**).

Projetos de pecuária

Até o final deste mês, segundo a previsão de Chafic João Tomaz, delegado regional da Funai, estará em Campo Grande o grupo de trabalho que solicitou a Brasília estudos das questões referentes às terras dos índios Caduveu. O delegado regional quer uma análise dos técnicos sobre a forma de eliminar o arrendamento — decidido pelos índios — garantindo a implantação dos projetos de pecuária que pretendem desenvolver na área.
O delegado se diz preocupado com a dispersão dos Caduveu pela área, na medida em que as famílias passarão a residir nas sedes das fazendas dos arrendatários, localizadas dentro da área da tribo. Com o "desaldeamento", a Funai corre o risco de ver fracassados alguns projetos em desenvolvimento, como os de saúde e educação. Para evitar esta situação, Chafic João Tomaz pediu a criação do grupo de trabalho, que ainda ficará incumbido de estabelecer uma forma para a saída pacífica dos 85 arrendatários e das 406 famílias de posseiros, sendo este último caso considerado muito difícil por Chafic, na medida em que o órgão não entrou ainda com nenhuma ação de reintegração de posse.
Outra preocupação do grupo de trabalho será a segurança da área tendo em vista a possibilidade de invasões, embora a distribuição das famílias permita uma vigilância maior por toda a área. O grupo de estudos, terá que dizer também como tornar viável o projeto pretendido pelos índios, discriminando de que forma poderão obter a renda necessária para a implantação das fazendas de criação de gado de corte. Os índios já contam com duas mil cabeças, aproximadamente, que deverão ser utilizadas para início do rebanho. (**Correio do Estado, 22/10/84**).

União comprará 7 mil ha no MS

O governo Federal vai desapropriar 7 mil ha de terras em Nioaque, para o assentamento das famílias de posseiros da Reserva Kadiweu, que estão sendo ameaçados de expulsão por parte dos índios e fazendeiros. A informação foi dada ontem pelo governador Wilson Martins, revelando que o Estado fará gestões junto ao MEAF, no sentido de assentar parte dos trabalhadores "sem terra" no Mato Grosso do Sul nesta gleba. (**Correio do Estado, 19/12/84**).

Marabuto teme conflitos

Os Kadiweu estão dispostos a ocupar as 98 fazendas instaladas dentro da reserva e cujo contrato de arrendamento expira dentro de uma semana. Além de ocupar as fazendas, os Kadiweu pretendem alugar os pastos e o presidente da Funai, Nélson Marabuto, teme um enfrentamento entre índios e arrendatários.
Os contratos de arrendamento se renovam a cada cinco anos, mas Marabuto revogou os contratos assinados por seu antecessor, Jurandy Marcos da Fonseca, considerando que a renovação fora feita à revelia dos índios e, em alguns casos, para arrendatários fictícios ou mortos. Ao constatar a irregularidade, Marabuto revogou a portaria de renovação e deu prazo para os arrendatários abandonarem a reserva kadiwéu até o final de janeiro. Há dois anos, quando parte dos contratos estava vencendo, os índios tomaram 15 fazendas e agora pretendem ocupar as demais. Entre os arrendatários, encontram-se as maiores fortunas de Mato Grosso do Sul, como a família Coelho. (**Cidade de Santos, 23/12/84**).

OFAIÉ-XAVANTE

Bóias-frias

Alguns dos últimos Ofaié-Xavante já não falam mais a língua e trabalham como bóias-frias na região de Brasilândia, no sul do MS. O mais jovem desses índios remanescentes é João Carlos Magalhães, de 18 anos, que trabalha como cortador de cana e tratorista para a Destilaria Hoffing. Ele sabe apenas "vagamente", a história dos Ofaié-Xavante, pois seus pais morreram quando ele ainda era criança.
Outro descendente dos Ofaié-Xavante é Ramão Lopesa Almirão, de 24 anos, que trabalha numa fazenda em Xavantina, a 200 quilômetros de Brasilândia. Em 74 foi levado pela Funai para uma reserva na região de Campo Grande, mas fugiu de lá. Desde então, vive praticamente escondido, sem nenhum documento de identidade, com medo de ser recapturado pela Funai. (**O Globo, 27/05/84**).

foto Maurício Simonetti/F-4

Guarani/Ocoí (PR)

SUL

GOIÁS
MG
MS
SP
PA
SC
RS
PARAGUAI
ARGENTINA
URUGUAI
ATLÂNTICO
R. GRANDE
R. TIETÊ
R. PARDO
R. PARANÁ
R. PARANAPANEMA
R. IVAÍ
R. TIBAJI
R. IGUAÇU
R. URUGUAI
R. IJUÍ
R. PELOTAS
R. JACUÍ
R. IBICUÍ
R. QUARAÍ
BAURU
MARINGÁ
SÃO PAULO
SANTOS
PERUÍBE
CURITIBA
CHAPECÓ
ITAJAÍ
FLORIANÓPOLIS
PORTO ALEGRE
URUGUAIANA
18 - SUL POVOS INDIGENAS NO BRASIL / CEDI

QUADRO GERAL DOS POVOS INDIGENAS DA AREA SUL

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
XOKLENG (1)	1	AI Ibirama	Ibirama (SC)	PI Ibirama	430	Urban: 82
				Bugio	204	
					634 (T)	
TERENA (2)	2	AI Araribá	Avaí (SP)		210	FUNAI: 84
	3	AI Icatu	Braúna (SP)		27	FUNAI: 84
	4	AI Vanuire	Tupã (SP)		153	FUNAI: 84
KAINGANG (3)	3	AI Icatu	Braúna (SP)		46	FUNAI: 84
	4	AI Vanuire	Tupã (SP)		153	
	5	AI Apucarana	Londrina (PR)	Aldeia Sede	215	FUNAI: 84
				Aldeia Pinhalzinho	122	FUNAI: 84
				Toldo	34	FUNAI: 84
				Barreiro	33	FUNAI: 84
					404 (T)	
	6	AI Queimadas	Ortigueira (PR)	Aldeia Sede	200	FUNAI: 84
				Aldeia Mococa	49	FUNAI: 84
					249 (T)	
	7	AI Tibagy	Ortigueira (PR)		46	FUNAI: 83
	8	AI Dominial Marrecas	Guarapuava (PR)		461	FUNAI: 81
	9	AI Palmas	Palmas (PR) e Abelardo Luz (SC)		364	FUNAI: 84
	10	Toldo de Ximbangue	Chapecó (SC)		60	CIMI: 84
	11	AI Ligeiro	Tapejara (RS)		840	FUNAI: 84
	12	AI Carreteiro	Tapejara (RS)		171	FUNAI: 84
	13	AI Inhacorá	Sto Augusto (RS)		388	FUNAI: 84
	14	AI Kaingang de Iraí	Iraí		118	FUNAI: 84
	20	AI Votouro	São Valentim (RS)		680	FUNAI: 84
					10.981 (T)	
KAINGANG/ GUARANI (5)	16	AI Rio das Cobras	Laranjeiras do Sul (PR)		970 (K)	Picoli: 81
					418 (G)	
	17	AI Mangueirinha	Mangueirinha e Chopinzinho (PR)		748 (K)	Picoli: 80
					327 (G)	
	18	AI Barão de Antonina	S. Jerônimo da Serra (PR)		360 (K)	Picoli: 81
					43 (G)	
	19	AI Xapecó	A.Luz, Xaxim e Xanxerê (SC)	5	1.244 (K)	Nacke: 78
					150 (G)	
	21	AI Cacique Double	Cacique Double (RS)		327 (K)	Santos/ Aspelin: 78
					36 (G)	
	22	AI Laranjinha	Sta Amélia (PR)		9 (K)	
					115 (G)	
	23	AI Guarita	Ten. Portela, Miraguaí e Redentora (RS)	2	1.635 (K)	IECLB: 80
					104 (G)	
	24	AI Nonoai	Nonoai, Rodeio, Bonito (RS)	8	1.115 (K)	FUNAI: 78
					110 (G)	Simoniam: 80
	25	AI Faxinal	Cândido de Abreu (PR)		212 (K)	Picoli: 81
					6 (G)	

POVO	Nº NO MAPA	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	Nº DE ALDEIAS OU NOME DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO	FONTE E DATA
	26	AI Ivaí	Manuel Ribas Pitanga (PR)	6	558 (K) 5 (G)	Picoli: 81
	39	AI São Jerônimo	São Jerônimo da Serra (PR)		143 (T)	FUNAI: 84
					10.981	
GUARANI	2	AI Araribá	Avaí (SP)		47	FUNAI: 84
	27	AI Peruíbe	Peruíbe (SP)		102	FUNAI: 84
	28	AI Boa Vista do Sertão do Pró-Mirim	Ubatuba (SP)		60	Altino: 84
	29	AI Guarani do Krukutu	S.Bernardo do Campo (SP)		6	Ladeira: 84
	30	AI Jaraguá	São Paulo (SP)		11	Ladeira: 83
	31	AI Guarani da Serra do Itatins	Itariri (SP)		35	Ladeira: 83
	32	AI M'Boi-Mirim	São Paulo (SP)		19	Ladeira: 84
	33	AI Guarani da Barragem	São Paulo		130	Ladeira: 84
	34	AI Rio Branco de Itanhaem	Itanhaem		35	Ladeira: 83
	35	AI Guarani do Ribeirão Silveira	S.Sebastião (SP)		30	Ladeira: 84
	36	AI Avá-Guarani (ex Ocoí)	S.Miguel do Iguaçu (PR)		97	FUNAI: 84
	37	AI Guarani do Rio Areia	Inácio Martins		48	FUNAI: 84
	1	AI Ibirama	Ibirama (SC)		?	
	15	AI Pinhalzinho	Tomazina (PR)		37	FUNAI: 84
	20	AI Guarani de Votouro	São Valentim		20	FUNAI: 84
	38	AI Guarani Barra D'ouro	Osório (RS)		30	FUNAI: 84
	41	AI Guarani de Camacuã	Camacuã (RS)		04	FUNAI: 84
	40	Tapes	Tapes (RS)		50	CIMI: 80
					2.208 (T)	

(1) No total de população Xokleng estão incluídos os mestiços Xokleng/Brancos/Kaingang mas não estão incluídos os 155 cafusos que vivem na área.

(2) Ver também na Área Mato Grosso do Sul.

(3) No total de população Kaingag estão incluídos os que vivem nas áreas mistas Kaingang/Guarani.

(4) No total de população Guarani estão incluídos os que vivem nas áreas mistas Kaingang/Guarani. Ver também na Área Mato Grosso do Sul.

(5) Os dados sobre as populações Kaingang/Guarani das áreas mistas não foram atualizados, porque a fonte disponível que é FUNAI: 84 não tem os totais por povo.

TOLDO CHIMBANGUE: CENTRO DA LUTA KAINGANG

"Parece que agir na ocorrência ou eminência de conflito não é simplesmente o limite da FUNAI, mas propriamente uma opção"

Juracilda Veiga (*)

No dia 20 de Novembro um grupo de índios Kaingang caminha de madrugada pelas estradas do Toldo Chimbangue. Caminham à noite, por razões de segurança.
É o início da Marcha Kaingang pela Terra, que seguirá até Brasília.
Sete indígenas — entre eles, duas mulheres e uma criança — seguem do Toldo Chimbangue para se unirem a dois representantes da comunidade de Nonoai (RS)[1] *e, com eles, percorrer as capitais do Sul do país: Florianópolis, Porto Alegre, Curitiba e São Paulo.*

Em Florianópolis, estiveram acompanhados de representantes do povo Xokleng, a quem visitaram primeiro. Lidera o grupo o cacique Clemente Fortes do Nascimento Xêyuyá e seu plano era chegar a Brasília.

O objetivo da Marcha era romper o isolamento a que estavam sendo condenados, sensibilizar a opinião pública nacional em relação ao seu direito à terra e fazer junto aos órgãos do governo uma última tentativa pacífica de reavê-la. A Marcha pela Terra viria culminar um processo de dois anos e meio de luta pacífica dos Kaingang pela recuperação de suas terras à margem do rio Irani, tempo em que suportaram todo tipo de agressões e violências e em que aprenderam a desacreditar nos meandros da burocracia e da política indigenista oficial. A Marcha era, pois, uma medida de pressão sobre a FUNAI que a essa altura, ostentava uma fachada de "abertura indigenista", para ocultar o velho jogo de interesses políticos que ainda e sempre determinou a ação indigenista oficial.

Por sua vez, os dois anos e meio de luta dos Kaingang pela recuperação de suas terras são a conseqüência de quase 40 anos de resistência à ocupação de seu território pelos colonos alemães e italianos e representam a recuperação do vigor de um povo que até o fim do século XIX dominava a região.

Retrospectiva

A presença Kaingang às margens do Irani pode ser afirmada com base em prova documental desde meados do século XIX, pelo menos. [2] *A ocupação da terra dos Kaingang de Santa Catarina por colonos só começou por volta de 1920, uma vez destruída a Rebelião de José Maria (a chamada "Guerra do Contestado") e resolvida a questão de limites com o Paraná (1917), quando as terras a oeste dos Campos de Lages foram incorporadas ao Estado de Santa Catarina. A ocupação das terras do Toldo Chimbangue por sua vez, só ocorre a partir do final da segunda Guerra Mundial, com o incremento da expansão agrícola.*

Os imigrantes e descendentes de imigrantes italianos e alemães adquiriram suas terras da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia., *cujo título de propriedade é a sucessão do título forjado em 1893 por José Joaquim de Morais. A Constituição de 1891, transferindo aos Estados as terras devolutas, favoreceu as grilagens e distribuição de títulos com base em supostas ou forjadas posses. Assim é, que José Joaquim de Morais obtém o título de uma área de 39.542 ha, incluindo terras de muitos caboclos e as terras do Toldo Chimbangue.*

Em 1950, a Colonizadora Luce, Rosa & Cia. *faz uma tentativa junto ao SPI para que os índios sejam transferidos. O SPI se decide pela transferência, mas esbarra na resistência dos Kaingang e é obrigado a desistir da idéia. Porém, já em 1948, a maior parte da área dos Chimbangue fora vendida pela* Luce, Rosa & Cia., *aos irmãos Trentim, a quem a colonizadora entrega a tarefa de resolver o problema de posseiros e índios (um documento da* Luce, Rosa, *de 1939, reconhece a existência ali de "100 famílias brasileiras de intrusos"). Com o serviço de pistoleiros e queima de casas, o grande Toldo é disperso e os Kaingang se refugiam na beira do Rio Irani.*

(*) é agente de pastoral, da equipe do CIMI-Sul.

Em 1973, os Kaingang detinham apenas 105 ha das terras que lhes pertenciam e neste ano também estas foram repartidas entre os agricultores vizinhos. A maioria das famílias foi obrigada a sair, indo procurar refúgio junto aos parentes do Posto Indígena Xapecó (SC), Posto Indígena Nonoai e Posto Indígena Votouro (RS). Outras foram trabalhar de peões e algumas famílias se submeteram a ser peões dentro de sua própria terra para não abandonar os antepassados que estão enterrados ali. Essas famílias que permaneceram, procuraram a FUNAI em 1973 no Posto Xapecó e receberam orientação da funcionário João Mader para permanecer na terra, que a FUNAI tomaria providências. A partir dali, a única coisa de concreto feita pela FUNAI foi aposentar alguns velhos.

O início da luta pela recuperação da terra

Conhecendo a comunidade do Chimbangue desde 1976, o CIMI, juntamente com a Igreja Católica de Chapecó, decidiu realizar, em 1978, uma reunião com os colonos para tentar uma solução conciliatória, diante da situação penosa que viviam os índios. Discutiu-se na reunião a possibilidade de devolução aos índios dos últimos 105 ha que lhes haviam restado até 1973. Todavia, os colonos mostraram-se intransigentes, afirmando que possuíam escrituras das terras e portanto se sentiam seguros dos seus direitos.

A partir daí, tentaram de todas as formas se desvencilhar das famílias que permaneciam na terra. Foram fechando o cerco para obrigar os índios a sair. No inverno de 1979, queimaram o rancho do Cacique Francisco Marcelino, na época com mais de cem anos, depois de obrigá-lo a sair do mesmo.

Em 1980, dois índios foram baleados pelas costas quando saíam de um armazém na Sede Trentin (vila criada no lugar da antiga aldeia). Não foi possível indiciar um culpado, porque os colonos usaram de falso testemunho.

Os armazéns da Vila cortaram o financiamento de alimentos aos índios (sistema usual de crédito para pagamento na colheita).

Em 1982, dois anos após a morte do Cacique Francisco Marcelino e diante do agravamento das violências, os Kaingang do Chimbangue, ajudados pelos Kaingang das áreas de Xapecó (SC) e Nonoai (RS) escolhem novas autoridades e decidem lutar para reaver sua terra. Em 16 de Junho de 1982, os Kaingang comparecem à 4.ª DR da FUNAI em Curitiba com sua reivindicação expressa em ofício acompanhado de mais de 20 documentos referentes à comprovação de seu direito histórico [3].

De Junho de 82 a Dezembro de 83, a FUNAI compareceu à área apenas duas vezes mediante muita insistência da comunidade, recusando-se a tomar providências em casos de violência, como a invasão de roças do Cacique e do índio Gumercindo por colonos armados.

A luta em 1984

Em princípios de 1984, a comunidade Kaingang e o CIMI enviaram à FUNAI relação nominal de todas as famílias indígenas pertencentes ao Chimbangue, com a devida localização atual de cada uma. Enviaram ainda relação de todos os ocupantes não-índios, proprietários e não proprietários, juntamente com um mapa onde situavam as ocupações de cada um.

Em Junho de 1984, às vésperas de completar dois anos que os Kaingang haviam solicitado à FUNAI providências com relação às suas terras, frente à pressão dos colonos que vinham invadindo as roças dos índios para que estes não plantassem mais e diante do reiterado silêncio da FUNAI ante as renovadas violências, a comunidade enviou uma carta ao Presidente e ao Delegado Regional do órgão dando prazo até 30 de Junho para que a FUNAI solucionasse o caso. A FUNAI já era presidida então por Jurandy M. da Fonseca. Em Curitiba, assumira a Delegacia, um homem da confiança de Paulo Pimentel, coordenador da Campanha Andreazzista no Paraná, João D. Ruggieri.

Em 29 de Junho, a FUNAI enviou Carlos Vagner Severo, funcionário da 4.ª DR, para tentar negociar com os Kaingang um prazo maior. Os Kaingang deram à FUNAI mais 5 dias para que o Delegado Regional trouxesse em mãos uma resposta concreta. Passado o prazo, os Kaingang começaram a se mobilizar para retirar os colonos pelos seus próprios meios e enviaram ao Presidente da República uma carta dando prazo de um mês (até 5 de Agosto) para ter uma solução definitiva.

Diante da mobilização dos Kaingang, inclusive de outros estados, a FUNAI enviou à área em fins de Julho os indigenistas Ana Lange e Odenir Oliveira, com a proposta de que os Kaingang dilatassem o prazo em troca de imediatas providências oficiais. Essas providências seriam o cumprimento dos requisitos legais para levar o caso à apreciação do GT Interministerial (o "Grupão" do Decreto 88.188/83): levantamento das benfeitorias dos ocupantes não índios na área e levantamento antropológico sobre a comunidade Kaingang. A FUNAI se comprometia a levar ao "Grupão" a proposta de 2.000 hectares para os Kaingang. Os Kaingang aceitaram dilatar o prazo até Outubro, desde que tivessem garantia de terras para plantar já a partir de Agosto.

Em 31 de Julho de 1984, a FUNAI baixou a portaria 1.675/84, liberando para os índios uma área de 137 hectares para roças de subsistência.

No entanto, os colonos não aceitaram esta portaria e a FUNAI cedeu às pressões dos agricultores, iniciando com eles uma negociação que se arrastou até 6 de Setembro, quando a FUNAI e os colonos celebraram um acordo liberando aos índios uma área de 122 hectares. Com um mês de atraso, os Kaingang começaram a trabalhar a terra em puxirão, *mas as violências dos colonos não cessaram de todo.*

Atingidos pelos 122 hectares, os colonos tiveram cerca de dois alqueires plantados indenizados pela FUNAI, pelos quais pagou o absurdo de 14,5 milhões de cruzeiros.

foto Gilberto Alves/Correio Braziliense

Acampamento e reivindicação, em frente ao Congresso Nacional, em Brasília.

Os levantamentos das benfeitorais dos colonos e antropológico encerraram-se em fins de Agosto. Em meados de Outubro, todo o material encontrava-se processado na FUNAI, com os relatórios finais já elaborados. Faltava a decisão do Presidente da FUNAI de remeter o caso ao "Grupão".

Na área, a FUNAI se mostrava cada vez mais disposta a agradar os colonos e conter os índios. Para os Kaingang os funcionários — inclusive o delegado regional — falavam de uma solução somente por meados de Janeiro de 1985, na época da reunião do "Colégio Eleitoral" para escolher o próximo presidente da República.

Nesse contexto é que os Kaingang recolhem à área três famílias de parentes seus que ficaram sem terra para trabalhar no Município de Seara. A decisão contrariava os termos do Acordo da FUNAI com os colonos. Os colonos reagem, ameaçando romper o acordo e retirar as famílias à força.

Atentado contra o CIMI. A FUNAI negocia.

O Delegado Regional João D. Ruggieri negocia novamente com os colonos, disposto a ceder-lhes tanto quanto necessário. Acusa o CIMI de responsabilidade na transferência das famílias índias e ameaça proibir os membros do CIMI de entrar em contato com os Kaingang. Recebe a resposta que a Igreja não abre mão de seu compromisso com os Kaingang do Toldo Chimbangue.

No dia 16 de Outubro, o delegado reúne-se pela manhã com os colonos. No mesmo dia, por volta das 17:15 horas, agricultores montam uma emboscada contra membros do CIMI nas terras do Chimbangue, em frente à moradia de Pedro Marcon. Vários atiradores disparam contra o veículo onde viajavam os missionários Wilmar da Rocha D'Angelis e Juracilda Veiga com um filho de três meses e a enfermeira voluntária Ma. Elizabeth Kleba da Silva. Oito disparos atingiram o veículo, mas felizmente ninguém sofreu maiores ferimentos.

Na seqüência das negociações com os colonos, a FUNAI novamente negocia a sorte dos Kaingang sem a participação deles. Acerta com os colonos que novas famílias não entrariam e que solicitaria à Secretaria de Segurança de Santa Catarina a colocação de guaritas nas entradas que dão acesso às moradias indígenas, para impedir a presença ali de quaisquer outros indígenas e, também dos membros do CIMI.

A marcha a Brasília

Do acordo definido entre o Del. Regional da FUNAI e os colonos, em fins de Outubro, para a colocação de guaritas policiais na área, prenunciava-se para os Kaingang uma situação de total isolamento. Ademais era clara a ofensiva dos colonos, favorecida pela atuação de João Ruggieri[4]. Além disso a impunidade quanto às violências dos agricultores evidenciava o acobertamento destes por políticos e autoridades locais.

Para os Kaingang, nesse momento, não havia garantias sequer de sua sobrevivência física e, menos ainda, de uma solução favorável para a questão da terra.

Decidem-se por pressionar a FUNAI através da Marcha a Brasília. Essa ação deixou claro para os Kaingang o interesse da FUNAI em protelar indefinidamente a solução para esse caso. Não fosse a presença dos Kaingang em Brasília, culminando a Marcha por todas as capitais do Sul do país, o caso Chimbangue estaria ainda aguardando nas gavetas da FUNAI sua remessa ao "Grupão".

Numa política nada original de tentar agradar a todos, o Presidente da FUNAI, Nelson Marabuto Domingues, atendeu à exigência indígena de colocar o caso do Chimbangue imediatamente na pauta do "Grupão". De outra parte, reunido o "Grupão" no dia 5 de Dezembro para tratar do caso, como era de se esperar, nada foi decidido. Isso significa que a pressão dos Kaingang não foi suficiente para fazer a FUNAI desistir de sua postura de manter o caso indefinidamente sem solução[5]. Porém, a presença da FUNAI no Chimbangue, em fins de Julho, atemorizada pela carta dos Kaingang ao Presidente da República, deixou evidente aos índios que a tática protelatória tem um limite: esse limite é o conflito ou a eminência dele.

Aliás, parece que agir na ocorrência ou eminência de conflito não é simplesmente o limite da FUNAI, mas propriamente uma opção do órgão. O que se pode perguntar é: a FUNAI faz essa opção por falta de recursos humanos e materiais (agir só em casos extremos) ou será um espaço de ção ação que ela reserva aos interessados nas terras indígenas (colonos, fazendeiros, MEAF)? Nesse último caso, a conclusão seria de que a FUNAI agirá sempre e quando os índios resistirem, apesar de toda compulsão.

Curioso é constatar, entretanto, que a readmissão na FUNAI de diversos experimentados indigenistas não alterou essa política de atuação.

No caso do Chimbangue, por exemplo, é certo que a FUNAI de 1982 ou 1983 agiria de idêntica forma à "FUNAI renovada" de 1984 ou, quem sabe, atuaria melhor? O que determinou que a FUNAI agisse no Chimbangue em 1984 não foram as mudanças havidas no órgão, mas o avanço da consciência e da organização indígena. Por outra parte, o modo de agir — com promessas não cumpridas, protelações, mentiras e paternalismos — nada fica a dever à velha FUNAI. Afinal, a FUNAI de sempre.

NOTAS DO TEXTO CHIMBANGUE...

(1) *A comissão Kaingang que foi a Brasília foi escolhida em reunião da comunidade do Chimbangue ocorrida em meados de Novembro, com a presença de representantes de todas as famílias e com todas as autoridades indígenas do Toldo. Os representantes de Nonoai foram convidados pelo cacique do Chimbangue, com anuência do cacique de Nonoai.*

(2) *Veja-se a história desse grupo Kaingang em "Toldo Chimbangue — história e luta Kaingang em Santa Catarina", CIMI Regional Sul, 1984, 108 p.*

(3) *Esse ofício e diversos outros documentos da comunidade indígena estão reproduzidos na obra referida à nota (2).*

(4) *Demitido da função de Delegado Regional da FUNAI em 5 de Dezembro, por exigência dos Kaingang, João Ruggieri iria a Chapecó semanas depois para ser homenageado pelos colonos, conforme informa a imprensa local (Diário da Manhã, 22-23.12.84) e sua demissão considerada "injusta" e obra de "fofocas e insinuações do CIMI", pelo inimigo n.º 1 dos Kaingang, Vereador do PDS e Delegado Pedro Pereira (Diário da Manhã, 8-9.12.84).*

(5) *A pressão dos Kaingang ocorreu pela divulgação a nível nacional e em cada capital do Sul do país de sua luta, suas reivindicações e denúncia da atuação da FUNAI. Em Brasília, onde entregaram à FUNAI ofícios e abaixo-assinados de diversas instituições em apoio à sua luta, os Kaingang decidiram usar uma forma mais forte de manifestação e pressão, acampando diante do Congresso Nacional na manhã do dia 4 de Dezembro. Ali permaneceram até a noite do dia 5, quando decidiram retornar para casa diante das vitórias obtidas:*
- *remessa do caso Chimbangue ao GT Interministerial e primeira apreciação do caso pelo GT.*
- *cópia do relatório antropológico e do memorando com o qual a FUNAI encaminha o caso ao GT.*
- *demissão do Delegado João Darcy Ruggieri.*
- *conhecimento maior dos mecanismos ministeriais e de governo.*
- *apoio de parlamentares a nível federal.*

Aconteceu na imprensa

KAINGANG/ CHIMBANGUE

Em pé de guerra.

Os caingangues do Toldo Ximbangue, localizado no Município de Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, ameaçaram expulsar os cerca de 900 colonos, tidos por eles como invasores de suas terras. Numa tentativa de evitar o conflito uma equipe da Funai, constituída de funcionários de Brasília e da Delegacia Regional com sede em Curitiba seguiu para a região, mantendo um encontro com dirigentes do INCRA, em Chapecó.

Os cerca de 85 indígenas reclamam uma definição da Funai quanto à oficialização da área de dois mil hectares onde moram e que recentemente foi titulada pelo INCRA. A demarcação começou no ano passado e alguns colonos já estabeleceram benfeitorias dentro da área. Ontem "ninguém entrava nem saía da reserva", confidenciou um funcionário da Funai, observando que há vários dias os índios passaram a pressionar o órgão "das mais diferentes formas".

"Estamos fazendo apreciações de ordem técnica", informou o delegado da Funai, João Darci Ruggere, num intervalo da reunião em que estavam presentes, além de representantes do INCRA, um advogado, uma antropóloga e um engenheiro agrimensor da Funai "mas qualquer definição dependerá de Brasília", observou o delegado.

Ele, contudo, afirmou que o Toldo Ximbangue está calmo. E preferiu não esclarecer a real situação da reserva, argumentando que qualquer posição da Funai "reconhecendo a área como indígena iria criar convulsões sociais, prejudicando um diálogo com os colonos". A sua equipe pretende, por enquanto, definir a área estimada em dois mil hectares. E não há ainda uma estimativa para o término dos trabalhos, e nem qual será o comportamento dos índios nos próximos dias. (**Jornal de Brasília, 13/07/84**).

de produtores rurais de Sede Trentin contra a ação da Igreja que deseja a devolução das terras. A localidade tem 80 ricas colônias de terra fértil que estão sendo reivindicadas, há três anos, por um grupo de Kaingang. Os índios têm o apoio do prelado que é presidente da CPT. Os agricultores têm o amparo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, das Cooperativas de Produção Agrícola e da Prefeitura de Chapecó, bem como do Governo Estadual. (**O Estado, 28/07/84**).

OFICIO DA COMUNIDADE KAINGANG DO TOLDO CHIMBANGUE AO PRESIDENTE DA REPUBLICA, EM 5 DE JULHO DE 1984

Senhor Presidente,
Pedimos para o senhor Presidente da República um apoio sobre a nossa área de Chimbangue, para que seja demarcada nossa área conforme os limites antigos que dá mais ou menos dois mil hectares, tudo conforme os documentos que já estão na mão da FUNAI. E que seja titulada em nome da comunidade indígena Kaingang do Chimbangue, SC.
Cansados de tantos sofrimentos, que o SPI e o Governo já conhecia nossa área de quarenta anos atrás, faz dois anos que fizemos a primeira viagem na FUNAI, em Curitiba, buscar nossos direitos. Três viagens já fizemos na FUNAI de dois anos para cá e até hoje não tivemos solução nem decisão nenhuma. E o resultado até agora é o aumento das violências dos colonos, destruição de plantações dos índios, invasão de roças e ameaças.
O último ofício que foi mandado para a FUNAI esgotou-se o prazo no dia 30 de Junho. Veio funcionário de Curitiba pedir mais uns dias, e foi combinado com ele e com toda a comunidade que nós esperamos até o dia 4 de Julho uma visita do Delegado da FUNAI de Curitiba com a decisão e depois desse dia a comunidade não tem mais assunto com a FUNAI.
Chegou o dia 4 e o Delegado não apareceu, estando toda a comunidade reunida e muitos que estão hoje obrigados a morar fora e vieram de longe para a reunião, e o Delegado não compareceu nem mandou satisfação.
Por esse motivo nos dirigimos a procura do Presidente da República, porque a FUNAI não podemos mais esperar.
Não podemos acreditar que o Governo maior do Brasil vai dar força num crime como esse que foi o roubo das nossas terras que foram dos nossos antigos. E onde que nasceram e se criaram os pais dos nossos avôs, e onde estão enterrados no nosso cemitério. Como é que nosso direito vai ser menor que essas posses de 20, 30 anos dos colonos sobre nossa terra?
E hoje em dia, onde que é a nossa área, temos que viver apertado, sem poder plantar, por que as leis que são a nosso favor não estão sendo respeitadas pelos invasores.
Esperamos o vosso apoio que nos ajude a requisitar a nossa área de Chimbangue, porque assim, Senhor Presidente, nós não queremos o sacrifício de índios e colonos e para que assim as nossas famílias não seja filhos de conflitos, e nem condenados a morrer à míngua. Podemos alertar a Vossa Excelência, caso não seja solucionado e garantida a terra de nossa comunidade indígena, e isso se gerar num conflito com os colonos, a responsabilidade será somente do governo.
O Governo está consciente de que essas terras são dos índios desde o descobrimento do Brasil, e vamos ter que ficar discutindo ainda o nosso direito? Como o índio pode compreender isso? Não entendos que o governo não está enxergando.
Nos dirigimos a Vossa Excelência para sermos atendidos, para que assim não seja possível nós agir pela força bruta.
Aguardamos a vossa resposta até o dia 5 de Agosto de 1984, que é o máximo que podemos esperar, já que começa o novo tempo de planta.
Quem assina são as autoridades indígenas e auxiliares em nome de toda a comunidade do Toldo Indígena Kaingang do Chimbangue.

Cacique Clemente Fortes do Nascimento Xêyuyá
Capitão Angelin Gandão Fwóti
Antonio da Veiga Kaxinfa
Sebastião da Veiga Koyóyt
Gumercindo Fernandes Ngóg Yuyá

Colonos fazem proposta

Um grupo de colonos de Toldo Chimbangue chegou ontem a Brasília para pedir ao Presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, que retire e reassente em outro local as 15 famílias de índios caingangues que lá vivem e reivindicam a demarcação dos dois mil ha. de terras. Há cerca de um mês, os índios fizeram uma proposta contrária ao Governo: que retirasse os colonos da área, pertencentes aos caingangues, prometendo agir com violência caso não fossem atendidos.
As terras dos caingangues foram vendidas pela empresa de colonização Luci-Rosa aos produtores, em 1938. Segundo o Presidente do Sindicato Rural de Chapecó, Arlindo Rama, moram hoje no local 180 famílias de lavradores, que plantam arroz, milho, feijão e soja. (**O Globo, 02/08/84**).

Prefeito pede providências

O Prefeito Ledônio Migliorini, preocupado com o conflito existente na localidade de Sede Trentin, encaminhou telex ao Presidente da República, ao Ministro do Interior, ao Ministro do MEAF, ao presidente da Funai, ao Delegado Regional da 4ª D.R. e para todos os deputados federais do PMDB, solicitando providências.
No telex o Prefeito diz que "preocupados com a tensa situação na localidade de Sede Trentin em vista da disputa de terras entre os índios e colonos apelamos providências urgentes, tendo em vista estar gerando clima de intranqüilidade há mais de 150 famílias de colonos que produzem riquezas gerando divisas para a nação brasileira e representando parcela importante de homens de real valor imprescindível ao bem-estar da comunidade". (**O Estado, 20/07/84**).

Colonos promovem passeata

Numa organizada manifestação que ocupou as ruas centrais de Chapecó, cerca de mil agricultores de Sede Trentin protestaram contra o Bispo Diocesano de Chapecó e a CPT que movem campanha de entrega de terras aos Kaingang.
O protestou reuniu jovens, crianças, adultos e idosos, caminhões e tratores, simbolizando o protesto das 160 famílias

A FUNAI criará um PI

A Funai criará um Posto Indígena na cidade de Chapecó com infra-estrutura mínima para atendimento dos índios integrantes do "Toldo Chimbangue" como forma de sustar os conflitos entre brancos e indígenas da localidade rural de Sede Trentin.
A decisão está contida em documento que a Funai entregou ontem ao Cacique Caingangue Clemente Fortes do Nascimento, líder do grupo remanescente. A criação do posto foi decisão tomada pela 4ª DR da Funai depois de reunião com especialistas e representantes da OAB na sede da fundação em Curitiba.
A Funai também decidiu constituir um grupo de trabalho para proceder ao levantamento topográfico da área de terra pretendida pelos índios do Toldo, assim como a avaliação das benfeitorias lá existentes edificadas pelos colonos não índios, "justificando-se a criação do

grupo de trabalho porquanto tal levantamento topográfico e tal avaliação de benfeitorias são pré-requisitos sem os quais o processo administrativo em tramitação não poderá ser encaminhado ao grupo interministerial ao qual compete analisar e decidir sobre a matéria".
O grupo de trabalho será formado por membros da OAB, da UFSC e da Funai. Estão no local o engenheiro José Jaime Mansin, da Funai, a antropóloga Neusa Bloemer, da UFSC, e o representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Valdir Crestani. De imediato essa equipe implantará o projeto de subsistência do grupo indígena, localizando uma área de 137 hectares para os índios. Esse projeto agrícola possibilitará aos colonos o desenvolvimento de suas atividades normais e os índios, por sua vez, ocuparão os quatro lotes a eles destinados.
Outras decisões da Funai são: A Funai vai usar seu poder de polícia de que dispõe legalmente como órgão tutelar dos indígenas brasileiros somente em última instância, após esgotadas todas as alternativas pelas vias judiciais; a Funai promoverá encontro com o Governador de Santa Catarina para tratar da questão do Toldo Chimbangue/Sede Trentin.
Há uma grande expectativa sobre a atuação da Comissão Especial que atua em Sede Trentin/Toldo Chimbangue porque ela será integrada também por representantes da OAB, do Incra e de órgãos independentes. A definição de uma área de 137 hectares para instalar ali a comunidade indígena foi determinada por decreto, mas uma solução final será objeto de análise de comissão interministerial que envolve os Ministérios do Interior e de Assuntos Fundiários. (**JB, 05/08/84**).

Exigida presença do presidente

Um porta-voz dos índios que preferiu não se identificar para "evitar ataques pessoais", antecipou ontem que os Caingangues exigirão a presença, em Chapecó, do presidente da Funai, Jurandir Marcos da Fonseca. Os índios querem garantias reais de que "o problema do Chimbangue será levado até o fim". A comunidade indígena teme que as medidas anunciadas pela Funai tenham o objetivo de, apenas, refrescar os ânimos. Por isso, exigem um compromisso público do presidente da Fundação.
O porta-voz confirmou que fica revogado o prazo de cinco de agosto para a saída dos colonos e lembrou que os índios querem uma solução pacífica que não prejudica nem brancos nem Caingangues. Eles consideram uma "solução provisória" a definição da área de 137 hectares. (**O Estado, 05/08/84**).

Mau tempo impede visita

As ameaças de que os caingangues de três reservas do Sul estão dispostos a se reunir à tribo do Toldo Ximbangue, além dos constrangimentos físicos impostos pelos lavradores aos índios, levaram o presidente da Funai, Jurandy da Fonseca, com diversos assessores, e mais o Deputado-cacique Mário Juruna, a viajar ontem de Brasília para Chapecó, onde localiza-se a área indígena.
O avião — um Bandeirante da Funai — entretanto, não pôde aterrissar no aeroporto local devido ao denso nevoeiro, acrescido o risco de ser montanhosa a região. Restou a Jurandy da Fonseca pedir ao comandante que sobrevoasse a reserva, para que os "colonos percebessem que os índios não estão sem amparo e para que a própria comunidade se tranqüilizasse". E prometeu a João Ruggere, delegado regional da Funai com sede em Curitiba, que dentro de duas semanas estará no Toldo Ximbangue.
A caminho de Chapecó, Jurandy da Fonseca esclareceu que a situação dos 86 caingangues do Toldo Ximbangue está dramática: "Os índios estão impedidos de transitar pela própria área, não podem sair de suas casas para comprar alimentos. Está ocorrendo apedrejamento constante contra crianças índias, soubemos que paióis indígenas foram queimados e há registros de agressões físicas recentes."
Há duas semanas, a Funai havia conseguido uma trégua, quando 32 colonos e dois deputados catarinenses estiveram em Brasília, espontaneamente. Na oportunidade, eles acataram a sugestão de permitir que os caingangues cultivassem uma roça de 137 alqueires e a criação de uma comissão — constituída de representantes do Governo do Estado de Santa Catarina, Funai, INCRA e CIMI —, que teria a função de buscar soluções para a área, coincidentemente localizada na chamada região do contestado de históricas convulsões sociais. (**JB, 13/08/84**).

Aumenta a tensão

A Portaria 1675/E da FUNAI autorizando os índios a permanecerem numa área dispersa de 137 ha na localidade de Sede Trentin, começa a mostrar seus efeitos. Os colonos armaram ontem barreiras na localidade visando impedir a entrada de qualquer pessoa que tenha ligação com os índios, o que vale dizer contra o CIMI, até agora o órgão mais acusado de incitamento aos indígenas.
O deputado Hugo Biehl encaminhou mensagem ao presidente da Funai pedindo a revogação da Portaria, baixada no dia 31 de julho, e que destinou os 137 ha para os índios. A escolha da área foi feita, segundo o que se apurou, por membros do CIMI, tendo sido escolhida apenas a parte nobre das terras. Com isso os colonos estariam automaticamente expulsos. (**Diário da Manhã, 16/08/84**).

FUNAI busca solução

O Superintendente da Funai reúne-se hoje na Secretaria do Oeste, com as lideranças sindicais e políticas de Chapecó, para estudar uma solução para o conflito de Sede Trentin.
A reunião contará com a presença do Delegado Regional da Funai, do Secretário do Oeste, Henrique Deiss, do prefeito de Chapecó, Ledônio Migliorini, dos Deputados João Paganella e Hugo Biehl, da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, membros da OAB, técnicos de Incra e da Funai. (**O Estado, 19/08/84**).

Nota da FUNAI

A Funai divulgou ontem nota oficial à imprensa, a respeito dos conflitos de Sede Trentin, destacando que busca uma solução que assegure aos Caingangues um mínimo de condições para a sua sobrevivência.
O teor da nota diz que "A Funai, a propósito da situação existente no Toldo Chimbangue/Sede Trentin, município de Chapecó, envolvendo índios e colonos, vem de público informar que o seu desejo é o de que, através de um entendimento do qual participem todas as partes interessadas, seja encontrada uma solução que assegure aos Caingangues um mínimo de condições para a sua sobrevivência.

"No momento, a Funai pretende garantir aos índios de Sede Trentin uma área onde possam, provisoriamente, fazer suas plantações de subsistência até que a solução definitiva para a questão seja encontrada pelo Meaf, Incra, Funai e Governo de Santa Catarina; conforme preceitua o Decreto 88.118/83.
"A Funai esclarece que, em torno da questão, continua aberta ao diálogo, entretanto, como é de sua obrigação..., está atenta na defesa intransigente dos interesses dos seus tutelados.
"Com referência à situação fundiária do Toldo Chimbangue, deve ser destacado que não há a menor dúvida quanto à imemorialidade da posse por parte dos índios. Em razão da existência de documentos que atestam, de modo inequívoco, a presença da comunidade indígena na área em questão."
Finalmente, a Funai ao demonstrar boa vontade espera reciprocidade e compreensão de todas as partes envolvidas e está certa de que, ao final, será encontrada uma solução que atenda a índios e colonos. (**O Estado, 21/08/84**).

Novo acordo

O Superintendente Executivo de Operações da Funai, Eraldo Santos, anunciou ontem a formalização de acordo entre índios e colonos para solução provisória do conflito de Sede Trentin/Toldo Chimbangue: foi demarcada uma nova área, com 120 ha, para assegurar ali a permanência dos índios e cultivo agrícola até que seja tomada a solução final e definitiva.
O acordo entre índios e colonos, intermediado pela Funai e um batalhão de políticos locais, assegura ao índio a sua sobrevivência em uma área praticamente contínua (apenas um pedaço é descontínua) que, em sua maior parte coincide com as delimitações da portaria baixada pela Funai. (**O Estado, 22/08/84**).

Deputado quer Trentin sem índio

O Deputado João Paganella (PDS-SC) apresentou projeto de lei na câmara, ontem, proibindo o estabelecimento de reserva indígena na localidade de Sede Trentin, município de Chapecó e estabeleceu, ainda, que eventuais remanescentes de índios Caingangues, ali existentes, serão reassentados pela Funai na Reserva Indígena de Chapecó, situada no município de Xanxerê, pertencente à mesma tribo. (**O Estado, 23/08/84**).

CIMI reage contra

O Cimi considerou absurda a proposta do deputado federal João V. Paganella, lembrando que a Constituição é clara ao tratar das terras de ocupação indígena, considerando-as patrimônio da União, inalienáveis e de usufruto dos índios brasileiros. (**O Estado, 24/08/84**).

D. José é apoiado em ato público

Um ato público de apoio ao Bispo Diocesano de Chapecó, Dom José Gomes, reuniu ontem, na Catedral Santo Antônio, 70 padres e mil fiéis das dioceses do Paraná, Rio Grande do Sul e Oeste catarinense.
O padre Ricardo Camatti destacou que as intimidações não farão a igreja mudar seu comportamento nem sua linha de atuação pastoral em favor dos trabalhadores sem terras, dos trabalhadores urbanos e dos índios. Observou que a passeata dos colonos de Sede Trentin contra o Bispo Diocesano interessava mais a grupos que não desejam respeitar os direitos dos índios e dos sem-terras. Disse também que não há qualquer contradição entre a ação da CPT e do Cimi pois suas gestões em favor dos sem-terras e de índios não colidem em momento algum. (**O Estado, 01/09/84**).

Situação de miséria

A antropóloga Neusa Bloemer da UFSC que integra a comissão mista que está levando o problema do conflito de terra entre índios Caingangues e colonos de Sede Trentin, chamou a atenção ontem para a situação de miséria em que estão vivendo os cem índios que constituem aquela comunidade.
Segundo a antropóloga, os Caingangues estão vivendo "da caridade dos órgãos públicos, porque impedidos de plantar até na faixa de terra que é considerada sua". E o fato, explica Neusa Bloemer poderá se agravar ainda mais se o problema não tiver uma solução a curto prazo, pois o calendário agrícola do Oeste vence em 15 de setembro e, enquanto os colonos estão plantando normalmente, os índios aguardam a solução." (**O Estado, 08/09/84**).

Devastação na Reserva

Os índios do Toldo Chimbangue denunciaram ontem ao IBDF a devastação das últimas reservas de matas nativas da área em disputa.
A denúncia foi feita pelo cacique Clemente Fortes do Nascimento (Xeyuya) e pelos índios Angelim Gandão e Gomercindo Fernandes. Os Caingangues pediram ao IBDF medidas enérgicas para impedir o desmatamento, pois duas ou três cargas diárias de toras são extraídas de uma área próxima ao Lajeado Sítio Velho, de propriedade dos irmãos Pedro e Alceu Marcon. (**O Estado, 17/10/84**).

Atentato a missionários

Agentes de pastoral ligados ao CIMI sofreram, ontem, atentado à bala por parte dos colonos que ocupam a área indígena conhecida como Toldo Chimbangue. O missionário Wilmar Dangelis, sua esposa e uma enfermeira, acompanhados por um funcionário da Funai que os precedia em um veículo, ficaram em meio a violento tiroteio quando atravessavam o trecho da área indígena Kaingang, invadido pelos colonos, tendo o seu carro atravessado por várias balas. Segundo informações recebidas pela Funai, em Brasília, Dangelis recebeu um tiro na perna. (**Diário do Grande ABC, 18/10/84**).

Colonos ameaçam romper

A questão da posse das terras de Sede Trentim, que envolve índios Caingangues e colonos ali radicados, registrou ontem um fato novo: os proprietários rurais decidiram, em assembléia, que romperão o acordo com a Funai se não forem retiradas as famílias indígenas levadas à área em conflito nos últimos meses.
Os colonos alegam que o acordo verbal definido entre eles, a Funai, o Ministério do Interior e o Governo de Santa Catarina, estabelecia que nenhuma família de índio seria levada ao Toldo Chimbangue, sob nenhum pretexto, para não aumentar o número daqueles que reclamam a posse das terras. Depois de selado o acordo, três novas famílias de descendentes indígenas que viviam em Seara foram levadas ao local onde serão assentados os índios em regime provisório.
Os proprietários rurais vão fixar um prazo para que a Funai retire as famílias excedentes sob pena de ser rompido em definitivo o acordo, situação em que a comunidade indígena ficaria ameaçada

de expulsão. Outra decisão dos colonos foi a de não aceitar o pagamento da indenização das lavouras onde os índios foram instalados, alegando que o teor dos recibos elaborados pela Funai é comprometedor.
O delegado da Funai estranhou a alegação dos colonos para não receberem as indenizações. A Fundação iria pagar ontem Cr$ 14 milhões pelo cultivo, preparo de solo e adubação das áreas pertencentes a sete proprietários rurais de Sede Trentin, com extensão de 122 hectares, onde estão alojados os Caingangues. Não se trata de nenhuma desapropriação mas simplesmente a indenização pelos trabalhos dos agricultores e pela colheita que não terão nessas áreas que, provisoriametne, são ocupadas pelos nativos. (**O Estado, 27/10/84**).

Entidades querem esclarecimento

Três parlamentares gaúchos — deputados estaduais José Sartori e Carlos Araújo e o vereador de Porto Alegre, Caio Lustosa —, nove entidades civis e a Igreja Metodista desse Estado solicitaram "urgentes providências" ao Governador Esperidião Amin, "no sentido de apurar a tentativa de homicídio contra o missionário leigo Wilmar Rocha D'Angelis". (**O Estado, 17/11/84**).

CIMI acusa a FUNAI

Em nota oficial o Cimi acusou a Funai de ter feito um "acordo de bastidores" com o Governo do Estado de Santa Catarina e com o MEAF no sentido de dar àqueles silvícolas somente um quarto de terras a que têm direito, ou seja, 500 ha, enquanto os restantes 1.500 serão entregues aos colonos que os estão ocupando, desrespeitando os interesses dos índios. Pensando em reprimir qualquer resistência indígena a esse acordo a Funai procura transformar o Toldo Chimbangue em verdadeiro campo de concentração, fazendo acertos com os ocupantes das terras indígenas para colocação de postos de policiamento nas entradas da área, impedindo o acesso de quaisquer outros indígenas bem como das entidades de defesa e apoio a eles, como o Cimi, que há muitos anos atua junto àquela comunidade, salienta a Regional Sul. (**Jornal de Brasília, 27/11/84**).

Deputado processa presidente da ANAÍ

O delegado Carlos Andretti informou ontem que o Dep. Federal João Paganella está processando o advogado e presidente da ANAÍ, Julio Gaiger, de Porto Alegre, por crime de calúnia.
Os motivos foram declarações de Júlio prestadas ao jornal Zero Hora, consoante as quais "este parlamentar em uma atitude de lamentável irresponsabilidade, vinha incitando os colonos contra os índios e contra os representantes de órgãos de apoio indigenista". Naquela ocasião, o advogado, Julio Gaiger, teria dito ainda que "se um deputado federal incita à violência, é lógico que eles agridem um missionário e sua família em plena luz do dia, próximo à casa de um dos agressores, sem se importarem em serem reconhecidos como foram quatro colonos." (**Diário da Manhã, 28/11/84**).

Indios denunciam arbitrariedades à OAB

Dez índios Kaingang do Toldo Chimbangue, estiveram ontem à tarde na sede da OAB, onde denunciaram às Comissões de Direitos Humanos e de Justiça e Paz a morosidade no processo de devolução dos 2 mil hectares de terras que lhes pertencem e que estão na mão de colonos da região.
Denunciaram também as pressões que estão recebendo, pois não podem circular pelas estradas da região e nem utilizar os onibus regulares que ali trafegam para sair do local. Para chegar a Florianópolis os 10 índios, entre eles duas mulheres e uma criança de colo, tiveram que deixar a região às 3 horas da madrugada e andar 18 quilômetros a pé, até a cidade de Chapecó.
Além da denúncia aos advogados da OAB, os índios Kaingang pretendem conseguir das duas comissões, que intercedam junto à Funai, Governo federal e estadual para ajudar a resolver o problema. (**O Estado, 23/11/84**).

Carta do presidente da FUNAI

Os índios caingang da aldeia Chimbang, entregaram ontem, ao presidente da Funai, Nélson Marabuto, documento em que pedem o imediato desarmamento dos ocupantes brancos da área onde vivem e a demissão do delegado regional de Curitiba, João Darcy Rugieri, que não está intermediando, "satisfatoriamente", as negociações entre índios e Funai para a demarcação de uma área de dois mil hectares onde estão, atualmente cem famílias de colonos.
Os índios, que ontem tentaram sem êxito encontro com o ministro Danilo Venturini, disseram que a situação na área é de tensão e que somente sairão de Brasília depois de conseguir levar a questão ao grupo interministerial que delibera sobre a criação de novas áreas indígenas. (**ESP, 30/11/84**).

Advogados apoiam os índios

Ontem ainda o Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul expediu nota de apoio à comunidade caingang do Toldo Chimbangue, em suas reivindicações pela demarcação de terras. Segundo a nota "tal demanda está devidamente fundamentada pela Lei vigente e cumpre ao Executivo, através dos órgãos vinculados à implementação da política indigenista, providenciar a imediata demarcação do Toldo Chimbangue, já por demais retardada, única garantia de sobrevivência e futuro para a comunidade indígena que ali habita". (**O Estado, 13/12/84**).

FUNAI envia proposta ao "Grupão"

A criação da área indígena kaingang, de dois mil hectares, no Município de Chapecó (SP), será entregue amanhã, pela Funai, ao Grupo de Trabalho Interministerial, criado em julho, para analisar as demarcações de reservas indígenas, antes de sua aprovação pelo Presidente da República. Existem no grupo de trabalho, "grupão" como é chamado, mais de 50 processos de criação de áreas indígenas e até agora só 11 foram aprovados.
Segundo o assessor da presidência da Funai, José Carlos Alves, os índios kaingang estão atualmente "ilhados" em sua própria terra, numa área de apenas 122 hectares, "também cobiçados pelos colonos". Revelou que para evitar que os índios "morram de fome", a Funai está fornecendo um "rancho semanal" à comunidade.
— É preferível morrer lutando do que morrer de fome. Eles têm as armas, mas nós temos a certeza de que a terra é nossa — afirmou o cacique Clemente durante o encontro que manteve na direção da Funai. Ele permanecera em Brasília durante toda a semana, aguardando a decisão do "grupão". (**JB, 02/12/84**).

Acampamento no Congresso

Um grupo de 10 índios Kaingang, de Toldo Chimbangue, armou ontem um acampamento em frente ao Congresso Nacional com o objetivo de sensibilizar os membros do grupo de trabalho interministerial criado pelo decreto 88.118/83, para definir as reservas indígenas, e que se reunirá hoje para discutir a questão de suas terras — dois mil hectares, atualmente invadidos por 120 famílias de colonos. (**Correio Braziliense, 05/12/84**).

FUNAI critica atitude de coronel

O presidente da Funai, Nélson Marabuto, encaminhou ontem telex ao ministro Danilo Venturini hipotecando solidariedade à sua pessoa e recriminando a atitude do representante daquele Ministério junto ao Grupo de Trabalho Interministerial, criado pelo Decreto 88.118/83, que na última quarta-feira deveria ter discutido a questão de terra dos índios Kaingang, de Santa Catarina. O coronel Gilberto Pimentel, do Meaf, ao perceber a intenção das lideranças indígenas e do deputado-cacique Mário Juruna em assistir o encontro, retirou-se da sala de reuniões encerrando-o.
Na ocasião, o coronel Pimentel — que será substituído pelo coronel Sanches do CSN junto ao Meaf — alegando ter ordens superiores de se retirar caso algum índio decidisse participar do encontro, abandonou a reunião. (**Jornal de Brasília, 07/12/84**).

O CASO DA 12ª DR (BAURU)

Denúncia de Villas Boas

As cinco mortes ocorridas em junho correspondem a igual número do total de mortes de crianças indígenas registradas no ano passado na região. Esse resultado interrompe um período de efetiva assistência à saúde que a Funai vinha prestando nos postos do Sul do País. Depois da criação da 12ª Delegacia, em 1978, o índice de mortalidade infantil nas aldeias da região foi reduzido bastante.
Atualmente, porém, segundo Villas Boas, as 12 comunidades indígenas vinculadas à delegacia que dirige estão correndo o risco de voltar à condição de "bóias-frias", que haviam abandonado depois de a Funai autorizar, em 1980, os projetos agrícolas nas reservas para garantir a sua auto-suficiência. O retrocesso que vem ocorrendo aumentou as dívidas da delegacia e tornou inviável a movimentação das equipes de saúde, assistência social e agrícola. Isso gerou um clima de revolta entre os índios que, em alguns postos, já prometem formar caravanas até Brasília para protestar na sede da Fundação. Em algumas aldeias, segundo o sertanista, cresce um movimento que objetiva desenvolver-se da 12ª Delegacia e da administração da Funai e manter entendimentos diretamente com o Ministério do Interior.
Para Álvaro Villas Boas, o clima de revolta que predomina entre os índios da região da 12ª Delegacia "poderá trazer conseqüências imprevisíveis" e é resultado da política excessivamente centralizadora da Funai, que acusava o sertanista, "está sendo comandada por antropólogos agitadores, com o apoio do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), que usam o índio como instrumento de ação política para alcançar os seus objetivos". (**ESP, 05/07/84**).

FUNAI demite delegado

O indigenista Álvaro Villas-Boas, irmão dos célebres sertanistas Orlando e Cláudio Villas-Boas, foi afastado ontem da delegacia da Funai em Bauru (SP), cargo que ocupava há seis anos, por determinação do presidente do órgão, Jurandy Marcos da Fonseca. As divergências entre Álvaro e o presidente da Funai começaram há pouco mais de um mês, quando o ex-delegado anunciou sua disposição de não tutelar os índios Guarani que vivem em São Paulo. A gota d'água aconteceu ontem, quando o presidente da Funai leu uma entrevista de Alvaro onde este afirma que o órgão tutor está sendo manipulado por "antropólogos agitadores e pelo Cimi". (**FSP, 6/7/84**).

"Padres marxistas e antropólogos homossexuais"

Quando foi informado de que estaria demitido da chefia da 12ª Delegacia Regional da Funai, Álvaro Villas-Boas desabafou: "Não retiro uma só palavra do que disse. A Funai hoje é um órgão controlado por pseudoantropólogos, semi-analfabetos, corruptos, agitadores, homossexuais e destruidores da cultura indígena, que transformam o índio em uma criatura ridícula. Mário Juruna e seus capangas são bem o exemplo do que acabo de dizer". "Os antropólogos, ressaltou, são, em outro plano, o que foram outrora os bandeirantes e os bugreiros, escravizadores e assassinos de índios." Disse ainda que "muitos desses antropólogos recebem ajuda financeira do Exterior, principalmente da Holanda, e este é um assunto que deverá ser investigado pelas autoridades brasileiras". E, insistindo na atuação dos antropólogos, Álvaro salientou que "a Funai perdeu a credibilidade por causa desses elementos que, junto com suas mulheres, andam nus nas aldeias, com penas de aves nas orelhas, querendo com isso demonstrar interação com a cultura indígena, quando, na verdade, isso representa um desrespeito para com o índio". Sobre o novo presidente da Funai, o sertanista foi reticente: "Trata-se de boa pessoa, mas que não está capacitada para dirigir o órgão". Já com relação ao Cimi ele acusou: "É um grupo de padres marxistas infiltrados na Igreja para atuar junto aos índios". (**ESP, 6/7/84**).

Indios ocupam a delegacia

Cerca de 150 índios ocuparam ontem o prédio da 12ª Delegacia Regional da Funai, em Bauru, dizendo que não aceitam a substituição do delegado, sertanista Álvaro Villas Boas, demitido anteontem pela direção do órgão em Brasília. Os indígenas, provenientes de postos vinculados a essa delegacia — os de Icatu, Vanuire e Araribá, em São Paulo, e de Laranjinha, no Norte do Paraná — estão dispostos a impedir a posse do novo delegado, tenente José Carlos Alves, nomeado ontem pelo presidente da Fundação, Jurandy Marcos Fonseca. O ambiente era de tensão, ontem, na delegacia.
Esses índios têm medo que os projetos agrícolas criados durante a administração do delegado demitido sejam paralisados e eles obrigados a voltar à condição de "bóias-frias". (**ESP, 07/07/84**).

Villas Boas será processado

Antropólogos, sertanistas e entidades de defesa dos índios, entre elas a Comissão Pró-Índio de São Paulo, mais a União das Nações Indígenas (Unind) e o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) vão processar o indigenista Álvaro Villas-Boas

por calúnia, difamação e injúria. A decisão conjunta foi tomada ontem, quando o Villas-Boas reiterou suas acusações contra antropólogos, classificando-os de agitadores subversivos. Afastado do cargo de delegado da Funai, o indigenista acusou a Funai de ter sido omissa no socorro médico aos índios e de ser a responsável pela morte de cinco crianças Guarani. Ao responder às acusações, o presidente da Funai afirmou que "Álvaro é o principal responsável pela situação, pois recusou o médico enviado, sob a alegação de que não precisava de ninguém". Disse ainda Jurandy que as lideranças Guarani enviaram uma carta pedindo o afastamento de Villas-Boas e a criação de uma ajudância autônoma para assistir os Guarani, sem qualquer apoio da delegacia de Bauru. (**FSP, 07/07/84**).

Jurandy é intimado

Depois de duas horas de reunião, os caciques dos postos indígenas de São Paulo e Paraná que ocupam a 12ª Delegacia Regional da Funai, em Bauru, decidiram ontem à tarde convocar o presidente do órgão, Jurandy Marcos da Fonseca, para discutir com eles pessoalmente a questão da exoneração do sertanista Álvaro Villas Boas do cargo de delegado regional. Se Fonseca não for ao local até segunda-feira, uma comissão viajará a Brasília para entregar ao ministro do Interior, Mário Andreazza, ou ao seu assessor, coronel Rocha Maia, uma carta expondo a posição adotada por esses índios. Na reunião de ontem, os caciques resolveram também que todos continuarão ocupando a delegacia, rejeitando a proposta de retorno às aldeias e manutenção apenas de "guardas" no prédio. (**ESP, 08/07/84**).

FUNAI tenta negociar

Enquanto o presidente da Funai, Jurandy Fonseca, garantia ontem que se reunirá hoje com as lideranças indígenas que ocuparam a 12ª Delegacia do órgão em protesto contra a demissão de Álvaro Villas Boas, em **Bauru** esses índios rasgavam a portaria de exoneração do sertanista e de nomeação do tenente José Carlos Alves para o cargo de delegado, assinada por Fonseca. Se os líderes indígenas não forem discutir o problema em Brasília, Fonseca disse que seguirá hoje mesmo para a cidade paulista. Adiantou que aceitará negociar todos os pontos, até o nome do novo delegado, "mas não vou voltar atrás na decisão administrativa da demissão"

Considerando justificável o movimento dos índios, pois eles não estavam informados sobre a sua decisão de demitir Villas Boas, o presidente da Funai informou, em **Brasília**, que vai garantir-lhes a continuidade dos projetos agrícola e comunitário, que estão suspensos por falta de verba. E acrescentou que até quarta-feira serão enviados à 12ª Delegacia recursos no valor de Cr$ 120 milhões, provenientes do Finsocial.

Jurandy afirmou ontem que está desestimulando movimentos indígenas de solidariedade à sua decisão de demitir o sertanista Álvaro Villas Boas do cargo de delegado regional do órgão em Bauru, "porque, caso contrário, seria jogar índio contra índio e esta não é a nossa política". Embora agradecendo a manifestação dos líderes terena que se encontram na Prefeitura de Avaí, a 20 quilômetros de Bauru, Fonseca disse que vai pedir-lhes que não se organizem com aquela finalidade.

Segundo o líder, Armindo Pio, o movimento de ocupação foi organizado por dois funcionários ligados a Villas Boas: Moacir Cordeiro de Melo, ex-subdelegado, e Sebastião Aparecido. (**ESP, 10/07/84**).

Índios não negociam com assessores

Os quatro assessores do presidente da Funai, enviados ontem a Bauru para dialogar com os 220 índios que ocupam a delegacia regional do órgão, encontraram resistência e acabaram sendo vítimas de incidentes, a ponto de o ex-delegado Álvaro Villas Boas — pivô da crise por ter sido demitido — telegrafar ao secretário-geral do MINTER, coronel Rocha Camargo, solicitando providências "no sentido de retirar imediatamente de Bauru os quatro elementos que o atual presidente da Funai enviou para esta cidade, em lugar de vir ele próprio. Tais elementos — prosseguiu —, além de amedrontar os índios aqui concentrados, estão ameaçando funcionários com prisão, demissão, etc."

Por sua vez, os 173 índios terena, que, ao lado dos guaranis, habitam o posto de Araribá, no Município de Avaí, não apóiam a volta do sertanista Álvaro Villas Boas ao cargo de delegado regional da Funai. Eles sempre combateram a política de Álvaro e de seus irmãos Cláudio e Orlando, tendo até, em fins dos anos 70, quando o ex-presidente do órgão, general Ismarth de Oliveira, visitou a reserva, promovido grande manifestação contra Villas Boas, sob o comando do seu arquiinimigo local, o índio Tibúrcio Manoel Sobrinho. Na época, Jurandy da Fonseca era chefe do gabinete e assistiu a toda a manifestação.

O presidente da Funai, Jurandy Fonseca, disse que não foi ainda a Bauru para dialogar com os índios que ocupam a delegacia do órgão naquela região, porque não possui informações completas sobre o movimento, o que espera obter hoje. Jurandy alega que a ocupação "não foi espontânea", já que funcionários da delegacia teriam transportado os índios de suas aldeias para a cidade e "usado recursos da Fundação para a compra de colchões". (**ESP, 11/07/84**).

Jurandy extingue a Delegacia

Além de extinguir a Delegacia da 12ª Região, com sede em Bauru, o presidente da Funai, Jurandy Fonseca, anunciou ontem, ao chegar a Brasília, a demissão de 14 funcionários do órgão. Fonseca justificou o fato de não ter ido a Bauru negociar com os índios alegando que eles pretendiam constrangê-lo a assinar um documento reconduzindo o sertanista Álvaro Villas-Boas à chefia da delegacia, e assim reproduzindo o episódio do Xingu. Acrescentou que os líderes das comunidades da área pretendiam retê-lo nas dependências do órgão.

Segundo Fonseca, os 14 funcionários demitidos organizaram a ocupação da Delegacia de Bauru e alguns deles estariam envolvidos em irregularidades. Afirmou que será aberto um inquérito administrativo para apurar as irregularidades. A direção da Funai ainda não sabe como vai administrar a área da 12ª Delegacia, extinta por Fonseca.

Enquanto isto, os índios da área terão sua assistência administrada diretamente pela sede da Funai em Brasília. Ao assistir pela TV a entrevista do presidente da Funai anunciando a extinção da Delegacia de Bauru, um de seus ocupantes, o cacique Mário Jacinto, um dos 12 chefes indígenas que ali estavam, que chorou ao saber da decisão de Jurandy Fonseca de não ir mais a Bauru, prometeu: "Vamos ficar aqui até uma solução favorável. Isso aqui vai virar casa de índio". Os 12 caciques decidiram que agora querem falar com o ministro do Interior, Mário Andreazza, e ontem mesmo enviaram mensagens às suas tribos pedindo que mais índios sigam até Bauru para aumentar o número de ocupantes do prédio da 12ª Delegacia da Funai. (**ESP, 13/07/84**).

O cacique Mário Jacinto,
Kaingang,
não gostou da decisão final.

fotos Quioshi Goto/O GLOBO

Os Kaingang ocuparam
a DR da FUNAI em Baurú (SP),
mas ela foi fechada e
transferida para Londrina (PR).

Os Villas Boas contra-atacam

O ex-delegado regional Álvaro Villas-Boas criticou ontem duramente o presidente da Funai, Jurandy Fonseca, chegando a solicitar que o ministro do Interior, Mário Andreazza, a quem está subordinado o órgão, "demita esse homem". Álvaro classificou a atitude de Jurandy como "arbitrária, absurda e irresponsável". "Ele está agindo como se neste país não tivessem ocorrido a anistia nem a abertura".

Na noite de quarta-feira, Cláudio e Orlando Villas-Boas receberam a visita de Jurandy Fonseca e sua mulher. Os irmãos alertaram ao presidente da Funai para o fato de que "sua atuação poderá levar os índios à total descrença nos seus tutores, o que é uma insensatez, pois ninguém pode prever até onde eles irão no seu protesto". Ambos também se recusaram a servir de intermediários a uma proposta de Jurandy para Álvaro Villas-Boas: "Ele propôs nomeá-lo para uma assessoria, onde o Álvaro quisesse, mas nosso irmão mais novo jamais aceitaria uma oferta dessa natureza".

Orlando citou vários exemplos de recentes conquistas indígenas, entre eles "os xinguanos que obtiveram os 15 quilômetros pleiteados, os apinagés que foram ouvidos na troca de encarregados do posto e os guajajaras, no Maranhão, que foram atendidos no afastamento do delegado". Agora, em Bauru, "são os índios que pleiteiam a permanência do delegado".

Ele não acredita que as declarações de Álvaro foram o motivo de seu afastamento: "Tudo faz crer que tenha sido pelas referências feitas ao deputado Mário Juruna. O deputado teria exigido da Funai a demissão do delegado. Teria a Funai, se tornado caudatária do deputado?". **(ESP, 13/07/84).**

Apoena se solidariza com Villas Boas

O delegado da Funai em Rondônia, Apoena Meireles em protesto contra a demissão do delegado de Bauru, Álvaro Villas-Boas. No dia 10, telegrafou ao presidente da Funai:

"Protesto contra a demissão do sertanista Álvaro Vilasboas, de forma intempestiva e humilhante, sem o necessário respeito e a consideração de que é merecedor pelos elevados serviços prestados à causa indígena. Alguns dos atuais assessores de V. Exa., em administrações passadas, por diversas vezes transgrediram normas disciplinares, ferindo, inclusive, a dignidade de diretores na época, e não foram punidos. Pelo contrário, V. Exa. os promoveu a funções-chaves na administração. Sejam quais forem os riscos, não vou compartilhr dessa indignidade". **(JB, 15/07/84).**

Acordo em Brasília

O cacique Mário Jacinto anunciou ontem em Brasília o fim do movimento iniciado a partir da demissão do sertanista Álvaro Villas-Boas, que visava a sua readmissão. "Eu pedi um cargo para mim também e com o passar do tempo a gente pode ser até um chefe de posto", afirmou o cacique ao fim de mais de seis horas de discussões em que prevaleceu a posição do presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, irredutível quanto à readmissão de Villas-Boas e à reativação da delegacia em Bauru.

Ficou decidido que, além de um cargo para Mário Jacinto, a Funai garantirá a nomeação do índio Hélio Pedro, irmão do cacique Jacinto Pedro, o outro líder do grupo, para ocupar o cargo de subdelegado em Londrina-PR, onde, desde ontem, uma equipe cuida da instalação da delegacia. Para o cargo de delegado, os índios concordaram com a indicação do atual chefe da delegacia de Porto Alegre, Gilberto Antonio Borges.

Os entendimentos mantidos em Brasília concluíram ainda que os índios concordam com a nova proposta administrativa do presidente do órgão, que prevê, além da criação de uma delegacia em Londrina, a implantação de duas ajudâncias do órgão no Estado de São Paulo. Uma funcionária em Bauru, para atender às aldeias Vaniure, Araribá e Icatu, será comandada pelo índio Baikairi, Stevam Carlos Taukane, atual funcionário da Funai em Brasília. A outra ajudância funcionará em Santos, para atender aos guarani do litoral paulista.

Outra questão que ficou acertada: os 14 funcionários da delegacia de Bauru que também teriam sido demitidos na verdade não o foram. Existe um inquérito administrativo que vai apurar seus envolvimentos na articulação da ocupação da delegacia, e somente após a conclusão desse trabalho é que o caso será resolvido em definitivo. **(ESP, 18/07/84).**

Índios comemoram vitória

Depois de deixar o prédio da ex-delegacia regional da Funai em Bauru, o cacique Mário Jacinto disse ontem pela manhã no posto indígena de Laranjinha, no Paraná, que "foi uma grande vitória o acordo que fizemos em Brasília. Abrimos mão de Álvaro Villas-Boas na delegacia, mas pudemos indicar o novo delegado e além disso dois índios para acompanhar de perto o trabalho que os brancos realizarão na nova delegacia em Londrina".

Um dos índios a serem nomeados é ele próprio, para função ainda não definida, e o outro é Hélio Pedro, irmão do cacique Ademir Pedro, do posto de Icatu, Município de Icatu, que exercerá funções de delegado substituto. A ajudância de Bauru será dirigida pelo também índio Estevam Carlos Taukane.

Jacinto afirmou que ao chegar a Brasília percebeu que todos lá estavam contrários a Villas-Boas e que não havia outro caminho senão negociar para não perder tempo. "O ponto principal que é a manutenção dos nossos projetos agrícolas também foi garantido pelo presidente da Funai", acrescentou. **(ESP, 19/07/84).**

Crise permanece

Um mês depois do acordo entre os índios de São Paulo e do Paraná e o presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, a crise da extinta delegacia do órgão, em Bauru, ainda não está solucionada. Após a demissão do delegado Álvaro Villas Boas, chefes de postos indígenas e parte dos funcionários não foram demitidos, mas estão dispensados de ir ao trabalho. Até ontem, porém, eles não haviam recebido o seu salário de julho, o que deveria ter acontecido no dia 27 último.

Os funcionários afirmaram que, a própria instalação da nova delegacia de Londrina — que substituirá a de Bauru — ainda não ocorreu e que todo o material está guardado numa sala cedida pela prefeitura daquela cidade. Aceito para montar a nova delegacia, o ex-delegado de Porto Alegre, sertanista Gilberto Antonio Borges, não quis falar à imprensa para confirmar ou desmentir as versões de que Fonseca tem evitado um encontro entre os dois para que ele não possa assumir o cargo.

O prédio onde funcionava a delegacia está sendo reformado para a devolução ao proprietário, quando se previa o estabelecimento de uma subdelegacia da

Funai. Os Cr$ 120 milhões para a manutenção dos projetos agrícolas ainda não foram liberados e os suprimentos de alimentação nos postos deve durar apenas até o final da semana. Segundo disse Villas Boas ao ser demitido, se Brasília não enviar recursos, os índios voltarão a ser bóias-frias. (**ESP, 17/08/84**).

GERAL

Novo delegado toma posse

O presidente da Funai Jurandy Fonseca esteve em Curitiba para empossar o novo delegado regional (Paraná e Santa Catarina) do órgão, João Darcy Ruggery. (**Gazeta do Povo-Curitiba, 9/06/84**).

FUNAI entrega 25 casas

Cerca de 500 índios da região de Palmas ganharão, neste sábado, 25 novas moradias, com infra-estrutura incluindo luz, água encanada, chuveiro, pias e repartições, como quartos, cozinha, dispensa e sala de estar. Trata-se de um programa que a Funai, através de sua DR do Paraná, está implantando no Estado.
Esse plano de construir as moradias nesta região, começou a pouco mais de um ano, e não foi oneroso para a Funai e para os índios dessa reserva, pois "todas as casas foram construídas à base de permuta com madeireiros nossos clientes", afirmou o delegado João Darcy Ruggery. (**O Estado do Paraná, 11/10/84**).

Índios contra a mudança da DR

A transferência da Quarta Delegacia da Funai, com sede em Curitiba, para Londrina, na região norte do Paraná, está provocando protesto dos índios que vivem nas reservas de Mangueirinha e Palmas, no sul do Paraná, e em Ibirama, Santa Catarina. A nova delegacia ficará muito distante e quase inacessível para os índios que passarão a depender de eventuais idas a Londrina para tratar de seus problemas.
Para o advogado Carlos Frederico Mares de Souza Filho, assessor jurídico da Comissão Pró-Índio de São Paulo, a decisão de transferir a quarta delegacia para Londrina chegou "pronta, acabada e de surpresa", sem permitir uma avaliação das conseqüências da mudança para os índios das reservas do Sul que "ficarão ainda mais desassistidos". Mares de Souza argumenta que os índios mantêm uma cobrança permanente de suas reivindicações na sede de Curitiba e que não poderão fazer o mesmo "numa delegacia instalada mais longe" e sem a infra-estrutura que as entidades de apoio ao índio já implantaram em Curitiba" (**Jornal de Santa Catarina, 06/11/84**).

Delegado é demitido

O tratamento dispensado pelo Delegado Regional da Funai, João Darcy Ruggeri, às disputas de terras entre índios e colonos de Sede Trentin/Toldo Chimbangue determinou sua demissão pela presidência do órgão.
A demissão de Ruggeri foi confirmada ontem pela Funai e está consubstanciada em ato do seu presidente, datado de cinco de dezembro. Em Chapecó, o técnico indigenista Francisco dos Santos Magalhães, admitiu que a demissão está relacionada com o encaminhamento da problemática de Chapecó.
Ruggeri, um advogado sem experiência anterior no indigenismo brasileiro, permaneceu seis meses na Delegacia Regional de Curitiba, jurisdicionando Santa Catarina e Paraná. Segundo fontes da própria Funai, ele foi nomeado por via de "acertos políticos". Objetivamente, João Darcy Ruggeri teria sido demitido por ter procurado, por conta própria, formular acordos com os colonos de Sede Trentin sem expressa autorização da cúpula da Fundação Nacional do Índio. Um desses acordos teria sido a instalação de postos policiais na área conflagrada para impedir a entrada de famílias índias e a explosão de conflitos armados. A medida não chegou a ser implementada. (**O Estado, 07/12/84**).

Novo delegado

Toma posse na próxima segunda-feira o novo delegado da Funai em Curitiba, Eustáquio Machado, em substituição a João Darci Ruggere, exonerado na última quarta-feira. Machado está atualmente a serviço da Funai em Londrina e já foi delegado do órgão em Governador Valadares, Minas Gerais, e chefe de posto em Ivaí, no Paraná. Ele assume segunda-feira a 4ª Delegacia da Funai, que tem sob sua jurisdição o sudoeste do Paraná além de parte de Santa Catarina. (**O Estado do Paraná, 08/12/84**).

KAINGANG/ INHACORÁ

Novas ameaças

No dia 27.08.84, os Kaingang de Inhacorá (município de Santo Augusto) tiveram parte de suas terras "re-invadidas". Cerca de 75 famílias de camponeses sem terra invadiram aproximadamente 700 ha de terras Kaingang em poder do Estado do Rio Grande do Sul, via Secretaria da Agricultura.
Após longo processo expropriatório os Kaingang de Inhacorá conseguiram a demarcação de uma exígua Reserva (1919). Mas no início dos anos sessenta, estes mesmos Kaingang foram novamente expropriados. Então o governo estadual destinou terras aos camponeses sem terra (localmente conhecidos como "agrários"), à formação de um povoado ou vila (Coroados) e à formação de uma "estação agrícola experimental", a ser controlada diretamente pela Secretaria da Agricultura. Os Kaingang foram simplesmente reduzidos à condição de minifundiários, sendo-lhes também impostas as mais precárias condições de vida e sobrevivência.
Em fins de 1983, os Kaingang de Inhacorá conseguiram recuperar, "de fato", cerca de 700 ha, dos 1.740 ha anteriormente reservados à "estação agrícola experimental". Eles haviam tentado a recuperação de toda a área, via interferência da Delegacia Regional da FUNAI em Porto Alegre, junto à Procuradoria Jurídica do Estado. A Procuradoria reconheceu seus direitos, mas negou a devolução das terras, argumentando sobre a "importância social" da "estação agrícola experimental", o que é discutível a considerar evidências sobre suas atividades. No entanto, a Procuradoria apontou para a possibilidade de destinação de área equivalente, mas em outra região, o que em princípio não foi aceito pelos indígenas. Pressionados pela insuficiência de terras para plantio, os Kaingang retomaram cerca de 700 ha e deram início aos trabalhos de preparo das terras.
A notícia sobre a reocupação de terras pelos Kaingang de Inhacorá logo se espalhou pela região, chamando a atenção dos camponeses sem terra, que há muito tempo vinham se organizando e buscando uma área para invadir e tentar

ANAÍ exige providências da FUNAI

A Anaí enviou documetno esta semana ao novo presidente da Funai, Nelson Marabuto, cobrando providências sobre o arrendamento ilegal de terras da reserva indígena de Guarita, no Município de Miraguaí, a colonos. São pedidas também medidas urgentes contra a corrupção entre as lideranças dos índios Caingangues na região.
A associação ajuizou um pedido de interpelação judicial perante a Justiça Federal, para obter manifestação oficial do órgão sobre esses e outros problemas antigos da reserva. Tal ação é de julho passado, período em que Jurandy Marcos Fonseca presidia a Funai. Júlio Gaiger, presidente da Anaí, qualifica de "calamitosa" a situação da área, onde vivem atualmente cerca de 2.500 índios.
Apesar de intimado em 23 de agosto, o ex-presidente nada fez para buscar soluções a estas questões. Por isso, esclarece Gaiger, "permanece ainda sem resposta a questão do arrendamento ilegal de terras, a divisão da mesma área da reserva e a corrupção patente entre as lideranças dos índios". E a carta enviada a Marabuto acrescenta: "Estamos crendo que de Vossa Senhoria podemos esperar a atenção devida". (**Folha da Tarde, 14/11/84**).

ANAI entra com ação cautelar

A ANAÍ entrou com uma medida cautelar inominada, distribuída para a 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual, contra o DAER, responsável pela pavimentação da RS-330, ligando Tenente Portela a Redentora, passando por 40 quilômetros dentro da Reserva Indígena de Guarita. A lei número 6.001/73 (Estatuto do Índio), no entanto, exige o cumprimento de algumas condições sem as quais a intervenção na área torna-se totalmente ilegal. E é esta a base da ação judicial.
O presidente da secção gaúcha da ANAÍ, Júlio Gaiger, enfatiza que os três requisitos do Estatuto não respeitados pelo DAER são: que a intervenção deve ser previamente autorizada por decreto do Presidente da República; somente a União pode efetivar a intervenção; e a área de terra retirada da reserva deve ser substituída por outra porção equivalente tanto em superfície, como em condições ecológicas. O único item respeitado pelo DAER foi o de pagar uma indenização aos índios, com a realização de obras nas estradas internas, campos de futebol e açudes da reserva. (**Zero Hora, 12/12/84**).

Liminar suspende obras

O juiz Osvaldo Stefanello, da 2a Vara da Fazenda Pública Estadual, concedeu, na tarde de ontem, a liminar solicitada pela ANAÍ ordenando ao DAER o sustamento das obras de asfaltamento da rodovia RS-330. Um trecho de 40 quilômetros da estrada passa dentro da reserva indígena de Guarita. Agora, o DAER terá 30 dias para recorrer, caso contrário a ANAÍ deverá ingressar na Justiça com uma ação principal. De acordo com o presidente da entidade, Júlio Gaiger, politicamente, esta é uma conquista muito importante. "a sensibilidade demonstrada pelo juiz, independentemente do resultado final que possa ter a ação, significa que a situação dos índios, em especial os do Rio Grande do Sul, passa a ser discutida em outro nível dentro do Judiciário gaúcho", concluiu ele. (**Zero Hora, 13/12/84**).

Decreto autoriza estrada

"O Presidente da República através do Decreto nº 91.043 de 06/03/85, concede ao DAER/RS autorização executar correções plani-altimétricas e pavimentação da rodovia RS-330 em faixa de terra situada junto à Área Indígena Guarita/São João do Irapuã, RS."
De acordo com o art. 2º do Decreto, o DAER/RS está autorizado a "praticar todos os atos necessários à implantação definitiva da rodovia RS-330, bem como à sua pavimentação, sendo-lhe assegurado ainda, o acesso a alguma área de faixa paralela desde que não haja nenhuma outra via praticável."
À Funai compete adotar providências "no sentido de limitar o uso do gozo da área de terras atingidas, no que for compatível com a preservação da estrada e de evitar práticas de atos que embaracem ou causem danos à comunidade indígena."
Segundo o art. 3º "caberá ao DAER/RS indenizar a comunidade indígena pelos prejuízos que venha a causar em decorrência da utilização da faixa de terras referida no Art. 1º, competindo ao órgão de assistência aos silvícolas a fixação da indenização, através de um convênio a ser firmado entre a FUNAI e DAER/RS". (**Diário Oficial, 07/03/85**).

KAINGANG/ MANGUEIRINHA

Denunciada serraria da FUNAI

O Kaingang Francisco Luís dos Santos, do Conselho Indígena pela UNI, denunciou na Assembléia Legislativa irregularidades na exploração de madeira na reserva de Mangueirinha, onde está localizada uma serraria da Funai.
Segundo Francisco Luís dos Santos, o chefe do Posto Indígena de Mangueirinha, João Batista, "negociou, por meio de contrato, a exploração de imbúia e cedro da reserva com um madeireiro de Xaxim (SC), Pedro Marcon". Ocorre que — denuncia Francisco — o madeireiro ultrapassava as medidas em 30 ou 40 metros cúbicos, afirmando que isto estava previsto como "excesso contratual". Diante do abuso, Francisco afirma que impediu o embarque final das madeiras.
"Outro contrato de exploração que previa a extração de madeira-de-lei com canela, pessegueiro bravo, etc., possuía como fiscal de sua execução um índio de nome Domingo Eláudio. Este índio que, segundo Francisco, provavelmente está subornado pelos madeireiros, somente efetuava medições à noite, quando diversos caminhões deixavam a reserva abarrotados com madeira-de-lei. Intrigado com este procedimento, o presidente do Conselho Indígena deteve um destes caminhões para averiguar se a medição era corretamente executada. Ficou surpreso ao perceber que, enquanto a nota fiscal apresentava um volume de três metros cúbicos de madeira-de-lei, a metragem correta era de 11. Francisco disse que deteve todos os carregamentos na serraria da Funai.
"Além deste contínuo e irregular desmatamento da reserva de Mangueirinha, a serraria da Funai que se instala naquela área, também é responsável por inúmeras injustiças", denuncia Francisco. Toda a verba da serraria é dirigida à Delegacia da Funai em Curitiba, afirma. No mês passado, embora a receita da serraria ultrapassasse a cifra dos 19 milhões de cruzeiros, os funcionários, índios na sua maioria, não receberam os vencimentos. Hoje a situação dos trabalhadores apresenta-se crítica, garante.
"Contudo — prossegue — a maior violência que se comete contra os índios da reserva de Mangueirinha, se refere exatamente aos lucros auferidos pela serraria. De toda a renda da serraria, muito pouco reverte aos índios, que são os legítimos proprietários das terras de Mangueirinha. A eles se reserva tão-somente

madeiras de péssima qualidade como a ponteira do pinheiro, o cabinho, o lixo e a quinta-rio (madeira farta em nó-de-pinho)".
Francisco aponta a injustiça desta situação, "pois os índios continuam a ser explorados pelo branco, que leva a riqueza de suas florestas e lhe deixa em troca a miséria. Quero levar ao público o que acontece", afirmou ele, "para que os homens que podem fazer algo tomem conhecimento do que ocorre em Mangueirinha". (**O Estado do Paraná, 4/11/84**).

KAINGANG/ NONOAI

100 anos de Kanheró

"Pai respeitado por toda comunidade; padrinho; nominador (era profundo conhecedor dos "nomes do mato"); líder político, espiritual e cultural; incansável defensor do territorio kaingang em Nonoai, e especialmente da aldeia de Péikãr. Eis um breve perfil da vida de Francisco Kanheró por um período que supera a marca dos 100 anos. Ele pertencia à metade social kamé, e também era conhecido pelo "nome do mato" Reicon. Sua morte, em julho pp., em princípio, poderia sugerir uma repentina orfandade em Péikãr. Mas sua vida foi tão cheia de realizações, plena de ensinamentos e exemplos que marcaram muito a vida dos Kaingang de Nonoai e especialmente de Péi-kãr, que há muito vêm retomando e colocando em prática seus ideais, principalmente quando são atingidos pela violência e por ameaças de perda do território.
Kanheró se tornou uma personalidade quase legendária, pois, por mais de setenta anos, esteve profundamente ligado à luta em defesa do território e da cultura indígena em Nonoai. Um verdadeiro representante do "tronco velho", como dizem os Kaingang. (**Trecho de um artigo de Ligia Simonian** in **Porantim, Dez. 84**).

KAINGANG/ GUARANI (Rio das Cobras)

Descreto de delimitação

O Presidente da República através do Decreto nº 90.744 de 20/12/84 declara de ocupação dos silvícolas a Área Indígena Rio das Cobras, no Município de Laranjeiras do Sul-PR. (**Diário Oficial da União, 21/12/84**).

XOKLENG

IBDF expulsa madeireiros

Atendendo à solicitação da Funai, o IBDf investigou e constatou a extração de madeira, de forma clandestina, da reserva indígena Duque de Caxias, localizada no município de Ibirama, autuando e multando até o momento 18 empresas.
A informação partiu do delegado do IBDF em Santa Catarina, Ulisses Rogério Arruda de Andrade, acrescentando que os trabalhadores que se encontravam nas matas da região foram expulsos e as madeireiras, em caso de reincidência, poderão ser fechadas. Segundo Rogério Andrade, as empresas receberam autorização, através de licitação feita pela Funai/SC, para extraírem a madeira existente apenas dentro de uma área restrita, que deverá ser inundada pelas barragens de contenção de cheias que estão sendo construídas no rio Hercílio, em Ibirama. No entanto, contrariando o que fora acertado, os madeireiros estavam invadindo e derrubando árvores dentro da área proibida. (**Jornal de Santa Catarina, 25/02/84**).

Chefe de posto não é aceito

Os índios do Posto Indígena de Ibirama estão indignados com a nomeação de Antônio Vicente para a direção da reserva. A alegação é de que ele não tem moral e bom relacionamento junto aos Xokleng. Na próxima semana Vêi-Tschá Uvanhaccu Téiê, vice-cacique e Copacã Cuzung, capitão da aldeia vão à diretoria da FUNAI, em Brasília, tentar a exoneração de Vicente e a nomeação de uma pessoa que realmente olhe mais para seu povo.
Até a última sexta-feira o posto era dirigido (em caráter provisório) por Isaac Barbaresco. Já no sábado, sem maiores avisos a direção do posto passou a ser exercida por Antônio Vicente. Estè fato provocou a convocação de uma reunião entre os índios, que ao seu final decidiram não aceitar a determinação da FUNAI. (**Jornal de Santa Catarina, 03/05/84**).

IBDF pune com corte nas cotas

A Delegacia Regiona do IBDF decidiu que não abrirá nova cota de comercialização madeireira para os índios da reserva Duque de Caxias, em Ibirama. O anúncio foi feito ontem, pelo Delegado Regional Ulisses Rogério Arruda de Andrade, sustentando que os abusos cometidos pela comunidade indígena ocorreram pela falta de fiscalização da DR da Funai, que teria o encargo de fazer prevalecer a cota prevista de exploração em 1.243 metros cúbicos.
Ao invés de cumprir este limite, os índios venderam cerca de 11.768 metros cúbicos às madeireiras locais, extrapolando em mais de 10 mil metros cúbicos a cota estipulada pelos técnicos do IBDF. "Fizemos tudo o que tinha que ser feito. Estabelecemos critérios para a exploração e instrumentamos tecnicamente a reserva, através de inventário para execução da retirada", enfatizou o delegado.
Diante desta situação os índios se revoltaram contra a suspensão da comercialização e estão fazendo bloqueio nas estradas que levam à reserva, seqüestrando inclusive caminhões na tentativa de pressionar o IBDF a voltar atrás na sua decisão. Quanto a esta manifestação o delegado do IBDF assinalou não exercer qualquer influência na revogação da medida, servindo inclusive de fiscalização dos índios que não permitirão a entrada de comerciantes na reserva. (**O Estado, 5/09/84**).

Caminhão é liberado

Foi liberado ontem, às 17h30m, o caminhão carregado de toras que estava retido desde o último domingo pelos índios da reserva Duque de Caxias. A liberação foi promovida pelo chefe do posto da Funai, João Batista Ozelame. (**O Estado, 5/09/84**).

Governo diz que vai impedir

A partir da próxima quinta-feira, o governo do Estado irá bloquear a saída de madeira da reserva indígena de Ibirama, devido à devastação indiscriminada que está acontecendo na região. A informação partiu do secretário da Agricultura e do Abastecimento, Vilson Kleinubing, acrescentando que "o governo estadual está se indispondo com este tipo de coisa".

garantir a posse. Mas ao ocuparem o restante da área da "estação agrícola experimental", e eles foram repelidos pelas forças de Segurança Pública do Estado e pela Polícia Federal. Fazendo uso da violência os policiais destruíram as bases do acampamento (principalmente alimentos), feriram mulheres e crianças, jogando a todos em caminhões abertos das prefeituras municipais das proximidades, e distribuindo-os em grupos, os abandonaram em diversos municípios (cf. documento da Comissão dos Acampados, 1984). Para dar continuidade à sua luta, essas 75 famílias organizaram um acampamento provisório em Erval Seco, em terras cedidas por um agricultor proprietário.

Os documentos relativos ao movimento destes camponeses sem terra e as raras referências nos jornais regionais, denominavam as terras invadidas como sendo "do Estado"; nenhuma alusão aos direitos dos Kaingang de Inhacorá foi mencionada. Mas em 21 de dezembro de 1984, a **Zero Hora** noticiou que o Secretário do Trabalho, Sr. João Jardim, expôs ao Conselho do Fundo de Terras (Funterra), que entre as opções colocadas aos acampados de Erval Seco havia a "possibilidade de entendimento com a FUNAI para que parte da reserva florestal (sic) de Santo Augusto — a mesma invadida pelas famílias em agosto — seja cedida em definitivo aos acampados" (**Zero Hora,** 21/12/84, p. 47).

Mais uma vez, o governo do Rio Grande do Sul aponta e privilegia as terras indígenas como o **locus** para a implantação de projetos de redistribuição de terras, o que revela a continuidade e a força das políticas anti-indígenas no Estado. Experiências passadas não estão servindo como ponto de reflexão. Só no Rio Grande do Sul, os indígenas perderam cerca de 50% de seu território entre 1941 e 1965. Grande parte dessas terras foram destinadas a projetos de "reforma agrária", que na prática se mostraram "pseudo-projetos", pois em geral não garantiram a posse da terra e demais condições de vida aos camponeses sem terra e, muito menos, contribuíram para sustar o processo de expulsão do campesinato do campo, que tem em suas bases a política de concentração de terras sob o controle de elites político-econômicas. (**Ligia Simonian, especial para o** Aconteceu).

KAINGANG/ GUARAPUAVA

Decreto de Homologação

O Presidente da República através do Decreto nº 89.495 de 29/03/84 homologa a demarcação da Área Dominial Indígena Marrecas, localizada no Município de Guarapuava — PR. (**Diário Oficial, 30/03/84**).

KAINGANG/ GUARITA

Revolta devido à proibição de comércio

Os índios da Reserva Indígena da Guarita, em Miraguaí, voltam à calma depois de uma certa tensão, desencadeada no sábado passado. Naquela data, o chefe da Funai no posto , Jerônimo Brás de Almeida, enviou uma nota à imprensa de Tenente Portela e região, proibindo qualquer tipo de negociação dos índios com os brancos. A mesma nota proíbe aos comerciantes das redondezas a vender bebida alcoólica aos indígenas, sendo que para os infratores se prevê uma pena de dois anos de prisão.

Revoltados com a nota, que não teve a participação do cacique da reserva Domingos Ribeiro, os índios na noite de segunda para terça-feira reuniram-se e decidiram exigir do chefe da Funai uma retratação através da imprensa.

Assim que tomou conhecimento do fato, Jerônimo Brás de Almeida, que até então já estava detido pelos índios na reserva tratou de fazer uma segunda nota, anulando a primeira, com exceção do item de proibição da bebida alcoólica. "O chefe do Posto Indígena Guarita/ Funai, no uso das atribuições que lhe confere, vem por intermédio deste comunicar às comunidades de Tenente Portela, Miraguai, Tronqueiras, Palmitinho e demais comunidades vizinhas à retirada da nota datada em 07.01.84 ficando assim livre a negociação entre brancos e índios, salvo materiais dentro da reserva pertencente ao patrimônio indígena e Funai."

Depois da publicação da segunda nota o chefe da Funai no Posto da Guarita, Jerônimo Brás de Almeida, foi liberado pelos índios. Apesar disto, ele não teve a permissão da Funai para falar sobre o assunto. Mesmo assim, garantiu que o impasse criado foi um mal-entendido pelos elementos da reserva. Garante ainda que os índios têm que obedecer a sua autoridade.

Para o cacique Domingos Ribeiro, o indígena não tem condições de viver sem vender o seu feijão, o seu milho, ou mesmo alguns artefatos feitos por eles. "Por isto nós entendemos que foi necessária a nossa revolta". (**Zero Hora, 13/01/84**).

Roubo de madeira

A Reserva Indígena de Guarita, Toldo de São João do Irapuã, localizada no município de Miraguaí, tem sido alvo constante de ladrões de madeira, que ali encontram madeira farta, de boa qualidade e nenhum policiamento. Enfim, condições propícias para um negócio rendoso. Preocupado com este fato que vem se repetindo sistematicamente, o chefe do Posto Indígena da Funai, Lidio Della Betta, está adotando um esquema de patrulhamento na reserva, especialmente nas margens do rio Guarita, onde tem acontecidos os maiores roubos.

Na última batida efetuada, a Patrulha localizou, a cerca de 20 quilômetros do povoado principal, na madrugada, dois elementos cortando ipê que viria a ser usado para palanques. Áureo Dias da Silva e seu irmão Noedi Dias da Silva, foram presos, bem como foi apreendida a madeira que já haviam cortado. O caso foi entregue para a polícia de Redentora, sendo que Áureo confessou ter vendido 15 palanques para um comerciante das redondezas. Mediante investigações, foi localizado Pompílio Lutz, que havia comprado a madeira de Áureo. Em poder de Pompílio foi encontrado cerca de 200 palanques o que provou a sua participação no caso como receptador.

Hoje, um palanque roubado da reserva pode ser comercializado ao preço de Cr$ 2 mil cada um, sendo madeiras preferidas a grápia, cerno, gabriúva e guajuvira.

Para solucionar o problema, Della Betta acredita que seja necessário um policiamento mais efetivo, e também a construção de casas nas margens do Rio Guarita.

Quanto a acusações que viria sendo alvo por parte da ANAÍ de que seria Della Betta um dos maiores envolvidos no roubo de madeira na reserva, apenas contestou dizendo: "a ANAÍ que tome vergonha na cara e prove o que diz. Eu desafio a ANAÍ para um debate público, e se for provado que estou envolvido me submeto às penas da lei". (**Zero Hora, 14/02/84**).

ANAÎ quer colonos fora

O despejo de 242 famílias de colonos que plantam nas reservas indígenas de São João do Irapuá, no município de Miraguaí, e da Guarita, em Tenente Portela, pelos índios caingangues, proprietários das terras no próximo mês, denunciado pelo vice-presidente da Fetag Orgênio Roth, nesta última semana, não preocupa os dirigentes da ANAÎ. Muito pelo contrário. É motivo de "grande alegria se isto realmente acontecer".

O autor desta declaração foi o presidente da ANAÎ, Júlio Gaiger. Ontem pela manhã ele recordou que em outubro do ano passado os caciques Ivo Salles — da reserva indígena do Irapuã — e Domingos Ribeiro, da Guarita, assinaram um acordo de paz, na cidade de Três Passos, pondo fim a uma sangrenta guerra, pela disputa do título de chefe único da tribo. Ficou acertado então que todos os brancos seriam expulsos da área indígena nos meses de abril e maio e que seria realizada uma eleição direta para a escolha de um novo chefe único para os caingangues.

Quando foi assinada a paz entre os dois caciques, lembrou Gaiger, os dirigentes da ANAÎ fizeram um acordo com os sindicatos dos trabalhadores rurais de Tenente Portela e Miraguaí de que seria feito um levantamento, detalhado, junto às famílias de agricultores que plantavam e que viviam nas áreas indígenas para conseguir informações mais corretas a respeito da real situação destas famílias. "Mas até hoje nós ainda não recebemos nada", assegura.

Gaiger diz duvidar da informação da Fetag de que estas 242 famílias de colonos vivam realmente dentro das reservas indígenas. "O que se sabe é que a grande maioria destes agricultores apenas são arrendatários, clandestinos das terras dos índios. São poucos os que vivem nas reservas." **(Zero Hora, 16/03/84).**

Terras não serão arrendadas

O delegado regional da Funai Gilberto Antonio Borges, divulgou ontem, uma nota informando que a Funai não permitirá qualquer arrendamento das terras indígenas que são inalienáveis, conforme preceito legal da Constituição, no artigo 198. Ele afirma que, mesmo em menor proporção, continuam os arrendamentos de terras em Tenente Portela, Miraguaí e Redentora.

"Os índios fazem este negócio ilegalmente e sem assistência da Funai, mas assessorado por políticos", diz o delegado. O prazo definitivo para que os arrendatários desocupem as terras será o mês de maio, quando termina a colheita. No final da nota, ainda é esclarecido que "todo e qualquer arrendamento efetuado se tornará nulo, sem qualquer ressarcimento ao arrendatário". **(Zero Hora, 24/03/84).**

Caciques dizem que continuarão os arrendamentos

Apesar da existência de um acordo do ano passado, de que os arrendamentos para os colonos em terras indígenas terminariam neste mês de maio, alguns caciques, como Domingos Ribeiro, da reserva da Guarita, garante que continuarão com os arrendamentos, pois os índios recebem parte do lucro da produção e se os brancos saírem, ficarão sem condições de sobrevivência, pois não recebem ajuda da Funai.

O delegado da Funai no Estado, Gilberto Borges, alega desconhecer essa nova decisão dos caciques, esperando que se cumpra o combinado e a área fique só para os índios. Já o prefeito de Tenente Portela, Lúcio Mota (PDS) acusou um grupo de 30/40 indígenas, parentes e amigos dos caciques, que ficam todo o lucro, e os outros índios passam fome. Os caciques já arrendaram suas terras, inclusive, para 1985/86/87. **(O Liberal, 11/05/84).**

A FUNAI fica mal com os índios

O cacique Domingos Ribeiro não aceita mais ordens da Funai em seu território, a reserva indígena da Guarita. Depois de se reunir com seu conselho na tribo, ontem pela manhã, Domingos divulgou a decisão que trará hoje a Porto Alegre. "Aqui dentro, Funai não manda mais", garantiu ele, explicando que considerou um desaforo a atitude do delegado regional da entidade, Gilberto Borges, convocando-o para uma reunião em Miraguaí, na semana passada, para comunicar-lhe que a Polícia Federal seria acionada para vistoriar a reserva e verificar se os índios ainda estão promovendo arrendamentos de terras para os brancos.

Sem exibir a mesma revolta dos índios comandados por Domingos, o cacique da reserva vizinha de São João do Irapuá, Ivo Sales Ribeiro, demonstrou insatisfação com o final dos arrendamentos, argumentando que, se isso acontecer, a Funai tem que ressarcir os indígenas, porque eles ficarão sem renda e correm o risco de passar fome. **(Zero Hora, 10/05/84).**

Índios impedem obra

Os índios caingangues das reservas de Irapuá e de Guarita, no município de Miraguaí, a 450 quilômetros de Porto Alegre, estão impedindo o asfaltamento da rodovia estadual RS-330, que liga o município a Tenente Portela e passa quase dentro de suas terras. **(FSP, 26/09/84).**

Igrejas se pronunciam

"Declaração à comunidade: É com surpresa e profunda dor que tomamos conhecimento pela imprensa escrita e falada de um "manifesto à Comunidade Indígena", datado em Tenente Portela aos 17/9/84, feito por representantes de diversas entidades, a maioria delas de caráter filantrópico. Com não menos estranheza e indignação, tomamos conhecimento de uma "nota" da Câmara de Vereadores de Tenente Portela, com data de 24/9/84.

O manifesto ameaça a toda comunidade indígena com represálias, especialmente no campo da assistência social, onde está em jogo o valor e a dignidade da vida humana.

A nota da Câmara dos Vereadores não representa nem o sentir nem a consciência de todo o povo portelense e desrespeita princípios elementares das Leis da Nação. A referida nota se expressa igualmente com uma linguagem que desconhece os direitos dos índios e que não condiz com o espírito cristão. A pressão contra a comunidade indígena e a ameaça de "retribuir na mesma moeda" revela um espírito onde vale a lei do mais forte.

Esses dois documentos a que nos referimos são tanto mais de estranhar quanto que os pedidos dos índios mostram, pelo contrário, um espírito de diálogo, conciliação e até de abrir mão dos direitos que são deles em favor dos municípios de Redentora, Miraguaí e Tenente Portela.

Nós, abaixo-assinados, representantes da Igreja Católica e da IECLB, dirigimos esta declaração às nossas comunidades, nas quais estão também os índios, com o fim de motivar uma visão mais justa e Cristã sobre a pessoa do índio e seus direitos." Tenente Portela, 1/10/84.

seguem as assinaturas.

De acordo com o secretário, a reserva de Ibirama tem dois tipos de corte de madeira atualmente: uma serraria que tem contrato com a Funai, mas que até quinta-feira terá que prestar conta sobre o que está acontecendo e, os próprios índios que estão vendendo madeira para pagarem suas contas no comércio, que já atinge a cifra de Cr$ 116 milhões.
— Os madeireiros e comerciantes locais ficam adiantando dinheiro para os índios — explica Kleinubing — e eles, para poderem saldar suas dívidas, são obrigados a cortarem madeira para vender. O que o Estado quer é acabar com este ciclo, por isso estamos fazendo esta denúncia, e paralelamente criar mecanismos para que o índio se dedique à agricultura e não mais seja explorado pelos madeireiros, que acabam viciando-os em algo que um dia vai acabar, além de prejudicar o equilíbrio ecológico da região". (**Jornal de Santa Catarina, 04/12/84**).

Comissão fala com o governador

Um grupo de líderes indígenas da reserva de Ibirama, reuniu-se ontem de manhã no Palácio Cruz e Sousa, com o governador Esperidião Amin e o secretário da Agricultura, Vilson Kleinubing, onde relataram os problemas que vêm enfrentando com o não cumprimento de promessas e acordos feitos pela Funai, envolvendo indenizações de áreas e corte indiscriminado de madeiras na reserva, que possui mais de mil índios.
Um dos líderes Antônio Caxias Popo, depois de elogiar o cumprimento do acordo feito com o DNOS, de indenização de parte da área da reserva inundada pela barragem de Ibirama, reclamou, porém, do não pagamento de valores que não soube precisar, também, de indenização, da madeira localizada na parte coberta pelas águas. "A Funai nos prometeu que isto seria pago, e nada foi cumprido", queixou-se o líder indígena.
Segundo ele a madeireira seria utilizada na melhoria das novas casas dos índios que estão sendo construídas na nova área, para onde vão ser transferidos após a conclusão da barragem de Ibirama. Das 63 casas a serem construídas, 30 já estão concluídas e as restantes deverão ficar prontas até a metade do próximo ano, segundo promessa da Funai, lembrou Antônio Caxias Popo.
A queixa dos índios não pode contudo ser equacionada devido à ausência do delegado da Funai em Curitiba, apesar de ter sido convidado. E no final da reunião, que contou também com a presença do superintendente da Fatma, José Márcio Marques, decidiu-se que a questão será encaminhada à Funai em Curitiba, ou à sede do órgão em Brasília. Na reunião foi lembrada a dívida dos índios em algumas lojas de Ibirama, mas os líderes garantiram que ela está sendo paga. (**Jornal de Santa Catarina, 13/12/84**).

IBDF proibe o corte

Está proibida desde ontem, por ordem do IBDF, a retirada e o comércio de madeira da reserva indígena de Ibirama. As três madeireiras que exploram a área (Indústria Madeireira Jost, Rodolfo Gumz e Rosene Rossini) tiveram seus equipamentos paralisados pelos fiscais e 1.120 índios estão sendo alertados para que não continuem cortando porque não terão para quem vender. Hoje eles receberão esta notícia da boca de seus representantes, que ontem pela manhã estiveram na Delegacia do IBDF para uma reunião com o delegado Rogério Ulisses Arruda, com o Secretário da Agricultura, Vilson Kleinubing e com o representante da Funai, o engenheiro florestal Nuno Fernando Dias. Mais uma vez, apesar de esperado, o delegado da Funai, indigenista Eustáquio Machado, não compareceu. (**O Estado, 14/12/84**).

GUARANI/SP

Guarani vão ao Governador de S. Paulo

Os seis caciques que representam os cem índios guaranis que vieram a São Paulo para expor seus trabalhos de artesanato no saguão da Secretaria do Interior estarão hoje com o governador Franco Montoro, no Palácio dos Bandeirantes, para pedir a demarcação de suas terras. Eles acreditam que a medida acabará de uma vez com o problema das freqüentes invasões das áreas.
Em todo Estado existem cerca de mil índios guaranis, vivendo em aldeias independentes e em postos da Funai. Os caciques que falarão hoje com o governador Franco Montoro representam as áreas de Itariri, Barragem, Boi Mirim, Silveira, Ubatuba e Peruíbe.
Embora o problema das invasões das terras seja bastante antigo, ele só passou a merecer maior atenção das autoridades estaduais a partir de abril do ano passado, quando uma comissão de caciques esteve na Capital para pedir providências ao governo. (**FSP, 27/04/84**).

Indios no Fórum

A Nação Indígena no Litoral Norte Paulista, constituída por índios guaranis, situadas junto ao Rio Silveiras (São Sebastião), aldeia da Boa Vista (Ubatuba) e também a aldeia da Barragem (São Paulo) depois de se reunirem entre si, resolveram comparecer ao Forum de Caraguatatuba para uma audiência com o juiz substituto Pedro Menin, em São Sebastião. Eles queriam saber da resolução sobre a construção de uma porteira na Fazenda Água do Bento que faz divisa com a terra dos guaranis do Rio Silveiras, em São Sebastião. Essa porteira, construída há dois anos, impedia a passagem de qualquer pessoa ou veículo às terras indígenas, num espaço de três quilômetros. Esse caminho vinha sendo usado pelos índios há mais de 30 anos. A proprietária da fazenda, Adelaide Rivero Gomes, negava-se a abrir o cadeado da porteira, inclusive a representantes da Funai e do Governo do Estado. (**Notícias Populares, 07/11/84**).

Convênio FUNAI/SUDELPA

"O presente convênio tem por objeto a regularização fundiária das terras dos índios Guarani, situadas na periferia da Capital e no litoral do Estado de S. Paulo, mediante execução de serviços de demarcação, aviventação de limites, levantamentos ocupacionais e documentais, bem como prestação de assistência jurídica, comunitária e de saúde às comunidades indígenas." (**20/12/84**).

GUARANI/ITARIRI

Índios querem resolução

A Sudelpa ainda não definiu que tipo de ação vai mover na questão dos índios da tribo guarani de Itariri, que ameaçam matar aqueles que tentarem invadir suas terras, embora os lotes ocupados pelos índios — cerca de 300 hectares — estejam com titulação nas mãos de particulares. A ameaça de conflito e o posicionamento dos índios querendo interferência do Governo do Estado, a quem culpam por ter negociado há algumas décadas, as terras por eles habitadas, surgiu quando o proprietário dos lotes 30 e 47, anunciou sua disposição de começar a desmatar essas glebas, ameaçando de colocar abaixo a cerca que os índios mantêm na margem esquerda do Rio do Azeite, demarcando as terras que consideram suas.

foto UNI

Os Guarani de Itariri, litoral de S. Paulo, do cacique Antonio Branco, recebe a visita de Álvaro Tukano e Ailton Krenak, da UNI.

Já há algum tempo que a Sudelpa, através do Grupo da Terra e do Convênio PPI-Sudelpa, vem acompanhando o caso dessas glebas cujos títulos estão nas mãos de particulares. Segundo o diretor da Equipe Territorial e de Recursos Naturais da Sudelpa, Ivan Carlos Maglio, já estava tudo decidido para que a autarquia ingressasse com ação de anulação dos títulos desses lotes reivindicados pelos índios e que ficaram fora da reserva decretada em 63, quando houve informação do Cimi de que a Igreja já havia ingressado com ação semelhante, há alguns meses.

Isso determinou um novo posicionamento da Sudelpa. Ou reforçam o processo que a Igreja — através da Diocese de Registro — já ingressou e que corre na PPI, atuando no sentido de sua agilização ou então, subscrevem essa mesma ação. No caso de um lote que é ocupado há anos por um posseiro conhecido como Santos, que está na área há décadas com plantação, está em estudos a hipótese de negociação com o agricultor, indenizando-o. No caso de Waldemar Baiano, que nunca ocupou os lotes 30 e 47, a solução ainda não foi encontrada.

Ivan Carlos Maglio não afasta, no entanto, a possibilidade de desapropriação que é, na verdade, a solução que várias correntes vêm apontando como ideal, inclusive o próprio cacique da aldeia, Capitão Antônio Branco.

O diretor da Sudelpa, Ivan Maglio, esclarece porém que não há nenhum tipo de empecilho envolvendo o fato de uma autarquia governamental acionar a PPI, para anulação dos títulos, uma vez que se obtenham provas irrefutáveis de que a negociação dos lotes foi irregular há alguns anos. O que não está ainda muito claro porém, é a solução envolvendo desapropriação já que implicaria em ônus para o poder público. (**Tribuna do Ribeira, 24/11/84**).

GUARANI/ PERUÍBE

Cacique é morto a tiros

De certa forma, já se tornou rotina a briga entre índios e brancos por causa de terras, mas, pela primeira vez, ao que se tem notícia, um cacique indígena desentendeu-se com o homem branco por causa de uma partida de futebol. Aconteceu na Reserva Indígena de Peruíbe e teve um fim trágico. O cacique Bento Samuel dos Santos, de 57 anos de idade, foi morto a tiros e seu filho Euzébio Samuel dos Santos recebeu tiros nas duas pernas. Os autores dos disparos, José Martins da Silva (23 anos) e Waldemir Rodrigues, teriam assassinado outros índios que estavam em companhia das vítimas, se eles não tivessem fugido para o meio do mato. Mesmo ferido, Bento e Euzébio ainda tiveram forças para empunhar seus facões e com eles desferir alguns golpes nos agressores, que ficaram gravemente feridos: José Martins está internado na Ala D da Santa Casa de Santos, enquanto Waldemir está em outro hospital. (**Cidade de Santos, 17/04/84**).

Juruna visita Peruíbe

Muita miséria e submissão da comunidade indígena à Funai. Este o quadro encontrado ontem, em Peruíbe, pelo deputado-cacique Mário Juruna, que chegou a fazer um discurso indignado. O assassinato do cacique Samuel, por elementos de um time de futebol, também preocupou bastante o deputado, que já anunciou a designação de um advogado, pela Funai, para acompanhar o inquérito. E falou, também, de um levantamento que está sendo feito, para saber onde está a verba destinada aos índios. (**Cidade de Santos, 17/05/84**).

Polícia florestal procura índios

A Polícia Florestal realizará buscas, hoje, na Serra do Mar, na tentativa de localizar cinco famílias de tupis-guaranis, que teriam se transferido para as matas e estariam sobrevivendo da comercialização de palmito, o que é proibido por lei. O grupo de policiais sai às 9h30, do Museu de Pesca, em companhia do xavante Adão Irapuitã Brasil, que está há oito meses em Santos, atuando em favor de tribos remanescentes no Litoral.

O xavante Brasil, que assessora o deputado Mário Juruna, não dispõe de maiores informações sobre os tupis-guaranis da serra, nunca visitou a aldeia.

Para apurar a situação dos índios do Litoral e interceder junto às autoridades em favor deles, o xavante Brasil se vê obrigado a tirar dinheiro do próprio bolso, para deslocamentos e alimentação. Em Santos, conta com o apoio do presidente do PDT local, Joaquim Ventura de Sá, mas insuficiente para garantir o desenvolvimento de seu trabalho. Ele precisaria, no mínimo, de um local para ficar e de verbas para alimentos. (**A Tribuna, 03/07/84**).

Prefeito dá permissão

Os índios do litoral já possuem permissão da Prefeitura para comercializar peças de artesanato, raízes e ervas nas praças José Bonifácio e dos Andradas. O compromisso foi assumido ontem pela manhã, em reunião que os representantes indígenas tiveram com o prefeito Osvaldo Justo. Além da autorização, Justo encaminhou o xavante Adão Brasil para um encontro com o secretário de Turismo, Álvaro Bandarra, que deverá programar, no calendário da Sectur, uma mostra de produtos vindos de Peruíbe e outras localidades. (**A Tribuna, 25/07/84**).

SECTUR veta proposta

A Secretaria de Turismo e Esportes não está em condições de atender à reivindicação da comunidade indígena do Litoral Sul, que pretende montar em Santos uma exposição permanente de artesanato. Essa impossibilidade foi comunicada ontem pelo secretário Álvaro Bandarra ao representante dos índios, Adão Irapuitã Brasil, durante reunião na Sectur para tratar da elaboração de um projeto turístico-cultural envolvendo aquela comunidade.
Bandarra explicou que a falta de recursos na Prefeitura impede o fornecimento de transporte, alimentação e alojamento para cerca de 40 índios, como foi proposto recentemente. O que poderá ser acertado é um espaço na Casa da Cultura para os indígenas exporem seus trabalhos, mas sem qualquer ônus para a Sectur. (**A Tribuna, 14/08/84**).

GUARANI/ PRÓ-MIRIM

Tuberculose é ameaça

A SUDELPA iniciou a vacinação em massa da comunidade indígena da aldeia Boa Vista, tendo em vista o aparecimento de vários casos de tuberculose. Segundo a médica Nadja Passos, "a anemia — que possibilita o aparecimento da doença — é uma característica quase que comum nas comunidades guaranis, na área do Litoral. A grande fonte de proteína dos índios, a caça e a pesca, ficou restrita a áreas dizimadas e rios poluidos, devido às constantes invasões de terras e à permanente ameaça a que ficam sujeitos por parte de posseiros, grileiros e até grandes empresários".

A equipe da SUDELPA está há um mês na aldeia, efetuando o levantamento da situação, aplicando o teste tuberculíneo e vacinando aqueles cujo teste deu resultado negativo.
Segundo o superintendente da SUDELPA Antônio Fernando dos Reis, esse programa será extensivo a todas as aldeias do Litoral e periferia de São Paulo. (**A Tribuna, 24/12/84**).

GUARANI/ RIO BRANCO

cacique denuncia invasão

A área indígena de Rio Branco, em Itanhaém, uma das mais antigas, já que a ocupação do território ocorreu no século passado, está sendo invadida deliberadamente por bananicultores. Isso foi denunciado pelo cacique Vera Jeguaka — José Oliveira dos Santos — na última quinta-feira, quando recebeu da Sudelpa, material agrícola e mantimentos. A denúncia pode ser constatada sem muita dificuldade, como revelou Maria Inês Ladeira, que pertence ao Grupo da Terra da Sudelpa, visto que já há alguns anos a Banáurea colocou suas divisas mais para dentro da terra dos índios. Essa área da aldeia, segundo consta, foi doada pelo Governo à Fepasa, embora em respeito à Constituição todas as terras ocupadas pelos índios devam pertencer tão somente a eles.
Maria Inês, que já pertenceu ao CTI, ressaltou na oportunidade que esse órgão possui um projeto de apoio à posse e de incentivo ao cultivo, para que os índios possam subsistir com recursos próprios, no que se refere à alimentação. No caso da aldeia do Rio Branco, já foi encaminhada ao Governo, pela Sudelpa, proposta de reconhecimento das áreas indígenas. Não foi ainda iniciada a demarcação do território pelo Grupo da Terra, o que deverá ser feito mediante levantamento topográfico e isso está dependendo de entendimentos com a Fepasa. (**Cidade de Santos, 01/04/84**).

GUARANI/ SILVEIRAS

Levantamento da FUNAI

A Funai já determinou à antropóloga Regina Muller fazer levantamento de dados a respeito do litígio entre os índios da comunidade Guarani do rio Silveiras, ao sul de **São Sebastião**, por solicitação da Justiça. Para a antropóloga, que é assistente técnica da Funai, "a preocupação do órgão não é o reconhecimento deste territorio como área imemorial dos guaranis, já que pelos autos do processo a própria Justiça assim decidiu". (**FSP, 05/09/84**).

Juiz receberá laudo

O juiz Pedro Luís Aguirre Menin, da Comarca de São Sebastião, no Litoral Norte de São Paulo, recebe amanhã a peritagem do engenheiro, antropólogo e professor Desidério Aytai, da Universidade Católica de Campinas, sobre a reserva indígena Guarani de Rio Silveiras, localizada em Barra do Una, São Sebastião. A peritagem foi requisitada em setembro de 1984 pelo juiz da Comarca de São Sebastião, Alcides Leopoldo da Silva, depois que os índios entraram com uma ação de embargo de terceiro possuidor. É que os índios se acharam prejudicados por não participar da ação de reintegração de posse, movida pelo espólio de Domênico R. Maricondi e José Bastos da Silva contra Omero Santos, nas terras que consideram suas.
Segundo o advogado dos índios, Marco Antônio Barbosa, que pertence ao Grupo de Terra da Sudelpa, os interessados no espólio afirmam que os índios têm um alqueire das terras, mas estes reivindicam 380. De acordo com Barbosa, a ação de reintegração de posse, desde 1957 na Justiça, foi baseada em "documentos antigos de limites indefinidos e de difícil localização".
Acrescentou que "o Judiciário tomou conhecimento da presença e ocupação de índios, mas continuou a dar andamento no processo, sem atentar para uma disposição constitucional. De acordo com o artigo 198 da Constituição, as terras habitadas por índios são do patrimônio da União e de usufruto exclusivo e permanente dos índios. Segundo o parágrafo primeiro desse artigo, são nulos quaisquer documentos sobre essas áreas". (**FSP, 12/12/84**).

Siglas

ABA Associação Brasileira de Antropologia
ABRALIN Associação Brasileira de Lingüística
ABRAMO Associação Brasileira dos Mineradores de Ouro
ABREMIN Associação Brasileira de Entidades de Mineração
AEA Associação dos Empresários da Amazônia
AESP Assessoria de Estudos e Pesquisas/Funai
AGAPAN Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AGESP Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas da Funai
AGROSUL Empresa de Serviços Agropecuários de Mato Grosso do Sul
AIM Aesculapios International Medicine/EUA
AJACRE Ajudância do Acre/Funai
AJARINA Ajudância de Araguaína/Funai
AJUSOL Ajudância do Solimões/Funai
AL Alagoas
ALBAMA Aliança Batista Missionária da Amazônia
AM Amazonas
ANAÍ Associação Nacional de Apoio ao Índio
AUCIRT Associação da União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié
BA Bahia
BEF Batalhão do Exército de Fronteira
BID Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADIRJ Comitê de Apoio aos Indígenas do Rio de Janeiro
CBG Companhia Brasileira de Geofísica
CCPY Comissão Pela Criação do Parque Indígena Yanomami
CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEF Caixa Econômica Federal
CEMAT Centrais Elétricas Matogrossense S/A
CF-SOL Comando de Fronteira do Solimões
CHESF Companhia Hidrelétrica de São Francisco
CIMI Conselho Indigenista Missionário
CGTT Conselho Geral da Tribo Ticuna
CJP Comissão de Justiça e Paz
CMPI Conselho Mundial dos Povos Indígenas
CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq Conselho Nacional de Pesquisa
COAMA Coordenação da Amazônia/Funai
COBAL Companhia Brasileira de Alimentos
CODESAIMA Companhia de Desenvolvimento de Roraima
CODEVASF Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco
CONAGE Coordenação Nacional dos Geólogos
CONFEN Conselho Federal de Entorpecentes
CPRM Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais
CPT Comissão Pastoral da Terra
CPI Comissão Parlamentar de Inquérito
CPI/AC Comissão Pró-Índio do Acre
CPI/SP Comissão Pró-Índio de São Paulo
CTI Centro de Trabalho Indigenista
CSN Conselho de Segurança Nacional
CVRD Companhia Vale do Rio Doce
DAER Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
DGO Departamento Geral de Operações da Funai
DPI Diretoria do Patrimônio Indígena
DNER Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNOS Departamento Nacional de Obras e Saneamento
DOCEGEO Subisidiária da CVRD
DNPM Departamento Nacional de Pesquisas Minerais
DPF Departamento da Polícia Federal
DR Delegacia Regional da Funai
EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ELETRONORTE Centrais Elétricas do Norte do Brasil
FAB Força Aérea Brasileira
FAMASUL Federação da Agricultura do Mato Grosso do Sul
FETAEMG Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais
FETAGRI Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul
FIPE Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FINSOCIAL Fundo de Investimento Social
GAI Grupo de Apoio ao Índio
GEBAM Grupo Executivo do Baixo Amazonas
GEEI Grupo Especial de Estudos Indigenistas
GETAT Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
GO Goiás
GREQUI Grupo de Estudos da Questão Indígena (BH, Minas Gerais)
GRIN Guarda Rural Indígena
GT Grupo de Trabalho
GTFA Governo do Território Federal do Amapá
GTME Grupo de Trabalho de Missionários Evangélicos
IBDF Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBRAM Instituto Brasileiro de Mineração

IECLB Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERBA Instituto de Terras da Bahia
ITERAM Instituto de Terras do Amazonas
INTERMAT Instituto de Terras de Mato Grosso
ITERPA Instituto de Terras do Pará
IUM Imposto Único Sobre Minerais
IWGIA International Work Group for Indigenous Affairs
MA Maranhão
MAREWA Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari
MDM Médecins du Monde/França
MEAF Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários
MEC Ministério de Educação e Cultura
MG Minas Gerais
MIA Missão Anchieta
MINTER Ministério do Interior
MIRAD Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MNTB Missões Novas Tribos do Brasil
MS Mato Grosso do Sul
MT Mato GRosso
NE Nordeste
OEA Organização dos Estados Americanos
ONU Organização das Nações Unidas
OPAN Operação Anchieta
PA Pará
PE Pernambuco
PF Polícia Federal
PDT Partido Democrático Trabalhista
PDS Partido Democrático Social
PI Posto Indígena/Funai
PIA Posto Indígena de Atração/Funai
PIV Posto Indígena de Vigilância - Funai
PIX Parque Indígena do Xingu
PL Projeto de Lei
PM Polícia Militar
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNA Parque Nacional do Araguaia
POLONOROESTE Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PPI Procuradoria do Patrimônio Imobiliário
PQARA Parque Indígena do Araguaia
PR Paraná
PRODASEN Centro de Processamento de Dados do Senado
PT Partido dos Trabalhadores
PTB Partido Trabalhista Brasileiro
RJ Rio de Janeiro
RO Rondônia
RR Roraima
RS Rio Grande do Sul
RURALMINAS Fundação Rural Mineira
SBG Sociedade Brasileira de Geologia
SC Santa Catarina
SEC Secretaria de Educação e Cultura
SEMA Secretaria do Meio Ambiente
SEPLAN Secretaria do Planejamento
SIL Summer Institute of Linguistics
SNI Serviço Nacional de Informação
SP São Paulo
SPI Serviço de Proteção ao Índio
SPHAN Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPO São Paulo de Olivença
SPU Serviço de Patrimônio da União
STF Supremo Tribunal Federal
SUDAM Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDHEVEA Superintendência do Desenvolvimento da Hevea Brasileira
SUDECO Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDELPA Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista
SUDENE Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDEPE Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
TFR Tribunal Federal de Recursos
TERRASUL Departamento de Terras e Colonização do Mato Grosso do Sul
UFBA Universidade Federal da Bahia
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNB Universidade Nacional de Brasília
UNI União das Nações Indígenas
UNICAMP Universidade Estadual de Campinas
USP Universidade de São Paulo

Aconteceu Especial

Os números especiais do Aconteceu trazem um resumo das seções da edição semanal, complementando-se com notícias de outras fontes da imprensa, pequenos ensaios, comentários, documentos. São publicações anuais ou extraordinárias, quando determinados fatos tenham importância para aquelas lutas a que se dedica cada publicação. Solicitamos aos leitores que nos enviem por cartas suas críticas, sugestões e especialmente recortes, boletins, ou reproduções de notícias surgidas na imprensa local sobre o tema.

Números já publicados do Aconteceu Especial:
Trabalhadores 78 Especial 1
Trabalhadores 79 Especial 2
Trabalhadores 79 Especial 3
1980 ABC da Greve Especial 4
Novos Partidos Extraordinários
Greve Canaviais Especial 5
Povos Indígenas do Brasil 1980 Especial 6
Trabalhadores Urbanos no Brasil 1980 Especial 7
Uma Greve pelo Direito ao Trabalho: FIAT 1981 Especial 8
Trabalhadores Rurais 1980 Especial 9
Povos Indígenas no Brasil 1981 Especial 10
Trabalhadores Urbanos no Brasil 1981 Especial 11
Povos Indígenas no Brasil 1982 Especial 12
Trabalhadores Rurais no Brasil 1981 Especial 13
Povos Indígenas no Brasil 1983 Especial 14

ACONTECEU SEMANAL

O material que serve de base para fazer os ESPECIAIS está no ACONTECEU Semanal. É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas em trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igreja, política nacional, internacionais, e outras. Contém também uma seção de Cartas do Leitor, onde são divulgadas datas de cursos, seminários, convocações, manifestações, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa.
O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe. Comissões Pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Para quem se interessa na questão indígena o ACONTECEU Semanal permite um acompanhamento detalhado e em profundidade da caminhada dos povos indígenas na luta pela sua autodeterminação, feito com base nas notícias de jornais regionais e do eixo Rio-SP. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou que quer conhecer as diversas situações de contato, de lutas e reivindicações dos grupos indígenas de todo Brasil.

Assinatura anual: Cr$ 10.000,00 (Brasil), US$ 58,00 (América Latina), US$ 66,00 (América do Norte), US$ 72,00 (Europa, Ásia e África).
Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal a

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação

R. Cosme Velho, 98 fundos - Cosme Velho

22241 Rio de Janeiro, RJ, Brasil